

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
Washington, DC 20549**

FORMULÁRIO 20-F

**RELATÓRIO ANUAL DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADO
DE VALORES MOBILIÁRIOS DE 1934**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007

Número de Registro da Comissão: 1-15250



Banco Bradesco S.A.

(razão social exata do requerente conforme especificada em seu estatuto social)

Bank Bradesco

(tradução para o inglês da razão social do requerente)

República Federativa do Brasil

(foro de constituição ou organização)

Cidade de Deus, Vila Yara, 06029-900, Osasco, SP, Brasil

(endereço da sede social)

Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(b) da Lei:

<u>Título de cada classe</u>	<u>Nome de cada bolsa na qual estão registrados</u>
“American Depositary Shares”, cada uma delas representando 1 Ação Preferencial, sem valor nominal (“ADSS”)	Bolsa de Valores de Nova Iorque
Ações Preferenciais, sem valor nominal (“Ações Preferenciais”)	Bolsa de Valores de Nova Iorque

(exclusivamente para fins de registro)

Títulos registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(g) da Lei: Nenhum.

Títulos que requerem declaração obrigatória de acordo com o Artigo 15(d) da Lei: Nenhum.

O número de ações em circulação de cada uma das classes de capital social do emitente em 31 de dezembro de 2007 era:

1.009.337.030	Ações Ordinárias
1.009.336.926	Ações Preferenciais

Em 24 de março de 2008, efetuamos um desdobramento das ações representativas do Capital Social. Se ajustássemos as ações acima para refletir o desdobramento de 24 de março de 2008, teríamos 1.514.005.545 ações ordinárias e 1.514.005.389 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2007.

Indicar assinalando se o requerente do registro é um emissor renomado, como definido na Regra 405 da Lei de Valores.

Sim Não

Se este relatório for um relatório anual ou de transição, indicar assinalando se o requerente do registro não for obrigado a arquivar relatórios conforme a Artigo 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934.

Sim Não

Indicar assinalando se o requerente do registro: (1) apresentou todos os relatórios que devem ser apresentados nos termos dos Artigos 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934 durante os 12 meses

anteriores (ou outro período menor no qual o requerente foi obrigado a apresentar esses relatórios); e (2) esteve sujeito a essas exigências de apresentação nos últimos 90 dias.

Sim Não

Indicar assinalando se o requerente do registro for um registrante antecipado de grande porte, um registrante antecipado ou um registrante não antecipado. Veja as definições de “registrante antecipado e registrante antecipado de grande porte” na Regra 12b-2 da Lei de Valores. (Indique um)

Registrante antecipado de grande porte Registrante antecipado Registrante não antecipado

Indicar assinalando qual item de demonstração financeira o requerente escolheu seguir.

Item 17 Item 18

Se este for um relatório anual, indicar assinalando se o requerente do registro for uma “empresa de fachada” (conforme definido na Regra 12b-2 da Lei de Valores).

Sim Não

ÍNDICE

	Apresentação de informações.....	4
Item 1.	Identificação dos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Consultores.....	5
Item 2.	Estatísticas da Oferta e Cronograma Esperado.....	5
Item 3.	Informações Relevantes.....	5
	Dados Financeiros Seleccionados.....	5
	Informações sobre Taxas de Câmbio.....	8
	Fatores de Risco.....	9
Item 4.	Informações sobre a Companhia.....	22
	História e Desenvolvimento da Companhia.....	22
	Regulamentação e Supervisão.....	87
	Informações Estatísticas Seleccionadas.....	114
Item 5.	Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras.....	134
	Políticas Contábeis Críticas.....	137
Item 6.	Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários.....	178
Item 7.	Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas.....	192
Item 8.	Informações Financeiras.....	199
Item 9.	A Oferta e a Cotação em Bolsa.....	201
	Descrição dos Valores Mobiliários.....	201
	Negociação na Bolsa de Valores de São Paulo.....	203
Item 10.	Informações Adicionais.....	201
	Atos Constitutivos e Estatuto Social.....	201
	Contratos Significativos.....	217
	Controles de Câmbio.....	217
	Implicações Fiscais.....	219
Item 11.	Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado.....	226
Item 12.	Descrição de Outros Valores Mobiliários que não de Renda Variável.....	232
Item 13.	Inadimplementos, Dividendos a Menor e Atraso nos Pagamentos.....	232
Item 14.	Modificações Significativas aos Direitos dos Detentores de Títulos e Uso dos Recursos.....	232
Item 15.	Controles e Procedimentos.....	232
Item 16.	[Reservado].....	233
Item 16 A.	Perito Financeiro do Comitê de Auditoria.....	233
Item 16 B.	Código de Ética.....	233
Item 16 C.	Honorários e Serviços do Auditor Principal.....	233
Item 16 D.	Isonções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria.....	234
Item 16 E.	Aquisição de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados.....	235
Item 17.	Demonstrações Financeiras.....	235
Item 18.	Demonstrações Financeiras.....	235
Item 19.	Anexos.....	236
	Assinaturas.....	237

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Neste relatório anual, os termos “Bradesco”, “Companhia”, “Organização”, “Banco”, “nós” ou “para nós” referem-se ao Banco Bradesco S.A., sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil e, a menos que o contexto requeira de outra forma, suas subsidiárias consolidadas. Somos uma instituição financeira de serviços completos, que presta, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias, uma gama de serviços bancários, financeiros, de seguros e previdência complementar a todos os segmentos do mercado nacional brasileiro. Nossas operações estão baseadas principalmente no Brasil.

O Item 18 deste relatório anual inclui nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 incluindo as respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, conhecidos como “U.S. GAAP”.

Referências desta declaração ao “real”, “reais” ou “R\$” são relativas ao real, a moeda oficial do Brasil. Referências desta declaração a “dólares norte-americanos” ou “US\$” são relativas a dólares norte-americanos.

A tabela abaixo apresenta, para as datas indicadas, a taxa de câmbio de reais x dólares norte-americanos, com base na taxa para compra ao meio-dia na Cidade de Nova Iorque, informada pelo *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque, bem como a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia, informada pelo Banco Central do Brasil, que chamamos de “Banco Central”:

Data	Taxa de compra do dólar norte-americano do meio-dia	Taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia
31 de dezembro de 2005	2,3340	2,3407
31 de dezembro de 2006.....	2,1342	2,1380
31 de dezembro de 2007.....	1,7790	1,7713
16 de junho de 2008.....	1,6249	1,6277

Em decorrência de recentes flutuações na taxa de câmbio real x dólar norte-americano, a taxa de venda no fechamento em 16 de junho de 2008 ou qualquer outra data, pode não ser indicativa de taxas de câmbio atuais ou futuras.

Para sua conveniência, alguns valores foram convertidos de reais para dólares norte-americanos. A não ser que indicado de outra maneira, essas conversões foram efetuadas utilizando a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento publicada pelo Banco Central em 31 de maio de 2008, de R\$1,6294 por dólar norte-americano. Portanto, V.Sas. não devem interpretar tais conversões como declarações de que quaisquer desses valores foram, poderiam ter sido ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos a essas ou a quaisquer outras taxas de câmbio, nessa data ou em qualquer outra data. Veja o “Item 3. Informações Relevantes - Informações sobre Taxas de Câmbio” para mais informações sobre as taxas de câmbio aplicáveis à moeda brasileira desde 2002.

Alguns números incluídos neste documento foram submetidos a ajustes de arredondamento. Por esta razão, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

PARTE I

Item 1. Identificação dos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Consultores

Não aplicável.

Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Esperado

Não aplicável.

Item 3. Informações Relevantes

DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

V.Sas. devem ler os dados financeiros selecionados apresentados a seguir juntamente com a “Apresentação de Informações” e o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras”, constante deste relatório anual.

Apresentamos a seguir, informações financeiras selecionadas preparadas segundo os “U.S. GAAP” (princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. As informações financeiras selecionadas do balanço patrimonial elaboradas de acordo com U.S. GAAP em 31 de dezembro de 2006 e 2007 são derivadas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas elaboradas de acordo com U.S. GAAP, apresentadas no Item 18. O restante das informações estatísticas selecionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 são derivadas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas elaboradas de acordo com U.S. GAAP, apresentadas no Item 18. O parecer dos auditores independentes registrados no PCAOB está incluído neste relatório anual.

Estas informações estão inteiramente qualificadas por referência às demonstrações financeiras na forma do U.S. GAAP e às correspondentes notas explicativas apresentadas no Item 18.

	Exercício findo em 31 de dezembro de:					
	2003	2004	2005	2006	2007	2007
	(Em milhões de reais)					(Em milhões de dólares) ⁽¹⁾
Dados da Demonstração Consolidada de Resultados:						
Receitas financeiras líquidas ⁽²⁾	R\$ 14.970	R\$ 14.590	R\$ 18.485	R\$ 21.402	R\$ 23.771	US\$ 14.589
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	(2.034)	(1.429)	(1.823)	(3.767)	(4.616)	(2.833)
Receitas financeiras líquidas, após provisão para perdas com operações de crédito	12.936	13.161	16.662	17.635	19.155	11.756
Receita de prestação de serviços ⁽²⁾	3.364	4.296	5.121	6.379	7.819	4.798
Prêmios de seguros	6.149	6.764	7.805	8.121	8.843	5.427
Planos de previdência	64	374	377	791	555	341
Resultado de participações em empresas não consolidadas ⁽³⁾	60	66	186	224	407	250
Outras receitas não financeiras ⁽⁴⁾	1.373	2.768	4.051	4.338	6.257	3.840
Despesas operacionais ⁽⁵⁾	(8.586)	(8.921)	(9.645)	(11.310)	(13.005)	(7.982)
Sinistros de seguros	(4.333)	(4.822)	(5.501)	(6.124)	(6.012)	(3.690)
Variação de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência	(3.777)	(4.326)	(3.939)	(4.199)	(4.981)	(3.057)
Despesas operacionais com planos de previdência	(637)	(751)	(505)	(560)	(478)	(293)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência	(762)	(907)	(1.041)	(852)	(1.157)	(710)
Outras despesas não financeiras ⁽²⁾⁽⁶⁾	(3.195)	(3.762)	(4.819)	(5.693)	(6.106)	(3.747)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	2.656	3.940	8.752	8.750	11.297	6.933
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(346)	(601)	(2.431)	(2.273)	(3.352)	(2.057)
Participações de acionistas minoritários	(8)	(12)	(11)	(15)	(37)	(23)
Lucro líquido	R\$ 2.302	R\$ 3.327	R\$ 6.310	R\$ 6.462	R\$ 7.908	US\$4.853

	Exercício findo em 31 de dezembro de:					(US\$) ⁽¹⁾
	2003	2004	2005	2006	2007	
	(Em reais, exceto número de ações)	(Em reais, exceto número de ações)	(Em reais, exceto número de ações)	(Em reais, exceto número de ações)	(Em reais, exceto número de ações)	
Dados por ação ⁽⁷⁾ :						
Lucro líquido por ação ⁽⁸⁾⁽⁹⁾ :						
Ordinária	RS 0,80	RS 1,11	RS 2,05	RS 2,09	RS 2,50	US\$ 1,53
Preferencial	0,88	1,22	2,26	2,30	2,75	1,69
Dividendos/juros sobre o capital próprio por ação ⁽¹⁰⁾ :						
Ordinária	0,47	0,44	0,62	0,70	0,89	0,55
Preferencial	RS 0,51	RS 0,49	RS 0,67	RS 0,77	RS 0,98	US\$ 0,60
Média ponderada de ações em circulação:						
Ordinárias	1.385.280,66	1.435.596.690	1.465.770.912	1.470.575.223	1.504.008.900	-
Preferenciais	6	1.416.490.788	1.460.839.863	1.472.508.873	1.505.136.649	-

	Exercício findo em 31 de dezembro de:					
	2003	2004	2005	2006	2007	2007
	(Em milhões de reais)					(Em milhões de dólares) ⁽¹⁾
Dados do Balanço Patrimonial Consolidado:						
Ativo						
Caixa e contas correntes em bancos.....	R\$ 2.473	R\$ 2.690	R\$ 3.447	R\$ 4.748	R\$ 5.485	US\$ 3.366
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5.170	7.976	13.119	8.918	7.887	4.840
Aplicações em operações compromissadas.....	26.175	19.435	10.985	14.649	40.601	24.918
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	16.690	20.209	21.686	23.461	31.813	19.524
Títulos e valores mobiliários de negociação e disponíveis para venda, ao valor justo.....	43.267	43.197	55.658	86.614	88.799	54.498
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	3.265	4.200	4.121	3.265	2.981	1.830
Operações de crédito ⁽¹¹⁾	55.006	63.500	83.311	98.724	133.137	81.709
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(3.846)	(4.063)	(4.964)	(6.552)	(7.769)	(4.768)
Investimentos em empresa não consolidadas e outros investimentos.....	295	708	397	527	761	467
Imobilizado de uso, líquido.....	3.106	2.946	2.721	3.000	3.547	2.177
Ágio.....	-	262	332	667	883	542
Ativos intangíveis, líquido ⁽¹¹⁾	1.876	1.792	1.554	2.163	2.917	1.790
Outros ativos ⁽¹¹⁾	12.853	14.227	14.227	19.087	23.467	14.403
Total do ativo.....	166.330	177.079	206.594	259.271	334.509	205.296
Passivo						
Depósitos.....	58.027	68.647	75.407	83.925	98.341	60.354
Captações no mercado aberto.....	27.490	16.532	22.886	42.875	69.015	42.356
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	7.795	8.272	7.066	5.709	7.989	4.903
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	20.093	19.653	23.316	30.122	38.915	23.883
Outras obrigações.....	39.260	48.343	57.612	70.083	86.879	53.320
Total do passivo.....	152.665	161.447	186.287	232.714	301.139	184.816
Participação minoritária nas controladas.....	73	73	88	93	281	173
Patrimônio Líquido						
Ações ordinárias ⁽¹²⁾	3.525	3.525	6.497	7.095	9.497	5.829
Ações preferenciais ⁽¹³⁾	3.475	3.475	6.503	7.105	9.503	5.832
Capital social.....	7.000	7.000	13.000	14.200	19.000	11.661
Total do patrimônio líquido.....	13.592	15.559	20.219	26.464	33.089	20.307
Total do passivo, participação minoritária e do patrimônio líquido.....	166.330	177.079	206.594	259.271	334.509	205.296
Ativos médios ⁽¹⁴⁾	146.872	162.891	188.091	227.898	289.456	177.646
Passivos médios ⁽¹⁴⁾	134.625	148.814	170.677	206.466	261.552	160.520
Patrimônio líquido médio ⁽¹⁴⁾.....	R\$ 12.138	R\$ 14.012	R\$ 17.357	R\$ 21.323	R\$ 27.731	US\$ 17.019

- (1) Valores apresentados em dólares norte-americanos foram convertidos de reais brasileiros à taxa de câmbio de R\$ 1,6294 = US\$ 1,00, taxa cambial do Banco Central de 30 de maio de 2008. Nós usamos a taxa cambial de 30 de maio de 2008, ao invés de 31 de dezembro de 2007, porque houve uma valorização na taxa cambial, real x dólar norte-americano desde 31 de dezembro de 2007. Para mais informações, veja "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Visão Geral - Condições Econômicas Brasileiras". Tais conversões não deveriam ser entendidas como representativas de que os valores em reais apresentados, ou foram, ou poderiam ser convertidos em dólares norte-americanos, naquela taxa.
- (2) Foram reclassificados para "Receitas financeiras líquidas" de "Receitas de prestação de serviços" os valores de R\$ 99, R\$ 14, R\$ 16, R\$ 231 referente aos saldos de 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005 e 2006, respectivamente; e de "Outras despesas não financeiras" os valores de R\$ 128, R\$ 228, R\$ 397, R\$ 535 referente aos saldos de 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005 e 2006, respectivamente. Estas reclassificações foram implementadas para permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras em e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005 e 2006 com as demonstrações financeiras em e para 31 de dezembro de 2007. Estas reclassificações não afetam os valores registrados no ativo, passivo, patrimônio líquido ou lucro líquido.
- (3) Para obter mais informações sobre o resultado de participações em empresas não consolidadas, veja "Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras" e nota 9 das nossas demonstrações financeiras consolidadas, no Item 18.
- (4) Outras receitas não financeiras consistem de lucros (prejuízos) de títulos e valores mobiliários de negociação, ganhos líquidos realizados sobre valores mobiliários disponíveis para venda, ganho líquido em transações de câmbio e outras receitas não financeiras.
- (5) Despesas operacionais consistem de salários, benefícios e despesas administrativas.
- (6) Outras despesas não financeiras consistem de amortização de ativos intangíveis, depreciação e amortização e outras despesas não financeiras.
- (7) Dados por ação refletem (a) em uma base retroativa, o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação da respectiva espécie, que foi aprovado pelos nossos acionistas em 10 de março de 2004, transformando-as em 158.587.942 ações nominativas escriturais, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2003. A nova quantidade de ações passou a ser negociada na Bolsa de Valores de São Paulo a partir do dia 22 de março de 2004; (b) o desdobramento de 2 ações para cada ação da respectiva espécie deliberado em 9 de dezembro de 2004; (c) o desdobramento de 1 ação para cada ação da respectiva espécie deliberado em 11 de novembro de 2005; e (d) o desdobramento de 1 ação para cada ação da respectiva espécie deliberado em 12 de março de 2007; e (e) o desdobramento do nosso capital social em 24 de março de 2008, quando emitimos uma nova ação para cada duas ações existentes.
- (8) Ações preferenciais têm o direito de receber lucro por ação em um valor 10,0% maior do que os lucros por ação pagos aos detentores de nossas ações ordinárias para fins de cálculo de lucro por ação, de acordo com o U.S. GAAP. Para uma descrição de nossas duas classes de ações, veja "Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social".
- (9) A Companhia não tem nenhuma obrigação permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação. Conseqüentemente, nossos lucros diluídos e básicos por ação são iguais em todos os períodos apresentados. Veja nota 2(u) às demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.
- (10) Os valores determinados em dólares norte-americanos foram convertidos em reais na taxa de câmbio vigente na data do pagamento de tal dividendo.
- (11) Foram reclassificados da rubrica de "Outros Ativos" para "Operações de crédito" os valores de R\$ 211, R\$ 324, R\$ 622, R\$ 789 das tarifas de originação de operações de crédito e referente aos saldos de 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005 e 2006, respectivamente; e para "Ativos Intangíveis, líquido" os valores de R\$ 136, R\$ 224, R\$ 260, R\$ 540 de ativos intangíveis relativos a direitos exclusivos para prestação de serviços bancários e referente aos saldos de 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005 e 2006, respectivamente. Estas reclassificações foram implementadas para permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras em e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005 e 2006 com as demonstrações financeiras em e para 31 de dezembro de 2007. Estas reclassificações não afetam os valores registrados no ativo, passivo, patrimônio líquido ou lucro líquido.
- (12) Ações ordinárias em circulação, sem valor nominal: 1.009.337.030 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2007, 500.071.456 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2006, 489.450.004 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2005; e 238.351.329 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2004. Os dados de 2003 até 2007 refletem o grupamento de nossas ações de 10.000 ações por 1 ação em março de 2004, o desdobramento de 2 ações para cada ação da respectiva espécie em dezembro de 2004, de 1 ação para cada ação da respectiva espécie em novembro de 2005, e de 1 ação para cada ação da mesma espécie em março de 2007.
- (13) Ações preferenciais em circulação, sem valor nominal: 1.009.336.926 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2007; 500.811.468 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2006, 489.938.838 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2005; e 236.081.796 autorizadas e emitidas até 31 de dezembro de 2004. Os dados de 2003 até 2007 refletem o grupamento de nossas ações de 10.000 ações por 1 ação em março de 2004, o desdobramento de 2 ações para cada ação da respectiva espécie em dezembro de 2004 e de 1 ação para cada ação da respectiva espécie em novembro de 2005, e de 1 ação para cada ação da mesma espécie em março de 2007.
- (14) Veja "Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas".

Os detentores de nossas ações preferenciais têm o direito de receber dividendos por ação em um valor 10,0% maior do que os dividendos por ação pagos aos detentores de nossas ações ordinárias.

INFORMAÇÕES SOBRE TAXAS DE CÂMBIO

De 2003 a 2007, o real valorizou-se em relação ao dólar norte-americano. Durante os primeiros cinco meses de 2008, o real continuou a se valorizar em relação ao dólar. Em face da livre paridade existente no regime cambial vigente, o real está sujeito a flutuações que podem resultar em desvalorizações e/ou valorizações se comparado ao dólar norte-americano e às outras moedas estrangeiras.

A tabela a seguir apresenta as taxas de compra, cotação do meio-dia, no final do período, médias, máximas e mínimas, divulgadas pelo *Federal Reserve Bank*, expressas em reais por dólares norte-americanos para os períodos e datas indicados:

Taxa de Compra de Dólares Norte-Americanos				
Reais por US\$ 1,00 - cotação do meio-dia				
Período	Fim do Período	Média⁽¹⁾	Máxima	Mínima
2003	R\$2,8950	R\$3,0954	R\$3,6640	R\$2,8270
2004	2,6550	2,9131	3,2085	2,6510
2005	2,3340	2,4352	2,7755	2,1695
2006	2,1342	2,1774	2,3340	2,0900
2007	1,7790	1,9452	2,1342	1,7386
Dezembro	1,7790	1,7852	1,8204	1,7580
2008				
Janeiro	1,7578	1,7710	1,8175	1,7346
Fevereiro	1,6845	1,7290	1,7655	1,6671
Março	1,7441	1,7090	1,7441	1,6673
Abril	1,6950	1,6863	1,7410	1,6547
Maio	R\$1,6252	R\$1,6585	R\$1,6880	R\$1,6252

(1) Média das taxas de final de mês começando com dezembro do período anterior até o último mês do período indicado.

Fonte: *Federal Reserve Bank of New York*

Em 16 de junho de 2008, a taxa de compra do dólar norte-americano ao meio-dia, divulgada pelo *Federal Reserve Bank of New York*, era de R\$ 1,6249 por US\$ 1,00.

A tabela a seguir apresenta as taxas de venda no final do período, médias, máximas e mínimas, divulgadas pelo Banco Central no fechamento, expressas em reais por dólar norte-americano, nos períodos e datas indicados:

Taxa de Venda de Dólares Norte-Americanos				
Reais por US\$ 1,00 - cotação de fechamento				
Período	Fim do Período	Média⁽¹⁾	Máxima	Mínima
2003	R\$2,8892	R\$3,0964	R\$3,6623	R\$2,8219
2004	2,6544	2,9150	3,2051	2,6544
2005	2,3407	2,4341	2,7621	2,1633
2006	2,1380	2,1812	2,3407	2,0892
2007	1,7713	1,9460	2,1380	1,7440
Dezembro	1,7713	1,7860	1,8233	1,7616
2008				
Janeiro	1,7603	1,7743	1,8301	1,7414
Fevereiro	1,6833	1,7277	1,7681	1,6715
Março	1,7491	1,7076	1,7491	1,6700
Abril	1,6872	1,6889	1,7534	1,6575
Maio	R\$1,6294	R\$1,6605	R\$1,6949	R\$1,6294

(1) Média das taxas de final de mês começando com dezembro do período anterior até o último mês do período indicado.

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 16 de junho de 2008, a taxa de venda do dólar norte-americano no fechamento do dia, divulgada pelo Banco Central, era de R\$ 1,6277 por US\$ 1,00.

FATORES DE RISCO

Riscos Relativos ao Brasil

As condições político-econômicas do Brasil têm impacto direto sobre os nossos negócios e sobre o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs.

Preponderantemente, todas as nossas operações e nossos clientes se encontram no Brasil. Dessa forma, nossa situação financeira e os resultados das operações são substancialmente condicionados à economia brasileira, que foi caracterizada no passado por freqüentes e por vezes drásticas intervenções do Governo Brasileiro, assim como por ciclos econômicos voláteis. Além disso, nossas operações, a nossa situação financeira e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs podem ser afetados de maneira negativa por mudanças na política ou regulamentação do governo, incluindo os seguintes fatores:

- políticas de taxas de câmbio e controle cambial;
- taxas de juros;
- política monetária;
- liquidez do mercado financiador e do mercado de capitais, internos;
- crescimento da economia nacional;
- alterações no regime tributário, incluindo cobranças aplicáveis ao setor bancário;
- taxas de inflação; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior, que possam afetar o País.

O Banco Central determina a taxa básica de juros brasileira, que chamamos de “taxa básica de juros”. A taxa básica de juros é a taxa de juros de referência a pagar aos detentores de títulos emitidos pelo Governo Federal e negociados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, conhecido como Selic. O Banco Central reduziu a taxa de juros no 1º semestre de 2007, de 13,0% para 12,0 % e continuou a reduzi-la no 2º semestre de 2007, atingindo 11,25%, em dezembro de 2007. Durante os primeiros seis meses de 2008, o Banco Central aumentou a taxa para 12,25%.

Não temos controle sobre, e nem podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Brasileiro pode tomar em resposta à atual ou futura situação econômica brasileira ou como, tais medidas ou políticas podem afetar a economia brasileira e, tanto direta quanto indiretamente, as nossas operações e receitas.

Um descasamento de nossa exposição cambial pode levar à perdas substanciais no nosso passivo denominado em, ou indexado a, moedas estrangeiras, uma redução nas nossas receitas e uma queda na competitividade de nossas operações de crédito e de arrendamento mercantil.

A taxa de conversão de reais para dólares norte-americanos tem variado significativamente nos últimos anos. Por exemplo, a taxa de conversão real x dólar norte-americano caiu de R\$ 2,1380 para cada dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 1,7713 em 31 de dezembro de 2007. Durante os últimos 2 anos, o valor do real valorizou-se em 24,3% em relação ao dólar norte-americano e nos primeiros cinco meses de 2008, o valor do real valorizou-se em 8,0%, para R\$ 1,6294 por dólar norte-americano em 31 de maio de 2008 em relação a R\$ 1,7713 em 31 de dezembro de 2007. Em 16 de junho de 2008, a taxa de conversão real x dólar norte-americano era de R\$ 1,6277 para cada dólar.

Uma parcela significativa de nossos ativos e passivos financeiros está denominada em ou indexada a moedas estrangeiras, principalmente a dólares norte-americanos. Quando a moeda brasileira é desvalorizada, incorremos em perdas no nosso passivo denominado em, ou indexado a, moedas estrangeiras, tal como numa dívida de longo prazo denominada em dólares norte-americanos ou como empréstimos em moedas estrangeiras, enquanto auferimos ganhos nos nossos ativos financeiros denominados em, ou indexados a, moedas estrangeiras, quando o passivo e o ativo são convertidos em reais. Se ocorrerem desvalorizações, quando o valor do passivo denominado dessa forma exceder significativamente o valor do ativo, considerados os instrumentos financeiros na forma de *hedge*, poderíamos incorrer em perdas significativas, mesmo que seu valor não tenha se modificado na moeda original.

Por outro lado, quando o valor do real se valoriza em relação ao dólar norte-americano, incorremos em perdas sobre nossos ativos financeiros denominados em, ou indexados a moedas estrangeiras e auferimos ganhos em nossos passivos denominados em, ou indexados a moedas estrangeiras. Se o real se valorizar e o valor de tais ativos exceder significativamente o valor de tais passivos, poderíamos incorrer em perdas significativas, mesmo quando seu valor não tiver mudado em sua moeda original.

Se o Brasil passar por um período de inflação substancial no futuro, nossas receitas e o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs poderão diminuir.

No passado, o Brasil enfrentou períodos de altíssimas taxas de inflação, com taxas anuais de inflação (IGP-DI) durante os últimos quinze anos, alcançando altíssimos 2.708% em 1993. Recentemente, as taxas de inflação brasileiras alcançaram 3,8% em 2006, 7,9% em 2007 e 5,2% para os cinco últimos meses findos em 31 de maio de 2008. No passado, a inflação em si, assim como as medidas governamentais para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação geral sobre futuras medidas também têm contribuído para a incerteza na economia do Brasil, aumentando a volatilidade dos mercados de valores mobiliários brasileiros. Se o Brasil passar por um período de inflação substancial no futuro, os nossos custos poderão aumentar (se não acompanhados por um aumento na taxa de juros), as nossas margens operacionais e líquidas poderão diminuir e, se faltar confiança do investidor, o preço de nossas ações preferenciais e das ADSs poderá cair. As pressões inflacionárias também podem limitar a nossa capacidade de acessar mercados financeiros no exterior, podendo levar a novas intervenções governamentais na economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que podem afetar de maneira negativa o desempenho global da economia brasileira.

Mudanças negativas nas condições econômicas brasileiras podem causar um aumento de inadimplência dos clientes nas suas obrigações, o que poderia reduzir substancialmente os nossos resultados.

Os nossos negócios bancários e de arrendamento mercantil, entre outros, dependem fundamentalmente da capacidade dos nossos clientes de pagar os seus empréstimos e de cumprir com suas obrigações. Se a economia brasileira piorar devido aos seguintes fatores, entre outros, (I) nível de atividade econômica, (II) desvalorização do real, (III) inflação, ou (IV) aumento nas taxas de juros; uma parcela da nossa clientela poderá ter dificuldade para pagar pontualmente seus empréstimos ou de cumprir com os prazos de pagamento de suas dívidas, o que aumentaria a nossa carteira de créditos de curso anormal e poderia diminuir substancialmente os nossos lucros líquidos.

O acesso aos mercados de capitais internacionais, por parte das empresas brasileiras, é influenciado pela percepção de risco sobre economias emergentes, o que pode prejudicar a nossa capacidade de financiar as operações.

O mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus diferentes, pelas condições de mercado de outros países latino-americanos e de outros países emergentes. Embora as condições econômicas em tais países possam diferir de maneira significativa das condições econômicas no Brasil, a reação dos investidores a acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos de empresas brasileiras. Crises em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, em especial as políticas dos Estados Unidos e as dos países que compõem a União Européia, podem reduzir a demanda dos investidores por títulos de empresas brasileiras, incluindo a nossa. Qualquer um dos eventos descritos acima poderia afetar negativamente o preço de mercado de nossas ações ordinárias e dificultar nosso acesso ao mercado de capitais e nosso financiamento para operações futuras em condições aceitáveis, ou mesmo impedi-los por completo.

Acontecimentos em outros mercados emergentes podem afetar de maneira negativa o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs.

O valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs pode ser afetado de maneira negativa por quedas nos mercados financeiros internacionais e nas condições econômicas mundiais. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são influenciados, em diversas proporções, pelas condições econômicas e de mercado em outros mercados emergentes, particularmente os da América Latina. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, as reações dos investidores em relação a acontecimentos num país podem afetar os mercados de títulos e os títulos de emissão em outros países, inclusive o Brasil.

Os acontecimentos em outros países também têm afetado ocasionalmente de maneira negativa o valor de mercado das ações preferenciais, tanto nossas quanto de outras empresas brasileiras. A elevada percepção de risco dos investidores, em função das crises em outros mercados emergentes, pode levar à redução dos níveis de investimento no Brasil, bem como prejudicar nossa capacidade de financiar nossas operações por meio dos mercados internacionais de capitais. Se a atual situação econômica na América Latina piorar ou se acontecimentos semelhantes nos mercados financeiros internacionais ocorrerem no futuro, o valor de mercado das ações preferenciais e das ADSs pode ser afetado de maneira negativa.

Riscos Relacionados à Companhia e ao Setor Bancário Brasileiro

O Governo Brasileiro regula as operações dos bancos e das seguradoras brasileiras, sendo que as mudanças nas leis e nos regulamentos vigentes ou a imposição de nova legislação podem afetar de maneira negativa as nossas operações e nossas receitas.

Os bancos e as seguradoras brasileiras, inclusive as nossas operações bancárias e de seguros, estão sujeitas à extensa e contínua fiscalização regulamentar por parte do Governo Brasileiro. Não temos controle sobre a regulamentação governamental, a qual rege todas as características das nossas operações, inclusive a imposição de:

- necessidades de capital mínimo;
- necessidades de depósitos compulsórios;
- índice de imobilização;
- limites de empréstimo e outras restrições de crédito; e
- requisitos contábeis e estatísticos.

A estrutura regulamentar que rege os bancos e as seguradoras brasileiras está em constante evolução. As leis e os regulamentos existentes podem ser alterados. A maneira como as leis e os regulamentos são aplicados ou interpretados pode ser modificada e novas leis e regulamentos podem ser adotados. Essas mudanças poderiam afetar substancialmente de maneira negativa nossas operações e nossas receitas.

As mudanças regulamentares que afetam os outros negócios nos quais atuamos, incluindo as nossas operações de corretagem, distribuição de títulos e arrendamento mercantil, também podem afetar de maneira negativa as nossas operações e as nossas receitas.

Modificações do Banco Central nas taxas básicas de juros podem afetar de maneira negativa os resultados das nossas operações e o nosso lucro.

O Banco Central estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro. Em anos recentes, a taxa básica de juros tem oscilado, com uma alta de aproximadamente 45,0% ao ano em março de 1999 e uma baixa de 11,25% ao ano em dezembro de 2007. Em dezembro de 2005, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros para 18,0% ao ano e reduziu a taxa básica de juros para 13,25% ao ano em dezembro de 2006. As modificações nas taxas básicas de juros podem afetar de maneira negativa os resultados das nossas operações devido a:

- altas taxas básicas de juros que aumentam o custo da dívida interna e podem aumentar a probabilidade de inadimplência dos clientes; e
- baixas taxas básicas de juros que podem diminuir a nossa receita de juros.

O Banco Central ajusta a taxa básica de juros para gerenciar aspectos da economia brasileira, inclusive a proteção das reservas e do fluxo de capitais. Nós não temos controle sobre as taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central, nem sobre a frequência com que elas são ajustadas.

O ambiente cada vez mais competitivo nos setores bancário e de seguros no Brasil pode afetar de maneira negativa as nossas expectativas de negócios.

Enfrentamos significativa concorrência em todas as nossas principais áreas de operação, de outros grandes bancos brasileiros e das seguradoras, tanto públicos quanto privados. A regulamentação brasileira impõe barreiras apenas limitadas à entrada no mercado e não diferencia bancos locais e estrangeiros, comerciais e de investimentos e seguradoras. Conseqüentemente, a crescente presença de bancos e seguradoras estrangeiros no Brasil, alguns dos quais com recursos maiores do que os nossos, tem aumentado a concorrência nos setores bancário e de seguros, tanto de maneira geral quanto nos mercados de produtos específicos. A privatização dos bancos estatais também tornou os mercados bancários e de outros serviços financeiros mais competitivos.

O aumento na concorrência pode afetar de maneira negativa os resultados e as expectativas dos nossos negócios por meio de, entre outros fatores:

- limitação da nossa capacidade de aumentar nossa base de clientes e expandir as nossas operações;
- redução das nossas margens de lucro sobre os serviços bancários, de seguros, de arrendamento mercantil e dos outros produtos que oferecemos; e
- aumento da concorrência para oportunidades de investimentos estrangeiros.

Além disso, outros bancos e seguradoras estatais poderão ser privatizadas no futuro. A aquisição de um banco ou de uma seguradora que esteja sendo privatizada por um dos nossos concorrentes poderia agregar participação de mercado ao adquirente, e conseqüentemente, enfrentaríamos uma maior concorrência deste adquirente.

Novas regras destinadas a aumentar a competitividade no setor bancário, podem afetar adversamente a nossa competitividade

Em setembro de 2006, o Conselho Monetário Nacional, também chamado de “CMN”, editou normativos que introduziram novas medidas destinadas a aumentar a concorrência entre os bancos comerciais brasileiros.

Entre os aspectos essenciais de referidas novas medidas encontram-se os seguintes (i) bancos ficam proibidos de cobrar de seus clientes tarifas sobre serviços relativos ao recebimento de salários, pensões e outros rendimentos em contas cuja manutenção seja exigida do cliente por seu empregador, fundo de pensão ou pagador; (ii) a obrigação imposta às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, de aceitarem a quitação antecipada de empréstimos e arrendamentos mercantis por clientes que desejem refinar suas dívidas junto a outras instituições financeiras; (iii) a faculdade de o cliente solicitar à instituição financeira o fornecimento de seu cadastro de crédito completo a outras instituições financeiras; e (iv) mudanças na regulamentação do Fundo Garantidor de Crédito, conhecido como “FGC”, fundo criado para garantir o pagamento de fundos depositados em instituições financeiras no caso de intervenção, liquidação administrativa, falência ou outros estados de insolvência, fornecendo assim, maior segurança aos depositantes de que seus depósitos serão garantidos. Para mais informações sobre o FGC, veja “- Regulamentação e Supervisão – Regulamentação Bancária – Liquidação de Instituições Financeiras – Pagamento de Credores em uma Liquidação.”

Referida regulamentação tem por finalidade aumentar a concorrência entre instituições financeiras, assegurando ao cliente a possibilidade de livre migração de seus negócios bancários para outras instituições financeiras, criando mecanismos que facilitem a abertura de novas contas e a transferência de contas e financiamentos de uma instituição para outra. Adicionalmente, as mudanças

no regime federal de seguro de depósitos pretendem oferecer a segurança de saber que se depositarem seus recursos em instituições financeiras menores, suas perdas serão garantidas em até R\$60.000 por cliente no caso de insolvência bancária.

Não podemos determinar neste momento, como esta regulamentação pode afetar nossa habilidade em competir com outras instituições financeiras no Brasil. Além disso, o Ministério da Fazenda está avaliando a regulamentação de implementação para duas outras medidas que, se implementadas, também podem afetar nossa competitividade. Não podemos assegurar que esta nova regulamentação, as medidas que estão sendo avaliadas ou quaisquer outros regulamentos futuros, não terão impactos adversos sobre nossa competitividade, impactando adversamente assim, os resultados de nossas operações e o preço de nossas ADSs.

Algumas de nossas ações ordinárias são detidas por acionistas cujos interesses podem conflitar com os interesses de outros investidores.

Em 31 de dezembro de 2007, a Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, que chamamos de “Cidade de Deus Participações”, possuía diretamente 48,22% de nossas ações ordinárias e a Fundação Bradesco possuía direta e indiretamente 48,21% de nossas ações ordinárias. Conseqüentemente, esses acionistas têm o poder de votar para impedir uma mudança no controle de nossa companhia, mesmo se uma operação dessa natureza fosse benéfica aos nossos outros acionistas, assim como para aprovar transações com partes relacionadas ou reorganizações societárias, que possam não ser benéficas aos nossos outros acionistas. De acordo com as determinações do estatuto da Fundação Bradesco, todos os nossos diretores, membros da Diretoria Executiva e diretores departamentais (com mais de dez anos de serviço na Organização), assim como todos os diretores e executivos da Cidade de Deus Participações, compõem a Mesa Regedora da Fundação Bradesco. A mesa Regedora não tem outros membros. Para mais informações sobre nossos acionistas, veja “Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas - Principais Acionistas”.

As mudanças nas exigências de reservas e de depósitos compulsórios podem prejudicar a nossa lucratividade.

O Banco Central do Brasil, na metade do ano de 2002, definiu um incremento de recolhimento compulsório a título de “adicional”, sendo 8,0% sobre os depósitos à vista e a prazo e 10,0% sobre depósitos de poupança, cujos valores são recolhidos em espécie e remunerados à taxa Selic. Em 31 de dezembro de 2007, o recolhimento de compulsório adicional sobre depósitos à vista, a prazo e poupança junto ao Banco Central do Brasil representava R\$8,1 bilhões. O compulsório sobre depósitos a prazo, cujo cumprimento junto ao Banco Central do Brasil é por meio de vinculação de títulos do Governo Brasileiro totalizava, em 31 de dezembro de 2007, R\$8,3 bilhões. No início de 2008, o Banco Central criou uma exigência de depósito compulsório sobre depósitos interfinanceiros de empresas de leasing. Uma vez que nossa empresa de leasing investe a maior parte de suas disponibilidades em depósitos interbancários conosco. Esta nova exigência do Banco Central poderia ter um efeito adverso sobre nosso custo de captação. Além disso, poderíamos ser afetados de maneira negativa e substancial pelas modificações nas exigências de depósitos compulsórios, devido ao fato de que os recursos mantidos como depósitos compulsórios geralmente não apresentam o mesmo retorno que os nossos outros investimentos e depósitos, pois:

- uma parcela dos nossos depósitos compulsórios não rende juros;
- somos obrigados a manter uma parte dos nossos depósitos compulsórios em títulos do Governo Brasileiro; e
- somos obrigados a utilizar uma parcela de nossa captação em depósitos para financiar um programa habitacional federal, o setor rural e o programa de microcrédito.

Os requerimentos de reservas têm sido utilizados pelo Banco Central para controlar a liquidez, como parte da política monetária no passado e não temos controle sobre essa imposição.

Poderemos enfrentar elevação em nossos níveis de atraso no pagamento de empréstimos, à medida em que nossa carteira de empréstimos amadurece.

A nossa carteira de empréstimos vem crescendo substancialmente desde 1996. Qualquer aumento correspondente no nosso nível de atraso no pagamento de empréstimos poderá desequilibrar a relação da taxa de crescimento de empréstimos, já que os mesmos, tipicamente, não vencem dentro de um curto espaço de tempo após sua origem. Um crescimento rápido de empréstimos também pode reduzir o índice de empréstimos vencidos em relação aos empréstimos totais, até que a taxa de crescimento diminua ou a carteira se torne mais madura. Isto pode resultar num aumento de nossas provisões para perdas com operações de crédito, baixas contábeis e índice de empréstimos vencidos em relação ao total de empréstimos.

Além disso, em consequência do crescimento de nossa carteira de empréstimos e a referida defasagem com qualquer aumento correspondente no nível de empréstimos vencidos, a nossa experiência histórica com créditos de curso anormal pode não ser indicativa da experiência futura com esses créditos.

Perdas com nossos investimentos em títulos podem ter impacto significativo sobre os resultados das nossas operações, além de não serem previsíveis.

Os títulos e valores mobiliários representam uma parcela significativa do nosso ativo, sendo que os ganhos e as perdas de investimentos têm tido e continuarão a ter um impacto significativo sobre os resultados das nossas operações. Os valores desses ganhos e perdas, os quais contabilizamos à medida que os investimentos em valores mobiliários são alienados ou em circunstâncias limitadas quando os títulos que mantemos são ajustados para preços de mercado, podem oscilar substancialmente entre um período e outro. O nível de oscilação depende, em parte, do valor de mercado dos títulos, que por sua vez pode variar consideravelmente, e depende de nossas políticas de investimento. Não podemos prever o montante de ganhos ou perdas realizadas num determinado período futuro, sendo que as variações de um período a outro não têm valor prático de análise. Os rendimentos da nossa carteira de investimentos podem deixar de contribuir no todo ou em parte para o lucro líquido nos mesmos níveis que os de períodos recentes, sendo que poderemos deixar de auferir uma valorização como a atualmente praticada em nossa carteira consolidada de investimentos, ou qualquer parcela de valorização correspondente.

Se for estabelecido um teto sobre as taxas de juros para empréstimos bancários, pode haver um efeito adverso em nossa receita financeira e em nossa capacidade de conceder crédito.

Conforme promulgado em 1988, a Constituição Federal Brasileira estabeleceu teto de 12,0% ao ano sobre as taxas de juros para empréstimos, incluindo as taxas de juros para empréstimos bancários. Contudo, esse teto não foi aplicado, porque o Congresso Brasileiro não adotou a legislação de implementação necessária. Em maio de 2003, o artigo aplicável foi revogado de acordo com a Emenda Constitucional.

Quaisquer mudanças significativas nas restrições sobre as taxas de juros poderiam ter um efeito substancial em nossa situação financeira, resultados de operações e perspectivas.

Se nossas reservas para sinistros e benefícios futuros for inadequada, podemos ser obrigados a aumentar nossas reservas, o que afetaria adversamente o resultado de nossas operações e nossa situação financeira.

Nós estabelecemos e fazemos reservas para pagar sinistros e benefícios futuros. Nossas reservas não representam um cálculo exato das obrigações, mas sim estimativas estatísticas e atuariais baseadas em modelos que incluem várias premissas e projeções que são inerentemente incertas e envolvem o exercício de julgamento significativo, inclusive em relação aos níveis e/ou ao prazo de recebimento ou pagamento dos prêmios, benefícios, despesas, créditos de juros, resultados de investimentos, aposentadoria, mortalidade, invalidez e persistência. Não podemos determinar com precisão os valores finais que pagaremos, ou as datas de pagamento dos benefícios reais, sinistros e despesas ou se os ativos que garantem nossas obrigações de seguros, junto com os prêmios futuros, serão suficientes para cobrir o pagamento de sinistros e benefícios. Se concluirmos que nossas reservas, junto com os prêmios futuros, não são suficientes para cobrir sinistros e benefícios futuros, seríamos obrigados a aumentar nossas reservas e incorrer em despesas no resultado para o período no qual determinarmos tal fato, o que afetaria adversamente o resultado de nossas operações e nossa situação financeira.

Nossa rentabilidade pode cair caso as taxas de mortalidade, invalidez e persistência forem significativamente diferentes de nossas expectativas incluídas nos preços.

Nós estabelecemos preços para muitos produtos de seguros e de acumulação com base nos sinistros esperados e nos padrões de pagamento, usando taxas e premissas de mortalidade, ou probabilidade de morte e taxas de invalidez ou probabilidade de doenças, de nossos segurados. Além do efeito potencial dos desastres naturais ou de causa humana, mudanças significativas em mortalidade ou invalidez poderiam surgir no decorrer do tempo, devido a mudanças no meio-ambiente, nos hábitos da população segurada, nos padrões de tratamento de doenças ou deficiências e outros fatores. A determinação de preços de nossos produtos de seguros ou de acumulação também é baseada em parte na expectativa de persistência desses produtos, que é a probabilidade na qual uma apólice ou contrato permanecerá em vigor de um período para o outro. Os resultados também podem variar com base nas diferenças entre os depósitos de prêmios e saques reais e esperados. Desvios significativos na experiência real de nossas premissas de determinação de preços poderiam ter um efeito adverso na rentabilidade de nossos produtos. Embora alguns de nossos produtos nos permitam aumentar os prêmios ou ajustar outras receitas e despesas durante a existência da apólice ou do contrato, os ajustes permitidos de acordo com os termos das apólices ou contratos podem não ser suficientes para manter a rentabilidade. Muitos de nossos produtos não permitem que aumentemos os prêmios ou ajustemos outras receitas e despesas, ou limitemos tais ajustes durante a vida da apólice ou do contrato.

Nossa estratégia de comercializar e aumentar os serviços bancários pela Internet no Brasil pode ser mal recebida ou se tornar mais cara do que rentável.

Temos incentivado intensamente o uso da Internet para os serviços bancários e outros serviços para os nossos clientes e pretendemos continuar a fazê-lo. Portanto, o mercado para os nossos produtos na Internet está evoluindo rapidamente e tornando-se cada vez mais competitivo. Não podemos prever se, ou quão rapidamente, esse mercado irá crescer. No entanto, se falharmos na tentativa de adaptar-nos ao crescimento e às mudanças no mercado e na tecnologia da Internet, os nossos negócios, a nossa competitividade, ou os resultados das nossas operações poderiam ser afetados substancialmente.

A Internet no Brasil poderá se revelar um mercado comercialmente inviável, por uma série de razões, inclusive pela falta de tecnologia de segurança aceitável, pelo desenvolvimento potencialmente inadequado da infra-estrutura necessária ou pela falta de desenvolvimento e comercialização de melhorias necessárias de desempenho.

À medida que o acesso à Internet por meio de banda larga se tornar amplamente disponível, poderá ser necessário implementar mudanças significativas no desenho e no conteúdo da nossa rede

on-line, de modo a poder competir efetivamente. Uma falha na efetiva adaptação a esses ou a quaisquer outros desenvolvimentos tecnológicos poderia afetar negativamente os nossos negócios.

As nossas atividades de negociação e transações com derivativos podem ocasionar perdas substanciais.

Atuamos em negociação com valores mobiliários, comprando títulos de renda fixa e variável, principalmente, para vendê-los no curto prazo com o objetivo de gerar lucros sobre diferenças de preço no curto prazo. Esses investimentos poderiam nos expor à possibilidade de perdas financeiras substanciais no futuro, já que os títulos estão sujeitos a flutuações no valor que podem gerar perdas. Além disso, entramos em transações com derivativos para administrar globalmente nossa exposição a risco cambial e de taxa de juros. Cada uma dessas transações com derivativos protege contra aumentos nas taxas cambiais ou de juros ou contra reduções em tais taxas, mas não ambos. Se entrarmos em transações com derivativos para proteger contra, por exemplo, reduções no valor do real ou nas taxas de juros e, ao invés disso, o real se valorizar ou a taxa de juros aumentar, nós podemos incorrer em perdas financeiras. Tais perdas poderiam afetar de maneira negativa e substancial o nosso lucro líquido e nossa liquidez futura, e portanto, o valor de nossas ações preferenciais e das ADSs. Para mais informações sobre nosso risco de mercado, veja “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado”. Nos últimos três anos, o índice de nossos títulos e valores mobiliários de negociação, em relação ao total do ativo como mensurado em 31 de dezembro de cada ano, foi tão elevado quanto a 24,2% mas poderá ser ainda maior no futuro.

Riscos Relativos às Ações Preferenciais e às ADSs

Como detentor de ADSs, de um modo geral, V.Sa(s). não terá(ão) direito a voto nas nossas assembléias gerais de acionistas.

Segundo a Legislação Societária (Lei Brasileira nº. 6.404/76, alterada pela Lei nº. 9.457/97 e Lei Brasileira nº. 10.303/01, as quais chamamos conjuntamente de “Legislação Societária Brasileira”), e o nosso estatuto, os detentores de nossas ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs não têm direito a voto nas nossas assembléias gerais de acionistas, exceto em certas circunstâncias limitadas. Isto significa que, entre outros aspectos, V.Sa(s)., como detentor(es) de ADSs, não terá(ão) direito a voto nas operações societárias, inclusive qualquer fusão ou consolidação proposta com outras empresas.

Além disso, nas circunstâncias limitadas em que os acionistas preferencialistas podem votar, os detentores podem exercer o direito de voto relativo às ações preferenciais, representadas pelas ADSs, somente seguindo as disposições do contrato de depósito relativo às ADSs. Não existe na legislação brasileira, ou no nosso estatuto social, quaisquer disposições que possam limitar a capacidade dos detentores de ADSs de exercer seus direitos de voto com relação às ações preferenciais representativas por meio do banco depositário. No entanto, existem limitações práticas à capacidade dos detentores de ADSs para o exercício de seus direitos de voto devido às diversas etapas e procedimentos na comunicação com os referidos detentores. Por exemplo, nossos acionistas preferencialistas deverão receber nossos avisos diretamente ou através de publicação de notificação em jornais brasileiros e poderão exercer seus direitos de voto estando presentes na assembléia, ou através de um procurador. Os detentores de ADSs, por outro lado, não deverão receber nossos avisos diretamente. Ao invés disso, de acordo com o contrato de depósito, enviaremos o aviso para o banco depositário, o qual por sua vez, tão logo seja possível, enviará pelo correio aos detentores de ADSs o aviso relativo à assembléia e uma declaração quanto à maneira pela qual as instruções podem ser transmitidas pelos detentores. Para exercerem seus direitos de voto, os detentores de ADSs terão que instruir o banco depositário de como votar as ações representadas por suas ADSs. Devido a esse passo adicional no procedimento, envolvendo o banco depositário, o processo para o exercício de direitos de voto será mais demorado para os detentores de ADSs do que para os detentores de ações

preferenciais. As ADSs para as quais o banco depositário não receber as instruções de voto em tempo hábil não poderão votar na assembléia.

Exceto em circunstâncias limitadas, os detentores de ADSs não podem exercer os direitos de voto relativos às ADSs.

Um mercado ativo ou líquido para as nossas ADSs poderá não se desenvolver mais ou ser sustentável.

Anteriormente ao registro de nossas ADSs, em setembro de 2001, não havia um mercado público líquido para as nossas ADSs. Nós não podemos prever se um mercado de negociação pública ativo e líquido para as nossas ADSs irá se desenvolver mais e se tornará sustentável. Mercados de negociação ativos e líquidos geralmente resultam em uma menor volatilidade de preço e numa execução mais eficiente das ordens de compra e venda dos investidores. A liquidez de um mercado de títulos, muitas vezes, é função do volume de ações de lastro que são mantidas publicamente por partes não relacionadas. Embora os detentores de ADSs tenham o direito de retirar a qualquer momento do banco depositário as ações preferenciais que servem de lastro para as ADSs, não existe um mercado público para as nossas ações preferenciais nos Estados Unidos.

As ações preferenciais e as ADSs não lhe(s) dão direito a um dividendo fixo ou mínimo.

Os detentores de nossas ações preferenciais e de ADSs não têm direito a um dividendo mínimo ou fixo. Conforme nosso estatuto, nossas ações preferenciais têm direito a dividendos 10,0% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Embora de acordo com nosso estatuto atual, somos geralmente obrigados a pagar aos nossos acionistas, no mínimo 30,0% de nosso lucro líquido anual ajustado, os acionistas que participam da Assembléia Geral Ordinária podem optar por suspender esta distribuição compulsória de dividendos, se o Conselho de Administração os aconselhar de que o pagamento do dividendo não é compatível com nossa situação financeira. Nem nosso estatuto e nem a lei brasileira especifica as circunstâncias nas quais a distribuição não seria compatível com nossa situação financeira e nossos acionistas controladores nunca deixaram de deliberar a distribuição obrigatória de dividendos. Entretanto, a prática geral brasileira é que uma companhia não precisa pagar dividendos se tal pagamento ameaçar a existência da companhia, ou prejudicar o curso normal das operações.

Como detentor das ADSs, V.Sa(s). terá(ão) direitos de acionista(s) mais restritos e menos definidos do que aqueles praticados nos Estados Unidos ou em certas outras jurisdições.

Os nossos assuntos societários são regidos pelo nosso estatuto e pela Legislação Societária Brasileira, que podem diferir dos princípios legais que se aplicariam se fôssemos constituídos numa jurisdição norte-americana ou em certas outras jurisdições fora do Brasil. Pela Legislação Societária Brasileira, V.Sa(s). e os detentores das ações preferenciais poderão ter direitos mais restritos e menos definidos para proteger os seus interesses relativos aos atos praticados pelo nosso Conselho de Administração ou pelos detentores de ações ordinárias, que os direitos regidos por leis de outras jurisdições fora do Brasil.

Embora a Legislação Societária Brasileira imponha restrições sobre negociações com informações privilegiadas ou sobre manipulações de preço, os mercados brasileiros de valores mobiliários não são tão altamente regulamentados e supervisionados como os mercados de valores mobiliários dos EUA ou de certas outras jurisdições. Além disso, a negociação com as próprias ações e a preservação dos interesses do acionista podem ser menos reguladas e cumpridas no Brasil do que nos EUA, o que poderia lhe(s) pôr em desvantagem na condição de detentor(es) das ações preferenciais e das ADSs. Por exemplo, comparando com as leis societárias gerais do Estado de Delaware, a Legislação e a Prática Societárias Brasileiras possuem regras e precedentes judiciais menos detalhados e bem estabelecidos, relativos à avaliação das decisões da Administração com respeito aos padrões de dever,

de zelo e de lealdade, dentro do contexto de reestruturações societárias e operações com partes relacionadas, assim como para operações de alienação de negócios. Ademais, os acionistas de empresas brasileiras precisam ser detentores de 5,0% do capital social em circulação de uma empresa para terem legitimidade para entrar com ações derivadas de acionistas, além do fato de que, os acionistas de empresas brasileiras normalmente não têm legitimidade para entrar com ações de classe.

Pode ser difícil executar ações de responsabilidade civil contra nós ou nossos conselheiros e executivos.

Somos organizados de acordo com as leis do Brasil e todos os nossos conselheiros e executivos residem fora dos Estados Unidos. Além disso, uma parcela substancial de nossos ativos e a maior parte ou todos os ativos de nossos conselheiros e executivos estão localizados no Brasil. Como resultado, pode ser difícil para os investidores abrirem processos sobre tais pessoas, dentro dos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou executar julgamentos contra elas, incluindo qualquer ação com base em responsabilidades civis, conforme as leis de títulos federais dos EUA.

Se emitirmos novas ações, ou se nossos acionistas venderem suas ações no futuro, o preço de mercado de suas ADSs poderá diminuir.

As vendas de quantidades substanciais de ações, ou a crença de que isso possa ocorrer, poderiam diminuir o preço de mercado vigente das ações preferenciais e das ADSs, através da diluição do valor das ações. Se emitirmos novas ações ou se nossos acionistas existentes venderem as ações que detêm, o preço de mercado das ações preferenciais e, por consequência, das ADSs, poderá diminuir significativamente. Tais vendas poderão também tornar mais difícil para nós a venda de ações preferenciais e ADSs no futuro, numa oportunidade e a um preço que julgarmos apropriados.

V.Sa(s). poderá(ão) ser impedido(s) de exercer direitos de preferência relativos às ações preferenciais.

V.Sa(s). não poderá(ão) exercer direitos de preferência relativos às ações preferenciais que servem de lastro para as suas ADSs, salvo se estiver em vigor uma declaração de registro, segundo a Lei de Valores Mobiliários de 1933 dos Estados Unidos com relação àqueles direitos, ou uma isenção de declaração de registro da referida Lei de Valores Mobiliários. Da mesma forma, de tempos em tempos, poderemos distribuir direitos aos nossos acionistas. O banco depositário não oferecerá direitos a V.Sa(s)., como detentor das ADSs, salvo se os direitos estiverem registrados de acordo com as disposições da Lei de Valores Mobiliários ou sujeitos a uma isenção dos requisitos de registro. Não temos obrigação de arquivar uma declaração de registro relativa às ações ou outros títulos referentes a esses direitos, nem podemos lhe(s) assegurar de que pretendemos arquivar tal declaração de registro. Dessa forma, V.Sa(s). poderá(ão) receber somente o produto líquido da venda pelo banco depositário dos direitos recebidos com relação às ações representadas por suas ADSs ou, caso os direitos de preferência não possam ser vendidos, serão dados como extintos no decurso do prazo. É possível que V.Sa(s). não possa(m) participar de nossas ofertas de direitos e, como consequência, seus títulos serão diluídos.

Se V.Sa(s). permutar(em) as suas ADSs por ações preferenciais, correrá(ão) o risco de não poder remeter moeda estrangeira para o exterior, assim como de perder os benefícios fiscais brasileiros.

A legislação brasileira exige que as partes obtenham um registro no Banco Central para poder remeter moedas estrangeiras, incluindo dólares norte-americanos, para o exterior. O custodiante brasileiro das ações preferenciais deverá obter do Banco Central os registros necessários para o pagamento de dividendos ou outras distribuições em dinheiro, relativos às ações preferenciais ou após alienação das ações preferenciais. No entanto, se V.Sa(s). permutar(em) as ADSs pelas ações preferenciais que as lastreiam, somente poderá(ão) contar com o certificado do custodiante durante cinco dias úteis a partir da data da permuta. A partir dessa ocasião, V.Sa(s). deverá(ão) obter seu

próprio registro de acordo com as regras do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, a qual chamamos “CVM”, para obter e remeter os dólares norte-americanos para o exterior, após a alienação das ações preferenciais ou as distribuições relativas às ações preferenciais. Se V.Sa(s). não obtiver(em) o certificado de registro, V.Sa(s). poderá(ão) não ser capaz(es) de remeter os dólares norte-americanos, ou outras moedas, para o exterior, ficando sujeito(s) a um tratamento fiscal menos favorável relativo aos rendimentos das ações preferenciais. Para mais informações, veja “Item 10. Informações Adicionais - Controles de Câmbio.”

Se V.Sa(s). tentar(em) obter seu próprio registro, poderá(ão) incorrer em despesas ou enfrentar demora no processo, o que poderia causar atraso para o seu recebimento de dividendos ou distribuições relativos às ações preferenciais, ou o retorno oportuno do seu capital. O registro do custodiante, ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro que V.Sa(s). poderá(ão) obter, poderá ser afetado por futuras mudanças na legislação. Poderão ser impostas no futuro restrições aplicáveis à V.Sa(s)., à alienação das ações preferenciais de lastro ou à repatriação do produto da alienação.

O Governo Brasileiro poderá impor controles ou restrições cambiais sobre as remessas para o exterior, que podem afetar de maneira negativa a sua capacidade de converter recursos em reais para outras moedas, assim como de remeter as moedas para o exterior.

O governo brasileiro tem alterado progressivamente a regulamentação cambial brasileira como parte de um programa de liberalização (Ver “Item 4 – Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão – Regulamentação Bancária – Posição de Câmbio”). Entretanto, o governo impôs e continua impondo, restrições sobre a remessa para investidores estrangeiros do produto de seus investimentos no Brasil e sobre a conversão de moeda corrente nacional em moedas estrangeiras. A última vez que o Governo Brasileiro impôs restrições sobre remessas ocorreu em um breve período entre 1989 e o início de 1990. Uma nova imposição dessas restrições dificultaria ou impediria a sua capacidade de converter dividendos, distribuições ou o produto de qualquer venda de ações preferenciais, conforme o caso, em dólares norte-americanos ou em outras moedas, para remeter tais divisas para o exterior. Nós não podemos lhe(s) assegurar que o Governo não irá interromper este programa de liberalização ou tomar medidas restritivas no futuro.

A desvalorização do real reduziria o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos das ADSs.

Uma desvalorização do real diminuiria o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos das ADSs e poderia reduzir o valor de mercado de ações preferenciais e de ADSs.

A relativa volatilidade e falta de liquidez dos mercados de valores mobiliários brasileiros pode afetar V.Sa(s). negativamente, no caso de V.Sa(s). permutar(em) suas ADSs por ações preferenciais.

Os mercados de valores mobiliários brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que a maioria dos mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos e em outras partes, não sendo tão altamente regulados ou supervisionados como os de outros mercados. A reduzida capitalização do mercado e a relativa falta de liquidez dos mercados de capitais brasileiros podem fazer com que o preço do mercado de valores mobiliários de empresas brasileiras, inclusive das nossas ADSs e ações preferenciais, sofra oscilações, tanto no mercado nacional quanto no internacional, podendo limitar consideravelmente a sua capacidade de vender as ações preferenciais que lastreiam as suas ADSs, a um preço e na oportunidade que V.Sa(s). possa(m) desejar.

Declarações de Previsões

Este relatório anual contém declarações de previsões relativas a nossos negócios que estão baseadas nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetem nossos negócios. Palavras, tais como: “acreditar”, “antecipar”, “planejar”, “esperar”, “pretender”, “objetivo”, “avaliar”, “prognosticar”, “prever”, “projetar”, “diretrizes”, “deveria” e expressões semelhantes são usadas para identificar declarações de previsões. Essas declarações não são garantias de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que são difíceis de se prever e que podem estar além de nosso controle. Além disso, certas declarações de previsões são baseadas em premissas quanto aos eventos futuros que podem não se provar precisos. Portanto, os resultados reais podem diferir de maneira significativa dos planos, objetivos, expectativas, projeções e intenções expressas ou implícitas em tais declarações de previsões.

Fatores que poderiam fazer com que os resultados reais pudessem diferir significativamente incluem, mas não estão limitados a:

- mudanças em condições comerciais e econômicas regionais, nacionais e internacionais;
- inflação;
- aumentos nas inadimplências por parte dos tomadores e outros atrasos nas operações de crédito;
- aumentos nas provisões para perdas com operações de crédito;
- perda da capacidade de captar depósitos;
- perda de clientes ou de receitas;
- nossa capacidade de sustentar e melhorar o desempenho;
- mudanças nas taxas de juros que possam, entre outras coisas, afetar adversamente nossas margens;
- concorrência no setor bancário, nos serviços financeiros, serviços de cartões de crédito, seguros, gestão de ativos e outros setores relacionados;
- valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de negociação, principalmente títulos federais brasileiros;
- regulamentação governamental e assuntos fiscais;
- disputas ou procedimentos legais adversos ou de regulamentações; e
- crédito e outros riscos das atividades de empréstimos e investimentos.

Consequentemente, V.Sa(s). não deveria(m) colocar confiança excessiva nessas declarações de previsões. Em qualquer caso, estas declarações de previsões são válidas somente para a data em que foram feitas. Exceto se exigido pela lei aplicável, nós não assumimos qualquer obrigação para atualizá-las por motivo de novas informações, desenvolvimentos futuros ou outro motivo.

Item 4. Informações sobre a Companhia

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA COMPANHIA

Somos o maior banco do setor privado (não controlado pelo Governo) no Brasil, em termos de total de ativos. Oferecemos uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros no Brasil e no exterior para pessoas físicas, pequenas e médias empresas no Brasil, e importantes sociedades e instituições nacionais e internacionais. Possuímos a mais ampla rede de agências e serviços do setor privado no Brasil, o que nos permite abranger uma base de clientes diversificada. Nossos serviços e produtos compreendem operações bancárias, tais como: operações de crédito e captação de depósitos, emissão de cartões de crédito, consórcio, seguros, arrendamento mercantil, cobrança e processamento de pagamentos, planos de previdência complementar, gestão de ativos e serviços de intermediação e corretagem de valores mobiliários.

Segundo informações publicadas pela Superintendência de Seguros Privados, conhecida como “Susep” e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, conhecida como “ANS”, somos a maior grupo de seguros, previdência complementar e títulos de capitalização, em termos de prêmios de seguros, contribuições de previdência complementar e receitas de títulos de capitalização, em bases consolidadas. Títulos de capitalização são um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro. De acordo com a publicação anual da Fundación Mapfre na Espanha, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência era o maior grupo de seguros e previdência complementar na América Latina em 2006.

Somos o maior banco privado brasileiro de acordo com a pesquisa “The Forbes Global 2000”, divulgada pela Revista Forbes em março de 2008, de acordo com um critério composto, em que são considerados receita, lucro, ativo e valor de mercado.

Em 2007, algumas de nossas subsidiárias classificaram-se como uma das maiores empresas no Brasil em seus respectivos mercados, segundo as informações disponibilizadas pelas entidades citadas em parênteses a seguir, incluindo:

- Bradesco Seguros S.A., nossa subsidiária de seguros, que chamamos de “Bradesco Seguros”, em conjunto com suas subsidiárias, em termos de prêmios de seguros, patrimônio líquido e provisões técnicas (“Susep”/ “ANS”):
 - Bradesco Vida e Previdência S.A., subsidiária da Bradesco Seguros, que chamamos de “Bradesco Vida e Previdência”, é a maior empresa do mercado em termos de contribuições a planos de previdência complementar, prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais, carteira de investimentos e provisões técnicas (“Susep”);
 - Bradesco Capitalização S.A., subsidiária da Bradesco Seguros, que chamamos de “Bradesco Capitalização” e que oferece títulos de capitalização. Em termos de receitas com a venda de títulos de capitalização, a Bradesco Capitalização é a líder entre as empresas privadas do setor de capitalização (“Susep”);
 - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, subsidiária da Bradesco Seguros, que chamamos de “Bradesco Auto/RE” e que oferece produtos de seguros de automóveis, ramos elementares e de responsabilidade;
 - Bradesco Saúde S.A., subsidiária da Bradesco Seguros, que chamamos de “Bradesco Saúde” e que oferece seguro-saúde, incluindo despesas médico-hospitalares cobertas. A Bradesco Saúde possui uma das maiores redes

referenciadas de prestadores de serviços médico-hospitalares, além de deter a liderança no mercado de seguro de saúde (ANS).

- Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, que chamamos de “Bradesco Leasing”, em termos de valor presente da carteira de arrendamento mercantil (Associação Brasileira das Empresas de Leasing, conhecida como “ABEL”);
- Bradesco Administradora de Consórcios Ltda., que chamamos de “Bradesco Consórcios”, em termos de cotas ativas (Banco Central); e
- Banco Finasa S.A., que chamamos de “Banco Finasa” em termos de financiamento ao consumidor para aquisição de veículos (Banco Central).

Somos também um dos líderes, dentre as instituições financeiras privadas, em gestão de recursos de terceiros e em subscrição de valores mobiliários de dívida, conforme informações disponibilizadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento (conhecida como “Anbid”).

Para informações sobre outras instituições financeiras privadas e públicas (controladas pelo Governo) no Brasil, veja “- Regulamentação e Supervisão - Principais Instituições Financeiras”.

No exercício de 2007, fomos responsáveis por 19,7% da arrecadação total nacional do tributo chamado Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (“CPMF”), conforme informações disponibilizadas pela Secretaria da Receita Federal. Como a CPMF incidia praticamente sobre todas as operações financeiras brasileiras, esta estatística proporciona uma medida do percentual das operações financeiras brasileiras que processamos.

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos, numa base consolidada:

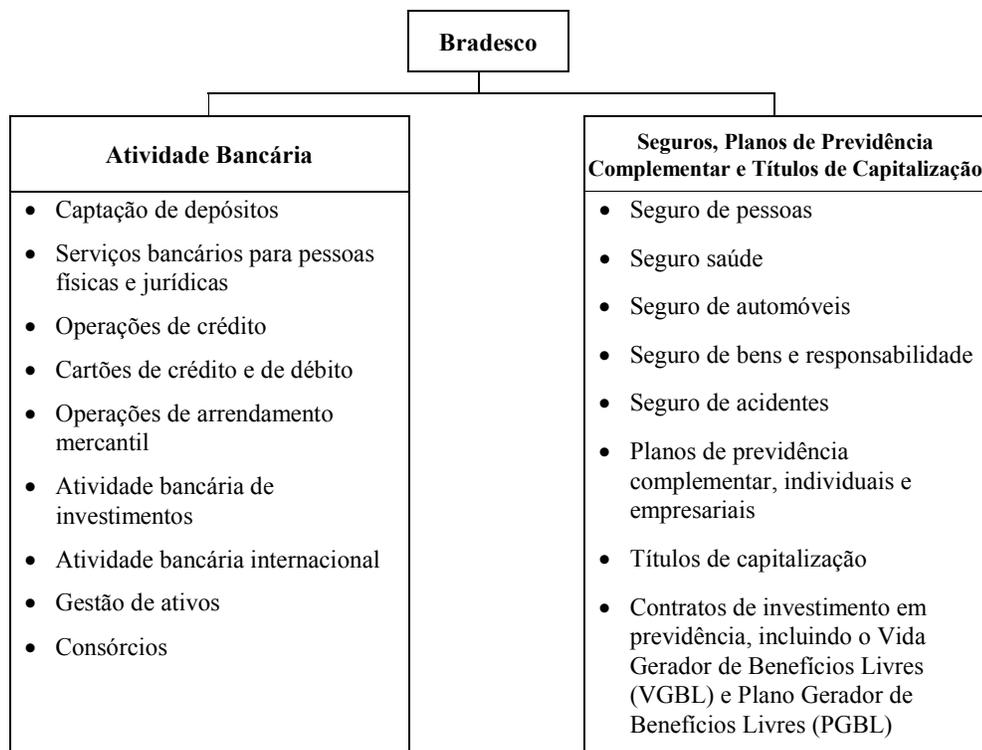
- R\$ 334,5 bilhões em total de ativos;
- R\$ 133,1 bilhões em total de operações de crédito;
- R\$ 98,3 bilhões em total de depósitos;
- R\$ 33,1 bilhões em patrimônio líquido;
- R\$ 57,8 bilhões em provisões técnicas para nossas operações de seguros, planos de previdência complementar, títulos de capitalização e contratos de investimento em previdência;
- R\$17,5 bilhões de financiamento ao comércio exterior;
- 19,8 milhões de detentores de apólices de seguros;
- 18,8 milhões de clientes correntistas;
- 34,6 milhões de contas de poupança;
- 2,3 milhões de detentores de títulos de capitalização;
- 1.331 grupos empresariais brasileiros e multinacionais no Brasil como clientes “Corporate”;

- média de 13,0 milhões de transações realizadas diariamente, sendo 2,2 milhões nas 3.160 agências e 10,8 milhões através dos canais de atendimento, destacando-se Auto-Atendimento, Internet e Fone Fácil;
- rede nacional constituída de 3.160 agências, 25.974 caixas automáticos e 2.776 postos e pontos de atendimento bancário especial, localizados nas instalações de clientes pessoas jurídicas selecionadas; e
- um total de 5 agências e 7 subsidiárias localizadas em Nova Iorque, Londres, nas Ilhas Cayman, nas Bahamas, no Japão, na Argentina, em Luxemburgo e em Hong Kong.

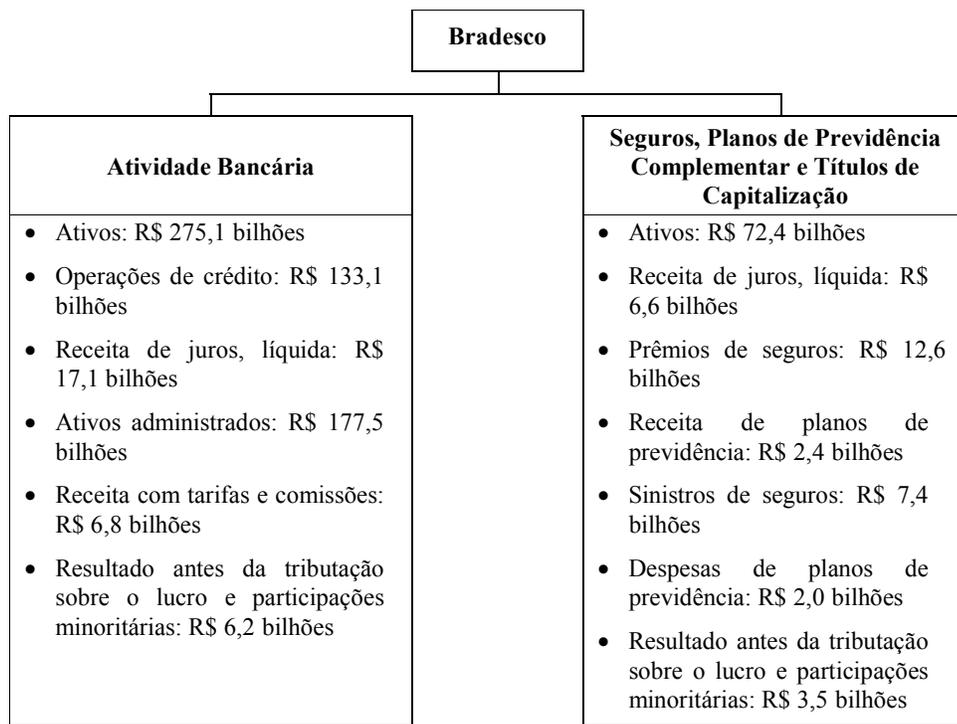
Embora nossa base de clientes inclua pessoas físicas de todos os níveis de renda, bem como empresas de grande, médio e pequeno porte, a espinha dorsal de nossa clientela tem sido tradicionalmente os cidadãos de baixa até média renda do Brasil. Desde a década de 60, somos os líderes nesse mercado bancário varejista no Brasil. Esse segmento ainda tem grande potencial para desenvolvimento e nos proporciona margens mais altas do que outros segmentos, tais como: operações de crédito à pessoas jurídicas e negociação de valores mobiliários, com maior concorrência de preços.

Nossa grande rede bancária nos permite estar mais próximos de nossos clientes, o que por sua vez, permite que nossos gerentes conheçam pessoal e diretamente nossos clientes, as regiões economicamente ativas e outras condições importantes para nossa atividade. Esse conhecimento nos ajuda na avaliação e limitação de riscos de crédito em operações de crédito, entre outros riscos, bem como no atendimento de necessidades específicas de nossos clientes. Aproximadamente 10,0 milhões de transações são efetuadas através da Rede de Atendimento Bradesco diariamente.

Organizamos nossas operações em duas áreas principais: (i) serviços bancários; e (ii) serviços de seguros, administração de planos de previdência complementar e títulos de capitalização. Veja nota 25 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no item 18, para informações adicionais por segmento. O diagrama a seguir fornece informações resumidas preparadas para cada uma de nossas duas áreas de negócios relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, por segmento.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2007



Em 31 de dezembro de 2007, conforme as fontes citadas entre parênteses a seguir, éramos:

- o líder entre os bancos do setor privado em depósitos de poupança, com 17,4% de todas as contas de poupança no Brasil e R\$32,8 bilhões em depósitos (Banco Central);
- a maior operadora de seguros e previdência complementar do Brasil, com R\$ 15,0 bilhões em total de prêmios líquidos e receitas de previdência complementar (SUSEP);
- o líder, pelo 5º ano consecutivo, entre os maiores bancos de repasse de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- um dos líderes em operações de arrendamento mercantil no Brasil, com R\$ 8,1 bilhões em aberto (ABEL);
- um dos bancos líderes na colocação de instrumentos de dívida no Brasil, com R\$ 2,3 bilhões em operações de renda fixa, durante o ano de 2007 (ANBID);
- um dos maiores administradores privados de fundos e carteiras do Brasil, com R\$ 177,5 bilhões no total de ativos de terceiros sob administração, representando 14% do mercado brasileiro total (ANBID);
- um dos maiores emissores de cartões de crédito no Brasil, com 17,5 milhões de cartões emitidos entre as bandeiras Visa, American Express e MasterCard e 9,7 milhões de cartões *private label* e com faturamento em cartões de crédito de R\$ 32,8 bilhões e R\$ 4,1 bilhões em cartões *private label* (Bradesco, Fidelity National Information Services, Inc., que chamamos de “Fidelity National”, Leader S.A Administradora de Contas de crédito, que chamamos de “Leader Card” e American Express);
- um dos maiores emissores de cartões de débito no Brasil, com 43,2 milhões de cartões de débito emitidos e com faturamento em cartões de débito de R\$ 16,8 bilhões (VISA);
- líder nos serviços de cobrança bancária no Brasil, com uma participação de mercado na ordem de 30% (Banco Central);
- o líder em comercialização de cotas de consórcio no segmento de imóveis com 126.829 cotas e no segmento de automóveis com 162.325 cotas (Banco Central);
- um dos líderes em financiamento de veículos ao consumidor, com participação de mercado de 26,0% (Banco Central); e
- o líder entre os bancos privados no pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social, conhecido como “INSS”, com pagamento de serviços da ordem de R\$ 32,9 bilhões aos mais de 4,9 milhões de pensionistas e outros beneficiários do "INSS", que representam 19,6% do total de inscrições daquele Instituto.

A tabela a seguir resume nossas receitas brutas por área de atividade relativamente aos períodos indicados:

A somatória dos valores apresentados por segmento na tabela abaixo pode divergir dos valores consolidados devido a valores atribuíveis a outras atividades não significativos e a ajustes, reclassificações e eliminações por transações entre empresas.

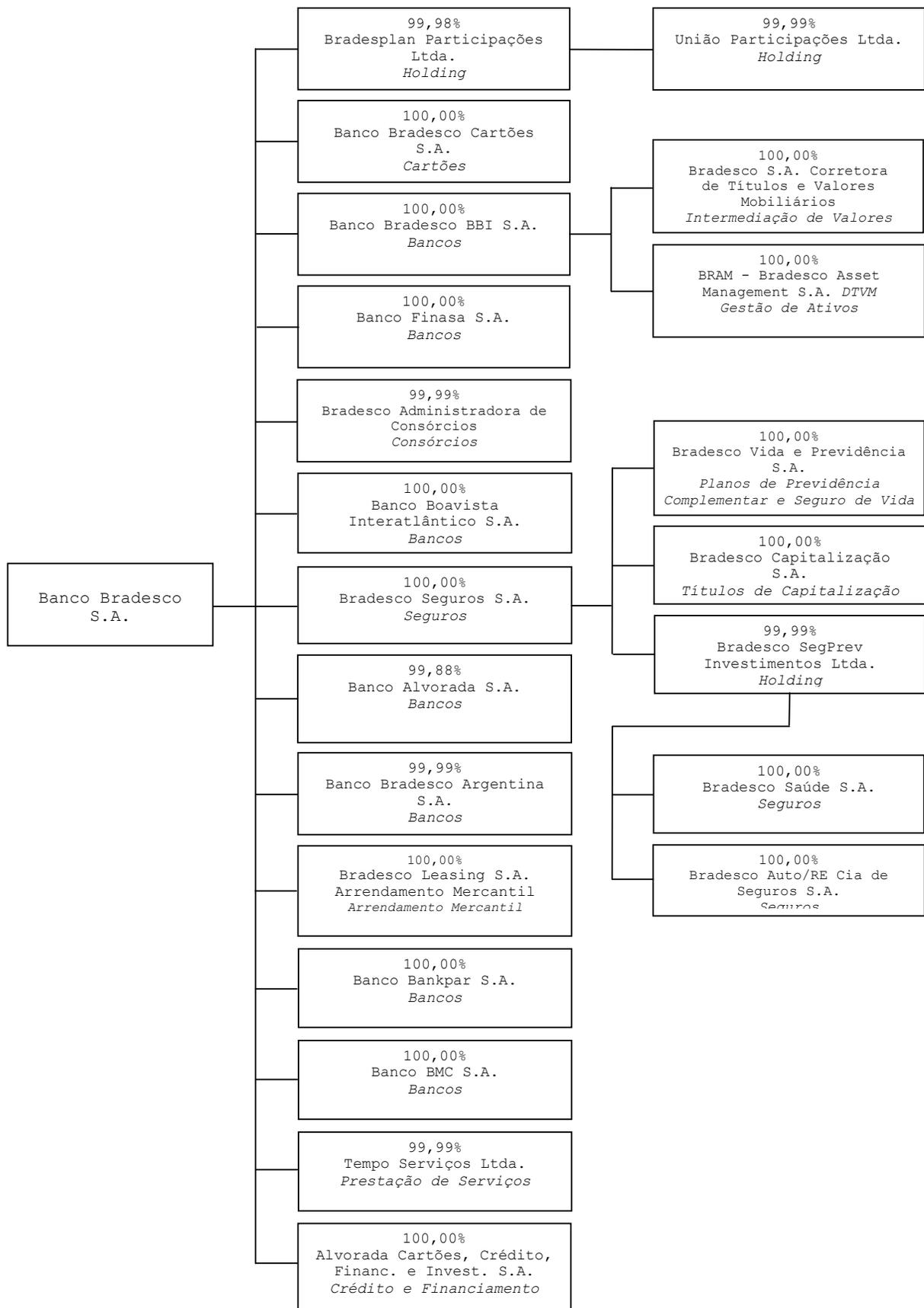
	Exercício findo em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais)		
Atividade Bancária:			
Operações de crédito:			
Financiamentos imobiliários.....	R\$ 194	R\$217	R\$323
Crédito rural	563	690	862
Arrendamento mercantil	441	653	908
Outros créditos ⁽¹⁾	15.657	19.417	20.515
Total.....	16.855	20.977	22.608
Tarifas e comissões:			
Administração de ativos.....	620	617	743
Cobrança	718	751	859
Cartões de crédito.....	562	929	1.273
Contas correntes	1.563	1.879	2.108
Recebimento de tributos.....	190	237	237
Tarifa interfinanceira	271	290	321
Garantias financeiras prestadas	109	143	197
Administração de consórcios.....	149	202	256
Outras	489	702	1.000
Total.....	4.671	5.750	6.994
Seguros e planos de previdência complementar⁽²⁾:			
Seguros:			
Saúde.....	3.518	3.918	4.246
Vida e acidentes pessoais	1.787	1.779	1.822
Automóveis, bens e responsabilidade.....	2.500	2.424	2.775
Total.....	7.805	8.121	8.843
Receitas de planos de previdência complementar.....	R\$ 377	R\$ 791	R\$ 555

(1) Inclui empréstimos industriais, financiamento por cartões de crédito, empréstimos em conta corrente, financiamento ao comércio e empréstimos estrangeiros.

(2) Exclui os contratos de investimentos de previdência complementar, veja “ – Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização”.

Não discriminamos as nossas receitas por mercado geográfico dentro do Brasil e menos de 10,0% de nossas receitas advém de operações internacionais. Para mais informações sobre nossas operações internacionais, veja “Atividade Bancária - Atividade Bancária Internacional”. Para uma discussão de nossos principais investimentos de 2005 até 2007, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Investimentos.”

Segue quadro simplificado de nossas principais subsidiárias nas atividades de serviços financeiros e seguros, e nossa participação e participações com direito a voto em cada uma delas em 31 de dezembro de 2007 (todas elas consolidadas em nossas demonstrações financeiras no Item 18). Com exceção do Banco Bradesco Argentina, que foi constituído na Argentina, todas essas subsidiárias significativas foram constituídas no Brasil. Para mais informações em relação à consolidação de nossas subsidiárias significativas, veja nota 1(a) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.



Histórico

Nossa empresa foi fundada em 1943 como um banco comercial sob o nome de “Banco Brasileiro de Descontos S.A.”. Em 1948, iniciamos um período de intensa expansão, que fez com que nos tornássemos o maior banco comercial do setor privado no Brasil no final da década de 60. Expandimos nossas atividades em todo o país durante a década de 70, conquistando mercados brasileiros urbanos e rurais. Em 1988, incorporamos nossas subsidiárias de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-nos um banco múltiplo, e mudamos nossa denominação para Banco Bradesco S.A.

Recentes Aquisições

Em 11 de abril de 2008, Cidade de Deus Participações e a Fundação Bradesco, que juntas detêm 64,64% do nosso capital votante, e os quais denominamos “Acionistas Controladores”, fizeram um acordo com o Banco Espírito Santo S.A, o qual denominamos “BES”, para a venda de ações ordinárias representando 1,5% do nosso capital votante. Esta transação foi concluída em 11 de abril de 2008, com a transferência de R\$685 milhões.

Em março de 2008, o Bradesco celebrou acordo com os acionistas da Ágora CTVM S.A. (Ágora Corretora), objetivando a aquisição da totalidade de seu capital, por meio de sua controlada Banco Bradesco BBI S.A. (BBI). O valor da operação, em torno de R\$830 milhões, será pago mediante a entrega, aos acionistas da Ágora Corretora, de uma quantidade de ações representando, aproximadamente, 8% do capital social do BBI no fechamento da operação, convertendo a Ágora Corretora em subsidiária integral do BBI. A operação está sujeita a aprovação do Banco Central.

Em janeiro de 2008, nós, por meio da Bradesco Seguros, fizemos um acordo com a Marsh Corretora de Seguros Ltda., para a aquisição de 100% do capital social total da Mediservice - Administradora de Planos de Saúde Ltda., a qual denominamos “Mediservice” por R\$84,9 milhões. A Mediservice opera há 20 anos no Brasil. Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, cerca de 300.000 usuários, e uma rede de aproximadamente 30.000 médicos, dentistas, laboratórios, centros de diagnóstico, clínicas, hospitais e serviços de emergência credenciados. Esta aquisição expande a carteira de clientes do Grupo Bradesco Seguros e Previdência e reforça seu posicionamento no mercado de operadoras de planos de saúde de grupo. A transação ainda está pendente de autorização pela ANS e pelo Conselho Administrativo de Economia (“CADE”).

Em janeiro de 2007, fechamos acordo com os acionistas do Banco BMC S.A., o qual denominamos “BMC”, para adquirir 100% do capital social total do BMC e, conseqüentemente, de suas controladas BMC Asset Management Ltda. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, BMC Previdência Privada S.A. e Credicerto Promotora de Vendas Ltda. O BMC é um dos dois maiores bancos privados no mercado de crédito consignado para beneficiários e pensionistas do INSS, com uma rede total de cerca de 7.000 agentes e 749 correspondentes bancários. De acordo com os termos desse contrato, foram entregues aos acionistas do BMC em agosto de 2007, 9.299.618 de nossas ações ordinárias e 9.299.514 de nossas ações preferenciais, aos acionistas do BMC por suas ações do BMC, que totalizaram R\$ 790 milhões. Esta transação foi encerrada em agosto de 2007, com a aprovação da transação pelo Banco Central.

Aquisições em 2006

Em maio de 2006, fechamos contrato com a Bradespar S.A., que chamamos de “Bradespar”, para adquirir 100% das ações de emissão da Bradesplan Participações S.A., a qual denominamos “Bradesplan”, holding de participações em empresas não-financeiras do grupo Bradesco, pelo valor total de R\$ 308 milhões.

Em março de 2006, celebramos contrato com os acionistas controladores da American Express Company para adquirir o capital total de suas afiliadas brasileiras, atuantes no ramo de cartões de créditos e negócios relacionados, tais como corretagem de seguros, viagens corporativas, serviços de câmbio de varejo e operações de financiamento direto ao consumidor. De acordo com tal contrato, temos direito exclusivo, por um período de 10 anos, de emitir cartões de crédito e débito de pessoas físicas e corporativos da linha American Express Centurion no Brasil. Essa transação com a American Express foi definitivamente concluída mediante a aprovação do Banco Central em junho de 2006 e o pagamento de US\$ 468 milhões, equivalente a R\$ 1,0 bilhão pagos em dinheiro.

Em março de 2006, celebramos um acordo com as Lojas Colombo S.A. Comércio de Utilidades Domésticas, a qual denominamos “Lojas Colombo”, para adquirir 50% do capital votante da Josema Administração e Participações S.A., controladora da Credifar S.A., Crédito, Financiamento e Investimento, a qual denominamos “Credifar”. A Credifar distribui produtos e serviços financeiros para os clientes das Lojas Colombo, a terceira maior rede de varejo de produtos eletroeletrônicos e móveis do Brasil, que possui 365 lojas distribuídas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais e já atua como correspondente bancário do Bradesco desde agosto de 2004 contando com mais de 2 milhões de clientes ativos. Essa transação foi concluída em maio de 2007 com a aprovação do Banco Central.

Aquisições de 2003 a 2005

Aquisição do BBV Banco

Em janeiro de 2003, firmamos acordo com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., que chamamos de “BBVA”, para adquirir a totalidade das ações do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A. e suas controladas, que chamamos de “BBV Banco”. Nosso principal objetivo na aquisição foi melhorar nossa produtividade e competitividade incorporando recursos do BBV Banco e fomentar negócios com empresas espanholas que investem no Brasil.

O Banco Central aprovou a transação em maio de 2003 e o BBV Banco tornou-se nossa subsidiária integral em junho de 2003 quando nossos acionistas e o Conselho de Administração do BBVA aprovaram a troca das ações do BBV Banco por nossas recém emitidas ações. Em 31 de maio de 2003, o BBV Banco possuía ativos totais de R\$ 10,3 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 2,4 bilhões, 439 agências e setenta e seis postos bancários.

Conforme acordado com o BBVA, em junho de 2003, fizemos um pagamento único em dinheiro de R\$ 1.864 milhões ao BBVA em troca de 49,0% das ações ordinárias e 99,99% das ações preferenciais do BBV Banco. Além disso, em troca dos 51,0% restantes das ações ordinárias e 0,01% de ações preferenciais do BBV Banco, emitimos ao BBVA, ações preferenciais e ordinárias equivalentes a 4,4% de nosso capital acionário, no valor de R\$ 630 milhões, de acordo com nossas demonstrações financeiras auditadas. Nós incluímos os resultados do BBV Banco em nossas demonstrações financeiras a partir de junho de 2003.

Em setembro de 2003, todas as agências, ativos e passivos relacionados do BBV Banco foram transferidos para o Bradesco pelo valor contábil. Em outubro de 2003, mudamos o nome do BBV Banco para Banco Alvorada S.A., que chamamos de “Banco Alvorada”.

Depois da aquisição do BBV Banco, o BBVA aumentou sua participação percentual em nossas ações através da compra de nossas ações na Bovespa. Em 31 de dezembro de 2007, detinha 5,0% de nossas ações ordinárias e 2,5% do capital total. Para mais informações sobre o BBVA, veja “Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas - Principais Acionistas - BBVA”.

Com a compra do BBV Banco em 2003, nossos acionistas controladores Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco, que juntos detinham 64,64% de nossas ações com direito a voto e que chamamos de “acionistas controladores”, firmaram um acordo de acionistas, que chamamos de “Acordo de Acionistas”, com nosso acionista BBVA. Conforme os termos do Acordo de Acionistas, o BBVA tem o direito de nomear um membro para nosso Conselho de Administração, enquanto possuir ao menos 3,9% de nosso capital votante. Entretanto, o BBVA não perderá este direito se sua participação cair abaixo desta porcentagem por força de um aumento em nosso capital, sobre o qual os nossos acionistas, incluindo o BBVA, não tiverem direito de preferência.

Além disso, conforme o Acordo de Acionistas, os nossos Acionistas Controladores têm o direito de preferência na aquisição de quaisquer das ações ordinárias do BBVA, e o BBVA tem a opção de venda sobre nossos Acionistas Controladores, a qual pode ser exercida integralmente ou em parte sobre nossas ações ordinárias representando 5,0% do nosso capital votante até 2010.

Se o BBVA exercer sua opção de venda de ações, o preço a ser pago pelos nossos Acionistas Controladores será baseado no preço médio de mercado de nossas ações ordinárias na Bolsa de Valores de São Paulo S.A., a qual denominamos “Bovespa,” nos vinte pregões imediatamente anteriores à notificação do BBVA do exercício da opção de venda.

Com a compra do BBV Banco, estabelecemos um centro de operação, conhecido como “Euro Desk”, que é conduzido por um funcionário designado pelo BBVA e que se dedica a identificar oportunidades para podermos fornecer serviços bancários e fortalecer o nosso relacionamento com a comunidade espanhola no Brasil; e também temos uma equipe especializada em serviços dedicada a servir clientes espanhóis que tenham negócios no Brasil e brasileiros com interesses na Espanha ou outros países latino-americanos. Conforme o Acordo de Acionistas, enquanto o BBVA possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante, devemos continuar com o “Euro Desk” e com uma equipe especializada.

Em 4 de março de 2008, o BBVA exerceu a opção de venda de suas ações remanescentes e nossos Acionistas Controladores adquiriram as ações do BBVA em 11 de abril de 2008, com a transferência, em 16 de abril de 2008, de R\$ 2,3 bilhões ao BBVA. O Acordo de Acionistas não está mais em vigor desde 11 de abril de 2008.

Aquisição de participações minoritárias na Bradesco Seguros

Em março de 2005, adquirimos a participação minoritária de terceiros no capital acionário da Bradesco Seguros, através da troca de ações da Bradesco Seguros detidas por terceiros, por ações da Companhia. Na conclusão dessa transação, a Bradesco Seguros tornou-se nossa subsidiária integral e os acionistas minoritários da Bradesco Seguros tornaram-se detentores de 363.271 ações preferenciais de nosso capital. O valor total dessa transação foi de R\$ 12 milhões.

Aquisição da carteira de crédito do Banco Morada

Em abril de 2005, adquirimos através de nossa subsidiária Finasa Promotora de Vendas Ltda., a qual chamamos “Finasa Promotora”, a rede de distribuição de empréstimo pessoal e crédito direto ao consumidor do Banco Morada, um dos principais fornecedores de empréstimos pulverizados do mercado do Rio de Janeiro, pelo valor de R\$ 80 milhões. O negócio inclui a base de dados de 1,1 milhão de clientes do Banco Morada e, ainda, a transferência de 33 pontos comerciais, sendo 15 no Rio de Janeiro, 8 em São Paulo e 10 nos demais Estados da Federação.

Aquisição da Leader Card

Em julho de 2005, adquirimos 50% do capital total da Leader S.A. Administradora de Cartões de Crédito que chamamos de “Leader Card”, a empresa responsável pela administração do cartão de

crédito de marca própria da União de Lojas Leader, a qual chamamos de “Leader Magazine”, pelo valor de R\$ 47,5 milhões. A Leader Magazine é uma rede de varejo com atuação focada nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. O cartão de crédito *private label* da Leader Magazine é uma das cinco maiores empresas de cartões de crédito de marca própria do Brasil, com mais de 3,5 milhões de detentores de cartões, sendo 300.000 com bandeira Visa. Em 2007, a Leader Magazine expandiu suas operações para os Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, atualmente conta com 38 lojas.

Aquisição do BEC

Em dezembro de 2005, fizemos um lance vencedor para aquisição controle acionário do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, o qual chamamos “BEC”, e de sua controlada BEC DTVM Ltda. em leilão na Bovespa. A operação foi concluída em janeiro de 2006 e envolveu a compra de 82.459.053 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão do BEC, que representavam 89,4% do capital votante e 89,2% do capital social total, pelo valor de R\$ 700 milhões. O processo de aquisição teve sua conclusão em janeiro de 2006. Em maio de 2006, realizamos oferta pública para adquirir as ações em circulação do BEC. Depois da conclusão da oferta, nos tornamos detentores de 99,49% do capital social do BEC. Convocamos assembléia geral do BEC para 30 de junho de 2006 para resgatar as ações que não nos foram vendidas no processo da oferta publica. Em novembro de 2006, a Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimentos S/A incorporou o BEC e o sucedeu em todos os seus direitos e obrigações.

Outras aquisições

Em novembro de 2003, nós celebramos “Instrumento Particular de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças” com os controladores do Banco Zogbi S.A., que chamamos de “Zogbi” e junto com suas controladas, “Instituições Zogbi”, objetivando a aquisição da totalidade do seu capital social e suas controladas, pelo valor de R\$ 650 milhões. As Instituições Zogbi atuaram por mais de quarenta anos na atividade de financiamento, mantendo forte presença nas áreas de crédito direto ao consumidor, pessoal, cartão e veículos. As Instituições Zogbi, em setembro de 2003, possuíam ativos totais de R\$ 833 milhões, operações de crédito de R\$ 520 milhões e patrimônio líquido de R\$ 335 milhões. Em outubro de 2004, o Zogbi teve seus ativos e passivos incorporados pelo Banco Finasa, pelo valor contábil, com a conseqüente extinção da sociedade. Em junho de 2005, a fusão da Zogbi no Banco Finasa foi aprovada pelo Banco Central.

Em fevereiro de 2004, nós adquirimos o controle acionário do Banco do Estado do Maranhão S.A. - BEM, que chamamos de “BEM”, em sua privatização pelo governo através de leilão. Em 31 de dezembro de 2003, o BEM possuía 76 agências e 125 postos de atendimento, e seus ativos totalizavam R\$ 766 milhões. A operação envolveu a compra de 89,96% do capital social do BEM pelo valor de R\$ 78 milhões. Em julho de 2004, o BEM tornou-se nossa subsidiária integral através de nossa aquisição da participação remanescente dos minoritários por meio do pagamento de R\$ 8,6 milhões. Em outubro de 2004, as agências, ativos e passivos relacionados foram transferidos para o Bradesco pelo valor contábil.

Com exceção de nossa aquisição do BBV Banco, atualmente Banco Alvorada, em 2003, nenhuma de nossas outras aquisições realizadas desde janeiro de 1998 envolveu a aquisição de uma subsidiária significativa de acordo com o US GAAP.

Banco Postal

O Banco Postal é a marca por meio da qual ofertamos nossos produtos e serviços em todos os municípios brasileiros, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que chamamos “Correios”, através de agências funcionando sob a marca “Banco Postal”.

Através do contrato de prestação de serviços, assinado em setembro de 2001, podemos com exclusividade, oferecer serviços bancários em diversas agências próprias e franqueadas dos Correios, que chamamos de “agências”.

A prestação dos serviços teve início em março de 2002, com a inauguração da primeira agência, no Estado de Minas Gerais. Encerramos o ano de 2007 com 5.821 agências, instaladas em 5.032 municípios brasileiros. Mensalmente são realizadas, em média, mais de 36 milhões de transações.

Das 5.821 agências inauguradas, cerca de 1.700 foram implantadas em praças até então desassistidas por bancos, beneficiando direta ou indiretamente milhões de pessoas que viviam à margem do sistema financeiro.

O Banco Postal oferece serviços bancários básicos, especialmente os serviços direcionados aos segmentos da população de baixa renda, e inclui:

- propostas de abertura de contas;
- propostas de empréstimos, financiamentos e cartões de crédito;
- saques de conta corrente e poupança e pagamentos de benefícios do INSS;
- depósitos em conta corrente e poupança;
- consulta de saldos de conta corrente, poupança e pagamentos de benefícios do INSS;
- recebimento de títulos de cobrança bancária;
- processamento de pagamentos de contas de consumo;
- processamento de pagamentos de tributos municipais, estaduais e federais; e
- licenciamento de veículos.

Além do Banco Postal, nas agências dos Correios, temos firmado parcerias com redes varejistas, supermercados, farmácias, padarias entre outros, para prestação de serviços de Correspondente. Essas empresas recebem em suas lojas contas de consumo (água, luz, telefone, etc.) e boletos de cobrança bancária, além de realizar operações de saques em conta corrente e poupança e pagamento de aposentados.

Tanto nos Correios quanto nas demais empresas, o atendimento é prestado por seus próprios funcionários, e as decisões de abertura de contas e de concessão de crédito são de nossa responsabilidade.

Outras Alianças Estratégicas

Em novembro de 2004, celebramos parceria com o Bank of Tóquio – Mitsubishi UFJ Brasil S.A. para prestar serviços bancários aos clientes brasileiros que trabalham no Japão.

Nós e as Casas Bahia, líder no varejo do país, assinamos em novembro de 2004 um acordo operacional de exclusividade, com duração de 3 anos, com volume potencial de R\$ 1 bilhão de operações por ano, com objetivo de financiamento de novas operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC). Em novembro de 2005, começamos a emitir e administrar o cartão de crédito *private label* das Casas Bahia. Desde então, emitimos mais de 4 milhões de cartões *private label*, cartões de crédito Casas Bahia (todos com a bandeira Visa).

Em fevereiro de 2005, reduzimos nossa participação societária em 315.000.000 de ações ordinárias na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (atual Arcelor). Após esse evento, passamos a deter uma participação indireta de 3,44% do capital social com direito a voto da Belgo-Mineira e 1,89% de seu capital total. Em junho de 2007, alienamos a nossa participação remanescente na Belgo-Mineira.

Em março de 2005, nós e a Comercial Pereira de Alimentos Ltda, que chamamos “Rede Comper”, rede de supermercados que atua nas regiões centro-oeste e sul do país, fechamos um acordo que regulamenta a emissão de nossos cartões *private label*, inclusive com bandeira, além da comercialização de nossos produtos e serviços financeiros e securitários.

Nós e a Eletrozema, loja de departamentos localizada nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Pará, firmamos, em junho de 2005, uma parceria para financiamento aos clientes da rede. Esta operação está garantida através de fiança contratual.

Nós e a Ponte Irmãos e Cia. Ltda., que chamamos de “Ponte Irmãos”, rede de lojas composta por 80 lojas, fundada há 45 anos, com atuação no norte, nordeste e centro-oeste, firmamos em julho de 2005, parceria para financiamento aos clientes da rede. Esta operação está garantida através de fiança contratual.

Nós e a Dismar Distribuidora Maringá de Eletrodomésticos Ltda., que chamamos de “Dismar”, rede de varejo, atacado e de lojas eletrônicas atendendo a todo o estado do Paraná e a vários outros estados, firmamos em agosto de 2005 uma parceria para financiamento aos clientes da rede.

Em dezembro de 2005, celebramos parceria com o Banco Espírito Santo S.A. (BES) para prestar serviços bancários aos seus clientes brasileiros que residem em Portugal.

Nós e a Deib Otoch S.A., que chamamos de “Lojas Esplanada” e a Express Comercial S.A., que chamamos de “Express”, firmamos, em dezembro de 2005, uma parceria para gestão dos cartões de crédito *private label* das Lojas Esplanada e Express, que permitem ao portador financiar suas compras nessas lojas. O acordo prevê também a comercialização de nossos produtos e serviços aos 2,3 milhões de clientes portadores desses cartões. As Lojas Esplanada e Express são uma das maiores redes de varejo do Nordeste do Brasil.

Em março de 2006, celebramos um contrato de parceria com Fidelity National e com o Banco ABN AMRO Real S.A., que denominamos “Banco Real”, para prestar serviços de processamento de cartões por meio de uma nova sociedade, a Fidelity Processadora e Serviços S.A., que denominamos “Fidelity”. A Fidelity tem por objeto a prestação de todos os serviços de processamento inerentes às atividades de cartões (incluindo cartões de crédito, cartões múltiplos e de débito, cartões de benefícios e cartões *private label*), tais como: autorização e processamento de transações, troca de dados para autorização e liquidação, processamento de dados e de *database marketing*, análise e manutenção de crédito, impressão, postagem e envio de faturas e correspondências, gravação e personalização de cartões, operação de *contact center*, serviços de cobrança e de prevenção a fraude. A Fidelity presta serviços aos nossos clientes, aos cliente do Banco Real e a outros emissores de cartões desde abril de 2006, tornando-se, após a migração destas contas, uma das maiores processadoras de cartões de crédito do Brasil.

Em maio de 2006, celebramos um acordo com a GBarbosa Comercial Ltda., a qual chamamos “Gbarbosa”, para a emissão e administração de seu cartão *private label* chamado “Credi Hiper” e para oferecer produtos e serviços financeiros aos clientes da GBarbosa. A GBarbosa é a quarta maior varejista de supermercados do Brasil. Temos atualmente mais de 1 milhão de cartões emitidos.

Em julho de 2006, celebramos um acordo com a Coop – Cooperativa de Consumo, a maior cooperativa de consumo da América Latina no ramo de supermercados, para regular a emissão e administração do seu cartão *private label* e para oferecer produtos e serviços financeiros aos seus clientes.

Em setembro de 2006, celebramos um acordo com a Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, a líder no setor farmacêutico do estado do Rio Grande do Sul, para regular a emissão e administração de seu cartão *private label*.

Em junho de 2007, alienamos 676.009 ações de emissão da Serasa S.A., conhecida como “Serasa”, para Experian Brasil Aquisições Ltda, uma subsidiária da Experian Solutions Inc.. A Serasa é líder em serviços e produtos de análise e informações para crédito e a Experian é líder global na prestação de serviços analíticos e de informações a organizações e consumidores. Apesar dessa venda, mantivemos o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração da Serasa. Após esse evento, passamos a deter uma participação de 8,3% do capital do Serasa.

Em outubro de 2007, firmamos um acordo com o Banco de Chile, conhecido como “Banco de Chile”, para desenvolver produtos de investimento em conjunto e oferecer novas oportunidades de negócios e ganhos em sinergia por meio da BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, nossa empresa de gestão de ativos, e Banchile Administradora General de Fondos S.A., administradora de ativos do Banco de Chile.

Em novembro de 2007, nossa corretora em Londres, a Bradesco Securities UK, Ltd, que denominamos “Bradesco Securities UK”, iniciou suas operações. A Bradesco Securities UK atua como intermediária nas transações envolvendo títulos de renda fixa e variável entre empresas brasileiras e investidores institucionais europeus e globais, e está focada principalmente na intermediação de compras e vendas de ações nos ambientes da NYSE, do NASDAQ e da BOVESPA, na distribuição de relatórios de pesquisa e prospectos, em apresentações a investidores europeus e globais e nas demais atividades de *investment banking*.

Seguros e Outras Operações

Adquirimos o controle da Bradesco Seguros, anteriormente Atlântica Companhia Nacional de Seguros, em 1983. Entre 1983 e 2004, a Bradesco Seguros adquiriu participações em dez outras empresas e mantém atualmente seis subsidiárias para cumprir exigências regulamentares. Estas aquisições permitiram que a Bradesco Seguros se tornasse uma das principais seguradoras no Brasil.

Em março de 2005, adquirimos a participação remanescente dos minoritários por meio de troca de ações equivalentes ao valor de R\$ 12 milhões, tornando a Bradesco Seguros nossa subsidiária integral.

Informações para Contato

Somos uma sociedade anônima constituída segundo as leis do Brasil. Nossa sede social está localizada na Cidade de Deus, Vila Yara, 06029-900, Osasco, SP, Brasil, e o número de telefone de nossa sede social é (55-11) 3684-5376. Nosso procurador nos Estados Unidos para recebimento de citações e notificações (process agent) é a CT Corporation, cujo endereço é 111, Eighth Avenue, 13th floor, New York, New York 10011.

Estratégia Comercial

Nós acreditamos que a expansão da economia brasileira, influenciada pelo favorável ambiente macroeconômico, resultado do crescimento significativo do poder de compra de certos segmentos de renda da população brasileira, principalmente os cidadãos de baixa e média renda, e dos investimentos das empresas, levará a uma expansão sustentada da demanda por serviços financeiros e de seguro nos próximos anos.

Nosso principal objetivo é manter o foco no mercado doméstico para, na posição de maior banco privado no Brasil, expandir nossa rentabilidade, criar valor para nossos acionistas e gerar retornos mais altos em comparação com outras instituições do setor financeiro brasileiro.

A nossa estratégia para atingir essas metas está focada não só em continuar a expandir a nossa base de clientes, como também: de consolidar nosso papel como o “Banco Completo” no mercado brasileiro, de maneira que sejamos o “primeiro banco” para cada um de nossos clientes.

Estamos cada vez mais segmentando nosso atendimento por meio da alocação eficiente dos nossos recursos e talentos humanos, para oferecer aos nossos clientes os produtos e serviços que atendam verdadeiramente a suas necessidades. Nós acreditamos que a atenção ao perfil financeiro dos nossos clientes e o respeito a sua individualidade revertem em maior satisfação e fidelidade do cliente para conosco. A segmentação dos serviços financeiros também tem nos permitido potencializar sinergias das instituições que adquirimos nos últimos anos.

Temos a maior e, provavelmente, a melhor rede de canais de distribuição dentre os bancos privados brasileiros, constituída por agências, postos bancários, pontos de auto-atendimento, Banco Postal e outros canais de terceiros, cujo crescimento foi especialmente significativo com a adesão de grandes redes de varejo como correspondentes. Contamos com mais de 55.000 pontos físicos de atendimento. A capilaridade fina, segmentada e bem distribuída da nossa rede de atendimento ao cliente otimiza a logística de entrega dos produtos e serviços e nos permite competir plenamente no varejo bancário. Pretendemos continuar a expandir e refinar a nossa rede de atendimento e oferecer mais e melhores produtos e serviços massificados aos clientes, para atender a demanda crescente por crédito e seguros no mercado brasileiro.

Também estamos focados em expandir nossos negócios nas áreas de banco de atacado, em todos os seus aspectos, em especial no que diz respeito ao atendimento corporativo, e de *private banking*. No segmento corporativo, o cenário econômico brasileiro ampliou significativamente o desempenho das empresas de pequeno e médio porte, segmento onde acreditamos estarmos muito bem posicionados.

Além disso, desde o ano passado, vimos dando especial atenção ao nosso braço de banco de investimento, o Banco Bradesco BBI, que chamamos de BBI. Recorremos ao mercado para buscar profissionais com conhecimento qualificado e pretendemos aproveitar ao máximo o forte relacionamento com nossos clientes corporativos e com o segmento de alta renda para potencializar nossas operações de banco de investimento.

Pretendemos crescer bastante também em outros mercados em que antes estávamos menos focados, como o de corretagem de valores mobiliários. Com o grande crescimento do mercado mobiliário brasileiro nos últimos anos e o recente acordo, submetido à aprovação pelas autoridades competentes, para a aquisição da maior corretora de valores mobiliários do Brasil, a Ágora Corretora, nos tornaremos líderes no mercado de corretagem de valores.

No segmento de seguros, acreditamos haver grande potencial para crescimento de nossas operações, em razão da ainda baixa representação da indústria seguradora no produto interno bruto brasileiro. O aumento na renda média do brasileiro tem incorporado milhões de novos segurados, e nosso objetivo é capturar esta crescente demanda, consolidando nossa liderança nos diversos ramos de seguros.

Temos ainda nos organizado para aumentar os ganhos em escala e eficiência operacional, por meio da segmentação da oferta de produtos, com a criação de seguradoras especializadas em cada ramo de seguros, que chamamos de seguradora “multi-linha”. Com isso, evitamos subsídios cruzados e temos o pleno controle do desempenho de cada linha de produtos. Acreditamos que podemos nos

beneficiar de nossa estrutura para maximizar as vendas de produtos de seguros, que na sua essência têm alta margem de contribuição, criando acesso a corretores independentes.

Ademais, em cada uma das nossas linhas de operação, queremos nos destacar e ser percebidos pelos nossos clientes como líderes no desempenho e na eficiência. Acompanhamos de perto e procuramos permanentemente melhorar os nossos níveis de eficiência operacional.

Entendemos que a essência do êxito empresarial no setor financeiro consiste em combinar a atração do cliente com um quadro de pessoal altamente capacitado e dedicado à prestação de serviços, permanentemente treinado e com rígidos padrões de disciplina e ética no trabalho. A capacitação, a promoção e a criação de uma cultura de solidariedade no trabalho são também fundamentais para a promoção do negócio, visando fomentar um ambiente em que nossos funcionários possam desenvolver uma carreira duradoura. Fomos eleitos pela publicação “Guia Você S/A Exame”, em 2007, como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

Finalmente, conduzir os negócios de acordo com os mais altos padrões de ética é um elemento principal da nossa filosofia. Portanto, a nossa estratégia é guiada e orientada sempre pela busca das melhores práticas de Governança Corporativa e pelo entendimento de que devemos ser, além de fonte de lucros para nossos acionistas, um elemento construtivo para a sociedade.

Os elementos-chave de nossa estratégia comercial são:

- expansão por meio do crescimento orgânico;
- sofisticação do nosso já bem sucedido modelo comercial de grande instituição bancária, conjugada com o maior grupo segurador da América Latina, que chamamos de “Modelo Banco-Seguros”, a fim de aumentar cada vez mais a rentabilidade e consolidar nossa liderança no setor de seguros;
- aumento das receitas, da rentabilidade e do valor para os acionistas, por meio do fortalecimento das operações de empréstimos e financiamentos, nossa atividade primordial, e da ampliação de produtos e serviços;
- manutenção de nosso compromisso com a inovação tecnológica;
- obtenção de rentabilidade e retorno para os acionistas por meio da melhora constante do índice de eficiência;
- foco na gestão de riscos, para garantir que estes estejam sempre mantidos em níveis aceitáveis em nossas operações; e
- expansão mediante alianças estratégicas e aquisições seletivas, quando vantajosas.

Expandir por meio do crescimento orgânico as áreas comerciais essenciais

A economia brasileira tem crescido de forma sustentada nos últimos cinco anos e, no decorrer do tempo, tem criado oportunidades estratégicas para crescimento nos setores financeiros e de seguros, principalmente por meio de aumentos no volume de negócios em segmentos nos quais estamos particularmente bem posicionados. Pretendemos continuar a nos beneficiar desta evolução, para aumentar nossa receita, obter rentabilidade e maximizar valor para os acionistas, agindo para:

- capitalizar a oportunidade nos mercados brasileiros de obter novos clientes, principalmente os de baixa e média rendas, cujas necessidades financeiras e de crédito ainda não estejam

atendidas, e, adicionalmente, manter a intensa competição pela pequena camada de clientes com faixas de renda mais altas;

- ampliar a distribuição de serviços financeiros, utilizando criatividade no desenvolvimento de novos produtos massificados, utilizando fortemente os canais de terceiros, como, por exemplo, na expansão da oferta de cartões de crédito e produtos e serviços financeiros e de seguros em grandes redes de varejo, por meio de alianças com redes de lojas, do Banco Postal e de outros correspondentes;
- beneficiar-nos dos canais de distribuição existentes, inclusive de nossa tradicional rede de agências e outros meios de acesso, para identificarmos a demanda por novos produtos e expansão da oferta de produtos que estão voltando à cena graças à estabilidade monetária no Brasil, como os financiamentos de longo prazo, em especial o crédito imobiliário;
- melhor utilizar nossa base de clientes, oferecendo-lhes, de modo mais amplo, nossos produtos e serviços e elevando de 4,8, em dezembro de 2007, para 5,0, em dezembro de 2008, a média do número de produtos utilizados por cada conta corrente;
- melhor utilizar os sistemas apoiados em nossas agências, a fim de avaliar e monitorar o uso de nossos produtos pelos clientes, de modo a canalizá-los para as plataformas adequadas de venda, entrega e comercialização; e
- desenvolver produtos segmentados, em conformidade com os perfis e necessidades de nossos clientes, tanto os atuais quanto os em potencial.

Atuar com base no Modelo Banco-Seguros, a fim de manter a rentabilidade e consolidar a liderança no setor de seguros

Nossa meta é fazer com que os nossos clientes nos procurem como seu “primeiro banco” para atender às suas necessidades bancárias, de seguros e de previdência. Acreditamos estar numa posição especialmente privilegiada para capitalizar a sinergia entre serviços bancários, seguros, previdência e outras atividades financeiras.

Nosso grupo segurador tem cobertura nacional. Além de toda a rede própria de distribuição bancária, que é de grande importância na distribuição de seguros e previdência, dos serviços de distribuição pela Internet e de novos canais de distribuição que desenvolvemos graças a nossa criatividade, contamos ainda com canais específicos para a oferta de produtos de seguros e previdência, com uma plataforma própria de mais de 15.000 corretores e concessionários para os ramos elementares e 8.000 para vida e previdência. Nossos corretores e concessionários são permanentemente assistidos e incentivados a melhorar o atendimento aos nossos clientes.

Ao mesmo tempo, pretendemos aumentar os níveis de rentabilidade do negócio de seguros e de planos de previdência complementar, usando a medida de lucratividade em vez do volume de prêmios subscritos ou valores depositados, por meio da:

- gestão de nossas reservas e portfólio;
- comercialização intensa dos nossos produtos; e
- manutenção de níveis de risco aceitáveis em nossas operações por meio de uma estratégia de:

- priorizar oportunidades de subscrição de seguros, de acordo com o “diferencial de risco” (*risk spread*) entre a receita esperada nos termos do contrato de seguro e o valor dos sinistros projetados (estatisticamente) a serem devidos nos termos deste contrato;
- celebrar transações de *hedge*, de modo a evitar descasamento entre a taxa real de inflação por um lado, e provisões para ajustes de taxas de juros e inflação em contratos de longo prazo; e
- celebrar contratos de resseguro com resseguradoras de renome, aproveitando a nova realidade do mercado ressegurador brasileiro.

Aumento das receitas de atividades bancárias, da rentabilidade e do valor para os acionistas, por meio do fortalecimento das operações de empréstimos e da ampliação de novos produtos e serviços

Estamos voltados para o aumento das receitas e da rentabilidade de nossas operações bancárias, com as seguintes medidas:

- exercício de nossas atividades tradicionais de captação de depósitos e de operações de empréstimos e financiamentos buscando, continuamente, a melhora da qualidade da carteira de crédito, por meio de planos de mitigação de riscos e do aprimoramento dos modelos de precificação de riscos de inadimplência, garantindo adequadas provisões para perdas esperadas e melhores resultados na concessão, no acompanhamento e na recuperação e de operações de crédito;
- construção da nossa base de clientes, pessoas jurídicas e físicas, oferecendo serviços em conformidade com os perfis e as necessidades de clientes específicos;
- busca intensiva do desenvolvimento de serviços remunerados com base em tarifas, tais como cobrança e processamento de pagamentos;
- expansão de serviços e produtos financeiros distribuídos fora de nosso meio convencional de Agências, tais como atividades de cartões de crédito, capitalizando sobre a mudança no comportamento dos consumidores quanto ao consumo de serviços financeiros;
- aumento das receitas de gestão de ativos; e
- continuação da formação da base de clientes de alta renda, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços financeiros personalizados.

Manter o nosso compromisso com a inovação tecnológica

O desenvolvimento de meios eficientes para chegar aos clientes e processar operações, de forma segura e ininterrupta, constitui elemento-chave de nossa meta de aumentar a rentabilidade e capitalizar sobre oportunidades de crescimento coordenado.

Registramos uma trajetória de mais de seis décadas de pioneirismo, sempre antecipando o futuro com estratégias eficientes e impactos positivos para a sociedade. Neste contexto, destaca-se a aplicação da tecnologia de ponta, um dos pilares centrais da estratégia da Organização para dar sustentabilidade, impulsionar os negócios e gerar aos clientes o fácil acesso a serviços inovadores e seguros.

Estamos entre as empresas brasileiras que mais investem em pesquisas e desenvolvimento voltados para a área bancária. Com o propósito de aprimorar ainda mais o ambiente de TI da nossa organização, preparando-o para as próximas décadas e ampliando a percepção pública em relação aos

recursos tecnológicos que utilizamos, e que estão baseados nas melhores práticas e tecnologias existentes, investimos em um grande programa estratégico denominado “TI Melhorias”, que alcança 5 macro-áreas da cadeia de TI (Processos, Aplicações, Ambientes Operacionais, Tecnologias e Infra-estrutura).

Acreditamos que a tecnologia oferece oportunidades incomparáveis para alcançar os nossos clientes de uma maneira eficaz em termos de custos. Mantemos o compromisso de estar na vanguarda do processo de automação bancária, por meio da ampliação do acesso do público brasileiro pela Internet e outros meios de acesso, por meio de:

- ampliação de nosso serviço bancário móvel, que chamamos de Bradesco Celular, que permite aos clientes realizarem operações bancárias pela Internet, usando telefones celulares compatíveis; e
- fornecimento de *Pocket Internet Banking* para *palmtops* e *Personal Digital Assistants* (“PDAs”), inclusive telefones celulares, permitindo aos clientes conferir contas corrente e de poupança, conferir transações de cartões de crédito, efetuar pagamentos, transferir fundos e obter informações institucionais.

Obter rentabilidade e retorno para os acionistas por meio da melhora do índice de eficiência

Pretendemos melhorar nossos níveis de eficiência:

- mantendo a austeridade como diretriz da política de controle de custos;
- revisando continuamente processos internos, para reduzir os recursos consumidos e contribuir para a política corporativa de sustentabilidade;
- consolidando as sinergias possibilitadas por recentes aquisições;
- continuando a reduzir custos operacionais, por meio de investimentos em tecnologia, que diminuam os custos por transação, enfatizando nossos canais de distribuição automatizados atuais, inclusive nossos sistemas de distribuição sem fio pelo telefone, pela Internet e por meio de caixas eletrônicos; e
- continuando a incorporar as instituições que por ventura venham a ser adquiridas em nosso sistema existente, a fim de eliminar sobreposições, redundâncias e ineficiência em potencial, abreviando os ganhos de escala.

Manter níveis de risco aceitáveis em nossas operações

Nós abordamos o gerenciamento dos riscos inerentes as nossas atividades de modo integrado, num processo dentro da nossa estrutura de Controles Internos e *Compliance*, que nós chamamos de “Processo de Gerenciamento de Riscos”. Este processo permite o aprimoramento contínuo dos nossos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam a identificação e avaliação dos riscos. Com isso, identificamos, mensuramos, controlamos, monitoramos e mitigamos, de forma centralizada e permanente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional.

A unicidade do processo de gerenciamento de riscos é garantida pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, comitê de nível estatutário, cuja atribuição é assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro.

Adicionalmente, nós temos três Comitês Executivos para assuntos relacionados a Risco de Crédito, Mercado e Liquidez, e Operacional, que, dentro de suas atribuições, sugerem os limites de tolerância a seus respectivos riscos e a elaboração de planos de mitigação a serem submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Finalmente, nós temos um departamento independente, dedicado exclusivamente às atividades de gestão global de riscos e controles internos, que nós chamamos de Departamento de Gestão de Riscos e *Compliance* – DGRC, que implementa e acompanha de forma contínua e integrada as diretrizes e processos formulados pelos nossos comitês de alto nível.

Os nossos organismos e processos internos de gestão de risco asseguram a manutenção dos nossos riscos operacionais em níveis adequados e a eficiente alocação do nosso capital, sendo equiparáveis às melhores práticas internacionais, o que nos permite obter vantagens competitivas.

Celebrar alianças estratégicas e aquisições seletivas

Entendemos que a expansão das instituições financeiras brasileiras se dará pelo crescimento orgânico nos próximos anos e, ainda, que as oportunidades de aquisição serão de instituições de menor porte. Não obstante, consideramos que algumas instituições passíveis de aquisição poderiam apresentar oportunidades de nichos, tais como financiamento ao consumidor, cartões de crédito e banco de investimento. Portanto, avaliamos continuamente alianças estratégicas em potencial e oportunidades de consolidação, inclusive propostas de privatizações e aquisições, bem como outras formas que ofereçam oportunidades potenciais, para aumentara nossa participação de mercado ou melhorar a nossa eficiência.

Além de focar no valor e na qualidade dos ativos, levamos em consideração sinergias operacionais em potencial, oportunidades de vendas cruzadas, aquisições de *know-how* e outras vantagens de uma aliança ou aquisição em potencial. A nossa análise de oportunidades em potencial é orientada pelo impacto que elas teriam sobre os nossos resultados.

Atividade Bancária

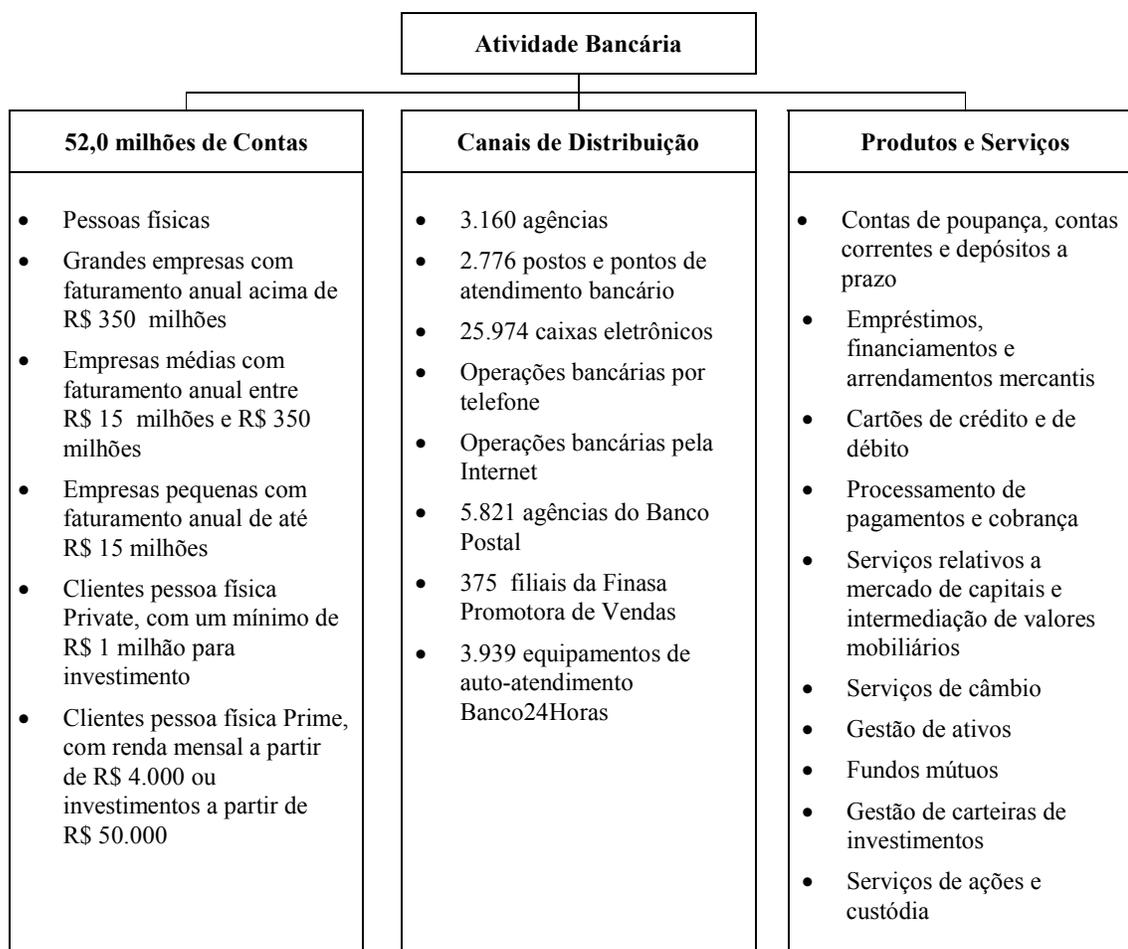
Oferecemos uma gama de produtos e serviços bancários, incluindo:

- operações de captação de depósitos, inclusive contas correntes, contas de poupança e depósitos a prazo;
- operações de empréstimo, inclusive crédito ao consumidor, empréstimos para aquisição de moradias, empréstimos aos setores industrial e rural e arrendamento mercantil;
- serviços de cartões de crédito e de débito;
- processamento de pagamentos e cobrança;
- serviços relativos a mercados de capitais, inclusive subscrição e serviços de consultoria financeira, bem como atividades de intermediação e negociação;
- atividade bancária internacional; e
- serviços de gestão de ativos.

Nossa base diversificada de clientes inclui tanto pessoas físicas, quanto pequenas, médias e grandes empresas no Brasil. Historicamente temos cultivado uma presença mais forte no segmento

mais amplo do mercado brasileiro, que consiste basicamente da população de média e baixa renda. Desde 1999, temos desenvolvido nosso Departamento de Corporate, que atende os clientes pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 350 milhões e o Departamento de Private Banking, para pessoas físicas com recursos de no mínimo R\$ 1 milhão de ativos líquidos. Em 2002, criamos o Departamento “Bradesco Empresas”, responsável pelos clientes pessoas jurídicas com faturamento anual entre R\$ 15 milhões e R\$ 350 milhões, visando à ampliação de nossa atuação no segmento de *middle corporate market*. Em maio de 2003, lançamos o Bradesco Prime, um novo segmento do Bradesco, que oferece serviços a seus clientes pessoas físicas que têm uma renda mensal a partir de R\$ 4.000 ou disponibilidade de investimento imediato acima de R\$ 50.000. As empresas de pequeno porte, com faturamento anual de até R\$ 15 milhões, bem como as pessoas físicas com renda mensal inferior a R\$ 4.000 são atendidas pelo nosso segmento “Bradesco Varejo”.

O diagrama a seguir demonstra os principais números de nossa atividade bancária em 31 de dezembro de 2007:



A tabela a seguir demonstra os dados financeiros selecionados para nosso segmento de atividade bancária para os períodos indicados:

A somatória dos valores apresentados por segmento pode divergir dos valores consolidados devido a valores atribuíveis a outras atividades não significativas e a ajustes, reclassificações e eliminações por transações entre empresas.

	exercício findo em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
(Em milhões de reais)			
Dados da Demonstração de Resultado			
Receitas financeiras, líquidas ⁽¹⁾	R\$ 12.511	R\$ 14.750	R\$ 17.188
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	(1.823)	(3.770)	(4.617)
Receitas não financeiras ⁽¹⁾	8.161	9.482	12.403
Despesas não financeiras	(13.021)	(15.289)	(18.270)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias ⁽¹⁾	5.828	5.173	6.704
Imposto de renda e contribuição social	(1.570)	(1.348)	(1.877)
Lucro antes de participações minoritárias ⁽¹⁾	4.258	3.825	4.827
Participações de acionistas minoritários	(2)	1	(28)
Lucro líquido.....	R\$ 4.256	R\$ 3.826	R\$ 4.799
Dados do Balanço Patrimonial			
Ativos Totais	R\$ 165.072	R\$ 206.870	R\$ 275.400
Dados selecionados dos resultados das operações:			
Receita financeira:			
Operações de crédito	R\$ 16.855	R\$ 20.977	R\$ 22.608
Títulos e valores mobiliários	3.548	2.225	2.445
Aplicações em operações compromissadas	2.018	2.177	3.202
Depósitos interfinanceiros	311	358	441
Depósitos compulsórios no Banco Central	2.160	1.998	1.207
Outros	60	59	37
Despesa financeira:			
Depósitos com clientes	(6.944)	(6.230)	(5.560)
Operações de captação no mercado aberto	(3.862)	(3.936)	(5.553)
Obrigações por empréstimos	(1.635)	(2.878)	(1.639)
Receitas financeiras, líquidas	12.511	14.750	17.188
Receita de prestação de serviços	R\$ 4.671	R\$ 6.750	R\$ 6.994

(1) Inclui resultado de partes relacionadas de outros segmentos não eliminados.

Atividades de Captação de Depósitos

Oferecemos aos nossos clientes uma variedade de produtos e serviços de depósitos por meio de nossas agências, os quais incluem:

- contas correntes sem remuneração;
- Contas de depósitos para investimentos, cuja finalidade é de realizar aplicações financeiras sem a cobrança da CPMF;
- contas de poupança tradicionais: que rendem atualmente a taxa referencial conhecida como “TR”, mais 6,17% de juros ao ano;

- depósitos a prazo, que são representados por certificados de depósitos bancários ou “CDBs” e rendem juros a uma taxa fixa ou variável; e
- depósitos interfinanceiros, captados unicamente de instituições financeiras, que são representados por certificados de depósitos interbancários ou “CDIs” e rendem a taxa de depósitos interbancários.

Em 31 de dezembro de 2007, possuíamos 18,8 milhões de clientes correntistas, com 17,8 milhões de clientes correntistas pessoas físicas e 0,9 milhões de clientes correntistas pessoas jurídicas. Na mesma data, possuíamos 34,6 milhões de detentores de contas de poupança. Em 31 de dezembro de 2007, os depósitos (excluindo depósitos de instituições financeiras) totalizaram R\$ 98,0 bilhões. Nessa data, detínhamos uma participação de 17,4% do mercado brasileiro de depósitos de poupança, segundo informações disponibilizadas pelo Banco Central.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossos depósitos nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:					
	2005		2006		2007	
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Depósitos de clientes:						
Depósitos à vista	R\$ 16.223	21,5%	R\$ 21.081	25,1%	R\$ 29.423	29,9%
Reais	16.026	21,2	20.763	24,7	29.222	29,7
Moeda estrangeira.....	197	0,3	318	0,4	201	0,2
Depósitos de poupança	26.201	34,7	27.613	32,9	32.813	33,4
Reais	26.201	34,7	27.613	32,9	32.813	33,4
Depósitos a prazo/certificados de depósito	32.837	43,6	34.941	41,6	35.733	36,3
Reais	30.434	40,4	31.810	37,9	33.658	34,2
Moeda estrangeira.....	2.403	3,2	3.131	3,7	2.075	2,1
Total de depósitos de clientes	75.261	99,8	83.635	99,6	97.969	99,6
Depósitos interfinanceiros	146	0,2	290	0,4	372	0,4
Total	R\$ 75.407	100,0%	R\$ 83.925	100,0%	R\$ 98.341	100,0%

Oferecemos aos nossos clientes alguns serviços especiais adicionais, como por exemplo:

- “Conta Fácil” que permite uma combinação de conta corrente e conta de poupança, na qual os recursos depositados na conta obtêm rendimentos após o decurso de um prazo preestabelecido pela regulamentação à mesma taxa de nossas contas de poupança, ao contrário de nossas contas correntes normais, que não são remuneradas;
- “depósitos identificados”, que permitem aos nossos clientes identificar depósitos efetuados em favor de um terceiro, por meio do uso de um número de identificação pessoal; e
- transferências bancárias, em tempo real, de uma conta corrente, poupança ou conta de investimento para ou entre contas correntes, contas poupança ou contas de investimento, incluindo contas em outros bancos.

Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta um desdobramento por tipo de produto de nossas operações de crédito no Brasil, em cada caso nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
Operações de crédito em aberto por tipo de produto:	(Em milhões de reais)		
Operações de crédito ao consumidor	R\$ 26.137	R\$ 29.302	R\$ 40.672
Financiamentos imobiliários	1.355	1.845	3.205
Empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)	8.240	9.694	12.824
Outros empréstimos a pessoas jurídicas.....	21.072	23.699	31.556
Crédito rural.....	6.369	7.399	9.032
Arrendamento mercantil.....	2.491	3.842	8.097
Cartões de crédito	1.830	2.652	2.330
Financiamentos à importação e exportação	11.167	14.399	17.521
Empréstimos em moeda estrangeira.....	1.900	1.546	2.529
Empréstimos ao setor público	49	62	94
Total	80.610	94.440	127.860
Créditos de curso anormal	2.701	4.284	5.277
Total	R\$ 83.311	R\$ 98.724	R\$ 133.137

A tabela a seguir apresenta um resumo da concentração de nossas operações de crédito em aberto por tomador:

Tomador:	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
O maior tomador	1,1%	1,2%	0,7%
Os 10 maiores tomadores	7,0	6,1	5,5
Os 20 maiores tomadores	10,5	9,5	9,0
Os 50 maiores tomadores	16,8	15,8	15,6
Os 100 maiores tomadores	22,0%	21,0%	20,6%

Operações de crédito à pessoa física

Concedemos um volume significativo de empréstimos pessoais a clientes pessoas físicas, que nos permite diminuir o impacto de créditos individuais, bem como os benefícios da fidelização do cliente. Tais empréstimos consistem, basicamente, de:

- empréstimos a curto prazo, concedidos por nossas agências aos nossos correntistas e, dentro de certos limites, por meio de nossa rede de caixas eletrônicos; que tem vencimento médio de três meses e incidência de uma taxa de juros média de 5,29% ao mês em 31 de dezembro de 2007;
- financiamento de automóveis, com vencimento médio de quatorze meses e taxa de juros média de 1,61% ao mês em 31 de dezembro de 2007; e

- empréstimos por meio de saques a descoberto em contas correntes (cheque especial), com liquidação média de um mês e sujeitos a taxas de juros que variavam de 4,38% a 7,89% ao mês em 31 de dezembro de 2007.

Também concedemos linhas de crédito por crédito rotativo e empréstimos a prazo tradicionais. Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos em aberto adiantamentos, financiamentos de automóveis, empréstimos ao consumidor e empréstimos por crédito rotativo no valor total de R\$ 40,7 bilhões representando 30,5% de nossa carteira de crédito nessa data. Com base nos empréstimos em aberto nessa data, detínhamos uma participação de 16,96% do mercado brasileiro de empréstimos ao consumidor, conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central.

Atuando como nosso financiador, temos o Banco Finasa, focado no mercado de financiamento ao consumidor de veículos leves de transportes, outros bens e serviços, leasing e crédito pessoal. Para isso, o Banco Finasa conta com os serviços da Finasa Promotora de Vendas, sua subsidiária integral, responsável pela prospecção de negócios, que, em 31 de dezembro de 2007 atuava em todo território nacional, por meio de suas 375 filiais e possuía com 5.502 colaboradores, 83% dos quais estavam diretamente voltados à prospecção de novos negócios.

Financiamentos imobiliários

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos em aberto 34.395 contratos de empréstimos sob hipoteca ou alienação residencial. Das unidades que tiveram sua produção financiada em 2007 pelas entidades financeiras ao segmento da construção civil, atingimos 30,9% de participação, conforme informações disponibilizadas pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2007, o valor global em aberto desses empréstimos totalizava R\$ 3,2 bilhões, representando 2,4% de nossa carteira de crédito.

Os financiamentos habitacionais são realizados, ou pelo Sistema Financeiro Habitacional, que chamamos de “SFH”, ou pela Carteira Hipotecária Habitacional, que chamamos de “CHH”. Os financiamentos pelo SFH ou pela CHH com prestações variáveis são realizados a taxas de juros anuais de 8% a 14% mais TR. As operações com parcelas pré-fixadas são realizadas com taxas de 12,5% a 15%.

Os empréstimos residenciais do SFH e CHH têm vencimento estipulado de 5 a 25 anos.

Nossos empréstimos para término de construção, concedidos a pessoas físicas, possuem prazo estipulado de até 18 meses para término da obra, com retorno do empréstimo em até 25 anos, sendo efetuados à taxa de juros de 11,5% ao ano mais a variação da TR somente para imóveis enquadrados nas regras do SFH.

Também concedemos financiamentos para planos empresários no SFH. Estes financiamentos são para construção e possuem prazo para obras de até vinte e quatro meses e o retorno do empréstimo tem prazo de até 2 anos após a averbação da construção. Estes empréstimos são efetuados com base na variação da TR e taxa de juros de 12% ao ano durante a fase de construção no SFH e TR mais 15% ao ano para retorno quando CHH.

A regulamentação do Banco Central exige que concedamos financiamentos imobiliários habitacionais no mínimo iguais a 65% do saldo de nossas contas de poupança. Podem ser utilizados para satisfazer esta exigência, além de financiamentos imobiliários residenciais diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados e outros financiamentos. Em geral, não financiamos mais de 80% do preço de compra ou do valor de mercado de um imóvel, o que for menor.

Repasses de Empréstimos do BNDES

O Governo Brasileiro tem um programa para conceder empréstimos de longo prazo financiados pelo próprio Governo com taxas de juros abaixo do mercado a setores da economia que tenha escolhido para desenvolver. Nós tomamos recursos segundo esse programa ou (i) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conhecido como “BNDES”, que é um banco brasileiro de desenvolvimento do Governo Federal, ou (ii) da Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame, a subsidiária de financiamento de equipamentos do BNDES. Nós então repassamos os recursos para os tomadores nos setores dirigidos da economia. Determinamos a margem sobre os empréstimos com base nos créditos dos tomadores. O repasse, cujo risco é nosso, é efetuado com obtenção de garantias reais.

De acordo com o BNDES, somos o maior banco de repasse de empréstimos do BNDES, pelo 5º ano consecutivo (de 2003 a 2007). No ano de 2007 desembolsamos R\$ 7,1 bilhões, dos quais 40,9% para micro, pequenas e médias empresas. A carteira de Repasses do BNDES totalizou R\$12,8 bilhões em 31 de dezembro de 2007, representando 9,6% de nossa carteira de crédito naquela data.

Outros Empréstimos a Pessoas Jurídicas

Concedemos empréstimos tradicionais para as necessidades diárias de nossos clientes pessoas jurídicas. Tínhamos R\$ 31,6 bilhões de empréstimos em aberto a pessoas jurídicas, representando 23,7% de nossa carteira de crédito em 31 de dezembro de 2007. Oferecemos uma grande variedade de empréstimos a nossos clientes brasileiros pessoas jurídicas, inclusive:

- empréstimos a curto prazo de até 29 dias;
- empréstimos para capital de giro para cobrir necessidades de caixa de nossos clientes;
- contas correntes garantidas e cheque especial PJ;
- desconto de duplicatas, notas promissórias, cheques, recebíveis de cartões de crédito e fornecedores, e uma série de outros recebíveis;
- financiamento de compras e vendas de bens e serviços;
- crédito imobiliário PJ;
- linhas de investimentos para a aquisição de ativos e maquinários; e
- fiança garantia.

Esses produtos de empréstimos em geral sofrem incidência de uma taxa de juros entre 1,30% e 6,24% ao mês.

Crédito Rural

Concedemos empréstimos ao setor rural financiados com recursos oriundos de parcela de depósitos à vista, conforme regulamentação do Banco Central, repasses de Empréstimos do BNDES e recursos próprios. Em 31 de dezembro de 2007, a carteira de Crédito Rural totalizava R\$ 9,0 bilhões, representando 6,8% de nossa carteira de crédito. Conforme regulamentação do Banco Central, os empréstimos oriundos de depósitos compulsórios são oferecidos a uma taxa fixa. A taxa fixa anual era 6,75% em 31 de dezembro de 2007. O vencimento desses empréstimos em geral coincide com o ciclo da respectiva colheita, com o principal vencendo na época que a colheita é vendida. Para os repasses de empréstimos do BNDES, destinados a investimentos ao setor rural, o prazo é de até 5 anos, com

vencimentos semestrais ou anuais. Como garantia de tais empréstimos, geralmente obtemos uma hipoteca sobre a área na qual a atividade rural financiada é exercida.

Os regulamentos atuais do Banco Central nos obrigam a utilizar no mínimo 25% de nossos depósitos à vista para fornecer crédito ao setor rural. Se não atingirmos os 25% de percentual mínimo, deveremos depositar o restante em uma conta não remunerada no Banco Central.

Microcrédito

Nós concedemos microcrédito a indivíduos de baixa renda e pequenas empresas de acordo com a regulamentação do Banco Central, que exige que os bancos direcionem 2% de seus depósitos à vista à tais operações de crédito. Começamos a conceder microcréditos em agosto de 2003. Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos 50.715 operações de microcrédito em aberto totalizando R\$ 22,6 milhões, representando 0,02% de nossa carteira de crédito.

Conforme a regulamentação do Banco Central, a maioria das operações têm uma taxa de juros efetiva máxima de 2,0% ao mês. Entretanto, as operações de microcrédito produtivo orientado tem uma taxa de juros efetiva de 4%. O CMN exige que o valor máximo emprestado a qualquer tomador fique limitado a (i) R\$ 1.000 para pessoas físicas em geral, (ii) R\$ 3.000 para pessoas física, para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, ou para microempresas, e (iii) R\$ 10.000 nas operações de microcrédito produtivo orientado. Além disso, o prazo das operações de microcrédito não pode ser inferior a 120 dias, e a taxa de abertura de crédito, deve variar entre 2% a 4% do valor do crédito concedido.

Operações de Arrendamento Mercantil

Segundo a ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing, em 31 de dezembro de 2007, o valor de nossas operações de arrendamento mercantil em aberto era um dos maiores entre as empresas privadas de arrendamento mercantil no Brasil, conforme medido pelo valor presente da nossa carteira de arrendamento mercantil. Também segundo a ABEL, o valor presente das carteiras de arrendamento mercantil no Brasil em 31 de dezembro de 2007 era de R\$63,8 bilhões e detínhamos uma participação de mercado de 12,9%.

Em 31 de dezembro de 2007, possuíamos 229.494 contratos de arrendamento mercantil em aberto, com um valor global de R\$8,1 bilhões, representando 6,1% de nossa carteira de crédito. O volume de nossa carteira de arrendamento mercantil era R\$ 3,9 bilhões (aproximadamente 111,1 mil contratos) em 31 de dezembro de 2006 e R\$ 2,5 bilhões (aproximadamente 54,6 mil contratos) em 31 de dezembro de 2005.

O mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por grandes bancos e empresas afiliadas a fabricantes de veículos, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Os contratos de arrendamento mercantil brasileiros em geral se referem a veículos, computadores, maquinário industrial e outros equipamentos.

Oferecemos substancialmente contratos de arrendamento mercantil financeiro (em contraposição ao operacional) e nossas operações de arrendamento mercantil envolvem basicamente o arrendamento de automóveis, caminhões, guindastes, aeronaves e maquinário pesado. Em 31 de dezembro de 2007, 80,4% de nossos contratos de arrendamento mercantil em vigor se referiam a automóveis, em comparação a 86,6% do mercado brasileiro de arrendamento mercantil como um todo.

Em 31 de dezembro de 2007, conduzíamos nossas operações de arrendamento através da nossa principal empresa de arrendamento mercantil, a Bradesco Leasing e também pelo Banco Finasa.

Obtemos financiamento para nossas operações de arrendamento mercantil, basicamente, por meio da emissão de debêntures e títulos no mercado doméstico. Em 31 de dezembro de 2007, a Bradesco Leasing possuía R\$31,9 bilhões de debêntures em circulação no mercado doméstico. Estas debêntures têm vencimento de até 2025 e incorrem juros mensais com base no CDI.

Termos dos Contratos de Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro representam uma fonte de financiamento de médio e longo prazos para clientes brasileiros. Segundo as leis brasileiras, o prazo mínimo de contratos de arrendamento mercantil financeiro é de vinte e quatro meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média de cinco anos ou menos e de trinta e seis meses para operações referentes a produtos com uma vida útil média superior a cinco anos. Não existe um prazo máximo determinado por lei para contratos de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2007, o vencimento médio remanescente dos contratos em nossa carteira de arrendamento mercantil era de 42 meses.

Em geral, exigimos um sinal de 20,0% e que o arrendatário mantenha seguro total sobre o ativo arrendado e retomamos a propriedade do ativo arrendado quando o arrendatário se torna inadimplente.

Cartões de Crédito

Fomos o primeiro banco a emitir cartões de crédito no Brasil em 1968 e, em 31 de dezembro de 2007, éramos um dos maiores emissores do Brasil, com uma base de 17,5 milhões de cartões de crédito e 9,7 milhões de cartões *Private label*. Oferecemos cartões de crédito Visa, American Express, MasterCard e *private label* a nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2007, nossos cartões de crédito eram aceitos em mais de 170 países.

A parceria com a American Express Company permitiu operar com pleno êxito os seus cartões de crédito e demais atividades correlatas no Brasil, notadamente no que se refere à emissão exclusiva dos cartões da linha Centurion, que inclui o Programa Membership Rewards, e à administração da rede de estabelecimentos conveniados dos Cartões Amex.

Além disso, através da Fidelity Processadora e Serviços S.A., uma parceria firmada com a Fidelity National Information Services, Inc. e o Banco ABN AMRO Real, criada em 2006 para fornecimento de serviços de cartão de crédito, nos posicionou atualmente como uma das maiores prestadoras de serviços no Brasil relacionados às atividades de processamento, administração de Centrais de Atendimento, suporte e retaguarda do País.

Auferimos receitas de nossas operações de cartões de crédito por meio de:

- tarifas sobre compras pagas pelos estabelecimentos comerciais;
- tarifas de emissão/anuidades;
- juros sobre os saldos financiados;
- juros e tarifas sobre saques efetuados nos caixas eletrônicos;
- juros sobre antecipação dos valores a serem recebidos pelos estabelecimentos que efetuaram vendas aos portadores de cartão de crédito Visa; e
- diversas tarifas cobradas dos portadores de cartões e estabelecimentos comerciais afiliados.

Oferecemos aos nossos clientes a mais completa linha de cartões de crédito e serviços correlatos, inclusive:

- cartões para baixa renda com uso restrito ao Brasil;
- cartões internacionais, válidos no Brasil e no Exterior;
- cartões destinados a clientes com elevados gastos, tais como: o “Gold”, o “Platinum” e o “Infinite” das bandeiras Visa, American Express e MasterCard. Destacam-se os benefícios dos Programas de Fidelidade, entre os quais o Membership Rewards;
- cartões múltiplos, uma combinação no mesmo plástico das funções crédito e débito, que além das tradicionais transações bancárias, os associados do cartão também podem utilizá-lo para transações de compras;
- para maior segurança, estamos emitindo para toda a base, cartões com “chip”, microcircuito que permite aos associados utilizar senhas ao invés de assinaturas;
- cartões para pessoas jurídicas, aceitos no âmbito nacional e internacional;
- cartões com marcas compartilhadas, mais conhecidos como “co-branded”, emitidos por meio de parcerias com empresas dos vários segmentos, tais como: companhias aéreas, lojas de varejo, jornais, revistas, montadoras de automóveis, entre outros;
- cartões afinidades, emitidos por meio de associações civis, tais como: clubes esportivos e organizações não governamentais;
- cartões CredMais, para funcionários de empresas com a folha de pagamento no Bradesco, com taxas mais atrativas para o financiamento rotativo e cartões de crédito “CredMais INSS” para pensionistas e outros beneficiários do INSS, que possui os menores juros para financiamento;
- cartões *private label*, destinados exclusivamente a clientes de estabelecimentos varejistas, com a finalidade de alavancar negócios e fidelizar os clientes aos estabelecimentos, que podem ou não ter bandeira para uso fora do estabelecimento;
- “GiftCard”, cartão pré-carregado destinado a presentear pessoas físicas;
- SMS – Serviço de Mensagem Bradesco, que permite ao seu portador receber mensagem no telefone celular no mesmo instante em que a transação com o Cartão for realizada;
- CPB - Cartão Passagem Bradesco, cartão virtual destinado às pessoas jurídicas para gestão e controle das despesas com passagens aéreas;
- Cartão Transportes Bradesco, destinado às empresas transportadoras, embarcadoras, gerenciadoras de risco e caminhoneiros, com funções múltiplas de pré-pago e débito em conta;
- “Cartões de Crédito Blue”, um cartão de crédito com design arrojado, que proporciona benefícios especiais para clientes de alta renda do American Express;
- “FixCard”, com taxa reduzida que possibilita ao titular do cartão que planeje o pagamento mensal de gastos; e

- Parcelamento de fatura em até 12 parcelas fixas, com encargos específicos por tipo de cartão.

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos registrado mais de 43 parceiros com cartões “co-branded”, afinidade e private label/híbridos. A oferta de cartões de crédito a esse público integra nossa estratégia de relacionamento com o cliente de forma a oferecer produtos bancários, como seguros e financiamentos aos associados dos cartões de crédito.

Bradesco tem interesse de longo prazo em questões ambientais. Em 1993, lançamos o cartão SOS Mata Atlântica, que destina uma parte de suas receitas à causas ambientais.

Em 2007, assinamos um contrato com o Estado do Amazonas para doar R\$70 milhões à Fundação Amazonas Sustentável dentro de 5 anos. Uma parte deste projeto será custeada através da alocação de uma soma de receitas geradas pelas operações de cartão de crédito com propósito social.

A tabela a seguir apresenta um desdobramento dos cartões de crédito que emitimos no Brasil, nos anos indicados:

Em milhões	Exercício 2005	Exercício 2006	Exercício 2007
Base de Cartões			
Crédito	8,6	13,0	17,6
<i>Private Label</i>	1,6	4,9	9,7
Débito	37,4	40,1	43,2
TOTAL	47,6	58,0	70,5
Faturamento – R\$			
Crédito	13.802,7	23.233,2	32.774,6
<i>Private Label</i>	220,7	1.243,5	4.122,2
Débito	12.248,7	14.243,1	16.786,6
TOTAL	26.272,1	38.719,8	53.683,4
Número de Transações			
Crédito	217,2	293,8	393,7
<i>Private Label</i>	3,3	15,9	53,2
Débito	274,5	309,5	351,6
TOTAL	495,0	619,2	798,5

Cartões de Débito

Os clientes detentores de cartões de débito “Bradesco Visa Electron” podem utilizá-los na aquisição de bens e serviços em estabelecimentos e saques em toda a Rede BDN no Brasil e na Rede “Plus Visa” no exterior. O valor da compra é debitado da conta do portador do cartão, eliminando a inconveniência e a burocracia do cheque. Para tanto, é cobrado do estabelecimento afiliado uma taxa de comissão de aproximadamente 1,6 % sobre o valor de cada operação, realizada com cartão “Visa Electron”. Nossos clientes realizaram transações com cartões de débito de R\$ 16,8 bilhões durante o ano de 2007, um aumento de 17,9% sobre 2006 resultante da expansão da base de clientes e preferência por este meio de pagamento.

Cartões pré-pagos

Em 2007, com outros emissores de cartão e a Visa International, o Bradesco participou ativamente na distribuição de cartões Visa Vale, representando 43,6% de toda a venda do setor de vales-benefícios no ano 2007.

Soluções de Recebimentos, Pagamentos, Recursos Humanos e Administrativas

Soluções de Recebimentos e Pagamentos

Para atender as necessidades de gestão de caixa (“Cash Management”) dos clientes, tanto do setor público quanto do privado, o Bradesco oferece várias soluções eletrônicas para a Gestão dos Recebimentos e Pagamentos, apoiadas por ampla rede de agências, correspondentes bancários e canais eletrônicos, que objetivam maior rapidez e segurança das informações e na movimentação dos recursos.

As soluções oferecidas incluem:

- (a) a prestação de serviços de Cobranças e Pagamentos;
- (b) o gerenciamento on-line de recursos;
- (c) o pagamento eletrônico de tributos, contribuições sociais, e juros e multas relacionados; e
- (d) o pagamento de contas de serviços de utilidade pública.

Além dessas soluções eletrônicas, oferecemos serviços personalizados para facilitar o desenvolvimento dos negócios de nossos clientes. Esses serviços contribuem para a geração de outros negócios dentro da organização.

Nossas receitas são auferidas por meio de tarifas sobre serviços de cobrança, arrecadação e processamento de pagamentos e também pelo trânsito dos recursos recebidos até a sua disponibilização aos favorecidos.

Cobrança e Outros Recebimentos

Em 2007, processamos 1,1 bilhão de recebimentos por meio de nosso sistema de cobrança online, serviço de custódia de cheques, depósito identificado e ordem de crédito por nosso sistema de teleprocessamento, o que representou um aumento de 15,6% em relação aos recebimentos que processamos em 2006.

Arrecadações

Em 2007, arrecadamos 358,3 milhões de documentos referentes a tributos, taxas, contribuições e contas de consumo, que representaram um crescimento de 15,7% em comparação a pagamentos semelhantes em 2006.

Custódia de Cheques

Em 2007, nosso serviço de custódia de cheques pré-datados apresentou um saldo de R\$ 4,2 bilhões em carteira, o que representou um crescimento de 15,1% em comparação a 2006. Cheques pré-datados são um método de pagamento utilizado frequentemente no Brasil, particularmente nos setores de varejo e atacado. Sob esse sistema, os clientes pagam por seus bens e serviços com cheques pré-datados, que o vendedor deposita na data futura acordada com o cliente, estendendo o período no qual o pagamento deve ser feito.

Pagamentos a Fornecedores e Tributos

Oferecemos aos nossos clientes pessoa jurídica, serviços de pagamento eletrônico, que os permitem fazer pagamentos e transferências a seus fornecedores e credores, incluindo o pagamento de impostos.

O volume de transações processadas em 2007, através dos meios eletrônicos que permitem a realização de pagamentos e transferências financeiras de forma “on-line” foi de 170,4 milhões, o que representou um crescimento de 18,3% em relação a 2006.

Soluções em Cadeias Produtivas

Estamos posicionados para tirar proveito de uma tendência na qual as empresas que operam em diferentes estágios da mesma cadeia produtiva decidem juntar esforços para melhorar seus resultados. Operamos nesse mesmo formato, oferecendo soluções, produtos, serviços e parcerias que satisfaçam as necessidades de cada parte envolvida, sejam fornecedores, distribuidores e clientes.

Soluções de Poder Público

Nossa área de poder público identifica oportunidades de negócios e oferece serviços personalizados a diversas entidades e órgãos em cada um dos poderes Executivo, Legislativo e Judicial, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e de Economia Mista, Forças Armadas e Forças Armadas Auxiliares. Também utilizamos nosso portal na Internet (www.bradescopoderpublico.com.br), para captar novos clientes, fortalecer o relacionamento com nossos clientes existentes e consolidar nossa posição junto ao Poder Público.

Soluções Administrativas e Recursos Humanos

Oferecemos aos nossos clientes pessoas jurídicas diversas soluções eletrônicas para a Gestão de Recursos Humanos e apoio administrativo, incluindo processamento de folha de pagamento, abertura de contas correntes para os funcionários, emissão de cartão salário destinado aos funcionários não correntistas e ainda “cartão empresa”, para pagamento de despesas de viagens e representação, por exemplo. Ao receber seus salários pelo Bradesco, os funcionários das empresas desfrutam de facilidades nas linhas de créditos especiais, condições diferenciadas em taxas, tarifas, produtos e serviços e ampla rede de Auto-Atendimento do Banco.

Serviços Relativos a Mercados de Capitais e Atividades Bancárias de Investimento

O Bradesco BBI S.A., que denominamos “BBI”, é a empresa responsável pelo desenvolvimento de operações nos mercados de renda fixa e variável, operações estruturadas, fusões e aquisições, financiamento de projetos e tesouraria.

Renda Variável

No ano de 2007, atuamos como banco escriturador em várias ofertas públicas de ações, incluindo:

- Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A., em uma oferta de R\$1,0 bilhão;
- Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A., em uma oferta de R\$924,5 milhões;
- Banco Panamericano S.A., em uma oferta de R\$700,4 milhões; e
- Drogasil S.A., em uma oferta de R\$392,7 milhões.

Além de atuarmos como escrituradores, também atuamos como líderes em várias ofertas de ações, incluindo:

- BM&F, em uma oferta de R\$6,0 bilhões; e

- Helbor Empreendimentos S.A., em uma oferta de R\$251,8 milhões.

Em 2007, de acordo com a ANBID, ocupávamos:

- o 8º lugar no ranking de “Distribuição”, com um valor total de R\$ 1,9 bilhões em transações de renda variável; e
- o 8º lugar no ranking de “originação de transações”, com um valor total de R\$ 1,8 bilhões em transações envolvendo renda variável.

Renda Fixa

Nas ofertas públicas de títulos de renda fixa, o BBI atuou como líder em várias transações, incluindo:

- Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de S. Paulo S.A., na oferta pública de debêntures no valor de R\$200,0 milhões; e
- Ultrapar Participações S.A., na oferta pública da primeira e segunda séries de debêntures no valor de R\$ 675,0 milhões e R\$ 214,0 milhões, respectivamente.

Em 2007, de acordo com a ANBID, ocupávamos:

- o 2º lugar no ranking de “distribuição”, com um valor total de R\$ 2,2 bilhões em transações de renda fixa; e
- o 2º lugar no ranking de “originação de transações”, com um valor total de R\$ 2,3 bilhões em transações envolvendo títulos de renda fixa.

Operações estruturadas

O BBI estrutura transações de risco de crédito principalmente por meio de securitizações de sociedades de propósito específico (SPE), cessão de empréstimos de risco compartilhado, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e financiamento de médio e longo prazos, com base em recebíveis e/ou outras garantias.

Em 2007, de acordo com a ANBID, éramos o 3º colocado na originação dos FIDC de cotas seniores sob a forma de Condomínio Fechado.

Fusões e Aquisições

Em 2007, adquirimos o BMC e vendemos parte da nossa participação acionária na Serasa S.A.. Também assessoramos a B5 S.A. na aquisição da Companhia Açucareira Vale do Rosário; a Brascan Shopping Centers na aquisição do Plaza Shopping Trust SPCO Ltda.; a Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A. na aquisição dos negócios de açúcar e álcool do Grupo Tavares de Mello; a CPM S.A. na sua fusão com a Braxis Tecnologia da Informação S.A.; e a Odebrecht Investimentos em Infra-estrutura Ltda., na aquisição da Ecosama Empresa Concessionária de Saneamento de Mauá S.A.

Financiamento de Projetos

Em 2007, o BBI atuou como assessor e estruturou soluções financeiras para importantes projetos para empresas de diferentes setores da economia. Entre outros: (i) Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, com capacidade de 855 MW, e que exigiu um financiamento total de R\$ 1,6 bilhão; (ii) PCH Terra Santa, com capacidade de 27,4 MW, e PCH Pampeana, com capacidade de 28 MW, e que exigiu financiamentos de R\$ 98,8 milhões e R\$ 88,5 milhões, respectivamente; e (iii) como co-

participante, Consórcio Madeira Energia, liderado pela Odebrecht e Furnas, na licitação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, com capacidade instalada de 3.150 MW.

Tesouraria

Em 2007, o BBI participou em várias transações de tesouraria, incluindo uma transação na qual o BBI operou como *market maker* das ações do BNDES. Atualmente, o BBI está em negociação com outros emissores para atuar como *market maker* para suas ações em circulação. Esperamos que estas transações melhorem a liquidez do mercado secundário de renda fixa brasileiro.

A tesouraria do BBI operou principalmente transações de derivativos de índices de preço e mercados secundários de renda fixa local e internacional.

As operações de tesouraria para *private banking* iniciaram-se em dezembro de 2006, com foco em operações de notas promissórias.

Serviços de Intermediação e Negociação

Por meio de nossa subsidiária integral Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, que designaremos “Bradesco Corretora”, negociamos contratos de futuros, opções e títulos e valores mobiliários privados e governamentais, por conta de nossos clientes. Os clientes da Bradesco Corretora incluem pessoas físicas com elevado patrimônio, grandes empresas e investidores institucionais. A Bradesco Corretora oferece o serviço de análise de investimentos, que fornece relatórios sobre o desempenho dos principais mercados, carteira de ações sugerida e *stock guide*.

Durante o exercício de 2007, a Bradesco Corretora negociou mais de R\$55,3 bilhões, na Bovespa e, segundo a mesma, classificou-se em 13º lugar no Brasil em termos de volume total de negociações.

Além disso, durante o exercício de 2007, a Bradesco Corretora negociou aproximadamente 3,8 milhões de contratos de futuros, *swaps*, opções e outros, num valor total de R\$269,4 bilhões, na Bolsa de Mercadorias e Futuros, que chamamos de “BM&F” e, de acordo com a BM&F, em 2007, a Bradesco Corretora classificou-se em 27º lugar no mercado brasileiro, em termos de número de contratos de futuros, opções e *swaps* executados. Em 2006, a Bradesco Corretora negociou 2,6 milhões de contratos futuros, *swaps*, opções e outros, com um valor total de R\$207,9 bilhões, na BM&F e, de acordo com a BM&F, classificou-se em 27º lugar no mercado brasileiro.

A Bradesco Corretora possui 36 corretores que atendem investidores do setor de varejo e que oferecem suporte aos gerentes de nossas agências, 10 corretores dedicados a investidores institucionais brasileiros e estrangeiros e 9 corretores dedicados à BM&F. A Bradesco Corretora mantém no pregão da BM&F 11 operadores e 4 auxiliares de pregão. Os gerentes de nossas agências auxiliam na captação de novos clientes, oferecendo os serviços prestados pela Bradesco Corretora.

A Bradesco Corretora oferece a seus clientes a possibilidade de negociar valores mobiliários pela Internet, por meio de seu serviço “ShopInvest”. Em 2007, as negociações pelo “ShopInvest” totalizaram R\$14,2 bilhões, correspondendo a 7,8% de todas as operações realizadas via internet na Bovespa classificando-se em 2º lugar no mercado brasileiro. Em 2006, as negociações através do ShopInvest totalizaram R\$4,3 bilhões, correspondendo a 3,0% de todas as transações realizadas via Internet na Bovespa colocando a Corretora em 6º lugar naquele período.

Oferecemos, ainda, o Programa Tesouro Direto, que permite ao cliente pessoa física investir em Títulos Públicos Federais pela Internet, sendo necessário apenas que o cliente se cadastre na Bradesco Corretora por meio do nosso site www.bradesco.com.br.

A Bradesco Corretora oferece também o serviço de representante de investidores não residentes em operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, nos termos da Resolução CMN nº. 2.689, que chamamos de “Resolução 2.689”. Para mais informações sobre a Resolução 2.689, veja “Item 10. Informações Adicionais - Controles de Câmbio”.

Serviços de Ações, Custódia e Controladoria

Com infra-estrutura adequada e pessoal especializado, o Bradesco oferece a seus clientes os serviços qualificados de Custódia de Títulos e Valores Mobiliários, Controladoria, Fundos de Recebíveis, DR-Depositary Receipt, BDR - Brazilian Depositary Receipt, Escrituração de Ações, Debêntures e Quotas de Fundos de Investimento. Ao todo são 10 certificações ISO 9001:2000 e 3 certificações Good Priv@cy.

Em 31 de dezembro de 2007:

- Escrituração de ativos
 - 208 empresas integravam o Sistema Bradesco de Ações Escriturais, reunindo 2,7 milhões de acionistas;
 - 72 empresas integravam o Sistema de Debêntures Escriturais, com valor atualizado de R\$ 82,6 bilhões;
 - 80 Fundos de Investimento integravam o Sistema Bradesco de Cotas Escriturais, com valor atualizado de R\$ 5,8 bilhões; e
 - 3 Programas de BDR registrados, com valor de mercado de R\$ 661,3 milhões.
- Custódia e Controladoria
 - R\$ 428,0 bilhões em ativos custodiados dos clientes que utilizam os serviços de Custódia (Fundos, Carteiras, DR e Fundos de Recebíveis);
 - 12 Programas de DR registrados, com valor de mercado de R\$ 106,0 bilhões; e
 - R\$ 365,7 bilhões é o total de Patrimônio dos 1.096 Fundos de Investimento e Carteiras Administradas que utilizavam os serviços de controladoria.

Atividade Bancária de Investimentos

Em fevereiro de 2006, constituímos o Banco Bradesco BBI S.A., que chamamos de “Bradesco BBI”, que tem como missão ser nosso Banco de Investimento e operar as áreas de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamentos de projetos, operações estruturadas e tesouraria, cuidando dos negócios de estruturação, originação, distribuição e administração de ativos, fluxos e estoques financeiros de clientes. Além dessas atividades, o BBI coordena as operações da Bradesco Corretora e da Bradesco Securities Inc.

Nossas áreas de gestão de investimento (*private banking* e *asset management*) estão segregadas das atividades de Banco de Investimento.

Atividade Bancária Internacional

Na qualidade de banco comercial privado, oferecemos uma extensa linha de serviços internacionais, como: operações de câmbio, financiamento ao comércio exterior, linhas de crédito e atividades bancárias. Nossa estrutura no exterior é a seguinte:

- na cidade de Nova Iorque, nossa agência e a Bradesco Securities Inc., uma subsidiária que chamamos de “Bradesco Securities U.S.”;

- na cidade de Londres, uma subsidiária que chamamos de “Bradesco Securities U.K.”;
- nas Ilhas Cayman, 2 agências Bradesco e um agência BMC assim como nossa subsidiária, Cidade Capital Markets Ltd., que chamamos de “Cidade Capital Markets”;
- nas Bahamas, uma agência Bradesco ;
- na Argentina, Banco Bradesco Argentina S.A., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Argentina”;
- em Luxemburgo, Banco Bradesco Luxembourg S.A., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Luxemburgo”; e
- no Japão, a Bradesco Services Co. Ltd., nossa subsidiária, que chamamos de “Bradesco Services Japan”.
- em Hong Kong, a Bradesco Trade Services Ltd.,

Nossas operações internacionais são coordenadas por nosso departamento de câmbio e têm o suporte de 12 unidades operacionais no Brasil, além de 13 plataformas de câmbio, localizadas nos principais centros exportadores e importadores do país.

Receitas de operações no país e no exterior

A tabela a seguir fornece um desmembramento de nossas receitas (receita financeira mais receita não-financeira), originárias de nossas operações no país e no exterior para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de					
	2005		2006		2007	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
No país	R\$ 47.825	98,7%	R\$ 53.388	98,6%	R\$ 59.506	98,5%
No exterior.....	641	1,3	736	1,4	884	1,5
Total.....	R\$ 48.466	100,0%	R\$ 54.124	100,0%	R\$ 60.390	100,0%

Agências e Subsidiárias no Exterior

As agências e subsidiárias no exterior têm como principal objetivo, o financiamento ao comércio exterior brasileiro. A Bradesco Luxemburgo dedica-se ainda, a prestar serviços adicionais aos clientes do segmento *private banking*. Com exceção da Bradesco Services Japan, as nossas agências recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes pessoa física e jurídica e concedem crédito a clientes brasileiros e não brasileiros. O total de ativos das agências externas, excluindo-se as transações entre as partes relacionadas, somava R\$ 15,4 bilhões em 31 de dezembro de 2007 e eram substancialmente denominadas em outras moedas que não o real.

Em outubro de 2007, adquirimos indiretamente a agência Grand Cayman do Banco Mercantil de Crédito, decorrente de nossa aquisição do seu controlador no Brasil, o BMC. Em 31 de Dezembro de 2007, a agência detinha R\$ 13,4 milhões em ativos.

As agências no exterior periodicamente fazem emissões de títulos da dívida mobiliária. Além dos recursos de curto prazo, obtidos junto a instituições financeiras internacionais e destinados ao financiamento de comércio exterior, as agências no exterior juntamente com a matriz captaram US\$ 1,3 bilhão em 2007 e US\$378,7 milhões em 2006, através de emissões privadas de médio e longo prazo. A baixa demanda por empréstimos de capital de giro em moeda estrangeira fez com que o

Bradesco não acessasse o mercado de capitais internacional por meio de colocações públicas em 2006. O acesso ao mercado de capitais internacional, através da emissão de títulos de dívida, diversifica as fontes de financiamento em moeda estrangeira. Para a maioria das empresas latino-americanas, os custos desse acesso estão sujeitos às condições dos mercados doméstico e internacional e também à percepção dos investidores e financiadores internacionais aos riscos nos mercados emergentes.

Bradesco Argentina. Visando expandir as operações na América Latina, em dezembro de 1999, foi constituída nossa subsidiária na Argentina, a Bradesco Argentina, com a finalidade de conceder financiamentos, principalmente para empresas brasileiras instaladas localmente e, em menor escala, para empresas originárias deste país que tem negócios com o Brasil. A fim de iniciar suas operações, capitalizamos a Bradesco Argentina com R\$ 54,0 milhões de março de 1998 a fevereiro de 1999 e, em 29 de maio de 2007, efetuamos uma capitalização adicional de R\$ 27,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2007, Bradesco Argentina apresentava R\$ 63,5 milhões como total de ativos.

Bradesco Luxemburgo. Em abril de 2002, assumimos o controle total do Banque Banespa International S.A. de Luxemburgo, mudando a denominação para Banco Bradesco Luxembourg S.A. Em setembro de 2003, foi concluído o processo de fusão das subsidiárias Banco Bradesco Luxembourg e Mercantil Luxemburgo, prevalecendo o nome da subsidiária Banco Bradesco Luxembourg. Em 31 de dezembro de 2007, seus ativos totalizavam R\$ 942,4 milhões.

Bradesco Services Japan. Em outubro de 2001, foi constituída a Bradesco Services Japan, para dar suporte e prestar serviços especializados à comunidade brasileira no Japão, incluindo o envio de remessas para o Brasil e aconselhamento referente a investimentos no Brasil. Em 31 de dezembro de 2007, possuía R\$ 0,8 milhão de ativos.

Bradesco Trade Services. Uma instituição não financeira, subsidiária de nossa agência nas Ilhas Cayman, que constituímos em 23 de janeiro de 2007, em Hong Kong, juntamente com o Standard Chartered Bank.

Bradesco Securities. (US e UK)

A Bradesco Securities, nossa subsidiária integral, opera como *broker dealer* nos Estados Unidos e Inglaterra:

- O foco de atuação da Bradesco Securities U.S. é a intermediação de compra e venda de ações, com destaque em operações de ADRs. Também está autorizada a operar com *Bonds*, *Commercial Paper*, Certificados de Depósito, entre outros papéis, podendo ainda prestar serviços de *Investment Advisory*. Atualmente temos mais de noventa programas de ADRs de empresas brasileiras negociados em Nova Iorque. Em 31 de dezembro de 2007, a Bradesco Securities U.S. possuía ativos de R\$ 40,0 milhões.

- O foco de atuação Bradesco Securities U.K. é a intermediação de operações de renda variável e renda fixa de empresas brasileiras para investidores institucionais globais. A autorização de funcionamento para Bradesco Securities U.K. foi dada em 16 de maio de 2008. Nesta data, possuía ativos de R\$ 7,8 milhões.

Cidade Capital Markets. Em fevereiro de 2002, o Bradesco, através do BCN, adquiriu a subsidiária Cidade Capital Markets em Grand Cayman, como parte de nossa aquisição de seu controlador, o Banco Cidade. Em 31 de dezembro de 2007, Cidade Capital Markets apresentava em ativos R\$64,3 milhões.

Operações Bancárias nos Estados Unidos

Em janeiro de 2004, o *Federal Reserve Bank* dos Estados Unidos nos autorizou a operar como controladora financeira nos Estados Unidos. Como resultado, temos permissão para operar no mercado americano, diretamente ou através de uma subsidiária, e entre outras, vender seguros,

fornecer serviços de subscrição, assessorar colocações privadas, gestão de carteiras e serviço de banco mercantil e administrar carteiras de fundos mútuos. Já começamos a oferecer alguns desses serviços nos Estados Unidos.

Financiamento ao Comércio Exterior

As atividades de comércio exterior brasileiro consistem, basicamente, em financiar as operações de exportação e importação.

Nos financiamentos à importação, o Bradesco repassa os recursos em moeda estrangeira diretamente aos exportadores estrangeiros, vinculando o pagamento em moeda local pelos importadores brasileiros. Já nos financiamentos à exportação, são efetuadas antecipações dos recursos em moeda nacional aos exportadores, mediante o fechamento do contrato de câmbio de exportação e o futuro recebimento em moeda estrangeira no vencimento do contrato. Os financiamentos de exportação feitos antes do embarque da mercadoria são chamados de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio, ou “ACC”, quando os recursos recebidos são utilizados na fabricação dos bens que serão exportados. Quando os financiamentos são feitos após o embarque da mercadoria recebem o nome de Adiantamento sobre Contrato de Exportação, ou “ACE”.

Existem ainda outras modalidades de financiamento à exportação, tais como: pré-pagamento de exportação, repasse de recursos do BNDES-EXIM, desconto de saque, nota de crédito de exportação e cédulas de crédito de exportação.

A carteira de comércio exterior é financiada, basicamente, por linhas de crédito obtidas junto a bancos correspondentes. Nós mantemos relacionamento com inúmeras instituições financeiras norte-americanas, européias, asiáticas e latino-americanas para esse fim, contando com grande rede de bancos correspondentes em todo o mundo, aproximadamente 1.000 instituições, das quais 98 nos concediam linhas de crédito ao final de 2007.

A Área Internacional encerrou o exercício de 2007 registrando saldo de R\$15,3 bilhões em financiamento à exportação e R\$2,2 bilhões em financiamento à importação. Quanto ao volume de exportação contratado no ano de 2007, o Bradesco atingiu a cifra de US\$39,2 bilhões. Este montante representa crescimento de 18,4% sobre o ano anterior. No segmento de importação, o volume fechado foi da ordem de US\$17,3 bilhões em contratações, alcançando 29,1% de crescimento, quando comparado a 2006. Em 2007, com base em informações disponibilizadas pelo Banco Central, atingimos um *market share* de 20,5% no mercado de exportação brasileiro e de 16,1% no mercado de importação brasileiro.

A tabela a seguir demonstra a composição de nossa carteira de comércio exterior em 31 de dezembro de 2007:

	31 de dezembro de 2007
	(Em milhões de R\$)
Financiamento à exportação:	
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (“ACCs”)	R\$ 5.332
Adiantamentos sobre Contratos de Exportação (“ACEs”).....	1.507
Pré-pagamento de exportação	5.362
Repasse de recursos tomados via BNDES/EXIM.....	2.407
Outros	734
	<hr/>
Total do financiamento à exportação.....	15.342
	<hr/>
Financiamento à importação:	
Financiamentos à importação - denominados em moeda estrangeira.....	1.100
Desconto de saque de importação	1.079

Total do financiamento à importação	2.179
Total da Carteira de Comércio Exterior	<u><u>RS\$17.521</u></u>

Outros Produtos de Câmbio

Além do financiamento ao comércio exterior, nossos clientes têm acesso a diversos serviços e produtos de câmbio, tais como:

- compra e venda de “traveller check” e papel moeda;
- transferência financeira de/para o exterior;
- recebimento antecipado de exportação;
- contas de clientes que residem no exterior em moeda nacional;
- transferência internacional de reais;
- cobrança de importação e exportação;
- compra de cheques em moeda estrangeira; e
- operações estruturadas em moeda estrangeira através de nossas unidades no Exterior.

Serviços de Private Banking

O Bradesco Private Banking disponibiliza aos seus clientes, pessoas físicas de elevado patrimônio, com ativos líquidos acima de R\$ 1 milhão para investimentos, exclusiva linha de produtos e serviços, incluindo assessoria de alocação de ativos, orientação tributária e sucessória.

Gestão de Ativos

Gerimos recursos de terceiros através de:

- fundos mútuos;
- carteiras de investimentos de pessoas físicas e jurídicas;
- fundos de previdência complementar, inclusive os ativos que garantem as provisões técnicas da Bradesco Vida e Previdência;
- seguradoras, inclusive os ativos que garantem as provisões técnicas da Bradesco Seguros; e
- FIDCs.

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos R\$ 177,5 bilhões (participação de mercado de 14%), dos quais R\$ 152,3 bilhões geridos pela Bradesco Asset Management e R\$ 25,2 bilhões de recursos de terceiros relativos aos serviços específicos de administração, custódia e controladoria, segregados na BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, que chamamos “BEM DTVM”.

Em 31 de dezembro de 2007, oferecíamos 666 fundos e 121 carteiras administradas a 3,3 milhões de investidores. Oferecemos uma ampla família de fundos de renda fixa, renda variável, multimercados, entre outros. Não oferecemos atualmente investimentos em fundos altamente alavancados.

A tabela a seguir apresenta a distribuição de recursos em gestão, número de clientes e números de fundos e carteiras nas datas indicadas.

	Distribuição de Ativos⁽¹⁾		
	Em 31 de dezembro de		
	2005	2006	2007
	(R\$ milhões)		
Fundos de Investimento:			
Renda Fixa.....	104.183	130.609	143.214
Renda Variável.....	3.357	5.228	14.169
Cotas de Fundos de Terceiros.....	5.103	4.068	6.580
Total.....	112.643	139.905	163.963
Carteiras Administradas:			
Renda Fixa.....	6.340	4.265	4.952
Renda Variável.....	1.822	2.673	7.645
Cotas de Fundos de Terceiros.....	377	265	926
Total.....	8.539	7.203	13.523
Total Geral.....	121.182	147.108	177.486

1. Calculado de acordo com os dados utilizados para elaboração do Ranking Global de Administradores de Recursos de Terceiros da ANBID.

	Em 31 de dezembro de					
	2005		2006		2007	
	Quantidade	Cotistas	Quantidade	Cotistas	Quantidade	Cotistas
Fundos de Investimento....	516	3.392.016	563	3.333.002	666	3.312.565
Carteiras Administradas....	110	390	104	449	121	540
Total Geral.....	626	3.392.406	667	3.333.451	787	3.313.105

Comercializamos nossos produtos de gestão de ativos por meio de nossa rede de agências, nosso serviço bancário por telefone e nosso site de investimentos na Internet, o “ShopInvest”. Trabalhamos continuamente para melhorar a composição de nossos investimentos, através de intensa análise comercial, assim como da diversificação de fundos de modo a melhor atender os nossos clientes.

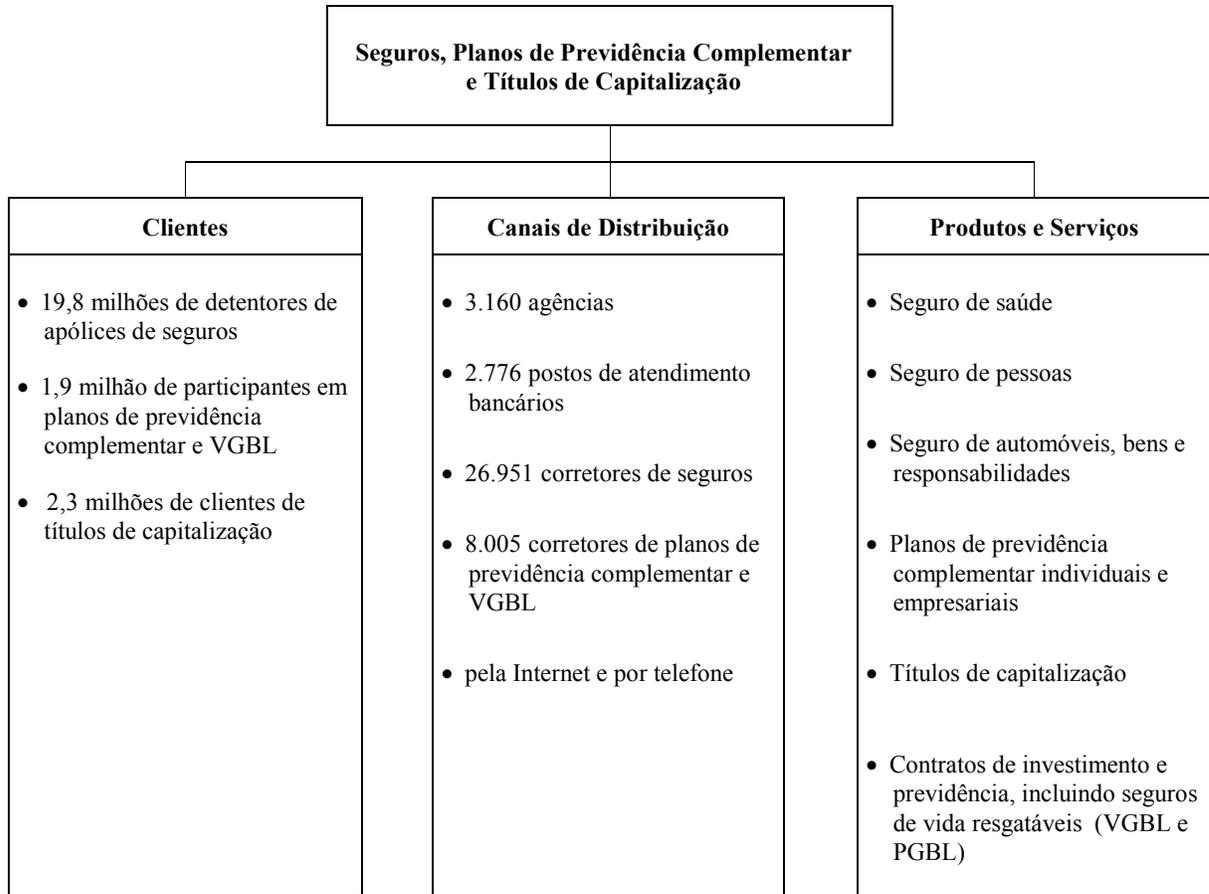
Consórcios

No Brasil, pessoas ou empresas que querem adquirir determinados bens podem formar um grupo, conhecido como “Consórcio”, no qual os membros agrupam seus recursos para se ajudarem na compra dos bens. Já que o objetivo dos consórcios é adquirir bens, a lei brasileira não permite a formação de consórcio para fins de investimento.

Em janeiro de 2003, nossa subsidiária Bradesco Consórcios iniciou a venda de associações de consórcio, conhecidas como cotas, aos clientes do Bradesco. Em maio de 2004, a empresa conquistou a liderança no segmento de Imóveis e em dezembro de 2004, conquistou também a liderança no segmento de Automóveis. A Bradesco Consórcios encerrou o exercício de 2007 com um total de mais de 334.129 cotas comercializadas, com um faturamento total de, aproximadamente, R\$10,8 bilhões e com um lucro líquido de R\$141,4 milhões. A Bradesco Consórcios funciona como administradora dos consórcios, que são formados para a compra de imóveis, automóveis, caminhões, tratores e implementos agrícolas

Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização

O diagrama a seguir indica os principais elementos de nosso segmento de seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização, em 31 de dezembro de 2007:



A tabela a seguir apresenta dados financeiros selecionados sobre nosso segmento de seguros, planos de previdência complementar e títulos de capitalização relativamente aos períodos indicados:

A somatória dos valores apresentados por segmento na tabela abaixo pode divergir dos valores consolidados devido a valores atribuíveis a outras atividades não significativas e a ajustes, reclassificações e eliminações por transações entre empresas.

	Exercício findo em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
(Em milhões de reais)			
Dados da Demonstração de Resultado			
Receitas financeiras, líquidas ⁽¹⁾	R\$ 5.938	R\$ 6.476	R\$ 6.577
Receitas não financeiras ⁽¹⁾	9.374	10.307	11.292
Despesas não financeiras.....	(12.428)	(13.407)	(13.949)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias ⁽¹⁾ ..	2.884	3.376	3.920
Imposto de renda e contribuição social	(858)	(918)	(1.287)
Lucro antes de participações minoritárias ⁽¹⁾	2.026	2.458	2.633
Participações de acionistas minoritários	(9)	(16)	(19)
Lucro líquido⁽¹⁾	R\$ 2.017	R\$ 2.442	R\$ 2.614
Dados do Balanço Patrimonial			
Ativos Totais.....	R\$ 49.670	R\$ 61.208	R\$ 73.028
Dados selecionados dos resultados de operações:			
Prêmios de seguros:			
Prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais	1.787	1.779	1.822
Prêmios de seguros de saúde.....	3.518	3.918	4.246
Prêmios de seguros de automóveis, bens e responsabilidades	2.500	2.424	2.775
Total	R\$ 7.805	R\$ 8.121	R\$ 8.843
Receita de planos de previdência	377	791	555
Receita financeira de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento	5.938	6.476	6.577
Variação de provisões técnicas de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos.....	(3.939)	(4.199)	(4.981)
Sinistros retidos.....	(5.501)	(6.124)	(6.012)
Despesas de planos de previdência	R\$ (505)	R\$ (560)	R\$(478)

(1) Inclui partes relacionadas de outros segmentos não eliminados.

Seguros

Oferecemos produtos de seguros por meio de várias entidades diferentes, às quais nos referimos conjuntamente como Grupo Bradesco de Seguros e Previdência. O Grupo Bradesco de Seguros e Previdência foi o maior grupo segurador no Brasil em 2007, com base no total do faturamento e provisões técnicas, segundo informações disponibilizadas pela SUSEP e ANS. Em dezembro de 2007, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, oferece uma ampla gama de produtos de seguros, tanto numa base individual quanto em contratos com empresas. Seus produtos incluem seguros de saúde, vida, acidentes pessoais, automóveis e outros bens. De acordo com a publicação anual da Fundacion Mapfre na Espanha, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência era o maior grupo de seguros e previdência complementar na América Latina em 2006.

Seguro de Saúde

Os seguros de saúde e dental prevêm cobertura aos contratantes de apólices para as despesas médico-hospitalares e odontológicas. Oferecemos os nossos seguros de saúde e dental através de

nossa subsidiária Bradesco Saúde. Em 31 de dezembro de 2007, a Bradesco Saúde possuía 2,9 milhões de segurados do seguro-saúde e do seguro dental, inclusive os que são beneficiários dos seguros empresariais e aqueles que contrataram o seguro de saúde individual/familiar. Cerca de 18 mil empresas no Brasil possuem planos da Bradesco Saúde, incluindo 38 das 100 maiores empresas do país.

A Bradesco Saúde possui uma das maiores redes referenciadas de prestadores de serviços médico-hospitalares. Em 31 de dezembro de 2007, contava com aproximadamente 9.100 laboratórios, 10.000 clínicas especializadas, 14.400 médicos, 3.000 hospitais, 1.400 clínicas odontológicas, 5.700 dentistas localizados em todo o país.

Seguros de Pessoas

Oferecemos produtos de seguros de vida, acidentes pessoais e eventos aleatórios através de nossa subsidiária Bradesco Vida e Previdência.

Seguros de Automóveis, Ramos Elementares e Responsabilidade

Oferecemos produtos de seguros de automóveis, ramos elementares e responsabilidade através de nossa subsidiária Bradesco Auto/RE. O seguro de automóveis cobre prejuízos decorrentes de roubo/furto e danos aos veículos, danos aos passageiros e danos causados a terceiros. Os seguros de ramos elementares massificados são destinados a pessoas físicas, principalmente nos riscos residenciais e seguros de equipamentos, e pessoas jurídicas de pequeno e médio porte, cujo patrimônio é coberto por seguros multirisco empresariais.

Entre os seguros de ramos elementares massificados destinados a pessoas físicas, o bilhete residencial é um produto com custo relativamente acessível e alta rentabilidade. Para pessoas jurídicas, a Bradesco Auto/RE oferece o “Bradesco Seguro Empresarial”, que se adequa às necessidades de nossos clientes de acordo com seu ramo de atividade. Para os seguros de ramos elementares corporativos e de responsabilidade, a Bradesco Auto/RE dispõe de uma equipe exclusiva altamente especializada que oferece aos grandes grupos empresariais produtos e serviços sob medida de acordo com as necessidades específicas de cada segurado. Neste segmento, os seguros de riscos operacionais, nomeados e de petróleo são os ramos mais exigentes.

Em 2007, a Bradesco Auto/RE encerrou o exercício com 1,2 milhão de veículos segurados e 907 mil apólices e bilhetes de ramos elementares. A Bradesco Auto/RE está entre as principais seguradoras do país.

Vendas de Produtos de Seguros

Vendemos nossos produtos de seguros por meio de corretores em nossa rede de agências, bem como por meio de corretores de mercado em todo o Brasil. A Bradesco Seguros paga comissões a seus corretores pela intermediação de seguros. Em 31 de dezembro de 2007, 26.951 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Também oferecemos alguns produtos de seguros de automóveis, saúde e ramos elementares, diretamente por meio de nosso *website*.

Fixação de Preços

A precificação do seguro saúde para pessoas físicas no Brasil se baseia nos custos médicos e hospitalares e no histórico de pedidos de indenização individual. Estes fatores, aliados ao número de indivíduos segurados e suas regiões geográficas, também norteiam a precificação para o seguro saúde de grupo. Todos os cálculos de precificação são baseados em estudos atuariais.

Geralmente, a precificação de seguros de pessoas leva em consideração a tábua de mortalidade e, em alguns casos, a frequência de sinistros e o dano médio da experiência atual da população brasileira. A parte que excede o limite do contrato de resseguro é repassado automaticamente ao IRB Brasil Resseguros S.A., conhecido como “IRB”.

A fixação de preços de seguros de automóveis é influenciada pela frequência e grau de severidade dos sinistros, e leva em consideração uma grande quantidade de fatores, tais como: local de uso do veículo e suas características específicas. Em linha com a prática mais comum no mercado, começamos a considerar o perfil do cliente na fixação de preços de seguros de automóveis, o que passou a ser adotado a partir de abril de 2004.

A rentabilidade dos seguros de automóveis depende em grande parte da pronta identificação e correção de disparidade entre níveis de prêmios e custos dos sinistros esperados. Os prêmios cobrados para a cobertura de danos a veículos estão atrelados ao valor do automóvel segurado e, conseqüentemente, os níveis de prêmios refletem, em parte, o volume de vendas de automóveis novos.

Os preços no segmento de ramos elementares massificados são também orientados pela frequência dos sinistros e pelo seu valor médio, além das características específicas de localização da parte segurada. Para os seguros de Ramos Elementares Corporativos e de Responsabilidade, os preços são fixados de acordo com as características individuais de cada risco segurado. Dependendo do tipo de cobertura e valor segurado poderá ser necessário consultar o IRB a fim de se obter as bases para contratação do seguro.

Resseguros

As disposições regulamentares brasileiras determinam limites de retenção sobre os valores dos riscos que as seguradoras podem subscrever. Segundo estas disposições regulamentares, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência ressegura com o IRB todos os riscos que ela subscreva cujos valores segurados superam os limites de retenção ou que, por decisão técnica-atuarial, seja aconselhável a realização de resseguro para pulverização dos riscos de determinadas carteiras.

Em 2007, o Grupo Bradesco de Seguros e Previdência ressegurou aproximadamente R\$367 milhões de prêmios de resseguro junto ao IRB. Embora a resseguradora seja responsável perante as cedentes na medida do valor ressegurado, as seguradoras permanecem primariamente responsáveis perante seus segurados por todo o risco e não apenas pela parte por elas retidas.

O Congresso Brasileiro promulgou, em 15 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 126, que extinguiu o monopólio exercido pelo IRB ao abrir o mercado de resseguros à competição no Brasil.

A regulamentação da referida Lei Complementar, pelo CNSP, estabelecerá os requisitos que deverão ser atendidos pelas empresas de resseguros para que se habilitem a receber cessões de resseguro originadas do País.

Em 17 de julho de 2007, o CNSP autorizou seguradoras brasileiras a contratar empresas de resseguros estrangeiras, por si próprias ou por meio de corretores, e pessoas físicas ou jurídicas a contratar seguradoras estrangeiras.

Na mesma data, o CNSP estabeleceu novas regras aplicáveis às atividades de resseguro, retrocessão e sua intermediação, tais como capital mínimo requerido dos resseguradores brasileiros para operar no mercado brasileiro, requisitos para capital adicional conforme riscos de subscrição, regras e procedimentos referentes às disposições técnicas, limites de retenção para resseguradores brasileiros e corretagem de resseguros.

O CNSP autorizou o IRB a continuar prestando serviços de resseguro e retrocessão. Entretanto, o IRB necessita cumprir as novas regulamentações aplicadas às seguradoras brasileiras até outubro de 2008.

Planos de Previdência Complementar

Administramos planos de previdência complementar para pessoas físicas e jurídicas desde 1981 por meio de nossa subsidiária integral, a Bradesco Vida e Previdência, que é atualmente a principal administradora de planos de previdência complementar no Brasil, pelos critérios de contribuições para os planos, carteira de investimentos e provisões técnicas, segundo informações publicadas pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida, que chamamos de “Fenaprevi”, e pela Susep.

A Bradesco Vida e Previdência oferece e administra uma variedade de planos individuais e grupais de previdência. Nossos maiores planos para pessoas físicas, em termos de contribuições, são os VGBL, PGBL e Fundos de Aposentadoria Individual, que chamamos de “FAPI”. Os VGBLs e PGBLs não estão sujeitos à tributação na fonte sobre a receita gerada pela carteira do fundo. Para fins de imposto de renda, o FAPI e o PGBL permitem aos seus participantes dedução nos rendimentos tributáveis pela quantia de suas contribuições, até um limite de 12% do rendimento total bruto. Os participantes desses fundos são tributados por ocasião do resgate das cotas, e/ou recebimento de benefícios.

Em dezembro de 2007, os fundos de pensão administrados pela Bradesco Vida e Previdência perfaziam, 41,9% do VGBL, 26,1% do PGBL e 30,0% de previdência tradicional, segundo a Fenaprevi.

Em dezembro de 2007, a Bradesco Vida e Previdência respondeu por 37,9% do mercado de planos de previdência complementar e VGBL, com base nas contribuições, de acordo com a SUSEP. Em 31 de dezembro de 2007, a Bradesco Vida e Previdência detinha 41,0% dos ativos administrados, de acordo com a Fenaprevi.

A legislação brasileira em vigor permite a existência de administradoras de planos de previdência complementar, tanto “abertas” quanto “fechadas”. Entidades de planos de previdência complementar “abertas” são aquelas disponíveis para todas as pessoas físicas e jurídicas que, por meio de uma contribuição regular, desejam filiar-se a um plano de benefícios. Entidades de planos de previdência complementar “fechadas” são aquelas disponíveis para grupos de pessoas, tais como: empregados de uma determinada empresa ou grupo de empresas do mesmo setor de atividades, profissionais liberais de um mesmo campo ou membros de sindicatos. As administradoras de planos de previdência complementar concedem benefícios mediante contribuições periódicas de seus membros, seus respectivos empregadores ou ambos.

Nossas receitas de contribuições para planos de previdência complementar cresceram em média 20,8% nos últimos cinco anos, em grande parte, devido ao aumento das vendas de nossos produtos por meio de nossa rede de agências.

Administramos planos de previdência complementar e VGBL, que cobrem 1,9 milhão de participantes, sendo 73,2% em planos de pessoas físicas individuais e o restante em planos de pessoas físicas através de empresas. Os planos empresariais responderam por 27,4% de nossas provisões técnicas.

Segundo os planos VGBL e PGBL, os participantes podem contribuir em parcelas ou em pagamentos únicos. Os participantes nos planos de previdência complementar podem deduzir as contribuições efetuadas ao PGBL até o limite de 12,0% da receita bruta tributável na declaração de ajuste anual do imposto de renda. Na ocasião do resgate ou do gozo de benefícios incidirá o imposto

de renda na fonte, conforme a legislação em vigor. Os planos VGBL e PGBL podem ser adquiridos por empresas no Brasil em benefício de seus empregados. Em 31 de dezembro de 2007, a Bradesco Vida e Previdência administrava recursos da ordem de R\$ 24.514 milhões no VGBL e R\$ 9.417 milhões no PGBL. A Bradesco Vida e Previdência também administrou R\$ 17.916 milhões em planos de previdência complementar.

Estamos utilizando VGBLs e PGBLs para substituir vários planos de retorno garantido, que representam um risco maior para nós. Os planos de retorno garantido asseguram aos participantes um retorno mínimo durante o período no qual eles fazem suas contribuições. O valor do retorno corresponde ao valor investido a uma taxa de inflação mais uma taxa de juros de até 6% ao ano. Para minimizar flutuações de mercado, o nosso risco dos planos de retorno garantido é lastreado por investimentos em títulos do Tesouro do Governo Brasileiro. Ao contrário, os VGBLs e PGBLs não têm essa garantia.

De acordo com o U.S. GAAP, consideramos os VGBLs, PGBLs e FAPIs como contratos de investimentos de previdência.

A Bradesco Vida e Previdência também oferece planos de previdência para pessoas jurídicas, que são em geral, negociados e adaptados às necessidades específicas do cliente pessoa jurídica.

A Bradesco Vida e Previdência auferir receitas, basicamente:

- Das contribuições de planos de previdência complementar e PGBL, prêmios de seguros de vida e de acidentes pessoais e prêmios de VGBL; e
- Das receitas de taxas de administração que são cobradas com base nas provisões matemáticas dos participantes dos planos.

Títulos de Capitalização

A Bradesco Capitalização oferece aos clientes títulos de capitalização, que são comercializados nos formatos de contribuições únicas ou mensais. Cada título de capitalização varia de acordo com o valor (R\$ 7,00 a R\$ 10.000), forma de pagamento, prazo de contribuição e periodicidade dos sorteios de prêmios em dinheiro de até R\$ 2 milhões. Concede aos clientes, correção pela TR mais juros de 0,5% ao mês sobre o valor da provisão matemática. Os títulos de capitalização são resgatáveis pelo titular, ao final do prazo de carência que geralmente é de doze meses. Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos mais de 4,5 milhões de títulos de capitalização modalidade “tradicional” ativos e mais de 9,8 milhões de títulos de capitalização modalidade “cessão de direito de sorteio” ativos. Dado que o objetivo dos títulos “cessão de direito de sorteio” é o de agregar valor ao produto da empresa parceira ou até mesmo incentivar a adimplência dos seus clientes, os títulos possuem prazos de vigência e carência reduzidos e baixo valor unitário de comercialização. No total, a empresa encerrou 2007 com mais de 14,3 milhões de títulos de capitalização ativos e 2,3 milhões de clientes que possuem títulos de capitalização.

A Bradesco Capitalização foi a primeira empresa de capitalização do País a receber o Certificado ISO 9002. Em 2007, manteve seu sistema de gestão de qualidade, já na versão ISO 9001: 2000 no escopo “Gestão de Títulos de Capitalização Bradesco”. Esse certificado, concedido pela Fundação Vanzolini, atesta a qualidade dos processos internos da Bradesco Capitalização e reforça a qualidade de nossos Títulos de Capitalização Bradesco. A Standard & Poor’s aumentou o *rating* da Bradesco Capitalização de ‘brAA+/Positiva’ para ‘brAAA/Estável’ em maio de 2007. Atualmente é a única empresa do segmento de capitalização com esse *rating*. Acreditamos que os resultados da Bradesco Capitalização são provenientes da condição financeira sólida e padrões de proteção financeira e patrimonial que a Bradesco Capitalização garante aos seus clientes.

Atividades de Tesouraria

Nossas tesourarias realizam operações, que incluem operações com instrumentos financeiros derivativos, principalmente para fins de proteção (denominado “macro-*hedge*”). Elas entram em transações, como essas, de acordo com os limites estabelecidos por nossa Alta Administração e diretrizes estabelecidas pela nossa área de gestão de riscos, utilizando uma metodologia de valor em risco (“VaR”). Para mais informações sobre a metodologia de valor em risco (“VaR”), veja “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado - Risco e Gestão de Riscos - Risco de Mercado”.

Canais de Distribuição

Possuímos a maior rede bancária do setor privado no Brasil. No exercício de 2007, crescemos em 152 agências. Nossa rede de agências é complementada por canais de distribuição alternativos, tais como: postos bancários especiais nas instalações de empresas selecionadas, caixas eletrônicos, serviços bancários por telefone e serviços bancários pela Internet. Ao introduzirmos novos sistemas de distribuição, concentramo-nos em aprimorar nossa segurança e aumentar nossa eficiência.

Além disso, a fim de estabelecer laços mais fortes com nossos clientes pessoas jurídicas, em 2007 criamos 234 postos e pontos de atendimento bancário, nas instalações de clientes pessoas jurídicas selecionados e em 2006, crescemos em 91 postos e pontos de atendimento bancário, alcançando um total de 2.776 postos e pontos de atendimento bancário em 31 de dezembro de 2007. Através desses postos especiais, oferecemos todos os produtos e serviços disponíveis em nossas agências.

Para informações sobre nossas agências internacionais em 31 de dezembro de 2007, veja “Item 4 - Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Atividade Bancária - Atividade Bancária Internacional”.

Também oferecemos serviços bancários em 5.821 agências dos Correios e através de nossos correspondentes bancários. Para mais informações sobre agências do correio, veja “Histórico - Aquisições de 2003 a 2005 - Outras Aquisições”.

Distribuição Especializada de Produtos e Serviços

Como parte de nosso sistema de distribuição, temos 5 áreas que oferecem uma gama diferenciada de produtos e serviços de maneira individualizada a empresas e pessoas físicas em todos os segmentos específicos de nossa base de clientes. A segmentação do mercado visa a alcançar melhor adequação ao perfil e ao porte dos clientes, permitindo atendimento diferenciado e melhora na eficiência.

Bradesco Varejo

Atende com qualidade a todas as camadas da população, focando principalmente pessoas físicas com renda mensal de até R\$ 4 mil e empresas com faturamento anual até R\$ 15 milhões, compondo mais de 18 milhões de clientes que realizam diariamente milhões de transações em nossas agências e postos de atendimento, onde os maiores clientes deste nicho recebem atendimento exclusivo no conceito de Conta Gerenciada, contando atualmente com mais de 2.800 agências e mais de 2.600 postos de atendimento.

Bradesco Corporate

O segmento Corporate foi instituído em 1999, com o objetivo de atender clientes do mercado alvo, composto por empresas em sua maioria com faturamento superior a R\$ 350 milhões/ano, atendidos por uma equipe de vendas de 124 profissionais, com gestão de relacionamento centralizada, oferecendo além dos produtos tradicionais, soluções personalizadas - *Tailor Made*.

Como destaque temos a certificação ISO 9001:2000 para toda estrutura Corporate, incluindo as plataformas de atendimento exclusivas aos clientes Corporate.

Bradesco Empresas

O Bradesco Empresas foi implantado com o objetivo de atender empresas com faturamento entre R\$ 30 milhões e R\$ 350 milhões/ano, por meio de suas 68 Agências exclusivas com presença nas principais capitais brasileiras.

Visa oferecer o melhor gerenciamento dos negócios como: Empréstimos, Financiamentos, Investimentos, Comércio Exterior, Derivativos, *Cash Management* e Operações Estruturadas, buscando a satisfação dos nossos clientes e resultados para a Organização.

A equipe do Bradesco Empresas conta com 39 gerentes chefes e 343 gerentes de relacionamento, que estão inseridos no Programa de Certificação da ANBID, e 211 gerentes assistentes. A equipe do Bradesco Empresas atende em média 34 grupos econômicos por Gerente de Relacionamento, de modo personalizado, abrangendo 24.771 empresas em todos os setores da economia.

O Bradesco Empresas administra recursos, entre operações de crédito, fianças, depósitos, fundos e cobrança, da ordem de R\$ 47,2 bilhões.

Na busca da qualidade contínua, o Bradesco Empresas recebeu da Fundação Carlos Alberto Vanzolini a certificação da NBR ISO 9001:2000, atestando nosso compromisso com o processo contínuo de melhoria e a satisfação de nossos clientes.

Bradesco Private Banking

O Bradesco Private Banking, certificado pelo ISO 9001:2000 bem como pelo Good Priv@cy (Data Protection – 2002 Edition) conferido pela International Quality Network, iniciou suas atividades em 2000, com o objetivo exclusivo de assessorar pessoas físicas de elevada riqueza líquida. O Bradesco Private Banking busca a solução financeira mais adequada para cada cliente, fornecendo soluções personalizadas (*tailor made*) para cada cliente, que enfocam a avaliação de alocação de ativos e a orientação fiscal, tributária e sucessória.

Bradesco Prime

O Bradesco Prime atua no segmento de clientes alta renda e tem como público-alvo pessoas físicas com renda a partir de R\$ 4 mil ou com investimentos igual ou superior a R\$ 50 mil. Tem por missão ser o primeiro Banco do Cliente, focando qualidade no relacionamento e na oferta de soluções adequadas às suas necessidades, com equipes preparadas, agregando valor aos acionistas e colaboradores, dentro de padrões éticos e profissionais. Os serviços do Bradesco Prime pauta-se nas seguintes premissas:

- Atendimento personalizado como resultado de uma relação estreita entre nossos clientes e nossos gerentes, que administram uma carteira reduzida de clientes e que estão em constante processo de qualificação para prestar um alto padrão de consultoria financeira;

- Produtos e serviços diferenciados, dentre eles o “Programa de Fidelidade Bradesco Prime” que visa, por meio da oferta de benefícios crescentes, incentivar o relacionamento dos clientes com o Banco;
- Agências exclusivas especialmente projetadas para proporcionar conforto e privacidade; e
- Canais de relacionamento tais como um portal *internet banking* exclusivo (www.bradescoprime.com.br) que permite que nossos clientes se comuniquem com nossos consultores financeiros em tempo real, um *call center* exclusivo para nossos clientes, e o uso das agências do Bradesco, equipamentos de auto-atendimento e Banco24Horas em todo o território nacional.

Ao longo dos anos, investindo em tecnologia, no aprimoramento do relacionamento com os clientes e na capacitação dos seus profissionais, o Bradesco Prime tem conquistado posição de destaque no mercado brasileiro de serviços bancários para clientes de alta renda e consolidou-se como o maior prestador de serviços bancários para clientes de alta classe em termos de rede de atendimento, com 228 agências, estrategicamente posicionadas para atender mais de 389 mil clientes.

Desde 2005, o Bradesco Prime está certificado pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini com a certificação NBR ISO 9001:2000, o que enfatiza nosso compromisso com a melhoria contínua e com a satisfação dos clientes.

Sistema de Agências

O principal canal de distribuição de nossos serviços bancários é a nossa rede de agências. Além de oferecer serviços bancários no varejo, as agências servem como uma rede de distribuição para todos os outros produtos e serviços, que oferecemos a nossos clientes, inclusive nossos serviços de processamento de pagamentos e cobrança, nosso serviço bancário *private* e nossos produtos de gestão de ativos. Nós comercializamos nossos serviços de arrendamento mercantil através de canais operados por nossa rede de agências, assim como diretamente através de nossa subsidiária integral Bradesco Leasing e pelo Banco Finasa. A Bradesco Corretora e a Bradesco Consórcios também comercializam nossos serviços de corretagem, negociação e consórcio através de nossas agências. A Bradesco Vida e Previdência vende seus produtos por meio de 8.005 representantes independentes em todo o país, dos quais a maior parte está baseada em nossas instalações. A remuneração destes agentes é baseada em comissão.

Vendemos nossos produtos de seguros e previdência por meio de nosso site e de corretores exclusivos sediados em nossa rede de agências bancárias e por meio de outros corretores, não exclusivos, em todo o Brasil, todos eles remunerados com base em comissões. Em 31 de dezembro de 2007, 26.951 corretores ofereciam nossas apólices de seguros ao público. Os títulos de capitalização são comercializados através das agências bancárias, Internet, central de atendimento, máquinas de auto-atendimento e canais de distribuição externos.

A tabela a seguir apresenta a distribuição das vendas dos produtos indicados através de nossas agências e fora delas:

	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
	(Porcentagem do total das vendas, por produto)		
Produtos de seguros:			
Vendas através das agências	34,9%	35,6%	37,7%
Vendas fora das agências	65,1	64,4	62,3
Produtos de previdência complementar:			
Vendas através das agências	83,1	84,5	83,6
Vendas fora das agências	16,9	15,5	16,4
Produtos de arrendamento mercantil:			
Vendas através das agências	78,1	65,7	19,7
Vendas fora das agências	21,9	34,3	80,3
Títulos de capitalização:			
Vendas através das agências	90,0	91,0	92,3
Vendas fora das agências	10,0%	9,0%	7,7%

Processamento de Dados

A Organização dispõe de dois centros de processamento de dados, um em Osasco, que incorpora nossos processos produtivos, e um em Alphaville (Barueri), que incorpora nossos processos de contingência. Ambos estão localizados no Estado de São Paulo, e equipados, ao todo, com 20 computadores de grande porte e 1.449 computadores de médio porte. Todas as nossas agências e ATMs contam com serviços de telecomunicações com capacidade de comutação a qualquer dos dois centros de processamento.

Nosso centro de tecnologia de informação de Alphaville está capacitado para assumir as atividades do nosso centro de processamento de dados de Osasco.

Outros Canais de Atendimento

Nossos clientes possuem ampla acessibilidade para consulta de suas operações, realização de transações financeiras e aquisição de produtos e serviços disponibilizados com alta tecnologia pelos canais Auto-Atendimento, Fone Fácil e Internet.

Auto-Atendimento

A Rede de Auto-Atendimento Bradesco tem 25.974 máquinas localizadas em todo o Brasil e proporciona acesso rápido e prático a um diversificado leque de produtos e serviços. Os portadores de cartões de débito em conta corrente ou poupança podem também realizar operações de saque, emissão de extratos e consulta de saldo nas 3.939 máquinas do Banco24Horas.

Em 2007, registramos a média de mais de 5,4 milhões de operações on-line e em tempo real por dia; instalamos 6.626 máquinas de auto-atendimento e substituímos 3.747.

Serviços pela Internet

O Bradesco está focado em fornecer serviços de internet inovadores para seus clientes. O Bradesco Dia&Noite administra um portal na internet com 49 sites, sendo 36 institucionais e 13 transacionais.

O Bradesco Net Empresa proporciona atendimento exclusivo para pessoas jurídicas, oferecendo-lhes ampla segurança na realização de suas transações bancárias, mediante certificado digital com assinatura eletrônica e Sistema de Chaves de Segurança Bradesco – Eletrônica. As empresas que se cadastram para esse serviço podem otimizar a gestão financeira dos seus negócios, ao mesmo tempo que podem realizar 751 tipos de operações, dentre as quais movimentar conta corrente e poupança, efetuar pagamentos, cobranças e transferências de arquivos.

O site Bradesco ShopInvest fornece diversas opções de serviços on-line a nossos clientes incluindo: a realização de transações na Bovespa, o recebimento de cotações on-line, simulações de cálculos, aquisição de títulos de capitalização, planos de previdência complementar e provisão de informações adicionais sobre o mercado financeiro.

Com informações detalhadas sobre as linhas oferecidas, o site de Empréstimos e Financiamentos – o ShopCredit - coloca ao alcance dos clientes, pessoa física e jurídica, o portfólio completo do Banco. Possibilita, ainda, o uso de Simuladores de Cálculos para as operações de crédito pessoal, CDC, *leasing*, crédito imobiliário, crédito rural, FINAME, dentre outras.

Com o canal Bradesco Celular, o cliente pode interagir com o banco por meio da tecnologia móvel e realizar pagamentos de contas, transferências entre contas, recargas de celular, consultas de saldos e informações sobre seguros, capitalização, índices e cotações do mercado financeiro e rentabilidade dos fundos de investimento.

No site do Banco Bradesco Cartões S.A, que chamamos de “Bradesco Cartões”, os associados dos cartões Bradesco têm à disposição diversos serviços e produtos *on-line*, dentre eles, consultas, créditos rotativos e solicitações.

Cidadetran é o site do Banco Bradesco exclusivo para despachantes e auto-escolas, oferecendo soluções de pagamentos e financiamento para todas as taxas e tributos relacionados a veículos e CNH (Carteira Nacional de Habilitação) do Estado de São Paulo.

Além do site que hospeda todos os seus produtos, www.bradesco.com.br, o banco possui sites específicos para atender os clientes dos segmentos Bradesco Prime, Private, Empresas e Corporate.

Neste período, registramos 1.295,7 milhões de transações bancárias através de nossos sites na Internet, sendo:

- No Internet Banking – 8,6 milhões de usuários cadastrados e 318,6 milhões de transações realizadas;
- No ShopInvest – 1,2 milhão de usuários cadastrados e 5,0 milhões de transações que somaram a quantia equivalente a R\$17,2 bilhões;
- No ShopCredit foram registradas 21,7 milhões de transações;
- No Net Empresa – 460.709 empresas *aprovadas*, resultando em 54,9 milhões de transações realizadas e no WebTA (Web Transmissão de Arquivos) – mais 850,6 milhões de transações/operações realizadas;
- No Bradesco Cartões – 36,8 milhões de transações realizadas; e

- No Cidadetran – 8,0 milhões de transações/operações realizadas.

Serviços por Telefone

O Fone Fácil Bradesco possibilita acesso telefônico dia e noite, 7 dias por semana, com comodidade, rapidez e segurança, onde o cliente por meio de atendimento eletrônico e personalizado pode obter informações, realizar transações e adquirir produtos e serviços relacionados à sua conta corrente, poupança, cartões de crédito e demais produtos disponíveis neste canal. No exercício de 2007, foram recebidas 296,2 milhões de chamadas, realizadas 367,0 milhões de transações, abrangendo operações no valor global de R\$9,9 bilhões.

Investimentos

Para uma discussão de nossos investimentos nos últimos três anos, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Investimentos”.

Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Organização.

Nós mensuramos e gerenciamos os riscos de mercado por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar nossas decisões estratégicas com agilidade e confiança.

Temos políticas de exposição a riscos de mercado conservadoras, na qual os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pelo Comitê Executivo de Tesouraria e validados pela Diretoria Executiva e o cumprimento destes é acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 97,5% e horizonte de tempo de 1 dia. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos. A metodologia aplicada, assim como os modelos estatísticos existentes, são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. Além disso, diariamente, é feita análise de sensibilidade dos principais fatores de riscos das posições e, também, são estimados os possíveis impactos nas carteiras em cenários de estresse.

Os relatórios de riscos de mercado são disponibilizados diariamente às áreas de gestão das carteiras, aos responsáveis pelo monitoramento e controle dos limites de riscos e à Alta Administração. Esses relatórios são apresentados semanalmente ao Comitê Executivo de Tesouraria e trimestralmente ao Conselho de Administração.

Para mais informações sobre como avaliamos e monitoramos o risco de mercado, veja, “Item 11 - Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado”.

Gerenciamento de Risco de Crédito

Risco de crédito lida com os riscos potenciais de uma contraparte de um empréstimo ou de outra operação financeira não desejar ou ter capacidade de cumprir suas obrigações contratuais.

Atuamos continuamente no sentido de mitigar os potenciais riscos de crédito, por meio da monitoração das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos

modelos de risco de crédito, o desenvolvimento de modelos de recuperação, o monitoramento de concentrações e a identificação de riscos de crédito anteriormente desconhecidos.

Além disso, direcionamos nossos esforços na utilização de modelos avançados de mensuração de riscos e na melhoria contínua dos processos. Os benefícios que conseguimos desses esforços tem refletido na qualidade e performance da nossa carteira de crédito.

O controle do risco de crédito é realizado corporativamente por meio de reuniões denominadas “Acompanhamento da Carteira de Crédito e Recuperações”. Todas elas são acompanhadas, mensalmente, pela Diretoria Executiva e Diretores das principais áreas gestoras e pelo Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito, o qual possui as seguintes atribuições:

- avaliar e recomendar estratégias, políticas, normas e metodologias de mensuração de risco ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- realizar acompanhamento e avaliação do risco de crédito e das medidas tomadas para a mitigação de riscos;
- acompanhar e avaliar alternativas para mitigação de risco de concentrações de créditos, alertando para aquelas que possam causar perdas inesperadas e inaceitáveis para a Organização Bradesco;
- acompanhar a implantação e implementação de metodologias, modelos e ferramentas de gestão corporativa de risco de crédito;
- avaliar a suficiência de provisão para devedores duvidosos, para cobertura das perdas sobre as operações de crédito;
- acompanhar as movimentações e desenvolvimentos do mercado de crédito, avaliando implicações, riscos e oportunidades para a Organização Bradesco; e
- posicionar regularmente o Diretor Presidente e o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital sobre suas atividades e fazer recomendações que julgar importante.

Dentre as principais atividades da gestão de risco de crédito, destacamos:

- backtesting e calibração dos modelos utilizados para mensuração de riscos da carteira de crédito;
- participação ativa no processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, observando-se as características particulares dos segmentos de negócio e produtos em que o Banco atua;
- análise de concentração, por grupos econômicos, ramos de atividades, regiões etc.;
- acompanhamento de grandes riscos: monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, por meio de análises individuais, baseadas na evolução dos saldos dos clientes e estimativas de recuperação;
- acompanhamento do provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas;

- revisão contínua e reestruturação de processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação, revisão de estruturas organizacionais e demandas de tecnologia da informação; e
- participação na avaliação de riscos de crédito, quando da criação ou revisão de produtos e serviços.

Todo o processo de gestão de risco de crédito abrange a criação de planos de ação que são voltados para o atendimento das melhores práticas de mercado e aos requerimentos do Novo Acordo de Capital de Basiléia. Visando o aprimoramento no processo de gestão, todas as ações em andamento são monitoradas e procura-se identificar e sanar novas lacunas ou necessidades que possam surgir.

Buscamos implementar processos para alinhamento aos requisitos da abordagem IRB – *Advanced* de Basiléia II.

Gerenciamento de Risco Operacional

Corporativamente, a Organização Bradesco define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas.

Estamos em processo de avaliação de uma nova plataforma corporativa para gestão de risco operacional. Este novo sistema corporativo, denominado ROCI – Sistema de Risco Operacional e Controle Interno, tem a vantagem de integrar, em base de dados única, as informações de Risco Operacional e Controles Internos e atenderá, inclusive, aos requisitos estabelecidos na Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley. Este novo arcabouço sistêmico pela *web* incrementará a Gestão de Risco Operacional da Organização, à medida que aperfeiçoa as atividades de captura, identificação, mensuração, monitoramento e reporte, por meio de plataforma unificada, proporcionando o necessário suporte qualitativo fornecido pela Área de Controles Internos às análises realizadas pela Área de Risco Operacional.

A gestão de risco operacional, realizada de maneira centralizada, atende a todas as atividades da Organização, inclusive as do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência. Como resultado dessa estratégia, foi possível obter sinergia e racionalização dos recursos, com a convergência na implantação dos conceitos de Basiléia II e Solvência II, unificando os critérios dentro da Organização Bradesco em conformidade com a Resolução no 3.380, no que diz respeito ao consolidado econômico-financeiro.

Para fins de gerenciamento de risco operacional e respectiva alocação de capital, as recomendações contidas no Novo Acordo de Capital – Basiléia II e conceitos requeridos pelo Banco Central do Brasil por meio dos Estudos de Impacto realizados em 2005 e 2006, contemplam as abordagens que seguem:

- Básico (BIA – Basic Indicator Approach): aplicação de percentual único sobre o resultado bruto dos últimos 36 meses;
- Padronizado (STA – Standardised Approach): aplicação de percentuais distintos sobre o resultado bruto, dos últimos 36 meses, segregado por linhas de negócio;

- Alternativo (ASA – Alternative Standardised Approach): aplicação de percentual fixo (fator M) sobre a média dos ativos de crédito (Linhas de Negócio: Varejo e Banco Comercial) e de percentuais distintos sobre o resultado bruto segregado pelas demais Linhas de Negócio;
- Alternativo Agregado (ASA 2): orientado pelo Banco Central do Brasil, difere do ASA – Alternative Standardised Approach quanto à segregação das linhas de negócio;
- Avançado (AMA – Advanced Measurement Approach): foco nas perdas decorrentes de eventos de riscos operacionais por meio da construção de modelos proprietários para fins de gerenciamento e alocação de capital.

Para a abordagem avançada (AMA), que é o objetivo da Organização, utilizamos a metodologia LDA (*Loss Distribution Approach*), que compreende a estimação da distribuição de severidade (valor da perda) e de frequência (número de eventos) para cada Linha de Negócio e Evento de Perda.

Estamos analisando a viabilidade de participar do consórcio mundial de base de dados de perdas para instituições financeiras, denominado ORX (*Operational Riskdata eXchange Association*), para utilização das informações disponibilizadas, com o intuito de auxiliar em nossos cálculos de análises de cenários e comparações do posicionamento do Bradesco frente a grandes *players* globais em relação a eventos de perdas.

Em conformidade com a Resolução nº. 3.380 do CMN, a Organização mantém, atualiza e aprimora um abrangente plano que estabelece ações em nível estratégico, tático e operacional. Esse plano contempla as Unidades e atividades de negócio com maior potencial de risco, mitigando possíveis impactos e inoperância de serviços aos clientes. Está baseado em políticas, metodologias e ferramentas corporativas que garante a padronização e permite a gestão efetiva das ações e cenários documentados, evitando assim que possíveis interrupções causem prejuízos aos clientes e ao banco.

Gerenciamento de Controles Internos e Compliance

Com base em política definida e aprovada pelo Conselho de Administração, a Organização mantém atualizados todos os componentes do sistema de controles internos, visando à mitigação das possíveis perdas potenciais advindas de nossa exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa. Também adotamos metodologias e critérios adicionais para identificação, classificação, avaliação e acompanhamento de riscos e respectivos controles. A estrutura de pessoas dedicada e os investimentos em tecnologia e em treinamento e reciclagem de pessoal, no conjunto, permitem afirmar com razoável grau de certeza, que a gestão de controles internos e *compliance* na Organização Bradesco é efetiva, e está alinhada aos padrões internacionais, de forma a atender os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores nacionais e estrangeiros.

A Área de controles internos, uma das unidades do departamento de gestão de riscos e *compliance*, responde pela elaboração e divulgação de instruções de caráter técnico, critérios e procedimentos relacionados a controles internos e *compliance*. Reporta-se diretamente ao nosso diretor-presidente e fornece relatórios periódicos de status ao comitê de controles internos e *compliance*, ao comitê de auditoria e ao conselho de administração.

Dentre os principais itens voltados ao gerenciamento dos controles internos e *compliance*, destacamos:

- A estrutura de controles internos implantada foi construída com base nos componentes e objetivos do controle contemplados na metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations - COSO* e no *framework* do *Control Objectives for Information and Related*

Technology – Cobit para os ambientes de Tecnologia da Informação, bem como se encontra aderente aos 13 Princípios de Controles Internos de Basiléia. Esta estrutura fortalece a melhoria contínua do processo utilizado para identificar e avaliar controles, e para mitigar riscos, incluindo aqueles relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e financeiras, contemplados na Seção 404 da Lei Sarbanes - Oxley;

- Os Agentes de *Compliance* das dependências da Companhia são responsáveis pela execução das atividades de identificação, classificação, avaliação e monitoramento dos riscos e controles, assim como pela execução de testes de aderência e elaboração e implementação de planos de ação, segundo modelos definidos pela Área de Controles Internos do Departamento de Gestão de Riscos e *Compliance*;
- A implementação da gestão do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro) tem a finalidade de garantir a efetivação das mensagens transitadas entre nossos Bancos e as entidades participantes desse sistema. Em complemento, o Banco dispõe de Plano de Continuidade de Negócio para o SPB, desenvolvido para garantir que os impactos devido a eventuais falhas nos sistemas sejam minimizados. O Plano é testado continuamente, onde são gerados relatórios de evidências, que são publicados em nossa intranet corporativa. Para os sistemas de entrada manual de mensagens, foi desenvolvida uma política interna de acesso que prevê revisões semestrais dos usuários habilitados nos sistemas de nossa gestão;
- O sistema de legitimação de TED - Transferência Eletrônica Disponível objetiva reduzir o risco operacional representado pela saída indevida de recursos do Grupo Bradesco, atribuindo maior grau de segurança e confiabilidade em suas transações;
- Mantemos políticas, processos e sistemas específicos para prevenir e combater a utilização de nossa estrutura, produtos e serviços à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Conta com um programa de treinamento de seus colaboradores abrangendo diversos formatos como cartilha, vídeos, e-learning e cursos presenciais, além de treinamentos específicos para áreas onde as atividades o requerem. Uma Comissão multidepartamental permanente avalia a pertinência de reporte de transações suspeitas aos órgãos reguladores;
- As diretrizes estratégicas e o acompanhamento da efetiva aderência do Programa de Prevenção e Combate a estes tipos de atos ilícitos estão na alçada do "Comitê Executivo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo" que se reúne, no mínimo trimestralmente, para avaliar o andamento dos trabalhos e a necessidade de adoção de novas medidas com o intuito de alinhar o Programa às melhores práticas internacionais e às normas emanadas dos órgãos reguladores;
- As ações de prevenção e combate à “lavagem” de dinheiro seguem as melhores práticas de mercado e estão embasadas nas Políticas “Conheça seu Cliente” e “Conheça seu Funcionário”. Programas de treinamento e de conscientização são ministrados a todos os funcionários. O uso de ferramentas tecnológicas de monitoramento das movimentações financeiras, constantemente atualizadas, tem como objetivo auxiliar na identificação de transações que possam estar direta ou indiretamente relacionadas aos crimes precedentes à “lavagem” de dinheiro, tipificados na Lei nº. 9.613/98; e
- A Gestão de Segurança da Informação, baseada na Política Corporativa de Segurança da Informação, e num conjunto de normas, controles e procedimentos, objetiva a proteção das informações de clientes, consubstanciada no documento "Diretivas de Privacidade" e de ativos de informação da Organização, contemplando os aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação. O conjunto dessas

atividades é complementado por ações de conscientização e de treinamento voltadas a todos os Colaboradores da Organização.

Crédito

Nossa política de crédito está voltada para:

- garantir os níveis de segurança, qualidade, liquidez e diversificação na aplicação dos ativos;
- buscar agilidade e rentabilidade nos negócios; e
- minimizar os riscos inerentes às operações de crédito.

Nossa política de crédito define os critérios para a fixação de limites operacionais e concessão de créditos. Os limites de crédito são determinados pelo Comitê Executivo de Crédito, que é composto por nossos diretores vice-presidentes, diretores gerentes responsáveis por nossa área operacional e por nosso diretor de crédito. O Comitê Executivo de Crédito atualiza nossos limites de crédito de acordo com alterações em nossa política interna e no mercado brasileiro em geral. Nossa Diretoria Executiva também aprova os sistemas de avaliação, que nossas agências e departamentos utilizam para cada tipo de empréstimo ao apreciar solicitações de crédito.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando sempre ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos, além da classificação de risco que o empréstimo receberia, segundo o nosso sistema de classificação de risco. No Brasil, o sistema de classificação divide o risco em 9 níveis, de “excelente” a “péssimo”, com base em considerações econômico-financeiras, tais como o perfil e a capacidade de pagamento do tomador. Veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Tratamento de Operações de Crédito”.

Temos vários níveis de aprovação para solicitações de créditos, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, que variam desde o gerente geral das agências do Banco até o nosso Comitê Executivo de Crédito. Nossas agências possuem limites de alçada definidos de acordo com o seu porte e garantia oferecida na operação. Apesar disso, não possuem autorização para aprovar solicitações de crédito de qualquer tomador que:

- esteja classificado como menos do que “aceitável”, segundo nosso sistema interno de classificação de créditos;
- não possua ficha cadastral atualizada;
- possua restrições cadastrais relevantes; ou
- tenha operações de crédito vencidas.

Temos limites de crédito conforme nossos tipos de empréstimos. Aprovamos previamente os limites de crédito para nossos clientes pessoas físicas e jurídicas e, atualmente, concedemos créditos ao setor público somente em circunstâncias muito limitadas. Em todos os casos, os recursos somente são concedidos se o órgão competente aprovar a linha de crédito.

Os limites de crédito para nossos clientes grandes empresas são reavaliados no máximo a cada 180 dias. Para os demais clientes, pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a reavaliação ocorre a cada 90 dias.

Se o pagamento de um empréstimo estiver em mora, o gerente da agência ou o departamento que originou o crédito é responsável por tomar as medidas iniciais para determinar se a inadimplência pode ser sanada. Se o empréstimo permanecer inadimplente, após exauridos os mecanismos para cobrança amigável, o gerente da agência ou do departamento encaminhará o caso ao Departamento de Recuperação de Créditos.

Operações de Crédito à Pessoa Física

Para clientes pessoa física, dependendo da garantia proposta e do porte da agência, empréstimos de até R\$ 50.000 são aprovados em nível de agência. Se o valor e o tipo da garantia não estiverem dentro das alçadas para aprovação em nível da agência, a aprovação do empréstimo é submetida ao Departamento de Crédito e, se necessário, às alçadas superiores. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes de agências podem aprovar empréstimos às pessoas físicas, dependendo do valor e do tipo de garantias oferecidas.

Autoridade responsável pela decisão:	Valor do Risco Total	
	Créditos sem Garantias Reais	Créditos com Garantias Reais
	(Em milhares de reais)	
Gerente de agência muito pequena ⁽¹⁾	R\$ 0 a 5	R\$ 0 a 10
Gerente de agência pequena ⁽²⁾	0 a 10	0 a 20
Gerente de agência média ⁽³⁾	0 a 15	0 a 30
Gerente de agência grande ⁽⁴⁾	R\$ 0 a 20	R\$ 0 a 50

(1) Agência com captação total até R\$ 1.999.999;

(2) Agência com captação total entre R\$ 2.000.000 e R\$ 5.999.999;

(3) Agência com captação total entre R\$ 6.000.000 e R\$ 14.999.999; e

(4) Agência com captação total igual ou acima de R\$ 15.000.000.

Nós utilizamos um sistema específico de “*Credit Scoring*” (classificação de crédito) para analisar essas operações, o que nos proporciona um nível de agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Disponibilizamos às nossas agências ferramentas que lhes permitem analisar créditos para pessoas físicas de maneira rápida, eficiente e padronizada, e produção dos correspondentes contratos de empréstimo, automaticamente. Com tais ferramentas, nossas agências podem responder rapidamente aos clientes, manter baixos custos e controlar os riscos inerentes ao crédito direto ao consumidor no mercado brasileiro.

Se o gerente da agência não estiver autorizado a aprovar o empréstimo solicitado, a decisão será submetida ao nosso Departamento de Crédito e, se necessário, às alçadas superiores. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais cada uma de nossas alçadas aprova empréstimos às pessoas físicas acima de R\$ 50.000, independente do tipo de garantia oferecida:

Autoridade responsável pela decisão:	Valor do Risco Total	
	Mínimo	Máximo
	(Em milhares de reais)	
Departamento de Crédito	R\$ 51	R\$ 8.000
Diretor de Crédito	8.001	10.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Diária).....	10.001	R\$ 35.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Plenária)	Acima de R\$ 35.000	-

Operações de Crédito às Pessoas Jurídicas

Para clientes pessoa jurídica, dependendo da garantia proposta e do porte da agência, empréstimos de até R\$ 400.000 são aprovados em nível de agência. Se o valor e o tipo da garantia não

estiverem dentro das alçadas para aprovação em nível da agência, a aprovação do empréstimo é submetida ao Departamento de Crédito e, se necessário, às alçadas superiores. A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais os gerentes de agências podem aprovar empréstimos às pessoas jurídicas, dependendo do valor e do tipo de garantias oferecidas.

Autoridade responsável pela decisão:	Valor do Risco Total	
	Créditos sem Garantias Reais	Créditos com Garantias Reais
	(Em milhares de reais)	
Gerente de agência muito pequena ⁽¹⁾	R\$ 0 a 10	R\$ 0 a 60
Gerente de agência pequena ⁽²⁾	0 a 20	0 a 120
Gerente de agência média ⁽³⁾	0 a 30	0 a 240
Gerente de agência grande ⁽⁴⁾	0 a 50	0 a 400
Gerente de agência Bradesco Empresas ⁽⁵⁾	R\$ 0 a 100	R\$ 0 a 400

- (1) Agência com captação total até R\$ 1.999.999;
- (2) Agência com captação total entre R\$ 2.000.000 e R\$ 5.999.999;
- (3) Agência com captação total entre R\$ 6.000.000 e R\$ 14.999.999; e
- (4) Agência com captação total igual ou acima de R\$ 15.000.000.
- (5) Agência exclusiva para atendimento de empresas de médio porte (*middle market*).

Se o gerente da agência não estiver autorizado a aprovar o empréstimo solicitado, a decisão será submetida ao nosso Departamento de Crédito e alçadas superiores.

A tabela a seguir estabelece os limites dentro dos quais cada uma de nossas alçadas aprova empréstimos para clientes pessoas jurídicas acima de R\$ 400.000, independente do tipo de garantia oferecida:

Autoridade responsável pela decisão:	Valor do Risco Total	
	Mínimo	Máximo
	(Em milhares de reais)	
Departamento de Crédito	R\$ 401	R\$ 8.000
Diretor de Crédito	8.001	10.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Diária)	10.001	R\$ 35.000
Comitê Executivo de Crédito (Reunião Plenária)	Acima de R\$ 35.000	-

No intuito de atender às necessidades dos clientes no menor prazo possível e com maior segurança, o Departamento de Crédito foca suas análises, de maneira segmentada, utilizando metodologias e instrumentos diferenciados para a análise de crédito em cada segmento, devendo-se considerar principalmente:

- Nos Segmentos Varejo, Prime e Private – Pessoa Física, a idoneidade, a categoria profissional/atividade, a renda mensal, o patrimônio (bens móveis, imóveis, eventuais ônus e participações em empresas), o endividamento bancário e o histórico de relacionamento com a Organização, atentando-se nas operações de crédito para as condições de prazo e de taxas vigentes e para as garantias envolvidas;
- No Segmento Varejo – Pessoa Jurídica, além dos pontos acima, tendo em vista que neste nível de empresa as atividades se confundem com a própria figura dos sócios, devemos adicionalmente considerar, o tempo de atividade e o faturamento mensal;
- Nos Segmentos Empresas e Corporate, a capacidade de gestão, o posicionamento da Empresa/Grupo no mercado, o porte, a evolução econômico-financeira, a capacidade de geração de caixa e as perspectivas do negócio, sempre abrangendo a proponente, seus controladores/coligadas e o setor de atividade.

Sistemas de Processamento de Dados

A Organização dispõe de dois centros de processamento de dados, o que trata de nosso processo de produção em Osasco, e o que trata de nossos processo de contingência, situado em Alphaville – Barueri. Ambos estão localizados no Estado de São Paulo, e estão equipados com 20 computadores de grande porte e 1.449 computadores de médio porte.

Para assegurar a continuidade de nossas operações, ambos os centros são auto-suficientes por 72 horas cada, em termos de energia elétrica. Além disso, na possibilidade de reabastecimento dos nossos tanques de combustíveis, há autonomia ininterrupta no fornecimento de energia.

Recentemente, concluímos a construção do nosso novo centro de tecnologia da informação (CTI) em Osasco, edifício de concepção moderna e alta tecnologia, planejado para hospedar os computadores e toda a infra-estrutura de suporte de nossas operações.

As atividades já foram iniciadas nesse novo centro e esperamos que sejam incrementadas por todo o ano de 2008, devido ao plano de realocação que está em execução e inclui a transferência da infra-estrutura e produção de nosso centro de processamento de dados em Osasco para nosso novo centro de tecnologia de informação.

Captação

Captação de Depósitos

Nossa principal fonte de financiamento são depósitos de pessoas físicas e jurídicas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2007, nossos depósitos totalizavam R\$ 98,3 bilhões, representando 32,7% do total de nossas obrigações.

Oferecemos os seguintes tipos de contas de depósito:

- contas correntes;
- contas de depósitos para investimentos;
- contas de poupança;
- depósitos a prazo;
- depósitos interfinanceiros, oriundos de instituições financeiras; e
- poupança integrada à conta de investimentos.

A tabela a seguir demonstra nosso total de depósitos, por tipo e por fonte, nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:			% do total de depósitos
	2005	2006	2007	2007
(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
De clientes:				
Depósitos à vista	R\$ 16.223	R\$ 21.081	R\$ 29.423	29,9%
Depósitos de poupança.....	26.201	27.613	32.813	33,4
Depósitos a prazo	32.837	34.941	35.733	36,3
Interfinanceiro	146	290	372	0,4
Total	R\$ 75.407	R\$ 83.925	R\$ 98.341	100,0%

Segundo normatização da autoridade monetária, devemos depositar no Banco Central uma porcentagem de nossos depósitos recebidos de clientes, em depósitos à vista, de poupança e a prazo, na forma de depósitos compulsórios, conforme segue abaixo:

- *Depósitos à vista e contas de depósitos para investimentos:* somos obrigados a depositar 45,0% do saldo médio diário dos saldos dessas contas, o que exceder R\$44 milhões, no Banco Central em bases não remuneradas;
- *Depósitos de poupança:* devemos depositar, em uma conta no Banco Central, um valor em dinheiro equivalente a 20,0% do saldo médio total de nossos depósitos de poupança, durante a semana anterior. A conta é remunerada pela TR mais 6,17% de juros ao ano; e
- *Depósitos a prazo:* somos obrigados a depositar no Banco Central na forma de títulos do governo, 15,0% do saldo médio de nossos depósitos a prazo, o que exceder a R\$30 milhões, com uma redução de R\$300 milhões, após apurado o valor exigido. Os títulos são remunerados de acordo com as taxas vigentes de mercado.

Devemos depositar no Banco Central um valor adicional, igual a (a) 8,0% sobre o saldo médio dos depósitos a prazo e à vista durante a semana anterior mais (b)10,0% sobre o saldo médio dos depósitos de poupança durante a semana anterior, sempre que na aplicação desses percentuais, na somatória desses produtos o saldo exceder a R\$100 milhões. Esse valor adicional é depositado em uma conta no Banco Central e é remunerado à taxa Selic.

A regulamentação do Banco Central exige que:

- apliquemos, no mínimo, 25,0% dos depósitos à vista para oferecer crédito rural e, caso não seja feita tal aplicação mínima, devemos depositar o valor não utilizado em uma conta não remunerada no Banco Central;
- destinemos 2,0% dos depósitos à vista em operações de microcrédito; e
- destinemos ao menos 65% do valor total dos depósitos recebidos em contas de poupança ao financiamento imobiliário residencial ou construção habitacional. Os montantes que podem ser utilizados para satisfazer esta exigência incluem, além de financiamentos imobiliários residenciais diretos, letras hipotecárias, empréstimos imobiliários residenciais baixados ou empréstimos para construção habitacional e outros financiamentos, todos de acordo com o especificado na orientação emitida pelo Banco Central.

Os depósitos de poupança no Brasil são remunerados pela TR + 6,17% de juros ao ano, após os recursos terem permanecido por no mínimo um mês corrido com relação a pessoas físicas e pessoas

jurídicas sem fins lucrativos, e por noventa dias com relação a pessoas jurídicas com fins lucrativos. Os rendimentos auferidos em contas de poupança de pessoas físicas são isentos de imposto de renda.

Os CDBs pagam uma taxa de juros pré-fixada ou pós-fixada, que, em geral, é uma porcentagem da taxa de juros interbancária. A distribuição entre os CDBs às taxas pré-fixadas e às taxas pós-fixadas varia periodicamente, dependendo das expectativas de taxas de juros do mercado.

Os depósitos à vista, os depósitos para investimentos, os depósitos de poupança, os depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, letras hipotecárias, letras de câmbio, letras imobiliárias, letras de crédito imobiliário e depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares são garantidos, no seu somatório, pelo Fundo Garantidor de Crédito, conhecido como “FGC”, até o valor de R\$ 60.000 por cliente, na hipótese de liquidação de um banco.

Nós emitimos CDIs às outras instituições financeiras, cuja negociação está restrita ao mercado interbancário. São negociados com taxa pré-fixada ou pós fixada por um dia ou com prazos mais longos.

Outras Fontes de Financiamento

Nossas outras fontes de financiamento incluem nossas operações no mercados de capitais, operações de importação/exportação e repasses.

A tabela a seguir indica a fonte e o valor de nossas outras fontes de financiamento nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais)		
Fontes de Recursos:			
Financiamento à importação e exportação	R\$ 4.405	R\$ 4.440	R\$ 6.073
Repasses de recursos internos	9.429	11.642	14.087
Obrigações por arrendamento mercantil	368	430	874
Mercado de Capitais:			
Captações no mercado aberto	22.886	42.875	69.015
<i>Euronotes</i>	1.503	1.235	810
Letras hipotecárias	827	841	867
Dívidas subordinadas	6.719	11.949	15.850
Debêntures (não conversíveis).....	2.625	2.603	2.595
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito....	1.776	1.344	2.497
<i>Commercial paper</i>	2.661	1.225	1.915
Empréstimos em moedas estrangeiras	69	78	1.335
Outros	-	44	1
Total	R\$ 53.268	R\$ 78.706	R\$ 115.919

Nossas operações no mercado de capitais atuam como uma fonte de financiamento para nós, através de nossas operações com instituições financeiras, fundos mútuos, fundos de investimento com renda fixa e variável, e fundos de investimento estrangeiros. Nessas operações, vendemos valores mobiliários, públicos e privados, com a obrigação de recomprá-los. Essas operações são, em geral, de curto prazo.

Mantemos relacionamentos com várias instituições financeiras dos Estados Unidos, Europa, Ásia e América Latina para fornecer empréstimos aos nossos clientes por meio de repasses, inclusive a concessão de linhas de crédito para financiamento ao comércio exterior.

Efetuamos operações de repasse quando atuamos como agentes de transferência de recursos de órgãos de desenvolvimento, concedendo créditos a terceiros que, por sua vez, são financiados pelas Organizações de Desenvolvimento. O BNDES, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o qual denominamos BIRD, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - "BID" são os principais provedores desses recursos. Os critérios para empréstimo, a decisão de emprestar e os riscos de crédito são de nossa responsabilidade, sujeitos a certas limitações estabelecidas pelos órgãos que concedem os recursos.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2007, possuíamos 828 propriedades e alugávamos 2.640 propriedades por todo o Brasil e 8 propriedades no exterior, as quais usamos para operação de nossa rede de agências e desempenho dos negócios da organização. Possuímos o imóvel onde a nossa sede está localizada, na Cidade de Deus, Osasco, região metropolitana de São Paulo - SP. Praticamente todos os contratos de locação têm cláusula de renovação automática e têm prazo médio de duração de 12 anos.

Sazonalidade

Acreditamos que a sazonalidade não afeta significativamente os nossos negócios.

Concorrência

Enfrentamos uma concorrência significativa em todas as nossas principais áreas de operação, pois os mercados brasileiros de serviços financeiros e bancários são altamente competitivos. Em 31 de dezembro de 2007, existiam 133 conglomerados financeiros prestando uma gama completa de serviços de atividade bancária comercial, incluindo financiamento ao consumidor, atividades de banco de investimento, de corretagem de valores, arrendamento mercantil, poupança, empréstimos e outros serviços financeiros no Brasil. Para mais informações sobre os riscos relacionados com a concorrência, veja "Item 3. Informações Relevantes - Fatores de Risco - Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro - O ambiente cada vez mais competitivo nos setores bancário e de seguros no Brasil pode afetar de maneira negativa as nossas expectativas de negócios".

As instituições bancárias do setor público também desempenham um papel importante no setor de atividades bancárias, o maior segmento do sistema financeiro, e operam dentro dos mesmos parâmetros legais e regulamentares que os bancos do setor privado. A maior instituição brasileira em termos de ativo é o Banco do Brasil S.A., conhecido como "Banco do Brasil", que pertence ao setor público. A rede de agências do Banco do Brasil é maior do que a nossa. O setor de atividade bancária comercial privada é dominado, tanto em termos de empréstimos totais quanto de depósitos totais, por cinco bancos: nós mesmos, o Banco Itaú Holding Financeira S.A., conhecido como "Banco Itaú", o Banco Real, a União de Bancos Brasileiros S.A., conhecida como "Unibanco" e o Banco Santander, tendo todos eles uma forte presença nacional.

Atividade Bancária

No setor de atividade bancária comercial competimos por clientes, pessoas físicas e jurídicas, com outros grandes bancos brasileiros. Nossos principais concorrentes na área de atividade bancária são o Banco do Brasil, o Banco Itaú, o Banco Real, o Santander e o Unibanco. O setor bancário brasileiro passou por algumas consolidações nos últimos anos, por meio de aquisições e privatizações. Por exemplo, em 2003, o Banco ABN AMRO Real adquiriu o controle do Banco Sudameris,

tornando-se o 6º maior banco do Brasil em termos de ativos, de acordo com o Banco Central. Em 2006, o Banco Itaú adquiriu as operações brasileiras do BankBoston. Esta transação aumentou a base de clientes do Itaú em 300.000 clientes e seus ativos totais em R\$ 22 bilhões. Esta transação fortaleceu a posição do Itaú como o segundo maior banco privado.

O setor de atividade bancária no Brasil tem também se deparado com uma concorrência crescente por parte de bancos estrangeiros nos últimos anos. Além do Banco Santander, alguns grandes bancos norte-americanos, europeus e asiáticos, incluindo o Citibank, o ABN AMRO e a Hong Kong and Shanghai Banking Corporation, conhecido como “HSBC”, estão atualmente operando no Brasil. Outros bancos estrangeiros poderiam entrar no mercado brasileiro e aumentar sua competitividade. Os bancos estrangeiros também podem participar dos processos de privatizações.

Os bancos comerciais também se deparam com uma concorrência crescente por parte de outros intermediários financeiros, que podem oferecer às grandes empresas acesso aos mercados de capitais como uma alternativa para empréstimos bancários. Como somos um banco múltiplo, procuramos manter uma posição competitiva nesse sentido, por meio de nosso banco de investimentos.

Atualmente usufruímos de algumas vantagens competitivas por sermos o maior banco brasileiro no setor privado e termos a maior rede de agências entre nossos concorrentes no setor privado. Contudo, na hipótese de um de nossos concorrentes ou um banco estrangeiro adquirir um ou mais de um dos grandes bancos brasileiros, nossa vantagem competitiva poderia ser reduzida e a estrutura do setor bancário brasileiro poderia se alterar consideravelmente. Embora acreditemos estar bem posicionados para competir nesse novo ambiente, essa concorrência poderia prejudicar nossa posição no setor financeiro brasileiro.

Cartões de Crédito

O mercado de cartões de crédito no Brasil é altamente competitivo, compreendendo aproximadamente 93,0 milhões de cartões emitidos até 31 de dezembro de 2007 (Abecs). Nossos principais concorrentes são o Banco do Brasil, Banco Itaú, Citibank e Unibanco. A Administração acredita que os principais fatores de concorrência nessa área são as taxas de juros, anuidades, a rede de distribuição de cartões e os benefícios oferecidos nos cartões.

Outro concorrente do produto cartão de crédito é o cheque pré-datado, um meio popular de pagamento a prazo no Brasil, pelo qual os clientes pagam produtos e serviços com cheques bancários com datas futuras, permitindo efetivamente o pagamento parcelado em um prazo maior. Devido à sua conveniência e crescente aceitação, acreditamos que os cartões de crédito gradualmente substituirão os cheques pré-datados.

Arrendamento Mercantil

De um modo geral, o mercado brasileiro de arrendamento mercantil é dominado por sociedades afiliadas a fabricantes de veículos e de equipamentos e grandes bancos. Atualmente, usufruímos algumas vantagens competitivas por termos a maior rede de agências entre nossos concorrentes do setor privado.

Gestão de Ativos

O setor de gestão de ativos no Brasil vem crescendo significativamente nos últimos anos. Em 2007, a indústria de Fundos de Investimento apresentou crescimento de 22% em relação ao ano anterior ultrapassando a marca histórica de R\$ 1 trilhão de ativos, principalmente devido a:

- (a) expressiva captação dos fundos multimercados e fundos de ações como resultado da busca por maior diversificação por parte dos investidores,
- (b) o crescimento da indústria de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) com R\$ 29 bilhões em ativos; e
- (c) o desenvolvimento da indústria de Fundos de Investimento em Participações com R\$ 29 bilhões em ativos no final de 2007.

Observamos também o aperfeiçoamento da regulamentação de fundos de investimento através da Instrução CVM nº 450, cujo objetivo foi aumentar ainda mais o grau de transparência e de informações aos investidores. Destaque para os fundos de dividendos, principal protegido e multigestores. Nossos principais concorrentes nesse setor incluem o Banco do Brasil, o Banco Itaú, a Caixa Econômica Federal e o HSBC.

Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização

Setor de Seguros

O Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, líder do mercado brasileiro de seguros com 25,8% de *market share* enfrenta uma concorrência crescente por parte de várias empresas nacionais e multinacionais, em todos os ramos de seguros.

Em 31 de dezembro de 2007, nossos principais concorrentes eram: Itaú Seguros S.A, Sul América Cia. Nacional de Seguros, Unibanco AIG Seguros S.A., Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, Banco do Brasil, Mapfre Seguradora S.A e Tóquio Marine Brasil Seguradora S.A, que chamamos de Tóquio Marine, que representam no total aproximadamente 46,7% do prêmio total gerado no mercado, conforme informações disponibilizadas pela Susep. Embora as empresas nacionais subscrevam a maior parte das atividades de seguros, também enfrentamos concorrência, principalmente no ramo de seguro saúde, por parte de empresas locais ou regionais, pois elas operam com menor custo ou se especializam em fornecer cobertura para grupos de riscos específicos.

A concorrência no setor de seguros no Brasil alterou-se drasticamente nos últimos anos à medida em que empresas estrangeiras passaram a constituir associações com seguradoras brasileiras com maior experiência no mercado brasileiro. Por exemplo, em 2002, o banco holandês ING, adquiriu uma participação de uma das empresas do Grupo Sul América. Desde 1996, o grupo AIG passou a operar em seguros no Brasil através de uma associação com o Unibanco. A Hartford já opera há anos no Brasil através de uma associação com o Grupo Icatu. AXA, AGF, ACE, Generali, Tokio Marine e outras seguradoras estrangeiras oferecem seguros no Brasil com estrutura local própria.

Acreditamos que os principais fatores competitivos nessa área sejam preço, estabilidade financeira, reconhecimento do nome e dos serviços. Em nível de agências, acreditamos que a concorrência baseia-se principalmente no nível dos serviços, inclusive o tratamento dos sinistros, o nível de automação e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os agentes pessoas físicas. Acreditamos que nossa capacidade de distribuir produtos de seguros por meio de nossa rede de agências nos dá uma vantagem competitiva sobre a maioria das seguradoras. Como a maioria de nossos produtos de seguros é oferecida por meio de agências bancárias no varejo, nos beneficiamos de algumas economias de custos e sinergias de comercialização, em comparação com os nossos concorrentes. Contudo, essa vantagem no custo poderia tornar-se menos significativa com o passar do tempo, à medida que os grandes bancos privados passem a utilizar suas próprias redes de agências para oferecer produtos de seguros por meio de agentes exclusivos.

Setor de Previdência Complementar

O processo de estabilização monetária trazido pela implementação do plano real estimulou o setor de previdência complementar, atraindo para o mercado brasileiro novos *players* internacionais, como: a Principal, que se associou ao Banco do Brasil, criando a Brasilprev; a Hartford, que se associou ao grupo Icatu; a ING que se associou à Sul América; a Metlife; a Nationwide; entre outras.

Além da estabilidade monetária, o tratamento fiscal favorável e a perspectiva de uma reforma mais profunda no sistema de previdência oficial contribuíram para o aumento da concorrência.

Atualmente a Bradesco Vida e Previdência detém a liderança do mercado de previdência complementar, com 41,0% do total de ativos administrados no setor, segundo dados da Fenaprevi, em dezembro de 2007.

Os principais diferenciais competitivos são a marca Bradesco, a capilaridade da rede de agências, a estratégia, o pioneirismo e a inovação de produtos.

Setor de Títulos de Capitalização

A estabilidade da moeda, taxas cambiais mais estáveis e o controle da inflação tornaram o mercado mais competitivo a partir de 1994, no qual a Bradesco Capitalização detinha até 31 de dezembro de 2007, a 2ª posição do *ranking* com 19,9% de participação em Receitas de Títulos de Capitalização e 20,9% em provisões técnicas, de acordo com a SUSEP.

Os principais concorrentes no setor de títulos de capitalização são: Brasilcap Capitalização S.A., Itaú Capitalização S.A., Caixa Capitalização S.A., Icatu Hartford Capitalização S.A. e Unibanco Companhia de Capitalização. Os principais fatores competitivos nesta área são a oferta de produtos de baixo custo com maior número de sorteios, segurança e estabilidade financeira, e o reconhecimento da marca por parte dos clientes.

REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO

Principais Instituições Financeiras

Em 31 de dezembro de 2007, 15 conglomerados financeiros compostos por bancos comerciais e múltiplos do setor público controlados pelos Governos Federal e Estaduais, e 118 conglomerados financeiros compostos por bancos comerciais e múltiplos do setor privado operavam no Brasil. Para fins da regulamentação brasileira, seguradoras, entidades de previdência complementar e emissores de títulos de capitalização não são considerados instituições financeiras.

Setor Financeiro Público Brasileiro

Os Governos Federal e Estaduais controlam vários bancos e instituições financeiras comerciais. O principal propósito destas instituições é estimular o desenvolvimento econômico. As principais instituições bancárias pertencentes ao Governo desempenham um papel importante no setor bancário brasileiro. Estas instituições detêm uma parcela significativa dos depósitos totais e ativos totais do sistema bancário, e são as principais financiadoras de fundos governamentais para as indústrias e a agricultura. Durante a última década, vários bancos múltiplos públicos foram privatizados e adquiridos por grupos financeiros brasileiros e estrangeiros.

Os principais bancos controlados pelo Governo incluem:

- *Banco do Brasil*, um banco controlado pelo Governo Federal, que fornece uma gama completa de produtos bancários aos setores público e privado. O Banco do Brasil é o maior banco múltiplo do Brasil e o principal agente financeiro do Governo Federal;

- *BNDES*, um banco de desenvolvimento totalmente controlado pelo Governo Federal, que concede financiamentos de médio e longo prazos ao setor privado brasileiro. As atividades do BNDES incluem a gestão do programa de privatizações do Governo Federal; e
- *Caixa Econômica Federal*, um banco múltiplo totalmente controlado pelo Governo Federal, que age como o principal agente do sistema regulamentado pelo Governo de concessão de empréstimos habitacionais. A Caixa Econômica Federal está classificada em primeiro lugar entre os bancos brasileiros, em termos de contas de poupança e financiamentos habitacionais.

Setor Financeiro Privado Brasileiro

Em 31 de dezembro de 2007, o setor financeiro privado brasileiro incluía:

- 118 conglomerados financeiros compostos por bancos comerciais, múltiplos e de investimento, que prestam uma gama completa de serviços de atividade bancária comercial, atividade bancária de investimento (inclusive subscrição e negociação de valores mobiliários), financiamento ao consumidor e outros serviços, inclusive gestão de fundos e financiamento de imóveis; e
- 51 financeiras, 132 distribuidoras de títulos e valores mobiliários, 153 corretoras de valores, 38 sociedades de arrendamento mercantil, 7.778 fundos de investimento financeiros e fundos mútuos e 18 associações de poupança e empréstimo/sociedades de crédito imobiliário.

Principais Órgãos Reguladores

A estrutura institucional básica do sistema financeiro brasileiro foi estabelecida em 1964 pela Lei nº. 4.595, conhecida como a “Lei da Reforma Bancária”. A Lei da Reforma Bancária criou o Banco Central e o CMN.

O CMN

O CMN, atualmente a mais alta autoridade responsável pela política monetária e financeira brasileira, é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública no Brasil. O CMN tem as funções de:

- regulamentar as operações de crédito realizadas por instituições financeiras brasileiras;
- regulamentar a emissão da moeda brasileira;
- supervisionar o câmbio e as reservas de ouro do Brasil;
- determinar as políticas de poupança, câmbio e investimento no Brasil; e
- regulamentar os mercados de capitais no Brasil.

Em dezembro de 2006, o CMN determinou a criação de um modelo de supervisão baseado em risco pela CVM (o “Sistema de Supervisão Baseada em Risco, que chamamos de “SBR”), que deverá: (i) identificar os riscos a que está exposto o mercado; (ii) dimensionar tais riscos, classificando-os segundo níveis de dano potencial; (iii) estabelecer formas de mitigar os riscos identificados e o prejuízo que podem causar; e (iv) controlar e monitorar a ocorrência dos eventos de risco. As medidas complementares necessárias à implementação do SBR ainda deverão ser editadas pelo CMN.

O Banco Central

O Banco Central é responsável por:

- implementar as políticas monetária e de crédito estabelecidas pelo CMN;
- regulamentar e supervisionar as instituições financeiras brasileiras dos setores público e privado;
- controlar e monitorar o fluxo de moeda estrangeira de/para o Brasil; e
- fiscalizar o mercado financeiro brasileiro.

O presidente do Banco Central é nomeado pelo Presidente do Brasil para um mandato por tempo indeterminado, sujeito à aprovação pelo Senado brasileiro.

O Banco Central supervisiona instituições financeiras ao:

- determinar exigências mínimas de capital, exigências de reservas compulsórias e limites operacionais;
- ter o poder de autorizar documentos corporativos, aumentos de capital e o estabelecimento ou transferência de matrizes ou filiais (no Brasil ou no exterior);
- ter o poder de autorizar mudanças no controle acionário das instituições financeiras;
- exigir a apresentação de demonstrações financeiras anuais e semestrais auditadas, trimestrais revisadas, bem como mensais não auditadas; e
- exigir total acesso a informações referentes a operações de crédito e câmbio, operações de importação e exportação, e outras atividades econômicas relacionadas diretamente.

A CVM

A CVM é responsável por regulamentar os mercados de valores mobiliários brasileiros, de acordo com as políticas de mercado de capitais e valores mobiliários determinadas pelo CMN.

A CVM é responsável pela regulamentação e supervisão dos fundos mútuos de renda variável. Além disso, desde novembro de 2004, a CVM tem autoridade para regulamentar e supervisionar os fundos de ativos de renda fixa. Para mais informações veja “*Regulamentação da Gestão de Ativos*”.

Regulamentação Bancária

Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras

Segundo as leis e regulamentos aplicáveis aos bancos, uma instituição financeira operando no Brasil:

- não pode operar sem a aprovação prévia do Banco Central e, no caso de banco estrangeiro, sem autorização concedida por decreto presidencial;
- não pode investir em ações de qualquer outra empresa acima dos limites regulamentares;

- não pode emprestar mais de 25,0% de seu patrimônio de referência a uma única pessoa ou grupo;
- não pode possuir imóveis, com exceção dos de uso próprio; e
- não pode conceder créditos ou prestar garantias para:
 - qualquer pessoa física que controle a instituição ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do seu capital acionário;
 - qualquer pessoa jurídica que controle a instituição com a qual esteja sob controle comum, ou qualquer diretor, conselheiro ou membro do Conselho Fiscal de tal pessoa jurídica, ou qualquer membro da família próxima de tais pessoas físicas;
 - qualquer pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% de seu capital social (com algumas exceções);
 - qualquer pessoa jurídica que a instituição financeira controle ou detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social;
 - qualquer pessoa jurídica, cuja diretoria seja constituída, no todo ou em parte, pelos mesmos membros que a diretoria da instituição; ou
 - diretores estatutários e conselheiros da instituição (ou membros de sua família próxima) ou qualquer companhia, que seja controlada por esses diretores estatutários, conselheiros ou membros de sua família próxima ou em cujo capital social tais pessoas detenham, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social.

A restrição quanto às operações com as partes relacionadas não se aplica a operações executadas por instituições financeiras no mercado interbancário.

Adequação e Alavancagem de Capital

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basiléia. O Acordo de Basiléia exige que os bancos tenham um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de 8,0%. Pelo menos a metade do total do Capital deve consistir em Capital Nível I. O Capital Nível I, ou principal, corresponde ao patrimônio menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui reservas de reavaliação de ativos, reservas para contingências e dívidas subordinadas, sujeitas a determinadas restrições. O Capital Nível II está limitado ao montante do Capital Nível I.

As exigências impostas pelo CMN diferem do Acordo de Basiléia em alguns aspectos. Entre as diferenças, podemos apontar que o CMN:

- (a) exige capital mínimo de 11,0% em relação aos ativos ponderados de risco;
- (b) não permite que as reservas para contingências sejam consideradas como capital;
- (c) obriga que sejam deduzidos do capital os ativos permanentes excedentes aos limites impostos pelo Banco Central;

- (d) exige um valor adicional de capital, com respeito a operações de *swap* de câmbio e de taxa de juros, registradas fora do balanço patrimonial, e de certas operações de créditos com recursos captados de terceiros;
- (e) permite que, para fins de determinação do patrimônio líquido, as instituições financeiras deduzam do patrimônio líquido os custos, incluindo impostos, incorridos em transações de swap feitas para proteger posições vendidas associadas a investimentos fora do Brasil; e
- (f) atribui diferentes ponderações de risco a certos ativos e valores de conversão de créditos, incluindo ponderações de risco de 300,0% sobre os créditos tributários decorrentes de imposto de renda e contribuição social.

Para mais informações, veja “Item 5 - Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Cumprimento de Exigências Referentes à Capital”.

As instituições financeiras também são obrigadas a manter seu patrimônio líquido em um certo nível. O Patrimônio de Referência de uma instituição financeira é representado pelo somatório do Capital Nível I e Nível II e é utilizado na determinação de seus limites operacionais. Para fins de ajustes do CMN, as instituições financeiras podem deduzir de seu patrimônio líquido os custos, incluindo impostos, incorridos em transações de swap feitas para proteger posições vendidas associadas a investimentos fora do Brasil. Em julho de 2008, o Banco Central emitiu certas regras para incluir risco operacional das instituições financeiras entre os fatores a serem considerados no cálculo do Patrimônio de Referência.

As instituições financeiras, exceto as cooperativas de crédito, devem manter registros contábeis consolidados (para fins de cálculo de suas exigências de capital) de seus investimentos em empresas sempre que as instituições mantiverem, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto com outros parceiros, uma participação que assegure o controle das empresas investidas. Quando sua participação não resulta no controle de uma empresa, as instituições financeiras podem optar por contabilizar a participação como resultado de participação em empresas não consolidadas ao invés de consolidar.

Observadas determinadas condições e dentro de certos limites, as instituições financeiras podem incluir dívida subordinada na determinação de suas exigências de capital para fins de cálculo de seus limites operacionais, desde que tal dívida subordinada cumpra com os seguintes requisitos:

- deve ser previamente aprovada pelo Banco Central;
- não pode ser objeto de qualquer modalidade de garantia;
- seu pagamento deve estar subordinado ao pagamento de outras obrigações do emissor no caso de dissolução;
- não pode ser resgatada por ato do detentor;
- deve ter uma cláusula que permita o adiamento do pagamento de juros ou resgate, caso isso possa ocasionar falha por parte do emissor no cumprimento dos níveis mínimos de patrimônio de referência ou de outras exigências operacionais;
- deve ser nominativa, quando emitida no Brasil, e, quando emitida no exterior, sempre que a legislação local permitir;
- quando emitida no exterior, deve conter uma cláusula de escolha de foro;

- deve ter um prazo mínimo de cinco anos antes do resgate ou da amortização;
- seja integralizada em espécie; e
- não podem ser objeto de seguro ou garantia, por meio de quaisquer instrumentos que obriguem ou permitam pagamentos entre a instituição emissora da dívida e a credora e que comprometam a condição de subordinação da dívida.

As instituições financeiras brasileiras podem escolher entre calcular suas exigências de capital em base consolidada ou não consolidada.

Exigências de Reservas

O Banco Central impõe às instituições financeiras brasileiras, periodicamente, uma reserva compulsória e exigências correlatas. O Banco Central usa as exigências de reservas como um mecanismo para controlar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Historicamente as reservas impostas sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo respondem por praticamente todos os valores exigidos para serem depositados no Banco Central. Para um resumo sobre as atuais exigências de reservas compulsórias aplicáveis à depósitos à vista, de poupança e a prazo, veja “História e Desenvolvimento da Companhia - Atividade Bancária – Atividades de Captação de Depósitos”.

A exposição consolidada total de uma instituição financeira em moedas estrangeiras e ouro não pode exceder 30,0% de seu patrimônio de referência. Além disso, se a sua exposição for superior a 5,0% do patrimônio de referência, a instituição financeira deve possuir um capital adicional equivalente a pelo menos 100% da exposição. Vale notar que, a partir de 2 de julho de 2007, o valor compensado internacionalmente em decorrência de exposições contrárias (compradas e vendidas) realizadas no país e no exterior por instituições integrantes do mesmo conglomerado passou a ser adicionado ao cálculo da exposição líquida consolidada do conglomerado.

No passado, o Banco Central impôs, sobre outros tipos de transações, certas exigências de depósitos compulsórios que não estão mais em vigor, e poderá impor novamente estas exigências ou restrições semelhantes no futuro. No início de 2008, o Banco Central criou uma exigência de depósito compulsório sobre depósitos interfinanceiros de empresas de leasing. Nossa empresa de leasing investe a maior parte de suas disponibilidades em depósitos interbancários conosco. Esta nova exigência poderia ter um efeito adverso sobre nosso custo de captação. Para mais informações sobre as restrições do Banco Central, veja “Item 3. Informações Relevantes - Fatores de Risco - Riscos Relativos ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro”.

Exigências de Composição de Ativos

As instituições financeiras brasileiras não podem alocar mais de 25,0% de seu patrimônio de referência em operações de crédito (inclusive garantias) a um mesmo cliente (inclusive sua matriz, afiliadas e subsidiárias) ou em valores mobiliários de qualquer emitente, e não podem atuar na qualidade de subscritoras (com exclusão de subscrição de melhores esforços) de valores mobiliários emitidos por qualquer emitente representando mais de 25,0% do patrimônio de referência.

O ativo permanente (definido como propriedades e equipamentos, outros que não operações de arrendamentos mercantis, investimentos não consolidados e ativos diferidos) de instituições financeiras brasileiras não pode exceder a 50,0% de seu patrimônio de referência.

Operações Compromissadas

As operações compromissadas estão sujeitas aos limites de capital operacional, com base no patrimônio líquido da instituição financeira, conforme ajustado com as disposições regulamentares do Banco Central. Uma instituição financeira somente pode deter operações compromissadas em valores de até 30 vezes o seu patrimônio de referência. Dentro desse limite, operações compromissadas envolvendo valores mobiliários privados não podem exceder cinco vezes o valor do patrimônio de referência da instituição financeira. Limites em operações compromissadas envolvendo valores mobiliários lastreados por autoridades governamentais brasileiras variam de acordo com o tipo de valores mobiliários envolvidos na operação e o risco percebido do emitente, conforme estabelecido pelo Banco Central.

Repasse de Recursos Tomados no Exterior

As instituições financeiras e as empresas de arrendamento mercantil estão autorizadas a tomar emprestado recursos em moeda estrangeira nos mercados internacionais (por meio de empréstimos diretos ou da emissão de valores mobiliários de dívida) de modo a repassar tais recursos no Brasil. Estes repasses tomam a forma de empréstimos em reais, mas indexados ao dólar norte-americano. Os termos do repasse precisam refletir os termos da operação original. A taxa de juros cobrada no empréstimo externo precisa também se adequar às práticas do mercado internacional. Além do custo original da operação, a instituição financeira poderá somente cobrar uma comissão de repasse.

Posição de Câmbio

As operações envolvendo a compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio.

Até 14 de março de 2005, o mercado de câmbio brasileiro era dividido em dois segmentos: os mercados de taxa de câmbio de mercado comercial (“Mercado Comercial”) e câmbio de mercado flutuante (“Mercado Flutuante”). O Mercado Comercial estava reservado primariamente para transações comerciais no exterior e transações que geralmente requerem registro no Banco Central. O Mercado Flutuante aplicava-se a todas as transações, às quais o Mercado Comercial não se aplica. Somente bancos, corretores, negociadores e o Banco Central tinha acesso ao Mercado Comercial, enquanto o Mercado Flutuante estava aberto para todas as instituições autorizadas pelo Banco Central.

Em março de 2005, o Banco Central editou vários atos normativos que modificaram significativamente o regime aplicável em matéria de câmbio. As referidas normas foram divulgadas pelo Banco Central como parte do programa liberalizador que busca melhorar a eficiência do mercado de câmbio e permitir maior transparência aos fluxos de moeda estrangeira dentro e fora do Brasil.

De acordo com as novas normas, os Mercados Comercial e Flutuante foram unificados sob um regime único aplicável em matéria de câmbio (“Mercado de Câmbio”), no qual todas as transações são concentradas. O Mercado de Câmbio recentemente unificado permite a liquidação em moeda estrangeira de quaisquer compromissos em moeda nacional “reais”, os quais são firmados entre pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País e pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, mediante apresentação de documentação pertinente.

O acesso ao Mercado de Câmbio pode ser concedido pelo Banco Central a bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de câmbio ou de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, agências de turismo e aos meios de hospedagem de turismo. Entretanto, ficaram automaticamente autorizados a operar no

Mercado de Câmbio os agentes que, em 4 de março de 2005, estavam autorizados a operar nos Mercados Comercial e Flutuante.

O Banco Central atualmente não impõe limites para as posições compradas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é maior que o valor das vendas) de bancos autorizados a operar no Mercado de Câmbio. A partir de dezembro de 2005, o Banco Central deixou de impor limites às posições vendidas (isto é, nas quais o valor total das compras de moeda estrangeira é menor que o valor das vendas) aos bancos autorizados a operar no Mercado de Câmbio.

Conforme a regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional, a aplicação no exterior de disponibilidades em moeda estrangeira por instituições financeiras deve limitar-se a: (i) títulos de emissão do governo brasileiro; (ii) títulos de emissão de governos estrangeiros; (iii) títulos de emissão ou de responsabilidade de instituição financeira; e (iv) depósitos a prazo em instituição financeira.

Taxas de Juros

A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, estabeleceu um teto de 12,0% ao ano sobre as taxas de juros para empréstimos, incluindo as taxas de juros para empréstimos bancários. Entretanto, desde a promulgação da Constituição, tal taxa não era aplicada por ausência da necessária regulamentação. Em maio de 2003, referido artigo foi revogado por força de Emenda Constitucional Tratamento de Operações de Crédito.

As instituições financeiras são obrigadas a classificar suas operações de crédito em nove categorias que vão de AA até H, com base em seu risco. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central e estão relacionados:

- às condições do devedor e do fiador, tais como: a situação econômica e financeira, o nível de endividamento, a capacidade de gerar lucros, o fluxo de caixa, os atrasos em pagamentos, as contingências e os limites de crédito; e
- às condições da operação, tais como: a natureza e finalidade, o tipo, o nível de liquidez, a suficiência das garantias e o valor total do crédito.

No caso de tomadores pessoas jurídicas, as nove categorias, de acordo com nosso conceito, são as seguintes:

<i>Rating</i>	<i>Classificação Bradesco</i>	<i>Conceito Bradesco</i>
AA	Excelente	Empresa/grupo de primeira linha, com porte, tradição e liderança no mercado com conceito e situação econômico-financeira excelentes.
A	Ótimo	Empresa/grupo de porte, situação econômico-financeira ótima, atuando em mercados com perspectivas positivas e/ou potencial de expansão.
B	Boa	Empresa/grupo que, independente do porte, possui boa situação econômico-financeira.
C	Aceitável	Empresa/grupo com situação econômico-financeira satisfatória, porém, com desempenho sujeito às variações da economia.
D	Regular	Empresa/grupo com situação econômico-financeira declinante, ou com dados contábeis não satisfatórios, sob a gestão de risco.

Uma operação de crédito poderá receber uma melhor classificação (*upgrade*) se tiver garantia ou pior classificação (*downgrade*) se estiver em inadimplência.

Operações de crédito de liquidação duvidosa são classificadas segundo a perspectiva de perda, conforme indicações abaixo:

Rating	Classificação Bradesco
E	Deficiente
F	Ruim
G	Crítica
H	Péssima

No caso de operações com pessoas físicas, nós também adotamos um sistema similar de classificação em nove categorias. Nós classificamos o crédito com base na renda, patrimônio e histórico de crédito de pessoa física, bem como outras informações cadastrais.

As instituições financeiras precisam fazer provisões para perdas com operações de crédito mensalmente para cobrir as contingências. Em geral, os bancos revisam as classificações de empréstimos anualmente. Entretanto, uma revisão é feita a cada seis meses no caso de operações que sejam concedidas ao mesmo cliente ou grupo econômico, cujo valor agregado exceder a 5,0% do patrimônio de referência da instituição financeira. Uma operação de crédito, vencida e não paga, é revisada mensalmente.

Para operações de crédito, vencidas e não pagas, as disposições regulamentares estabelecem classificações de risco máximas, como segue:

Número de Dias Vencidos ⁽¹⁾	Classificação Máxima
15 a 30 dias	B
31 a 60 dias	C
61 a 90 dias	D
91 a 120 dias	E
121 a 150 dias	F
151 a 180 dias	G
Mais de 180 dias	H

(1) O período deve ser contado em dobro no caso de operações de crédito cujo vencimento seja superior a 36 meses.

As instituições financeiras deverão determinar, mensalmente, se qualquer um dos empréstimos deve ser reclassificado como resultado destas classificações máximas. Caso positivo, precisam ajustar as suas provisões.

As disposições regulamentares especificam um provisionamento mínimo para cada categoria de empréstimo, que é medido como uma percentagem do valor total da operação de crédito, como segue:

Classificação do Empréstimo	Provisão Mínima %
AA.....	-
A	0,5
B.....	1,0
C.....	3,0
D	10,0
E.....	30,0
F	50,0
G	70,0
H ⁽¹⁾	100,0

- (1) Os bancos precisam baixar contabilmente quaisquer empréstimos seis meses após receberem a classificação H.

As operações de crédito de até R\$ 50.000 podem ser classificadas pelo método de avaliação próprio da instituição financeira ou de acordo com os critérios de atraso nos pagamentos, anteriormente descritos.

As instituições financeiras precisam disponibilizar as suas políticas de empréstimos e classificação de empréstimos para o Banco Central e para seus auditores independentes. Também terão que submeter ao Banco Central informações relativas à sua carteira de empréstimos, juntamente com as suas demonstrações financeiras. Tais informações precisam incluir:

- discriminação das atividades e natureza dos tomadores;
- vencimentos dos empréstimos;
- valores dos empréstimos renegociados, baixados para perda e recuperados;
- diversificação da carteira de empréstimos, de acordo com a classificação de empréstimos; e
- empréstimos em atraso.

Sistema de Pagamentos Brasileiro

O Sistema de Pagamentos Brasileiro foi regulamentado e estruturado por legislação editada em 2001. Estas medidas foram adotadas visando a aumentar a agilidade do sistema pela adoção da compensação multilateral, a segurança e a solidez do sistema, pela redução do risco de inadimplimento sistêmico e do risco de crédito e liquidez das instituições financeiras.

Os sistemas integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro deverão criar dispositivos de segurança e regras de controle de risco de contingências de compartilhamento de perdas entre os participantes e de execução direta de posições em custódia de contratos e de garantias pelos participantes. Adicionalmente, tornou-se obrigatória para as câmaras de compensação e prestadoras de serviços de liquidação, importantes para o sistema, a segregação de patrimônio como garantia adicional para liquidação das operações.

Atualmente, a responsabilidade pela liquidação das operações foi atribuída às câmaras de compensação ou prestadoras de serviços responsáveis por ela. Uma vez que uma transação financeira tenha sido submetida para compensação e liquidação, normalmente torna-se a obrigação da câmara de compensação e/ou prestador de serviço de liquidação relevante à compensação e liquidação da mesma, não existindo mais o risco de falência ou insolvência de parte do participante do mercado que submeteu a transação para compensação e liquidação.

As instituições financeiras e outras instituições autorizadas pelo Banco Central devem, segundo as novas regras, criar mecanismos para identificar e evitar riscos de liquidez, de acordo com certos procedimentos estabelecidos pelo Banco Central. Segundo esses procedimentos, as instituições devem:

- manter e documentar os critérios para mensuração de riscos de liquidez e mecanismos para gestão de riscos;
- elaborar análises de dados econômico-financeiros, que permitam avaliar o impacto dos diferentes cenários na condição de liquidez e fluxos de caixa da instituição;

- elaborar relatórios que permitam o monitoramento dos riscos de liquidez da instituição;
- identificar e avaliar os mecanismos para reversão de posições, que coloquem em risco a situação econômico-financeira da instituição e para obter recursos necessários para realizar tais reversões;
- implantar sistemas de controle e realizar periodicamente testes de avaliação dos sistemas de controle;
- fornecer de maneira imediata à Administração da instituição, informações e análises sobre o risco de liquidez identificado, incluindo quaisquer conclusões e providências adotadas; e
- estabelecer plano de contingência contendo estratégia de gestão de situações de crise de liquidez.

As instituições financeiras foram diretamente beneficiadas pela reestruturação do sistema de pagamentos brasileiro. As operações, anteriormente processadas ao final do dia, levavam à existência de um saldo, positivo ou negativo, para cada instituição, o que não é mais permitido. Sua liquidação agora deve ser processada em tempo real, e os valores acima de R\$ 5.000 devem ser processados por transferência eletrônica entre as instituições com recursos imediatamente disponíveis. Caso sejam efetivados por cheques, será cobrada taxa bancária adicional.

Depois de um período de testes e implementação gradual, o novo sistema brasileiro de compensação começou a funcionar em abril de 2002. O Banco Central e a CVM têm o poder de regulamentar e monitorar os sistemas de pagamento e compensação brasileiro.

Liquidação de Instituições Financeiras

Em fevereiro de 2005, foi aprovada a Nova Lei Brasileira de Falências, substituindo o diploma anterior que regulava a matéria, datado de 1945. O principal objetivo do Novo Regime Falimentar é evitar a quebra de empresas consideradas viáveis, por tornarem-nas incapazes de cumprir com suas obrigações. O novo regime ora instituído visa a fazê-lo, concedendo maiores níveis de flexibilidade para planejar estratégias de reorganização, além de atribuir maiores garantias aos credores. Essa lei também busca melhorar a habilidade de recuperação dos credores através da recuperação judicial intentada através de acordo entre a sociedade e uma comissão formada pelos credores. A Nova Lei Brasileira de Falências não se aplica, contudo, às instituições financeiras, que conseqüentemente permanecem sujeitas ao regime jurídico previsto na Lei 6.024/74, que rege a intervenção e liquidação administrativa das instituições financeiras.

Intervenção

O Banco Central irá intervir nas operações e administração de qualquer instituição financeira não controlada pelo Governo Federal, se a instituição:

- sofrer prejuízos devido à má administração, que coloquem os credores em risco;
- transgredir de maneira recorrente as disposições regulamentares bancárias; ou
- estiver insolvente.

A intervenção também poderá ser ordenada, segundo pedido da Administração da instituição financeira.

A intervenção não poderá exceder a doze meses. Durante o período de intervenção ficam suspensas a exigibilidade das obrigações vencidas, a fluência dos prazos das obrigações vincendas contratadas antes da intervenção e a exigibilidade dos depósitos na instituição existentes na data da decretação.

Liquidação Administrativa

O Banco Central liquidará uma instituição financeira, se:

- a situação econômica ou financeira da instituição estiver em risco, particularmente quando a instituição deixar de cumprir as suas obrigações à medida que estas vencem, ou no caso de declaração de falência;
- a Administração cometer uma transgressão grave às leis, regras ou disposições regulamentares bancárias;
- a instituição sofrer um prejuízo que sujeite seus credores não garantidos a um risco severo; ou
- na revogação da licença para operar, a instituição não iniciar os procedimentos ordinários de liquidação dentro de noventa dias, ou, se iniciados, o Banco Central determinar que o ritmo da liquidação possa prejudicar os credores da instituição.

Como consequência da liquidação administrativa:

- as ações judiciais reivindicando interesses ou direitos sobre os ativos da instituição são suspensas;
- as obrigações da instituição vencem antecipadamente;
- a instituição não pode cumprir com nenhuma cláusula de prejuízos de liquidação contida em contratos unilaterais;
- os juros contra a instituição não são acumulados até que os passivos sejam completamente liquidados; e
- o prazo de prescrição com respeito às obrigações da instituição é suspenso.

Regime de Administração Especial Temporária

O regime de administração especial temporária, conhecido como “RAET”, é uma forma menos severa de intervenção pelo Banco Central em instituições financeiras, que permite que as instituições continuem a operar normalmente. O RAET pode ser ordenado no caso de uma instituição que:

- entre em operações recorrentes que sejam contra as políticas econômicas e financeiras determinadas pelas leis federais;
- enfrente uma escassez de ativos;
- falhe em cumprir com as regras de reservas compulsórias;
- tenha administração imprudente ou fraudulenta; ou

- tenha operações ou circunstâncias que exijam uma intervenção.

Pagamento de Credores em uma Liquidação

Na liquidação de uma instituição financeira, os salários e indenizações dos funcionários e créditos tributários têm a mais alta prioridade em relação a quaisquer créditos contra o patrimônio da massa. Em novembro de 1995, o Banco Central criou o FGC para garantir o pagamento de fundos depositados junto a instituições financeiras, em caso de intervenção, liquidação administrativa, falência ou outros estados de insolvência. Os membros do FGC são instituições financeiras que aceitam depósitos à vista, de poupança e a prazo, bem como sociedades de crédito e poupança. O FGC é financiado principalmente por contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que trabalham com depósitos de clientes.

O FGC é um sistema de seguro de depósitos que garante até um valor máximo para depósitos e certos instrumentos de crédito mantidos por um cliente em uma instituição financeira (ou em instituições financeiras que integram o mesmo grupo financeiro). A responsabilidade das instituições participantes é limitada ao valor de suas contribuições para o FGC, com a exceção de que em circunstâncias limitadas, se os pagamentos do FGC forem insuficientes para cobrir os prejuízos segurados, as instituições participantes poderão ser solicitadas a fazer contribuições e adiantamentos extraordinários. O pagamento de créditos não garantidos e depósitos de clientes não cobertos pelo FGC estão sujeitos ao pagamento prévio de todos os créditos garantidos e outros créditos, para os quais leis específicas concedam privilégios especiais.

Em setembro de 2006, o Conselho Monetário Nacional aumentou o valor máximo da garantia proporcionada pelo FGC, de R\$ 20.000,00 para R\$ 60.000,00. Adicionalmente, reduziu de 0,025% para 0,0125% do montante dos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao FGC.

Procedimentos Internos de Cumprimento

Todas as instituições financeiras precisam ter em vigor políticas e procedimentos internos para controlar:

- suas atividades;
- seus sistemas financeiros, operacionais e de informações gerenciais; e
- seu cumprimento com todas as disposições regulamentares a elas aplicáveis.

A diretoria de uma instituição financeira é responsável pela implementação de uma estrutura efetiva de controle interno ao definir responsabilidades e procedimentos de controle e estabelecer metas e procedimentos correspondentes em todos os níveis da instituição. A diretoria é também responsável pela verificação do cumprimento com todos os procedimentos internos.

Em dezembro de 2003, alteramos nosso estatuto para incluir a previsão de um comitê de controles internos e *compliance*, formado de 3 a 6 membros indicados por nosso Conselho de Administração.

Restrições a Bancos Estrangeiros e Investimento Estrangeiro

A Constituição Federal Brasileira proíbe as instituições financeiras estrangeiras de estabelecerem novas agências no Brasil, com exceção das devidamente autorizadas pelo Governo Brasileiro. Um banco estrangeiro devidamente autorizado a operar no Brasil por meio de uma agência

ou uma subsidiária está sujeito às mesmas normas, regulamentos e exigências aplicáveis a qualquer outra instituição financeira brasileira.

A Constituição Federal Brasileira permite que as pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras invistam em ações com direito a voto de instituições financeiras brasileiras somente se tiverem autorização específica do Governo Brasileiro. Contudo, os investidores estrangeiros sem autorização específica podem adquirir ações sem direito a voto de instituições financeiras brasileiras de capital aberto ou recibos de depósitos oferecidos no exterior representando ações sem direito a voto.

Regulamentação contra a “Lavagem” de Dinheiro e sobre Sigilo Bancário

Segundo as leis brasileiras contra a lavagem de dinheiro, as instituições financeiras precisam:

- (a) manter registros atualizados referentes a seus clientes;
- (b) manter registros e controles internos;
- (c) registrar operações envolvendo moeda brasileira e estrangeira, valores mobiliários, metais ou qualquer outro ativo que possa ser convertido em dinheiro;
- (d) manter registros de operações maiores que R\$ 10.000 em um mês civil ou que revelem um padrão de atividade que sugira um esquema para evitar a identificação;
- (e) manter registros de todas as operações com cheques; e
- (f) manter registros e informar ao Banco Central acerca dos depósitos e saques em valores acima de R\$ 100.000.

A instituição financeira deve revisar as operações ou propostas, quando suas características possam indicar a existência de um crime e informar o Banco Central da transação proposta ou executada. Os registros mencionados em (c), (d) e (e) devem ser mantidos por no mínimo 5 anos, prazo que poderá ser estendido caso haja investigações em andamento comunicadas pela CVM ao banco.

As regulamentações brasileiras enumeram uma série de operações de lavagem de dinheiro, tais como: (i) transações envolvendo valores que sejam incompatíveis com a condições profissional, do patrimonial líquido e/ou os rendimentos das partes envolvidas; (ii) operações que evidenciem atuação contumaz em nome de terceiros; (iii) transações cujo propósito é gerar prejuízo ou lucro sem fundamentos econômicos; (iv) transações envolvendo partes domiciliadas em jurisdições que não cooperam com os órgãos brasileiros de controle de atividades financeira; (v) transações liquidadas em espécie; (vi) transações cujo grau de complexidade e risco sejam incompatíveis com a qualificação técnica do cliente; (vii) transações envolvendo partes não-residentes, especialmente *trustes* e sociedades semelhantes, clientes de *private banking* e pessoas politicamente expostas.

A especial atenção conferida a pessoas politicamente expostas foi determinada pela instrução 463 expedida pela CVM em janeiro de 2008, que refere-se a pessoas politicamente expostas que ocupam ou tenham ocupado nos últimos 5 (cinco) anos funções relevantes públicas no Brasil ou no exterior, seus familiares e representantes, chefes de Estado e de governo, políticos de alto nível, altos servidores dos poderes públicos, magistrados ou militares de alto nível, dirigentes de empresas públicas ou partidos políticos, entre outros. As instituições financeiras têm a obrigação de adotar certos mecanismos para (i) identificar os beneficiários finais de cada operação, (ii) identificar se essas pessoas politicamente expostas estão envolvidas, (iii) supervisionar de forma rigorosa as operações de negócios financeiros que envolvam pessoas politicamente expostas; e (iv) dedicar atenção especial a

pessoas oriundas de países com os quais o Brasil possui elevado número de transações comerciais e financeiras, fronteiras comuns ou proximidade étnica, lingüística ou política.

Além disso, essa instrução da CVM também contém disposições especiais para controlar e coibir fluxo de recursos provenientes ou para financiar atividades terroristas.

As instituições financeiras precisam manter o sigilo sobre as suas operações e serviços bancários fornecidos a seus clientes. Certas exceções aplicam-se a esta obrigação, tais como: o compartilhamento de informações de histórico de crédito, atividade criminosa ou transgressão de disposições regulamentares bancárias ou divulgação de informações autorizadas pelas partes interessadas. O sigilo bancário também pode ser quebrado por ordem judicial, quando necessário para a investigação de um ato ilegal.

O Governo e os fiscais da Secretaria da Receita Federal Brasileira podem também inspecionar os documentos, livros contábeis e registros financeiros de uma instituição em certas circunstâncias.

Mudança da Empresa de Auditoria Independente

Todas as instituições financeiras precisam:

- ser auditadas por uma empresa de auditoria independente; e
- substituir suas empresas de auditoria independente para fins de preparação das demonstrações financeiras, para propósitos regulatórios, pelo menos a cada cinco exercícios fiscais consecutivos. Uma empresa de auditoria independente que emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras e então é substituída conforme esta regra, pode ser contratada novamente três exercícios fiscais após emitir seu parecer. O CMN suspendeu a exigência de substituição periódica dos auditores até dezembro de 2008.

Cada empresa de auditoria independente precisa comunicar imediatamente o Banco Central a respeito de qualquer evento que possa afetar adversamente, de maneira significativa, o status relevante de uma instituição financeira.

Em março de 2002, a Lei de Sociedades Anônimas brasileira foi modificada conferindo aos membros do nosso Conselho de Administração, direitos de veto sobre a indicação ou remoção de nossa empresa de auditoria independente. Para mais informações com relação à nomeação de membros do Conselho, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de Voto”.

Exigências Brasileiras de Auditoria

Somos registrados nas bolsas de valores locais e, por sermos uma instituição financeira, somos obrigados a ter nossas demonstrações financeiras auditadas a cada seis meses, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Nossas informações trimestrais, arquivadas na CVM, estão sujeitas à revisão por nossos auditores independentes.

Em janeiro de 2003, a CVM editou regulamentação determinando a divulgação, por parte das entidades auditadas, de diversas informações relacionadas à prestação, pela empresa de auditoria independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa, sempre que tais outros serviços correspondam a mais de 5,0% dos honorários totais que a entidade pagou à empresa de auditoria externa.

Adicionalmente, as empresas de auditoria independentes deverão prestar declaração à Administração da companhia auditada de que a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessária aos serviços de auditoria externa.

Em maio de 2003, o CMN editou nova regulamentação sobre auditoria, aplicável a todas instituições financeiras brasileiras, a qual foi alterada em novembro de 2003, janeiro e maio de 2004 e dezembro de 2005. Segundo esta regulamentação, somos obrigados a indicar um membro de nossa Administração para responder pelo acompanhamento e supervisão do cumprimento das regras de contabilidade e auditoria definidas na legislação.

Ainda nos termos desta regulamentação, as instituições financeiras que tenham um patrimônio de referência superior a R\$ 1 bilhão, administrem recursos de terceiros no mesmo montante, ou apresentem somatório de captações de depósitos de terceiros em montante superior a R\$5 bilhões estão obrigadas a criar um Comitê de Auditoria, composto por membros independentes. O número de membros, o critério de indicação e destituição, o mandato e as responsabilidades do Comitê de Auditoria devem ser especificados no Estatuto Social da instituição. Nosso Comitê de Auditoria está plenamente operacional desde 1º de julho de 2004. O Comitê de Auditoria é responsável pela recomendação à Administração da empresa de auditoria independente a ser contratada; revisão das

demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas e parecer dos auditores, antes da publicação; avaliação da eficiência dos serviços de auditoria e dos procedimentos de controles internos, avaliação do cumprimento pela Administração de recomendação da empresa de auditoria independente entre outros. Nosso estatuto foi alterado em dezembro de 2003 para prever a existência de um Comitê de Auditoria. Em maio de 2004, nosso Conselho de Administração aprovou o regimento interno do Comitê de Auditoria e elegeu a sua primeira composição. Em outubro de 2006, o Conselho Monetário Nacional tornou mais rígidos os requisitos a serem observados pelos membros do Comitê de Auditoria. Para mais informações, veja Item 16D. Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria.

A partir de 1º de julho de 2004, somos obrigados a publicar semestralmente um relatório do Comitê de Auditoria junto com nossas demonstrações financeiras. O primeiro relatório do nosso Comitê de Auditoria foi em conjunto com nossas demonstrações financeiras do segundo semestre de 2004.

Mudanças em Práticas Contábeis

Em julho de 2007, a CVM e o BACEN estabeleceram novas normas referentes às práticas contábeis de companhias abertas e instituições financeiras. A partir de 2010, deveremos elaborar e apresentar nossas demonstrações financeira consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional, emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou IASB. Isso resultará em uma mudança em nossas práticas contábeis, tendo em vista que nossas demonstrações financeiras são, atualmente, preparadas e divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

Em dezembro de 2007, o Congresso brasileiro decretou a Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, que chamamos de “Lei 11.638”, que mudou certas práticas contábeis estabelecidas pela legislação societária brasileira. De acordo com a Lei 11.638, as companhias abertas devem adotar certas regras do IASB a partir de 1 de janeiro de 2008. A Lei 11.638 foi adicionalmente regulamentada pela CVM através da Instrução n. 469 de 2 de maio de 2008. As principais determinações da Lei 11.638 incluem:

- (i) a obrigação de preparar demonstrações de fluxo de caixa e de valor agregado;
- (ii) os valores em aberto das reservas de reavaliação devem ser mantidos até sua realização real ou reversão até o final de 2008;
- (iii) os ativos permanentes devem ser divididos em investimentos, imobilizado, intangível e ativo diferido;
- (iv) o patrimônio líquido deve ser dividido em capital, reservas de capital, ajustes de avaliação de capital, reserva de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados;
- (v) fusões, aquisições e cisões entre partes não relacionadas que resultam em transferências de controle, os ativos e passivos da empresa alvo devem ser avaliados ao seu valor justo;
- (vi) introdução do novo conceito de “ajuste a valor presente” para transações de ativos e passivos de longo prazo e transações relevantes de curto prazo.
- (vii) Investimentos em partes relacionadas devem ser registrados pelo método de equivalências contábil; e

- (viii) a mudança no tratamento dos incentivos fiscais é então registrada diretamente na demonstração de resultado e pode ser excluída do cálculo dos dividendos obrigatórios e transferida para reservas de lucros – reserva de incentivos fiscais.

Regulamentação da Gestão de Ativos

A gestão de ativos é regulamentada pelo CMN e pela CVM.

Em agosto de 2004, a CVM editou o normativo 409/2004 consolidando a legislação de fundos de renda fixa e fundos de renda variável. Anteriormente, os fundos de renda fixa encontravam-se sob a regulamentação do Banco Central, enquanto os fundos de ações eram regulados pela CVM.

O normativo 409/2004 da CVM entrou em vigor no dia 22 de novembro de 2004. Desde então, todos os novos fundos criados estão sujeitos a esse normativo, enquanto que os fundos anteriormente existentes tiveram prazo até 31 de janeiro de 2005 para se adaptarem à nova regulamentação.

O fundo de investimento deve manter seu patrimônio aplicado em títulos e valores mobiliários, ativos e modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro e de capitais, nos termos estabelecidos em seu regulamento, observados os limites estabelecidos pela CVM.

Os títulos e valores mobiliários, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do fundo de investimento (exceto as aplicações em cotas de fundos de investimento e aquelas realizadas no Mercosul), devem estar devidamente registrados em contas de depósitos específicas de custódia, e abertas em nome do fundo. Tais contas devem ser mantidas nos sistemas de registro e compensação autorizados pelo Banco Central ou em instituições custodiantes autorizadas pela CVM.

Além das limitações previstas no regulamento de cada fundo, como regra geral, os fundos de investimento não podem:

- investir mais de 10,0% (dez por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de um único emissor se tal emissor for (1) uma instituição não financeira ou (2) entidade federal, estadual ou municipal ou (3) um outro fundo de investimento, com exceção dos fundos de ações;
- investir mais de 20,0% (vinte por cento) do seu patrimônio líquido em títulos de emissão de uma mesma instituição financeira (inclusive do administrador do fundo);
- investir mais de 5,0% do seu valor líquido aplicado em títulos por uma pessoa física ou organização não governamental que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central; e
- no caso de fundos de investimento e fundos de investimento em cotas classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, investir mais de 10,0% (dez por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento imobiliário, fundo de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Fundos dirigidos a investidores qualificados que requerem um investimento mínimo de R\$ 1 milhão por investidor não estão sujeitos a limitações quanto à concentração de seus investimentos em um só emissor ou à diversificação dos ativos investidos, desde que assim esteja estabelecido em seus documentos societários e que os parâmetros específicos a cada tipo de fundo abaixo sejam seguidos.

Além disso, a CVM permite que fundos mantenham ativos financeiros negociados no exterior em suas carteiras, de acordo com os seguintes critérios:

- sem limites, para fundos de dívida estrangeira ou fundos dirigidos a investidores qualificados;
- até 20% de seu patrimônio líquido, para fundos multimercados; e
- até 10% de seu patrimônio líquido, para os demais fundos.

Não haverá limites quando o emissor for a União Federal. Para efeitos desses limites, considera-se como um mesmo emissor seu controlador, as sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e as sociedades sob controle comum com o emissor.

Conforme a composição de seu patrimônio, os fundos de investimento e os fundos de investimento em cotas classificam-se em:

- Fundo de Curto Prazo - deve aplicar seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou privados, pré-fixados ou indexados à taxa SELIC ou outra taxa de juros, ou índices indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 dias, e prazo médio de carteira de inferior a 60 dias, sendo permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais;
- Fundo Referenciado - deve identificar em sua denominação o seu indicador de desempenho, em função da estrutura dos ativos financeiros integrantes das respectivas carteiras, desde que, cumulativamente, (1) tenham, pelo menos, 80,0% de seu patrimônio líquido representado, isolada ou cumulativamente, por: (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil; ou (b) títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor seja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente; (2) estipulem que, pelo menos, 95,0% da carteira seja composta por ativos financeiros de forma a acompanhar, direta ou indiretamente, a variação do indicador de desempenho (*benchmark*) escolhido; e (3) restrinjam a respectiva atuação no mercado de derivativos a realização de operações com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas;
- Fundo de Renda Fixa - deve possuir, pelo menos, 80,0% da carteira de ativos relacionada diretamente, ou sintetizada via derivativos, a fatores de renda fixa;
- Fundo de Ações - deve possuir, pelo menos, 67,0% da carteira de ativos em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado;
- Fundo Cambial - deve possuir, pelo menos, 80,0% da carteira de ativos relacionada diretamente, ou sintetizada via derivativos, à variação de preços de moeda estrangeira;
- Fundo de Dívida Externa - deve aplicar, pelo menos, 80,0% de seu patrimônio líquido em títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União, sendo permitida a aplicação de até 20,0% do patrimônio líquido em outros títulos de crédito transacionados no mercado internacional; e
- Fundo de Multimercado - deve possuir política de investimento que envolva vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial ou em fatores diferentes das demais classes previstas nas classificações dos fundos acima.

Regulamentação das Corretoras e Distribuidoras

As corretoras e distribuidoras são parte do Sistema Financeiro Nacional e estão sujeitas à regulamentação e supervisão do CMN, do Banco Central e da CVM. As corretoras devem ser autorizadas pelo Banco Central e são as únicas instituições brasileiras autorizadas a negociar nas bolsas de valores e mercantis e de futuros do Brasil. Tanto as corretoras quanto as distribuidoras podem agir como subscritoras na colocação pública de valores mobiliários e engajar-se na corretagem de moeda estrangeira em qualquer mercado de câmbio.

As corretoras deverão observar as regras de conduta estabelecidas pelas bolsas de valores e pela BM&F previamente aprovadas pela CVM, indicando um diretor estatutário responsável pela observância de tais regras.

Corretoras e distribuidoras não podem:

- com exceções limitadas, executar operações que possam ser qualificadas como a concessão de empréstimos para seus clientes, inclusive a concessão de direitos;
- cobrar comissões de seus clientes, referentes às operações de valores mobiliários, durante a fase primária de uma distribuição;
- adquirir ativos, inclusive imóveis, que não sejam para uso próprio; ou
- obter empréstimos de instituições financeiras, com exceção para: (i) empréstimos para aquisição de bens para uso relacionados ao objeto social da empresa; ou (ii) empréstimos, cujo valor não exceder a duas vezes o patrimônio líquido da empresa.

Os empregados, administradores, sócios, sociedades controladoras e sociedades controladas somente podem negociar valores mobiliários por conta própria utilizando a corretora a que estiverem vinculados.

Regulamentação da Internet e do Comércio Eletrônico

O Congresso brasileiro não promulgou qualquer legislação específica regulamentando o comércio eletrônico. Desta forma, permanece sujeito às leis e disposições regulamentares existentes sobre o comércio e operações comerciais comuns.

Existem atualmente vários projetos de lei tratando da regulamentação do comércio eletrônico e da Internet no Congresso brasileiro. A legislação proposta, se promulgada, reconhecerá o valor legal, a validade e a possibilidade de aplicação de informações na forma de mensagens eletrônicas, permitindo que as partes celebrem um contrato, façam ou aceitem uma oferta por meio de mensagens eletrônicas.

A CVM baixou regulamentação das atividades de corretagem de valores mobiliários via Internet, que só podem ser realizadas por sociedades com registro. As páginas das corretoras deverão conter informações detalhadas sobre o sistema, tarifas, procedimentos de execução de ordens e segurança, bem como do funcionamento geral do mercado e os riscos envolvidos neste tipo de investimento.

As corretoras que realizam operações via Internet serão responsáveis pela garantia de segurança e pela operacionalidade dos sistemas que utilizarem, os quais deverão ser auditados semestralmente.

Regulamentação das Operações em Outras Jurisdições

Temos agências e subsidiárias em várias outras jurisdições, tais como: Nova Iorque, Buenos Aires, Tóquio, Ilhas Cayman, Bahamas e Luxemburgo. O Banco Central realiza supervisão consolidada global sobre as agências, subsidiárias e propriedades corporativas de instituições financeiras brasileiras no exterior, sendo necessária a aprovação prévia do Banco Central para estabelecer qualquer nova agência, subsidiária ou escritório de representação. Além disso, na maioria dos casos, temos de obter a aprovação governamental dos bancos centrais e autoridades monetárias locais em tais jurisdições, antes de iniciar os negócios. Em todos os casos, estamos sujeitos à supervisão das autoridades locais.

Tributação

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, a cobrança da CPMF incidia à alíquota de 0,38%, de forma geral, sobre quaisquer lançamentos a débito em contas correntes bancárias mantidas no Brasil. Desde 1º de janeiro de 2008, a CPMF não está mais em vigência.

Em junho de 2008, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei criando um novo imposto, a Contribuição Social para a Saúde, conhecida por “CSS”, que é similar à CPMF mas com uma taxa de 0,1%. O projeto ainda depende de aprovação do Senado brasileiro para começar a vigorar. Não podemos prever se este projeto será aprovado pelo Senado brasileiro. Em qualquer caso, a CSS não será cobrada antes de 1º de janeiro de 2009.

Impostos sobre Operações Financeiras

O Imposto sobre Operações Financeiras, conhecido como “IOF”, é um imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguros e de títulos e valores mobiliários, cujas alíquotas são fixadas pelo Ministro da Fazenda, sujeito ao limite máximo de 25,0% estabelecido por lei. É exigido que as instituições financeiras retenham quantias devidas ao IOF na ocasião de qualquer transação em suas instalações, ainda que o contribuinte seja uma pessoa física ou jurídica envolvida em uma transação financeira que implique a cobrança do IOF.

Em janeiro de 2008, o Governo brasileiro aumentou as taxas de IOF sobre certas transações, com o propósito de compensar as perdas de arrecadação com a extinção da CPMF.

O IOF pode incidir sobre várias operações, inclusive a conversão de moeda brasileira em qualquer moeda estrangeira para o pagamento de dividendos e repatriação de investimentos em nossas ADSs. A alíquota do IOF em tais transações é geralmente 0,38%, entretanto, é de 0% em operações de câmbio entre bancos brasileiros e estrangeiros e operações de câmbio relacionadas a investimentos pós fixados de investidores estrangeiros nos mercados brasileiros de capitais, principalmente em bolsas de valores e bolsas de mercadorias e futuros.

Atualmente, as operações de câmbio sujeitas ao IOF, e suas respectivas alíquotas, são as seguintes:

- aplica-se a alíquota de 5,38% às conversões de empréstimos externos para moeda brasileira com prazo menor que 90 dias;
- aplica-se a alíquota de 2,38% às operações de câmbio para aquisição de produtos com cartões de crédito;

- aplica-se a alíquota de 1,5% às operações de câmbio para investimentos no mercado financeiro brasileiro;
- aplica-se a alíquota de 0,38% às operações de câmbio para importação de serviços ou exportação de bens e serviços; e
- aplica-se a alíquota de 0,38% às demais operações de câmbio.

O IOF pode também ser cobrado nas emissões de títulos e valores mobiliários, inclusive sobre aquelas realizadas nas bolsas brasileiras de valores, futuros ou de mercadorias. O IOF com relação às ações preferenciais e ADSs atualmente é de 0%. O Ministro da Fazenda, entretanto, tem a autoridade legal para aumentar a alíquota até o máximo de 1,5% ao dia dos valores das transações tributáveis, durante o período em que o investidor mantiver os valores mobiliários, mas somente até o limite dos ganhos realizados na transação e a partir de sua instituição ou elevação.

O IOF incide sobre operações de empréstimo de qualquer natureza, inclusive cheque especial, às alíquotas de 0,0041% ao dia no caso de empréstimos tomados por pessoas jurídicas, ou às alíquotas diárias de 0,0082%, no caso de empréstimos tomados por pessoas físicas, sobre o valor do principal. Nas transações de operações de empréstimos em que o valor principal não é determinado antes da transação, além do principal, o IOF também incide sobre os juros e outros encargos à mesma alíquota. Em qualquer caso, o IOF está sujeito à alíquota máxima de 1,5% ao longo de um ano.

Adicionalmente, as operações de crédito passaram a estar sujeitas à incidência do IOF sob a forma de uma alíquota adicional de 0,38% desde Janeiro de 2008.

O IOF incide sobre as operações de seguro à alíquota de:

- zero, nas operações de resseguro ou relativas a seguro obrigatório, subjacente a financiamento de imóvel habitacional concedido por um agente do sistema financeiro de habitação, créditos de exportação, transporte internacional de mercadorias, seguros rurais ou quando os prêmios designados ao financiamento de planos de seguro de vida com cobertura de sobrevivência;
- zero nas operações de seguro de vida e congêneres, de acidentes pessoais e do trabalho, incluídos os seguros obrigatórios de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres ou por embarcações, inclusive períodos durante os quais eles estiverem carregados;
- 2,38% do valor dos prêmios pagos no caso de contratação de seguros privados de assistência à saúde; e
- 7,38% dos prêmios pagos no caso de outros ramos de seguro.

O IOF também incide sobre ganhos realizados nas transações com prazos de 30 dias ou menos, resultantes da venda, cessão, recompra e renovação de instrumentos de renda fixa ou resgate de quotas de fundos de investimento financeiro, fundos mútuos e de clubes de investimento. Para mais informações sobre Fundos de Investimento Financeiro e Fundos Mútuos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação da Gestão de Ativos”. A alíquota máxima do IOF pagável nesses casos é de 1,0% ao dia, sendo regressiva de acordo com a duração das operações, podendo chegar a zero para transações com vencimento em 30 dias ou mais, exceto pelos seguintes tipos de transação, cuja alíquota atualmente é de 0%:

- transações de titularidade das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;

- transações das carteiras dos fundos de investimento e dos clubes de investimento;
- transações do mercado de renda variável, inclusive as realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e entidades assemelhadas; e
- resgates de quotas de fundos de investimento em ações.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Os tributos federais que incidem sobre a renda das pessoas jurídicas consistem no imposto de renda (“IRPJ”) e na contribuição social sobre o lucro líquido (“Contribuição Social”). O imposto de renda incide à alíquota de 15,0%, acrescida de um adicional de 10,0%, que correspondem a uma alíquota combinada de 25,0% aplicada sobre o lucro líquido ajustado. A contribuição social sobre o lucro líquido, por sua vez, incide geralmente à alíquota de 9,0% sobre o lucro líquido ajustado. No entanto, a partir de 1º de maio de 2008, para as instituições financeiras, como é o nosso caso, a taxa passou a ser de 15,0%.

Para mais informações sobre nossas despesas com imposto de renda, veja nota 16 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

As pessoas jurídicas são tributadas com base em sua receita global e não sobre a receita produzida exclusivamente no Brasil. Como resultado, os lucros, ganhos de capital e outros rendimentos obtidos no exterior por sociedades brasileiras são computados na determinação de seu lucro real. A sociedade brasileira é autorizada a compensar o imposto de renda pago no exterior com aquele devido no Brasil sobre a mesma renda (1) na forma prevista no tratado contra a dupla tributação (2) até o valor do imposto de renda devido no Brasil cobrado sobre a mesma receita, caso a legislação do país onde foi produzido aquele rendimento preveja reciprocidade do tratamento em relação ao Brasil, como é o caso, dentre outros países, dos Estados Unidos. Os lucros apurados ao final de cada exercício, por uma entidade estrangeira que seja filial, agência ou sociedade coligada ou controlada de empresa brasileira são considerados como disponibilizados à empresa brasileira e, portanto sujeitos a tributação pelo imposto de renda no Brasil.

Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir de 1996, distribuídos por sociedades brasileiras não estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integram a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no Brasil ou no exterior. Como modalidade alternativa aos dividendos para remuneração dos acionistas, a legislação brasileira permite que as empresas deduzam do lucro tributável juros a serem pagos aos acionistas (“juros sobre o capital próprio”). Essa dedutibilidade é limitada ao produto da (a) variação *pro rata* dia da taxa de juros de longo prazo divulgada pelo Governo Brasileiro (Taxa de Juros de Longo Prazo, conhecida como “TJLP”); multiplicada (b) pelo patrimônio líquido da entidade, apurado pelas princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e não podem exceder a:

- 50,0% do lucro líquido (antes da supracitada distribuição e quaisquer deduções para imposto de renda) de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, no ano em que o pagamento é realizado; ou
- 50,0% dos lucros retidos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, no ano anterior ao ano em que o pagamento é realizado.

As distribuições de juros sobre o capital próprio pagas aos detentores de ações preferenciais, inclusive ao banco depositário com respeito às ações preferenciais objeto de ADSs, estão sujeitas à retenção de imposto à alíquota de 15,0%, exceto para pagamentos a pessoas que sejam isentas de impostos no Brasil ou situadas em paraísos fiscais, caso em que ficam sujeitos a retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 25,0%. Para mais informações acerca da tributação dos juros sobre o

capital próprio, veja “Item 10. Informações Adicionais - Implicações Fiscais - Considerações sobre Tributação no Brasil - Distribuições de Juros sobre o Capital”.

Os prejuízos fiscais apurados pela sociedade no Brasil acumulados em anos anteriores podem ser compensados com os resultados de exercícios futuros, sem qualquer limitação temporal, até o limite de até 30,0% do lucro tributável anual.

Os ganhos realizados por detentores brasileiros em bolsas de valores ou mercados similares, sobre qualquer alienação de ações preferenciais no Brasil são geralmente tributados nas seguintes alíquotas:

- 20,0%, se a transação for executada na bolsa de valores, no caso de operação “day trade”; ou
- 15,0%, nas demais hipóteses.

Os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, exceto as de “day trade” (que permanecem tributadas na fonte na forma acima), estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% sobre os seguintes valores:

- nos mercados futuros: a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;
- nos mercados de opções: o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;
- nos contratos a termo, quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento: a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;
- nos contratos a termo com liquidação exclusivamente financeira: o valor da liquidação financeira previsto no contrato; e
- nos mercados à vista: o valor da alienação, nas operações com ações, ouro, ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados.

Referida sistemática de tributação foi adotada com a finalidade de facilitar a atividade fiscalizadora das operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, empreendida pela Secretaria da Receita Federal. O imposto de renda retido na fonte, na forma referida acima, pode ser: (i) deduzido do imposto incidente sobre os ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto devido nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração anual de ajuste se houver saldo de imposto retido; ou (iv) compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

Os ganhos auferidos na alienação de ações preferenciais no Brasil por investidores não brasileiros que sejam residentes em uma jurisdição que, segundo as leis brasileiras, seja considerada como sendo um país de tributação favorecida (assim considerados os países que: (i) não tributam a renda; (ii) ou que tributam à uma alíquota inferior a 20,0% ou, ainda, (iii) cuja legislação societária interna imponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição) estão sujeitos às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores brasileiros, conforme descrito acima.

Os ganhos realizados na alienação de ações preferenciais no Brasil, por detentores não brasileiros que não sejam residentes em um “paraíso fiscal”, estão isentos de tributação no Brasil se:

- os resultados obtidos com a alienação das ações forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs, que eram representadas pelas ações vendidas; ou
- o investimento estrangeiro nas ações preferenciais for registrado no Banco Central, segundo a Resolução nº 2.689.

De outra forma, se aplicará o mesmo tratamento aos residentes brasileiros.

É zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre o pagamento, crédito, entrega ou remessa dos rendimentos produzidos por títulos públicos brasileiros adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, exceto os títulos adquiridos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Esta isenção não se aplica se o beneficiário residir ou estar domiciliado em um “paraíso fiscal”. Esse benefício se aplica também aos rendimentos obtidos por não-residentes que investem em contas de fundos exclusivamente mantidas por investidores não-residentes, cuja carteira seja composta de pelo menos 98% de títulos públicos. A lei tributária brasileira considera como rendimento quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, desconto e participações nos lucros, bem como os resultados positivos auferidos em aplicações nos fundos e clubes de investimento.

É também zero, sob determinadas condições, a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações em Fundos de Investimento em Participações – “FIP”, Fundos de Investimento em Quotas de FIP e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior (salvo países com paraísos fiscais), individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no país, observadas as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os fundos a que se aplica o referido benefício devem cumprir limites de diversificação e regras de investimento constantes da regulamentação da CVM e suas carteiras devem ser compostas de, no mínimo, 67% de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Os rendimentos auferidos por residentes no Brasil no resgate, alienação ou amortização de quotas de investimento de FIP, Fundos de Investimento em Quotas de FIP e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, inclusive quando decorrentes da liquidação do fundo, estão sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15%, incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou alienação e o custo de aquisição das quotas. Os ganhos assim auferidos na alienação das quotas são tributados (1) como ganho líquido, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsas de valores e por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa; e (2) de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens e direitos de qualquer natureza, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas fora de bolsa.

Caso os fundos de investimento não observem os limites de diversificação e as regras de investimento estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como que a carteira não seja composta de, no mínimo, 67% de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, os rendimentos auferidos pelos quotistas residentes no Brasil ficam sujeitos ao imposto de renda, quando da distribuição de valores pelos fundos, a alíquotas que podem variar de 15% a 22,5%, conforme o prazo da aplicação.

PIS e COFINS

Dois tributos federais são cobrados sobre as receitas brutas das pessoas jurídicas em geral: a contribuição devida ao Programa de Integração Social, conhecido como “PIS”, e a Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social, conhecida como “Cofins”.

São excluídas da base de cálculo de ambas contribuições algumas receitas, tais como: dividendos, resultado de participações em empresas não consolidadas, lucro na venda de permanente e receitas de exportação recebidas em moeda estrangeira. Entretanto, participações no patrimônio líquido estão sujeitas à incidência do PIS e da COFINS.

A legislação brasileira autoriza determinados ajustes à base de cálculo, dependendo do segmento do negócio e de outros aspectos.

PIS e COFINS sofreram alterações muito significativas nos últimos 5 anos. Isto porque o Governo brasileiro decidiu implementar uma sistemática de cobrança não cumulativa para ambas as contribuições, permitindo que os contribuintes descontem da base de cálculo de ambas as contribuições créditos relativos a certas operações da empresa. Como compensação pela admissão dos referidos créditos, as alíquotas do PIS e da COFINS foram substancialmente elevadas. Na seqüência das alterações introduzidas na sistemática do PIS e da COFINS, a partir de maio de 2004 foi introduzida a cobrança de referidos tributos sobre a importação de bens ou serviços, caso em que o contribuinte é a pessoa jurídica importadora, domiciliada no Brasil.

A partir de agosto de 2004, foram reduzidas para zero as alíquotas do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não-cumulativa destas contribuições. Contudo, foram mantidas as incidências de referidas contribuições sobre as receitas relativas ao recebimento de juros sobre o capital.

Certas atividades econômicas são expressamente excluídas da sistemática de cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS. Este é o caso das instituições financeiras que permanecem sujeitas ao regime jurídico anterior de ambas as contribuições.

A contribuição para o PIS incide sobre a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas à alíquota de 0,65%, no caso das instituições financeiras.

Antes de 1º de fevereiro de 1999, não éramos contribuintes do COFINS. Em 1º de fevereiro de 1999, a COFINS passou a incidir sobre as nossas receitas brutas à alíquota de 3,0%. A partir de 1º de setembro de 2003, essa alíquota passou a ser de 4,0% para instituições financeiras. A base de contribuição para a COFINS é a mesma do PIS. Durante o ano de 1999, exclusivamente, o Banco Central nos permitiu compensar até um terço da COFINS efetivamente paga com a contribuição social sobre o lucro tributável.

Regulamentação de Arrendamento Mercantil

O embasamento jurídico que rege as operações de arrendamento mercantil é estabelecido pela Lei nº. 6.099 de 12 de setembro de 1974, e alterações posteriores, a qual chamamos de “Lei de Arrendamento Mercantil”, e pelos regulamentos periodicamente emitidos pelo CMN, segundo tal lei. A Lei de Arrendamento Mercantil estabelece diretrizes gerais para sua constituição, e as atividades que podem ser exercidas pelas sociedades de arrendamento mercantil. O CMN, em sua qualidade de regulador do sistema financeiro, fornece os detalhes das disposições contidas na Lei de Arrendamento Mercantil, controlando as operações realizadas pelas sociedades de arrendamento mercantil. As leis e os regulamentos emitidos pelo Banco Central relativamente a instituições financeiras em geral, tais como: exigências de relatórios, adequação e alavancagem de capital, limites na composição de ativos e tratamento de empréstimos de difícil liquidação são também aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil.

Regulamentação de Seguros

A principal norma que rege as atividades de seguros no Brasil é o Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966 e alterações posteriores. Dentre outras determinações, tal Decreto criou dois órgãos normativos: o Conselho Nacional de Seguros Privados, que denominaremos o “CNSP”, e a

Susep. A Susep é responsável pela implementação e fiscalização das políticas fixadas pelo CNSP e por assegurar o cumprimento das mesmas pelas seguradoras, corretores de seguros e pessoas seguradas. As seguradoras precisam de aprovação governamental para operar, bem como de aprovação específica da Susep para comercializar cada um de seus produtos. As seguradoras podem subscrever apólices somente por meio de corretoras qualificadas.

As seguradoras devem constituir provisões técnicas, de acordo com o critério do CNSP. Os investimentos que garantem a cobertura das provisões técnicas precisam ser diversificados e cumprir certos critérios de liquidez, solvência e segurança. Companhias Seguradoras devem investir uma significativa parcela dos ativos em valores mobiliários. Conseqüentemente, as seguradoras são importantes investidoras nos mercados financeiros brasileiros e estão sujeitas a várias regras e condições impostas pelo CMN sobre o investimento destinado para cobertura das provisões técnicas.

As seguradoras são proibidas de:

- agir como instituições financeiras, concedendo crédito e prestando garantias;
- negociar com valores mobiliários (sujeito a exceções); ou
- investir fora do Brasil, sem permissão específica das autoridades.

As seguradoras precisam operar dentro de limites de retenção aprovados pela Susep, de acordo com as regras estabelecidas pelo CNSP. As regras levam em conta a situação econômica e financeira das seguradoras, as condições técnicas de suas respectivas carteiras e os resultados de suas operações com o IRB, uma sociedade de economia mista controlada pelo governo brasileiro.

Em 16 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 126 instituiu no Brasil uma nova política de resseguro (por meio da qual seguradoras recebem seguro secundário pelo risco que estão assumindo), retrocessão e intermediação no Brasil. Tal lei resultou no fim do monopólio do IRB em resseguros e retrocessão, permitindo inclusive que o CNSP e a Susep desenvolvessem certas atividades originalmente atribuídas ao IRB.

De acordo com a Lei Complementar nº 126, a cedente (seguradora ou resseguradora local) deve oferecer aos resseguradores locais a preferência na contratação de resseguro ou retrocessão nos seguintes percentuais dos riscos cedidos: (i) 60% nos primeiros 3 anos a partir de 16 de janeiro de 2007; e (ii) 40% nos anos seguintes. O exercício do referido direito de preferência deverá ainda ser regulamentado pelo CNSP e pela Susep.

A nova lei também estabelece restrições mais severas à cessão de risco para resseguradores estrangeiros e à contratação de seguros no exterior.

As seguradoras precisam ressegurar os valores excedentes aos seus limites de retenção.

As seguradoras precisam entregar relatórios mensais não auditados, relatórios trimestrais revisados e relatórios semestrais e anuais auditados para a Susep.

As seguradoras estão isentas dos procedimentos normais de liquidação financeira no caso de falência e, ao invés disso, seguem um procedimento especial administrado pela Susep. As liquidações financeiras podem ser voluntárias ou compulsórias. O Ministro da Fazenda instituiu as dissoluções compulsórias de seguradoras.

Não existe atualmente restrição a investimento estrangeiro em seguradoras.

Seguros de Saúde

Os seguros de saúde e os planos de saúde privados são atualmente regulamentados pela Lei nº. 9.656, de 4 de julho de 1998, e alterações posteriores, a qual conhecemos como a “Lei de Seguros de Saúde”, que determina as disposições gerais aplicáveis às companhias de seguro saúde, os termos e as condições gerais dos contratos celebrados entre companhias de seguro saúde e seus clientes. A Lei de Seguros de Saúde estabelece, entre outras coisas:

- cobertura obrigatória de certas despesas, tais como aquelas decorrentes de doenças preexistentes;
- as condições anteriores à admissão no plano;
- a área geográfica coberta para cada uma das apólices de seguros; e
- o critério de determinação de preços que os planos podem usar.

A ANS é responsável pela regulamentação e supervisão de serviços de saúde complementares prestados pelas companhias de seguros de saúde, segundo as diretrizes determinadas pelo Conselho de Saúde Suplementar.

Até 2002, a Susep tinha autoridade sobre as seguradoras, as quais estavam autorizadas a oferecer planos privados de assistência à saúde. Desde 2002, já sob a regulamentação e fiscalização da ANS, somente as seguradoras exclusivas em planos de assistência à saúde privados podem oferecer tais planos. Para cobrir este requisito legal, constituímos a Bradesco Saúde em 1999.

Previdência Complementar

As entidades de previdência complementar abertas estão sujeitas, para fins de inspeção e controle, à autoridade do CNSP e da SUSEP, que estão sujeitas à autoridade regulatória do Ministério da Fazenda. O CMN, a CVM e o Banco Central podem emitir regulamentações pertinentes aos fundos de previdência complementar, com respeito aos ativos garantidores das provisões técnicas.

As entidades de previdência complementar precisam constituir reservas e provisões técnicas como garantias para suas obrigações.

As entidades abertas de previdência complementar e as sociedades seguradoras podem constituir fundos de investimentos com patrimônio segregado, desde 1º de janeiro de 2006. Algumas determinações da Lei nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005, necessitam de regulamentação da Susep e da CVM para se tornar operacional. Para mais informações, veja “- Regulamentação da Gestão de Ativos”.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

Incluimos as informações a seguir para fins de análise, as quais devem ser lidas juntamente com o “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras” e nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos que rendem juros e nossos passivos que incidem juros, outras contas do ativo e passivo, os respectivos valores de receita e despesa de juros e os rendimentos reais/taxas médias relativamente a cada período. Calculamos os saldos médios utilizando os saldos contábeis de final de mês, que incluem os respectivos juros alocados. Estes saldos médios representam nossas operações.

Apresentamos os passivos em duas categorias: moedas local e estrangeira. Os saldos em moeda local representam obrigações expressas em reais enquanto os saldos em moeda estrangeira representam obrigações denominadas em moedas estrangeiras, basicamente o dólar norte-americano. Não desmembramos os saldos de nossos ativos entre moeda local e estrangeira, pois substancialmente todos os nossos ativos são expressos em reais.

Excluimos os créditos de curso anormal de “operações de crédito” na determinação da média de ativos e passivos, e os classificamos como ativos que não rendem juros. Recuperações de empréstimos devidos e não recebidos durante o período normal do contrato estão incluídos em receita de juros sobre empréstimos. Não consideramos esses valores significativos.

Não apresentamos a receita de juros numa base fiscal equivalente, visto que as leis tributárias brasileiras não concedem, atualmente, isenções tributárias sobre juros auferidos em títulos e valores mobiliários.

Adicionalmente, as comissões recebidas de vários compromissos de empréstimos estão incluídas em receita de juros sobre empréstimos. Não consideramos esses valores significativos.

	Em 31 de dezembro de:								
	2005			2006			2007		
	Saldo médio	Juros	Rendimento/taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/taxa médio(a)
Ativos que rendem juros⁽¹⁾:	(Em milhões de reais, exceto percentagens)								
Operações de crédito.....	R\$ 69.988	R\$ 16.855	24,1%	R\$ 88.044	R\$ 20.977	23,8%	R\$ 105.470	R\$ 22.608	21,4%
Aplicações em operações compromissadas.....	12.858	2.018	15,7	13.378	2.177	16,3	33.299	3.429	10,3
Títulos e valores mobiliários de negociação	37.878	7.251	19,1	41.999	5.705	13,6	52.787	5.677	10,8
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda ⁽²⁾	9.640	1.364	14,1	15.980	2.490	15,6	21.760	2.843	13,1
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	4.235	495	11,7	4.122	324	7,9	2.762	279	10,1
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	9.610	722	7,5	11.945	541	4,5	7.635	429	5,6
Outros ativos que rendem juros:									
Depósitos compulsórios no Banco Central	15.151	2.160	14,3	16.251	1.998	12,3	18.858	1.207	6,4
Outros ativos	811	61	7,5	886	59	6,7	716	37	5,2
Total de ativos que rendem juros.....	160.171	30.926	19,3	192.605	34.271	17,8	243.287	36.509	15,0
Ativos que não rendem juros⁽³⁾:									
Caixa e contas correntes em bancos	3.515	-	-	3.895	-	-	5.006	-	-
Depósitos compulsórios no Banco Central	4.656	-	-	5.298	-	-	6.868	-	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	1.684	-	-	2.266	-	-	2.472	-	-
Créditos de curso anormal.....	2.021	-	-	3.004	-	-	5.576	-	-
Provisão para perdas com operações de Crédito	(4.476)	-	-	(5.832)	-	-	(7.114)	-	-
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos.....	493	-	-	772	-	-	518	-	-
Imobilizado de uso.....	2.427	-	-	2.445	-	-	2.710	-	-
Ágio	297	-	-	500	-	-	893	-	-
Ativos intangíveis.....	1.437	-	-	1.577	-	-	1.594	-	-
Outros ativos	15.866	-	-	21.368	-	-	27.646	-	-
Total de ativos que não rendem juros	27.920	-	-	35.293	-	-	46.169	-	-
Total do ativo	R\$ 188.091	R\$ 30.926	16,4%	R\$ 227.898	R\$ 34.271	15,0%	R\$ 289.456	R\$ 36.509	12,6%

	Em 31 de dezembro de:								
	2005			2006			2007		
	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)	Saldo médio	Juros	Rendimento/ taxa médio(a)
Passivos que incidem juros:	(Em milhões de reais, exceto percentagens)								
Depósitos interfinanceiros:									
Doméstico ⁽³⁾	RS 116	RS 21	18,1%	RS 143	RS 19	13,3%	RS 223	RS 33	14,8%
Total	116	21	18,1	143	19	13,3	223	33	14,8
Depósitos de poupança:									
Doméstico ⁽³⁾	24.728	2.028	8,2	25.590	1.909	7,5	28.958	2.002	6,9
Total	24.728	2.028	8,2	25.590	1.909	7,5	28.958	2.002	6,9
Depósitos a prazo:									
Doméstico ⁽³⁾	28.641	4.782	16,7	31.203	4.149	13,3	32.322	3.405	10,5
Internacional ⁽⁴⁾	2.361	113	4,8	3.258	152	4,7	2.066	119	5,8
Total	31.002	4.895	15,8	34.461	4.301	12,5	34.388	3.524	10,2
Captações no mercado aberto.....	19.139	3.862	20,2	27.821	3.762	13,5	51.384	5.540	10,8
Obrigações por empréstimos:									
Curto prazo:									
Internacional ⁽⁴⁾	7.164	(187)	(2,6)	5.741	54	0,9	6.892	(727)	(10,5)
Total	7.164	(187)	(2,6)	5.741	54	0,9	6.892	(727)	(10,5)
Longo prazo:									
Doméstico ⁽³⁾	13.691	1.916	14,0	20.700	2.649	12,8	26.715	2.677	10,0
Internacional ⁽⁴⁾	7.073	(94)	(1,3)	6.589	175	2,7	5.590	(311)	(5,6)
Total	20.764	1.822	8,8	27.289	2.824	10,3	32.305	2.366	7,3
Total de passivos que incidem juros ...	102.913	12.441	12,1	121.045	12.869	10,6	154.150	12.738	8,3
Passivos que não incidem juros:									
Depósitos à vista:									
Doméstico ⁽³⁾	15.042	-	-	17.210	-	-	22.185	-	-
Internacional ⁽⁴⁾	185	-	-	222	-	-	126	-	-
Total	15.227	-	-	17.432	-	-	22.311	-	-
Outros passivos que não incidem juros.....	52.537	-	-	67.989	-	-	85.091	-	-
Total de passivos que não incidem juros.....	67.764	-	-	85.421	-	-	107.402	-	-
Total do passivo	170.677	12.441	7,3	206.466	12.869	6,2	261.552	12.738	4,9
Patrimônio líquido.....	17.357	-	-	21.323	-	-	27.731	-	-
Participação minoritária nas controladas.....	57	-	-	109	-	-	173	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	RS 188.091	RS 12.441	6,6%	RS 227.898	RS 12.869	5,6%	RS 289.456	RS 12.738	4,4%

(1) Substancialmente expressos em reais.

(2) Calculado usando a média histórica do custo amortizado. Se calculado usando o valor contábil, os valores médios de rendimento/taxa seriam de 12,5% em 2007, e 13,1% em 2006 e 10,7% em 2005.

(3) Expressos em reais.

(4) Expressos em moedas estrangeiras, substancialmente em dólares norte-americanos.

Variações nas Receitas e Despesas de Juros - Análise de Volume e Taxas

A tabela a seguir demonstra os efeitos das variações nas nossas receitas e despesas de juros decorrentes das variações em volumes e rendimentos médios/taxas médias relativamente aos períodos apresentados. Calculamos as variações em volumes e taxas de juros com base na avaliação de saldos médios durante o período e variações nas taxas médias de juros sobre ativos que rendem juros e passivos que incidem juros. Alocamos a variação líquida dos efeitos combinados de volumes e taxas proporcionalmente a volumes e a taxas médias, em termos absolutos, sem levar em consideração efeitos positivos e negativos.

	Em 31 de dezembro de:					
	2006/2005			2007/2006		
	Aumento/(redução) devido às variações em:					
	Rendimento		Variação líquida	Rendimento		Variação líquida
Volume médio	/ taxa médio(a)	Volume médio		/ taxa médio(a)	Volume médio	
(Em milhões de reais)						
Ativos que rendem juros:						
Operações de crédito	R\$ 4.304	R\$ (182)	R\$ 4.122	R\$ 3.875	R\$ (2.244)	R\$ 1.631
Aplicações em operações compromissadas ...	83	76	159	2.287	(1.035)	1.252
Títulos e valores mobiliários de negociação .	726	(2.272)	(1.546)	1.297	(1.325)	(28)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	976	150	1.126	800	(447)	353
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(13)	(158)	(171)	(123)	78	(45)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	149	(330)	(181)	(223)	111	(112)
Depósitos compulsórios no Banco Central ...	149	(311)	(162)	282	(1.073)	(791)
Outros ativos	5	(7)	(2)	(10)	(12)	(22)
Total de ativos que rendem juros	6.379	(3.034)	3.345	8.185	(5.947)	2.238
Passivos que incidem juros:						
Depósitos interfinanceiros:						
Doméstico	4	(6)	(2)	12	2	14
Total	4	(6)	(2)	12	2	14
Depósitos de poupança:						
Doméstico	69	(188)	(119)	239	(146)	93
Total	69	(188)	(119)	239	(146)	93
Depósitos a prazo:						
Doméstico	401	(1.034)	(633)	144	(888)	(744)
Internacional	42	(3)	39	(64)	31	(33)
Total	443	(1.037)	(594)	80	(857)	(777)
Captações no mercado aberto.....	1.417	(1.517)	(100)	2.665	(887)	1.778
Obrigações por empréstimos:						
Curto prazo:						
Internacional	31	210	241	9	(790)	(781)
Total	31	210	241	9	(790)	(781)
Longo prazo:						
Doméstico	909	(176)	733	674	(646)	28
Internacional	6	263	269	(23)	(463)	(486)
Total	915	87	1.002	651	(1.109)	(458)
Total de passivos que incidem juros	R\$ 2.879	R\$ (2.451)	R\$ 428	R\$ 3.656	R\$ (3.787)	R\$ (131)

Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

A tabela a seguir apresenta o saldo médio de nossos ativos que rendem juros e dos passivos que incidem juros e da receita de juros líquida, comparando a margem de juros líquida e o diferencial de juros líquido relativamente aos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Saldo médio de ativos que rendem juros.....	R\$ 160.171	R\$ 192.605	R\$ 243.287
Saldo médio dos passivos que incidem juros.....	102.913	121.045	154.150
Receita de juros líquida ⁽¹⁾	R\$ 18.485	R\$ 21.402	R\$ 23.771
Taxa de juros sobre o saldo médio de ativos que rendem juros..	19,3%	17,8%	15,0%
Taxa de juros sobre o saldo médio dos passivos que incidem juros.....	12,1	10,6	8,3
Rendimentos líquidos sobre ativos que rendem juros ⁽²⁾	7,2	7,2	6,7
Margem de juros líquida ⁽³⁾	11,5%	11,1%	9,8%

(1) Total da receita de juros menos o total da despesa de juros.

(2) Diferença entre o rendimento sobre as taxas da média de ativos que rendem juros e a taxa sobre a média de obrigações que incidem juros.

(3) Receita de juros líquida, dividida pela média de ativos que rendem juros.

Retorno sobre o Patrimônio e Ativos

A tabela a seguir apresenta índices financeiros selecionados para o período indicado:

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais, exceto percentuais e informações por ação)		
Lucro líquido.....	R\$ 6.310	R\$ 6.462	R\$ 7.908
Ativos totais médios.....	188.091	227.898	289.456
Patrimônio líquido médio.....	R\$ 17.357	R\$ 21.323	R\$ 27.731
Lucro líquido como percentagem dos ativos totais médios.....	3,4%	2,8%	2,7%
Lucro líquido como percentagem do patrimônio líquido médio.....	36,4	30,3	28,5
Patrimônio líquido médio como percentagem dos ativos totais médios.....	9,2%	9,4%	9,6%
Índice de pagamento de dividendos por ações ⁽¹⁾	0,30	0,33	0,36

(1) Dividendos totais declarados divididos pelo lucro líquido.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento nas datas indicadas. Os valores abaixo excluem nossos investimentos em empresas não consolidadas. Para informações adicionais sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas, veja nota 9 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18. Os valores também excluem nossos depósitos compulsórios em valores mobiliários do Governo Federal, conforme exigido pelo Banco Central. Para mais informações sobre os nossos depósitos compulsórios, veja nota 3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18. Apresentamos os ativos de negociação e os valores mobiliários disponíveis para venda pelo valor de mercado. Veja notas 2(e), 2(f), 2(g), 2(h), 4, 5 e 6 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas no Item 18, para mais informações sobre o nosso tratamento de títulos e valores mobiliários

de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda e títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Títulos e valores mobiliários de negociação:			
Aplicações em quotas de fundos	R\$ 21.420	R\$ 28.549	R\$ 36.532
Títulos públicos brasileiros	17.142	31.150	16.741
Títulos emitidos por empresas não financeiras	901	1.040	1.846
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	521	55	36
Instrumentos financeiros derivativos.....	518	584	1.134
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	324	1.263	956
Títulos de governos estrangeiros.....	122	94	1.901
Total	R\$ 40.948	R\$ 62.735	R\$ 59.146
Percentagem dos títulos mobiliários de negociação sobre o total de ativos.....	19,8%	24,2%	17,7%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:			
Títulos públicos brasileiros	R\$ 6.146	R\$ 16.712	R\$ 23.190
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	4.313	1.549	438
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.744	2.130	1.364
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	309	54	80
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	-	9	-
Ações de companhias abertas.....	2.198	3.425	4.581
Total	R\$ 14.710	R\$ 23.879	R\$ 29.653
Percentagem dos títulos disponíveis para venda sobre o total de ativos ..	7,1%	9,2%	8,9%
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:			
Títulos públicos brasileiros	R\$ 3.137	R\$ 2.188	2.643
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior ⁽¹⁾	909	1.040	288
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	44	-	-
Títulos públicos de governos estrangeiros	31	37	50
Total	R\$ 4.121	R\$ 3.265	R\$ 2.981
Percentagem dos títulos mantidos até o vencimento sobre o total de ativos.....	2,0%	1,3%	0,9%

(1) Veja nota 6 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Distribuição por Prazo de Vencimento

A tabela a seguir apresenta os vencimentos e as taxas médias ponderadas de rendimentos, em 31 de dezembro de 2007, de nossos títulos e valores mobiliários de negociação, de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2007, não detínhamos em nossa carteira rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos de impostos.

Em 31 de dezembro de 2007

	Vencimento em Até 1 ano		Vencimento de 1 a 5 anos		Vencimento de 5 a 10 anos		Vencimento após 10 anos		Vencimento não especificado		Total	
	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio	Rendimento médio
(Em milhões de reais, exceto percentagens)												
Títulos e valores mobiliários de negociação(1):												
Títulos públicos												
brasileiros.....	5.342	11,6%	10.523	11,9%	876	8,5%	-	-	-	-	16.741	10,7%
Prefixado.....	4.526	11,4	2.832	12,6	2	7,5	-	-	-	-	7.360	10,5
Pós fixado.....	816	11,7	7.691	11,1	874	9,5	-	-	-	-	9.381	10,8
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior...	-	-	36	5,2%	-	-	-	-	-	-	36	5,2%
Pós fixado títulos cambiais.....	-	-	36	5,2	-	-	-	-	-	-	36	5,2
Títulos emitidos por governos estrangeiros.....	1.901	5,4%	-	-	-	-	-	-	-	-	1.901	5,4%
Pós fixado títulos cambiais.....	1.901	5,4	-	-	-	-	-	-	-	-	1.901	5,4
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	954	10,3%	282	9,0%	408	10,0%	202	10,0%	-	-	1.846	9,8%
Prefixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado títulos cambiais.....	18	8,7	2	6,5	38	8,4	101	8,6	-	-	159	-
Pós fixado.....	936	11,8	280	11,4	370	11,5	101	11,4	-	-	1.687	-
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	867	11,8%	17	11,4%	72	8,6%	-	-	-	-	956	10,6%
Prefixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado títulos cambiais.....	708	11,8	-	-	66	6,1	-	-	-	-	774	-
Pós fixado.....	159	11,7	17	11,4	6	11,0	-	-	-	-	182	-
Aplicações em quotas de fundos(2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	36.532	-	36.532	-
Pós fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	36.532	-	36.532	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	535	-	579	-	20	-	-	-	-	-	1.134	-
Prefixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado títulos cambiais.....	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-
Pós fixado.....	500	-	579	-	20	-	-	-	-	-	1.099	-
Total dos títulos e valores mobiliários de negociação.....	9.599	-	11.437	-	1.376	-	202	-	36.532	-	59.146	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado(2):												
Títulos públicos												
brasileiros.....	2.326	11,3%	5.828	10,7%	5.633	8,7%	9.403	7,4%	-	-	23.190	-
Prefixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado.....	2.326	11,3	5.828	10,7	5.633	8,7	9.403	7,4	-	-	23.190	-
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1	9,1%	6	10,8%	99	10,3%	332	9,2%	-	-	438	9,9%
Pós fixado títulos cambiais.....	1	9,1	6	10,8	99	10,3	332	9,2	-	-	438	9,9
Títulos emitidos por governos estrangeiros.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado títulos cambiais.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	119	9,7%	684	9,7%	534	10,2%	27	8,6%	-	-	1.364	10,0%
Pós fixado.....	98	11,2	656	11,4	132	11,8	-	-	-	-	886	11,5
Pós fixado títulos cambiais.....	21	8,1	28	8,5	402	8,6	27	8,6	-	-	478	8,4
Prefixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	-	-	4	8,7%	17	7,9%	59	11,7%	-	-	80	10%
Pós fixado títulos cambiais.....	-	-	4	8,7	17	7,9	-	-	-	-	21	8,3
Pós fixado.....	-	-	-	-	-	-	59	11,7	-	-	59	11,7
Aplicações em quotas de fundos(2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós fixado.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de ações (companhias abertas)(2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	4.581	-	4.581	-
Total dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	2.446	-	6.522	-	6.283	-	9.821	-	4.581	-	29.653	-
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, ao custo amortizado:												
Títulos públicos brasileiros.....												
Prefixado.....	3	11,8%	102	10,8%	163	7,5%	2.375	6,7%	-	-	2.643	9,2%
Pós fixado.....	3	11,8	102	10,8	163	7,5	2.375	6,7	-	-	2.643	9,2
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior...	-	-	163	11,0%	63	5,1%	62	4,0%	-	-	288	6,7%
Pós fixado títulos cambiais.....	-	-	163	11,0	63	5,1	62	4,0	-	-	288	6,7
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	-	-	-	-	-	-	50	-	-	-	50	-
Pós fixado títulos cambiais.....	-	-	-	-	-	-	50	-	-	-	50	-
Total dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	3	-	265	-	226	-	2.487	-	-	-	2.981	-
Total Geral.....	12.048	-	18.224	-	7.885	-	12.510	-	41.113	-	91.780	-

(1) A valor de mercado.

(2) Aplicações nesses ativos não têm prazo determinado para resgates e são resgatáveis de acordo com a necessidade de liquidez. O rendimento médio não é determinado, pois os rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos e valores mobiliários de negociação foram excluídos do cálculo do rendimento total.

(*) As taxas da tabela acima não incluem a variação monetária.

A tabela a seguir apresenta nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda nas datas indicadas:

	Valor de mercado		Custo amortizado	Total
	Títulos e valores mobiliários de negociação	Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	
(Em milhões de reais)				
31 de dezembro de 2007:				
Indexados em reais	R\$ 56.241	R\$ 28.104	R\$ 2.643	R\$ 86.988
Denominados em moeda estrangeira ⁽¹⁾	2.905	1.549	338	4.792
31 de dezembro de 2006:				
Indexados em reais	R\$ 60.964	R\$ 21.144	R\$ 2.188	R\$ 84.296
Indexados por moeda estrangeira ⁽¹⁾	1.254	-	-	1.254
Denominados em moeda estrangeira ⁽¹⁾	517	2.735	1.077	4.329
31 de dezembro de 2005:				
Indexados em reais	R\$ 40.293	R\$ 9.169	R\$ 3.137	R\$ 52.599
Denominados em moeda estrangeira ⁽¹⁾ ...	655	5.541	984	7.180

(1) Predominantemente em dólar norte-americano.

Depósitos Compulsórios no Banco Central

Somos obrigados a depositar recursos no Banco Central ou comprar e manter títulos públicos federais na forma de depósito compulsório.

A tabela a seguir apresenta os valores desses depósitos para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:					
	2005		2006		2007	
	R\$	Percentual do total de depósitos compulsórios	R\$	Percentual do total de depósitos compulsórios	R\$	Percentual do total de depósitos compulsórios
(Em milhões de reais, exceto percentagens)						
Total de depósitos:						
Sem juros ⁽¹⁾	R\$ 5.269	24,3%	R\$ 6.446	27,5%	R\$ 8.919	28,0%
Com juros ⁽²⁾	16.417	75,7	17.015	72,5	22.894	72,0
Total.....	R\$ 21.686	100,0%	R\$ 23.461	100,0%	R\$ 31.813	100,0%

(1) Principalmente relativos a depósitos à vista.

(2) Principalmente relativos a depósitos de poupança e a prazo.

Operações de Crédito

A tabela a seguir resume nossa carteira de operações de crédito por modalidade em aberto. Substancialmente, todas as nossas operações de crédito referem-se a tomadores domiciliados no Brasil e são expressas em reais. A maior parte de nossas operações de crédito denominadas em reais está indexada a taxas de juros fixas ou variáveis, e em menor proporção, denominada em ou indexada ao dólar norte-americano, acrescida de taxa de juros fixa.

	Em 31 de dezembro de:				
	2003	2004	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais)				
Tipos de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros.....	R\$ 21.156	R\$ 23.343	R\$ 28.690	R\$ 32.604	R\$ 44.380
Financiamento à importação.....	673	1.242	1.100	1.465	2.179
Financiamento à exportação.....	8.375	8.181	10.067	12.934	15.342
Arrendamento mercantil.....	1.364	1.626	2.491	3.842	8.097
Financiamento para construção de imóveis.....	415	449	523	519	1.634
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	1.134	1.301	1.572	1.263	1.881
Empréstimos hipotecários residenciais.....	1.097	921	832	1.326	1.571
Outros financiamentos ⁽¹⁾	10.442	15.305	25.187	28.828	38.791
Cartão de crédito.....	1.373	1.289	1.830	2.652	2.330
Crédito rural.....	4.404	6.034	6.369	7.399	9.032
Empréstimos em moeda estrangeira.....	2.429	1.588	1.900	1.546	2.529
Setor público.....	-	15	49	62	94
Créditos de curso anormal.....	2.144	2.206	2.701	4.284	5.277
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(3.846)	(4.063)	(4.964)	(6.552)	(7.769)
Operações de crédito, líquidas.....	R\$ 51.160	R\$ 59.437	R\$ 78.347	R\$ 92.172	R\$ 125.368

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Os tipos de operações de crédito, acima apresentados, são os seguintes:

Comerciais - operações de crédito comerciais incluem empréstimos a clientes pessoas jurídicas, inclusive pequenas empresas, bem como o financiamento a importações para clientes pessoa jurídica. Também concedemos adiantamentos a exportadores pessoa jurídica por meio de contratos de câmbio que são normalmente empréstimos de curto e médio prazos.

Financiamentos para construção de imóveis - os financiamentos para construção de imóveis consistem basicamente de empréstimos hipotecários destinados a empresas de construção, que em geral, têm vencimentos de médio prazo.

Arrendamento mercantil (“Leasing”) - contratos de “leasing” consistem basicamente de arrendamentos de equipamentos produtivos e automóveis, tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas.

Pessoas físicas - empréstimos hipotecários a pessoas físicas para aquisição de casa própria que, em geral, têm vencimentos de longo prazo; cartões de crédito; e linhas de crédito pessoais por meio de limites de créditos previamente aprovados, em decorrência de saques a descoberto sobre contas de depósitos. Nós oferecemos também às pessoas físicas, empréstimos pessoais para outras necessidades, classificados como “outros financiamentos”, que consistem, de empréstimos para aquisição de veículos e o crédito ao consumidor.

Crédito rural - representa empréstimos a tomadores que operam em atividades rurais, inclusive plantio, produção, criação de animais e reflorestamento.

Moeda estrangeira – representa financiamentos de repasses tomados por companhias brasileiras, que são indexados ao dólar norte-americano e estão sujeitos à variação cambial e juros acumulados.

Setor público - operações de crédito ao setor público são empréstimos destinados a entidades ou órgãos federais, estaduais e municipais brasileiros.

Créditos de curso anormal - nós classificamos todos os empréstimos vencidos há 60 dias ou mais, como de curso anormal. Uma vez que os créditos sejam classificados como de curso anormal, nós paramos de apropriar juros sobre eles.

Impairment - clientes com créditos de valores significativos que representem ou possuam indícios de que poderão vir a apresentar problemas de inadimplência ou deterioração de qualidade creditícia, com potencial de perdas de crédito para a Organização, são qualificados como *impaired*, estando sujeitos à revisão de sua perda (*impairment*), de acordo com o SFAS 114, “Contabilização de Inadimplência de Empréstimo por um Credor”, conforme alterado pelo SFAS 118.

Avaliamos os créditos *impaired* baseados:

- no valor presente do fluxo de caixa esperado, descontado na taxa contratada do empréstimo;
- no valor de realização da garantia dos empréstimos.

Por meio da provisão para perdas em operações de crédito, estabelecemos uma provisão para avaliação relativamente à diferença entre o valor contábil do empréstimo em inadimplência e seu valor esperado de realização, conforme acima determinado. A provisão para perdas com operações de crédito é ajustada a cada período, tendo em vista as variações na carteira de operações de crédito.

Para os créditos em curso anormal não enquadrados como *impaired*, nós constituímos uma provisão de até 100,0% do valor de nossos créditos, no momento ou antes que se tornem 180 dias vencidos, dependendo de seu *rating* de crédito.

Os empréstimos de saldos homogêneos menores, tais como: cheque especial, cartões de crédito, empréstimos hipotecários residenciais e crédito ao consumidor, são agregados para a finalidade de avaliação do risco de inadimplência com base em nossa experiência histórica com perdas, as condições econômicas atuais, perfil dos clientes e classificações de risco internas.

Baixas

Os créditos são baixados usualmente entre 180 e 360 dias de vencimento, conforme sua classificação de risco inicial. Em geral, a baixa ocorre ao final de 360 dias. Apenas para créditos com prazos mais longos (superiores a 36 meses), a baixa pode ser postergada, ocorrendo em até 540 dias.

Em geral, nós mantemos os empréstimos vencidos como créditos de curso anormal antes de baixá-los. As provisões para perdas com operações de crédito relativas a quaisquer empréstimos permanecem em nossos registros até que o empréstimo seja baixado.

Não efetuamos alterações em nosso sistema de classificação de empréstimos. Para mais informações sobre nossa categorização de empréstimos, veja “Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Tratamento de Operações de Crédito” e “Classificação da Carteira de Operações de Crédito”.

Vencimentos e Taxas de Juros das Operações de Crédito

As tabelas a seguir apresentam a distribuição de vencimentos de nossas operações de crédito por tipo, bem como a composição da carteira de operações de crédito por taxa de juros e vencimento no período indicado:

Em 31 de dezembro de 2007										
	Vencimento o em 30 dias ou menos	Vencimento o de 31 a 90 dias	Vencimento o de 91 a 180 dias	Vencimento o de 181 a 360 dias	Vencimento o de 1 a 3 anos	Vencimento o após 3 anos	Sem vencimento declarado ⁽¹⁾	Empréstimos totais brutos	Provisão para perdas em operações de crédito	Total
(Em milhões de reais)										
Tipos de operações de crédito:										
Comerciais:										
Industriais e outros.....	R\$ 8.609	R\$ 9.625	R\$ 5.387	R\$ 5.260	R\$ 9.647	R\$ 5.500	R\$ 1.626	R\$ 45.654	R\$ (2.759)	R\$ 42.895
Financiamento à importação	247	560	917	399	52	4	2	2.181	(10)	2.171
Financiamento à exportação.	1.502	2.245	2.554	3.191	2.612	3.238	18	15.360	(79)	15.281
Financiamento para construção de imóveis.....	9	20	60	187	983	375	20	1.654	(56)	1.598
Arrendamento mercantil.....	412	699	299	1.699	4.728	245	127	8.209	(171)	8.038
Pessoas físicas:										
Cheque especial	1.736	-	-	-	-	-	395	2.131	(232)	1.899
Empréstimos hipotecários residenciais	21	34	51	100	352	1.006	50	1.614	(129)	1.485
Outros financiamentos ⁽²⁾	3.674	5.070	5.907	8.348	13.716	1.826	2.733	41.274	(3.424)	37.850
Cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	3.215	3.215	(686)	2.529
Crédito rural	236	584	1.325	2.461	1.841	2.525	250	9.222	(216)	9.006
Empréstimos em moeda estrangeira.....	725	166	459	686	172	11	310	2.529	(7)	2.522
Setor público	1	2	3	6	25	57	-	94	-	94
Total.....	R\$ 17.172	R\$ 19.005	R\$ 16.962	R\$ 22.337	R\$ 34.128	R\$ 14.787	R\$ 8.746	R\$ 133.137	R\$ (7.769)	R\$ 125.368

(1) Consistem basicamente de cartões de crédito e créditos de curso anormal.

(2) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Em 31 de dezembro de 2007								
	Vencimento o em 30 dias ou menos	Vencimento o em 31 a 90 dias	Vencimento o em 91 a 180 dias	Vencimento o em 181 a 360 dias	Vencimento o em 1 a 3 anos	Vencimento o após 3 anos	Sem vencimento declarado	Empréstimos totais brutos
(em milhões de reais)								
Tipos de empréstimos a clientes por vencimento:								
Taxas pós-fixadas ou ajustáveis ⁽¹⁾								
	R\$ 4.233	R\$ 4.525	R\$ 5.677	R\$ 9.394	R\$ 10.199	R\$ 10.683	R\$ 5.277	R\$ 49.988
Taxas prefixadas	12.939	14.480	11.285	12.943	23.929	4.104	3.469	83.149
Total	R\$ 17.172	R\$ 19.005	R\$ 16.962	R\$ 22.337	R\$ 34.128	R\$ 14.787	R\$ 8.746	R\$ 133.137

(1) Incluímos créditos de curso anormal.

Processo de Aprovação de Crédito

Para uma descrição mais detalhada de nosso processo de aprovação de créditos, veja “História e Desenvolvimento da Companhia - Gestão de Risco - Crédito”.

Indexação

Praticamente toda nossa carteira de operações de crédito é expressa em reais. Contudo, uma parte de nossa carteira é indexada a moedas estrangeiras, predominantemente o dólar norte-americano. Nossas operações de crédito, indexadas ao dólar norte-americano, consistem do repasse de recursos em *Eurobonds* e do financiamento à exportações e importações. Em muitos casos, os clientes contratam operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco da variação cambial.

Créditos de curso anormal e provisão para perdas com operações de crédito

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossos créditos de curso anormal (que consistem totalmente de empréstimos que não rendem juros), bem como alguns índices de qualidade de ativos, relativamente aos períodos indicados. Agregamos empréstimos homogêneos e de baixo valor, tais como: cheques especiais, empréstimos em parcelas de clientes e financiamentos de cartões de crédito a fim de medir os créditos inadimplentes. Avaliamos os empréstimos de maior valor com base nas características de risco de cada tomador individual. Não temos qualquer empréstimo reestruturado significativo.

	Em 31 de dezembro de:				
	2003	2004	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
Empréstimos de curso anormal	R\$ 2.144	R\$ 2.206	R\$ 2.701	R\$ 4.284	R\$ 5.277
Bens não de uso, líquidos de provisão	194	229	166	161	195
Total de créditos de curso anormal e bens não de uso próprio.....	2.338	2.435	2.867	4.445	5.472
Provisão para perdas com operações de crédito	3.846	4.063	4.964	6.552	7.769
Total das operações de crédito	R\$ 55.006	R\$ 63.500	R\$ 83.311	R\$ 98.724	R\$ 133.137
Percentagem do total de empréstimos de curso anormal sobre o total de operações de crédito	3,9%	3,5%	3,2%	4,3%	4,0%
Percentagem do total de empréstimos de curso anormal e bens não de uso próprio sobre o total de operações de crédito.....	4,3	3,8	3,4	4,5	4,1
Percentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre o total de operações de crédito	7,0	6,4	6,0	6,6	5,8
Percentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os empréstimos de curso anormal	179,4	184,2	183,8	152,9	147,2
Percentagem da provisão para perdas com operações de crédito sobre os empréstimos de curso anormal e bens não de uso próprio	164,5	166,9	173,1	147,4	142,0
Percentagem das baixas líquidas durante o período sobre o saldo médio das operações de crédito, inclusive curso anormal.....	3,1%	2,1%	1,3%	2,4%	3,1%

Nós não temos montantes significativos em empréstimos estrangeiros. Em grande parte, todos os nossos ativos são denominados em reais.

Empréstimos Estrangeiros em Aberto

O valor agregado dos empréstimos comerciais a receber de clientes de países estrangeiros determinados em moedas estrangeiras são essencialmente feitos em dólares norte-americanos por subsidiárias de empresas brasileiras através de nossa agência em Cayman. Esses empréstimos representam na média aproximadamente 3,0% do valor total dos nossos ativos nos últimos 3 anos. Acreditamos que não existem riscos em países estrangeiros nessas transações, já que uma parte significativa do risco de crédito relacionado é garantido pela controladora no Brasil de cada subsidiária. O restante de nossas transações em aberto em países estrangeiros inclui principalmente investimentos em títulos, que representam, em média, aproximadamente 2,0% de nossos ativos totais nos últimos 3 anos.

Adicionalmente, nossa base de depósitos é, basicamente, composta de clientes residentes no Brasil e o valor de depósitos em nossas agências fora do Brasil é menor do que 10,0% do total de nossos depósitos e, portanto, não é considerado significativo.

Operações de Crédito por Atividade Econômica

A tabela a seguir apresenta nossas operações de crédito por atividade econômica dos clientes nas datas indicadas e não inclui créditos de curso anormal.

	Em 31 de dezembro de:					
	2005		2006		2007	
	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito	Carteira de operações de crédito	% da carteira de operações de crédito
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Industriais:						
Alimentos, bebidas e tabaco	R\$ 4.065	5,0%	R\$ 4.226	4,5%	R\$ 6.547	5,1%
Equipamentos eletro-eletrônicos e de comunicações	964	1,2	633	0,7	812	0,6
Produtos químicos e farmacêuticos	2.100	2,6	2.614	2,8	3.847	3,0
Construção civil	1.214	1,5	1.475	1,5	3.271	2,6
Setores de metais básicos	1.693	2,1	1.937	2,0	2.446	1,9
Têxteis, vestuário e produtos de couro	1.241	1,5	1.450	1,5	2.602	2,0
Fabricação de maquinário e equipamentos	1.268	1,6	1.702	1,8	1.947	1,5
Papel, produtos de papel, impressão e publicidade	1.440	1,8	2.340	2,5	2.121	1,7
Setor automotivo	2.749	3,4	2.449	2,6	2.530	2,0
Minerais não metálicos	398	0,5	1.306	1,4	529	0,4
Borracha e plásticos	906	1,1	1.040	1,1	1.385	1,1
Tecnologia de informação e equipamentos para escritório	25	-	52	-	155	0,1
Madeira e produtos de madeira, inclusive móveis	617	0,8	643	0,7	747	0,6
Setor extrativo	855	1,1	758	0,8	1.563	1,2
Petroquímicos	307	0,4	470	0,5	270	0,2
Outros setores industriais	3.050	3,8	4.700	5,0	9.522	7,5
Subtotal	22.892	28,4	27.795	29,4	40.294	31,5
Pessoas físicas:						
Créditos ao consumidor	28.589	35,5	32.743	34,7	43.002	33,6
Empréstimos hipotecários residenciais	832	1,0	1.326	1,4	1.571	1,2
Financiamento de contratos de arrendamento	55	0,1	100	0,1	251	0,2
Subtotal	29.476	36,6	34.169	36,2	44.824	35,0
Construção de imóveis	523	0,7	519	0,6	1.634	1,3
Comerciais:						
Varejo	7.014	8,7	7.393	7,8	9.725	7,6
Atacado	4.228	5,2	4.781	5,1	5.842	4,6
Serviços de hospedagem e "buffet"	302	0,4	374	0,4	592	0,5
Subtotal	11.544	14,3	12.548	13,3	16.159	12,7
Serviços financeiros:						
Instituições financeiras	762	1,0	987	1,1	1.048	0,8
Seguradoras e planos de previdência complementar	26	-	27	-	44	-
Subtotal	788	1,0	1.014	1,1	1.092	0,8
Serviços:						
Telecomunicações	1.423	1,8	1.097	1,2	1.191	0,9
Prestadores de serviços	1.625	2,0	2.602	2,7	3.544	2,8
Transporte	3.435	4,3	4.238	4,5	5.559	4,4
Imobiliários	566	0,7	773	0,8	1.364	1,1
Serviços de saúde e sociais	572	0,7	581	0,6	787	0,6
Lazer	423	0,5	575	0,6	824	0,6
Educação	320	0,4	367	0,4	426	0,3
Administração e defesa pública	16	-	14	-	73	0,1
Outros	638	0,8	749	0,8	1.057	0,8
Subtotal	9.018	11,2	10.996	11,6	14.825	11,6
Agricultura, criação, silvicultura e pesca	6.369	7,9	7.399	7,8	9.032	7,1
Total	R\$ 80.610	100,0%	R\$ 94.440	100,0%	R\$127.860	100,0%

Provisão para Perdas com Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta a provisão para perdas com operações de crédito por modalidade relativamente aos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:				
	2003	2004	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
	R\$ 3.455	R\$ 3.846	R\$ 4.063	R\$ 4.964	R\$ 6.552
Saldo no início do período:					
Baixado do ativo:					
Comerciais:					
Industriais e outros.....	(1.006)	(853)	(604)	(947)	(1.015)
Financiamento à importação.....	(14)	(5)	-	-	-
Financiamento à exportação.....	(28)	(13)	(8)	(3)	(1)
Financiamento para construção de imóveis.....	(5)	(5)	-	-	-
Arrendamento mercantil.....	(85)	(31)	(23)	(7)	(106)
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	(284)	(278)	(177)	(247)	(247)
Empréstimos hipotecários residenciais.....	(72)	(135)	(26)	(47)	(61)
Outros financiamentos ⁽¹⁾	(290)	(207)	(572)	(1.301)	(2.252)
Cartão de crédito.....	(163)	(287)	(153)	(257)	(596)
Crédito rural.....	(109)	(8)	(39)	(6)	(2)
Empréstimos em moeda estrangeira.....	(2)	(2)	(1)	(1)	(1)
Total baixado do ativo.....	(2.058)	(1.824)	(1.603)	(2.816)	(4.281)
Recuperações:					
Comerciais:					
Industriais e outros.....	144	286	308	253	383
Financiamento à importação.....	-	1	-	-	-
Financiamento à exportação.....	-	-	-	-	-
Financiamento para construção de imóveis.....	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil.....	18	4	42	14	13
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	48	54	38	39	51
Empréstimos hipotecários residenciais.....	2	69	31	18	18
Outros financiamentos ⁽¹⁾	193	175	208	281	367
Cartão de crédito.....	7	7	10	19	35
Crédito rural.....	3	5	36	10	10
Empréstimos em moeda estrangeira.....	-	11	8	3	5
Total das recuperações.....	415	612	681	637	882
Valor líquido baixado do ativo.....	(1.643)	(1.212)	(922)	(2.179)	(3.399)
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	2.034	1.429	1.823	3.767	4.616
Saldo no final do período.....	R\$ 3.846	R\$ 4.063	R\$ 4.964	R\$ 6.552	R\$ 7.769
Percentual das baixas líquidas no período em relação ao saldo médio das operações de crédito, inclusive curso anormal.....	3,1%	2,1%	1,3%	2,4%	3,1%

(1) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Com base em informações disponíveis sobre nossos devedores, acreditamos que o valor da provisão para perdas com operações de crédito é suficiente para cobrir prováveis perdas em nossa carteira de operações de crédito.

A tabela a seguir apresenta nossa provisão para perdas com operações de crédito, baixas contábeis e recuperações incluídas nos resultados de operações relativamente aos períodos indicados:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de:			% de alteração	
	2005	2006	2007	2006/2005	2007/2006
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)				
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	R\$ 1.823	R\$ 3.767	R\$ 4.616	106,6%	22,5%
Empréstimos baixados.....	(1.603)	(2.816)	(4.281)	75,7	52,0
Empréstimos recuperados.....	681	637	882	(6,5)	38,5
Líquido baixado do ativo.....	R\$ (922)	R\$ (2.179)	R\$ (3.399)	136,3%	56,0%
Provisão para perdas com operações de crédito ⁽¹⁾	2,5%	4,2%	4,2%	-	-

(1) Provisão como uma percentagem da média de empréstimos em aberto.

Alocação da Provisão para Perdas com Operações de Crédito

As tabelas a seguir apresentam a alocação da provisão para perdas com operações de crédito relativamente aos períodos indicados. O valor da provisão alocada e a categoria de operações de crédito são expressos como uma percentagem do total de operações de crédito.

Em 31 de dezembro de 2003					
	Provisão alocada	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽²⁾
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Tipo de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	RS 1.738	3,3%	3.2%	40,1%	40,0%
Financiamento à importação	57	0,1	0,1	1,3	1,3
Financiamento à exportação	83	0,2	0,1	15,9	15,3
Financiamento para construção de imóveis.....	32	0,1	0,1	0,8	0,8
Arrendamento mercantil.....	115	0,2	0,2	2,6	2,6
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	179	0,3	0,3	2,2	2,4
Empréstimos hipotecários residenciais.....	253	0,5	0,5	2,1	2,3
Outros financiamentos ⁽³⁾	974	1,9	1,8	19,4	20,0
Cartão de crédito	121	0,2	0,2	2,6	2,7
Crédito rural.....	269	0,5	0,5	8,4	8,1
Empréstimos em moeda estrangeira.....	25	-	-	4,6	4,5
Total	RS 3.846	7,3%	7,0%	100,0%	100,0%

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluimos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Em 31 de dezembro de 2004					
	Provisão alocada	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito ⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito ⁽²⁾
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Tipo de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	RS 1.600	2,6%	2,5%	38,3%	38,1%
Financiamento à importação	45	0,1	0,1	2,1	2,0
Financiamento à exportação	122	0,2	0,2	13,4	13,1
Financiamento para construção de imóveis.....	23	-	-	0,7	0,7
Arrendamento mercantil.....	53	0,1	0,1	2,7	2,6
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	191	0,3	0,3	2,1	2,3
Empréstimos hipotecários residenciais.....	111	0,3	0,2	1,5	1,7
Outros financiamentos ⁽³⁾	1.415	2,3	2,2	24,6	25,0
Cartão de crédito	188	0,3	0,3	2,1	2,4
Crédito rural.....	302	0,5	0,5	9,9	9,6

Empréstimos em moeda estrangeira.....	13	-	-	2,6	2,5
Total	RS 4.063	6,7%	6,4%	100,0%	100,0%

- (1) Excluimos créditos de curso anormal.
(2) Incluímos créditos de curso anormal.
(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Em 31 de dezembro de 2005

Provisão alocada	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito⁽²⁾
-------------------------	--	--	--	--

(Em milhões de reais, exceto percentagens)

Tipo de operações de crédito:

Comerciais:					
Industriais e outros	RS 1.885	2,3%	2,3%	35,9%	35,6%
Financiamento à importação	24	-	-	1,4	1,3
Financiamento à exportação	123	0,2	0,1	12,5	12,3
Financiamento para construção de imóveis.....	56	0,1	0,1	0,7	0,6
Arrendamento mercantil.....	105	0,1	0,1	3,1	3,0
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	242	0,3	0,3	2,0	2,1
Empréstimos hipotecários residenciais.....	137	0,2	0,2	1,0	1,1
Outros financiamentos ⁽³⁾	1.832	2,3	2,2	30,7	31,4
Cartão de crédito	249	0,3	0,3	2,3	2,5
Crédito rural	304	0,4	0,4	8,0	7,8
Empréstimos em moeda estrangeira.....	7	-	-	2,4	2,3
Total	RS 4.964	6,2%	6,0%	100,0%	100,0%

- (1) Excluimos créditos de curso anormal.
(2) Incluímos créditos de curso anormal.
(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Em 31 de dezembro de 2006

	Provisão alocada	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito⁽²⁾
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Tipo de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	RS 2.569	2,7%	2,6%	34,8%	34,5%
Financiamento à importação	2	-	-	1,6	1,5
Financiamento à exportação	101	0,1	0,1	13,8	13,2
Financiamento para construção de imóveis.....	56	0,1	0,1	0,6	0,5
Arrendamento mercantil.....	105	0,1	0,1	4,1	4,0
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	182	0,2	0,2	1,4	2,0
Empréstimos hipotecários residenciais.....	132	0,1	0,1	1,4	1,4
Outros financiamentos ⁽³⁾	2.941	3,2	3,0	29,9	30,7
Cartão de crédito	265	0,3	0,3	2,8	2,8
Crédito rural	196	0,2	0,2	7,9	7,8
Empréstimos em moeda estrangeira.....	3	-	-	1,7	1,6
Total	RS 6.552	7,0%	6,7%	100,0%	100,0%

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluimos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Em 31 de dezembro de 2007

	Provisão alocada	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito⁽¹⁾	Provisão alocada como uma percentagem do total de operação de crédito⁽²⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito⁽¹⁾	Categoria de operações de crédito como uma percentagem do total de operações de crédito⁽²⁾
(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Tipo de operações de crédito:					
Comerciais:					
Industriais e outros	RS 2.759	2,2%	2,1%	34,7%	34,3%
Financiamento à importação	10	-	-	1,7	1,7
Financiamento à exportação	79	0,1	0,1	12,0	11,5
Financiamento para construção de imóveis.....	56	0,1	0,1	1,3	1,3
Arrendamento mercantil.....	171	0,1	0,1	6,3	6,2
Pessoas físicas:					
Cheque especial.....	232	0,2	0,2	1,5	1,6
Empréstimos hipotecários residenciais.....	129	0,1	0,1	1,3	1,2
Outros financiamentos ⁽³⁾	3.424	2,7	2,6	30,3	31,0
Cartão de crédito	686	0,5	0,5	1,8	2,4
Crédito rural	216	0,2	0,2	7,1	6,9
Empréstimos em moeda estrangeira.....	7	-	-	2,0	1,9
Total	RS 7.769	6,2%	6,0	100,0%	100,0%

(1) Excluimos créditos de curso anormal.

(2) Incluimos créditos de curso anormal.

(3) Consistem, basicamente, em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Média dos Saldos de Depósitos e Taxas de Juros

A tabela a seguir apresenta a média dos saldos de depósitos, bem como a média de taxas de juros pagas sobre depósitos relativamente aos períodos indicados:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de:					
	2005		2006		2007	
	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média	Saldo médio	Taxa média
(Em milhões de reais, exceto percentagens)						
Depósitos domésticos:						
Depósitos que não incidem juros:						
Depósitos à vista	RS 15.042	-	RS 17.210	-	RS 22.185	-
Depósitos que incidem juros:						
Depósitos interfinanceiros.....	116	18,1%	143	13,3%	223	14,8%
Depósitos de poupança.....	24.728	8,2	25.590	7,5	28.958	6,9
Depósitos a prazo.....	<u>28.641</u>	16,7	<u>31.203</u>	13,3	<u>32.322</u>	10,5
Total de depósitos que incidem juros.....	<u>53.485</u>	12,8	<u>56.936</u>	10,7	<u>61.503</u>	8,8
Total de depósitos domésticos	<u>68.527</u>	10,0	<u>74.146</u>	8,2	<u>83.688</u>	6,5
Depósitos internacionais⁽¹⁾:						
Depósitos que não incidem juros:						
Depósitos à vista	185	-	222	-	126	-
Depósitos que incidem juros:						
Depósitos a prazo	<u>2.361</u>	4,8	<u>3.258</u>	4,7	<u>2.066</u>	5,8
Total de depósitos que incidem juros.....	<u>2.361</u>	4,8	<u>3.258</u>	4,7	<u>2.066</u>	5,8
Total de depósitos internacionais.....	<u>2.546</u>	4,4	<u>3.480</u>	4,4	<u>2.192</u>	5,4
Total de depósitos.....	<u>RS 71.073</u>	9,8%	<u>RS 77.626</u>	8,0%	<u>RS 85.880</u>	6,5%

(1) Expressos em outras moedas que não reais, basicamente em dólares norte-americanos.

Vencimentos dos Depósitos

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossos depósitos por vencimentos na data indicada:

	Em 31 de dezembro de 2007				Total
	Vencimento em até 3 meses	Vencimento de 3 a 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento após 1 ano	
(Em milhões de reais)					
Depósitos domésticos:					
Depósitos que não incidem juros:					
Depósitos à vista ⁽¹⁾	R\$ 29.222	-	-	-	R\$ 29.222
Depósitos que incidem juros:					
Depósitos interfinanceiros.....	257	R\$ 42	R\$ 63	R\$ 8	370
Depósitos de poupança ⁽¹⁾	32.813	-	-	-	32.813
Depósitos a prazo.....	4.674	2.223	4.323	22.438	33.658
Total de depósitos que incidem juros.....	37.744	2.265	4.386	22.446	66.841
Total de depósitos domésticos.....	66.966	2.265	4.386	22.446	96.063
Depósitos internacionais⁽²⁾:					
Depósitos que não incidem juros:					
Depósitos à vista.....	201	-	-	-	201
Depósitos que incidem juros:					
Depósitos interfinanceiros.....	2	-	-	-	2
Depósitos a prazo.....	1.699	145	151	80	2.075
Total de depósitos que incidem juros.....	1.701	145	151	80	2.077
Total de depósitos internacionais.....	1.902	145	151	80	2.278
Total de depósitos.....	R\$ 68.868	R\$ 2.410	R\$ 4.537	R\$ 22.526	R\$ 98.341

(1) Os depósitos à vista e de poupança estão classificados no vencimento em três meses ou menos, sem considerar a média histórica do giro.

(2) Expressos em outras moedas que não reais, basicamente, em dólares norte-americanos.

A tabela a seguir apresenta informações sobre o vencimento de depósitos a prazo em aberto na data indicada com saldos superiores a US\$ 100.000 (ou seu equivalente) por vencimento:

	Em 31 de dezembro de 2007	
	Moeda local	Moeda Internacional
(Em milhões de reais)		
Vencimento em até 3 meses.....	3.476	1.495
Vencimento de 3 a 6 meses.....	983	126
Vencimento de 6 a 12 meses.....	2.070	143
Vencimento após 12 meses.....	12.579	83
Total de depósitos superiores a US\$ 100.000.....	19.108	1.847

Captações no Mercado Aberto e Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo

As captações no mercado aberto e obrigações por empréstimo de curto prazo totalizaram R\$ 77.004 milhões em 31 de dezembro de 2007, R\$ 48.584 milhões em 31 de dezembro de 2006 e R\$ 29.952 milhões em 31 de dezembro de 2005. As principais categorias de obrigações por empréstimos de curto prazo são: financiamentos à importação e exportação e os “*commercial papers*”.

A tabela a seguir apresenta um resumo das captações no mercado aberto e das obrigações por empréstimos de curto prazo relativas aos períodos indicados:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Captações no mercado aberto:			
Saldo em aberto	R\$ 22.886	R\$ 42.875	R\$ 69.015
Saldo máximo em aberto durante o período	23.882	42.875	69.015
Média ponderada da taxa de juros para o final do período	18,1%	13,1%	10,9%
Saldo médio aproximado durante o período	19.139	27.821	51.384
Média ponderada aproximada da taxa de juros	20,2%	13,5%	10,8%
Financiamentos à importação e exportação:			
Saldo em aberto	4.405	4.440	6.073
Saldo máximo em aberto durante o período	4.405	4.440	6.073
Média ponderada da taxa de juros para o final do período	5,3%	5,0%	4,8%
Saldo médio aproximado durante o período	4.587	3.964	5.159
Média ponderada aproximada da taxa de juros	(8,9)%	(4,0)%	(18,3)%
“Commercial paper”:			
Saldo em aberto	2.661	1.225	1.915
Saldo máximo em aberto durante o período	2.944	2.607	2.023
Média ponderada da taxa de juros para o final do período	4,5%	4,9%	4,8%
Saldo médio aproximado durante o período	2.577	1.752	1.728
Média ponderada aproximada da taxa de juros	8,7%	12,2%	12,7%
Outros	-	44	1
Total	R\$ 29.952	R\$ 48.584	R\$ 77.004

Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras

Esta análise deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e as notas explicativas às mesmas e com outras informações financeiras incluídas em outras partes deste relatório anual.

Visão Geral

Condições Econômicas Brasileiras

Em 2005, o PIB cresceu em 2,9%, e o real teve uma valorização de 11,8%, atingindo R\$ 2,3407 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2005 em comparação a R\$ 2,6544 em 31 de dezembro de 2004. O Banco Central aumentou a taxa básica de juros no primeiro semestre de 2005, de 17,75% para 19,75%, mas começou a reduzi-la no final do ano, atingindo 18,0% em dezembro de 2005.

Em 2006, o PIB cresceu 3,7% e o real teve uma valorização de 8,7% no ano em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 2,1380 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2006, comparado com R\$ 2,3407 por dólar americano em 31 de dezembro de 2005. O Banco Central reduziu de modo gradativo as taxas de juros partindo de 18,0% em dezembro de 2005 para 13,25% em dezembro de 2006.

Em 2007, o PIB cresceu 5,4% e o real teve uma valorização de 17,1% no ano em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 1,7713 por dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2007, comparado com R\$ 2,1380 por dólar americano em 31 de dezembro de 2006. O Banco Central reduziu de modo gradativo as taxas de juros durante o ano de 2007, partindo de 13,25% em dezembro de 2006 para 11,25% em dezembro de 2007.

A economia brasileira continuou a melhorar nos primeiros cinco meses de 2008. Durante o primeiro trimestre de 2008, o PIB cresceu 5,8% sobre o mesmo período de 2007, e o real valorizou-se para R\$ 1,6294 por dólar norte-americano em 31 de maio de 2008, comparado a R\$ 1,7713 em 31 de dezembro de 2007. Nos primeiros seis meses de 2008 o Banco Central aumentou a taxa de juros de 11,25% para 12,25%. A inflação para os primeiros cinco meses de 2008 foi 5,2%. Em 16 de junho de 2008 a taxa de câmbio era de R\$ 1,6277 por dólar norte-americano.

A tabela a seguir indica a inflação brasileira medida pelo IGP-DI, a valorização do real com relação ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio no final de cada exercício e a taxa média de câmbio relativamente aos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em reais, exceto porcentagens)		
Inflação (IGP-DI).....	1,2%	3,8%	7,9%
Varição da taxa de câmbio (R\$/US\$).....	(11,8)%	(8,7)%	(17,1)%
Taxa de câmbio no final do período - US\$ 1,00.....	R\$ 2,3407	R\$ 2,1380	R\$ 1,7713
Taxa de câmbio média - US\$ 1,00 ⁽¹⁾	R\$ 2,4341	R\$ 2,1812	R\$ 1,9460

(1) A taxa de câmbio média é a soma das taxas de câmbio do fechamento no final de cada mês no período, dividida pelo número de meses no período.

Fontes: FGV e Banco Central do Brasil.

A tabela a seguir mostra a mudança no PIB real e as taxas de juros interbancárias médias para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
Varição no PIB real ⁽¹⁾	2,9%	3,7%	5,4%
Taxas básicas de juros médias ⁽²⁾	19,0	15,0	11,8
Taxas médias de juros interbancários ⁽³⁾	19,0%	15,0%	11,8%

(1) Calculada pela divisão da variação PIB real durante um ano pelo PIB real do ano anterior.

(2) Calculada de acordo com a metodologia do Banco Central (com base em taxas nominais).

(3) Calculada de acordo com a metodologia da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (com base em taxas nominais).

Fontes: Banco Central, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e CETIP.

As taxas de juros interbancários têm sido relativamente similares e às vezes são mais baixas que a taxa básica média dos últimos três anos, devido a uma relativa alta nos níveis de captação disponíveis no setor bancário brasileiro e a elevada competição entre os bancos. Estes fatores mudam as taxas de juros interbancários em direção à taxa básica de juros, já que os bancos procuram usar suas captações disponíveis para se manterem competitivos.

Efeitos das Taxas de Juros e da Desvalorização/Valorização e sobre a Receita Líquida de Juros

Durante os períodos de altas taxas de juros, nossa receita financeira aumentou, pois as taxas de juros sobre nossos ativos que rendem juros também aumentaram. Ao mesmo tempo, nossa despesa financeira aumentou, pois as taxas de juros sobre nossas obrigações, nas quais incidem juros, também aumentaram. Mudanças nos volumes de ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também produzem mudanças em receitas e despesas financeiras. Por exemplo, um aumento em nossa receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros poderá ser compensado por uma redução no volume de nossos empréstimos em aberto.

Além disso, quando o real é desvalorizado, incorremos (i) em perdas em nossos passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras, tais como: nosso endividamento de longo prazo

denominado em dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em reais da despesa financeira relativa aumenta, e (ii) em ganhos em nossos ativos denominados ou indexados em moedas estrangeiras, tais como nossos títulos e operações de crédito indexados ao dólar, quando a receita desses ativos mensurada em reais aumenta.

Opostamente, quando o real se valoriza em relação ao dólar norte-americano, como ocorreu de 2003 a 2007, incorremos em perdas em nossos ativos monetários denominados em ou indexados a moedas estrangeiras, e registramos ganhos em nossos passivos denominados em ou indexados a moeda estrangeira.

Durante 2005, nossa receita financeira cresceu 31,5% em comparação a 2004, de R\$ 23.509 milhões para R\$ 30.926 milhões em 2005 e nossas despesas financeiras aumentaram 39,5% de R\$ 8.919 milhões em 2004 para R\$ 12.441 milhões em 2005. Este aumento nas receitas e despesas financeiras resultou tanto de aumentos em nossas taxas médias de juros, principalmente o CDI, que aumentou de 16,2% em 2004 para 19,0% em 2005, e nos saldos médios de nossos ativos e passivos que rendem juros.

Durante 2006, nossa receita financeira cresceu 10,8% em comparação a 2005, de R\$ 30.926 milhões para R\$ 34.271 milhões em 2006 e nossas despesas financeiras aumentaram 3,4% de R\$ 12.441 milhões em 2005 para R\$ 12.869 milhões em 2006. Este aumento nas receitas e despesas financeiras foi resultante, principalmente, do aumento no saldo médio de nossos ativos e passivos que rendem juros, compensado em parte pela redução nas taxas médias de juros, principalmente o CDI, que reduziu de 19,0% em 2005 para 15,0% em 2006.

Durante 2007, nossa receita financeira cresceu 6,5% em comparação a 2006, de R\$ 34.271 milhões para R\$ 36.509 milhões em 2007 e nossas despesas financeiras reduziram 1,0% de R\$ 12.869 milhões em 2006 para R\$ 12.738 milhões em 2007. Essas variações em nossas receitas e despesas financeiras foram resultante, principalmente, do aumento no saldo médio de nossos ativos e passivos que rendem juros, compensado em parte pela redução nas taxas médias de juros, principalmente o CDI, que reduziu de 15,0% em 2006 para 11,8% em 2007.

A tabela a seguir mostra nossos ativos e passivos denominados em ou indexados a moedas estrangeiras para os períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais)		
Ativos:			
Caixa e conta corrente em bancos	R\$ 139	R\$ 177	R\$ 508
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	3.218	2.616	1.410
Aplicações em operações compromissadas	640	1.065	3.001
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	7	12	11
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo	655	1.771	2.905
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo.....	5.541	2.735	1.551
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	984	1.077	338
Operações de crédito, líquidos.....	12.634	15.258	17.615
Outros ativos.....	930	207	3.270
Total dos ativos	24.748	24.918	30.609
Contas de compensação - valor nominal:			
Derivativos:			
Futuros	4.404	5.759	3.609
Termo	812	1.396	2.088
Swap	147	711	3.387

Total.....	R\$ 30.111	R\$ 32.784	R\$ 39.693
	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais)		
Passivos:			
Depósitos.....	R\$ 2.600	R\$ 3.449	R\$ 2.278
Captações no mercado aberto.....	579	922	2.822
Obrigações por empréstimos de curto prazo	7.066	5.709	7.989
Obrigações por empréstimos de longo prazo	6.462	5.632	7.063
Outras obrigações.....	2.159	1.059	1.464
Total dos passivos.....	18.866	16.771	21.616
Contas de compensação - valor nominal:			
Derivativos :			
Futuros.....	5.709	10.907	11.859
Termo	369	459	1.191
Opções.....	-	-	-
Swap.....	9.659	9.601	9.555
Total.....	34.603	37.738	44.221
Exposição líquida.....	R\$ (4.492)	R\$ (4.954)	R\$ (4.528)

O excesso de nossos ativos expressos e indexados em dólares sobre os passivos expressos e indexados a moedas estrangeiras, ajustados pelos instrumentos financeiros derivativos, bem como as taxas de juros mais altas que recebemos em nossos ativos expressos e indexados a moedas estrangeiras comparados com os nossos passivos expressos e indexados a moedas estrangeiras, levaram a ganhos financeiros líquidos em nossa posição em moeda estrangeira para o ano de 2003.

Em 2005, 2006 e 2007, o excesso de nossos passivos expressos e indexados em dólares sobre os ativos expressos e indexados a moedas estrangeiras, ajustados pelos instrumentos financeiros derivativos, levaram a ganhos financeiros líquidos, como resultado da valorização do real no período.

Usamos *swaps*, contratos futuros e outros instrumentos financeiros derivativos de proteção para minimizar o impacto potencial de alterações da moeda sobre nós. Para mais informações sobre o nosso uso de derivativos para fins de proteção, veja notas 2(e), 2(f) e 22(b) das demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Atividades de Tesouraria e Operações de Crédito

Nossas despesas com provisão para perdas em operações de crédito foram de R\$ 1.823 milhões, R\$ 3.767 milhões e R\$ 4.616 milhões em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Este aumento geral durante o período de 2005 a 2007 está consistente com o crescimento da nossa carteira de operações de crédito.

Nosso saldo de operações de crédito em aberto aumentou de R\$98.724 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$133.137 milhões em 31 de dezembro de 2007. Esse crescimento de 34,9% em nossas atividades de empréstimos resultou de nossos esforços contínuos de expansão aumentou a confiança do consumidor e a retomada do crescimento econômico, tanto no mercado local quanto no mercado externo. Além disso, os número de nossas aplicações em operações compromissadas de R\$ 14.649 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 40.601 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido à nossa estratégia de tesouraria para diversificar nossos ativos

Impostos

Nossa despesa com imposto de renda é constituída por dois tributos federais: (1) o imposto de renda, que incide a uma alíquota regular de 15,0% do lucro líquido ajustado, acrescida de um adicional de 10,0%, e (2) a contribuição social sobre o lucro, que incide a uma alíquota de 9,0% sobre o lucro líquido ajustado.

Em 3 de janeiro de 2008, o governo brasileiro elevou a alíquota da contribuição social para o segmento financeiro, de 9% para 15%. As instituições financeiras tem recolhido a contribuição social à alíquota de 15% desde 1 de maio de 2008. A legalidade deste aumento está sendo questionada pelo Superior Tribunal de Justiça. Caso o Superior Tribunal de Justiça entenda que este aumento não é legal, teríamos o direito de recuperar todos os valores que recolhemos em excesso durante o regime de 15%, como se tivéssemos sempre recolhido a contribuição social à alíquota de 9%.

As empresas brasileiras podem efetuar os pagamentos aos acionistas, caracterizados como distribuição dos juros sobre o capital próprio, como alternativa para o pagamento de dividendos, e podem deduzir esses pagamentos da receita tributável. Procuramos maximizar o montante de dividendos que pagamos na forma de juros sobre o capital próprio. Para mais informações sobre a nossa despesa com impostos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tributação” e “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos” e “Implicações Fiscais - Distribuições de Juros sobre o Capital”.

Impacto das Recentes Aquisições Importantes em Nossa Performance Financeira Futura

Nos últimos três anos, fizemos as seguintes aquisições importantes:

- Em março de 2005, adquirimos a participação remanescente dos minoritários detida por terceiros no capital da Bradesco Seguros S.A., através da troca de ações da Bradesco Seguros por nossas ações. Na conclusão dessa transação, a Bradesco Seguros tornou-se nossa subsidiária integral e os acionistas minoritários da Bradesco Seguros tornaram-se detentores de 363.271 ações de nosso capital. O valor total dessa transação foi de R\$ 11,9 milhões;
- Em abril de 2005, através de nossa subsidiária Finasa Promotora de Vendas, adquirimos a rede de distribuição de crédito ao consumidor e empréstimos pessoais do Banco Morada, um dos maiores fornecedores de empréstimos pessoais do Estado do Rio de Janeiro, pelo preço de compra de R\$ 80 milhões;
- Em julho de 2005, adquirimos 50% do capital total emitido e em circulação da “Leader Card”, a empresa responsável pela administração do cartão de crédito *private label* da “Leader Magazine”, pelo valor de R\$ 47 milhões. A Leader Magazine é uma rede de varejo com atuação focada nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A Leader Card é uma das cinco maiores empresas de cartões de crédito de marca própria do Brasil, com mais de 2,3 milhões de detentores de cartões;
- Em janeiro de 2006, adquirimos em leilão junto à União Federal, o controle acionário do BEC e de sua controlada BEC DTVM Ltda. pelo valor de compra de R\$ 700 milhões, como resultado de leilão do governo federal realizado em dezembro de 2005
- Em março de 2006, celebramos contrato com os acionistas controladores da American Express Company para adquirir o capital total de suas subsidiárias brasileiras, que operam no segmento de cartões e segmentos relacionados, tais como corretagem de seguros, viagens de negócios, serviços de câmbio para o varejo e operações de financiamento direto ao consumidor. A transação foi concluída com o pagamento de US\$ 468 milhões, equivalente a R\$ 1,0 bilhão;

- Em março de 2006, celebramos contrato com as lojas Colombo para a aquisição de 50% do capital total da Credifar, empresa responsável pela distribuição de produtos e serviços financeiros para os clientes das Lojas Colombo, terceira maior rede de lojas de móveis e artigos eletro-eletrônicos no varejo do Brasil, que possui 365 lojas distribuídas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, já atua como correspondente bancário do Bradesco desde agosto de 2004 e tem mais de 2 milhões de clientes ativos. Em maio de 2007, a transação foi concluída com a aprovação do Banco Central;
- Em 15 de maio de 2006, adquirimos 100% do capital acionário da Bradesplan, por um custo de aquisição de R\$ 308 milhões;
- Em janeiro de 2007, fechamos acordo com os acionistas do BMC, para adquirir 100% do capital social total do BMC e, conseqüentemente, de suas controladas BMC Asset Management Ltda. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, BMC Previdência Privada S.A. e Credicerto Promotora de Vendas Ltda. O BMC é um dos dois maiores bancos privados no mercado de crédito consignado para aposentados e beneficiários do INSS, com uma rede de cerca de 7.000 agentes e 749 correspondentes bancários distribuídos por todo o território nacional. De acordo com os termos do contrato, em agosto de 2007, entregamos 9.299.618 de nossas ações ordinárias e 9.299.514 de nossas ações preferenciais, aos acionistas do BMC por suas ações detidas no BMC, que totalizaram R\$ 790 milhões. A transação foi concluída em agosto de 2007, com a aprovação do Banco Central.
- Em março de 2008, o Bradesco celebrou acordo com os acionistas da Ágora Corretora, objetivando a aquisição da totalidade de seu capital, por meio de sua controlada Banco Bradesco BBI S.A. (BBI). O valor da operação, em torno de R\$830 milhões, será pago mediante a entrega, aos acionistas da Ágora Corretora, de uma quantidade de ações representando, aproximadamente, 8% do capital social do BBI no fechamento da operação, convertendo a Ágora Corretora em subsidiária integral do BBI. A operação está sujeita a aprovação do Banco Central.

Acreditamos que as aquisições e as transferências relacionadas de ativos e passivos levaram a um aumento em nossas receitas, despesas e lucro. Contudo, não contabilizamos separadamente estas aquisições e as operações adquiridas foram integradas em nossas operações. Dessa forma, não podemos quantificar o impacto financeiro destas aquisições. Do mesmo modo, esperamos que cada uma das aquisições e transferências relacionadas de ativos e passivos aumente nossas receitas e despesas no futuro. O valor de tais aumentos é incerto e, portanto, não se pode estimar com segurança o impacto destas transações sobre nosso desempenho financeiro futuro. Para mais informações, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Recentes Aquisições”.

Com exceção do BBV Banco, atualmente Banco Alvorada, em 2003, nenhuma de nossas aquisições realizadas desde janeiro de 2003 foi significativa, se medido de acordo com o US GAAP.

POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Nossas políticas contábeis significativas estão descritas na nota 2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas. A seguinte discussão descreve as áreas que exigem maior julgamento ou envolvem um grau mais alto de complexidade na aplicação das políticas contábeis, que afetam atualmente nossa situação financeira e o resultado das operações. As estimativas contábeis, que fazemos nestes contextos, envolvem a elaboração de suposições sobre assuntos altamente incertos. Em cada caso, outras estimativas, ou mudanças nas estimativas entre períodos, poderiam ter tido um

impacto significativo sobre nossa situação financeira ou resultado das operações, como demonstrado em nossas demonstrações financeiras.

Provisão para Perdas com Operações de Crédito

No final de cada período, a provisão para perdas com operações de crédito é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas em operações de crédito e de arrendamento mercantil.

A determinação do valor da provisão para perdas com operações de crédito e de Arrendamento Mercantil exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições com relação à nossa carteira de operações de crédito, tanto em bases individuais quanto em base de carteiras específicas de produtos. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas com operações de crédito, incluem:

- condições econômicas brasileiras gerais e condições no setor relevante;
- experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, incluindo experiência recente de prejuízos;
- tendências de qualidade de crédito;
- valores de garantias de uma operação de crédito;
- volume, composição e crescimento de nossa carteira de operações de crédito;
- política monetária do Governo Brasileiro; e
- quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar operações de crédito ou confirmar a deterioração de crédito existente.

Nós usamos modelos para nos ajudar a analisar nossas carteiras de operações de crédito e determinar a provisão para perdas necessária. Embora nossos modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes do nosso julgamento sobre as informações/previsões que recebemos. Além disso, a volatilidade da economia brasileira pode levar a uma maior incerteza em nossos modelos do que se esperaria em ambientes macroeconômicos mais estáveis. Conseqüentemente, nossa provisão para perdas com operações de crédito pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

Nossa provisão para perdas com operações de crédito é baseada na nossa classificação de risco de cada cliente e/ou operação e nas taxas de inadimplência da carteira. Assumindo um aumento de 1,0% na taxa de inadimplência para nossa carteira de operações de crédito em 31 de dezembro de 2007, nossas perdas com operações de crédito aumentariam em aproximadamente R\$ 50 milhões. Esta análise de sensibilidade é hipotética e tem apenas a intenção de ilustrar o impacto que a inadimplência, e portanto a classificação de risco tem sobre o estabelecimento da provisão para devedores duvidosos com operações de crédito. Este exercício não deve ser considerado como expectativa de provisões ou perdas futuras em função da classificação de risco e/ou para alterações no valor das perdas no futuro. Em razão dos procedimentos que seguimos, na determinação da classificação de risco dos clientes e das carteiras de crédito por produtos, acreditamos que nossas classificações das operações de crédito e estimativas do valor de perdas para a carteira de crédito sejam adequadas.

Para informações adicionais relativas às nossas práticas referentes à provisão para perdas com operações de crédito veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Créditos de Curso Anormal” e “- Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.

Avaliação de Títulos e Derivativos

Os instrumentos financeiros registrados ao valor justo em nossas demonstrações financeiras consistem principalmente de títulos classificados como de negociação, disponíveis para venda e outros ativos de negociação, incluindo derivativos. O valor justo é definido como o valor no qual uma posição poderia ser fechada ou vendida em uma transação com uma parte instruída e disposta.

Quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, nós usamos modelos para estimar o valor justo. Os fatores usados nestes modelos incluem cotações de distribuidores, modelos de precificação, preços de instrumentos com características similares ou fluxos de caixa descontados e metodologias similares, cada uma delas exigindo julgamento ou estimativa significativa de nossa administração. A precificação baseada em modelos também usa informações sobre taxas de juros, taxas cambiais, volatilidade de opções, quando relevantes e disponíveis. O preço cotado de mercado pode ser afetado pelo volume de títulos negociados e pode não refletir os prêmios de controle em transações de ações com acionistas, que detêm investimentos significativos. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo.

A determinação do valor justo quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis envolve o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso dar a diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. Por exemplo, dados de mercado confiáveis quando da estimativa do impacto de se manter uma grande posição ou a vender são geralmente limitados. Do mesmo modo, usamos nosso julgamento na estimativa de preços quando nenhum parâmetro externo existe. Se fizermos suposições incorretas ou o próprio modelo fizer correlações ou suposições incorretas, o valor da receita ou perda registrado para um ativo ou passivo específico pode ser exagerado. O julgamento deve também determinar se um declínio no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mantido até o vencimento ou de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que reconheçamos uma desvalorização do custo atualizado e que possamos refletir a redução como despesa. Na avaliação de, se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide o período histórico a ser considerado e quão severa uma perda pode ser.

Estes métodos de avaliação poderiam expor a Companhia a resultados materialmente diferentes, se os modelos usados ou as suposições subjacentes forem inexatos.

Classificação dos Títulos

A classificação dos títulos em de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento é baseada na intenção da Administração em manter ou negociar tais títulos na data da aquisição. O tratamento contábil dos títulos que mantemos depende de nossa decisão em classificá-los na aquisição como: de negociação, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. As mudanças circunstanciais podem modificar nossa estratégia com relação a um título específico, que exige uma transferência entre as três categorias indicadas acima.

Imposto de Renda

A determinação do valor de nosso imposto de renda é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos ativos e passivos fiscais diferidos e imposto de renda a pagar. Em geral, nossa avaliação exige que nós estimemos os valores futuros dos ativos fiscais diferidos e imposto de renda a pagar. Nossa avaliação da possibilidade de que um ativo fiscal diferido possa ser

realizado é subjetiva e envolve avaliações e suposições que são incertas em sua origem. A realização dos ativos fiscais diferidos está sujeita a alterações nas alíquotas fiscais futuras e ao desenvolvimento de nossas estratégias de planejamento tributário. O apoio para nossas avaliações e suposições pode mudar com o decorrer do tempo como resultado de acontecimentos ou circunstâncias imprevistas, afetando nossa determinação do valor de nossas obrigações fiscais.

Constantemente, monitoramos e avaliamos o impacto sobre nossas obrigações de novas leis tributárias, bem como novos eventos, que poderiam afetar as avaliações e suposições de nossa análise da possibilidade de realizar ativos fiscais diferidos.

Aplicamos a Interpretação do FASB N. 48, ou FIN 48 (Contabilização de Incertezas em Imposto de Renda – Uma interpretação do FASB *Statement of Financial Accounting Standards* N. 109, ou SFAS 109), que consiste em uma estrutura para determinar o nível apropriado de reservas fiscais para certas posições fiscais incertas. Veja Nota 16 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

É preciso julgamento significativo na determinação de se é mais provável do que não, que uma posição de imposto de renda será sustentada sob exame, mesmo depois do resultado de qualquer processo judicial ou administrativo relacionado, com base em méritos técnicos. Julgamento adicional é então requerido para determinar o valor do benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Além disso, também aplicamos o SFAS 109 para monitorar a interpretação das leis fiscais por e decisões das autoridades fiscais e tribunais, de maneira que possamos ajustar quaisquer julgamentos anteriores de impostos de renda provisionados. Este monitoramento também pode resultar de nosso próprio planejamento fiscal ou resolução de controvérsias no imposto de renda, e pode ser material aos nossos resultados para qualquer dado período. Para informações adicionais sobre o FIN 48, veja a Nota 2 (q) e a Nota 16 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Para mais informações a respeito de nosso imposto de renda, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tributação - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro”.

Reservas de Seguros

As reservas para sinistros de seguros e despesas relacionadas são criadas à medida que são incorridas. O cálculo das reservas para sinistros de seguros e despesas relacionadas considera as estimativas para sinistros reportados e inclui provisões para sinistros incorridas mas não relatados. Os métodos para se determinar estas estimativas e estabelecer as reservas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos nos lucros do respectivo período. Para informações adicionais, veja Nota 2(v) às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Uso de Estimativas

Na apresentação das demonstrações financeiras, nossa Administração também faz estimativas e premissas para cálculos de provisões técnicas para seguros, a escolha de vidas úteis de certos ativos e a determinação de se um ativo ou grupo de ativos específico será deteriorado. As estimativas, por sua natureza, são baseadas no julgamento e nas informações disponíveis. Portanto, os resultados reais poderiam ser diferentes destas estimativas.

Compromissos e Contingências

Temos obrigações contratuais para fazer certos pagamentos a terceiros, de acordo com os valores apresentados na tabela a seguir:

Obrigações Contratuais	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2007				
	Menos de 1 ano ⁽¹⁾	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	(Em R\$ milhões)				
Depósitos a prazo	R\$ 13.215	R\$ 18.673	R\$ 3.814	R\$ 31	R\$ 35.733
Captação no mercado aberto.....	49.865	15.880	3.031	239	69.015
Empréstimos de longo prazo.....	8.395	7.525	18.263	4.732	38.915
Outras obrigações ⁽²⁾	61.766	23.978	995	140	86.879
Total ⁽³⁾	R\$ 133.241	R\$ 66.056	R\$ 26.103	R\$ 5.142	R\$ 230.542

(1) Com base na experiência histórica, assumimos que a maioria das obrigações devidas em até uma no serão roladas.

(2) Inclui provisões técnicas para sinistros de seguros e planos de previdência e contratos de investimentos de previdência.

(3) Exclui a obrigação para benefícios fiscais não reconhecidos no valor de R\$2.977, para os quais entendemos não ser razoável estimar o período para pagamentos futuros relacionados.

Garantias Financeiras Registradas em Contas de Compensação

Como parte de nossas operações de crédito, nós participamos de transações de crédito relacionados, com intuito de administrar as necessidades de financiamento de nossos clientes. Estas transações não são registradas no balanço patrimonial de acordo com os US GAAP. A tabela a seguir resume os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação em 31 de dezembro de 2007:

Obrigações Contratuais	Por vencimento remanescente a partir de 31 de dezembro de 2007				
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	(Em R\$ milhões)				
Garantias financeiras.....	R\$ 6.664	R\$ 3.838	R\$ 1.712	R\$ 12.082	R\$ 24.296
Cartas de crédito	361	-	-	-	361
Total	R\$ 7.025	R\$ 3.838	R\$ 1.712	R\$ 12.082	R\$ 24.657

Concedemos garantias financeiras do desempenho de nossos clientes perante obrigações com terceiros. Temos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos segundo essas garantias. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

As cartas de crédito são compromissos emitidos por nós para garantir a performance das obrigações de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior e para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar um beneficiário de terceiros sob certas condições contratuais. As cartas de crédito estão sujeitas às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

Esperamos que muitas destas garantias expirem sem a necessidade de antecipação de caixa. Portanto, no curso normal dos negócios, esperamos que tais transações não tenham impacto sobre nossa liquidez.

Resultados por Segmento

Nós operamos e administramos nossos negócios por meio de dois segmentos operacionais: o segmento bancário e o segmento de seguros, previdência e capitalização. Nossos segmentos são administrados com base nos tipos de produtos e serviços oferecidos e suas bases de clientes relacionadas. Nós avaliamos o desempenho de nossos segmentos com base no lucro líquido, na receita financeira líquida e na receita e despesa não financeira.

A somatória dos valores apresentados por segmento pode divergir dos valores consolidados devido a valores atribuíveis a outras atividades não significativas e a ajustes, reclassificações e eliminações por transações entre empresas.

No nosso segmento bancário, oferecemos uma gama de produtos e serviços bancários aos nossos clientes, incluindo operações de captação de depósitos e concessão de empréstimos, serviços de cartão de débito e crédito e serviços de mercado de capitais, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento bancário, veja “Item 4 - Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Atividade Bancária”.

Em nosso segmento de seguros, previdência e capitalização, oferecemos uma gama de produtos e serviços aos nossos clientes, incluindo seguro de vida, saúde, acidentes, automóveis e bens; planos de previdência individuais e corporativos, bem como os títulos de capitalização, através de nossa ampla rede de distribuição. Para uma descrição das operações do segmento de Seguros, Previdência e Capitalização veja, “Item 4 - Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Seguros, Planos de Previdência Complementar e Títulos de Capitalização”.

Resultados das Operações para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2007 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2006

As tabelas a seguir demonstram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2007 e 2006, para a Companhia e por segmento:

	Consolidado		Variação percentual
	2006	2007	
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receitas financeiras, líquidas	R\$ 21.402	R\$ 23.771	11,1%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito	(3.767)	(4.616)	22,5
Receitas não financeiras	19.853	23.881	20,3
Despesas não financeiras.....	(28.738)	(31.739)	10,4
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	8.750	11.297	29,1
Imposto de renda e contribuição social	(2.273)	(3.352)	47,5
Lucro antes de participações minoritárias.....	6.477	7.945	22,7
Participações de acionistas minoritários.....	(15)	(37)	146,7
Lucro líquido	R\$ 6.462	R\$ 7.908	22,4%

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2006	2007	Variação percentual	2006	2007	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receitas financeiras, líquidas	R\$ 14.750	R\$ 17.188	16,5%	R\$ 6.476	R\$6.577	1,6%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	(3.770)	(4.617)	22,5	-	-	-
Receitas não financeiras	9.482	12.403	30,8	10.307	11.292	9,6
Despesas não financeiras	(15.289)	(18.270)	19,5	(13.407)	(13.949)	4,0
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	5.173	6.704	29,6	3.376	3.920	16,1
Imposto de renda e contribuição social.....	(1.348)	(1.877)	39,2	(918)	(1.287)	40,2
Lucro antes das participações minoritárias.....	3.825	4.827	26,2	2.458	2.633	7,1
Participação de acionistas minoritários	1	(28)	-	(16)	(19)	18,8
Lucro líquido	R\$ 3.826	R\$ 4.799	25,4%	R\$ 2.442	R\$ 2.614	7,0%

Receitas Financeiras Líquidas

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nossas receitas financeiras líquidas antes da provisão para perdas com operações de crédito, relativamente a 2006 e 2007, para a Companhia e por segmento:

	Consolidado			Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2006	2007	Variação percentual	2006	2007	Variação percentual	2006	2007	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagem)								
Receitas financeiras.....	R\$ 34.271	R\$ 36.509	6,5%	R\$ 27.794	R\$ 29.940	7,7%	R\$ 6.476	R\$ 6.577	1,6%
Despesas financeiras	(12.869)	(12.738)	(1,0)	(13.044)	(12.752)	(2,2)	-	-	-
Receitas financeiras líquidas ..	R\$ 21.402	R\$ 23.771	11,1%	R\$ 14.750	R\$ 17.188	16,5%	R\$ 6.476	R\$ 6.577	1,6%

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento de nossas receitas financeiras líquidas foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real) em cada caso, relativamente a 2007 e 2006:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2007/2006		
	Aumento (redução)		
	(Em milhões de reais)		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros	R\$ 4.529	R\$ 2.617	R\$ 1.401
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(2.160)	(179)	(1.300)
Alteração líquida	R\$ 2.369	R\$ 2.438	R\$ 101

Atividade Bancária

Nossas receitas financeiras líquidas no segmento bancário tiveram um aumento de 16,5%, passando de R\$ 14.750 milhões em 2006 para R\$ 17.188 milhões em 2007. Esse acréscimo deve-se principalmente de um aumento no volume médio dos ativos que rendem juros de 28,2%, devido principalmente ao acréscimo de 19,8% no volume médio das operações de crédito, ao acréscimo de 126,8% no volume médio das aplicações em operações compromissadas e ao aumento de 47,2% nos títulos e valores mobiliários de negociação. O acréscimo em nossa receita financeira líquida no segmento bancário foi parcialmente compensado por um aumento de 27,3% no volume médio do passivos que incidem juros, devido principalmente ao aumento no volume médio de 84,7% nas captações no mercado aberto, 18,4% nos empréstimos de longo prazo e 13,2% nos depósitos de poupança, e uma redução na taxa média de juros de 15,0% em 2006, e de 11,8% em 2007, que em parte totalizou R\$ 179 milhões.

Como uma percentagem da média de ativos que rendem juros, nossa receita financeira líquida no segmento bancário reduziu de uma taxa de 10,3% em 2006 para uma taxa de 9,4% em 2007.

Seguros, Previdência e Capitalização

Nossa receita financeira líquida em atividades de seguros, previdência e capitalização, aumentou em 1,6%, passando de R\$ 6.476 milhões em 2006 para R\$ 6.577 milhões em 2007. O acréscimo foi principalmente devido ao aumento de 20,9% no volume médio de ativos que rendem juros. Estes acréscimos foram devidos, principalmente, ao aumento de 60,7% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e de 16,5% em títulos e valores mobiliários de negociação. Estes acréscimos devem-se, principalmente, ao aumento dos recursos provenientes da comercialização de contratos de investimentos de previdência “VGBL” e “PGBL” em 2007. O aumento em nossa receita financeira líquida nas atividades de seguros, previdência e capitalização foi

parcialmente compensada por um decréscimo de R\$ 1.300 milhão, devido a uma redução nas taxas médias de juros, caindo de 15,0% em 2006 para 11,8% em 2007.

Como uma porcentagem da média de ativos que rendem juros, nossa receita financeira líquida no segmento de seguros, previdência e capitalização reduziu de uma taxa de 13,1% em 2006 para uma taxa de 11,0% em 2007.

Receitas Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes da média de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2007 e 2006:

	Consolidado					
	2006		2007		Variação	
	percentual					
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Saldo médio de ativos que rendem juros:						
Operações de crédito.....	R\$ 88.044	R\$ 105.470				19,8%
Aplicações em operações compromissadas.....	13.378	33.299				148,9
Títulos e valores mobiliários de negociação.....	41.999	52.787				25,7
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	15.980	21.760				36,2
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	4.122	2.762				(33,0)
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	11.945	7.635				(36,1)
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	16.251	18.858				16,0
Outros ativos que rendem juros.....	886	716				(19,2)
Total.....	R\$ 192.605	R\$ 243.287				26,3%
Taxa de juros média auferida.....	17,8%	15,0%				
	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2006	2007	Variação	2006	2007	Variação
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Saldo médio de ativos que rendem juros:						
Operações de crédito.....	R\$ 88.044	R\$ 105.470	19,8%	-	-	-
Aplicações em operações compromissadas.....	13.378	30.346	126,8	-	2.953	-
Títulos e valores mobiliários de negociação.....	12.631	18.590	47,2	R\$ 29.314	34.143	16,5
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	4.024	2.541	(36,8)	11.956	19.219	60,7
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	955	479	(49,8)	3.167	2.283	(27,9)
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	6.865	6.389	(6,9)	5.080	1.246	(75,5)
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	16.251	18.858	16,0	-	-	-
Outros ativos que rendem juros.....	886	716	(19,2)	-	-	-
Total.....	R\$ 143.034	R\$ 183.389	28,2%	R\$ 49.517	R\$ 59.844	20,9%
Taxa de juros média auferida.....	19,4%	16,3%		13,1%	11,0%	

Para mais informações sobre as taxas médias de juros por tipo de ativos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas receitas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso relativamente a 2007 em comparação com 2006:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2007/2006		
	Aumento (redução)		
	(Em milhões de reais)		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros	R\$ 8.185	R\$ 6.326	R\$ 1.401
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(5.947)	(4.180)	(1.300)
Alteração líquida.....	R\$ 2.238	R\$ 2.146	R\$ 101

Atividade Bancária

Nossa receita financeira da atividade bancária aumentaram em 7,7%, de R\$ 27.794 milhões em 2006 para R\$ 29.940 milhões em 2007, que foi principalmente devido ao aumento das receitas financeiras das operações de crédito e um aumento no volume médio de aplicações em operações compromissadas. O acréscimo em nossa receita financeira da atividade bancária foi compensado em parte pela redução da receita financeira oriundas de depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.

Nossa receita financeira de operações de crédito teve um aumento de 7,8%, de R\$ 20.977 milhões em 2006 para R\$ 22.608 milhões em 2007. Esse aumento deve-se principalmente ao acréscimo no saldo médio das operações de crédito de 19,8% de R\$ 88.044 milhões em 2006 para R\$ 105.470 milhões em 2007, decorrente, em parte, ao acréscimo nas operações de pessoas físicas, com destaque para os produtos “Veículos” e “Crédito Pessoal”, como resultado de nossa estratégia de expandir nossas operações de crédito, uma vez que tiramos vantagem do crescente consumo no Brasil, e um aumento nas operações com pessoas jurídicas, principalmente produtos de “Operações no Exterior”, “Repasse no BNDES” e “Capital de Giro”, reflexo do crescimento da economia brasileira. O aumento em nossa receita financeira de operações de crédito foi compensado em parte por uma valorização do real em 17,1% em 2007, impactando as operações denominadas em moeda estrangeira.

Nossa receita financeira de aplicações em operações compromissadas cresceu em 47,1%, de R\$ 2.177 milhões em 2006 para R\$ 3.202 milhões em 2007. Esse aumento deve-se, principalmente, a um acréscimo no volume médio deste tipo de operação, de R\$ 13.378 milhões em 2006 para R\$ 30.346 milhões em 2007, decorrente, principalmente, do acréscimo nas operações de posição financiada.

Nossa receita financeira com depósitos compulsórios no Banco Central diminuíram em 39,6%, de R\$ 1.998 milhões em 2006 para R\$ 1.207 milhões em 2007. Essa queda foi devida, principalmente, a uma redução nas taxas médias de juros de 15,0% em 2006 para 11,8% em 2007.

Seguros, Previdência e Capitalização

Nossa receita financeira da atividade de seguros, previdência e capitalização aumentou 1,6%, de R\$ 6.476 milhões em 2006 para R\$ 6.577 milhões em 2007. Este aumento foi devido, principalmente, ao acréscimo de 20,9% no volume médio dos ativos que rendem juros, que, por sua vez, foi devido principalmente ao aumento de 60,7% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e um aumento de 16,5% em títulos e valores mobiliários de negociação, decorrente, principalmente, do aumento dos recursos provenientes dos contratos de investimentos em previdência “VGBL” e “PGBL” em 2007. Esse aumento foi compensado, em parte, por uma redução nas taxas médias de juros de 15,0% em 2006 para 11,8% em 2007.

Despesas Financeiras

A tabela a seguir demonstra os principais componentes da média de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2006 e 2007, todos eles no segmento bancário:

	Consolidado		
	2006	2007	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)			
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:			
Depósitos de poupança	R\$ 25.590	R\$ 28.958	13,2%
Depósitos a prazo	34.461	34.388	(0,2)
Captações no mercado aberto	27.821	51.384	84,7
Obrigações por empréstimos de curto prazo	5.741	6.892	20,0
Obrigações por empréstimos de longo prazo	27.289	32.305	18,4
Depósitos interfinanceiros	143	223	55,9
Total	R\$ 121.045	R\$ 154.150	27,3%
Taxa média de juros paga	10,6%	8,3%	

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2006	2007	Variação percentual	2006	2007	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:						
Depósitos de poupança	R\$ 25.590	R\$ 28.958	13,2%	-	-	-
Depósitos a prazo	34.484	34.411	(0,2)	-	-	-
Captações no mercado aberto	27.821	51.384	84,7	-	-	-
Obrigações por empréstimos de curto prazo	5.741	6.892	20,0	-	-	-
Obrigações por empréstimos de longo prazo	27.289	32.305	18,4	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	143	223	55,9	-	-	-
Total	R\$ 121.068	R\$ 154.173	27,3%	-	-	-
Taxa média de juros paga	10,8%	8,3%		-	-	

Para mais informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas despesas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso, comparando os anos de 2007 e 2006:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
		2007/2006	
	Aumento(redução)		
	(Em milhões de reais)		
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros	R\$ 3.656	R\$ 3.709	-
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(3.787)	(4.001)	-
Alteração líquida	R\$ (131)	R\$ (292)	-

Atividade Bancária

Nossas despesas financeiras no segmento bancário diminuíram em 2,2%, de R\$ 13.044 milhões em 2006 para R\$ 12.752 em 2007. Essa queda foi atribuível, principalmente, à redução nas taxas médias de juros de 15,0% em 2006 para 11,8% em 2007, e um aumento em nossa variação cambial negativa de 8,7% em 2006 para 17,2% em 2007, o que afetou as transações denominadas em, ou indexadas em, moeda estrangeira. Tal decréscimo foi compensado parcialmente pelo aumento de 84,7% no saldo médio de nossas transações de captações no mercado aberto de R\$ 27.821 milhões em 2006 para R\$ 51.384 milhões em 2007 e pelo aumento de 13,2% no saldo médio dos depósitos de poupança de R\$ 25.590 milhões em 2006 para R\$ 28.958 milhões em 2007.

Despesas com Provisão para Perdas com Operações de Crédito

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossa provisão para perdas com operações de crédito, a despesa com provisão para perdas com operações de crédito, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos para os exercícios findos em 2007 e 2006, bem como nosso índice de despesas com provisão em relação às operações de crédito (expresso como uma percentagem do saldo médio de operações de crédito):

	2006	2007	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Provisão para perdas com operações de crédito no início do ano ..	R\$ 4.964	R\$ 6.552	32,0%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	3.767	4.616	22,5
Baixas de empréstimos.....	(2.816)	(4.281)	52,0
Empréstimos recuperados.....	637	882	38,5
Provisão para perdas com operações de crédito no final do ano	R\$ 6.552	R\$ 7.769	18,6%
Índice de despesas com provisão para perdas com operação de crédito em relação ao saldo médio das operações de crédito	4,3%	4,4%	

Nossa provisão para perdas com operações de crédito aumentou 18,6% de R\$ 6.552 milhões em 2006 para R\$ 7.769 milhões em 2007. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de 19,8% no saldo médio das operações de crédito em aberto.

O ano de 2007 caracteriza-se pela continuidade do período favorável da economia brasileira, iniciado no final de 2004. O ambiente favorável macroeconômico e de crédito, com aumento do salário mínimo, queda nas taxas médias de juros e alongamento de prazos de empréstimos e financiamento trouxeram reflexos positivos no desempenho de nossa carteira de créditos.

A economia brasileira continuou a apresentar bom desempenho em 2007, devido, em grande parte, à implementação de uma austera política fiscal e monetária pelo Governo Federal nos últimos anos. Nosso nível anual de perdas com operações de crédito, definido como o valor das baixas de

empréstimos como porcentagem do saldo médio total das operações de crédito, aumentou de 3,2% em 2006 para 4,1% em 2007. As recuperações de empréstimos problemáticos aumentaram 38,5% comparado a 2006, e as baixas de empréstimos aumentaram 52,0% em 2007. No geral, durante 2007, as despesas com provisão para perdas com operações de crédito cresceram 22,5% em comparação a 2006, volume compatível com o crescimento da carteira, em função da mudança no mix de nossa carteira, com incremento nos produtos voltados às pessoas físicas e ao varejo em geral, que por sua característica requer um nível de provisionamento maior se comparado ao segmento de médias e grandes empresas.

Nossos níveis de provisão para perdas com crédito diminuíram como porcentagem das nossas operações de crédito, de 6,6% em 2006 para 5,8% em 2007.

A capacidade de nossos clientes em cumprir com suas obrigações em vista da continuidade do ambiente positivo da economia brasileira, assim como nossa maior seletividade na concessão de empréstimos, é refletida na melhora das classificações de risco de nossa carteira de operações de crédito. A porcentagem dos empréstimos nas quatro categorias de menor risco, nenhuma delas considerada como de “curso anormal”, era de 94,0% em 31 de dezembro de 2007, um aumento em relação ao percentual apurado em 31 de dezembro de 2006, de 93,1%. Os empréstimos nas duas categorias de menor risco representavam 66,4% do total no final do exercício de 2007 e 67,8% no final do ano de 2006.

Nós acreditamos que a nossa atual provisão para perdas nas operações de crédito é suficiente para cobrir perdas prováveis ligadas à nossa carteira. Para mais informações, veja “Item 4. - Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Baixas” e “Créditos de Curso Anormal e Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.

Nós acreditamos que o montante relativo às mudanças na provisão para perdas com operações de crédito, visto como o percentual do total da carteira, está consistente com nosso histórico de perdas, baixas e índices de inadimplência.

Nossa estratégia de crescimento para a carteira de operações de crédito em 2006 e 2007 concentrou-se na concessão de empréstimos voltados especificamente para pessoas físicas, tais como: empréstimos pessoais e financiamento de automóveis, que historicamente têm maior rentabilidade que as operações de crédito às empresas, ainda que apresentem maiores taxas médias de inadimplência. Nossa estratégia se reflete no crescimento da rubrica de “outros financiamentos”, que inclui empréstimos voltados especificamente a pessoas físicas, com evolução de 37,4% em 2007, manteve-se em linha sua participação sobre o total da carteira de crédito, de 30,4% em 2006 para 31,0% em 2007.

A expansão das operações de crédito com pessoas físicas ocorreu principalmente em função da estratégia de reforçar a atuação em operações de varejo, mediante esforços para estimular o crescimento orgânico da carteira.

As mudanças na qualidade de nossa carteira de operações de crédito desempenharam um papel mais significativo na determinação de nossa alocação da provisão para perdas com operações de crédito, do que em qualquer outra mudança de critérios ou tendência nas operações de crédito de curso anormal.

Entre os créditos concedidos às pessoas jurídicas, continuam apresentando bom desempenho em 2007, aqueles voltados ao comércio exterior com destaque para a carteira de exportação e operações realizadas em nossas agências e subsidiárias fora do Brasil. No segmento de pessoa jurídica, os créditos classificados como “industriais e outros”, apesar do crescimento de 35,2%, praticamente manteve sua participação sobre o total das operações de crédito, alcançando 34,3%, contra 34,2% em 2006, basicamente em função do aumento no volume de empréstimos a grandes empresas, que foi devido, principalmente, à estabilidade da economia brasileira.

Para uma descrição da regulamentação do Banco Central sobre as operações de crédito, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tratamento das Operações de Crédito” e a nota 2(j) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Receitas Não Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2006 e 2007.

	Consolidado		
	2006	2007	Varição percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receita de prestação de serviços.....	R\$ 6.379	R\$ 7.819	22,6%
Ganhos líquidos sobre títulos e valores mobiliários de negociação	2.360	3.694	56,5
Ganhos líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	1.157	1.456	25,8
Resultado de participações em empresas não consolidadas	224	407	81,7
Prêmios de seguros	8.121	8.843	8,9
Receita de planos de previdência.....	791	555	(29,8)
Outras receitas não financeiras.....	821	1.107	34,8
Total	R\$ 19.853	R\$ 23.881	20,3%

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2006	2007	Varição percentual	2006	2007	Varição percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receita de prestação de serviços	R\$ 5.750	R\$ 6.994	21,6%	R\$ 552	R\$ 712	29,0%
Ganhos líquidos sobre títulos e valores mobiliários de negociação	2.348	3.585	52,7	12	60	400,0
Ganhos líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	520	425	(18,3)	627	1.016	62,0
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	157	451	187,3	64	(39)	(160,9)
Prêmios de seguros	-	-	-	8.121	8.843	8,9
Receitas de planos de previdência.....	-	-	-	791	555	(29,8)
Outras receitas não financeiras.....	707	948	34,1	140	145	3,6
Total.....	R\$ 9.482	R\$ 12.403	30,8%	R\$ 10.307	R\$ 11.292	9,6%

Atividade Bancária

As receitas não financeiras para o segmento bancário aumentaram 30,8% de R\$ 9.482 milhões em 2006 para R\$ 12.403 milhões em 2007. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento na nossa receita com prestação de serviços, e um aumento em nossos ganhos sobre títulos e valores mobiliários de negociação.

Nossas receitas com prestação de serviços aumentaram em 21,6%, passando de R\$ 5.750 milhões em 2006 para R\$ 6.994 milhões em 2007. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento no volume médio das operações e ao aumento na carteira de clientes, principalmente, no segmento com cartões de crédito.

Nossos ganhos líquidos realizados aumentaram em 52,7% em 2007, passando de R\$ 2.348 milhões em 2006 para R\$ 3.585 milhões em 2007. Esse aumento deve-se, principalmente, aos melhores resultados que obtivemos em nossas transações de tesouraria e negociações de títulos.

Seguros, Previdência e Capitalização

As receitas não financeiras no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram 9,6%, passando de R\$ 10.307 milhões em 2006 para R\$ 11.292 in 2007. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento nas receitas de prêmios de seguros e ganhos com negociação.

Nossas receitas com prêmios de seguros, aumentaram de 8,9% passando de R\$ 8.121 milhões em 2006 para R\$ 8.843 milhões em 2007. Esse aumento foi devido, principalmente, ao incremento nas vendas dos produtos dos ramos de automóveis, vida e saúde.

Nossos ganhos líquidos realizados com títulos e valores mobiliários disponíveis para venda aumentaram em 62,0%, passando de R\$ 627 milhões em 2006 para R\$ 1.016 milhões em 2007. Esse aumento deve-se, basicamente, aos nossos melhores resultados que obtivemos nas transações de tesouraria e negociações de títulos.

Despesas Não Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2006 e a 2007:

	Consolidado		
	2006	2007	Varição Percentual
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)		
Salários e benefícios.....	R\$ (6.087)	R\$ (6.769)	11,2%
Despesas administrativas.....	(5.223)	(6.236)	19,4
Amortização de ativos intangíveis.....	(430)	(620)	44,2
Sinistros retidos	(6.124)	(6.012)	(1,8)
Varição de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência.....	(4.199)	(4.981)	18,6
Despesas de planos de previdência	(560)	(478)	(14,6)
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	(852)	(1.157)	35,8
Depreciação e amortização	(534)	(746)	39,7
Outras despesas não financeiras	(4.729)	(4.740)	2,3
Total	R\$ (28.738)	R\$ (31.739)	10,4%

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2006	2007	Varição percentual	2006	2007	Varição percentual
	(Em milhões de reais, exceto percentagens)					
Salários e benefícios.....	R\$ (5.533)	R\$ (6.094)	10,1%	R\$ (504)	R\$ (510)	1,2%
Despesas administrativas	(4.933)	(5.856)	18,7	(499)	(585)	17,2
Amortização de ativos intangíveis.....	(339)	(616)	81,7	(4)	(4)	-
Sinistros retidos.....	-	-	-	(6.125)	(6.013)	(1,8)
Varição de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência	-	-	-	(4.199)	(4.981)	18,6
Despesas de planos de previdência.....	-	-	-	(560)	(478)	(14,6)
Despesas de comercialização de planos de	-	-	-	(860)	(1.157)	34,5

seguros e previdência.....						
Depreciação e amortização.....	(483)	(694)	43,7	(48)	(49)	2,1
Outras despesas não financeiras	(4.001)	(5.010)	25,2	(608)	(172)	(71,7)
Total	R\$ (15.289)	R\$ (18.270)	19,5%	R\$ (13.407)	R\$ (13.949)	4,0%

Atividade Bancária

As despesas não financeiras da atividade bancária aumentaram 19,5% em 2007, passando de R\$ 15.289 milhões em 2006 para R\$ 18.270 milhões em 2007. Esse aumento foi devido, principalmente, a aumentos nas despesas de salários e benefícios e despesas administrativas.

As despesas com salários e benefícios aumentaram 10,1%, de R\$ 5.533 milhões em 2006 para R\$ 6.094 milhões em 2007, devido, principalmente, aos efeitos de negociações com sindicatos da categoria, e resultou em aumentos nos benefícios dos empregados e em despesas com participações nos lucros e resultado.

As despesas administrativas aumentaram 18,7%, de R\$ 4.933 milhões em 2006 para R\$ 5.856 milhões em 2007, devido, principalmente, às maiores despesas com serviços de terceiros, devido principalmente, ao aumento dos volumes de negócios e ao aumento em investimentos para melhorar nossos sistemas tecnológicos (TI).

Seguros, Previdência e Capitalização

As despesas não financeiras do segmento de seguros, previdência e capitalização, aumentaram em 4,0%, passando de R\$ 13.407 milhões em 2006 para R\$ 13.949 milhões em 2007. Esse acréscimo foi devido, principalmente, ao aumento das despesas de comercialização de planos de seguros e previdência, e ao aumento na despesa de variação de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar. As despesas de comercialização de planos de seguros e previdência aumentaram em 34,5%, de R\$ 860 milhões em 2006 para R\$ 1.157 milhões em 2007, devido, principalmente, ao acréscimo na comercialização de produtos de seguros nos ramos de automóveis, vida e saúde. A despesa de variação de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar aumentou 18,6%, de R\$ 4.199 milhões em 2006 para R\$ 4.981 milhões em 2007, devido, principalmente, ao aumento no volume de negócios desses produtos.

Imposto de Renda

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja “- Impostos”. A taxa combinada desses dois tributos é de 34,0% desde fevereiro de 2000.

A despesa de imposto de renda aumentou 47,5% de R\$ 2.273 milhões em 2006 para R\$ 3.352 milhões em 2007.

Como porcentagem de nosso lucro antes dos impostos ajustados pelo resultado não tributável de equivalência patrimonial sobre coligadas, as despesas com imposto de renda aumentaram para 30,8% em 2007 em relação aos 26,7% em 2006.

Lucro Líquido

Como resultado do anteriormente mencionado, nosso lucro líquido aumentou em 22,4%, de R\$ 6.462 milhões em 2006 para R\$ 7.908 milhões em 2007.

Resultados das Operações para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2006 comparados com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2005

As tabelas a seguir demonstram os principais componentes de nosso lucro líquido relativamente a 2006 e 2005, para a Companhia e por segmento:

	Consolidado		
	2005	2006	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receitas financeiras, líquidas	R\$ 18.485	R\$ 21.402	15,7%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito	(1.823)	(3.767)	106,6
Receitas não financeiras	17.540	19.853	13,2
Despesas não financeiras.....	(25.450)	(28.738)	12,9
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	8.752	8.750	-
Imposto de renda e contribuição social	(2.431)	(2.273)	(6,5)
Lucro antes de participações minoritárias.....	6.321	6.477	2,5
Participações de acionistas minoritários.....	(11)	(15)	36,4
Lucro líquido	R\$ 6.310	R\$ 6.462	2,4%

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2005	2006	Variação percentual	2005	2006	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receitas financeiras, líquidas.....	R\$ 12.511	R\$ 14.750	17,9%	R\$ 5.938	R\$ 6.476	9,1%
Despesas com provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.823)	(3.770)	106,8	-	-	-
Receitas não financeiras	8.161	9.482	16,2	9.374	10.307	10,0
Despesas não financeiras	(13.021)	(15.289)	17,4	(12.428)	(13.407)	7,9
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	5.828	5.173	(11,2)	2.884	3.376	17,1
Imposto de renda e contribuição social	(1.570)	(1.348)	(14,1)	(858)	(918)	7,0
Lucro antes das participações minoritárias.....	4.258	3.825	(10,2)	2.026	2.458	21,3
Participação de acionistas minoritários.....	(2)	1	-	(9)	(16)	77,8
Lucro líquido	R\$ 4.256	R\$ 3.826	(10,1)%	R\$ 2.017	R\$ 2.442	21,1%

Receitas Financeiras Líquidas

A tabela a seguir demonstra os principais componentes de nossas receitas financeiras líquidas antes da provisão para perdas com operações de crédito, relativamente a 2005 e 2006, para a Companhia e por segmento:

	Consolidado			Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2005	2006	Variação percentual	2005	2006	Variação percentual	2005	2006	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagem)								
Receitas financeiras.....	R\$ 30.926	R\$ 34.271	10,8%	R\$ 24.953	R\$ 27.794	11,4%	R\$ 5.938	R\$ 6.476	9,1%
Despesas financeiras	(12.441)	(12.869)	3,4	(12.442)	(13.044)	4,8	-	-	-
Receitas financeiras líquidas ..	R\$ 18.485	R\$ 21.402	15,8%	R\$ 12.511	R\$ 14.750	17,9%	R\$ 5.938	R\$ 6.476	9,1%

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento de nossas receitas financeiras líquidas foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros, e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real) em cada caso, relativamente a 2006 em comparação a 2005:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
	2006/2005		
	Aumento (redução)		
	(Em milhões de reais)		
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros	R\$ 3.500	R\$ 2.297	R\$ 1.135
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(583)	(58)	(597)
Alteração líquida	R\$ 2.917	R\$ 2.239	R\$ 538

Atividade Bancária

Nossas receitas financeiras líquidas no segmento bancário aumentaram em 17,9%, de R\$ 12.511 milhões em 2005 para R\$ 14.750 milhões in 2006. Esse acréscimo deve-se principalmente ao aumento de 17,6% no volume médio de ativos que rendem juros, devido, basicamente ao acréscimo de 25,8% no volume médio das operações de crédito e 30,3% nos títulos e valores mobiliários de negociação. O aumento em nossa receita financeira líquida no segmento bancário foi compensado em parte por um aumento de 16,7% no volume médio de passivos que incidem juros, devido principalmente a um aumento de 39,4% nas captações no mercado aberto, 31,4% nos empréstimos de longo prazo e 11,1% nos depósitos a prazo, e uma redução nas taxas médias de juros de 19,0% em 2005 para 15,0% em 2006.

Como uma percentagem da média de ativos que rendem juros, nossa receita financeira líquida no segmento bancário foi de 10,3% em 2005 e 2006.

Seguros, Previdência e Capitalização

Nossas receitas financeiras líquidas do segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram em 9,1%, de R\$ 5.938 milhões em 2005 para R\$ 6.476 milhões em 2006. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento de 25,8% no volume médio dos ativo que incidem juros, devido, basicamente, ao aumento de 100,6% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e 76,4% nas aplicações em depósitos interfinanceiros. Estes acréscimos decorrem, principalmente, do aumento dos recursos provenientes da venda de contratos de investimentos de previdência “VGBL” e “PGBL”. O aumento em nossa receita financeira líquida de seguros, previdência e capitalização foi compensado, em parte, por um decréscimo nas taxas médias de juros de 19,0% em 2005 para 15,0% em 2006.

Como uma percentagem da média de ativos que rendem juros, nossa receita financeira líquida no segmento de seguros, previdência e capitalização reduziu de uma taxa de 15,1% em 2005 para uma taxa de 13,1% em 2006.

Receitas Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, o saldo médio dos principais componentes da média de nossos ativos que rendem juros e as taxas de juros médias auferidas, em 2005 e 2006:

	Consolidado		
	2005	2006	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Saldo médio de ativos que rendem juros:			
Operações de crédito	R\$ 69.988	R\$ 88.044	25,8%
Aplicações em operações compromissadas	12.858	13.378	4,0
Títulos e valores mobiliários de negociação	37.878	41.999	10,9

Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	9.640	15.980	65,8
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	4.235	4.122	(2,7)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.610	11.945	24,3
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	15.151	16.251	7,3
Outros ativos que rendem juros.....	811	886	9,2
Total	R\$ 160.171	R\$ 192.605	20,2%
Taxa de juros média auferida	19,3%	17,8%	

	<u>Atividade Bancária</u>			<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>		
	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>Variação percentual</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>Variação percentual</u>
(Em milhões de reais, exceto percentagens)						
Saldo médio de ativos que rendem juros:						
Operações de crédito.....	R\$ 69.988	R\$ 88.044	25,8%	-	-	-
Aplicações em operações compromissadas	14.463	13.378	(7,5)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários de negociação.....	9.697	12.631	30,3	R\$ 27.361	R\$ 29.314	7,1%
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	3.679	4.024	9,4	5.961	11.956	100,6
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	1.076	955	(11,2)	3.159	3.167	0,3
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.731	6.865	2,0	2.880	5.080	76,4
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	15.151	16.251	7,3	-	-	-
Outros ativos que rendem juros.....	811	886	9,2	-	-	-
Total.....	R\$ 121.596	R\$ 143.034	17,6%	R\$ 39.361	R\$ 49.517	25,8%
Taxa de juros média auferida	20,5%	19,4%		15,1%	13,1%	

Para mais informações sobre as taxas médias de juros por tipo de ativos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas receitas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de ativos que rendem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso relativamente a 2006 em comparação com 2005:

	<u>Consolidado</u>	<u>Atividade Bancária</u>	<u>Seguros, Previdência e Capitalização</u>
		<u>2006/2005</u>	
Aumento (redução)			
(Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de ativos que rendem juros	R\$ 6.379	R\$ 4.968	R\$ 1.135
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(3.034)	(2.127)	(597)
Alteração líquida.....	R\$ 3.345	R\$ 2.841	R\$ 538

Atividade Bancária

Nossas receitas financeiras da atividade bancária aumentaram em 11,4% de R\$ 24.953 milhões in 2005 para R\$ 27.794 milhões em 2006. Esse acréscimo foi devido, principalmente, ao aumento das receitas financeiras das operações de crédito, e foi compensado em parte pelo decréscimo nas receitas financeiras dos títulos e valores mobiliários de negociação e um decréscimo na receita financeira de títulos disponíveis para venda.

Nossas receitas financeiras de operações de crédito aumentaram em 24,5%, passando de R\$ 16.855 milhões em 2005 para R\$ 20.977 milhões em 2006. Esse aumento foi devido, principalmente, ao acréscimo no saldo médio das operações de 25,8% de R\$ 69.988 milhões em 2005 para R\$88.044 milhões em 2006, decorrente, basicamente do acréscimo nas operações de pessoas físicas, com destaque para os produtos “Veículos” e “Crédito Pessoal”, e do aumento nas operações com pessoas jurídicas, principalmente os produtos de “Operações no Exterior”, “Repasse no BNDES” e “Capital de Giro”, reflexo da estabilidade da economia brasileira. O aumento em nossa receita financeira de operações de crédito foi compensado em parte pela valorização do real em 8,7% em 2006, impactando as operações denominadas em moeda estrangeira.

Nossa receita financeira oriunda de títulos e valores mobiliários de negociação diminuiu em 41,4%, de R\$ 2.435 milhões em 2005 para R\$ 1.428 milhões em 2006 e nossa receita financeira oriunda de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, diminuiu em 29,4% de R\$ 974 milhões em 2005 para R\$ 688 milhões em 2006. Esta redução deve-se, principalmente, a uma redução nas taxas médias de juros de 19,0% em 2005 para 15,0% em 2006.

Seguros, Previdência e Capitalização

Nossa receita financeira da atividade de seguros, previdência e capitalização aumentou em 9,1%, de R\$ 5,938 milhões em 2005 para R\$ 6.476 milhões em 2006. Esse acréscimo foi devido, principalmente, ao aumento de 25,8% no volume médio dos ativos que rendem juros, decorrente, principalmente, ao aumento de 100,6% em nosso saldo médio de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e 76,4% nas aplicações em depósitos interfinanceiros, devido, basicamente, ao aumento dos recursos provenientes dos contratos de investimentos em previdência “VGBL” e “PGBL” em 2006.

Despesas Financeiras

A tabela a seguir demonstra os principais componentes da média de nossas obrigações sobre as quais incidem juros e as taxas de juros médias pagas sobre essas obrigações em 2005 e 2006, todos eles no segmento bancário:

	Consolidado		
	2005	2006	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:			
Depósitos de poupança	R\$ 24.728	R\$ 25.590	3,5%
Depósitos a prazo.....	31.002	34.461	11,2
Captações no mercado aberto	19.139	27.821	45,4
Obrigações por empréstimos de curto prazo	7.164	5.741	(19,9)
Obrigações por empréstimos de longo prazo	20.764	27.289	31,4
Depósitos interfinanceiros	116	143	23,3
Total	R\$ 102.913	R\$ 121.045	17,6%
Taxa média de juros paga	12,1%	10,6%	

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2005	2006	Variação percentual	2005	2006	Variação percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)						
Saldo médio de obrigações sobre as quais incidem juros:						
Depósitos de poupança	R\$ 24.728	R\$ 25.590	3,5%	-	-	-
Depósitos a prazo	31.039	34.484	11,1	-	-	-
Captações no mercado aberto	19.957	27.821	39,4	-	-	-
Obrigações por empréstimos de curto prazo	7.164	5.741	(19,9)	-	-	-
Obrigações por empréstimos de longo prazo	20.764	27.289	31,4	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	116	143	23,3	-	-	-
Total.....	R\$ 103.768	R\$ 121.068	16,7%	-	-	-
Taxa média de juros paga	12,0%	10,8%		-	-	

Para mais informações sobre as taxas de juros médias por tipo de passivo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Saldos Médios das Contas Patrimoniais e Informações sobre Taxa de Juros”.

A tabela a seguir demonstra, para a Companhia e por segmento, quanto do aumento em nossas despesas financeiras foi atribuível às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros e quanto foi atribuível às alterações nas taxas médias de juros (que incluem os efeitos da valorização do real), em cada caso, comparando os anos de 2006 e 2005:

	Consolidado	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização
		2006/2005	
Aumento(redução)			
(Em milhões de reais)			
Devido às alterações no volume médio de obrigações sobre as quais incidem juros	R\$ 2.879	R\$ 2.671	-
Devido às alterações nas taxas médias de juros	(2.451)	(2.069)	-
Alteração líquida	R\$ 428	R\$ 602	-

Atividade Bancária

Nossas despesas financeiras no segmento bancário teve um aumento de 4,8%, passando de R\$ 12.442 milhões em 2005 para R\$ 13.044 milhões em 2006. Esse aumento foi devido principalmente ao acréscimo de 55,0% em nossas despesas financeiras sobre empréstimos de longo prazo, de R\$ 1.822 milhões em 2005 para R\$ 2.824 milhões em 2006, decorrente, principalmente do aumento de 31,4% no saldo médio de nossas operações de empréstimos de longo prazo no período de R\$ 20.764 milhões em 2005 para R\$ 27.289 milhões em 2006, devido, principalmente, a um aumento em nossa emissão de dívida subordinada. O aumento em nossa despesa financeira no segmento bancário foi compensado, em parte, pela redução nas taxas médias de juros de 19,0% em 2005 para 15,0% em 2006.

Despesas com Provisão para Perdas com Operações de Crédito

A tabela a seguir demonstra as mudanças em nossa provisão para perdas com operações de crédito, a despesa com provisão para perdas com operações de crédito, os empréstimos recuperados e as baixas de empréstimos para os exercícios findos em 2005 e 2006, bem como nosso índice de despesas com provisão em relação às operações de crédito (expresso como uma percentagem do saldo médio de operações de crédito):

	2005	2006	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Provisão para perdas com operações de crédito no início do ano ..	R\$ 4.063	R\$ 4.964	22,2%
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	1.823	3.767	106,6
Baixas de empréstimos.....	(1.603)	(2.816)	75,7
Empréstimos recuperados.....	681	637	(6,5)
Provisão para perdas com operações de crédito no final do ano	<u>R\$ 4.964</u>	<u>R\$ 6.552</u>	32,0%
Índice de despesas com provisão para perdas com operação de crédito em relação ao saldo médio das operações de crédito	2,5%	4,2%	

Nossa provisão para perdas com operações de crédito aumentou em 32,0% de R\$ 4.964 milhões em 2005 para R\$ 6.552 milhões em 2006. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de 25,8% no saldo médio das operações de crédito em aberto.

O ano de 2006 caracteriza-se pela continuidade do período favorável da economia brasileira, iniciado no final de 2004, com reflexos positivos no desempenho de nossa carteira de créditos.

A economia brasileira continuou a apresentar bom desempenho em 2006, devido, em grande parte, à implementação de uma austera política fiscal e monetária pelo Governo Federal nos últimos anos. Nosso nível anual de perdas com operações de crédito, definido como o valor das baixas de empréstimos como percentagem do saldo médio total das operações de crédito, aumentou de 2,2% em 2005 para 3,2% em 2006. As recuperações de empréstimos problemáticos diminuíram 6,5% comparado a 2005, e as baixas de empréstimos aumentaram 75,7% em 2006. No geral, durante 2006, as despesas com provisão para perdas com operações de crédito cresceram 106,6% em comparação a 2005, volume compatível com o crescimento da carteira, em função da mudança no mix de nossa carteira, com incremento no segmento de pessoa física, que por sua característica requer um nível de provisionamento maior; se comparado ao segmento de pessoa jurídica.

Conseqüentemente houve um aumento nos nossos níveis de provisão para perdas com crédito, que aumentaram como percentagem das operações de crédito, de 6,0% em 2005 para 6,6% em 2006.

A capacidade de nossos clientes em cumprir com suas obrigações em vista da continuidade do ambiente positivo da economia brasileira, assim como nossa maior seletividade na concessão de empréstimos, é refletida na melhora das classificações de risco de nossa carteira de operações de crédito. A percentagem dos empréstimos nas quatro categorias de menor risco, nenhuma delas considerada como de “curso anormal”, era de 93,1% em 31 de dezembro de 2006, praticamente estável em relação ao percentual apurado em 31 de dezembro de 2005, de 93,9%. Os empréstimos nas duas categorias de menor risco representavam 69,6% do total no final do exercício de 2005 e 67,8% no final do ano de 2006.

Nós acreditamos que a nossa atual provisão para perdas nas operações de crédito é suficiente para cobrir perdas prováveis ligadas à nossa carteira. Para mais informações, veja “Item 4. - Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Operações de Crédito - Baixas” e “Créditos de Curso Anormal e Provisão para Perdas com Operações de Crédito”.

Nós acreditamos que o montante relativo às mudanças na provisão para perdas com operações de crédito, visto como o percentual do total da carteira, está consistente com nosso histórico de perdas, baixas e índices de inadimplência.

Nossa estratégia de crescimento para a carteira de operações de crédito em 2006 concentrou-se na concessão de empréstimos voltados especificamente para pessoas físicas; tais como: empréstimos pessoais e financiamento de automóveis, que historicamente têm maior rentabilidade que as operações de crédito às empresas, ainda que apresentem maiores taxas médias de inadimplência. Nossa estratégia se reflete no crescimento da rubrica de “outros financiamentos”, que inclui empréstimos voltados especificamente a pessoas físicas, com evolução de 16,4% em 2006, muito embora tenha reduzido sua participação sobre o total da carteira de crédito, de 31,8% em 2005 para 31,2% em 2006.

A expansão das operações de crédito com pessoas físicas ocorreu principalmente em função da estratégia de reforçar a atuação em operações de varejo, mediante esforços para estimular o crescimento orgânico da carteira.

As mudanças na qualidade de nossa carteira de operações de crédito desempenharam um papel mais significativo na determinação de nossa alocação da provisão para perdas com operações de crédito, do que em qualquer outra mudança de critérios ou tendência nas operações de crédito de curso anormal.

Entre os créditos concedidos às pessoas jurídicas, continuam apresentando bom desempenho em 2006, aqueles voltados ao comércio exterior com destaque para a carteira de exportação e operações realizadas em nossas agências e subsidiárias fora do Brasil. No segmento de pessoa jurídica, os créditos classificados como “industriais e outros”, apesar do crescimento de 14,6%, sofreu redução de participação sobre o total das operações de crédito, alcançando 34,2%, contra 35,4% em 2005, basicamente em função da queda no volume de empréstimos a grandes empresas, cujo desempenho foi afetado pela queda da demanda por crédito devido a outras formas de captação.

Para uma descrição da regulamentação do Banco Central sobre as operações de crédito, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Tratamento das Operações de Crédito” e a nota 2(j) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Receitas Não Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas receitas não financeiras relativamente a 2005 e 2006.

	Consolidado		
	2005	2006	Varição percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Receita de prestação de serviços.....	R\$ 5.121	R\$ 6.379	24,6%
Ganhos líquidos sobre títulos e valores mobiliários de negociação	2.428	2.360	(2,8)
Ganhos líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	747	1.157	54,9
Resultado de participações em empresas não consolidadas	186	224	20,4
Prêmios de seguros	7.805	8.121	4,0
Receita de planos de previdência	377	791	109,8
Outras receitas não financeiras.....	876	821	(6,3)
Total	R\$ 17.540	R\$ 19.853	13,2%

Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
2005	2006	Varição percentual	2005	2006	Varição percentual
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					

Receita de prestação de serviços	R\$ 4.671	R\$ 5.750	23,1%	R\$ 416	R\$ 552	32,7%
Ganhos (perdas) líquidos sobre títulos e valores mobiliários de negociação	2.392	2.348	(1,8)	36	12	(66,7)
Ganhos líquidos realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.....	428	520	21,5	318	627	97,2
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	169	157	(7,1)	17	64	276,5
Prêmios de seguros	-	-	-	7.805	8.121	4,0
Receita de planos de previdência.....	-	-	-	377	791	109,8
Outras receitas não financeiras.....	501	707	41,1	405	140	(65,4)
Total.....	R\$ 8.161	R\$ 9.482	16,2%	R\$ 9.374	R\$ 10.307	10,0%

Atividade Bancária

As receitas não financeiras para o segmento bancário aumentaram 16,2% de R\$ 8.161 milhões em 2005 para R\$9.482 milhões em 2006. Este aumento deveu-se principalmente ao acréscimo na receita de prestação de serviços, que aumentaram em 23,1%, de R\$4.671 milhões em 2005 para R\$5.750 milhões em 2006, devido principalmente ao aumento no volume médio de transações e ao crescimento da nossa carteira de clientes.

Seguros, Previdência e Capitalização

As receitas não financeiras no segmento de seguros, previdência e capitalização aumentaram 10,0% de R\$9.374 milhões em 2005 para R\$10.307 milhões em 2006. Este acréscimo deveu-se principalmente ao aumento nas receitas de prêmios de seguros e de planos de previdência.

Nas receitas com prêmios de seguros, houve um aumento de 4,0% passando de R\$ 7.805 milhões em 2005 para R\$ 8.121 milhões em 2006, devido principalmente ao incremento nas vendas dos produtos dos ramos de automóveis, vida e saúde, já nas receitas de planos de previdência o aumento foi de 109,8% passando de R\$ 377 milhões em 2005 para R\$ 791 milhões em 2006, devido principalmente ao incremento no volume de negócios.

Despesas Não Financeiras

As tabelas a seguir demonstram, para a Companhia e por segmento, os principais componentes de nossas despesas não financeiras relativamente a 2005 e a 2006:

	Consolidado		Varição Percentual
	2005	2006	
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Salários e benefícios.....	R\$ (5.198)	R\$ (6.087)	17,1%
Despesas administrativas.....	(4.447)	(5.223)	17,4
Amortização de ativos intangíveis.....	(353)	(430)	21,8
Sinistros retidos	(5.501)	(6.124)	(11,3)
Varição de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência.....	(3.939)	(4.199)	6,6
Despesas de planos de previdência	(505)	(560)	10,9
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	(1.041)	(852)	(18,2)
Depreciação e amortização	(712)	(534)	(25,0)
Outras despesas não financeiras	(3.754)	(4.729)	26,0
Total	R\$ (25.450)	R\$ (28.738)	12,9%

	Atividade Bancária			Seguros, Previdência e Capitalização		
	2005	2006	Variação percentual	2005	2006	Variação percentual
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Salários e benefícios.....	R\$ (4.812)	R\$ (5.533)	15,0%	R\$ (359)	R\$ (504)	40,4%
Despesas administrativas	(4.152)	(4.933)	18,8	(464)	(499)	7,5
Amortização de ativos intangíveis.....	(348)	(426)	22,4	(5)	(4)	(20,0)
Sinistros retidos.....	-	-	-	(5.501)	(6.125)	11,3
Variação de provisão de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência	-	-	-	(3.939)	(4.199)	6,6
Despesas de planos de previdência.....	-	-	-	(505)	(560)	10,9
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	-	-	-	(1.055)	(860)	(18,5)
Depreciação e amortização.....	(630)	(483)	(23,3)	(80)	(48)	(40,0)
Outras despesas não financeiras	(3.079)	(3.914)	27,1	(520)	(608)	16,9
Total	R\$ (13.021)	R\$ (15.289)	17,4%	R\$ (12.428)	R\$ (13.407)	7,9%

Atividade Bancária

As despesas não financeiras da atividade bancária aumentaram 17,4% de R\$13.021 milhões em 2005 para R\$15.289 milhões em 2006. Este acréscimo deveu-se principalmente a aumentos nas despesas de salários e benefícios e despesas administrativas.

As despesas com salários e benefícios aumentaram 15,0%, de R\$ 4.812 milhões em 2005 para R\$ 5.533 milhões em 2006, decorrente dos efeitos de negociações coletivas da categoria, que resultaram no aumento dos benefícios de empregados e despesas com participações nos lucros e resultado.

As despesas administrativas aumentaram 18,8%, de R\$ 4.152 milhões em 2005 para R\$ 4.933 milhões em 2006 devido principalmente às maiores despesas com serviços de terceiros, devido principalmente do aumento dos volumes de negócios, bem como do aumento nos investimentos em melhorias dos nossos sistemas de tecnologia.

Seguros, Previdência e Capitalização

As despesas não financeiras do segmento de seguros, previdência e capitalização, aumentaram em 7,9% de R\$12.428 milhões em 2005 para R\$13.407 milhões em 2006. Este aumento resultou principalmente do aumento dos sinistros retidos e provisões para sinistros ocorridos e não avisados, e ao aumento na despesa de provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar. Os sinistros retidos aumentaram em 11,3%, de R\$ 5.501 milhões em 2005 para R\$ 6.125 milhões em 2006, devido principalmente ao acréscimo nas indenizações ocorridas nos ramos de seguro de automóveis, vida e seguro de saúde. As despesas com provisão de seguros, títulos de capitalização e previdência complementar aumentaram 6,6%, de R\$ 3.939 milhões em 2005 para R\$ 4.199 milhões em 2006, devido principalmente ao aumento no volume de negócios de produtos de seguros, previdência e capitalização.

Imposto de Renda

O imposto de renda no Brasil é constituído por impostos federais sobre renda e contribuição social sobre o lucro ajustado. Veja “- Impostos”. A taxa combinada desses dois tributos é de 34,0% desde fevereiro de 2000.

A despesa de imposto de renda reduziu 6,5% de R\$2.431 milhões em 2005 para R\$ 2.273 milhões em 2006. A despesa com imposto de renda, como porcentagem de nosso lucro antes dos impostos ajustados pelo resultado não tributável de equivalência patrimonial sobre coligadas, reduziu de 28,4% em 2005 para 26,7% em 2006.

Lucro Líquido

Como resultado do anteriormente mencionado, nosso lucro líquido aumentou em 2,4%, de R\$ 6.310 milhões em 2005 para R\$ 6.462 milhões em 2006.

Administração de Ativos e Obrigações

Nossa política geral sobre a administração de ativos e obrigações é a seguinte:

- administrar riscos de taxa de juros, liquidez, câmbio e vencimento para maximizar nossa receita líquida de operações financeiras e nosso retorno sobre ativos e capital, à luz de nossa política interna de gestão de riscos; e
- manter níveis adequados de liquidez e capital.

Como parte de nossa administração de ativos e obrigações, procuramos evitar descasamentos substanciais entre ativos e obrigações, fazendo coincidir, na medida do possível, a estrutura de vencimentos, moedas e taxas de juros dos empréstimos que concedemos, conforme os termos das operações, segundo as quais financiamos esses empréstimos. Respeitadas as restrições de nossa política, assumimos periodicamente posições descasadas quanto a taxas de juros, vencimentos e, em circunstâncias mais limitadas, moedas estrangeiras, quando acreditamos que essas posições se justificam em razão de condições e perspectivas de mercado.

Monitoramos nossa posição de ativos e obrigações de acordo com as exigências e diretrizes do Banco Central. O Comitê de Tesouraria de nossa Administração reúne-se semanalmente para:

- apresentar e discutir as movimentações realizadas no período;
- apresentar as exposições assumidas em cada um dos itens de nossa carteira (taxas pré-fixadas, pós-fixadas, moeda estrangeira, cupom cambial, etc.);
- estabelecer limites de exposições, com base em nossa avaliação dos riscos, apresentados por nossas posições de *gaps* das moedas, dos prazos e das taxas, e níveis atuais de volatilidade de mercado;
- estabelecer políticas de alocação de ativos e captação de recursos; e
- tomar decisões sobre a estrutura de vencimentos de nossos ativos e obrigações.

Ao tomar tais decisões, nossa Administração avalia não somente nossos limites de exposição referentes a cada segmento de mercado e produto, mas também os níveis de volatilidade do mercado e a extensão a qual estamos expostos a riscos de mercado por meio de “descasamentos” de taxas de juros, vencimentos, liquidez e moeda. Ela também considera outros riscos em potencial, bem como a liquidez do mercado, nossas necessidades institucionais e oportunidades de ganho observadas. O Comitê realiza reuniões especiais, conforme necessário em resposta às alterações macroeconômicas inesperadas.

Além disso, temos dois comitês de crédito que ajudam a administrar nossos ativos e obrigações:

- o Comitê Executivo de Crédito, composto de membros de nossa Administração, que se reúne semanalmente, analisa créditos acima de R\$ 20 milhões e determina as políticas gerais que orientarão nossa Administração de ativos e obrigações até sua próxima reunião; e
- o Comitê Diário de Crédito, o qual se reúne diariamente e é responsável pela análise de créditos de até R\$ 20 milhões.

Além disso, nossa Administração recebe relatórios diários sobre nossas posições descasadas e em aberto, enquanto que o Comitê de Tesouraria avalia semanalmente nossa posição quanto a riscos.

Liquidez e Financiamento

As exigências do Banco Central, quanto aos depósitos compulsórios, determinam nossos níveis mínimos de liquidez. Periodicamente revisamos nossas políticas de administração de ativos e obrigações de modo a garantir que tenhamos liquidez suficiente para honrar saques, depósitos, amortizar outras obrigações no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos nossos clientes e atender às nossas necessidades próprias de capital de giro.

Nosso Departamento de Tesouraria atua como um centro de suporte para nossos vários segmentos comerciais, administrando nossas posições de financiamento e liquidez e cumprindo nossos objetivos de investimento, de acordo com nossa política de administração de ativos e obrigações. Ele é também responsável por estabelecer as taxas de nossos produtos, inclusive operações de câmbio e interfinanceiras. O Departamento de Tesouraria cobre qualquer escassez de recursos de financiamento por meio de captação no mercado interbancário, procurando maximizar o uso eficiente de nossa base de depósitos, investindo quaisquer excedentes em instrumentos líquidos no mercado interbancário.

Temos utilizado nossa liquidez excedente para investir em títulos públicos e esperamos continuar a fazê-lo, observadas as exigências regulamentares e considerações sobre investimentos.

Nossas principais fontes de financiamento são:

- depósitos à vista, de poupança e a prazo, bem como depósitos interfinanceiros; e
- obrigações por empréstimos a curto e longo prazos, parte deles expressos em moedas estrangeiras.

A tabela a seguir demonstra a média dos saldos e a taxa de juros reais média de nossas fontes de captação (que incidem juros e também as que não incidem juros) nos períodos indicados:

	2005			2006			2007		
	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média	Saldo médio	% do total	Taxa média
(Em milhões de reais, exceto percentagem)									
Depósitos interfinanceiros	R\$ 116	0,1%	18,1%	R\$ 143	0,1%	13,3%	R\$ 223	0,1%	14,8%
Depósitos de poupança	24.728	14,5	8,2	25.590	12,4	7,5	28.958	11,1	6,9
Depósitos a prazo	31.002	18,1	15,8	34.461	16,7	12,5	34.388	13,1	10,2
Obrigações que incidem juros:									
Captações no mercado aberto	19.139	11,2	20,2	27.821	13,5	13,5	51.384	19,6	10,8
Obrigações por empréstimos de curto prazo	7.164	4,2	(2,6)	5.741	2,8	0,9	6.892	2,6	(10,5)
Obrigações por empréstimos de longo prazo	20.764	12,2	8,8	27.289	13,2	10,3	32.305	12,4	7,3
Total de obrigações sobre as quais incidem juros.....	102.913	60,3	12,1%	121.045	58,7	10,6%	154.150	58,9	8,3%
Obrigações que não incidem juros:									
Depósitos à vista.....	15.227	8,9		17.432	8,4		22.311	8,5	
Outras obrigações que não incidem juros ⁽¹⁾	52.537	30,8		67.989	32,9		85.091	32,6	
Total de obrigações que não incidem juros	67.764	39,7		85.421	41,3		107.402	41,1	
Total do passivo	R\$ 170.677	100,0%		R\$ 206.466	100,0%		R\$ 261.552	100,0%	

(1) Outras obrigações que não incidem juros, que são basicamente compostas por provisão técnica de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização, contratos de investimentos de previdência e provisão para obrigações contingentes, que não são recursos de captação.

Os depósitos são a nossa fonte de captação mais importante, representando 41,6% do saldo médio das obrigações em 2005, comparado com 37,6% em 2006 e 32,8% em 2007. Nosso saldo de depósitos durante estes anos progrediu na seguinte maneira:

- Em 2005, o saldo médio dos nossos depósitos aumentou 16,3% em relação a 2004, porém manteve-se estável como a porcentagem do total das obrigações, devido ao aumento em outras fontes de captação, destacando-se o acréscimo de 16,4% nas obrigações por empréstimos de longo prazo e o aumento de 21,2% em outras obrigações que não rendem juros.
- Em 2006, o saldo médio dos nossos depósitos aumentou 9,2% em relação a 2005, porém, tivemos pequena redução quando comparamos como porcentagem do saldo médio das obrigações, devido ao aumento em outras fontes de captação, em particular o acréscimo de 45,4% nas captações no mercado aberto e o aumento de 29,4% no saldo médio de outras obrigações que não rendem juros.
- Em 2007, o saldo médio dos nossos depósitos aumentou 10,6% comparação a 2006. Como uma porcentagem do saldo de passivos, o saldo médio de nossos depósitos diminuiu de 37,6% em 2006, para 32,8% em 2007, devido principalmente ao aumento em outras fontes de

financiamento, especialmente o aumento de 84,7% nas captações no mercado aberto e uma queda de 25,2% no saldo médio de outros passivos sobre os quais não incidem juros.

Empréstimos de curto e longo prazos são nossa segunda principal fonte de captação, representando 16,4% do total médio das obrigações de 2005, comparado com 16,0% em 2006 e 15,0% em 2007. Em 2005, 2006 e 2007, nosso saldo médio de empréstimos de curto e longo prazo aumentou, porém houve queda quando comparado como porcentagem do saldo médio das obrigações, devido principalmente ao acréscimo em outras fontes de captação.

A tabela a seguir demonstra nossas fontes de captação e liquidez, em 31 de dezembro de 2007:

	Em 31 de dezembro de 2007	
	R\$ milhões	% do total
Depósitos interfinanceiros	R\$ 372	0,1%
Depósitos de poupança	32.813	10,9
Depósitos a prazo	35.733	11,9
Captações no mercado aberto	69.015	22,9
Empréstimos de curto prazo	7.989	2,7
Empréstimos de longo prazo	38.915	12,9
Total das obrigações que incidem juros.....	184.837	61,4
Depósitos à vista.....	29.423	9,8
Outras obrigações que não incidem juros.....	86.879	28,8
Total das obrigações que não incidem juros	116.302	38,6
Total de obrigações.....	R\$ 301.139	100,0%

Depósitos

Os depósitos responderam por aproximadamente 32,7% do total de obrigações em 31 de dezembro de 2007. Nossos depósitos consistem basicamente de depósitos a prazo e de poupança, expressos em reais e com juros, bem como os depósitos à vista, sobre os quais não incidem juros, também expressos em reais. O aumento nos saldos médios de nossos depósitos a prazo, de poupança e à vista de 31 de dezembro de 2006 para 31 de dezembro de 2007 foi devido, aumento na base de clientes. Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos aproximadamente 16,8 milhões de contas correntes e 35,2 milhões de contas de poupança, em comparação a aproximadamente 18,8 milhões de contas correntes e 34,6 milhões de contas de poupança em 31 de dezembro de 2007. Para informações adicionais sobre nossos depósitos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Vencimento dos Depósitos”.

Aplicações em Operações Compromissadas

Aplicações em Operações Compromissadas consistem principalmente de recursos obtidos em instituições financeiras no mercado através da venda de títulos com acordos de recompra.

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos aplicações em operações compromissadas no valor de R\$ 69.0 milhões, um aumento de R\$ 26.1 milhões se comparado a 31 de dezembro de 2006. Este aumento foi principalmente devido a um aumento em nossas transações no mercado financeiro a fim de aumentar nossa liquidez.

Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos aplicações em operações compromissadas no valor de R\$ 42.8 milhões, um aumento de R\$ 20.0 milhões se comparado a 31 de dezembro de 2005. Este aumento foi principalmente devido à nossa decisão em aumentar nossa captação no mercado financeiro usando títulos vendidos com acordos de recompra.

Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo

Os empréstimos de curto prazo em moedas estrangeiras são constituídos, principalmente, de linhas obtidas junto a bancos correspondentes para o financiamento de importação e exportação, bem como emissões de *CDs*. Temos tido continuamente acesso a empréstimos de curto prazo nas condições de mercado.

O Bradesco não tem nenhuma linha de crédito ou serviços de crédito sem uso, visto ao fato de não mantermos nenhuma linha de crédito pré-aprovada com outras instituições financeiras.

Nossos serviços de crédito podem ser impactados por vários fatores, incluindo rebaixamentos em nossa classificação, flutuações nas taxas cambiais brasileiras e taxa básica de juros, taxas elevadas de inflação, desvalorização da moeda e acontecimentos adversos na economia brasileira e mundial. Para mais informações sobre os riscos que um efeito adverso poderia ter sobre nossos serviços de crédito, veja “Item 3 - Informações Relevantes - Fatores de Risco - Riscos Relativos ao Brasil” e “Riscos Relacionados ao Bradesco e ao Setor Bancário Brasileiro”.

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos obrigações por empréstimo de curto prazo (até 360 dias) em um total de R\$ 7.989 milhões, um acréscimo de R\$ 2.280 milhões em relação a 31 de dezembro de 2006. Nossas obrigações por empréstimos de curto prazo aumentaram à medida que a demanda de financiamentos à importações e exportações, os quais financiamos através de obrigações por empréstimos de curto prazo, aumentou 36,8% de R\$ 4.440 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 6.073 milhões em 31 de dezembro de 2007. O saldo dos nossos “*commercial papers*” denominados em e indexados ao dólar norte-americano aumentou 56,3%, de R\$ 1.225 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 1.915 milhões em 31 de dezembro de 2007, decorrente da estabilidade da economia brasileira, conjugada com a valorização do real com relação ao dólar em 2007.

Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos obrigações por empréstimo de curto prazo (até 360 dias) em um total de R\$ 5.709 milhões, uma redução de R\$ 1.357 milhões em relação a 31 de dezembro de 2005. Nossas obrigações por empréstimos de curto prazo diminuíram à medida que a demanda de “*commercial papers*” expressos e indexados ao dólar norte-americano caiu 54,0%, de R\$ 2.661 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 1.225 milhões em 31 de dezembro de 2006, devido à redução nas captações nesta modalidade, conjugada pela valorização do real com relação ao dólar em 2006. Nossas operações de financiamento à importação e à exportação permaneceu praticamente estável em 2006.

Nossas linhas de crédito de financiamento ao comércio exterior oriundas de bancos correspondentes são substancialmente expressas em dólares norte-americanos. Historicamente temos financiado uma parcela expressiva de nossos empréstimos comerciais em moeda estrangeira com linhas de crédito junto a bancos estrangeiros correspondentes.

Para informações adicionais sobre os nossos empréstimos de curto prazo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Informações Estatísticas Seleccionadas - Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo” e “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado - Análise de Sensibilidade”.

Obrigações por Empréstimos de Longo Prazo

Classificamos como “de longo prazo” todas as obrigações por empréstimos não classificados no curto prazo. As obrigações por empréstimos de longo prazo consistem basicamente de recursos para repasses locais, em que tomamos emprestados de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações e equipamentos, bem como de nossas dívidas subordinadas, *Euronotes* e empréstimos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2007, o valor de nossas obrigações por empréstimos de longo prazo aumentou de R\$ 38.915 milhões para R\$8.793 milhões desde 31 de dezembro de 2006. O aumento em nossas obrigações por empréstimos de longo prazo foi, basicamente, atribuída: (i) ao aumento de R\$ 3.901 milhões de nossa dívida subordinada, e ganhos relacionados a taxa pós-fixada; (ii) ao acréscimo de R\$ 2.445 milhões em nossa captação em repasses de recursos internos; e (iii) ao aumento de R\$ 1.153 milhões em títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito, como resultado de novas emissões em 2007.

Em 31 de dezembro de 2006, o valor de nossas obrigações por empréstimos de longo prazo chegava a R\$ 30.122 milhões, um acréscimo de R\$ 6.806 milhões desde 31 de dezembro de 2005. O aumento em nossas obrigações por empréstimos de longo prazo foi, basicamente, atribuível ao aumento de R\$ 5.230 milhões de dívida subordinada, decorrente, basicamente, da emissão de CDB subordinado, sendo que essa dívida subordinada rende juros a uma taxa pós-fixada.

Também incluídas em nossas obrigações por empréstimo de longo prazo estão os títulos de valores mobiliários, de médio e longo prazo, inclusive por meio de nosso programa para emissão de títulos de médio prazo. Esse programa nos permite emitir até US\$ 2,5 bilhões (ou o seu equivalente em outras moedas) em títulos de médio prazo, por meio de nossas agências em Grand Cayman, Nova Iorque e da Matriz no Brasil. O programa estabelece que os títulos sejam quirografários, não subordinados, e se classifiquem no mesmo nível de toda nossa dívida externa, atual e futura, não garantida e não subordinada. Os títulos em aberto emitidos sob o programa têm vencimentos de dois anos ou mais a partir da respectiva data de emissão e rendem juros a uma taxa fixa. Podemos oferecer para venda os títulos emitidos nos termos do programa a compradores institucionais qualificados nos Estados Unidos, segundo a Regra 144 A da Lei de Valores Mobiliários dos EUA, ou a pessoas não americanas fora dos EUA, de acordo com o Regulamento “S” dessa Lei de Valores Mobiliários.

Tínhamos US\$ 450 milhões em títulos em circulação em 31 de dezembro de 2007 e US\$ 525,9 milhões em títulos em circulação em 31 de dezembro de 2006 emitidos sob o nosso programa de títulos de médio prazo, sendo que US\$ 250 milhões dos nossos títulos em aberto em 31 de dezembro de 2007 foram emitidos durante 2005 e US\$ 200 milhões em 2007. Apesar de o programa nos permitir a emissão de até US\$ 2,5 bilhões em títulos de médio prazo, nossa capacidade de emitir o saldo remanescente sob o programa depende da existência de demanda para estes recursos.

Em agosto de 2003, emitimos duas séries de títulos garantidos por fluxos futuros de ordens de pagamento que recebemos do exterior com vencimento até 2010, em um montante agregado de US\$ 400 milhões. Em julho de 2004, emitimos nova série no valor US\$ 100 milhões com vencimento em 2012. Em agosto de 2005, resgatamos antecipadamente uma das séries emitidas em 2003 no valor de US\$ 200 milhões. Em 2007, emitimos quatro novas séries com vencimento em 2014, duas das quais foram emitidas em junho de 2007, em um montante agregado de US\$ 500 milhões e as restantes foram emitidas em dezembro de 2007 em um montante agregado de US\$ 400 milhões. Das séries que continuaram em aberto em 31 de dezembro de 2007, apenas as séries emitidas em 2003 e 2004 tem taxas de juros fixa.

Em dezembro de 2001, abril de 2002, outubro de 2003 e abril de 2004, emitimos através de nossa agência em Grand Cayman títulos de dívida subordinada com prazo de 10 anos respectivamente nos valores de US\$ 150 milhões, JP¥ 17,5 bilhões, US\$ 500 milhões e EUR 225 milhões. Em junho de 2005, emitimos US\$ 300 milhões em títulos perpétuos subordinados júnior não-cumulativos, pelos quais pagamos trimestralmente aos investidores juros a uma taxa fixa.

Utilizamos o produto de nossas emissões de dívida de longo prazo, para fins de repasse em geral, principalmente a nossos clientes brasileiros. A diferença entre os juros que pagamos sobre nossas obrigações por empréstimos e os juros que cobramos de nossos clientes, conhecida como “*spread*”, depende do prazo dos mesmos, de nossa avaliação do risco do cliente e da situação geral da economia brasileira. Com exceção de nossos repasses locais, não existem restrições regulamentares ao uso de nossos empréstimos.

Para informações adicionais sobre nossas obrigações por empréstimo de longo prazo, veja “Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado - Análise de Sensibilidade” e a nota 14 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Depósitos Compulsórios no Banco Central

Por exigência do Banco Central, somos obrigados, na qualidade de instituição financeira, a depositar um determinado valor de recursos no Banco Central ou a comprar e deter valores mobiliários do Tesouro Nacional. Não podemos utilizar esses depósitos compulsórios para qualquer outro fim. O Banco Central determina os juros a serem pagos sobre esses depósitos, se houver. Para mais informações sobre exigências de depósitos compulsórios, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia – Atividade Bancária - Captação de Depósitos”.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de nossos depósitos compulsórios aumentou 35,6%, de R\$23,461 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 31.813 milhões em 31 de dezembro de 2007, basicamente, devido ao aumento no volume dos depósitos. Tínhamos depósitos compulsórios no valor de R\$ 23.461 milhões em 31 de dezembro de 2006, um acréscimo de 8,2% em relação a 31 de dezembro de 2005, basicamente, devido ao aumento no volume dos depósitos.

Fontes de Liquidez Adicional

Apesar de não mantermos linhas de crédito pré-aprovadas sem uso, nossa forte presença no mercado brasileiro e a boa imagem no mercado internacional de crédito nos tornam aptos para obter recursos nas condições do mercado, se necessário. Apesar do programa de “MTN” (*Medium-Term Notes* – Títulos de Médio Prazo) não ser uma linha de crédito pré-aprovada garantida e nossa capacidade de emitir títulos de acordo com o programa a qualquer momento depender da existência de demanda por tais títulos, como uma questão geral, o programa pode facilitar o acesso ao mercado internacional de crédito, a depender da conjuntura de mercado, no qual podemos captar a juros mais baixos e prazos mais longos que no mercado brasileiro. Adicionalmente, podemos acessar o mercado de capitais internacional para a captação de recursos a prazos mais longos sob nosso programa vigente de títulos garantidos por fluxos futuros de ordens de pagamento que recebemos do exterior. Entretanto, a liquidez geral dos mercados financeiros globais poderia nos afetar adversamente. No segundo semestre de 2007, alguns mercados de créditos passaram por situação difícil e um certo grau de volatilidade, resultando em menor liquidez e maior volatilidade.

Finalmente, em algumas circunstâncias limitadas, nós podemos obter fundos emergenciais do Banco Central, através de uma transação referida como redesconto. Um redesconto é uma operação de crédito do Banco Central para uma instituição financeira, que é garantido por títulos do Governo Federal que a instituição possui. O montante dos títulos do Governo Federal mantido pela instituição financeira como títulos mobiliários de negociação limita o valor das transações de redesconto. Nós nunca precisamos captar do Banco Central através de transações de redesconto com o objetivo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2007, nós tínhamos R\$ 12.932 milhões disponíveis em títulos do Governo Federal como títulos e valores mobiliários de negociação que poderiam ser usados para essa finalidade.

Fluxos de Caixa

Durante 2005, 2006 e 2007, nosso fluxo de caixa foi, basicamente, afetado pelas alterações no ambiente econômico brasileiro. A tabela a seguir demonstra as principais variações nos fluxos de saída de caixa durante os períodos indicados:

	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais	R\$ 4.593	R\$ (14.440)	R\$23.134

Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(20.809)	(22.362)	(44.384)
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de financiamento	13.909	29.203	49.972
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes à caixa, líquido	RS (2.307)	RS (7.599)	RS 28.722

2005

Durante 2005, tivemos uma redução líquida de R\$ 2.307 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente aos R\$ 20.809 milhões usados em nossas atividades de investimento, que foi parcialmente compensada por R\$ 13.909 milhões provenientes de nossa atividade de financiamento e por R\$ 4.593 milhões provenientes de nossas atividades operacionais.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2005 resultou, principalmente, do uso de R\$ 4.435 milhões para aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e do uso de R\$ 20.468 milhões em operações de crédito, que foi compensado por R\$ 5.034 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2005 resultou basicamente de um acréscimo líquido de R\$ 6.354 milhões em nossas transações envolvendo captações no mercado aberto, bem como o aumento líquido de R\$ 6.397 milhões em captações de depósitos, principalmente, depósitos a prazo, e do aumento de nossos empréstimos de longo prazo de R\$ 3.531 milhões, líquido dos respectivos pagamentos, compensado parcialmente pelo impacto do pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos de R\$ 1.559 milhões e uma redução em nossas operações de empréstimo de curto prazo de R\$ 1.302 milhões, decorrente da liquidação de operações de empréstimos e financiamentos.

2006

Durante 2006, tivemos uma redução líquida de R\$ 7.599 milhões em caixa e equivalentes a caixa, devido basicamente aos R\$ 22.362 milhões usados em nossas atividades de investimento e por R\$ 14.440 milhões utilizados em nossas atividades operacionais, que foi compensado parcialmente por R\$ 29.203 milhões provenientes de nossas atividades financiamento.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2006 resultou, principalmente, do uso de R\$ 8.796 milhões para aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e do uso de R\$ 17.561 milhões em operações de crédito, que foi compensado por R\$ 7.019 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2006 resultou basicamente de um acréscimo líquido de R\$ 19.557 milhões em nossas transações envolvendo captações no mercado aberto, bem como o aumento líquido de R\$ 6.639 milhões em captações de depósitos, principalmente depósitos à vista, e do aumento de nossos empréstimos de longo prazo de R\$ 6.587 milhões, líquido dos respectivos pagamentos, compensado parcialmente pelo impacto do pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos de R\$ 3.334 milhões e pela redução em nossas operações de empréstimo de curto prazo de R\$ 1.431 milhões, decorrente da liquidação de operações de *commercial paper*.

2007

Durante 2007, tivemos um aumento líquido de R\$ 28.722 milhões em caixa e equivalentes a caixa, em decorrência dos R\$ 23.134 milhões de nossas atividades operacionais e de R\$ 49.972 milhões de nossas atividades de financiamentos, que foi compensado parcialmente pela utilização de R\$ 44.384 milhões em nossas atividades de investimento.

O uso de caixa em nossas atividades de investimento em 2007 resultou, principalmente, do uso de R\$ 6.658 milhões para aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, do uso de R\$ 35.363 milhões em operações de crédito, de R\$ 4.875 milhões em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil e que foi compensado por R\$ 3.094 milhões gerados na alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

O caixa gerado por nossas atividades de financiamento em 2007 resultou basicamente de um acréscimo líquido de R\$ 26.140 milhões em nossas transações envolvendo captações no mercado aberto, bem como o aumento líquido de R\$ 14.588 milhões em captações de depósitos, principalmente depósitos à vista, e do aumento de nossos empréstimos de longo prazo de R\$ 7.650 milhões, líquido dos respectivos pagamentos.

Cumprimento de Exigências Referentes à Capital

O Acordo da Basiléia I exige que os bancos tenham um índice de capital em relação ao ativo ponderado de risco de no mínimo 8,0%. Pelo menos metade do capital total deve consistir de Capital Nível I. O Capital Nível I, ou capital essencial, inclui o capital acionário menos certos intangíveis. O Capital Nível II inclui as reservas de reavaliação de ativos, as provisões para perdas com operações de crédito e a dívida subordinada, sujeitas a certas limitações.

A regulamentação bancária brasileira difere dos regulamentos do Acordo da Basiléia de várias maneiras. A regulamentação bancária brasileira:

- exige um índice de capital mínimo em relação ao ativo ponderado de risco de 11,0%;
- não permite que as provisões para perdas com operações de crédito sejam consideradas como Capital;
- diferentes categorias específicas de ponderação de risco;
- impõe uma dedução do Capital correspondente ao eventual excesso no ativo permanente sobre os limites impostos pelo Banco Central; e
- limita a emissão de dívidas subordinadas em 50,0% do Capital Nível I.

As exigências para adequação de capital podiam ser medidas tanto em bases consolidadas quanto em bases não consolidadas até 31 de julho de 2000. A partir de 31 de julho de 2000, nós medimos nossa adequação de capital em base consolidada, de acordo com as regras do Banco Central. Veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras” para uma análise mais detalhada das exigências de adequação de capital no Brasil.

A tabela a seguir demonstra nossas posições de capital como uma percentagem do total de ativos de risco ponderado, bem como nossas necessidades de capital mínimo segundo as leis brasileiras, relativamente às datas indicadas. A tabela e as informações que seguem estão baseadas nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)		
Capital - Nível I	11,5%	11,6%	10,3%
Capital - Nível II	3,7	4,9	3,7
Capital Total	15,2%	16,5%	14,0%
Capital disponível, segundo a regulamentação	R\$ 25.658	R\$ 35.046	R\$ 41.448
Capital mínimo exigido, segundo a regulamentação	18.532	23.399	32.641

Excedente ao capital mínimo exigido.....	R\$ 7.126	R\$ 11.647	R\$ 8.807
--	-----------	------------	-----------

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R\$ 35.046 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 41.448 milhões em 31 de dezembro de 2007, foi devido basicamente (i) aos R\$ 1.338 milhões referentes às captações em dívida subordinada, (ii) R\$ 5.187 milhões relativos à capitalização do lucro, após distribuição de dividendos/JCP (“juros sobre o capital próprio”). Esses fatores foram parcialmente compensados pelo: (iii) ajuste negativo de R\$ 175 milhões relativo a perdas não realizadas em investimentos classificados como disponíveis para venda; e (iv) efeito da redução de R\$ 81 milhões para aquisição de ações em tesouraria.

O aumento em nosso capital disponível, segundo a regulamentação, de R\$ 25.658 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$ 35.046 milhões em 31 de dezembro de 2006, foi devido basicamente (i) aos R\$ 4.121 milhões referentes às captações em dívida subordinada, (ii) aos R\$ 1.218 milhões relativos a aumento de capital, (iii) ao ajuste positivo de R\$ 1.137 milhões relativo a ganhos não realizados em investimentos classificados como disponíveis para venda e (iv) R\$ 2.895 milhões relativos à capitalização do lucro, após distribuição de dividendos/JCP (“juros sobre o capital próprio”). Esses fatores foram parcialmente compensados pela aquisição de ações em tesouraria no valor de R\$ 23 milhões. .

O excedente sobre o capital mínimo exigido era de R\$ 8.807 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado a R\$ 11.647 milhões em 2006.

Em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, estávamos cumprindo todas as exigências de capital mínimo, determinadas pelo Banco Central. Para uma descrição de nossas necessidades de capital e da regulamentação do Banco Central sobre adequação de capital, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras”.

Durante os últimos anos, mantivemos uma posição significativa em instrumentos de curto prazo, de alta liquidez, que em geral têm um risco ponderado zero ou baixo, dessa forma eliminando ou reduzindo de modo significativo a necessidade de manter capital contra esses ativos. Essa posição reflete o ambiente de crédito restritivo que prevaleceu no Brasil entre 2002 e 2003. Se fôssemos aumentar significativamente nossa carteira de empréstimos, seríamos obrigados a manter capital contra esses ativos, o que, dependendo da posição de capital na ocasião, poderia reduzir nosso capital como uma porcentagem dos ativos de risco ponderado.

Sensibilidade das Taxas de Juros

A gestão da sensibilidade das taxas de juros constitui um componente chave de nossa política sobre ativo e passivo. A sensibilidade das taxas de juros é a relação entre as taxas de juros de mercado e a receita líquida de juros devida até o vencimento ou características de repactuação de ativos que rendem juros e obrigações sobre as quais incidem juros. Relativamente a qualquer período específico, a estrutura de preços é considerada equilibrada quando um valor igual desses ativos ou obrigações vence ou é repactuado nesse período. Qualquer desequilíbrio entre ativos que rendem juros e obrigações que incidem juros é conhecido como uma posição de *gap* (diferença). Um *gap* negativo indica sensibilidade do passivo e normalmente significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito negativo sobre a receita financeira líquida. Ao contrário, um *gap* positivo indica sensibilidade do ativo e normalmente significa que um declínio em taxas de juros teria um efeito positivo sobre a receita financeira líquida. Essas relações podem alterar-se significativamente de um dia para o outro, em decorrência tanto de forças de mercado quanto de decisões da Administração.

Nossa estratégia quanto à sensibilidade de taxas de juros leva em consideração:

- taxas de retorno;

- o grau de risco subjacente; e
- exigências de liquidez, inclusive reservas bancárias mínimas exigidas pela regulamentação, índices de liquidez obrigatórios, retirada e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional de recursos.

Monitoramos nossos descasamentos e posições relativos a vencimentos e os administramos dentro de limites estabelecidos. Nosso Comitê de Tesouraria analisa nossas posições pelo menos uma vez por semana e altera nossas posições à medida em que as perspectivas do mercado se alteram.

A tabela a seguir indica os vencimentos de nossos ativos que rendem juros e nossas obrigações sobre as quais incidem juros em 31 de dezembro de 2007, e pode não refletir posições de *gaps* de taxas de juros em outros momentos. Além disso, podem existir variações na sensibilidade de taxas de juros dentro dos períodos apresentados devido a diferentes datas de repactuação. Também podem ocorrer variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxas de juros são detidas.

Em 31 de dezembro de 2007							
	Até 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Total
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)							
Ativos que rendem juros:							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	R\$ 952	R\$ 1.146	R\$ 948	R\$ 1.703	R\$ 2.523	R\$ 615	R\$ 7.887
Aplicações em operações compromissadas.....	26.912	610	2.569	1.486	1.465	7.559	40.601
Depósitos compulsórios no Banco Central.....	22.377	-	-	-	22	495	22.894
Títulos e valores mobiliários de negociação...	39.382	412	2.104	4.233	6.736	6.279	59.146
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	1.614	19	406	407	4.091	18.535	25.072
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	1	2	-	5	2.973	2.981
Operações de crédito	20.641	19.005	16.962	22.337	34.128	14.787	127.860
Outros ativos	-	-	-	-	-	453	453
Total de ativos que rendem juros.....	111.878	21.193	22.991	30.166	48.970	51.696	286.894
Passivos que incidem juros:							
Depósitos interfinanceiros.....	219	40	42	63	8	-	372
Depósitos de poupança.....	32.813	-	-	-	-	-	32.813
Depósitos a prazo	2.302	4.071	2.368	4.474	18.673	3.845	35.733
Captações no mercado aberto.....	37.940	4.261	1.926	5.738	15.880	3.270	69.015
Obrigações por empréstimos de curto prazo ..	1.251	1.930	2.201	2.260	315	32	7.989
Obrigações por empréstimos de longo prazo..	931	957	2.133	4.374	7.525	22.995	38.915
Total de passivos que incidem juros	75.456	11.259	8.670	16.909	42.401	30.142	184.837
Gap ativo/passivo.....	36.422	9.934	14.321	13.257	6.569	21.554	102.057
Gap cumulativo.....	R\$ 36.422	R\$ 46.356	R\$ 60.677	R\$ 73.934	R\$ 80.503	R\$ 102.057	-
Índice gap cumulativo / total de ativos que rendem juros.....	12,70%	16,16%	21,15%	25,77%	28,06%	35,57%	

Sensibilidade de Taxas de Câmbio

A maioria de nossas operações é expressa em reais. Nossa política é evitar descasamentos substanciais em taxas de câmbio. Contudo, de um modo geral, temos em aberto, em qualquer momento específico, obrigações de longo prazo expressas e indexadas a moedas estrangeiras, principalmente, o dólar norte-americano. Tínhamos R\$ 7.063 milhões de obrigações de longo prazo em aberto em 31 de dezembro de 2007. Nessa data, nossa exposição passiva de moeda estrangeira líquida era de R\$ 4.528 milhões, ou 13,7% do patrimônio líquido. A exposição de moeda estrangeira líquida consolidada é a diferença entre o total de ativos indexados ou expressos em moeda estrangeira e o total de obrigações indexadas ou expressas em moeda estrangeira, inclusive instrumentos financeiros derivativos, registrados fora do balanço patrimonial.

Nossa posição de moeda estrangeira resulta, basicamente, de nossas compras e vendas de moeda estrangeira (basicamente dólares norte-americanos) de exportadores e importadores brasileiros, de outras instituições financeiras no mercado interbancário e nos mercados monetários a termo e à vista. O Banco Central regulamenta nossas posições máximas de moeda estrangeira, em aberto, vendida e comprada.

A composição de nosso ativo, passivo e patrimônio líquido por moeda e prazo em 31 de dezembro de 2007 é demonstrada a seguir. Nossos ativos em moeda estrangeira são, em grande parte, expressos em reais, mas são indexados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. A maioria de nossos passivos em moeda estrangeira é representado principalmente pelo dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2007

	Moeda estrangeira			Moeda estrangeira como uma porcentagem do total
	R\$	Total	Moeda estrangeira	
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)				
Ativo:				
Caixa e equivalentes a caixa	R\$ 4.977	R\$ 508	R\$5.485	9,3%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.477	1.410	7.887	17,9
Aplicações em operações compromissadas	37.600	3.001	40.601	7,4
Depósitos compulsórios no Banco Central	31.802	11	31.813	-
Títulos e valores mobiliários de negociação:	56.241	2.905	59.146	-
Menos de um ano	6.937	2.662	9.599	27,7
De um a três anos	6.735	1	6.736	-
Mais de três anos	6.037	242	6.279	3,9
Indeterminado ⁽¹⁾	36.532	-	36.532	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:	28.102	1.551	29.653	-
Menos de um ano	2.424	22	2.446	0,9
De um a três anos	4.067	24	4.091	0,6
Mais de três anos	17.644	891	18.535	4,8
Indeterminado	3.967	614	4.581	13,4
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:	2.643	338	2.981	-
Menos de um ano	3	-	3	-
De um a três anos	5	-	5	-
Mais de três anos	2.635	338	2.973	11,4
Operações de crédito:	115.522	17.615	133.137	-
Menos de um ano	63.460	12.016	75.476	15,9
De um a três anos	32.013	2.115	34.128	6,2
Mais de três anos	11.303	3.484	14.787	23,6
Indeterminado ⁽²⁾	8.746	-	8.746	-
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos	728	33	761	4,3
Imobilizado de uso, líquido	3.542	5	3.547	0,1
Ágio	883	-	883	-
Ativos intangíveis, líquido	2.917	-	2.917	-
Outros ativos:	20.215	3.252	23.467	-
Menos de um ano	8.376	2.696	11.072	24,4
De um a três anos	8.869	-	8.869	-
Mais de três anos	2.970	556	3.526	15,8
Provisão para perdas com operações de crédito	(7.749)	(20)	(7.769)	0,3
Total	R\$ 303.900	R\$ 30.609	R\$ 334.509	9,2%
Porcentagem do total de ativos	90,8%	9,2%	100,0%	
Passivo e Patrimônio Líquido:				
Depósitos:	R\$ 96.063	R\$ 2.278	R\$ 98.341	-
Menos de um ano	73.617	2.198	75.815	2,9%
De um a três anos	18.664	17	18.681	0,1
Mais de três anos	3.782	63	3.845	1,6
Captação no mercado aberto	66.193	2.822	69.015	4,1
Obrigações por empréstimos de curto prazo:	-	7.989	7.989	-
Menos de um ano	-	7.642	7.642	100,0
De um a três anos	-	315	315	100,0
Mais de três anos	-	32	32	100,0
Obrigações por empréstimos de longo prazo:	31.852	7.063	38.915	-
Menos de um ano	6.229	2.166	8.395	25,8
De um a três anos	6.563	962	7.525	12,8
Mais de três anos	19.060	3.400	22.460	15,1
Indeterminado	-	535	535	100,0
Outras obrigações:	85.415	1.464	86.879	-
Menos de um ano	60.336	1.430	61.766	2,3
De um a três anos	23.978	-	23.978	-
Mais de três anos	1.101	34	1.135	3,0
Participações minoritárias nas controladas	281	-	281	-
Patrimônio líquido	33.089	-	33.089	-
Total	R\$ 312.893	R\$ 21.616	R\$ 334.509	6,5%
Porcentagem do total do passivo e patrimônio líquido	93,5%	6,5%	100,0%	

(1) Representado por aplicações em fundos mútuos de investimentos, que não têm prazo determinado para resgates e são resgatáveis de acordo com a necessidade de liquidez.

(2) Representado basicamente por créditos de curso anormal.

Os instrumentos financeiros derivativos, representados na tabela a seguir, estão na mesma base das demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Nosso caixa e equivalentes a caixa em moeda estrangeira são representados, principalmente, por dólares norte-americanos. Os valores expressos em outras moedas, que incluem euros e ienes, também são indexados ao dólar norte-americano através de *swaps* de moeda, limitando efetivamente nossa exposição em moedas estrangeiras somente ao dólar norte-americano.

Celebramos contratos de instrumentos financeiros derivativos de curto prazo com contrapartes selecionadas para administrar nossa exposição global, bem como para ajudar os clientes a administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. Para informações mais detalhadas sobre esses contratos de instrumentos financeiros derivativos, veja nota 22(b) de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

A composição de nossos instrumentos financeiros por moeda, em 31 de dezembro de 2007, é demonstrada na tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2007		
	Valores de Referência		
	R\$	Moeda estrangeira	Total
	(Em milhões de reais)		
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos de futuros a taxas de juros:			
Compras	R\$ 5.078	-	R\$ 5.078
Vendas.....	33.277	-	33.277
Contratos de futuros em moeda estrangeira:			
Compras	-	R\$ 6.212	6.212
Vendas	-	14.196	14.196
Contratos futuros – outros:			
Compras	59	-	59
Vendas.....	25	-	25
Contratos de opções a taxa de juros:			
Compras	3.312	-	3.312
Vendas.....	2.983	-	2.983
Contratos de opções em moeda estrangeira:			
Compras	-	1.149	1.149
Vendas.....	-	1.947	1.947
Contratos de opções - outros:			
Compras	322	-	322
Vendas.....	862	-	862
Contratos a termo em moeda estrangeira:			
Compras	-	1.465	1.465
Vendas.....	-	1.873	1.873
Contratos a termo – outros:			
Compras	16	-	16
Vendas.....	81	-	81
Contratos de <i>swaps</i> :			
Posição Ativa:			

Swaps de taxas de juros.....	13.660	-	13.660
Swaps de moedas.....	-	19.096	19.096
Posição Passiva:			
Swaps de taxas de juros.....	R\$ 8.090	-	8.090
Swaps de moedas.....	-	R\$ 24.348	R\$ 24.348

Investimentos

Nos últimos três anos, fizemos e esperamos continuar a fazer investimentos significativos relacionados às melhorias e inovações em tecnologia e na Internet, destinados a manter e aumentar nossa infra-estrutura de tecnologia, a fim de aumentar nossa produtividade, acessibilidade e eficácia em termos de custos e a nossa reputação como líder em inovação tecnológica no setor de serviços financeiros. Fizemos investimentos significativos em desenvolvimento de sistemas, equipamentos de processamento de dados e outras tecnologias destinados a incrementar essas metas. Esses investimentos foram em sistemas e tecnologia, tanto para uso em nossas operações quanto para uso pelos clientes.

A tabela a seguir demonstra nossos investimentos contabilizados como ativos fixos nos períodos indicados:

	2005	2006	2007
	(Em milhões de reais)		
Infra-estrutura:			
Terrenos e edificações.....	R\$ 59	R\$ 62	R\$ 79
Móveis e equipamentos.....	76	152	169
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	68	100	137
Outros	15	18	67
Total	218	332	452
Tecnologia da Informação:			
Desenvolvimento de sistemas.....	200	274	238
Equipamentos de processamento de dados.....	488	603	664
Total	688	877	902
Total	R\$ 906	R\$ 1.209	R\$ 1.354

Durante 2007, efetuamos investimentos no valor de R\$ 1.944 milhões, dos quais R\$ 1.354 milhões foram relacionados com a aquisição de ativos e R\$ 590 milhões com gastos com serviços de telecomunicações e de processamento de dados. Durante o 1º trimestre de 2008, investimos R\$ 511 milhões.

Acreditamos que os investimentos de 2008 a 2010 não serão substancialmente maiores do que os níveis de dispêndios históricos e estimamos que, de acordo com a nossa prática durante os últimos anos, nossos investimentos de 2008 a 2010 serão custeados com nossos próprios recursos. Nenhuma garantia pode ser dada, porém, de que os investimentos serão efetuados e, se efetuados, de que esses dispêndios serão feitos nos valores atualmente esperados.

Transações Registradas em Contas de Compensação

Todas nossas garantias financeiras registradas em contas de compensação estão descritas em “- Garantias Financeiras Registradas em Contas de Compensação”. Nenhuma de nossas transações

registradas em contas de compensação são do tipo daquelas que devemos fornecer divulgações, conforme o Item 5.E. do Formulário 20-F.

Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças

Além do nosso programa de inovação tecnológica, não possuímos políticas ou projetos significativos com relação à pesquisa e ao desenvolvimento, e não possuímos patentes ou licenças.

Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários

Administração do Banco Bradesco

Somos administrados por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração estabelece a estratégia corporativa e as políticas, além de supervisionar e monitorar a Diretoria Estatutária. Por sua vez, a Diretoria Estatutária implementa a estratégia e políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração, além de ser responsável pela administração cotidiana do Banco.

A Diretoria Estatutária é atualmente composta por (i) uma Diretoria Executiva e (ii) pelos Diretores Departamentais e Diretores. A Diretoria Executiva é composta do presidente, oito vice-presidentes e doze diretores gerentes.

Nosso Conselho de Administração, com sete membros, se reúne regularmente a cada noventa dias e, extraordinariamente, sempre que necessário. É responsável por:

- aprovar, caso a caso, qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou a nós;
- estabelecer nossa estratégia corporativa;
- revisar nossos planos e políticas de negócios; e
- supervisionar e monitorar as atividades de nossa Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria, conforme especificado na seção 3(a)(58) do *Securities Exchange Act of 1934* para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria ou não auditoria fornecidos às nossas subsidiárias ou a nós.

A Diretoria Executiva se reúne semanalmente e é responsável por:

- implementar a estratégia e políticas estabelecidas por nosso Conselho de Administração; e
- nossa administração cotidiana.

Vários membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria Executiva também desempenham funções na Administração Sênior em nossas subsidiárias, inclusive na Bradesco Seguros, Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, Bradesco Capitalização, Bram - Bradesco Asset Management S.A. DTVM, Banco Finasa, Bradesco Administradora de Consórcios, Banco Bradesco BBI, Bradesco Saúde, Bradesco Dental S.A, Bradesco Leasing, BMC, BEM DTVM e Banco Bradesco Cartões. Cada uma dessas subsidiárias tem uma estrutura administrativa independente.

Em 9 de junho de 2003, nossos acionistas controladores Cidade de Deus – Companhia Comercial de Participações e Fundação Bradesco, os quais denominamos “Acionistas Controladores”, assinaram um acordo de acionistas, denominado “Acordo de Acionistas”, com nosso acionista BBVA. Segundo o Acordo de Acionistas, o BBVA detém uma opção de venda com relação aos nossos Acionistas Controladores, a qual deve ser exercida integralmente ou em parte sobre nossas ações ordinárias representando 5,0% do nosso capital social até 2010. Em 4 de março de 2008, o BBVA, buscando fortalecer sua participação de mercado no país com sua própria plataforma de negócios globais, exerceu sua opção de compra em sua integralidade. Nossos Acionistas Controladores e o BBVA concluíram tal compra e venda no dia 11 de abril de 2008, com transferência no dia 16 de abril de 2008, de R\$2,3 bilhões para o BBVA. Em 11 de abril de 2008, o Acordo de Acionistas perdeu sua validade.

Para mais informações a respeito do Acordo de Acionistas, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia – História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Aquisições em 2003 e 2004 - Aquisição do BBV Banco”.

Na forma da legislação brasileira, todos os membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram aprovados pelo Banco Central.

A seguir estão as biografias dos atuais membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Membros do Conselho de Administração:

Lázaro de Mello Brandão, Presidente do Conselho: Nascido em 15 de junho de 1926. Economista e Administrador. Iniciou a carreira em setembro de 1942, como Escriturário, na Casa Bancária Almeida & Cia., instituição financeira que em 10 de março de 1943 se transformou no Banco Brasileiro de Descontos S.A., hoje Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em janeiro de 1963 eleito Diretor e em setembro de 1977 Diretor Vice-Presidente Executivo. Sucedendo o fundador do Banco, Amador Aguiar, em janeiro de 1981 assumiu a Presidência da Diretoria, e, em fevereiro de 1990, cumulativamente, a Presidência do Conselho de Administração. Em março de 1999, entendendo ter chegado o momento, indicou o seu sucessor na Presidência da Diretoria, permanecendo na Presidência do Conselho de Administração. Participa também da Administração das demais Empresas da Organização Bradesco. É Presidente da Mesa Regedora e Diretor-Presidente da Fundação Bradesco; e Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Presidente do Conselho de Administração da Bradespar S.A.. Foi Diretor-Presidente do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima, Vice-Presidente da Diretoria da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Membro do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Presidente do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, Presidente do Conselho de Administração da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização, Membro do Conselho Consultivo da VBC Participações S.A e Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., com sede em Lisboa, Portugal.

Antônio Bornia, Vice-Presidente do Conselho: Nascido em 22 de novembro de 1935. Iniciou a carreira em maio de 1952 no Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em setembro de 1975 eleito Diretor Adjunto, em abril de 1979 Diretor Executivo, em junho de 1981 Diretor Vice-Presidente Executivo, e em março de 1999 Vice-Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupa atualmente. É Presidente do Conselho de Administração da Bradesco Securities, Inc. e da Bradesco Securities UK Limited; Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco Luxembourg S.A. e Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; Diretor Vice-Presidente da NCF Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social; e Gerente da Bradport - S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda. É também Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente da

Fundação Bradesco; e Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Presidente do Conselho Deliberativo da ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing, tendo ocupado anteriormente o cargo de Diretor-Presidente Executivo; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; e Membro da Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. Foi Membro Suplente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, Órgão ligado ao Ministério da Fazenda, como representante da ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing de julho de 1989 a julho de 1991, e de fevereiro de 2000 a fevereiro de 2002; Presidente do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC de janeiro de 2002 a janeiro de 2005; Vice-Presidente do Conselho Executivo da Federação Latino-Americana de Leasing - Felalease de agosto de 2003 a outubro de 2005; Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arrendamento Mercantil de setembro de 1988 a abril de 2006; Diretor Vice-Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Representantes da Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF de janeiro de 2004 a maio de 2007; e na Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, exerceu os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Membro do Conselho de Representantes, e Diretor Vice-Presidente, no período de setembro de 1988 a março de 2007.

Mário da Silveira Teixeira Júnior, Conselheiro: Nascido em 4 de março de 1946. Formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira na Organização Bradesco em julho de 1971, na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, da qual foi Diretor entre março de 1983 e janeiro de 1984, transferindo-se posteriormente para o Banco Bradesco de Investimento S.A. e Banco Bradesco S.A. No Banco Bradesco, foi eleito Diretor Departamental em janeiro de 1984, Diretor Executivo Gerente em março de 1992 e Diretor Vice-Presidente Executivo em março de 1998, Membro do Conselho de Administração de março de 1999 a julho de 2001, quando afastou-se para presidir a Bradespar S.A., empresa criada por cisão parcial do Banco Bradesco. Foi reconduzido ao Conselho do Banco em março de 2002, cargo que ocupa até hoje. Atualmente é também Membro do Conselho de Administração da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil; Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce e Valepar S.A.; e Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., com sede em Lisboa - Portugal. Foi Diretor Vice-Presidente da Anbid - Associação Nacional dos Bancos de Investimento; Membro do Conselho Diretor da Abrasca - Associação Brasileira das Companhias Abertas; Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento; Membro do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, Companhia Piratininga de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A., Latasa S.A., São Paulo Alpargatas S.A., Tigre S.A. Tubos e Conexões, VBC Energia S.A. e VBC Participações S.A.

Márcio Artur Laurelli Cypriano, Conselheiro: Nascido em 20 de novembro de 1943. Formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira em julho de 1967, no Banco da Bahia S.A., instituição financeira que em dezembro de 1973 foi incorporada pelo Banco Bradesco S.A. Transferiu-se para o Bradesco como Gerente. Em janeiro de 1984 foi eleito Diretor Departamental, em janeiro de 1986 Diretor Executivo Adjunto, em fevereiro de 1988 Diretor Executivo Gerente e em fevereiro de 1995 Diretor Vice-Presidente Executivo. Em março de 1999 assumiu a Presidência da Diretoria do Banco, e em março de 2002 passou a ocupar, cumulativamente, o cargo de Membro do Conselho de Administração. Presidiu o Banco BCN de abril de 1998 a março de 1999. Atualmente é também Diretor-Presidente das demais Empresas da Organização Bradesco; Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; Membro do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), tendo exercido os cargos de Presidente da Diretoria e do Conselho Diretor; Membro Efetivo do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC e do Conselho do Agronegócio -

CONSAGRO, como representante da FEBRABAN; Vice-Presidente do Conselho de Representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF; Diretor Vice-Presidente da Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF; e Associado Fundador da Se Toque-SP Instituto de Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo. Foi Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima; Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES e do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscex), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/Instituto Roberto Simonsen.

João Aguiar Alvarez, Conselheiro: Nascido em 11 de agosto de 1960. Formado em Agronomia pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia Manuel Carlos Gonçalves em Espírito Santo do Pinhal, SP. Em abril de 1986 foi eleito para o Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, uma das controladoras do Banco Bradesco S.A., passando a partir de abril de 1988 a exercer, cumulativamente, o cargo de Diretor. Ocupa também o cargo de Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., desde fevereiro de 1990, e na Bradespar S.A. desde março de 2000. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Adjunto da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Adjunto da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden).

Denise Aguiar Alvarez Valente, Conselheira: Nascida em 24 de janeiro de 1958. Formada em Pedagogia pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Mestrado em Educação pela Universidade de Nova York - EUA. Em abril de 1986 foi eleita para o Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, uma das controladoras do Banco Bradesco S.A., passando a partir de julho de 1988 a exercer, cumulativamente, o cargo de Diretora. Ocupa também o cargo de Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., desde fevereiro de 1990, e na Bradespar S.A. desde março de 2000. É Membro da Mesa Regedora e Diretora Adjunta da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretora Adjunta da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Presidente do Conselho de Governança do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, tendo ocupado anteriormente o cargo de Membro; Membro do Conselho de Administração da Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado; Membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM); Membro do Conselho Curador da Fundação Dorina Nowill para Cegos e da Fundação Roberto Marinho; Membro do Conselho Consultivo do Canal Futura; Membro do Conselho Geral da Comunitas Parcerias para o Desenvolvimento Solidário; e Sócia Efetiva da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - AAPAS. Foi Membro do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP.

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, Conselheiro: Nascido em 25 de junho de 1944. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa – Portugal. Em junho de 2003 foi eleito membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. É também membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, S.A. – Lisboa; Presidente do Espírito Santo Financial Group (ESFG) – Luxemburgo, membro do Supervisory Board da Euronext NV - Holanda, do Executive Committee do Institut Internationale d'Études Bancaires (IIEB) - Bruxelas. Foi membro do Conselho de Administração do Banco Boavista Interatlântico S.A. (Brasil) de setembro de 1997 a outubro de 2000.

Membros da Diretoria Executiva:

Márcio Artur Laurelli Cypriano, Diretor Presidente: Sr. Cypriano também ocupa o cargo de Presidente Executivo. Sua experiência é descrita em - Membros do Conselho de Administração.

Laércio Albino Cezar, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 13 de outubro de 1946. É Técnico em contabilidade. Iniciou a carreira em abril de 1960. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1982 eleito Diretor Departamental, em março de 1992 Diretor Executivo Gerente

e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Membro do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ. Foi Membro da Subcomissão de Segurança Contra Fraudes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), de novembro 1983 a março de 1992, Representante Brasileiro no Comitê de Auditores Internos da FELABAN - Federação Latinoamericana de Bancos, de janeiro de 1991 a abril de 1997, Diretor Vice-Presidente Executivo, de julho de 1997 a julho de 2000, e Primeiro Vice-Presidente Executivo, de julho de 2000 a julho de 2003, do Instituto de Organização Racional do Trabalho - Idort.

Arnaldo Alves Vieira, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 9 de abril de 1948. Formado em Direito pelas Faculdades Integradas Guarulhos e Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Iniciou a carreira em outubro de 1961. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em abril de 1985 eleito Diretor, em março de 1992 Diretor Departamental, em fevereiro de 1995 Diretor Executivo Gerente e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (Visanet) desde novembro de 1995, da Celta Holdings S.A. e Fidelity Processadora e Serviços S.A. desde abril de 2006, Diretor da InterAmerica Overseas Limited desde maio de 2000, Diretor do Conselho Diretivo Regional da Visa International desde maio de 1999 e Membro do Conselho de Ética e de Auto-Regulação da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços - ABECS desde janeiro de 2006. Foi Diretor Executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) de março a setembro de 2002.

Luiz Carlos Trabuco Cappi, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 6 de outubro de 1951. Formado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, com pós-graduação em Sócio-Psicologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Iniciou a carreira em abril de 1969. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em janeiro de 1984 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Gerente, e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Desde março de 2003 é Diretor-Presidente da Bradesco Seguros S.A., tendo ocupado, cumulativamente, o cargo de Membro do Conselho de Administração de março de 1999 a março de 2005. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco, Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FENASAÚDE, Membro do Egrégio Conselho da ANSP - Academia Nacional de Seguros e Previdência, Membro do Conselho Consultivo da APTS - Associação Paulista dos Técnicos de Seguro, Vice-Presidente do Conselho Diretor e Membro da Comissão Executiva do Instituto de Estudos em Saúde Suplementar - IESS, e Membro do Conselho Superior e Diretor Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG. Foi Diretor Setorial da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, Presidente da ANAPP - Associação Nacional da Previdência Privada, Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Diretor Setorial de Marketing e Membro do Conselho Nacional de Ética Bancária (CONEB) da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Sérgio Socha, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 15 de março de 1946. É técnico em contabilidade. Iniciou a carreira em setembro de 1961 no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. Em maio de 1968, com a incorporação do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., integrou-se ao quadro de funcionários do Bradesco. Passou por todos os escalões da

carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor, de julho de 1995 a janeiro de 1998 Diretor Departamental, e em julho de 1999 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Diretor do Banco BCN S.A. de dezembro de 1997 a novembro de 1998, quando passou a Vice-Presidente, cargo que exerceu até julho de 1999 e Vice-Presidente da Abecip - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança de novembro de 1999 a março de 2002, quando passou a Membro Efetivo do Conselho Deliberativo, cargo que exerceu até novembro de 2003.

Julio de Siqueira Carvalho de Araujo, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 10 de dezembro de 1954. Iniciou a carreira em março de 1978 no Banco BCN S.A., Instituição adquirida em 1997 pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em outubro de 1989 eleito Diretor e de maio de 1995 a agosto de 2000 Diretor Vice-Presidente Executivo. Em agosto de 2000 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco; Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F S.A. e Membro Suplente do Conselho de Administração da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP. Foi Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP.

Milton Almicar Silva Vargas, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 10 de maio de 1956. Formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Iniciou a carreira em julho de 1976. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em dezembro de 1997 eleito Diretor Departamental, em março de 2000 Diretor Executivo Gerente, e em março de 2002 Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI, Membro Suplente do Conselho Nacional de Ética Bancária e de Auto-Regulação, Membro Efetivo do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Créditos - FGC e Membro do Conselho Diretor da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas. Foi Membro Efetivo do Conselho Fiscal da ASSOESP - Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima, Membro Efetivo do Conselho de Administração da CPM Braxis S.A. e representante do Bradesco no Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - IPECAFI.

José Luiz Acar Pedro, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 23 de novembro de 1952. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Santana e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. Iniciou a carreira em janeiro de 1971, no Banco BCN S.A., instituição financeira que em dezembro de 1997 foi adquirida pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em junho de 1986 eleito Diretor, em maio de 1996 Diretor Vice-Presidente Executivo e em março de 1999 Diretor Vice-Presidente, cargo que ocupou até março de 2004. Em fevereiro de 2003 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Membro Efetivo do Conselho de Administração da CPM Holdings Ltd. e CPM Braxis S.A.; Diretor Vice-Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Diretor Vice-Presidente e Delegado

Suplente junto à CONSIF na Federação Nacional dos Bancos (FENABAN); Diretor-Tesoureiro do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima; e Membro do Comitê de Ética do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI, tendo ocupado os cargos de Presidente e Membro do Conselho de Administração. Foi Presidente do Conselho de Administração da BCN Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Diretor-Presidente do Banco Boavista Interatlântico S.A., Banco Mercantil de São Paulo S.A. e da Potenza S.A. Processamento de Dados; Diretor-Presidente e Membro do Conselho Consultivo da BCN Asset Management S.A.; Diretor da Financiadora BCN S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos; Membro do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ; Membro Suplente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES; e Membro do Conselho Diretor da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas.

Norberto Pinto Barbedo, Diretor Vice-Presidente: Nascido em 26 de fevereiro de 1952. Formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis Tibiriçá. Iniciou a carreira em janeiro de 1968, no Banco BCN S.A., instituição financeira que em dezembro de 1997 foi adquirida pelo Banco Bradesco S.A. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em outubro de 1989 eleito Diretor e em dezembro de 1997 Diretor Vice-Presidente, cargo que ocupou até março de 2004. Em fevereiro de 2003 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Participa também da Administração das demais Empresas da Organização Bradesco. É Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e Membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Além dessas atividades, é Vice-Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP e Presidente do Conselho de Administração da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização. Foi Diretor Vice-Presidente do Banco Boavista Interatlântico S.A., Banco Mercantil de São Paulo S.A., Banco Zogbi S.A. e da Potenza S.A. Processamento de Dados; Membro do Conselho de Administração da BCN Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Diretor da Financiadora BCN S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Armando Trivelato Filho, Diretor Gerente: Nascido em 10 de agosto de 1946. Formado em Engenharia Civil pela Fundação Universidade de Minas Gerais. Iniciou a carreira em maio de 1977. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em julho de 1988 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Engenheiro da Bradesco S.A. Crédito Imobiliário, Diretor da Digilab - Laboratório Digital Ltda., Membro do Conselho de Administração da Matel Tecnologia de Teleinformática S.A. - MATEC, Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Diretor e Membro do Conselho de Administração da Matel S.A. - Participações e Administração, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Teletrim Telecomunicações S.A. e Membro do Conselho de Administração da VICOM S.A.

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Diretor Gerente: Nascido em 21 de dezembro de 1943. Formado em Direito pela Fundação Pinhalense de Ensino. Iniciou a carreira em dezembro de 1957. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. de abril de 1998 a abril de 2003, e da Credireal Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil de abril de 1998 a setembro de 1999.

José Alcides Munhoz, Diretor Gerente: Nascido em 23 de julho de 1948. Iniciou a carreira em outubro de 1970. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1989 eleito Diretor, em janeiro de 1995 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa

Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Diretor da Bradesco Consórcios Ltda., atual Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

José Guilherme Lembi de Faria, Diretor Gerente: Nascido em 25 de junho de 1945. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense. Iniciou a carreira em janeiro de 1967 no Banco Mineiro do Oeste, adquirido pelo Banco Bradesco S.A. em 1973. Em setembro de 1981 passou a prestar serviços no Exterior, na função de Gerente Geral da Agência Nova York. Em março de 1993, retornando ao Brasil, foi eleito Diretor, em fevereiro de 1995 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Diretor-Presidente do Banco Bradesco Argentina S.A., Diretor Vice-Presidente da Bradesco Services Co., Ltd., Diretor da Bradesco Trade Services Limited e da Cidade Capital Markets Ltd., Gerente da Bradport - S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda. e Diretor Gerente da Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Além dessas atividades, é Membro do Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI. Foi Membro do Conselho de Administração e Diretor Tesoureiro do Boavista Banking Limited.

Luiz Pasteur Vasconcellos Machado, Diretor Gerente: Nascido em 14 de junho de 1948. Formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. Iniciou a carreira em junho de 1962. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1986 eleito Diretor, em março de 1992 Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). Foi Presidente do Conselho de Administração da Smart Club do Brasil Ltda. de junho a novembro de 2004, tendo ocupado anteriormente o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração; e Membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento de abril de 1998 a abril de 2006.

Milton Matsumoto, Diretor Gerente: Nascido em 24 de abril de 1945. Formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO - Centro Universitário FIEO de Osasco. Iniciou a carreira em setembro de 1957. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1985 eleito Diretor Departamental, em março de 1998 Diretor Executivo Adjunto, e em março de 1999 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM Holdings Ltd.; Diretor Secretário do Sindicato das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo e da FENACREFI - Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimentos. Foi Diretor da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários de janeiro de 1984 a março de 1985; Diretor 1º Secretário do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima, de junho de 1989 a maio de 1998; e Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM Braxis S.A. de fevereiro de 2003 a março de 2007.

Odair Afonso Rebelato, Diretor Gerente: Nascido em 28 de julho de 1945. É técnico em contabilidade. Iniciou a carreira em agosto de 1960. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em março de 1989 eleito Diretor, em março de 1998 Diretor Departamental e, em agosto de 2001, Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden).

Aurélio Conrado Boni, Diretor Gerente: Nascido em 19 de julho de 1951. É técnico em administração de empresas. Iniciou a carreira em fevereiro de 1971. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em dezembro de 1997 eleito Diretor Departamental, e em dezembro de 2001 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação

Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden).

Domingos Figueiredo de Abreu, Diretor Gerente: Nascido em 8 de janeiro de 1959. Formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Mogi das Cruzes e em Ciências Contábeis pela FEAO - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, com pós-graduação em Administração Financeira (CEAG) pela Fundação Getulio Vargas e MBA em Finanças pelo Ibmec – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Iniciou a carreira em dezembro de 1981. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em junho de 2001 eleito Diretor Departamental, e em março de 2002 Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM Holdings Limited desde março de 2006. Foi Diretor do Banco BCN S.A. de dezembro de 1997 a junho de 2001 e Membro Suplente do Conselho de Administração da CPM Braxis S.A., de outubro de 2001 a março de 2007, tendo ocupado o cargo de Membro do Conselho Técnico de Administração de junho de 1998 a maio de 1999.

Paulo Eduardo D'Avila Isola, Diretor Gerente: Nascido em 11 de dezembro de 1955. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, SP. Iniciou a carreira em julho de 1997 na Continental Promotora de Vendas Ltda., atual Finasa Promotora de Vendas Ltda., como Diretor, passando a Diretor Gerente em abril de 2004. Em março de 2002 foi eleito Diretor Executivo Gerente do Banco BCN S.A., cargo que ocupou até fevereiro de 2003, quando foi eleito Diretor Executivo Gerente do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Diretor Vice-Presidente da Acrefi - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento; Vice-Presidente Suplente do Conselho de Administração da Fidelity Processadora e Serviços S.A. e da Celta Holdings S.A.; Membro Titular do Conselho de Administração da Clicar Central On-Line de Financiamentos Sociedade Simples Ltda.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento e Presidente do Conselho de Administração da Companhia Leader de Investimentos e Josema Administração e Participações S.A.. Foi Diretor Técnico da ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing, e Membro Suplente do Conselho de Administração da CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização.

Ademir Cossello, Diretor Gerente: Nascido em 3 de julho de 1955. Formado em Economia pelas Faculdades Padre Anchieta. Iniciou a carreira em outubro de 1973. Passou por todos os escalões da carreira bancária, sendo em janeiro de 1995 eleito Diretor, e em março de 1998 Diretor Departamental, cargo que exerceu até setembro de 1999. Em junho de 2003 foi reconduzido à Diretoria, como Diretor Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Fimaden). É também Membro da Diretoria Plena da Associação Comercial de São Paulo desde agosto de 2003, tendo exercido o cargo de Membro do Conselho Deliberativo de fevereiro a setembro de 1999. Foi Diretor do Banco Baneb S.A. de junho de 1999 a outubro de 2001, tendo ocupado também o cargo de Diretor Gerente. No Banco BCN S.A. foi Diretor Gerente de outubro de 2001 a março de 2004. Na Asban - Associação de Bancos no Estado de Goiás foi Membro Efetivo do Conselho de Administração de janeiro de 1995 a janeiro de 1997.

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente, Diretor Gerente: Nascido em 7 de junho de 1959. Formado em Engenharia Mecânica pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com MBA Executivo em Finanças pelo Ibmec - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e especialização em finanças, por meio do PDG - Executivo - Desenvolvimento Gerencial ministrado pela Sociedade de Desenvolvimento Empresarial. Atualmente participa do PGA - Programa de Gestão Avançada, ministrado pela Fundação Dom Cabral e Insead. Admitido no Banco BCN S.A. em maio de 1996 como adjunto de Diretor. Em janeiro de 1998 foi eleito Diretor. Com a aquisição do BCN, passou a integrar os quadros do Banco Bradesco S.A., tendo sido eleito Diretor Departamental em março de 2000, como responsável pelo Departamento de Corporate, e em dezembro de 2006, Diretor

Executivo Gerente, cargo que ocupa atualmente. É Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco e do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN).

Remuneração

Na assembléia geral de acionistas anual, é estabelecida a remuneração máxima agregada para nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária para o ano em curso. Em 2007, nossos acionistas determinaram o valor máximo agregado de remuneração para nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária em R\$ 170 milhões.

Em 2007, nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária, receberam uma remuneração agregada de R\$ 170 milhões. Eles trabalham para nós como membros do Conselho de Administração ou na Diretoria Estatutária, conforme aplicável ou como prestadores de serviços às nossas subsidiárias. Nenhuma fração da remuneração agregada foi paga como plano de participação nos lucros ou na forma de opções de ações.

A legislação não exige e a Organização não divulga o valor da remuneração individual dos nossos conselheiros e membros dos órgãos de administração, supervisão e gestão.

Nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária são elegíveis para participar nos mesmos planos de previdência privada complementar de aposentadoria disponíveis para todos os nossos funcionários. Em 2007, contribuímos com R\$ 200 milhões para os planos de previdência em nome de nossos Conselheiros e Diretoria Estatutária.

Práticas do Conselho

Nossos acionistas elegem os membros de nosso Conselho de Administração na Assembléia Geral Ordinária anual de acionistas para mandatos de um ano e os conselheiros podem ser reeleitos para mandatos consecutivos. O Conselho de Administração elege os membros de nossa Diretoria para mandatos de um ano, que também podem ser estendidos para mandatos consecutivos.

Para tornar-se um membro de nossa Diretoria Executiva é necessário fazer parte dos quadros de empregados ou administradores desta Companhia ou em empresas a ela ligadas há mais de 10 anos ininterruptos e ter menos de 65 anos de idade, na data de eleição. Existem 36 Diretores Departamentais e 9 Diretores na Diretoria. Os Diretores Departamentais e Diretores dirigem os negócios de cada uma das várias divisões e agências e reportam-se à Diretoria Executiva. Para ser Diretor Departamental ou Diretor é necessário fazer parte dos quadros de empregados ou administradores da Companhia ou de empresas a ela ligadas e ter menos de 62 e 60 anos de idade, respectivamente, na data de eleição. Nosso Conselho de Administração pode dispensar o cumprimento da exigência, em caráter excepcional, limitado a 25,0% dos respectivos cargos, para eleição de:

- I- Diretor Executivo, do período de trabalho na Organização (mais de 10 anos), com exceção dos eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidentes;
- II- Diretor Departamental e Diretor, de fazer parte dos quadros de empregados ou administradores da Companhia ou de empresas a ela ligadas.

Os membros de nosso Conselho de Administração são requeridos a trabalhar exclusivamente para nós, a menos que nosso Conselho de Administração conceda uma exceção. Os membros de nosso Conselho de Administração, entretanto, não necessitam ser ou ter sido nossos funcionários, e os seus serviços como membro de nosso Conselho de Administração não constituem vínculo empregatício conosco.

Conselho Fiscal

Segundo as leis brasileiras, as empresas podem ter um Conselho Fiscal, que é um órgão corporativo independente, com poderes gerais de monitoramento e supervisão de acordo com a Legislação Societária Brasileira. Nosso estatuto prevê um Conselho Fiscal e especifica que, caso nossos acionistas resolvam instalar um Conselho Fiscal, este deverá ser composto de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes.

O nosso Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos em 24 de março de 2008, com mandato até março de 2009. O Conselho Fiscal conta com três Membros Efetivos (Domingos Aparecido Maia, José Roberto Aparecido Nunciaroni e Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva) e três Membros Suplentes (João Batistela Biazon, Nelson Lopes de Oliveira e Renaud Roberto Teixeira). De acordo com a Legislação Societária Brasileira, nosso Conselho Fiscal tem direitos e obrigações, entre outras coisas, de:

- supervisionar, por meio de quaisquer de seus membros, as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de suas tarefas;
- examinar e emitir parecer sobre nossas demonstrações financeiras antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e quaisquer relatórios da Administração;
- opinar sobre quaisquer propostas de nossa Administração a serem submetidas à assembléia de acionistas, relativas a:
 - mudanças em nosso capital social;
 - emissões de debêntures ou ofertas de direitos que dão direito ao detentor de subscrever ações;
 - planos de investimento e orçamentos de dispêndios de capital;
 - distribuição de dividendos; e
 - transformação de nossa constituição corporativa e reestruturação corporativa como incorporação, fusão ou cisão.
- informar nossa Administração de qualquer erro, fraude ou contravenção que seja descoberta, e sugerir as medidas que devem ser tomadas por eles a fim de proteger nossos interesses maiores. Se nossa Administração falhar em tomar tais medidas necessárias para proteger os interesses da empresa, informar a assembléia de acionistas destes fatos; e
- convocar assembléias gerais de acionistas se a Administração atrasar tal assembléia por mais de um mês e convocar assembléias especiais de acionistas no caso de assuntos importantes.

Comitês Estatutários

Nossos acionistas aprovaram a criação dos comitês de auditoria, de controles internos e *compliance* e de remuneração na assembléia geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2003. Na Assembléia Geral Extraordinária realizada cumulativamente com a assembléia geral Ordinária em 27 de março de 2006, nossos acionistas aprovaram a transformação do comitê de conduta ética em órgão estatutário. Na assembléia geral Extraordinária realizada cumulativamente

com a assembléia geral Ordinária em 24 de março de 2008, nossos acionistas aprovaram a criação do comitê de gestão integrada de riscos e alocação de capital.

Comitê de Auditoria - Conforme o nosso Estatuto e atendendo regulamentação do Banco Central, em julho de 2004, nós constituímos um Comitê de Auditoria, o qual pode ser composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano. Os membros de nosso Comitê de Auditoria são nomeados e substituídos pelo Conselho de Administração. Os atuais membros do comitê são Mário da Silveira Teixeira Júnior, que atua como coordenador, e Hélio Machado dos Reis, Paulo Roberto Simões da Cunha e Yves Louis Jacques Lejeune, que atuam como membros sem atribuição específica. Desses membros, apenas o Sr. Mário Teixeira é membro do Conselho de Administração.

Além disso, a função de contratar auditores independentes é reservada ao nosso Conselho de Administração. Consequentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do *Exchange Act*, para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria fornecidas às nossas subsidiárias ou a nós. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria de empresas americanas. Já que o nosso comitê de auditoria não pode ser comparável aos comitês de auditoria de empresas americanas em termos de compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e de não auditoria, nós exercemos o direito de isenção estabelecida na regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*, com relação a isso. Para mais informações, veja “Item 16.D – Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria”.

Dentre suas atribuições estão:

- estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
- recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, relatórios da Administração e parecer dos auditores independentes;
- estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;
- reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Companhia e auditorias independente e interna;
- avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria Estatutária;
- recomendar à Diretoria da Companhia correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e

- verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros.

Comitê de Controles Internos e Compliance - composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. O Comitê tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Companhia.

Comitê de Remuneração - composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. Os Membros são nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. O Comitê tem por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Companhia, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

Comitê de Conduta Ética - composto por até 9 (nove) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano. O Comitê tem por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos nossos Códigos de Ética Corporativos e Setoriais, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade.

Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital - o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital possui atualmente 11 membros, cada um dos quais com mandato de um ano. Os membros são nomeados e substituídos pelo Conselho de Administração. A principal responsabilidade deste comitê é assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atividades relacionadas à aprovação de políticas institucionais e diretrizes operacionais, e estabelecer limites de exposição ao crédito. Atualmente, este comitê é composto por membros da nossa administração, a saber: O Presidente, que atua como Coordenador, e os Vice-Presidentes e Diretores Administrativos e Departamentais do Departamento de Gestão de Riscos e Compliance.

Funcionários

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos 82.773 funcionários dos quais 65.050 eram nossos funcionários e 17.723 eram de nossas subsidiárias, comparado com 79.306 funcionários em 31 de dezembro de 2006 e 73.881 funcionários em 31 de dezembro de 2005.

A tabela a seguir apresenta o número de nossos funcionários e uma discriminação dos funcionários por categoria principal de atividade e localização geográfica nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de:		
	2005	2006	2007
Número total de funcionários	73.881	79.306	82.773
Número por categoria de atividade:			
Serviços bancários:			
Bradesco	61.347	63.163	65.050
Seguros.....	4.737	4.758	4.818
Previdência complementar.....	1.465	1.491	1.584
Outras categorias	6.332	9.894	11.321
Número por localização geográfica:			
Cidade de Deus, Osasco	9.708	10.235	10.702
Alphaville, Barueri	1.333	1.385	1.419

São Paulo.....	15.184	15.607	17.102
Outros locais no Brasil	47.599	51.982	53.446
Internacionais	97	97	104

No período de 2005 a 2007, houve aquisições das instituições Morada Serviços e Amex Brasil, BEC e BMC.

Nossos funcionários de jornada parcial trabalham seis horas por dia, enquanto que, os nossos funcionários de tempo integral trabalham oito horas por dia. Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos 29.454 funcionários de jornada parcial e 53.319 funcionários trabalhando em tempo integral, comparado com 29.210 funcionários de jornada parcial e 50.096 funcionários trabalhando em tempo integral, em 31 de dezembro de 2006, e 28.353 funcionários de jornada parcial e 45.528 funcionários trabalhando em tempo integral, em 31 de dezembro de 2005.

Geralmente contratamos os nossos funcionários no início da carreira e os encorajamos a permanecerem conosco por toda a vida profissional. Damos preferência em preencher as posições com pessoal do próprio Bradesco, inclusive a administração média e posições seniores, mas também contratamos profissionais do mercado, em menor escala.

Em 31 de dezembro de 2007, aproximadamente 52% de nossos funcionários eram associados de um dos sindicatos, que representam os funcionários de bancos ou seguradoras no Brasil. Consideramos o nosso relacionamento com os nossos funcionários, bem como com os sindicatos como bom, em grande parte, devido à nossa filosofia de valorização do quadro e à transparência na comunicação. Não sofremos nenhuma greve durante os últimos quatro anos. Somos parte de dois acordos coletivos de trabalho: um relativo aos nossos funcionários bancários e o outro relativo aos nossos funcionários do setor de seguros.

Oferecemos aos nossos funcionários, benefícios que incluem o plano de saúde da Bradesco Saúde, que permite aos beneficiários escolherem assistência médico/hospitalar e odontológica por todo o país, plano de previdência complementar de aposentadoria e pensões, seguros subsidiados de vida e acidentes pessoais e ainda contamos com uma equipe de assistentes sociais que prestam orientações e acompanhamento aos funcionários e dependentes. Estes benefícios aplicam-se independentemente do cargo dos funcionários. Atualmente, 27% de nossos funcionários participam do fundo de previdência complementar da Bradesco Vida e Previdência. De acordo com nosso contrato coletivo de trabalho, oferecemos aos nossos funcionários planos de remuneração de participação nos lucros.

Também oferecemos treinamento profissional para nossos funcionários. No ano de 2007, investimos R\$ 75,3 milhões em treinamento para capacitação profissional, totalizando 1.021.153 participações. No ano de 2006, investimos R\$ 57,9 milhões em treinamento, com 1.167.743 participações. Nosso Departamento de Treinamento prepara e ministra cursos de treinamento e desenvolvimento pessoal em áreas de operações, técnicas e comportamentais.

Propriedade de Ações

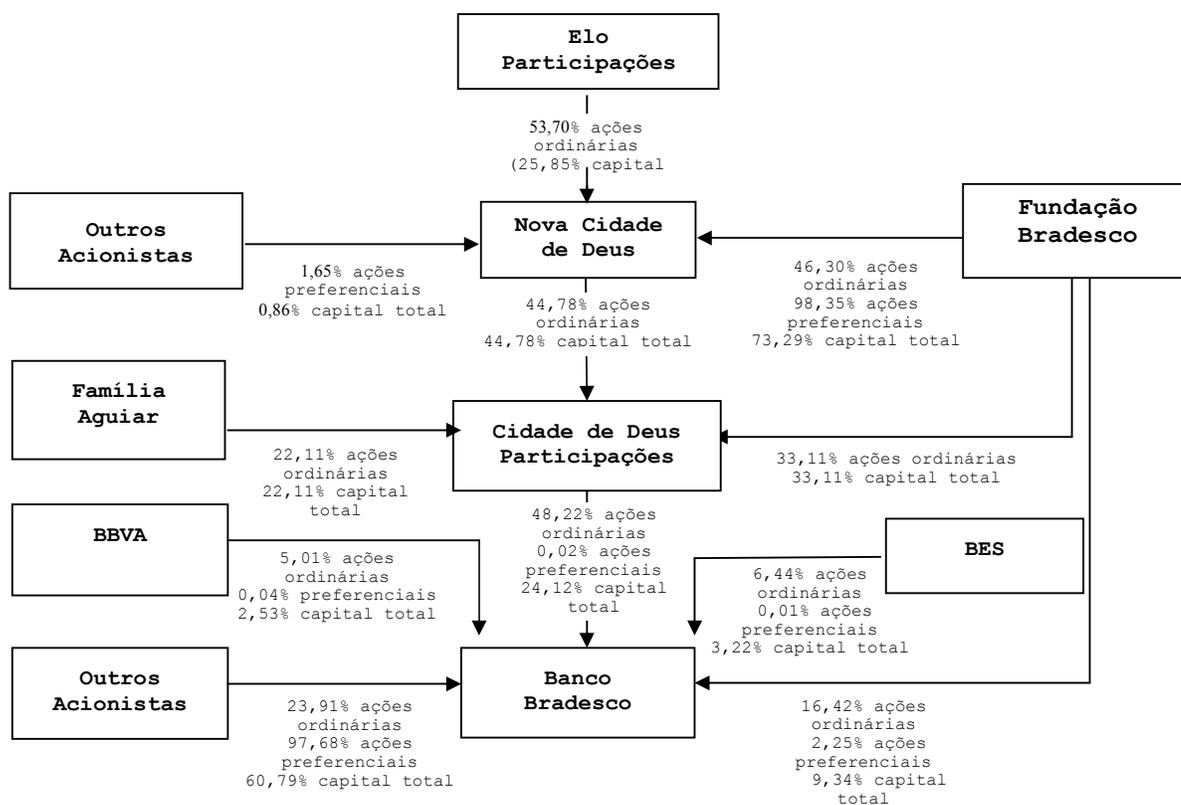
Em 31 de dezembro de 2007, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária detinham indiretamente 4,30% do nosso capital com direito a voto e 2,15% de nosso capital acionário total, através de uma companhia chamada Elo Participações e Investimentos S.A., que chamamos de “Elo”. Além disso, alguns de nossos conselheiros e diretores estatutários detêm diretamente ações de nosso capital. Entretanto, em 31 de dezembro de 2007, cada um desses conselheiros e diretores individualmente detinha, direta ou indiretamente, menos de 1,00% de qualquer classe de nossas ações.

Item 7. Principais Acionistas e Transações entre Partes Relacionadas

Principais Acionistas

Somos uma companhia aberta com 1.514.005.545 ações ordinárias e 1.514.005.389 ações preferenciais já descontando ações em tesouraria, (ajustada pela bonificação de 50% deliberada na Assembléia realizada em 24 de março de 2008) todas nominativas-escriturais, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2007. Na Assembléia Geral Extraordinária de 4 de janeiro de 2008, realizou-se aumento de capital mediante a emissão de 27.906.977 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 13.953.489 ações ordinárias e 13.953.488 ações preferenciais. Em nossa assembléia geral extraordinária realizada em 24 de março de 2008, nosso capital foi aumentado mediante a emissão de 995.381.890 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 525.597.949 são ações ordinárias e 525.597.895 são ações preferenciais. Para informações sobre os direitos dos acionistas e nossas distribuições de dividendos, veja “Item 8. Informações Financeiras - Política de Distribuição de Dividendos” e “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social – Organização - Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos”.

O gráfico a seguir mostra a nossa estrutura de participação acionária em 31 de dezembro de 2007:



Cidade de Deus Participações, uma empresa “holding”, diretamente detém 48,22% de nosso capital votante e 24,12% de nosso capital total. A Cidade de Deus Participações, por sua vez é detida pela Família Aguiar, Fundação Bradesco e outra empresa “holding”, a Nova Cidade de Deus Participações S.A., que chamamos de “Nova Cidade de Deus”. A Nova Cidade de Deus é detida basicamente pela Fundação Bradesco e Elo.

Exceto pela aquisição de ações pela Elo em 1999, pela aquisição de ações pelo BBVA em 2003, e pelo aumento de participação no capital social votante pelo BES, que descrevemos a seguir, pelo que sabemos, não houve nenhuma mudança significativa na participação percentual de quaisquer dos principais acionistas nos últimos cinco anos.

A seguinte tabela demonstra a participação acionária direta de nossas ações ordinárias e preferenciais em circulação em 31 de dezembro de 2007. Até onde sabemos, somente aqueles acionistas mencionados na tabela abaixo, exceto membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Executiva, detêm cinco por cento ou mais de nossos valores mobiliários com direito a voto.

Acionistas	Número de ações ordinárias	Porcentagem das ações ordinárias	Número de ações preferenciais	Porcentagem de ações preferenciais	Número total de ações	Porcentagem das ações totais
(Número de ações, exceto porcentagens)						
Cidade de Deus Participações.....	486.663.092	48,22	246.156	0,02	486.909.248	24,12
Fundação Bradesco ⁽¹⁾	165.718.222	16,42	22.752.281	2,25	188.470.503	9,34
Banco Bilbao Viscaya Argentaria	50.566.602	5,01	415.508	0,04	50.982.110	2,53
Banco Espírito Santo S.A.	64.979.080	6,44	58.600	0,01	65.037.680	3,22
Membros do Conselho:						
Lázaro de Mello Brandão.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Antônio Bornia	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Mário da Silveira Teixeira Júnior.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Márcio Artur Laurelli Cypriano	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
João Aguiar Alvarez.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Denise Aguiar A. Valente	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Raul Santoro de Mattos Almeida	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Ricardo Espírito Santo S. Salgado	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Total do Conselho de Administração	9.541.368	0,95	9.790.958	0,97	19.332.326	0,96
Membros da Diretoria Executiva:						
Laércio Albino Cezar	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Arnaldo Alves Vieira	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Carlos Trabuco Cappi	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Sérgio Socha	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Julio de Siqueira Carvalho de Araújo	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Milton Almicar Silva Vargas	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Luiz Acar Pedro	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Norberto Pinto Barbedo	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Armando Trivelato Filho.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Alcides Munhoz	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
José Guilherme Lembi de Faria.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Luiz Pasteur Vasconcellos Machado.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Milton Matsumoto	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Odair Afonso Rebelato.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Aurélio Conrado Boni.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Domingos Figueiredo de Abreu	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Paulo Eduardo D'Avila Isola	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Ademir Cossielo.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Sergio Alexandre Figueiredo Clemente.....	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Total Membros da Diretoria Executiva	401.494	0,04	924.687	0,09	1.326.181	0,07
Subtotal.....	777.869.858	77,08	34.188.190	3,38	812.058.048	40,24
Outros	231.467.172	22,92	975.148.736	96,62	1.206.615.908	59,76
Total.....	1.009.337.030	100,00	1.009.336.926	100,00	2.018.673.956	100,00

(1) Também indiretamente possui, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações e Nova Cidade de Deus, 31,79% de nossas ações ordinárias e 15,90% do total de nossas ações.

(*) Nenhum dos nossos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários ou órgãos de administração, supervisão ou gestão diretamente mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de nossas ações, e suas posições acionárias individuais não têm sido divulgadas previamente a nossos acionistas, ou de outra maneira, feitas ao público. Veja “Item 6 - Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Propriedade de Ações”, para mais informações.

(**) As informações na tabela acima não foram ajustadas para refletir o desdobramento de nosso capital acionário aprovado em 24 de março de 2008. Se fosse feito o ajuste do número de nossas ações em circulação acima para considerar o desdobramento de nosso capital acionário em 24 de março de 2008, teríamos 1.514.005.545 ações ordinárias, 1.514.005.389 ações preferenciais e 3.028.010.934 ações totais em 31 de dezembro de 2007.

A seguir, uma breve descrição dos nossos principais acionistas beneficiários. Nenhum dos principais acionistas beneficiários tem direitos a voto que diferem daqueles dos outros detentores de nossas ações ordinárias, exceto que conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Para mais informações, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Aquisições em 2003 e 2004 - Aquisição do BBV Banco”.

Cidade de Deus Participações

A Cidade de Deus Participações é uma empresa “holding” que detém investimentos em outras empresas. Ela também administra, compra e vende valores mobiliários e outros ativos por conta própria. Seus acionistas são: a Nova Cidade de Deus, com 44,78% de suas ações ordinárias e do

capital total, a Fundação Bradesco, com 33,11% de suas ações ordinárias e do capital total, e a Família Aguiar, com 22,11% de suas ações ordinárias e do capital total em 31 de dezembro de 2007. O capital social da empresa é composto por ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal.

Nova Cidade de Deus

A Nova Cidade de Deus é uma empresa “holding”, que detém investimentos em outras empresas, particularmente aquelas que, direta ou indiretamente, detêm nosso capital com direito a voto. Em 31 de dezembro de 2007, a empresa indiretamente possuía, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações, 21,59% de nossas ações ordinárias e 10,80% do total de nossas ações.

O capital social da Nova Cidade de Deus é dividido em ações ordinárias classe A, classe B e preferenciais. A propriedade das ações ordinárias classe B é limitada a:

- membros de nossa Diretoria Executiva;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros de nosso Conselho de Administração;
- antigos membros de nossa Diretoria Executiva, que tenham tornado-se membros do Conselho de Administração de uma ou mais de nossas subsidiárias; e
- sociedade comercial ou civil cuja ações ou cotas, com direito de voto, pertençam na sua maioria à pessoas acima indicadas.

A titularidade das ações ordinárias Classe A da Nova Cidade de Deus é privativa das pessoas que têm direito de deter ações ordinárias Classe B, bem como de associações civis e fundações de direito privado, cuja administração esteja a cargo destas pessoas ou de dirigentes por ela nomeadas. Somente os detentores de ações ordinárias Classe A e B da Nova Cidade de Deus têm direito a voto.

Família Aguiar

Três membros da Família Aguiar, juntamente com o espólio do Sr. Amador Aguiar, indiretamente possuíam em 31 de dezembro de 2007, por meio de suas participações na Cidade de Deus Participações, 10,66% de nossas ações ordinárias e 5,33% do total de nossas ações. Além disso, as mesmas partes diretamente possuíam um total de 1,12% de nossas ações ordinárias e 1,04% de nossas ações preferenciais e 1,08% do total de ações. Nenhum dos membros individuais da Família Aguiar detém diretamente mais que 1,00% de nossas ações com direito a voto.

Fundação Bradesco

A Fundação Bradesco, direta e indiretamente, por meio de sua participação na Cidade de Deus Participações e Nova Cidade de Deus detinha, em 31 de dezembro de 2007, 48,21% de nossas ações ordinárias, 2,27% de nossas ações preferenciais e 25,24% do total de nossas ações. De acordo com os termos do estatuto social da Fundação Bradesco, sua Mesa Regedora, órgão deliberativo máximo, é composta por todos nossos Conselheiros, membros da Diretoria Executiva e Diretores Departamentais, assim como todos os Conselheiros e Diretores da Cidade de Deus Participações S.A., sem direito a remuneração.

A Fundação Bradesco, o centro de nossas ações sociais, foi criada em 1956, para investir na formação educacional de crianças, jovens e adultos no Brasil, especialmente os mais carentes, a fim de promover a inclusão social. Durante seus 51 anos de existência, a Fundação Bradesco proporcionou ensino formal gratuito e de qualidade a mais de 2 milhões de alunos e programas de ensino à distância (e outros cursos presenciais) a mais de 500 mil alunos.

No exercício, a Fundação atendeu mais de 384 mil estudantes, dos quais 109 mil foram atendidos nas próprias instalações da Fundação Bradesco e 275 mil dos quais foram atendidos por meio de sua escola virtual, portal *e-learning*, Escola Virtual e centros de inclusão digital. A Fundação Bradesco oferece uma ampla gama de programas educacionais, incluindo educação básica, da educação infantil ao ensino médio, educação de jovens e adultos e na formação inicial e continuada de trabalhadores. Aos alunos da educação básica (aproximadamente 50 mil) são também assegurados gratuitamente uniforme, material escolar, alimentação e assistência médico-odontológica.

As Escolas da Fundação mantiveram índice de aprovação de alunos no patamar de 96%, na média dos últimos cinco anos, equivalente aos melhores parâmetros internacionais.

Para atender aos desafios da atualização, qualificação e requalificação de trabalhadores, com diferentes níveis de escolaridade, a Fundação Bradesco oferece mais de 100 opções de cursos livres, com programas flexíveis, modelados com o intuito de qualificar os participantes a empreender o seu próprio negócio ou conquistar melhores posições no mercado de trabalho. Destacam-se, nessa perspectiva, os cursos nas áreas de Tecnologia Gráfica, Agropecuária, Gestão de Empresas, Informática, Moda, Lazer e Desenvolvimento, que ampliam os sólidos vínculos com os mercados regionais e os interesses específicos das comunidades.

Em 18 de março de 2007, todas as unidades da Fundação Bradesco promoveram o “Dia Nacional de Ação Voluntária”, mobilizando mais de 27 mil voluntários em mais de 149 pontos, que incluíram Escolas da Rede Pública e Centros de Inclusão Digital, quando realizaram mais de 1 milhão de atendimentos nas áreas de cidadania, educação, lazer, esporte e meio ambiente.

As alianças consolidadas ao longo dos anos permitiram à Fundação Bradesco ampliar suas realizações, dando novo impulso a programas especiais destinados a democratizar e atualizar o conhecimento. Com o *Media Lab*, Centro de Pesquisa do MIT - Massachusetts Institute of Technology, desenvolveu projetos de integração da tecnologia com questões sociais. O D-Lab (*Development Laboratory*) é outro projeto em que alunos do MIT, USP e Fundação Bradesco atuam em conjunto na implantação de tecnologias na comunidade indígena dos Javaés, em Canuanã, TO. Com a Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo, mantém, desde 1997, como sócia-fundadora, o Canal Futura - “O Canal do Conhecimento”. Em 2007, a Fundação Bradesco investiu R\$ 18,841 milhões no Canal do Conhecimento, que alcança, atualmente, cerca de 33 milhões de telespectadores.

Implantado há nove anos, o Programa de Informática para Deficientes Visuais, já atendeu a mais de 8 mil alunos e os Programas “Intel Educação para o Futuro” e “Intel Aprender” completam a lista de iniciativas na área de tecnologia, tendo atendido a mais de 56 mil educadores e 19 mil jovens. Contribuindo, desde 1998, para a alfabetização de habitantes das regiões Norte e Nordeste, através do “Programa Alfabetização Solidária”, e investiu R\$ 900 mil em 2007 para possibilitar o benefício da educação a mais de 6 mil brasileiros.

O portal de *e-learning* “Escola Virtual”, desenvolve 184 programas de ensino à distância e cursos semipresenciais em tecnologia da informação e formação de professores. A “Escola Virtual” que já beneficiou mais de 165 mil estudantes. Através da “Escola Virtual”, a Fundação Bradesco promoveu ainda a inclusão digital da população do entorno das instalações através de seus 69 centros de inclusão digital, quatro em comunidades indígenas, o que beneficiou mais de 109 mil estudantes.

Visando à promoção de educação ambiental e ações de reflorestamento, apóia o trabalho da Fundação SOS Mata Atlântica com a manutenção de quinze viveiros para produção de mudas em suas instalações. A Fundação Bradesco lançou também em 2007 o livro “Ações no Presente para um Futuro Melhor”, que reúne os 50 principais projetos de Educação Ambiental desenvolvidos nas suas 40 escolas em todo o Brasil e uma coletânea de quatro DVDs “Educação Ambiental nas Escolas”

O trabalho da Fundação foi reconhecido pela John F. Kennedy School of Government, da Harvard Kennedy School dos Estados Unidos, e convertido em *case*, com o título “Os desafios da Fundação Bradesco: fazendo a diferença no sistema educacional brasileiro”, que relata a trajetória dos 50 anos dedicados pela Fundação Bradesco à educação e possíveis caminhos.

A profundidade e o alcance das ações sociais da Fundação Bradesco mereceram o reconhecimento em diversas premiações, entre elas, destaque para o Prêmio Inteligência Social 2007, Diploma Marcas & Líderes; Medalha do Mérito Cívico Afro-brasileiro; Medalha João Ribeiro da Academia Brasileira de Letras; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; 50º Concurso Cientistas de Amanhã (Prêmio IBICC-Unesco e Prêmio-MEC); Prêmio IT Leaders 2007 e Prêmio Responsabilidade Social.

A Fundação Bradesco representa uma forma inequívoca de distribuição da riqueza gerada no âmbito da Organização, já que sua principal fonte de recursos provém da sua participação como acionista do Bradesco. Além disso, desenvolve trabalho de elevação do nível de qualidade de vida das comunidades onde atua.

A verba orçamentária da Fundação Bradesco aplicada no ano 2007 totalizou R\$ 200,9 milhões, e para 2008, prevemos que R\$ 220,0 milhões sejam destinados para o custeio de mais de 411 mil atendimentos, sendo mais de 110 mil alunos em suas próprias instalações (na educação básica, de jovens e adultos e de trabalhadores) e mais 301 mil atendimentos em outros cursos presenciais e programas de ensino à distância por meio da “Escola Virtual” e os centros de inclusão digital. Nos últimos dez anos, o investimento acumulado da Fundação Bradesco foi de R\$ 3,074 bilhões.

Elo Participações e Investimentos

A Elo indiretamente possuía, por meio de sua participação na Nova Cidade de Deus, 5,58% de nossas ações ordinárias e 2,79% do total de nossas ações em 31 de dezembro de 2007. A Elo é uma empresa “holding”, que foi constituída para deter participações em nosso capital e no capital de nossos acionistas diretos e indiretos. Em 1999, a Elo adquiriu de vários acionistas uma participação indireta de 5,51% de nosso capital votante. Somente membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária do Bradesco, da Bradespar ou de nossas subsidiárias, bem como funcionários qualificados podem deter ações da Elo. Entretanto, somente os Conselheiros e Diretores Estatutários podem possuir ações com direito a voto. A maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária possui ações na Elo.

BBVA

O BBVA é um grupo financeiro global com sede em Bilbao, Espanha. Em 31 de dezembro de 2007, o BBVA possuía diretamente 5,01% de nossas ações ordinárias e 2,53% do total de nossas ações. Conforme nossa aquisição do BBV Banco em junho de 2003, emitimos, para distribuição ao BBVA, ações ordinárias e preferenciais correspondentes a 4,4% de nosso capital acionário, no valor de R\$ 630 milhões. Posteriormente, o BBVA aumentou sua porcentagem de participação através de aquisição de nossas ações na Bovespa.

Em março de 2008, comunicamos ao mercado que o BBVA notificou o exercício de opção de venda da sua posição acionária, nos termos do Acordo de Acionistas firmado em junho de 2003, sendo que a compra dessa posição ocorreu em 11 de abril de 2008.

O BBVA oferece serviços bancários de investimento, atacado e varejo, serviços de gestão de ativos e seguros, entre outras atividades. Em 31 de dezembro de 2003, a Chase Nominees Ltd. detinha 5,25% do capital do BBVA. Pelo nosso conhecimento, não há outras participações individuais significativas no capital social do BBVA e nenhum indivíduo exercendo controle substancial.

Conforme o Acordo de Acionistas de 9 de junho de 2003, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. Conseqüentemente, o Sr. José Fonollosa García foi nomeado ao nosso Conselho de Administração em 9 de junho de 2003, sendo substituído em janeiro de 2005 pelo Sr. Raul Santoro de Mattos Almeida. Para mais informações a respeito do Acordo, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Aquisições em 2003 e 2004 - Aquisição do BBV Banco”.

BES

O Banco Espírito Santo S.A. (BES) é um banco comercial com sede em Portugal. Em dezembro de 2007, o BES possuía diretamente 6,44% de nossas ações ordinárias e 3,22% do total de nossas ações. Atualmente, o Sr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado é o representante da BES em nosso Conselho de Administração.

Outras

A participação direta do público representava 22,92% de nosso capital votante em 31 de dezembro de 2007 (inclusive uma participação acionária de 1,22% detida pelo Bank of Tokio Mitsubishi - UFJ (MUFG)) e 96,62% de nossas ações preferenciais. As participações diretas e indiretas do público em nossas ações ordinárias e preferenciais representavam uma participação efetiva de 59,76% em nosso capital acionário, em 31 de dezembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2007, 20,58% de nossas ações preferenciais e 12,78% de nossas ações ordinárias eram detidas por 3.699 investidores estrangeiros junto à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, conhecida como “CBLC”. Na mesma data, nossos ADRs representavam 22,81% de nossas ações preferenciais e nossos GDRs 0,05% de nossas ações preferenciais.

Operações com Controladas e Coligadas

Segundo as leis 4.595/64 e 7.492/86, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- diretores e membros dos conselhos administrativo, fiscal, consultivo e semelhantes órgãos societários, seus respectivos cônjuges e parentes de segundo grau;
- as pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%, direta ou indiretamente;
- pessoas jurídicas nas quais tais instituições financeiras têm participação com mais de 10%, direta ou indiretamente;
- pessoas jurídicas de cujo capital participem, direta ou indiretamente, com mais de 10% quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como ao cônjuge e os parentes até o segundo grau;

Não temos, desta forma, concedido empréstimos ou adiantamentos para quaisquer de nossas controladas, coligadas, diretores estatutários, conselheiros ou a seus parentes até o segundo grau. De acordo com as leis brasileiras, as instituições financeiras devem manter o cadastro de impedimentos atualizado para evitar que empréstimos ou financiamentos vedados ocorram. Maiores detalhes sobre restrições nas operações de instituições financeiras, ver “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão - Regulamentação Bancária - Principais Limitações e Restrições de Atividades de Instituições Financeiras”.

Distribuição de Produtos em Nossas Agências

Todas as nossas unidades de negócio e subsidiárias, inclusive Bradesco Leasing, Bradesco Consórcios, Bradesco Seguros, Bradesco Vida e Previdência e Bradesco Capitalização usam a nossa rede de agências como canal de distribuição para a venda de seguros, previdência complementar, títulos de capitalização, consórcios e outros produtos, arrendamentos e serviços. Nós registramos todos os custos relativos a nossa rede de agências em nossas demonstrações financeiras.

Para mais informações sobre o uso de nossas agências ou unidades de negócios e subsidiárias para distribuição, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Canais de Distribuição - Sistema de Agências”.

Outros Assuntos

Até 2004, contribuíamos regularmente para a nossa acionista Fundação Bradesco, uma fundação beneficente. Não fizemos doações para a Fundação Bradesco em 2005, 2006 e 2007. Essas doações foram feitas voluntariamente e totalizaram R\$ 71,4 milhões em 2004 e R\$ 62,7 milhões em 2003. Para informações adicionais sobre a Fundação Bradesco, veja “Principais Acionistas - Fundação Bradesco” e a nota 27 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

O Bank of Tokio Mitsubishi - UFJ (MUFG) detém 1,21 %, o BES detém 3,22% de nosso capital total, e o BBVA detém 2,53% de nosso capital total, sendo que nos fornecem linhas de crédito para operações comerciais. Os termos dessas transações são consistentes com os de transações semelhantes que nos engajamos com outras instituições não afiliadas.

Item 8. Informações Financeiras

Veja “Item 18. - Demonstrações Financeiras” que compõe nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, preparadas de acordo com o U.S. GAAP.

Processos Judiciais

Somos parte em processos administrativos e judiciais que surgem durante o curso normal de nossos negócios, envolvendo discussões de natureza cível, tributária e trabalhista. Não há nenhuma questão litigiosa que seja significativa individualmente. Acreditamos que não haja nenhum processo pendente ou iminente, individual ou globalmente, que se decidido contra nós ou nossas subsidiárias, teria efeito adverso material sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos bens, perspectivas, ou resultado das operações.

Em 31 de dezembro de 2007, de nossa provisão para contingências de R\$ 9,1 bilhões, aproximadamente 16,2% relaciona-se a questões trabalhistas, aproximadamente 69,0% relaciona-se a questões tributárias e aproximadamente 14,8% relaciona-se a questões cíveis. Para mais informações, veja nota 23 de nossas demonstrações financeiras consolidadas no Item 18.

Acreditamos que, em 31 de dezembro de 2007, nossas provisões para contingências estavam adequadas para cobrir qualquer exposição em potencial oriunda de litígios sujeitas às exigências de indexação pela inflação para provisões relativas a certas questões tributárias.

Questões trabalhistas. Durante 2007, nos envolvemos em 4.038 novos processos trabalhistas, nenhum deles significativo individualmente. As questões referem-se, principalmente, às ações instauradas por funcionários demitidos. Adquirimos várias instituições financeiras nos últimos anos, e juntamente com a aquisição de uma instituição financeira e sua integração à nossa Companhia, nós geralmente reduzimos nosso número de funcionários e o número de funcionários da instituição adquirida, em decorrência da sinergia. A maioria das questões trabalhistas que estamos envolvidos refere-se a tais reduções.

Questões tributárias. Somos também parte em vários processos, judiciais ou administrativos, de natureza tributária, envolvendo inclusive questões relativas à constitucionalidade de algumas exigências tributárias. Algumas demandas visam deixar de pagar tributos com os quais não concordamos e outras visam recuperar tributos que entendemos que foram pagos indevidamente. Os valores que deixamos de pagar em decorrência dessas demandas em geral estão integralmente provisionados e atualizados pelos índices de inflação determinados pela legislação tributária. Já os tributos a serem restituídos somente são contabilizados com o surgimento de decisão irrecorrível reconhecendo o nosso direito.

Questões cíveis. Somos parte em vários casos cíveis, que surgem do curso normal de nossas atividades. As questões consistem, principalmente, de reivindicações por danos financeiros, geralmente por reclamações contra nós que surgem de nossas medidas para cobrar instrumentos financeiros não pagos, reposição dos índices de inflação resultantes de planos econômicos, cheques sem fundos e em virtude de relatarmos informações de crédito adversas aos órgãos que controlam informações sobre crédito.

Em 2007, tivemos um incremento no ajuizamento de ações pleiteando a incidência de índices de inflação que forma expurgados quando da correção dos saldos de cadernetas de poupança, em razão de planos econômicos, embora tenhamos cumprido a ordem legal vigente à época.

Como outros bancos brasileiros, estamos envolvidos em várias discussões relativamente à forma de contabilizar os efeitos da inflação, durante períodos de hiperinflação. De um modo geral, o Superior Tribunal de Justiça do Brasil tem decidido essas causas em favor dos bancos. Um resultado desfavorável nessas causas não teria um efeito adverso material em nossos resultados de operações ou situação financeira.

Outros assuntos. Não somos atualmente objeto de processos significativos pelo Banco Central, pela CVM, pela ANS ou pela Susep, em curso ou ameaçados. Nossa Administração acredita que estamos cumprindo todos os regulamentos aplicáveis pelo Banco Central, pela CVM, pela ANS e pela Susep.

Política de Distribuição de Dividendos

O nosso estatuto estabelece que o nosso Conselho de Administração proponha, a cada assembléia geral ordinária, uma distribuição anual compulsória aos nossos acionistas de pelo menos 30,0% do nosso lucro líquido ajustado, o que excede o mínimo de 25,0% do lucro líquido estabelecido pela Legislação Societária Brasileira. Para obter informações adicionais, inclusive as exceções a essa exigência, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos”.

A legislação brasileira autoriza as companhias a pagar juros sobre o capital próprio a seus acionistas, os quais são imputados, líquidos do Imposto de Renda na Fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

A nossa política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio é a de maximizar o montante das distribuições, de acordo com a nossa estratégia de planejamento fiscal. Para obter informações adicionais, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Visão Geral - Impostos”.

Item 9. A Oferta e a Cotação em Bolsa

DESCRIÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

O nosso capital social, ajustado ao desdobramento de nosso capital social em 12 de março de 2007 e nossa aquisição do BMC S/A, deliberado na Assembléia realizada em 24 de agosto de 2007, é formado por 1.010.165.730 ações ordinárias e 1.010.754.450 preferenciais, sem valor nominal. Nossas ações preferenciais compõem o índice Bovespa e são negociadas, sob o símbolo “BBDC4”. Em 31 de dezembro de 2007, havia 975.148.736 ações preferenciais em circulação no mercado.

Em junho de 1997, por intermédio do Citibank N.A. no seu papel de banco depositário, foram emitidos ADRs, Nível I, na Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE e desde fevereiro de 2001, no “Mercado Latino-Americano em Euros”, conhecido como “Latibex”, em Madri, Espanha, sob o símbolo “XBBDC”.

Em novembro de 2001, nossos ADRs Nível II foram listados na NYSE sob símbolo “BBD”. A proporção de ADRs por ações preferenciais foi modificada, ficando cada ADR, então representando 5.000 ações preferenciais, para cada uma ação. Em março de 2004, além da reestruturação societária a que fomos submetidos, ajustamos a paridade de nossas ADRs em relação às nossas ações preferenciais de modo a deixar cada ADR correspondendo a uma ação preferencial.

Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração propôs o grupamento de ações na proporção de 10.000 ações para 1 ação de cada espécie, resultando em um grupamento de ações de um ADR a um índice de 2 para 1, de maneira que cada ADR representasse uma ação preferencial. O grupamento de ações foi aprovado em 6 de janeiro de 2004. Em decorrência desse evento, o capital social foi alterado para 79.894.005 ações ordinárias e 78.693.936 ações preferenciais. A partir de março de 2004, nossas ações começaram a ser negociadas na Bovespa, na proporção de 1 ação para 1 ADR na NYSE e para 1 GDR no Latibex.

Em 9 de dezembro de 2004, a assembléia geral extraordinária aprovou o desdobramento das ações representativas do capital social, sem alteração do seu valor, de duas novas ações para cada ação possuída da respectiva espécie.

Em 11 de novembro de 2005, o Conselho de Administração deliberou bonificação vinculada às nossas ações, a proporção de 1 nova ação da mesma espécie para cada ação emitida por nós. Nossos acionistas tiveram sua participação acrescida, gratuitamente. Tal bonificação foi aprovada pelo Banco Central em 14 de novembro de 2005.

Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou bonificação vinculada às nossas ações, a proporção de 1 nova ação da mesma espécie para cada ação emitida por nós.

Em 24 de março de 2008, o Conselho de Administração deliberou bonificação, a proporção de 1 nova ação da mesma espécie para cada 2 ações possuídas.

A bonificação vinculada às nossas ações foi efetivada na Bovespa na proporção que foi aplicada aos ADRs na NYSE e GDRs na Latibex, mantendo a proporção de 1 ação para cada ADR na NYSE e 1 GDR no Latibex.

Nossos ADRs são negociadas na NYSE, sob o símbolo “BBD”.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, as cotações máximas e mínimas de preços de venda em reais, para as ações preferenciais na Bovespa:

	Preço por ação preferencial ⁽¹⁾⁽²⁾		Média mensal volume de negócios ⁽¹⁾⁽²⁾
	Máxima	Mínima	(ações em unidades)
	(em R\$)		
2003	12,61	7,82	51.166.210
2004	17,15	8,98	47.348.207
2005	38,07	14,59	49.361.417
2006	46,02	28,33	47.462.200
2007			
1º Trimestre	45,13	36,90	52.412.733
2º Trimestre	50,36	40,24	56.901.503
3º Trimestre	54,32	41,21	58.283.728
4º Trimestre	62,31	49,90	55.948.786
Dezembro	62,31	53,96	52.819.740
2008			
1º Trimestre	56,86	43,46	67.375.667
Janeiro	56,69	43,44	65.800.350
Fevereiro	54,60	43,60	67.732.900
Março	54,59	47,25	65.460.400
Abril	51,90	32,75	91.681.600
Maió	41,50	36,78	111.708.600

(1) Preços e quantidades não ajustados por proventos.

(2) Preços e quantidades ajustados pelo desdobramento de 12 de março de 2007.

Fonte: Economática.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, os preços de venda demonstrados mínimos e máximos no fechamento em dólares norte-americanos para os ADRs na NYSE:

	Preço por ADR ⁽¹⁾⁽²⁾		Média mensal volume de negócios ⁽¹⁾⁽²⁾
	Máxima	Mínima	(ADR em unidades)
	(em US\$)		
2003	4,48	2,22	29.240.050
2004	6,34	2,92	26.441.100
2005	17,70	5,47	45.086.117
2006	21,91	12,34	61.540.383
2007			
1º Trimestre	21,23	17,20	73.638.067
2º Trimestre	26,51	19,71	80.578.033
3º Trimestre	29,65	19,93	103.583.683
4º Trimestre	35,61	27,06	97.570.545
Dezembro	35,61	29,65	89.039.482
2008			
1º Trimestre	32,87	23,75	147.685.063
Janeiro	32,17	23,75	162.305.350
Fevereiro	32,87	24,53	135.887.248
Março	32,74	27,11	128.632.055
Abril	31,12	20,26	157.257.208
Maió	25,24	22,14	216.080.070

(1) Preços e quantidades não ajustados por proventos.

(2) Preços e quantidades ajustados pelo desdobramento de 12 de março de 2007.

Fonte: Economática.

As nossas ações preferenciais são nominativas e escriturais e prestamos todos os serviços de custódia e transferência das ações. Nossos acionistas podem optar por manter suas ações registradas na CBLC. Segundo a legislação brasileira, os detentores de nossas ações preferenciais, que não são brasileiros, poderão estar sujeitos a determinadas conseqüências fiscais adversas, devido à sua titularidade e com respeito a qualquer transferência de ações preferenciais. Para obter mais informações sobre as restrições relativas à transferência de ações preferenciais, veja “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Forma e Transferência” e “ - Controles de Câmbio”.

As nossas ADSs são representadas por recibos definitivos, os “ADRs” (Recibos Depositários Americanos). As ADSs podem ser mantidas de forma escritural juntamente com instituições

financeiras, que sejam participantes do “Depositary Trust Company ou DTC”. O banco depositário, no seu papel de agente de registro, presta o serviço de transferência dos ADRs. A titularidade de um ADR (e de cada ADS que lhe serve de lastro), quando estiver devidamente endossado e acompanhado dos devidos instrumentos de transferência, é transferível por tradição, tendo o mesmo efeito que no caso de um título ou valor mobiliário certificado, segundo as leis do Estado de Nova Iorque. Os detentores de ADRs que vierem a transferi-los poderão estar sujeitos a:

- reembolso ao banco depositário de quaisquer tributos, encargos fiscais ou taxas que o banco depositário tenha pago;
- pagamento de quaisquer taxas de transferência, segundo os termos do contrato de depósito;
- apresentação de comprovação satisfatória de identidade e de legitimidade de suas assinaturas ou de quaisquer outros documentos exigidos pelo contrato de depósito;
- cumprimento da legislação norte-americana, brasileira ou outras leis ou regulamentos governamentais aplicáveis; e
- cumprimento de regras razoáveis, se existentes, que nós e o banco depositário possamos estabelecer e que sejam consistentes com o contrato de depósito.

Todas as nossas ações em circulação são integralizadas e não sujeitas a chamadas de capital.

Os direitos dos detentores das ações preferenciais são limitados, em aspectos significativos, se comparados com os direitos dos detentores de ações ordinárias, de diversas maneiras significativas:

- cada ação ordinária confere ao detentor o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas, enquanto os detentores de ações preferenciais somente têm direito a voto em circunstâncias limitadas, descritas no “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos a Voto”; e
- a natureza dos direitos de preferência dos acionistas preferencialistas de subscrever ações ou títulos conversíveis depende da proporção do capital que seria representada pelas ações preferenciais, após o aumento do capital, conforme descrito no “Item 10. Informações Adicionais - Atos Constitutivos e Estatuto Social - Organização - Direitos de Preferência”.

Os detentores das ADSs têm direitos que correspondem às ações preferenciais que as lastreiam, sujeitos aos termos do contrato de depósito. Os detentores de ADSs são parte do contrato de depósito e, portanto, são obrigados pelos seus termos e pelos termos dos ADRs que representam as ADSs.

NEGOCIAÇÃO NA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

A BOVESPA é uma empresa de capital aberto controlada pela Bovespa Holding S.A. A partir de abril de 2000, as bolsas de valores brasileiras foram reorganizadas através da troca de protocolos de intenções. Até abril de 2004, todas as ações relativas a valores mobiliários passaram a ser negociados somente na Bolsa de Valores de São Paulo, com exceção dos Leilões de Privatizações que ocorriam na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em maio de 2004, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi reaberta para a negociação de determinados títulos públicos.

Se V.Sas. viessem a negociar nossas ações preferenciais na Bovespa, sua negociação seria liquidada em três dias úteis após a data da negociação. Normalmente é exigido que o vendedor entregue as ações na bolsa no terceiro dia útil até as 10:00 horas após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são efetuados por meio dos serviços da CBLC.

A Bovespa é menos líquida que a NYSE, ou que outras bolsas importantes ao redor do mundo. Em 31 de dezembro de 2007, o total agregado de capitalização no mercado, das 404 empresas cotadas na Bovespa, era equivalente a aproximadamente US\$ 1,398 bilhões, sendo que as dez maiores empresas cotadas na Bovespa representavam aproximadamente 50,69% do total de capitalização no mercado de todas as empresas cotadas na bolsa. Embora qualquer uma das ações em circulação de uma empresa cotada possa ser negociada em uma bolsa de valores brasileira, na maioria dos casos, menos da metade das ações cotadas está efetivamente disponível para negociação pública, sendo que o restante está em mãos de pequenos grupos de controladores, de entidades governamentais ou de um acionista principal. Em 31 de dezembro de 2007, nós respondíamos por aproximadamente 4,42% da capitalização no mercado de todas as empresas cotadas na Bovespa.

A negociação por um detentor julgado como não sendo domiciliado no Brasil, para fins normativos e fiscais (um “detentor não brasileiro”), está sujeita a certas limitações, segundo a legislação brasileira relativa a investimentos estrangeiros. Com limitadas exceções, os detentores não brasileiros somente podem negociar nas bolsas de valores brasileiras, de acordo com as exigências da Resolução nº. 2.689 do CMN. Esta Resolução exige que os valores mobiliários mantidos por detentores não brasileiros sejam mantidos em custódia de, ou em conta de depósito com instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a Resolução nº. 2.689 exige que detentores não brasileiros restrinjam suas negociações de títulos e valores mobiliários para transações nas bolsas de valores brasileiras ou qualificadas nos mercados de balcão. Com limitadas exceções, os detentores não brasileiros não devem transferir para outros detentores não brasileiros a propriedade dos investimentos feitos, segundo a Resolução nº. 2.689. Veja “Item. 10 - Informações Adicionais - Controles de Câmbio” para mais informações sobre a Resolução nº. 2.689, e “Tributação - Considerações sobre a Tributação Brasileira - Tributação dos Ganhos” para uma descrição de certos benefícios fiscais estendidos para detentores não brasileiros, qualificados na Resolução nº. 2.689.

Item 10. Informações Adicionais

ATOS CONSTITUTIVOS E ESTATUTO SOCIAL

Somos uma companhia aberta devidamente registrada na CVM, sob número 00090-6. O Artigo 5º do estatuto estabelece nosso objetivo de realizar operações bancárias, incluindo atividades de câmbio.

Comparação das práticas de governança corporativa do Bradesco com as regras da NYSE aplicáveis a companhias norte-americanas

Em 4 de novembro de 2003, a *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) aprovou as regras finais de governança corporativa da NYSE. De acordo com tais regras, as companhias emissoras privadas estrangeiras estão sujeitas a um conjunto mais limitado de exigências relativas a governança corporativa do que as companhias emissoras norte-americanas. Na qualidade de companhia emissora privada estrangeira, devemos cumprir três regras da NYSE:

- (1) exigências relativas ao comitê de auditoria estabelecidas pela SEC;
- (2) nosso Diretor-Presidente deverá prontamente comunicar à SEC, por escrito, tão logo um diretor executivo tome conhecimento de qualquer inobservância relevante das regras de governança corporativa da NYSE; e
- (3) devemos providenciar uma breve descrição das principais diferenças entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas observadas pelas companhias norte-americanas, de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

A tabela a seguir descreve de maneira breve as diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e as adotadas pelas companhias norte-americanas de acordo com os padrões de listagem da NYSE.

Artigo	Regras de Governança Corporativa da NYSE para Emissores Norte-Americanos	Práticas de Governança Corporativa do Bradesco
303A.01	Uma companhia listada na NYSE deve ter a maioria de seus membros do Conselho de Administração independente.	A Legislação Societária Brasileira determina que somente os acionistas de uma companhia podem ser nomeados para seu Conselho de Administração. Conseqüentemente, não há determinação legal ou estatutária exigindo que o Bradesco tenha conselheiros independentes, porém, temos um membro independente no Conselho de Administração, que representa o BES com sede em Portugal. Não há exigência de residência ou participação acionária mínima para qualificação de um conselheiro.
303A.03	Membros do Conselho de Administração que não sejam diretores de uma companhia listada deverão reunir-se em sessões periódicas sem a presença dos membros da Diretoria Executiva.	Com exceção do Presidente da Diretoria Executiva, que também é Conselheiro da companhia, nenhum dos Membros do Conselho de Administração pertence à Diretoria Executiva do Bradesco. Os Conselheiros não têm sessões periódicas sem a presença do Diretor-Presidente.
303A.04	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Nomeação / Governança Corporativa, composto integralmente de conselheiros independentes, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Possuímos Comitê Executivo de Governança Corporativa, composto de administradores do Bradesco. O Comitê tem um regimento que discute certos deveres mínimos.
303A.05	As companhias listadas devem possuir um Comitê de Remuneração integralmente composto por conselheiros independentes, com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	<p>Nós possuímos um Comitê de Remuneração, composto de três a cinco membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de um ano. O Comitê tem por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários do Bradesco, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.</p> <p>Nenhum dos membros do Comitê de Remuneração é conselheiro independente. O Comitê de Remuneração tem um Regimento que estabelece as responsabilidades do Comitê.</p>
303A.06 303A.07	As companhias listadas devem ter um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo três conselheiros que satisfaçam os requerimentos da Regra 10A-3 do <i>Exchange Act</i> , com um regimento interno que abranja certos deveres mínimos especificados.	Conforme nosso estatuto e atendendo a regulamentação do Banco Central, em julho de 2004 constituímos um Comitê de Auditoria, que é formado por três a cinco membros, cada um com mandato de um ano. Os membros são designados por e podem ser substituídos pelo Conselho de Administração. Atualmente temos quatro membros em nosso Comitê de Auditoria e apenas um desses membros é também membro de nosso Conselho de Administração. De acordo com as leis brasileiras, a função de contratar auditores independentes é

	<p>reservada ao Conselho de Administração. Conseqüentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3(a)(58) do <i>Exchange Act</i>, para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria fornecidas a nossas subsidiárias ou a nós. Exceto neste caso, o nosso Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria de empresas americanas. Já que o nosso Comitê de Auditoria é um órgão separado de nosso Conselho de Administração, conforme regulamentação do Banco Central, nós exercemos o direito de isenção estabelecido na regra 10A – 3(c)(3) do <i>Exchange Act</i>, com relação a isso.</p> <p>Suas principais atribuições são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, a respectiva remuneração, e fazer recomendações quanto à substituição dos auditores; • revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações financeiras estatutárias, inclusive notas explicativas, relatório da Administração e parecer dos auditores independentes; • estabelecer políticas e procedimentos para responder a quaisquer relatos ou alegações de uma falha aplicáveis ou códigos internos e regulamentos, incluindo procedimentos para garantir a confidencialidade e proteção de quaisquer pessoas que forneçam informações referentes a estas falhas; • avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; e • reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria Executiva e auditorias independente e externa. <p>Nós também possuímos um Conselho Fiscal, composto de três a cinco membros efetivos e o mesmo número de suplentes. Atualmente há três membros efetivos e três suplentes. O Conselho Fiscal é um órgão corporativo independente. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, nosso Conselho Fiscal tem como direitos e obrigações, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • através de quaisquer de seus membros, supervisionar as ações de nossos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres; • examinar e opinar sobre nossas demonstrações financeiras estatutárias antes de sua divulgação, incluindo as notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e os relatórios da
--	--

		Administração; e opinar sobre propostas de nossa Administração, a serem submetidas à assembleia de acionistas, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, e/ou juros sobre o capital próprio, modificação na estrutura societária, incorporação, fusão; ou cisão.
303A.08	Os acionistas deverão ter a oportunidade de votar sobre todos os planos de remuneração, bem como as alterações dos mesmos, levadas em consideração as exceções constantes das regras da NYSE.	De acordo com a Legislação Societária Brasileira, é necessária a aprovação dos acionistas para a implementação de qualquer plano de remuneração mediante entrega de participação no capital social. Nós não possuímos atualmente qualquer plano de remuneração baseado em “opções de ações”.
303A.09	As companhias listadas devem adotar e divulgar Diretrizes de Governança Corporativa que abranjam certos requisitos mínimos especificados	Nossas diretrizes e práticas de governança corporativa estão disponíveis no <i>website</i> , www.bradesco.com.br , na página de Governança Corporativa.
303A.10	As companhias listadas devem adotar e divulgar um código de conduta e ética para conselheiros, diretores e empregados, divulgando prontamente toda dispensa do código concedida para conselheiros ou diretores.	Adotamos Códigos de Ética, os quais aplicam-se ao Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e quaisquer pessoas em funções similares, assim como aos nossos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e funcionários, bem como a todos os nossos parceiros e prestadores de serviços. Nós possuímos um Comitê de Conduta Ética, eleito pelo Conselho de Administração, com o objetivo de propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Ética, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade. Toda e qualquer alteração ou isenção nos Códigos de Ética serão divulgadas em nosso <i>website</i> .
303A.12	O CEO de toda companhia listada deve declarar prontamente à NYSE por escrito, depois que qualquer executivo da companhia listada ficar sabendo de qualquer descumprimento significativo de qualquer determinação da seção 303A.	O nosso Diretor-Presidente prontamente informará por escrito à NYSE na hipótese de um membro da Diretoria Executiva tomar conhecimento de qualquer inobservância relevante às regras da NYSE, relativas à política de governança corporativa.

Organização

Qualificação dos Conselheiros

A lei brasileira determina que para ser Conselheiro é necessário ser acionista da empresa. Não há exigência quanto à participação acionária mínima ou de residência para se qualificar como um conselheiro.

Destinação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos

Nosso estatuto exige que o Conselho de Administração recomende, anualmente, a cada assembleia geral ordinária, a alocação do lucro líquido para o exercício fiscal, como segue:

- 5,0% do lucro líquido para uma reserva legal, sem exceder 20,0% de nosso capital integralizado durante cada exercício fiscal. Esta exigência não será aplicável em exercícios fiscais em que a reserva legal, acrescida às outras reservas de capital, exceder 30,0% de nosso capital integralizado;
- por proposta de nossa Administração, um valor para a reserva para contingências contra perdas futuras; este valor é determinado por nossos acionistas, com base em perdas potenciais que eles considerem prováveis. Historicamente nossos acionistas não alocaram valores para tal reserva;
- pelo menos 30,0% do lucro líquido (após as deduções dos dois itens anteriores) para distribuição obrigatória aos nossos acionistas; e
- o remanescente, após as distribuições acima, para uma reserva de lucros para a manutenção de uma margem operacional, que seja compatível com a conduta de nossos negócios de financiamento, até um limite de 95,0% de nosso capital social integralizado.

Nosso estatuto também autoriza os acionistas a alocar um valor à reserva de lucro a realizar. Historicamente nossos acionistas não alocaram valores para tal reserva.

O mínimo de 30,0% de nosso lucro líquido ajustado deve ser distribuído como dividendos anuais e devem ser pagos no prazo de 60 dias, contados a partir da assembleia geral ordinária na qual a distribuição for aprovada. Entretanto, a Legislação Societária Brasileira permite que suspendamos o pagamento da distribuição obrigatória, se o Conselho de Administração relatar na assembleia de acionistas que a distribuição seria incompatível com nossa situação financeira, caso em que a suspensão fica sujeita à homologação pela assembleia dos acionistas. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, o Conselho Fiscal deve elaborar parecer sobre a matéria e o Conselho de Administração deve apresentar justificativa para a suspensão à CVM, no prazo de cinco dias a partir da assembleia de acionistas. O lucro não distribuído devido à suspensão deve ser alocado para uma reserva especial. Se não absorvidos pelas perdas subsequentes, os valores na reserva devem ser pagos como dividendos, tão logo nossa situação financeira permitir.

Os acionistas preferencialistas têm direito a receber dividendos por ação em um valor 10,0% superior aos dividendos pagos por ação aos acionistas ordinários.

Devemos preparar demonstrações financeiras trimestralmente. Nossa Diretoria Executiva, com aprovação do Conselho de Administração, pode distribuir dividendos com base nos lucros relatados nas demonstrações financeiras intermediárias. Nosso Estatuto prevê o pagamento de dividendos intermediários, sendo que o valor desses dividendos distribuídos não pode exceder o valor dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Nossa Diretoria Executiva baseia o valor dos dividendos intermediários em lucros previamente acumulados ou lucros retidos.

Desde 1970, temos distribuído dividendos mensalmente.

De acordo com a lei brasileira, nosso estatuto permite que a Diretoria Executiva, mediante aprovação do Conselho de Administração, faça distribuições na forma de juros sobre o capital próprio ao invés de dividendos. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio, descontado o imposto de renda retido na fonte, podem ser considerados para efeitos de cálculo do dividendo obrigatório. Desde julho de 1997, temos feito pagamentos mensais de juros sobre o capital próprio em valor aprovado pelo Conselho de Administração, antes da declaração dos dividendos no final de cada exercício. Os valores pagos como juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, são

imputados ao valor de dividendos declarados, ao final de cada exercício. A Seção “Implicações Fiscais - Considerações sobre Tributação no Brasil - Distribuições de Juros sobre o Capital” descreve certos limites a serem observados no pagamento de juros sobre o capital próprio e nas deduções relacionadas às distribuições de juros sobre o capital próprio. A partir de maio de 2008, passamos a pagar dividendos mensais, os quais são isentos de imposto de renda na fonte.

De acordo com a lei brasileira, um acionista que não recebe um pagamento de dividendos pode iniciar um procedimento para a cobrança dos mesmos no prazo de três anos contados da data que disponibilizamos os dividendos para distribuição. Encerrado este prazo, os dividendos não reclamados reverterem para a Companhia.

Assembléias de Acionistas

Os acionistas têm o poder de decidir quaisquer assuntos relacionados ao nosso objetivo social e de aprovar quaisquer resoluções que julgarem necessárias para nossa proteção e desenvolvimento, através de votação em assembléia geral de acionistas.

Nós convocamos assembléias de acionistas por publicação de edital no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, ambos no estado de São Paulo. O edital deve ser publicado por três vezes, começando pelo menos 15 dias corridos antes da data marcada para realização da assembléia. O edital deve conter a pauta da assembléia e, no caso de uma proposta de alteração dos nossos estatutos, uma indicação do assunto em questão.

O Conselho de Administração ou, em algumas situações específicas determinadas na Legislação Societária Brasileira, os acionistas podem convocar nossas assembléias gerais de acionistas. Um acionista pode ser representado em uma assembléia geral por um procurador, constituído há menos de um ano. Referido procurador deve ser acionista, membro de nossa Administração, advogado ou uma instituição financeira. O instrumento de mandato outorgado deve cumprir certas formalidades determinadas pela lei brasileira.

A validade das deliberações tomadas em uma assembléia geral de acionistas condiciona-se à presença, na assembléia, de acionistas representando pelo menos um quarto de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação. Entretanto, no caso de uma assembléia geral para alterar nosso estatuto, devem estar presentes os acionistas representando pelo menos dois terços de nossas ações ordinárias, emitidas e em circulação. Não sendo verificado o quorum referido, o Conselho de Administração pode convocar uma segunda assembléia, de acordo com as regras de publicação descritas acima, com antecedência mínima de oito dias corridos anteriores à data da assembléia marcada. A segunda assembléia geral não encontra-se sujeita às exigências de quorum aplicáveis à primeira.

Direitos de Voto

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto nas assembléias de acionistas. As deliberações de uma assembléia geral de acionistas são tomadas pelo voto dos detentores da maioria simples de nossas ações ordinárias, sem computar as abstenções, salvo em situações excepcionais especificamente previstas na legislação em vigor.

Em março de 2002, a Lei das Sociedades Anônimas brasileira foi modificada de modo a, entre outras coisas, conferir maior proteção aos acionistas minoritários e garantir o direito de designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração, aos acionistas que não são controladores, mas que tenham detido, por pelo menos os três meses anteriores (i) ações preferenciais representando pelo menos 10,0% de nosso capital social, ou (ii) ações ordinárias representando pelo

menos 15,0% de nossas ações do capital com direito a voto. Se nenhum acionista atingir os limites mínimos, os acionistas que representam pelos menos 10,0% de nosso capital acionário podem combinar seus investimentos para designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração.

No período compreendido entre 2003 e 2005, os acionistas preferencialistas, qualificados acima, somente poderiam designar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração, dentre uma lista de três candidatos escolhidos pelo nosso acionista controlador. Esta prerrogativa não foi utilizada em nossas Assembléias Gerais, já que foi acatada a indicação de um membro independente de nosso acionista minoritário BES.

A legislação societária brasileira determina que as ações preferenciais sem direito a voto adquiram tal direito quando a companhia descumprir com os termos determinados em seu estatuto (por um período superior a 3 exercícios fiscais) quanto ao pagamento de dividendos fixos ou mínimos aos quais tais ações têm direito. Esse direito a voto permanece em vigor até que o pagamento dos dividendos cumulativos seja feito.

Acionistas

De acordo com a lei brasileira, as seguintes deliberações dependem da aprovação dos detentores da maioria das ações preferenciais em circulação adversamente afetadas, assim como dos acionistas titulares de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas:

- criação de ações preferenciais ou aumento de uma classe já existente de ações preferenciais sem preservar a proporção com qualquer outra classe de ações preferenciais já existentes;
- mudanças nas preferências, privilégios ou condições de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais; e
- criação de uma nova classe de ações preferenciais que tenha uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização superior às das classes de ações preferenciais já existentes.

Referidas deliberações devem ser votadas pelos detentores de ações preferenciais adversamente afetadas, em uma assembléia especial, na qual cada ação preferencial dá ao seu titular direito a um voto. Os acionistas preferencialistas têm o direito de votar em qualquer deliberação de mudança de nosso tipo societário e obterão o direito de votar se entrarmos em um processo de liquidação.

A aprovação dos detentores de pelo menos metade das ações ordinárias emitidas é exigida para as seguintes medidas:

- redução da distribuição obrigatória dos dividendos;
- aprovação de uma incorporação, fusão ou cisão;
- aprovação de nossa participação em um “grupo de sociedades” (um grupo de empresas cuja gestão é coordenada através de relacionamentos contratuais e participações acionárias) como definido na Legislação Societária Brasileira;
- mudança no objeto social;
- cessação do estado de liquidação; e
- aprovação de dissolução.

Em cumprimento ao disposto na Legislação Societária Brasileira, os detentores de ações ordinárias, em deliberação na assembléia geral de acionistas, têm poderes exclusivos para:

- alterar nosso estatuto, incluindo alterações dos direitos de detentores de ações ordinárias;
- eleger ou destituir membros do Conselho de Administração;
- tomar as contas anuais preparadas pela Administração e aceitar ou rejeitar as demonstrações financeiras da Administração, incluindo a alocação dos lucros líquidos para pagamento dos dividendos obrigatórios e a alocação para as diversas contas de reserva;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista que não cumpriu com as obrigações impostas por lei ou pelo nosso estatuto;
- aceitar ou rejeitar a avaliação dos ativos aportados por um acionista em aumentos de capital; e
- aprovar reestruturações societárias, tais como: incorporações, fusões e cisões; dissolver ou liquidar, eleger ou demitir nossos liquidantes ou examinar suas contas.

Direitos de Preferência

Cada um de nossos acionistas tem um direito geral de preferência para subscrever ações ou títulos conversíveis em qualquer aumento de capital, na proporção da participação já detida. Deve ser concedido aos acionistas um prazo de pelo menos 30 dias, após a publicação do aviso da emissão de ações ou títulos conversíveis, para exercerem seus direitos de preferência.

Conforme descrito em “Regulamento e Restrições sobre Detentores não Brasileiros” nos termos da Constituição Brasileira, o aumento da participação dos investidores estrangeiros no capital votante (ações ordinárias) das instituições financeiras está sujeito à autorização prévia do Governo Brasileiro. Portanto, no caso de ações ordinárias serem emitidas, nossos acionistas estrangeiros poderiam ser impedidos de exercer seus direitos de preferência.

No caso de um aumento de capital que mantivesse ou aumentasse a proporção de capital representada pelas ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais teriam direitos de preferência para subscrever apenas as ações preferenciais então emitidas. No caso de um aumento de capital que reduzisse a proporção do capital representada pelas ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais teriam direitos de preferência em subscrever quaisquer novas ações preferenciais proporcionais à participação já detida, e ações ordinárias (sujeitas às restrições sobre propriedade estrangeira mencionadas acima) apenas na medida em que seja necessário para impedir a diluição de suas participações em nosso capital total. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, os acionistas podem transferir ou dispor de seus direitos de preferência.

Os acionistas não podem exercer seus direitos de preferência relativos às ações preferenciais subjacentes às suas ADSs, a menos que uma declaração de registro de acordo com a Lei de Valores Mobiliários de 1933 dos Estados Unidos esteja vigente com relação a estes direitos ou se uma isenção das exigências de registro da referida Lei de Valores esteja disponível. Os acordos contratuais que regem as ADSs determinam que o custodiante das ações subjacentes às ADSs podem, se possível, transferir ou dispor de seus direitos de preferência. Tais acordos contratuais que regem as ADSs determinam que o custodiante deve remeter o valor recebido ao banco depositário que mantém as ADSs. Sua distribuição pelo banco depositário aos detentores das ADSs é líquida de quaisquer tarifas devidas ao custodiante e ao banco depositário. Para mais detalhes, veja “Item 3 - Informações

Relevantes - Fatores de Risco - Riscos Relativos às Ações Preferenciais e às ADSs”.

Direito de Retirada

A Legislação Societária Brasileira estabelece que sob certas circunstâncias um acionista tem o direito de resgatar suas participações em ações de uma empresa e receber um pagamento pela porção do patrimônio líquido atribuível à sua participação em ações.

Este direito de retirada pode ser exercido:

- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes da classe de ações afetada adversamente (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso seja aprovada em assembléia geral de acionistas:
 - a criação de ações preferenciais ou um aumento em uma classe existente de ações preferenciais relativas a outra classe ou classes de ações preferenciais;
 - a modificação de uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização concedida sobre uma ou mais classes de ações preferenciais;
 - a criação de uma nova classe de ações preferenciais com maiores privilégios que a classe existente de ações preferenciais; ou
- Pelos acionistas dissidentes ou não-votantes (incluindo qualquer detentor de ações preferenciais), caso seja aprovada em assembléia geral de acionistas:
 - a redução na distribuição obrigatória de dividendos;
 - uma mudança em nosso objeto social;
 - uma transferência de todas as nossas ações para outra empresa, nos tornando uma subsidiária integral de tal empresa, conhecida como uma incorporação de ações; ou
- Pelos detentores dissidentes ou não-votantes de ações ordinárias, caso seja aprovada em assembléia geral de acionistas:
 - a aquisição de controle de outra empresa a um preço que exceda certos limites estabelecidos na Legislação Societária Brasileira;
 - uma fusão ou incorporação da sociedade, desde que suas ações não tenham liquidez e estejam amplamente difundidas no mercado;
 - participação em um grupo de sociedades, como definido na Legislação Societária Brasileira, desde que suas ações não tenham liquidez e estejam amplamente difundidas no mercado; ou
 - uma cisão que resulte, dentre outras coisas, em uma redução do dividendo anual obrigatório, na participação em um grupo de sociedades ou na mudança do objeto societário.

Nossos acionistas dissidentes ou não-votantes também têm o direito de retirada caso a sociedade resultante de nossa fusão, incorporação de nossas ações ou cisão não se torne uma companhia com ações negociadas em bolsa dentro de 120 dias da assembléia de acionistas na qual a decisão relevante foi tomada. Os acionistas dissidentes ou não-votantes apenas terão o direito de retirada se eles forem titulares das ações que foram adversamente afetadas no momento da primeira

convocação para assembléia na qual a decisão foi tomada. Se um anúncio público da medida tomada ou a ser tomada for feito antes da convocação para assembléia, a titularidade de ações dos acionistas é baseada na data do anúncio.

O direito de retirada prescreve em prazo de trinta dias contados a partir da publicação das atas da assembléia de acionistas, na qual a medida foi tomada, exceto quando a resolução está sujeita à confirmação pelos acionistas preferencialistas (o que deve ser feito em assembléia especial a ser realizada dentro de um ano). Neste caso, o prazo de trinta dias é contado da data em que a ata da assembléia especial é publicada. Nós teríamos direito a reconsiderar qualquer ato que desse origem a direitos de recesso dentro de dez dias após o do vencimento de tais direitos, se o reembolso de ações de acionistas dissidentes prejudicasse nossa estabilidade financeira.

Em todas as situações descritas acima, nossas ações seriam resgatáveis por seu valor contábil, determinado com base no último balanço patrimonial aprovado por nossos acionistas. Se a assembléia de acionistas que deu origem aos direitos de retirada ocorrer após mais que sessenta dias contados a partir da data do último balanço aprovado, um acionista pode exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço patrimonial de uma data dentro de sessenta dias antes de tal assembléia de acionistas.

Liquidação

No caso de nossa liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito a prioridade sobre os acionistas ordinários no retorno do capital. O valor ao qual eles teriam direito é baseado na parcela do capital representado pelas ações preferenciais, como ajustado oportunamente para refletir quaisquer aumentos ou reduções de capital. Após o pagamento de todos os nossos credores, nossos ativos residuais seriam usados para retornar o valor do capital representado pelas ações preferenciais aos acionistas preferencialistas. Uma vez que os acionistas preferencialistas tivessem sido totalmente reembolsados, os acionistas ordinários seriam reembolsados na parcela do capital representado pelas ações ordinárias. Todos os nossos acionistas participariam igualmente e proporcionalmente em quaisquer ativos remanescentes residuais.

Resgate

Nosso estatuto determina que nossas ações não são resgatáveis. Entretanto, a Legislação Societária Brasileira nos autoriza a resgatar ações de acionistas minoritários se, depois de uma oferta pública para fechamento de capital, nosso acionista controlador aumentar sua participação em nosso capital acionário total para mais de 95,0%.

Direitos de Conversão

Nosso estatuto determina que nossas ações ordinárias não podem ser convertidas em ações preferenciais ou nossas ações preferenciais em ações ordinárias.

Responsabilidade de Nossos Acionistas por Futuras Chamadas de Capital

Nem a lei brasileira nem nosso estatuto prevêm chamadas de capital. A responsabilidade de nossos acionistas é limitada ao pagamento do preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Forma e Transferência

Nossas ações são registradas de maneira escritural e nós desenvolvemos todos os serviços de custódia e transferência de ações. Para fazer uma transferência, nós fazemos um lançamento no

registro, debitamos a conta de ações do transferidor e creditamos a conta de ações do adquirente.

As transferências de ações por um investidor estrangeiro são feitas da mesma maneira e executadas por um agente local do investidor em seu nome. Entretanto, se o investimento original estiver registrado no Banco Central, conforme um mecanismo de investimento estrangeiro regulamentado pela Resolução nº. 2.689 do CMN, como descrito em “Controles de Câmbio” a seguir, o investidor estrangeiro deve declarar a transferência em seu registro eletrônico.

Nossos acionistas podem optar por manter suas ações na CBLC. As ações são acrescidas ao sistema da CBLC, através de instituições brasileiras que têm contas de compensação com a CBLC. Nosso registro de acionistas indica quais ações são transacionadas no sistema da CBLC. Cada acionista participante é, por sua vez, registrado em um registro de acionistas beneficiários mantido pela CBLC e é tratado da mesma maneira que nossos acionistas registrados.

Regras Brasileiras Relativas à Divulgação de Informações

Em janeiro de 2002, a CVM emitiu regulamentos, revisados em junho de 2002 e março de 2007, referentes à divulgação de informações relacionadas ao mercado. Esta regulamentação inclui determinações que, dentre outras:

- definem que informações devem ser arquivadas na CVM na forma de um aviso aos acionistas ou fato relevante, incluindo qualquer decisão de nossos acionistas controladores que pudesse influenciar o preço de seus títulos ou qualquer decisão do acionista controlador em negociar, ou deixar de negociar, tais títulos, ou exercer quaisquer direitos subjacentes aos títulos;
- ampliam o rol de exemplos de fatos que devem ser considerados como relevantes, incluindo, entre outros:
 - a execução, emenda ou encerramento de acordos de acionistas dos quais somos parte ou que foram registrados em nossos livros;
 - a entrada ou retirada de acionistas que mantém quaisquer contratos de colaboração financeira, operacional, tecnológica ou administrativa conosco;
 - qualquer autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
 - a fusão, consolidação ou cisão de uma companhia ou suas coligadas;
 - a mudança na composição do patrimônio da companhia;
 - a mudança de critérios contábeis;
 - a renegociação de dívidas;
 - a alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários de uma companhia;
 - a aquisição de ações de uma companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e sua alienação;
 - lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;
 - a celebração ou extinção de um contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público; e

- a aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;
- estendem, no caso do nosso executivo responsável pelas relações com investidores não o fazer, a responsabilidade para divulgar fatos relevantes aos nossos acionistas controladores, a todos os membros de nossa Administração, aos membros de nosso Conselho Fiscal e a quaisquer outros de nossos órgãos técnicos ou consultivos criados por nossos estatutos;
- estendem a obrigação de sigilo de fatos relevantes ainda não divulgados, além de nossos administradores e acionistas controladores, aos membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos estatutos e aos nossos funcionários envolvidos com a matéria objeto de fatos relevantes;
- nos obrigam a divulgar fatos relevantes a todos os mercados nos quais nossos títulos são admitidos à negociação;
- nos obrigam a publicar qualquer intenção de tirar a empresa da Bolsa no período de um ano, no caso de adquirirmos participação controladora em uma companhia que tenha ações negociadas no mercado;
- ampliam as regras relativas às exigências de divulgação na aquisição e venda de uma participação acionária relevante, ou de negociação de valores mobiliários de nossa emissão por nossos acionistas administradores, membros de nosso Conselho Fiscal ou membros de nossos conselhos técnicos e consultivos criados por nossos estatutos; e
- vedam a negociação, antes da divulgação do fato relevante ao mercado com valores mobiliários de nossa emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, ou por quem, em virtude de seu cargo, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

Regulamento e Restrições sobre Detentores Não Brasileiros

A Constituição Brasileira proíbe qualquer aumento na participação estrangeira no capital social das instituições financeiras sediadas no Brasil. Entretanto, em razão de sermos uma instituição financeira aberta, os detentores não brasileiros de nossas ações preferenciais beneficiam-se de uma exceção a esta determinação. Conseqüentemente, detentores estrangeiros não enfrentam restrições legais sobre a propriedade de nossas ações preferenciais ou de ADRs, com base em nossas ações preferenciais, e são autorizados a ter todos os direitos e preferência de tais ações preferenciais.

Entretanto, a capacidade de converter em moeda estrangeira os pagamentos de dividendos e os resultados das operações de venda das ações preferenciais ou direitos de preferência e remeter tais montantes fora do Brasil está sujeita a restrições, de acordo com a legislação estrangeira de investimento que normalmente exige, entre outras coisas, o registro do investimento relevante no Banco Central. Todavia, qualquer detentor não brasileiro que se registre na CVM, de acordo com a Resolução nº. 2.689, pode comprar e vender títulos nas bolsas de valores brasileiras, sem obter um certificado separado de registro para cada transação.

O Anexo 5 da Resolução nº 1.289 do CMN, conhecido como os “Regulamentos do Anexo 5”, autoriza as empresas brasileiras a emitir os recibos de depósitos nos mercados de câmbio. Nosso programa de ADR está devidamente registrado no Banco Central do Brasil.

Nosso estatuto não impõe nenhum limite aos direitos de residentes ou não residentes brasileiros de possuir ações e exercer os direitos em relação a isso.

Novo Código Civil

Um novo Código Civil Brasileiro entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003. O novo Código foi emitido com o intuito de atualizar a legislação civil brasileira. O novo Código introduziu alterações a respeito de vários tópicos, incluindo contratos e a Legislação Societária Brasileira. As transações e outras leis realizadas antes da vigência do novo Código Civil continuam sendo reguladas pelas leis anteriores, exceto pelos efeitos de tais transações, se ocorridos depois de 11 de janeiro de 2003, bem como quaisquer transações ou outras leis realizadas após esta data, que estão sujeitas ao novo Código Civil.

Transferência de Controle

Nosso estatuto não contém nenhuma determinação que pudesse ter o efeito de retardar, adiar ou impedir uma mudança em nosso controle ou que operaria apenas com respeito a uma fusão, aquisição ou reestruturação corporativa nos envolvendo ou qualquer uma de nossas subsidiárias. Entretanto, os regulamentos bancários brasileiros exigem que qualquer transferência de controle de uma instituição financeira seja previamente aprovada pelo Banco Central.

Além disso, a Legislação Societária Brasileira determina que a aquisição do controle de uma companhia aberta depende da oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação por preço equivalente a 80,0% do preço por ação pago ao bloco controlador. Em dezembro de 2003, alteramos nossos estatutos para determinar que na ocorrência de uma mudança em nosso controle, o adquirente será obrigado a pagar aos nossos acionistas um valor igual a (a) no caso de nossos acionistas ordinários não controladores, 100,0% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores e (b) no caso de nossos acionistas preferencialistas, 80,0% do preço pago por ação aos nossos acionistas controladores.

No caso de liquidação, nossos acionistas preferencialistas teriam o direito à prioridade sobre os acionistas ordinários no retorno do capital. Para mais informações, veja “Liquidação”. Além disso, no caso de uma transferência de controle, nossos acionistas têm o direito de retirada sob certas circunstâncias. Para mais informações, veja “Direito de Retirada”.

A Legislação Societária Brasileira obriga nosso acionista controlador a fazer oferta de nossas ações se ele aumentar sua participação em nosso capital acionário para um nível que afete significativa e negativamente a liquidez de nossas ações.

Divulgação do Controle de Acionistas

Os regulamentos brasileiros exigem que qualquer pessoa ou grupo de pessoas representando o mesmo interesse, que tenha adquirido, direta ou indiretamente, uma participação correspondente a 5,0% das ações de qualquer classe ou espécie de uma empresa negociada publicamente deve divulgar a propriedade das ações à CVM e às bolsas de valores brasileiras. Além disso, uma declaração contendo informações exigidas deve ser publicada nos jornais. Qualquer aumento ou redução subsequente de 5,0% ou mais no controle das ações de qualquer classe ou espécie deve ser divulgado da mesma forma.

Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas da Bovespa

A Bovespa tem um programa conhecido como Programa de Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas, que chamamos de “programa PGCD”. De acordo com o programa PGCD, as empresas registradas em Bolsa podem aderir a um ou dois conjuntos de regras que aplicam-se à Empresa, sua Administração e acionistas controladores, com o objetivo de promover boas práticas de governança corporativa e melhorar a divulgação no mercado.

Desde 2001, estamos em concordância com o primeiro conjunto de regras, menos rigoroso, de acordo com o programa PGCD.

As exigências que devemos cumprir, incluem:

- Manter um *free float* mínimo de 25,0% de nosso Capital Social;
- Realizar reunião pública anual com analistas e quaisquer outros interessados;
- Divulgar calendário anual dos eventos corporativos;
- Utilizar mecanismos em ofertas públicas, com o objetivo de aumentar a dispersão de capital;
- Divulgar trimestralmente as demonstrações financeiras consolidadas, que estão sujeitas à revisão limitada; e
- Divulgar informações sobre títulos, incluindo derivativos, mantidos por acionistas controladores, membros de nossa Administração e membros de nosso Conselho Fiscal.

CONTRATOS SIGNIFICATIVOS

Em 9 de junho de 2003, nossos acionistas Cidade de Deus Participações e Fundação Bradesco celebraram um Acordo de Acionistas com o BBVA. Conforme termos do Acordo, o BBVA tem o direito de eleger um membro para nosso Conselho de Administração. O Acordo de Acionistas determina que o BBVA terá esse direito enquanto possuir ao menos 3,94% de nosso capital votante. Contudo, se a participação do BBVA for inferior a este percentual devido a um aumento em nosso capital social, em que aos nossos acionistas, incluindo BBVA, não são dados direitos de preferência, o direito do BBVA de eleger um membro para nosso Conselho de Administração não será afetado. Para mais informações a respeito do Acordo de Acionistas, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Histórico - Aquisições em 2003 e 2004 - Aquisição do BBV Banco”.

Em 4 de março de 2008, o BBVA exerceu sua opção de venda da totalidade das ações ordinárias, ou 5% de nosso capital ordinário, sobre os Acionistas Controladores. Os Acionistas Controladores e o BBVA concluíram a referida compra e venda em 11 de abril de 2008, com pagamento em 16 de abril de 2008, pela totalidade das ações, e o Acordo de Acionistas não está mais em vigor desde 11 de abril de 2008.

Em 11 de abril de 2008, os controladores alienaram ao Banco Espírito Santo S.A. (BES), de Portugal, o equivalente a 1,5% das ações ordinárias de emissão do Bradesco.

CONTROLES DE CÂMBIO

O Banco Central pode impor restrições temporárias à remessa de capital estrangeiro para o exterior, inclusive os pagamentos de principal, juros ou dividendos, e sobre a repatriação de capital sempre que houver ou estiver previsto um desequilíbrio significativo na balança de pagamentos do Brasil. A última ocorrência de restrições à remessa de capital estrangeiro ocorreu em 1989, quando, durante aproximadamente seis meses em 1989 e no início de 1990, o Governo Brasileiro suspendeu todas as remessas para o exterior de dividendos e capital investido. O Banco Central posteriormente liberou esses valores para remessas ao exterior, de acordo com suas diretrizes. O Governo Brasileiro pode tomar medidas semelhantes no futuro.

Segundo as leis tributárias brasileiras, detentores não brasileiros de valores mobiliários beneficiam-se de um tratamento tributário favorável, se estiverem qualificados nos termos da Resolução nº. 2.689. Para qualificar-se nos termos da Resolução nº. 2.689, um detentor não brasileiro precisa:

- nomear um representante no Brasil com poderes para praticar atos relativos ao investimento;
- registrar-se como um investidor estrangeiro junto à CVM; e
- registrar seu investimento junto ao Banco Central.

Veja “Tributação - Considerações Tributárias Brasileiras - Tributação de Ganhos” para uma descrição dos benefícios fiscais concedidos a detentores não brasileiros de valores mobiliários, que se qualifiquem segundo a Resolução nº. 2.689.

Segundo a Resolução nº. 2.689, os valores mobiliários detidos por detentores não brasileiros devem ser mantidos sob a custódia de, ou em contas de depósito mantidas em instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central e pela CVM. Além disso, a negociação de valores mobiliários é restrita, nos termos da Resolução nº. 2.689, a operações em bolsas de valores brasileiras ou mercados de balcão qualificados.

Os detentores não brasileiros registrados podem investir em qualquer tipo de investimento disponível para cidadãos brasileiros nos mercados financeiro e de valores mobiliários, com a exceção dos casos em que a Constituição Brasileira limita a capacidade de detentores não brasileiros de adquirir capital de instituições financeiras, conforme exposto acima em “Regulamentação e Restrições a Detentores Não Brasileiros”. O registro permite aos investidores remeter moeda estrangeira para o exterior, quando os recursos são distribuições sobre ações preferenciais registradas ou o produto da alienação dessas ações. Os recursos são convertidos para moedas estrangeiras à taxa aplicável do Mercado de Câmbio.

O capital registrado relativo a cada ação preferencial comprada no Brasil e depositado junto ao custodiante é igual ao seu preço de compra (informado em dólares norte-americanos). Se um detentor de ADSs preferir cancelar ADSs em troca de ações preferenciais, o investimento em ações preferenciais poderá ser registrado no Banco Central. Esse registro é necessário para que o detentor possa receber distribuições de lucros ou o produto da alienação das ações fora do Brasil.

Segundo a Resolução nº. 2.689, o registro de um investimento externo é feito eletronicamente pelo representante local do investidor estrangeiro. O capital registrado, relativo a uma ação preferencial retirada do banco depositário mediante cancelamento de uma ADS, será o equivalente em dólares norte-americanos:

- ao preço médio de uma ação preferencial na bolsa de valores na data da retirada; ou
- se ações preferenciais não forem vendidas nesse dia, ao preço médio na bolsa de valores nas 15 sessões de negociação imediatamente anteriores à retirada.

Quando um detentor de ADSs troca ADSs pelas ações preferenciais subjacentes, o detentor tem direito a:

- vender as ações preferenciais na bolsa de valores e remeter o produto para o exterior dentro de cinco dias úteis; ou
- converter livremente o investimento nas ações preferenciais em um investimento, segundo a

Resolução nº. 2.689 (mediante o cumprimento das exigências legais acima descritas) ou em um investimento estrangeiro direto no Brasil (de acordo com as normas aplicáveis).

Os detentores que não cumprirem as normas acima descritas ainda poderão registrar o investimento, mas o processo de registro ficará sujeito a procedimentos detalhados estabelecidos pelo Banco Central. Os detentores que não cumprirem essas normas poderão também ficar sujeitos a penalidades monetárias.

IMPLICAÇÕES FISCAIS

O resumo a seguir contém uma descrição das principais conseqüências quanto aos tributos brasileiros incidentes sobre a renda e imposto de renda federal devidos nos EUA, relativamente à aquisição, propriedade e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. No entanto, este resumo não deve ser considerado como uma descrição exaustiva de todos os tributos que possam vir a incidir nas referidas operações. Conseqüentemente, possíveis compradores de ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus próprios consultores tributários quanto às implicações fiscais da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais ou ADSs.

Este resumo baseia-se nas leis tributárias brasileiras e dos Estados Unidos em vigor na data da elaboração deste documento, as quais poderão estar sujeitas a eventuais alterações posteriores.

Não existe atualmente um tratado para a dupla tributação celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos. Todavia, por haver reciprocidade de tratamento nos Estados Unidos, o fisco brasileiro assegura a residentes no País o direito de compensarem do montante do imposto de renda devido o valor do imposto incidente sobre a mesma renda que já tenha sido pago nos Estados Unidos. Muito embora as autoridades fiscais dos dois países tenham mantido discussões que podem culminar nesse tratado, nenhuma garantia pode ser oferecida quanto à possibilidade de um tratado de tal natureza vir a ser assinado ou como ele eventualmente afetará os detentores norte-americanos de nossas ações preferenciais ou ADSs. Conseqüentemente, possíveis compradores de ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus próprios consultores tributários quanto às implicações fiscais da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais ou ADSs em suas circunstâncias particulares.

Considerações sobre Tributação no Brasil

O texto a seguir resume as principais conseqüências tributárias brasileiras da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais ou ADSs por um detentor não brasileiro. Esse texto não examina todas as considerações tributárias brasileiras que podem ser aplicadas a quaisquer detentores não brasileiros, e cada um deles deve consultar seu próprio consultor tributário sobre as conseqüências tributárias brasileiras do investimento em ações preferenciais ou ADSs.

Tributação de Dividendos

Os dividendos oriundos de lucros de exercícios a partir de 1º de janeiro de 1996 que pagamos a qualquer beneficiário, inclusive ao banco depositário com relação a ações preferenciais subjacentes a ADSs e a um detentor não brasileiro com relação a ações preferenciais, não estão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro. Apenas dividendos distribuídos em relação a lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 estão sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda brasileiro, a menos que o montante dos respectivos dividendos seja utilizado para aumentar nosso capital e estas ações não sejam resgatadas por um período de cinco anos. Por força da legislação brasileira, assumimos a responsabilidade pela retenção e pagamento de quaisquer tributos sobre dividendos que distribuímos.

Distribuições de Juros sobre o Capital

As sociedades anônimas brasileiras podem, sujeitas a certas limitações, efetuar pagamentos a acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio, como uma alternativa para realizar distribuição de lucros. A principal diferença entre dividendos e juros sobre o capital é seu tratamento tributário.

Distribuições de dividendos não são dedutíveis para apuração do imposto de renda. Por outro lado, para efeitos de apuração do imposto de renda devido pela pessoa jurídica no Brasil, podem ser deduzidas as distribuições de juros sobre o capital pagos a detentores brasileiros e não brasileiros de ações preferenciais e ordinárias, inclusive pagamentos ao banco depositário com relação a ações preferenciais objeto das ADSs, até uma taxa de juros que não exceda a variação pro-rata dia da taxa de juros de longo prazo do Governo Federal, a TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, apurado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. O valor total distribuído como juros sobre capital próprio, que pode ser deduzido da base do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro, não pode exceder o que for maior do que:

- 50,0% de nosso lucro líquido (antes de considerar essa distribuição e quaisquer deduções para fins do cálculo de impostos de renda), apurado pelos princípios contábeis geralmente aceitos, no exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado; ou
- 50,0% dos lucros retidos nos exercícios anteriores ao exercício relativamente ao qual o pagamento é efetuado, calculado segundo os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os pagamentos de juros sobre o capital próprio estão sujeitos a retenção na fonte do imposto de renda à alíquota de 15,0%, com exceção de pagamentos a pessoas que sejam isentas de imposto no Brasil. Com relação aos pagamentos efetuados a pessoas residentes em jurisdições consideradas como de “tributação favorecida” (assim considerados os países que (a) não tributam a renda ou que a tributam a uma alíquota inferior a 20,0% ou ainda (b) países cuja legislação societária interna imponha sigilo em relação à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua composição), a legislação tributária brasileira determina que estas remessas estão sujeitas à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 25,0%. É de nossa responsabilidade a retenção e o pagamento de quaisquer tributos resultantes dos juros sobre o capital próprio que distribuimos.

Valores pagos a título de juros sobre o capital (líquidos da retenção na fonte do imposto de renda devido) podem ser tratados como pagamentos dos dividendos que somos obrigados a distribuir aos nossos acionistas de acordo com nosso estatuto social. As distribuições de juros sobre o capital relativamente às ações preferenciais, inclusive distribuições ao banco depositário relativamente a ações preferenciais subjacentes a ADSs, podem ser convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para fora do Brasil, sujeitas aos controles de câmbio aplicáveis.

Pagamentos de juros sobre o capital são decididos pelo Conselho de Administração, com base nas recomendações de nossa Diretoria Estatutária.

Nosso Conselho de Administração tem tradicionalmente aprovado a distribuição máxima de juros sobre o capital próprio permitida por lei.

Tributação de Ganhos

Os ganhos realizados fora do Brasil por um detentor não residente no Brasil sobre a alienação de ADSs ou ações preferenciais a outro detentor não brasileiro não estão sujeitos ao imposto brasileiro.

Os ganhos realizados por detentores residentes no Brasil sobre quaisquer alienações de ações

preferenciais no Brasil estão sujeitos ao imposto de renda mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

- 20,0% se a transação for executada na bolsa de valores, por operação “day trade”; ou
- 15,0% nas demais hipóteses.

Os rendimentos auferidos em operações de “day trade” realizados em Bolsas de Valores, de Mercadorias, de Futuros e Assemelhados sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte a alíquota de 1,0%, podendo este imposto ser deduzido do imposto incidente sobre os ganhos líquidos apurados no mês.

A partir de 1º de janeiro de 2005, os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em Bolsas de Valores, de Mercadorias, de Futuros e Assemelhadas, exceto as de “day trade” (que permanecem tributadas na fonte na forma acima), passaram a estar sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005%. Para mais informações sobre esta incidência, veja “Item 10. Tributação”.

Os ganhos realizados em qualquer alienação de ações preferenciais no Brasil por detentores não brasileiros que sejam residentes em um país que, segundo as leis brasileiras, seja considerado como sendo de “tributação favorecida”, estão sujeitos às mesmas alíquotas aplicáveis aos detentores brasileiros, conforme descrito acima.

Os ganhos de capital realizados na alienação de ações preferenciais no Brasil, por detentores não brasileiros que não sejam residentes em um país considerado como de “tributação favorecida”, não estão sujeitos ao imposto brasileiro se:

- os resultados obtidos com a alienação forem enviados para fora do Brasil dentro de cinco dias úteis do cancelamento das ADSs, que eram representadas pelas ações vendidas; ou
- o investimento estrangeiro nas ações preferenciais for registrado no Banco Central do Brasil, na forma prevista pela Resolução nº 2.689 do CMN.

De outra maneira, o mesmo tratamento aplicável aos residentes no Brasil será empregado.

O ganho sobre a alienação de ações preferenciais é medido pela diferença em dólares dos Estados Unidos entre o valor realizado em moeda estrangeira sobre a venda ou troca e o custo de aquisição das ações vendidas, sem qualquer correção em razão da inflação, convertido para moeda estrangeira mediante a aplicação da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data em que o investimento foi adquirido. O custo de aquisição de ações, registradas como um investimento no Banco Central, é calculado com base no valor de seu custo efetivo, conforme evidenciado por documentação válida ou, na sua ausência, com base no valor da moeda estrangeira registrado no Banco Central. Veja “Controles de Câmbio”.

Com exceção ao tratado internacional assinado com o Japão para se evitar dupla tributação, os demais tratados internacionais sobre o assunto assinados pelo Brasil não concedem isenção sobre ganhos realizados sobre vendas ou trocas de ações preferenciais. Os ganhos realizados por um detentor não brasileiro, mediante o resgate de ações preferenciais, seriam tratados como ganhos oriundos da alienação dessas ações preferenciais a um residente no Brasil que ocorresse fora de uma bolsa de valores e, conseqüentemente, estariam sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15,0% (exceto se residente em paraíso fiscal, caso em que a alíquota seria de 25%).

O exercício de quaisquer direitos de preferência relativos às ações preferenciais ou ADSs não está sujeito a tributação no Brasil. Os ganhos sobre a venda ou cessão de direitos de preferência

relativos às ações preferenciais serão tratados diferentemente para fins de imposto no Brasil dependendo de:

- (i) se a venda ou cessão é feita por ou em nome do banco depositário ou o investidor; e
- (ii) se a operação ocorre em uma bolsa de valores brasileira.

Os ganhos sobre vendas ou cessões feitas pelo ou em nome do banco depositário em uma bolsa de valores brasileira não são tributados no Brasil, mas os ganhos sobre outras vendas ou cessões podem se sujeitar a imposto de renda à alíquotas de até 15,0%.

O depósito de ações preferenciais em troca de ADSs pode ficar sujeito a imposto no Brasil se o valor anteriormente registrado no Banco Central como um investimento estrangeiro em ações preferenciais for inferior ao produto da multiplicação do número total de ações depositadas na data do depósito:

- (i) pelo preço médio por ação preferencial em uma bolsa de valores brasileira na qual o maior número dessas ações foi vendido na data do depósito; ou
- (ii) se ações preferenciais não foram vendidas nesse dia, pelo preço médio na bolsa de valores brasileira na qual o maior número de ações preferenciais foi vendido durante as 15 sessões de negociação anteriores.

Neste caso, a diferença entre o valor anteriormente registrado e o preço médio das ações preferenciais, calculado conforme acima descrito, é considerada um ganho de capital, estando sujeito a imposto de renda à uma alíquota de 15,0% (a menos que as ações preferenciais fossem detidas de acordo com a Resolução nº. 2.689, caso em que a troca seria isenta de imposto).

Mediante o recebimento das ações preferenciais subjacentes, um detentor não brasileiro com direito a benefícios, nos termos da Resolução nº. 2.689, terá direito a registrar o valor em dólares norte-americanos dessas ações no Banco Central, conforme anteriormente descrito segundo “— Controles de Câmbio”. Se o detentor não brasileiro não se qualificar segundo a Resolução nº. 2.689, ficará sujeito ao tratamento fiscal menos favorável anteriormente descrito com relação a trocas de ações preferenciais.

A retirada de ações preferenciais em troca de ADSs não está sujeita a imposto no Brasil.

Outros Tributos Brasileiros

Não existem impostos brasileiros sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à propriedade, transferência ou alienação de ações preferenciais ou ADSs por um detentor não brasileiro, com a exceção de impostos sobre doações e heranças cobrados por alguns estados no Brasil sobre doações feitas ou heranças transmitidas por pessoas físicas ou jurídicas não residentes ou domiciliadas no Brasil ou no respectivo estado a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesse estado no Brasil. Não existem impostos ou encargos brasileiros de selo, emissão, registro ou semelhantes devidos por detentores de ações preferenciais ou ADSs.

O IOF pode ser cobrado sobre uma variedade de operações, inclusive a conversão da moeda brasileira em qualquer moeda estrangeira (por exemplo, para fins de pagamento de dividendos e juros). A alíquota do IOF sobre essas operações é geralmente 0,38%, mas fica reduzida a 0% em determinadas situações, que incluem operações de câmbio de natureza interbancária e nas operações de câmbio realizadas por investidor estrangeiro para (i) aplicações em renda variável (incluindo retorno sobre o investimento e distribuição de dividendos e juros sobre o capital) em bolsa de valores ou de mercadorias e futuro, inclusive no caso de ofertas públicas e subscrição de ações, na forma

regulada pelo Conselho Monetário Nacional, excetuadas operações com derivativos e que resultem em rendimentos predeterminados, (ii) retorno de recursos aplicados nos mercados financeiro e de capitais, bem como (iii) recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio. A partir de 17 de março de 2008, a alíquota é de 1,5% nas operações de câmbio para ingresso de recursos no Brasil realizadas por investidor estrangeiro para aplicação no mercado financeiro e de capitais, excetuados nos casos acima mencionados. O Ministro da Fazenda tem autoridade legal para aumentar a alíquota até 25,0%, no máximo. Qualquer aumento nesse sentido seria aplicável somente a partir de então.

O IOF também pode ser cobrado sobre operações que envolvam títulos ou valores mobiliários, mesmo se as operações forem realizadas em bolsas de valores, de futuros ou de commodities brasileiras. A alíquota do IOF com relação a ações preferenciais e ADSs atualmente é 0%. O Ministro da Fazenda, porém, tem autoridade legal para aumentar a alíquota até um máximo de 1,5% do valor da operação tributada por cada dia do período em que o investidor detém o título, mas somente sobre o ganho realizado na operação e somente em uma base “a posteriori”.

Além do IOF, a CPMF, uma contribuição temporária, era cobrada sobre nossas distribuições efetuadas com relação às ADSs no momento em que as distribuições fossem convertidas em dólares norte-americanos e remetidas para o exterior pelo custodiante. A CPMF era atualmente devida a uma alíquota de 0,38% e permaneceu em vigor até 31 de dezembro de 2007. Entretanto, o Congresso Nacional rejeitou proposta do governo de prorrogar a existência de referida contribuição, que deixou de ser cobrada a partir de 1º de janeiro de 2008. Em junho de 2008, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei criando um novo imposto, a CSS, que é similar à CPMF mas com uma taxa de 0,1%. O projeto ainda depende de aprovação do Senado brasileiro para começar a vigorar. Para mais informações veja “Tributação – CPMF”.

Capital Registrado

Os valores investidos em valores mobiliários por um detentor não brasileiro que: (i) qualifique-se para benefícios, nos termos da Resolução nº. 2.689 e registre-se junto à CVM, ou (ii) detenha ADSs e seja representado pelo registro do banco depositário, são elegíveis para registro no Banco Central. No caso das ADSs, como o acionista que consta dos livros de registros de acionistas é o banco depositário, o banco depositário é o responsável pela obtenção do registro. O registro permite a remessa para fora do Brasil de moeda estrangeira, convertida à taxa cambial de mercado, adquirida com o produto de distribuições ou alienações das ações preferenciais.

Considerações sobre o Imposto de Renda Federal dos EUA

As declarações sobre as leis tributárias dos EUA descritas a seguir se baseiam nas leis dos EUA em vigor na data deste relatório anual, e alterações a essas leis, posteriores à data deste relatório anual, podem afetar as consequências fiscais descritas na mesma. Este resumo descreve as principais consequências fiscais da propriedade e alienação de ações preferenciais ou ADSs, mas não pretende ser uma descrição abrangente de todas as consequências fiscais que podem ser relevantes para uma decisão de deter ou alienar ações preferenciais ou ADSs. Este resumo se aplica somente a compradores de ações preferenciais ou ADSs que deterão as ações preferenciais ou as ADSs como ativos de capital e não se aplica a classes especiais de detentores, tais como: distribuidoras de valores mobiliários ou moedas, detentores cuja moeda funcional não é o dólar norte-americano, detentores de 10,0% ou mais de nossas ações (levando em consideração ações detidas diretamente ou através de acordos com depositários), organizações isentas de impostos, instituições financeiras, detentores obrigados ao imposto mínimo alternativo, negociadores de valores mobiliários que escolheram contabilizar seu investimento em ações preferenciais ou ADSs em uma base de ajuste a preços de mercado, e pessoas detentoras de ações preferenciais ou ADSs em uma operação de proteção ou como parte de uma operação de “*straddle*” ou de conversão. Consequentemente, cada detentor deve consultar seu próprio consultor fiscal com relação às consequências fiscais globais para ele, inclusive as consequências segundo leis que não as leis de imposto de renda federal dos EUA, de um

investimento em ações preferenciais ou ADSs.

Nesta análise, referências a um “detentor americano” são referências a um detentor de uma ação preferencial ou uma ADS: (i) que é um cidadão ou residente dos Estados Unidos da América; (ii) que é uma sociedade constituída segundo as leis dos Estados Unidos da América ou de qualquer estado dos mesmos; ou (iii) que de outra forma está sujeito ao imposto de renda federal dos EUA em uma base líquida com relação às ações preferenciais de ADSs.

As ações preferenciais serão tratadas como capital social para fins do imposto de renda federal dos EUA. Para fins do “U.S. Internal Revenue Code” (Código da Receita Federal dos EUA) de 1986, conforme alterado, que chamamos de “Código”, os detentores de ADSs serão geralmente tratados como detentores das ações preferenciais representadas por tais ADSs.

Tributação de Distribuições

Um detentor americano reconhecerá a receita de dividendos, para fins de imposto de renda dos EUA em um valor igual a qualquer valor em dinheiro e o valor de quaisquer bens por nós distribuídos como dividendo, na medida em que essa distribuição for paga como rendimentos e lucros do exercício ou acumulados, conforme determinado para fins de imposto de renda federal dos EUA, quando essa distribuição for recebida pelo custodiante (ou pelo detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). O valor de qualquer distribuição incluirá o valor do imposto brasileiro retido sobre o valor distribuído, e o valor de uma distribuição paga em reais será medido por referência à taxa de câmbio para a conversão de reais em dólares norte-americanos, em vigor na data em que a distribuição for recebida pelo custodiante (ou por um detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais). Se o custodiante (ou o detentor americano, no caso de um detentor de ações preferenciais) não converter esses reais em dólares norte-americanos na data em que ele os receber, é possível que o detentor americano reconheça a perda ou ganho cambial, que seria uma perda ou ganho normal, quando os reais forem convertidos em dólares norte-americanos. Dividendos pagos por nós não serão elegíveis para a dedução permitida às sociedades anônimas, segundo o Código.

Sujeito a certas exceções para posições de curto prazo e protegidas por *hedge*, o valor em dólar norte-americano dos dividendos recebidos por uma pessoa antes de 1º de janeiro de 2011, com relação às ADSs, estará sujeito à tributação até uma alíquota máxima de 15,0% se os dividendos forem dividendos “qualificados”. Os dividendos pagos sobre as ADSs serão tratados como dividendos qualificados se: (i) as ADSs forem prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos Estados Unidos e (ii) nós não formos, nem no ano anterior ao que os dividendos foram pagos nem no ano em que os dividendos são pagos, uma companhia de investimento financeiro passivo (“CIFP”). As ADSs são listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e se qualificam como prontamente negociáveis em um mercado de títulos estabelecido nos Estados Unidos assim que elas são listadas. Com base nas diretrizes existentes, não está claro se os dividendos recebidos com relação às ações preferenciais serão tratados como dividendos qualificados, por que as próprias ações preferenciais não estão listadas em uma bolsa norte-americana. Além disso, o Tesouro Norte-americano anunciou sua intenção de promulgar regras de acordo com as quais os detentores de ADSs ou ações preferenciais e intermediários, através dos quais tais títulos são mantidos, serão autorizados a confiar em certificações dos emissores para tratar os dividendos como qualificados para fins de relatório. Em virtude de tais procedimentos ainda não terem sido emitidos, não está claro se poderemos cumpri-los. Os detentores de ADSs e ações preferenciais devem consultar seus próprios consultores fiscais com relação à disponibilidade da alíquota reduzida de imposto sobre dividendos em vista das considerações discutidas acima e de suas próprias circunstâncias particulares.

Com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nos dados relevantes sobre o mercado e os acionistas, acreditamos que não fomos tratados como uma CIFP para fins do imposto de renda federal dos Estados Unidos, com relação aos nossos exercícios tributáveis de 2005 ou 2006.

Além disso, com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nossas expectativas atuais sobre o valor e a natureza de nossos ativos, as fontes e a natureza de nosso lucro e dados relevantes sobre o mercado e os acionistas, não prevemos nos tornarmos uma CIFP para o exercício tributável de 2007. O fato de acreditarmos que não somos, e nem seremos no futuro, uma CIFP, é baseado em alguns Regulamentos Propostos do Tesouro que tratam de bancos não americanos. Tais regulamentos não estão finalizados e estão sujeitos à alterações e, neste caso, nossa determinação quanto ao *status* de CIFP pode ser diferente.

Distribuições efetuadas com rendimentos e lucros relativamente às ações preferenciais ou ADSs serão em geral tratadas como receita de dividendos de fontes fora dos Estados Unidos e serão, em geral, tratadas separadamente junto com outros itens de receita “passiva” (ou, no caso de alguns detentores americanos, “serviços financeiros”) para fins de determinar o crédito de impostos de renda estrangeiros permitido, segundo o Código. Sujeito a certas limitações, o imposto de renda brasileiro retido referente a qualquer distribuição relativa às ações preferenciais ou ADSs poderá ser reivindicado como um crédito contra a obrigação de imposto de renda federal dos EUA de um detentor americano, se esse detentor americano escolher para esse exercício creditar todos os impostos de renda estrangeiros. Alternativamente, essa retenção na fonte de imposto de renda brasileiro poderá ser utilizada como uma dedução contra a receita tributável. Créditos de impostos estrangeiros não são permitidos com relação a retenções na fonte de impostos incidentes relativamente a algumas posições de curto prazo ou protegidas por *hedge* em valores mobiliários e podem não ser permitidos com relação à situações em que o lucro econômico esperado de um detentor americano não é relevante. Os detentores americanos devem consultar seus próprios consultores tributários a respeito das implicações dessas normas face às suas circunstâncias específicas.

As distribuições de ações adicionais a detentores relativamente às suas ações preferenciais ou ADSs, que forem feitas como parte de uma distribuição proporcional para todos os nossos acionistas, em geral não ficarão sujeitas ao imposto de renda federal dos EUA.

Os detentores de ações preferenciais ou ADSs que forem pessoas jurídicas estrangeiras ou pessoas físicas estrangeiras não residentes, que denominamos “detentores não americanos”, em geral, não ficarão sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA ou a retenções de imposto sobre distribuições com relação a ações preferenciais ou ADSs que forem tratadas como receita de dividendos para fins de imposto de renda federal dos EUA, a menos que tais dividendos sejam efetivamente ligados com a condução pelo detentor de um negócio ou comércio nos Estados Unidos.

Tributação de Ganhos de Capital

Sobre a venda ou outra alienação de uma ação preferencial ou uma ADS, um detentor americano em geral reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos EUA. O valor do ganho ou perda será igual à diferença entre o valor realizado em contraprestação pela alienação das ações preferenciais ou das ADSs e a base de cálculo do detentor americano será a ação preferencial ou a ADS. Esse ganho ou perda ficará em geral sujeito ao imposto de renda federal dos EUA, como ganho ou perda de capital e será ganho ou perda de capital de longo prazo se mantido por mais de um ano. Perdas de capital podem ser deduzidas da receita tributável, respeitadas determinadas limitações. O ganho realizado por um detentor americano sobre uma venda ou alienação de ações preferenciais ou ADSs será em geral tratado como uma receita de fonte dos EUA. Conseqüentemente, se o imposto brasileiro incidir sobre esse ganho, o detentor americano não poderá utilizar o crédito de imposto estrangeiro correspondente, a menos que o detentor tenha outra fonte de renda no exterior, do tipo adequado relativamente ao qual o crédito pode ser utilizado.

Um detentor não americano não ficará sujeito ao imposto de renda federal dos EUA ou a uma retenção na fonte de imposto sobre o ganho realizado sobre a venda ou outra alienação de uma ação preferencial ou ADS, a menos que: (i) esse ganho seja efetivamente relacionado com a condução pelo detentor de um comércio ou negócio nos Estados Unidos; ou (ii) esse detentor seja uma pessoa física

que permaneça nos Estados Unidos da América por 183 dias ou mais no exercício fiscal da venda e algumas outras condições sejam cumpridas.

Retenção por Segurança e Relatórios Informativos

Os dividendos pagos sobre, e os resultados da venda ou outra alienação das ADSs ou ações preferenciais para um detentor americano, normalmente poderão estar sujeitos às exigências de declaração de informações do Código e podem estar sujeitos à retenção de segurança a menos que o detentor americano (i) seja uma empresa ou outro recebedor isento ou (ii) forneça um número de identificação de contribuinte e certifique que não ocorreu perda de isenção de retenção de segurança. O valor de qualquer retenção de segurança cobrado de um pagamento a um detentor americano será tratado como um crédito contra as obrigações fiscais de imposto de renda federal dos EUA do detentor americano e poderá conferir ao detentor americano um reembolso, desde que certas informações exigidas sejam fornecidas aos Serviços da Receita Federal dos Estados Unidos.

Um detentor não americano normalmente estará isento dessas exigências de declaração de informações e retenção de segurança de imposto, mas poderá ter que cumprir com certos procedimentos de certificação e identificação de modo a estabelecer a elegibilidade para tais isenções.

Documentos Apresentados

Nós arquivamos relatórios, incluindo relatórios anuais em Formulário 20-F, e outras informações na SEC conforme as regras e a regulamentação da SEC que se aplicam aos emissores estrangeiros privados. V.Sa(s). pode ler e copiar quaisquer materiais arquivados na SEC em sua “Public Reference Room” no 450 Fifth Street, N.W, Washington D.C. 20549. V.Sa(s). pode obter informações sobre o funcionamento de sua “Public Reference Room” ligando para a SEC no 1-800-SEC-0330. Desde 4 de novembro de 2002, somos obrigados a fazer arquivamentos na SEC por meio eletrônico. Todos os arquivamentos que fazemos eletronicamente estão disponíveis ao público pela Internet no *website* da SEC em: <http://www.sec.gov>.

Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas Sobre Risco de Mercado

Risco e Gestão de Riscos

No curso de nossas operações normais, estamos expostos a uma variedade de riscos que são inerentes às atividades bancárias e de seguros. A forma na qual podemos adequar, identificar e gerir esses riscos é essencial para nossa rentabilidade. Os mais significativos desses riscos são:

- mercado;
- liquidez;
- crédito; e
- operacional.

A gestão desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e abrange uma gama de políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo possível sem perda de eficiência. Para uma análise de nossas políticas de gestão de riscos, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - História e Desenvolvimento da Companhia - Gestão de Riscos” e “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Administração de Ativos e Obrigações”. Para um resumo

dos regulamentos brasileiros sobre gestão de riscos de mercado no setor bancário, veja “Item 4. Informações sobre a Companhia - Regulamentação e Supervisão”.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações em fatores, como taxas de juros ou taxas de câmbio, tenham um impacto desfavorável sobre os valores de nossos ativos, obrigações ou posições. Estamos expostos ao risco de mercado, tanto em nossas atividades de negociação quanto nas de posições. Os principais riscos de mercado que enfrentamos são o risco de taxas de juros e o risco de câmbio.

Utilizamos a metodologia da análise de sensibilidade descrita a seguir para avaliar nosso risco de mercado. Nossas análises de sensibilidade avaliam o prejuízo em potencial em lucros futuros resultantes de alterações hipotéticas em taxas de juros e taxas de câmbio.

Risco de Taxas de Juros

O risco de taxas de juros surge em decorrência de diferenças de momentos na repactuação de ativos e obrigações, de alterações inesperadas na inclinação e forma de curvas de rendimento e de alterações na correlação de taxas de juros entre diferentes instrumentos financeiros. Estamos expostos ao risco de movimentos em taxas de juros, quando existe um desequilíbrio entre taxas de juros fixas e taxas de juros de mercado. Para uma análise de nossa gestão sobre sensibilidade a taxas de juros, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Sensibilidade das Taxas de Juros”.

Risco de Câmbio

O risco de câmbio surge em decorrência de termos ativos, obrigações e itens não incluídos no balanço patrimonial, que são expressos em ou indexados a outras moedas que não o real, quer em decorrência de negociação ou no curso normal das atividades bancárias. Controlamos a exposição a movimentos de taxas de câmbio assegurando-nos de que os desequilíbrios sejam administrados e monitorados, e nossa política é evitar desequilíbrios substanciais em taxas de câmbio. Virtualmente, todas as nossas transações (por valor) que sejam expressas em ou indexadas a uma moeda estrangeira são expressas em ou indexadas ao dólar norte-americano. Nossos ativos e passivos expressos em outras moedas, que incluem euros e ienes, são geralmente indexados ao dólar norte-americano, através de *swaps* de moeda limitando efetivamente nossa exposição de câmbio ao dólar norte-americano. Para uma análise de nossa gestão sobre a sensibilidade a taxas de câmbio, veja “Item 5. Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras - Sensibilidade de Taxas de Câmbio”.

Riscos de Mercado de Atividades de Negociação

Celebramos transações com derivativos para administrar nossa exposição ao risco de taxas de juros e risco de câmbio. Como resultado, nossa exposição a potenciais prejuízos, descritos a seguir, é geralmente reduzida por essas transações. Esses instrumentos financeiros derivativos não se qualificam como *hedge*, segundo o U.S. GAAP. Consequentemente, nós classificamos instrumentos financeiros derivativos como títulos e valores mobiliários de negociação.

Análise de Sensibilidade

Utilizamos os seguintes critérios e metodologia para fazer nossa análise de sensibilidade:

- Assumimos que o valor contábil dos ativos e passivos, expressos ou indexados a moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2007, eram equivalentes ao valor de mercado desses ativos e passivos naquela data.
- O valor dos ativos e dos passivos remunerados a taxas de juros flutuantes não é significativamente afetado por mudanças nas taxas de juros. Portanto, somente foram incluídos os ativos e passivos a taxas de juros fixas na análise de sensibilidade.
- Ao dividir os ativos e passivos por vencimento, assumiu-se que em média os ativos e passivos vençam no ponto médio de cada período indicado.
- As projeções para o cenário negativo para a taxa de câmbio real/dólar, taxa de juros prefixada e cupom cambial foram realizadas por nós com base no comportamento histórico dessas séries, sua distribuição de probabilidade e as perspectivas econômicas para o ano corrente. As premissas básicas compreendem: estabilidade política e continuidade das políticas econômicas adotadas no Brasil nos últimos anos; elevação do *rating* do país para grau de investimento; desaceleração relevante da economia norte-americana para 0,9% de crescimento do PIB em 2008 e conseqüente resposta da política monetária (*Fed Funds* próximas de 2%); queda moderada das taxas de juros na Zona do Euro, Inglaterra e Canadá, tendo em vista o risco de desaceleração da atividade econômica; desdobramentos moderados para a liquidez internacional e mercado de crédito da crise do sistema financeiro; elevação de taxa de juros em boa parte dos países emergentes por conta da aceleração da inflação e baixo risco para atividade econômica nestes países (demanda interna robusta); preços de *commodities* em níveis elevados, ainda que apresentem alguma desaceleração na margem (em relação ao preço atual); crescimento do PIB mundial em desaceleração suave, tendo em vista o crescimento menor, mas ainda robusto das economias emergentes.
- O cenário para o câmbio contemplou o histórico do nível e variação da taxa de câmbio em outros momentos de crise. Mais recentemente observamos uma correlação elevada e negativa entre câmbio e preços de commodities, razão pela qual incluímos o índice de commodities CRB (Commodities Research Bureau) na regressão da taxa de câmbio, além do risco-país. Consideramos como cenário negativo um aumento do risco país para 250 pontos e uma queda do CRB para 370 pontos. Já o cenário positivo contempla um risco país de 150 pontos e manutenção do patamar atual de preços de commodities (CRB em 410 pontos). Já os cenários para as taxas prefixadas foram construídos com base essencialmente na variação das expectativas de inflação, tendo em vista o cenário básico para a taxa Selic (tanto o cenário negativo como o positivo contemplam Selic a 13%). A grande diferença entre um cenário e outro está nas expectativas de inflação para os próximos 12 meses. O cenário para o cupom cambial levou em conta nossa expectativa para os *Fed Funds* (taxa de juros básica norte-americanas) em cenários alternativos (2,5% no cenário negativo – economia americana inicia sua recuperação rapidamente e a inflação acelera levando o FED a elevar ainda neste ano as taxas de juros – e 1,5 no cenário positivo – recessão americana é mais intensa do que o esperado e faz com que o FED derrube ainda mais os juros básicos). Foram utilizadas as taxas de juros básicas norte-americanas no modelo devido às correlações históricas entre o cupom cambial e os *Fed Funds*. Além disso, a análise foi complementada por uma abordagem estatística.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos das operações a taxas prefixadas expressas em ou indexadas ao real em 31 de dezembro de 2007:

	De 0 a 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos que rendem juros:							
(Em milhões de reais)							
Aplicações em operações compromissadas.....	-	-	R\$ 809	R\$ 690	R\$ 2.535	R\$ 47	R\$ 4.081
Depósito compulsório no Banco Central do Brasil	R\$ 7.756	-	-	-	-	-	7.756
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo	1.786	R\$ 1	269	1.010	1.503	2	4.571
Operações de crédito, líquidas	16.408	14.480	11.285	12.943	23.929	4.104	83.149
Total de ativos	25.950	14.481	12.363	14.643	27.967	4.153	99.557
Passivos que incidem juros:							
Depósitos a prazo.....	324	302	97	42	20	1	786
Captações no mercado	35.278	4.261	1.924	5.738	15.877	3.115	66.193
Total dos passivos.....	35.602	4.563	2.021	5.780	15.897	3.116	66.979
Gap Ativo/Passivo	(9.552)	9.918	10.342	8.863	12.070	1.037	R\$ 32.578
Gap Ativo/Passivo cumulativo	R\$ (9.552)	R\$ 266	R\$ 10.608	R\$ 19.471	R\$ 31.541	R\$ 32.578	

A tabela a seguir apresenta os vencimentos das operações expressas em ou indexadas ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2007:

	De 0 a 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos que rendem juros:							
(Em milhões de reais)							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	R\$ 1.278	R\$ 57	R\$ 75	-	-	-	R\$ 1.410
Aplicações em operações compromissadas	7	-	-	R\$ 7	R\$ 29	R\$ 2.958	3.001
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	11	-	-	-	-	-	11
Títulos e valores mobiliários de negociação.....	646	-	102	1.914	1	242	2.905
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	2	1	19	24	891	937
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	338	338
Operações de crédito	2.510	2.608	3.018	3.880	2.115	3.484	17.615
Total de ativos.....	4.452	2.667	3.196	5.820	2.169	7.913	26.217
Passivos que incidem juros:							
Depósitos interfinanceiros.....	2	-	-	-	-	-	2
Depósitos a prazo	1.145	554	145	151	17	63	2.075
Captações no mercado aberto.....	2.662	-	2	-	3	155	2.822
Obrigações com empréstimos de curto prazo	1.251	1.930	2.201	2.260	315	32	7.989
Obrigações com empréstimos de longo prazo	290	69	403	1.404	962	3.935	7.063
Total dos passivos	5.350	2.553	2.751	3.815	1.297	4.185	19.951
Gap Ativo/Passivo	(898)	114	445	2.005	872	3.728	6.266
Gap Ativo/Passivo cumulativo	(898)	(784)	(339)	1.666	2.538	6.266	

Sensibilidade a Taxas de Juros

Os riscos de taxa aos quais a Companhia está sujeita podem ser divididos em duas categorias:

- (a) ativos e passivos denominados em reais que acumulam juros a taxas fixas; e
- (b) ativos e passivos denominados ou indexados a moedas estrangeiras sobre os quais o risco de taxa de juros pode ser expresso pelo chamado cupom cambial, que é o diferencial das taxas de juros prefixados e a variação cambial.

Pelo fato das taxas de juros sobre a grande maioria dos ativos e passivos denominados em reais com taxa flutuante serem a do CDI/Selic, que é igual à taxa de desconto usada para calcular o

valor presente das futuras flutuações de taxas, o resultado líquido é que tais flutuações de taxas não resultarão em nenhuma mudança no valor justo de tais ativos e passivos na data do balanço.

Transações de Taxa Fixa Denominadas em Reais

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos um excesso de R\$ 5,5 bilhões em ativos denominados em reais com taxa fixa sobre suas obrigações denominadas em reais com taxa fixa, incluindo instrumentos financeiros derivativos. A perda em potencial nos valores dos ativos e das obrigações financeiras de taxa fixa, não excederia R\$ 312 milhões, como resultado de flutuações desfavoráveis hipotéticas estimadas pelo nosso departamento de pesquisas e estudos econômicos, de até 2,25% da taxa de juros anualizada, independente do prazo até o vencimento ou período de tempo durante o qual esta alteração desfavorável iria persistir.

Porém, se considerarmos o hedge natural produzido por operações passivas com captação de depósitos, de poupança, à vista e a prazo os efeitos seriam praticamente nulos sobre as perdas/ganhos nos ativos com operações de crédito em um cenário de alta/queda nas taxas de juros.

Transações Indexadas e Denominadas em Moeda Estrangeira

Uma flutuação desfavorável hipotética de até 1,3% na taxa de juros anualizada sobre os nossos ativos e passivos expressos ou indexados a moedas estrangeiras, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, iria resultar em perdas potenciais de até R\$ 6,0 milhões no valor de nossos ativos e passivos financeiros, expressos ou indexados ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2007, independentemente de por quanto tempo a mudança desfavorável permaneça.

Em 31 de dezembro de 2007, havia um excesso de R\$ 4,5 bilhões em obrigações denominadas ou indexadas à moeda estrangeira sobre os ativos denominados ou indexados a moeda estrangeira. Embora as obrigações superem os ativos, um aumento na taxa do cupom cambial ocasionaria perdas, pois os passivos estão mais concentrados no curto prazo, enquanto os ativos apresentam um prazo médio mais elevado, o que implica em uma maior sensibilidade à elevação do cupom cambial, e conseqüentemente em maiores perdas.

Sensibilidade a Taxas de Câmbio

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos um excesso de R\$ 4,5 bilhões em obrigações denominadas ou indexadas à moeda estrangeira sobre os ativos denominados ou indexados à moeda estrangeira, incluindo instrumentos financeiros derivativos. Uma desvalorização hipotética de até 6,4% do Real frente ao dólar norte-americano resultaria em perdas potenciais de até R\$ 280,0 milhões no valor justo dos ativos e passivos, expressos ou indexados ao dólar norte-americano. Contudo, se consideradas as repercussões tributárias pelo efeito da desvalorização, seriam anuladas tais perdas. A taxa de câmbio estimada pelo nosso Departamento de Pesquisas Econômicas para o cenário negativo foi de R\$/US\$ 1,89.

Valor em Risco (VaR)

A utilização da metodologia do VaR iniciou-se em janeiro de 2000 com as posições da tesouraria e em março de 2005 foi implementada para as posições das carteiras comercial e externa, com exceção aos investimentos no exterior com os seus respectivos hedges que são gerenciados de forma diferenciada.

Nos dois primeiros trimestres do ano de 2007 o VaR máximo observado foi de R\$ 110 milhões e o VaR médio ficou entre R\$ 55 milhões e R\$ 75 milhões. Esse movimento ocorreu em razão do aumento da volatilidade no último semestre do ano, onde o VaR máximo alcançou R\$ 176 milhões e o VaR médio esteve entre R\$ 114 milhões e R\$ 117 milhões.

O quadro a seguir demonstra o valor em risco, conforme a metodologia do *VaR*, em 2007:

1º trimestre de 2007 - R\$ milhões

Fatores de risco	Médio	Mínimo	Máximo	Em 31 de março
Reais (taxa fixa e flutuante)...	46	27	65	55
Cupom cambial.....	1	0	3	0
Moeda estrangeira	2	0	6	0
Renda variável.....	2	1	5	3
Renda fixa externa.....	14	9	22	21
Total do <i>VaR</i>	55	34	78	68

2º trimestre de 2007 - R\$ milhões

Fatores de risco	Médio	Mínimo	Máximo	Em 30 de junho
Reais (taxa fixa e flutuante)...	63	37	96	50
Cupom cambial.....	1	1	2	1
Moeda estrangeira	4	0	11	5
Renda variável.....	2	1	4	1
Renda fixa externa.....	16	11	20	17
Total do <i>VaR</i>	75	52	110	66

3º trimestre de 2007 - R\$ milhões

Fatores de risco	Médio	Mínimo	Máximo	Em 30 de setembro
Reais (taxa fixa e flutuante)...	80	29	137	110
Cupom cambial.....	1	1	3	1
Moeda estrangeira	5	0	20	6
Renda variável.....	2	1	9	1
Renda fixa externa.....	41	13	64	38
Total do <i>VaR</i>	114	42	176	143

4º trimestre de 2007 - R\$ milhões

Fatores de risco	Médio	Mínimo	Máximo	Em 31 de dezembro
Reais (taxa fixa e flutuante)...	89	60	110	84
Cupom cambial.....	3	1	8	3
Moeda estrangeira	3	0	9	1
Renda variável.....	3	1	6	6
Renda fixa externa.....	34	27	40	39
Total do <i>VaR</i>	117	82	140	109

O quadro a seguir demonstra a concentração do *VaR*, em termos de frequência, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, calculado sobre as posições até 31 de dezembro de 2007:

<i>VaR</i> - Valor em Risco					
R\$ milhões	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	% de eventos
Até R\$ 60.....	59,68%	16,13%	17,19%	0,00%	23,20%
De R\$ 60 até R\$ 80.....	40,32%	54,84%	10,94%	0,00%	26,40%
De R\$ 80 até R\$ 100.....	0,00%	12,90%	9,38%	11,29%	8,40%
De R\$ 100 até R\$ 120.....	0,00%	16,13%	14,06%	41,94%	18,00%
Mais de R\$ 120	0,00%	0,00%	48,43%	46,77%	24,00%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Item 12. Descrição de Outros Valores Mobiliários que não de Renda Variável

Não aplicável

PARTE II

Item 13. Inadimplementos, Dividendos a Menor e Atrasos nos Pagamentos

Não Aplicável.

Item 14. Modificações Significativas aos Direitos dos Detentores de Títulos e Uso dos Recursos

Não Aplicável.

Item 15. Controles e Procedimentos.

Responsabilidade Financeira, Controles e Procedimentos de Divulgação, e Relatório de Controles Internos Relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(a) Controles e Procedimentos de Divulgação

Durante o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2007, avaliações da eficácia dos nossos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e), de acordo com a Lei de Mercado de Capitais de 1934) foram conduzidas sob supervisão de nossa administração, inclusive, de nossos *Chief Executive Officer* – CEO e *Chief Financial Officer* – CFO. Devido às inerentes limitações, os controles internos e os procedimentos de divulgação, podem não prevenir ou detectar erros. Dessa forma, mesmo controles e procedimentos de divulgação efetivos podem fornecer, somente, uma segurança razoável de que seus objetivos de controle sejam atingidos.

Com base na avaliação mencionada acima, nossos CEO e CFO, sujeitos às limitações já citadas, concluíram que para o período compreendido por esse relatório anual, os nossos controles e procedimentos de divulgação eram adequados e efetivos de forma a proporcionar uma segurança razoável de que as informações requeridas a serem divulgadas nos relatórios que arquivamos ou enviamos, de acordo com a Lei de Mercado de Capitais, estão registradas, processadas, sumarizadas e divulgadas, dentro dos períodos especificados nas normas e formulários aplicáveis, e que estão acumuladas e comunicadas à nossa administração, incluindo, nossos CEO e CFO, de forma apropriada para permitir decisões oportunas em relação à divulgação requerida.

(b) Relatório Anual da Administração sobre os Controles Internos Relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nossa administração é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme definido nas Normas 13a-15(f) e 15d-15(f), de acordo com a Lei de Mercado de Capitais de 1934. Nossos controles internos foram estabelecidos de forma a proporcionar uma segurança razoável em relação à confiabilidade de nosso reporte financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Todos os sistemas de controles internos, não importando quão bem definidos, possuem limitações inerentes. Portanto, mesmo aqueles sistemas determinados a serem efetivos podem não prevenir ou detectar erros e/ou classificações inexatas. Adicionalmente, projeções de quaisquer avaliações de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que controles possam tornar-se inadequados em razão de mudanças nas suas condições ou que o grau de atendimento às políticas ou procedimentos possa se reduzir.

Nossa administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2006 e 2007, baseado nos critérios estabelecidos pelo *Internal Control – Integrated Framework* do COSO. Com base em sua avaliação, a administração concluiu que nossos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas eram efetivos em 31 de dezembro de 2006 e 2007.

A eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2007, foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes registrados no PCAOB, conforme declarado em seu relatório com início na página F-2 das demonstrações financeiras incluídas nesse Formulário 20-F.

(c) Parecer de Certificação da Empresa de Auditoria Independente Registrada no PCAOB

Para o parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, nossa empresa de auditoria independente registrada no PCAOB, datado de 30 de junho de 2008, sobre a eficácia dos controles internos sobre as demonstrações financeiras consolidadas datadas de 31 de dezembro de 2007, veja “Item 18. Demonstrações Financeiras”.

(d) Mudanças nos Controles Internos Relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Não houve mudanças em nossos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas (esse termo é definido nas Normas 13a-15(f) e 15d-15(f), de acordo com a Lei de Mercado de Capitais) referente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2007, que tenham afetado de forma material ou que tenham possibilidade razoável de afetar de forma material, nossos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas.

Item 16. [Reservado]

Item 16A. Perito Financeiro do Comitê de Auditoria

Nosso Conselho de Administração analisou as qualificações e experiências dos membros do comitê de auditoria e determinou que Hélio Machado dos Reis é um “perito financeiro do comitê de auditoria” conforme o significado do Item 16A, e também é independente. Para mais informações com relação ao nosso comitê de auditoria, veja “Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Práticas do Conselho - Comitês Diretivos - Comitê de Auditoria”.

Item 16B. Código de Ética

Nós adotamos códigos de ética, como definido no item 16B do Formulário 20-F, de acordo com a Lei de Valores de 1934, emendada. Nossos códigos de ética aplicam-se ao nosso Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Contábil e quaisquer pessoas em funções similares, assim como nossos conselheiros, outros executivos, funcionários, fornecedores e parceiros. Nossos códigos de ética estão disponíveis no *website* por meio do endereço <http://www.bradesco.com.br/ri/>. Se alterarmos as determinações de nossos códigos de ética ou se concedermos quaisquer isenções a tais determinações, divulgaremos tal alteração ou abdicarão em nosso *website* no mesmo endereço.

Item 16C. Honorários e Serviços do Auditor Principal

Honorários de Auditoria e Não Auditoria

A tabela abaixo demonstra os honorários que nos foram cobrados, durante os exercícios fiscais de 2006 e 2007:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2006	2007
	(Em R\$ mil)	
Cobranças de auditoria	R\$ 13.773	R\$ 22.028
Cobranças relacionadas à auditoria	2.923	881
Cobranças de impostos	218	638
Outras cobranças	233	201
Total das cobranças.....	R\$ 17.147	R\$ 23.748

Nossa empresa de auditoria independente audita nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com o U.S. GAAP e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, assim como relatórios regulamentares e estatutários submetidos ao Banco Central, CVM, SEC e Susep, incluindo a revisão trimestral de nossas demonstrações financeiras intermediárias.

As cobranças relacionadas à auditoria na tabela anterior são os honorários totais cobradas pelos auditores independentes para relatórios de certificação e controle internacional e nacional, relatórios de procedimentos acordados, revisões de procedimentos e de controles internos solicitados pela nossa Administração, e pela emissão de cartas de conforto para a venda de títulos no exterior.

As cobranças de impostos na tabela anterior são os honorários cobrados pelos auditores independentes para serviços de cumprimento tributário, de planejamento e consultoria.

As outras cobranças na tabela anterior são os honorários cobrados pelos auditores independentes relativas, principalmente, a revisões de controles, abrangendo ambiente de tecnologia e outros.

Políticas e Procedimentos de Pré-Aprovação do Comitê de Auditoria

Nem o nosso Conselho de Administração, nem o nosso Comitê de Auditoria estabeleceu políticas e procedimentos de pré-aprovação para o envolvimento de nossos auditores independentes em serviços. Nosso Conselho de Administração aprova expressamente, caso a caso, qualquer envolvimento de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não-auditoria fornecidos a nossas subsidiárias ou a nós. Nosso Comitê de Auditoria fornecerá recomendações ao nosso Conselho de Administração com relação a tais envolvimento. Para mais informações com relação ao nosso Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, veja “Item 6. Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Funcionários - Práticas do Conselho”.

Item 16D. Isenções das Normas de Arquivamento para os Comitês de Auditoria

De acordo com as regras da SEC e da NYSE quanto ao comitê de auditoria de companhias listadas, em vigor a partir de 31 de julho de 2006, devemos cumprir com a Regra 10A – 3 do *Exchange Act*, que exige que nós estabeleçamos um comitê de auditoria composto de membros do Conselho de Administração, que cumpre com determinadas exigências, ou designemos e concedamos poder a um Conselho Fiscal ou órgão similar, que desempenhe o papel do comitê de auditoria, com base na isenção estabelecida na Regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*.

De acordo com a regulamentação do Banco Central, constituímos um órgão similar ao Comitê de Auditoria que desempenha quase todas as funções do comitê de auditoria do Conselho de Administração de uma empresa americana. Dos quatro membros do Comitê de Auditoria, apenas um membro é também membro do Conselho de Administração. Além disso, de acordo com as leis brasileiras, a função de contratar auditores independentes é reservada ao nosso Conselho de Administração. Consequentemente, nosso Conselho de Administração funciona como nosso comitê de auditoria de acordo com o especificado na Seção 3 (a)(58) do *Exchange Act*, para os fins de aprovação, caso a caso, de qualquer compromisso de nossos auditores independentes em serviços de auditoria e não de auditoria fornecidas a nossas subsidiárias ou a nós. Exceto neste caso, o nosso

Comitê de Auditoria é comparável e desempenha as funções dos comitês de auditoria do Conselho de Administração de empresas americanas. Já que o nosso Comitê de Auditoria não é um comitê do nosso Conselho de Administração, mas é um órgão separado como exigido pela Legislação Brasileira para exercer a função de comitê de auditoria, acreditamos que nosso Comitê de Auditoria atende as exigências estabelecidas na Regra 10(a)(3) do *Exchange Act*. Entretanto, nos baseamos no direito de isenção estabelecido pela Regra 10A – 3(c)(3) do *Exchange Act*; pois, de acordo com a regulamentação do Banco Central, nosso Comitê de Auditoria é um órgão separado do Conselho de Administração. Acreditamos que o nosso Comitê de Auditoria poderá funcionar de maneira independente no desempenho de suas responsabilidades de comitê de auditoria, de acordo com a Lei Sarbanes – Oxley e para satisfazer as outras exigências da Regra 10A – 3 do *Exchange Act*.

Item 16E. Aquisição de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados

Não aplicável.

Item 17. Demonstrações Financeiras.

Não Aplicável.

Item 18. Demonstrações Financeiras.

Veja páginas F1 a F63, incorporadas ao presente por referência.

Item 19. Anexos

Documentos apresentados como anexos neste Relatório Anual:

- 1.1 - Estatuto Social alterado e reformulado do Banco Bradesco S.A.
 - 2.1 - Contrato de Depósito Alterado e Reformulado, entre o Banco Bradesco S.A. e o Citibank N.A. na qualidade de depositário, bem como os detentores e arrendatários e proprietários beneficiários de ADRs. (*)
 - 3.1 - Acordo de Acionistas datado de 9 de junho de 2003, entre a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações, a Fundação Bradesco, o Banco Bilbao Viscaya Argentaria S.A. e o Banco Bradesco S.A. (como parte mediadora) (**)
 - 6.1 - Cálculo de lucro por ação e da média ponderada do número de ações em circulação.
 - 7.1 - Cálculo de dividendos/juros sobre o capital próprio por ação.
 - 8.1 - Lista de subsidiárias.
 - 12.1 - Certificação do Diretor-Presidente conforme as Regras 13a-14 e 15d-14 de acordo com a Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934.
 - 12.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme as Regras 13a-14 e 15d-14 de acordo com a Lei de Mercado de Valores Mobiliários de 1934.
 - 13.1 - Certificação do Diretor-Presidente conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.
 - 13.2 - Certificação do Diretor Financeiro conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes - Oxley de 2002.
- (*) Referência incorporada em nossa declaração de registro em Formulário 20-F (arquivado n. 333-13950), originalmente arquivada com a Comissão em 28 de setembro de 2001.
- (**) Referência incorporada em nosso Relatório Anual em Formulário 20-F (arquivado n. 1-15250) originalmente arquivado com a Comissão em 30 de junho de 2004.

ASSINATURAS

Conforme as exigências da Seção 12 da Lei de Valores Mobiliários de 1934, a Companhia registrada certifica que satisfaz todas as exigências para arquivamento do Formulário 20-F e providenciou que este Relatório Anual fosse devidamente assinado em seu nome pelo abaixo assinado, autorizado devidamente por meio dessa.

Banco Bradesco S.A.

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano

Márcio Artur Laurelli Cypriano
Diretor-Presidente

Data: 30 de junho de 2008.

Banco Bradesco S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2006 e de 2007 e para cada um dos três últimos
exercícios e parecer do auditor independente registrado no PCAOB**

(Tradução livre do original em inglês)

Parecer do auditor independente registrado no PCAOB

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Banco Bradesco S.A.

Somos de parecer que os balanços patrimoniais consolidados e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Banco Bradesco S.A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e os resultados das operações e os fluxos de caixa de cada um dos três exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2007, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Também em nossa opinião, o Banco manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2007, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework* (Controles Internos – Um Modelo Integrado) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). A administração do Banco é responsável por essas demonstrações financeiras, por manter controles internos efetivos relacionados aos relatórios financeiros e pela avaliação da efetividade dos controles internos relacionados aos relatórios financeiros incluídos no Relatório Anual da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Financeiras constante do Item 15. Nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e sobre os controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas com base em nossas auditorias (que foram auditorias integradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006). Nossas auditorias integradas foram conduzidas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (*Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB*). Essas normas requerem que as auditorias sejam planejadas e realizadas com o objetivo de obter razoável segurança se a apresentação das demonstrações financeiras estão livres de erros materiais e se os controles internos relacionados às demonstrações financeiras são efetivos em todos os seus aspectos relevantes. Nossos exames das demonstrações financeiras compreenderam a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações financeiras, a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nossos exames de controles internos relacionados às demonstrações financeiras compreendem a obtenção do entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, a avaliação sobre a existência de uma deficiência material de controles internos, o teste e a avaliação do desenho e da operação efetiva dos controles internos baseado em nossa avaliação de risco. Nossos exames incluíram também a realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias. Entendemos que nossos exames proporcionam uma base razoável para a emissão de nossos pareceres.

Como apresentado nas notas 2(t) e 26 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2006 o Banco passou a contabilizar os planos de pensão de benefício definido e

outros planos de benefício pós-aposentadoria, de acordo com o pronunciamento SFAS No. 158, "Contabilização de Planos de Pensão de Benefício Definido e Outros Planos de Benefício Pós-aposentadoria.

Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras representam um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre a sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de adequação com as políticas e procedimentos possa deteriorar.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

São Paulo, Brasil
30 de junho de 2008

Banco Bradesco S.A.**Balço Patrimonial Consolidado**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro	
	2006	2007
Ativo		
Caixa e contas-correntes em bancos.....	4.748	5.485
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	8.918	7.887
Aplicações em operações compromissadas.....	14.649	40.601
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	23.461	31.813
Títulos e valores mobiliários de negociação, ao valor justo.....	62.735	59.146
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo.....	23.879	29.653
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.....	3.265	2.981
Operações de crédito.....	98.724	133.137
Provisão para perdas com operações de crédito.....	(6.552)	(7.769)
Operações de crédito, líquida.....	92.172	125.368
Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos.....	527	761
Imobilizado de uso, líquido.....	3.000	3.547
Ágio.....	667	883
Ativos intangíveis, líquido.....	2.163	2.917
Outros ativos.....	19.087	23.467
Total do ativo.....	259.271	334.509
Passivo e patrimônio líquido		
Depósitos de clientes		
À vista, sem incidência de juros.....	21.081	29.423
Poupança.....	27.613	32.813
A prazo.....	34.941	35.733
Depósitos interfinanceiros.....	290	372
Total de depósitos.....	83.925	98.341
Captações no mercado aberto.....	42.875	69.015
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	5.709	7.989
Obrigações por empréstimos de longo prazo.....	30.122	38.915
Outras obrigações.....	70.083	86.879
Total do passivo.....	232.714	301.139
Obrigações e contingências (notas 2(p) e 23(b))		
Participação minoritária nas controladas.....	93	281
Patrimônio líquido		
Ações ordinárias – sem valor nominal (autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2006 – 1.501.299.168 e em 31 de dezembro de 2007 – 1.515.248.595) ⁽¹⁾	7.095	9.497
Ações preferenciais - sem valor nominal (autorizadas e emitidas em 31 de dezembro de 2006 – 1.502.182.404 e em 31 de dezembro de 2007 – 1.516.131.675) ⁽¹⁾	7.105	9.503
Ações em tesouraria (em 31 de dezembro de 2006 – 1.128.000 ações ordinárias e 9.600 ações preferenciais e em 31 de dezembro de 2007 – 1.243.050 ações ordinárias e 2.126.286 ações preferências) ⁽¹⁾	(50)	(132)
Reservas de capital.....	101	205
Reservas estatutárias.....	1.287	1.477
Lucro abrangente acumulado.....	1.160	1.888
Lucros acumulados não apropriados.....	9.766	10.651
Total do patrimônio líquido.....	26.464	33.089
Total do passivo e patrimônio líquido.....	259.271	334.509

(1) Em 24 de março de 2008, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada duas possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada duas possuídas. Em 31 de dezembro de 2007, nosso Capital Social era composto por 1.010.165.730 ações ordinárias com direito a voto, 1.010.754.450 ações preferenciais sem direito a voto e, em tesouraria, 828.700 ações ordinárias e 1.417.524 ações preferenciais.

Banco Bradesco S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado
Expresso em milhões de reais (continuação)**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Receitas financeiras			
Operações de crédito.....	16.855	20.977	22.608
Aplicações em operações compromissadas	2.018	2.177	3.429
Títulos e valores mobiliários			
De negociação.....	7.251	5.705	5.677
Disponíveis para venda.....	1.364	2.490	2.843
Mantidos até o vencimento.....	495	324	279
Depósitos interfinanceiros	722	541	429
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	2.160	1.998	1.207
Outras	61	59	37
Total das receitas financeiras	30.926	34.271	36.509
Despesas financeiras			
Depósitos			
De clientes			
Poupança	(2.028)	(1.909)	(2.002)
A prazo	(4.895)	(4.301)	(3.524)
Interfinanceiros	(21)	(19)	(33)
Operações de captação no mercado aberto	(3.862)	(3.762)	(5.540)
Obrigações por empréstimos de curto prazo.....	187	(54)	727
Obrigações por empréstimos de longo prazo	(1.822)	(2.824)	(2.366)
Total das despesas financeiras.....	(12.441)	(12.869)	(12.738)
Receitas financeiras, líquidas.....	18.485	21.402	23.771
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito.....	(1.823)	(3.767)	(4.616)
Receitas financeiras, líquidas após provisão para perdas com operações de crédito	16.662	17.635	19.155

Banco Bradesco S.A.**Demonstração Consolidada do Resultado****Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado (continuação)**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Receitas não financeiras			
Receita de prestação de serviços.....	5.121	6.379	7.819
Ganhos líquidos sobre títulos e valores mobiliários de negociação.....	2.428	2.360	3.694
Ganhos líquidos realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda.....	747	1.157	1.456
Resultado de participações em empresas não consolidadas.....	186	224	407
Prêmios de seguros.....	7.805	8.121	8.843
Planos de previdência.....	377	791	555
Outras receitas não financeiras.....	876	821	1.107
Total das receitas não financeiras.....	17.540	19.853	23.881
Despesas não financeiras			
Salários e benefícios.....	(5.198)	(6.087)	(6.769)
Despesas administrativas.....	(4.447)	(5.223)	(6.236)
Amortização de ativos intangíveis.....	(353)	(430)	(620)
Sinistros de seguros.....	(5.501)	(6.124)	(6.012)
Varição de provisões de seguros, planos de previdência, títulos de capitalização e contratos de investimentos em previdência.....	(3.939)	(4.199)	(4.981)
Despesas de planos de previdência.....	(505)	(560)	(478)
Despesas de comercialização de planos de seguros e previdência.....	(1.041)	(852)	(1.157)
Depreciação e amortização.....	(712)	(534)	(746)
Outras despesas não financeiras.....	(3.754)	(4.729)	(4.740)
Total das despesas não financeiras.....	(25.450)	(28.738)	(31.739)
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias.....	8.752	8.750	11.297
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(1.222)	(3.167)	(3.869)
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(1.209)	894	517
Total do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.....	(2.431)	(2.273)	(3.352)
Lucro antes de participações minoritárias.....	6.321	6.477	7.945
Participações de acionistas minoritários.....	(11)	(15)	(37)
Lucro líquido.....	6.310	6.462	7.908
Lucro líquido aplicado por tipo de ações⁽²⁾⁽³⁾			
Ações ordinárias.....	3.010	3.075	3.764
Ações preferenciais.....	3.300	3.387	4.144
Lucro líquido.....	6.310	6.462	7.908
Lucro por ações (em reais)⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾			
Ações ordinárias.....	2,05	2,09	2,50
Ações preferenciais.....	2,26	2,30	2,75
Média ponderada de ações em circulação⁽²⁾⁽³⁾			
Ações ordinárias.....	1.465.770.912	1.470.575.223	1.504.008.900
Ações preferenciais.....	1.460.839.863	1.472.508.873	1.505.136.649

(1) A Companhia não tem nenhuma obrigação permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação (Nota 2 (u)).

(2) Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada possuída.

(3) Em 24 de março de 2008, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada duas possuídas da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada duas possuídas.

Banco Bradesco S.A.**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Expresso em milhões de reais**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Atividades operacionais			
Lucro líquido	6.310	6.462	7.908
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido das atividades operacionais:			
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	1.823	3.767	4.616
Provisão para outros investimentos	17	17	9
Provisão de seguros, planos de previdência complementar, títulos de capitalização e contratos de investimentos de previdência	3.939	4.199	4.981
Depreciação e amortização	712	534	746
Amortização de ativos intangíveis	353	430	620
Resultado de participações em empresas não consolidadas	(186)	(224)	(407)
Perda com bens não de uso próprio, líquido	35	46	11
Ganhos realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda	(747)	(1.157)	(1.456)
(Ganhos) perdas com alienação do imobilizado de uso, líquido	(35)	15	5
(Ganhos) perdas na venda de investimentos não consolidados	12	(32)	(1.225)
(Despesa) receita de imposto de renda diferido	1.209	(894)	(517)
Dividendos recebidos de investimentos não consolidados	110	236	301
Participações de acionistas minoritários	11	15	37
Variação em ativos e obrigações			
Aumento líquido de juros a receber	(2.114)	(611)	(1.573)
Aumento (redução) líquido de juros a pagar	319	832	(262)
Aumento em títulos e valores mobiliários de negociação	(5.624)	(35.076)	3.382
Aumento em outros ativos	(6.556)	(44)	(2.709)
Aumento (redução) líquido na carteira de câmbio	350	(318)	179
Aumento em outras obrigações	4.655	7.363	8.488
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais	4.593	(14.440)	23.134
Atividades de investimento			
Aumento líquido em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(787)	(1.449)	(4.875)
Aquisições de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(4.435)	(8.796)	(6.658)
Venda de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	5.034	7.019	3.094
Aquisições de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(31)	(224)	(306)
Resgates pelo vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	171	978	37
Aumento líquido em operações de crédito	(20.468)	(17.561)	(35.363)
Aquisição de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes a caixa pagos	(80)	(1.448)	(180)
Aquisição de ativos intangíveis	(87)	(367)	(984)
Aquisição de investimentos não consolidados	(35)	(190)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(583)	(727)	(962)
Alienação de imobilizado de uso	305	199	271
Alienação de bens não de uso próprio	167	140	185
Alienação de investimentos não consolidados	20	64	1.357
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(20.809)	(22.362)	(44.384)

Banco Bradesco S.A.**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Expresso em milhões de reais (continuação)**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Atividades de financiamento			
Aumento líquido em depósitos	6.397	6.639	14.588
Aumento líquido em captações no mercado aberto	6.354	19.557	26.140
Aumento (redução) líquido em empréstimos de curto prazo	(1.302)	(1.431)	2.280
Aumento em empréstimos de longo prazo	11.133	13.133	14.071
Pagamento de empréstimos de longo prazo	(7.602)	(6.546)	(6.421)
Participações minoritárias nas controladas	(24)	(10)	27
Aumento de capital	737	1.218	-
Venda de ações por subsidiária	-	-	175
Aquisição de ações próprias	(225)	(23)	(82)
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos	(1.559)	(3.334)	(806)
Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de financiamento	13.909	29.203	49.972
Caixa e equivalentes a caixa			
No início do exercício	21.280	18.973	11.374
No encerramento do exercício	18.973	11.374	40.096
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes a caixa	(2.307)	(7.599)	28.722
Informações complementares sobre o fluxo de caixa			
Juros pagos	12.123	12.037	12.999
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.445	2.559	2.959
Operações de crédito transferidas para bens não de uso próprio	78	180	192
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, ainda não pagos	1.248	74	2.092
Emissão de ações para aquisição do BMC	-	-	790

Banco Bradesco S.A.**Demonstração Consolidada das Mutações no Patrimônio Líquido
Expresso em quantidade de ações**

	Ordinárias ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	Preferenciais ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	Ações ordinárias em tesouraria ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	Ações preferenciais em tesouraria ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
Saldo em 31 de dezembro de 2004	1.428.936.774	1.416.219.576	-	-
Ações subscritas e emitidas	52.751.142	52.248.858	-	-
Ações atribuídas aos minoritários da Bradesco Seguros.....	1.095.024	1.084.602	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-	(14.907.678)	(7.722)
Cancelamento de ações em tesouraria.....	(14.211.228)	(7.722)	14.211.228	7.722
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.468.571.712	1.469.545.314	(696.450)	-
Ações subscritas e emitidas	32.727.456	32.727.090	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-	(431.550)	(99.600)
Cancelamento de ações em tesouraria.....	-	(90.000)	-	90.000
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.501.299.168	1.502.182.404	(1.128.000)	(9.600)
Ações emitidas para incorporação das ações do Banco BMC.....	13.949.427	13.949.271	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-	(115.050)	(2.116.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.515.248.595	1.516.131.675	(1.243.050)	(2.126.286)

- (1) Em 11 de novembro de 2005, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe.
- (2) Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada duas possuídas.
- (3) Em 4 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração deliberou o cancelamento de 2.246.224 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 828.700 ordinárias e 1.417.524 preferenciais existentes em Tesouraria, representativas do seu próprio Capital Social.
- (4) Em 24 de março de 2008, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada duas possuídas da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada duas possuídas. Em 31 de dezembro de 2007, nosso Capital Social era composto por 1.010.165.730 ações ordinárias com direito a voto, 1.010.754.450 ações preferenciais sem direito a voto e, em tesouraria, 828.700 ações ordinárias e 1.417.524 ações preferenciais.

Banco Bradesco S.A.

Demonstração Consolidada das Mutações no Patrimônio Líquido
Expresso em milhões de reais, exceto quanto às informações por ação

	Ações		Ações em tesouraria	Capital		Reservas Estatutárias	Lucro abrangente acumulado	Lucros acumulados não apropriados		Total
	ordinárias	preferenciais		integralizad o adicional						
Saldo em 31 de dezembro de 2004	3.525	3.475	-	58	1.067	-	693	6.741	15.559	
Lucro líquido.....	-	-	-	-	-	-	-	6.310	6.310	
Valores mobiliários disponíveis para venda ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	(281)	-	(281)	
Lucro abrangente ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	6.029	
Juros sobre o capital próprio e dividendos..	-	-	-	-	-	-	-	(1.881)	(1.881)	
Ações em tesouraria canceladas	-	-	195	-	-	-	-	(195)	-	
Aquisição de ações próprias	-	-	(225)	-	-	-	-	-	(225)	
Aumento de capital.....	358	354	-	-	-	-	-	-	712	
Transferências ⁽³⁾	2.614	2.674	-	-	(32)	-	-	(5.256)	-	
Outras	-	-	-	25	-	-	-	-	25	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	6.497	6.503	(30)	83	1.035	-	412	5.719	20.219	
Lucro líquido.....	-	-	-	-	-	-	-	6.462	6.462	
Valores mobiliários disponíveis para venda ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	733	-	733	
Lucro abrangente ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	7.195	
Ajuste decorrente da adoção do SFAS 158, líquido de R\$ 8 de impostos.....	-	-	-	-	-	-	15	-	15	
Juros sobre o capital próprio e dividendos..	-	-	-	-	-	-	-	(2.160)	(2.160)	
Ações em tesouraria canceladas	-	-	3	-	-	-	-	(3)	-	
Aquisição de ações próprias	-	-	(23)	-	-	-	-	-	(23)	
Aumento de capital ⁽⁴⁾	598	602	-	18	-	-	-	-	1.218	
Transferências.....	-	-	-	-	252	-	-	(252)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	7.095	7.105	(50)	101	1.287	-	1.160	9.766	26.464	
Lucro líquido.....	-	-	-	-	-	-	-	7.908	7.908	
Valores mobiliários disponíveis para venda ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	685	-	685	
Ajuste decorrente de plano de benefício definido.....	-	-	-	-	-	-	43	-	43	
Lucro abrangente ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	8.636	
Juros sobre o capital próprio e dividendos..	-	-	-	-	-	-	-	(2.823)	(2.823)	
Aquisição de ações próprias	-	-	(82)	-	-	-	-	-	(82)	
Aumento de capital ⁽⁶⁾	395	395	-	104	-	-	-	-	894	
Transferências ⁽⁷⁾	2.007	2.003	-	-	190	-	-	(4.200)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	9.497	9.503	(132)	205	1.477	-	1.888	10.651	33.089	

Exercício findo em 31 de dezembro

Informações por ações ^{(5) (8)}	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Lucros distribuídos (juros sobre o capital próprio e dividendos)			
Ordinária.....	0,62	0,70	0,89
Preferencial.....	0,67	0,77	0,98

- (1) Consiste em (i) ganhos não realizados de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e (ii) ganhos em planos de pensão com benefício definido, todos eles líquidos dos efeitos tributários, que montaram R\$529, R\$867 e R\$1.444 em 31 de dezembro de 2005, de 2006 e de 2007, respectivamente.
- (2) Ajustado pelas perdas não temporárias baixadas no resultado do exercício, conforme mencionado na Nota 5.
- (3) Um aumento de capital de R\$5.288, sendo R\$2.614 de ações ordinárias e R\$2.674 de ações preferenciais, por meio da incorporação de reservas estatutárias, foi aprovado em assembléia geral de acionistas em 2005.
- (4) Aumento de capital de R\$1.200, sendo R\$598 de ações ordinárias e R\$602 de ações preferenciais sem valor nominal, foi aprovado em assembléia geral de acionistas em outubro de 2006.
- (5) Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada possuída.
- (6) Aumento de capital de R\$790, sendo R\$395 de ações ordinárias e R\$395 de ações preferenciais sem valor nominal foi aprovado em assembléia geral de acionistas em agosto de 2007 para fins de aquisição do BMC (Nota 1b) e transação de capital relativa à venda de ações por uma subsidiária em julho de 2007.
- (7) Aumento de capital de R\$ 4.010, sendo R\$ 2.007 de ações ordinárias e R\$ 2.003 de ações preferenciais por meio de incorporação de reservas estatutárias, aprovado em Assembléia Geral dos acionistas em março e agosto de 2007.
- (8) Em 24 de março de 2008, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada duas possuídas da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações na proporção de uma nova ação para cada duas possuídas.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

1 Base da Apresentação

(a) Histórico

Banco Bradesco S.A. (também denominado como "nós", a "Companhia" ou "Bradesco") é uma sociedade anônima constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

Nós somos um banco múltiplo constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos. O segmento bancário inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, atuando como banco de investimentos, em operações bancárias internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio. O segmento de seguros, planos de previdência e de títulos de capitalização relaciona-se a seguros de automóveis, saúde, vida, acidentes, propriedades, planos de previdência e títulos de capitalização.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, depósitos em poupança, depósitos a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito, concessão de crédito com pagamento parcelado e administração de consórcio. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, "corporate finance" e serviços de banco de investimento, operações de "hedge" e operações de financiamento, inclusive de financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados principalmente nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

No decorrer dos anos, nós adquirimos várias instituições financeiras brasileiras a fim de expandir nossa base de negócios e clientes. Os efeitos das aquisições efetuadas em 2005, 2006 e 2007, individualmente ou de maneira combinada, não foram significativos para nós.

Elaboramos estas demonstrações financeiras de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US GAAP"), que diferem, sob certos aspectos, dos princípios contábeis que aplicamos de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil ("Brazilian GAAP"), inclusive as normas e regulamentos do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), Banco Central do Brasil ("Banco Central"), da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e da Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS").

Patrimônio líquido e lucro líquido incluídos nessas demonstrações financeiras diferem daqueles incluídos nos registros contábeis estatutários preparados de acordo com o "Brazilian GAAP", em decorrência de ajustes efetuados para refletir exigências do "US GAAP". As reservas constituídas com base na Legislação Societária, disponíveis para distribuição, líquidas de ações em tesouraria, foram de R\$7.449 e R\$8.354 em 31 de dezembro de 2006 e 2007, respectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Bradesco S.A. (controladora), de suas agências no exterior e de todas as suas subsidiárias diretas ou indiretas com participação majoritária baseados nos conceitos do *Accounting Research Bulletin* (ARB 51) – "*Consolidated Financial Statements*". Foram eliminadas todas as contas e operações significativas entre as empresas. Adicionalmente, consolidamos as entidades de interesse variável nas quais somos beneficiários primários de acordo com o FIN 46 R "Consolidação de Entidades de Interesse Variável, uma interpretação do ARB nº 51" do FASB. Vide notas 2 (bb) e 14 (d).

A tabela a seguir apresenta a participação no capital votante de nossas principais subsidiárias, e suas respectivas atividades operacionais. Durante os períodos apresentados, ocorreram diversas incorporações, cisões em nossas subsidiárias, entretanto, não foram reconhecidos quaisquer ganhos ou perdas na demonstração de resultados dos respectivos exercícios.

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	Participação no capital votante - %	
	31 de dezembro	
	2006	2007
Subsidiárias		
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Crédito e Financiamento).....	100,00	100,00
Banco Alvorada S.A. (Banco).....	99,88	99,88
Banco BMC S.A. (Banco) ⁽¹⁾	-	100,00
Banco Bankpar S.A.....	99,99	100,00
Banco Boavista Interatlântico S.A. (Banco)	100,00	100,00
Banco Bradesco Argentina S.A. (Banco)	99,99	99,99
Banco Bradesco BBI S.A	100,00	100,00
Banco Finasa S.A. (Banco)	100,00	100,00
Banco Bradesco Cartões S.A. ⁽²⁾	99,99	100,00
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	99,99	99,99
Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. (Holding).....	99,99	99,99
Bradesco Auto/Re Cia. de Seguros	100,00	100,00
Bradesco Capitalização S.A. (Títulos de Capitalização).....	100,00	100,00
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Arrendamento Mercantil).....	100,00	100,00
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Corretagem).....	100,00	100,00
Bradesco Saúde S.A	100,00	100,00
Bradesco Seguros S.A. (Seguros)	100,00	100,00
Bradesco Vida e Previdência S.A. (Seguros e Planos de Previdência Complementar).....	100,00	100,00
Bradesplan Participações Ltda.....	99,98	99,98
BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM.....	100,00	100,00
Tempo Serviços Ltda.	99,99	99,99
União de Participações Ltda.	99,99	99,99

(1) Empresa adquirida em agosto de 2007.

(2) Atual denominação do Bankpar Banco Múltiplo S.A.

(b) Recentes Aquisições

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10 março de 2005, foi aprovada a aquisição da participação remanescente dos minoritários da Bradesco Seguros S.A. (“Bradesco Seguros”), por meio de emissão de ações no valor de R\$12, que foi aprovado pelo Banco Central em 18 de julho de 2005.

Em 15 de abril de 2005, nós adquirimos do Banco Morada S.A. e da Morada Investimentos S.A. (“Grupo Morada”), por meio da Finasa, o capital social total da Morada Serviços Ltda. (“Morada Serviços”) pelo montante de R\$80, pagos em espécie.

Em 26 de julho de 2005, adquirimos 50% do capital total da União de Lojas Leader S.A. (“Leader Magazine”), pelo montante total de R\$47, pagos em espécie.

Em 3 de janeiro de 2006, adquirimos 89,35% do capital votante e 89,17% do capital total do Banco do Estado do Ceará S.A. (“BEC”), pelo valor de R\$700, sendo R\$458 pagos em espécie e R\$242 pagos em títulos públicos, cujo valor de mercado na data da transação correspondia a R\$ 134. Posteriormente foi adquirida a totalidade do capital social através da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – Bovespa, pelo valor de R\$86. Em novembro de 2006, o Banco BEC foi incorporado pela Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A..

Em 20 de março de 2006, assinamos contrato de compra e venda de ações com a American Express Company, para adquirirmos a totalidade do capital das subsidiárias da American Express no Brasil (Banco American Express S.A., American Express Banco Múltiplo S.A., American Express do Brasil Tempo Ltda. e Inter American Express Arrendamento Mercantil S.A.), juntas conhecidas como “Amex”. A operação foi finalizada com a aprovação do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2006 com pagamento de US\$468, equivalentes a R\$1.001, pagos em espécie.

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Em 15 de maio de 2006, adquirimos a totalidade do capital social da Bradesplan Participações S.A. (“Bradesplan”) pelo valor de R\$308, pagos em espécie.

Em março de 2006, celebramos um acordo com as Lojas Colombo S.A. Comércio de Utilidades Domésticas, (“Lojas Colombo”) para adquirir 50% do capital votante da Josema Administração e Participações S.A., controladora da Credifar S.A., Crédito, Financiamento e Investimento, (“Credifar”), uma instituição financeira que tem o direito exclusivo de oferecer produtos e serviços financeiros para clientes da Loja Colombo. Consolidamos a Credifar em 2007, quando a aquisição foi aprovada pelo Banco Central do Brasil com base em nosso status de beneficiário primário. A aquisição foi paga em espécie, no valor de R\$ 221.

Em 23 de janeiro de 2007, fechamos acordo com os acionistas do Banco BMC S.A., (“BMC”), para adquirir 100% de seu capital social total e de suas controladas BMC Asset Management Ltda. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, BMC Previdência Privada S.A. e Credicerto Promotora de Vendas Ltda. e de acordo com os termos do contrato, entregamos aos acionistas do BMC, 9.299.618 de nossas ações ordinárias e 9.299.514 de nossas ações preferenciais, aos acionistas do BMC, como pagamento pela aquisição no valor de R\$790. Em agosto de 2007, a transação foi aprovada pelo Banco Central.

Apresentamos abaixo os balanços patrimoniais resumidos das aquisições:

	2005			
	Morada	Leader	Bradesco Seguros	Total
Caixa e equivalentes a caixa.....	-	47	-	47
Ágio.....	50	20	-	70
Ativos intangíveis – carteira de clientes.....	28	-	-	28
Outros ativos.....	2	7	-	9
Outros passivos.....	-	(27)	-	(27)
Minoritários.....	-	-	12	12
Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos..	80	47	12	139

	2006			
	BEC	Amex	Bradesplan	Total
Caixa e equivalentes a caixa.....	503	50	-	553
Títulos e Valores Mobiliários.....	724	189	10	923
Operações de Crédito.....	261	155	-	416
Ágio.....	-	335	-	335
Intangíveis – carteira de clientes.....	398	274	-	672
Outros ativos.....	662	1.726	398	2.786
Depósitos.....	(982)	(166)	-	(1.148)
Empréstimos.....	-	(31)	-	(31)
Outros passivos.....	(888)	(1.531)	(100)	(2.519)
Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos.....	678	1.001	308	1.987

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	2007		
	BMC	Josema	Total
Caixa e equivalentes a caixa.....	41	-	41
Operações de Crédito	1.238	113	1.351
Títulos e Valores Mobiliários.....	127	19	146
Ágio.....	234	-	234
Ativos intangíveis – carteira de clientes	281	167	448
Outros ativos	464	9	473
Depósitos.....	(310)	(65)	(375)
Obrigações por empréstimos.....	(197)	-	(197)
Outros passivos	(1.088)	(22)	(1.110)
Montante total e valor justo dos patrimônios líquidos adquiridos.....	790	221	1.011

O montante total pago pelas aquisições, nos exercícios de 2005, 2006 e 2007, foi de R\$139, R\$1.987 e R\$1.011, respectivamente, composto da seguinte forma:

	2005	2006	2007
Pagamento em espécie	127	1.853	221
Em títulos públicos, pelo valor justo	-	134	-
Emissão de ações, pelo valor justo	12	-	790
Custo total das aquisições	139	1.987	1.011

Essas aquisições foram contabilizadas de acordo com o método contábil de compra e as companhias foram consolidadas a partir da data da aquisição do controle.

Em conjunto com essas aquisições, nós registramos um saldo de ativos intangíveis com vida útil definida principalmente proveniente de carteira de clientes totalizando R\$28 em 2005, R\$672 em 2006 e R\$448 em 2007, o qual está sendo amortizado no decorrer do período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro (entre cinco e dez anos). Adicionalmente, nós registramos um saldo de ágio de R\$70 em 2005 para as operações da Morada e da Leader e R\$335 em 2006 para as operações da Amex e de R\$ 234 em 2007 para as operações do BMC. Para uma discussão mais completa: vide notas 2(o) e 11.

2 Principais Práticas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em US GAAP requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações financeiras consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à, adequação da provisão para perdas com operações de crédito, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, avaliação de perdas em ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo das provisões técnicas de seguros e planos de previdência complementar, contingências e provisão para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Os resultados apresentados podem diferir dessas estimativas.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

a) Reajustes em moeda constante

Até 31 de dezembro de 1997, o Brasil era considerado uma economia altamente inflacionária e, conseqüentemente, todos os saldos e operações anteriores à essa data foram reajustados à moeda constante de 31 de dezembro de 1997. O índice escolhido para esse reajuste foi o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que consideramos ser o índice mais apropriado, devido à sua fonte independente, ao longo histórico de sua publicação e por reunir os preços no atacado, ao consumidor e de construção.

A partir de 1º de janeiro de 1998, o Brasil deixou de ser uma economia inflacionária uma vez que, a taxa de inflação cumulativa referente ao período dos três últimos anos ficou abaixo de 100%, sem qualquer indicação de retorno às taxas altas em vigor antes de 30 de junho de 1994. Assim sendo, saldos e operações a partir de 1º de janeiro de 1998 passaram a ser expressos em reais nominais, conforme exigido pelo U.S. GAAP e pelas diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários Norte-Americana - ("SEC").

b) Caixa e equivalentes a caixa

Para fins das demonstrações de fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes a caixa" inclui as seguintes contas: caixa e contas-correntes em bancos, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos originais, em geral, têm prazo de três meses ou menos e apresentam risco insignificante de mudanças no valor.

	31 de dezembro	
	2006	2007
Caixa e contas-correntes em bancos.....	4.747	5.485
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.968	2.942
Aplicações em operações compromissadas	3.659	31.669
Total	11.374	40.096

(c) Apresentação de ativos que rendem juros e passivos que incidem juros

Os ativos que rendem juros e os passivos que incidem juros são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo montante do principal em aberto, acrescidos de juros e variação monetária e cambial incorridos. Essa apresentação é necessária, uma vez que os juros compostos e as variações monetária e cambial incorridos são incorporados, em cada período, ao montante de principal em aberto, para praticamente todos os ativos e passivos em reais.

O total de juros e variação monetária e cambial incorridos sobre o montante de principal em aberto dos ativos era R\$7.909 e R\$8.273, em 31 de dezembro de 2006 e de 2007, respectivamente. O total de juros e variação monetária e cambial incidentes sobre o montante de principal em aberto dos passivos era R\$4.835 e R\$4.573, em 31 de dezembro de 2006 e de 2007, respectivamente.

(d) Aplicações em operações compromissadas e títulos vinculados a compromissos de recompra

As aplicações em operações compromissadas são consideradas como operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de aquisição ou venda, acrescido dos juros incorridos. Esta classificação também inclui os títulos vinculados a compromissos de recompra compreendendo basicamente títulos públicos brasileiros. Estes títulos apresentam um risco insignificante de mudança de taxas de juros e podem ser objeto de operações compromissadas.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(e) Títulos e valores mobiliários de negociação, inclusive derivativos

Os instrumentos derivativos classificados como de negociação são contabilizados ao valor justo de acordo com as Normas de Apresentação das Demonstrações Financeiras “SFAS 115”, “Contabilização de Investimentos em Títulos de Renda Fixa e em Ações”. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da administração. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados são reconhecidos em ganhos líquidos sobre títulos e valores mobiliários de negociação.

As operações de derivativos efetuadas por solicitação de clientes ou que não atendem aos critérios de "hedge" (principalmente derivativos utilizados para administrar nossa exposição global às variações nas taxas de juros e moedas estrangeiras) são contabilizadas pelo valor justo de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos como ganhos (perdas) sobre valores mobiliários de negociação (receitas não financeiras). Todas as nossas operações com derivativos são consideradas como de negociação, como divulgado na Nota 22 (b).

(f) Derivativos, exceto os considerados como "de negociação" e derivativos embutidos

Os derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados ao valor justo, independente do objetivo ou da intenção de mantê-los de acordo com o SFAS 133, “Contabilização de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging”, como alterado pelos SFAS 137, 138 e 149. As mudanças nos valores justos de um instrumento são reconhecidas nos lucros ou no patrimônio líquido, dependendo de sua designação e qualificação como um “hedge” de valor justo, de fluxo de caixa ou de moeda estrangeira. Para se qualificar como um “hedge”, o derivativo deve ser: (i) designado como um “hedge” de um ativo ou passivo financeiro específico no início do contrato; (ii) efetivo na redução do risco associado com a exposição a ser protegida pelo “hedge”; e (iii) altamente correlacionado com respeito a mudanças em seu valor justo quanto ao valor justo ou quanto ao fluxo de caixa do item protegido pelo “hedge”, tanto no início quanto durante a vigência do contrato. A Companhia não adotou a prática de designar derivativos como “hedge”.

Derivativos embutidos são bifurcáveis quando todos os seguintes critérios são cumpridos: (i) as características e riscos econômicos do derivativo embutido não estão claramente nem fortemente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal, (ii) o contrato que contém tanto o derivativo embutido quanto o contrato principal não é remensurado a valor justo com alterações no valor justo registradas no resultado à medida que ocorrem e (iii) um instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido, que estaria sujeito às exigências do SFAS 133 “Contabilização de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging”, alterado. Esses derivativos embutidos são mensurados ao valor justo com lucros e perdas reconhecidos no resultado à cada data de relatório.

De acordo com o SFAS No. 155, “Contabilização de Certos Instrumentos Financeiros Híbridos” (SFAS 155), instrumentos financeiros híbridos, os quais contém um derivativo embutido, que exigiria bifurcação, podem ser contabilizados ao valor justo com mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. O valor justo seria aplicado instrumento por instrumento. Entretanto, a escolha em aplicar contabilização por valor justo é irrevogável. Nós não identificamos nenhum derivativo embutido elegível para aplicação do SFAS 155.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(g) Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base na intenção da Administração na data da aquisição. Títulos e valores mobiliários adquiridos e mantidos principalmente para fins de revenda a curto prazo são classificados como títulos e valores mobiliários de negociação e são declarados pelo valor justo. Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles possam ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado, sendo contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas não realizados líquidos incluídos no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O custo médio é usado para determinar os ganhos e (perdas) realizados nas vendas de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

A amortização de prêmios ou descontos é registrada como parte dos juros usando a taxa efetiva da operação até o vencimento de cada papel.

As ações que são incluídas como disponíveis para venda são contabilizadas pelo valor justo, sendo os ganhos e as perdas líquidos não realizados incluídos no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, até sua realização, quando os ganhos (perdas) líquidos realizados são incluídos em receitas ou (despesas) não financeiras.

(h) Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para manutenção na carteira até o vencimento são classificados como títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento e registrados pelo custo de aquisição, atualizados pela taxa efetiva de juros.

As transferências de investimentos das categorias de negociação e disponíveis para venda para a categoria mantidos até o vencimento foram contabilizadas pelo seu valor justo na data da transferência:

- no caso de títulos de negociação, os ganhos e as perdas anteriores foram previamente registrados na demonstração do resultado consolidado;
- no caso de títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados são registrados na conta “Ganhos (perdas) não realizados sobre títulos disponíveis para venda”, no patrimônio líquido, no momento da transferência e subseqüentemente amortizados durante o período, a partir da data da transferência até o vencimento do título.

(i) Análise das perdas “other than temporary”

Para estabelecer se a deterioração de um papel, classificado como disponível para venda ou mantido até o vencimento, é outra que não temporária, utilizamos uma combinação de fatores que visam a determinar se a recuperação do valor de um papel é provável. Esses fatores incluem, além da duração e representatividade da deterioração, outros fatores não relacionados, como: a probabilidade, calculada com base no comportamento histórico do valor de determinados papéis e a nossa experiência anterior com eles, de que um declínio no valor será recuperado, como também a probabilidade da não realização do principal ou dos juros devido a: (i) pedido do emissor de processo de falência ou concordata; (ii) deterioração da classificação de risco de crédito do emissor; ou (iii) dificuldades financeiras do emissor, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua.

Além das divulgações já exigidas pelo SFAS 115, também seguimos as diretrizes determinadas pelo Grupo de Trabalho para Questões Emergentes (“EITF”) Tópico 03-01, “O Significado de Deterioração Outra que não Temporária e sua Aplicação para Determinados Investimentos”, do posicionamento (“FSP”) SFAS 115-1 e pelo SFAS 124-1.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(j) Operações de crédito e arrendamento mercantil

As operações de crédito e arrendamento mercantil são demonstradas pelo custo amortizado, utilizando o método de rendimento efetivo, incluindo os juros a receber, custos e tarifas de originação e variação monetária (nota 2 (c)). A receita de juros é contabilizada com base no regime de competência e adicionada ao montante de principal em cada período. A apropriação dos juros incorridos é geralmente descontinuada em todos os empréstimos considerados incobráveis, quanto a principal ou juros e para todos os empréstimos que estejam 60 dias ou mais em atraso. As cobranças de juros sobre tais empréstimos são registradas como reduções no saldo principal quando a capacidade de recebimento é incerta; de outra maneira, o resultado é reconhecido com base no regime de caixa.

Concedemos financiamento de veículos e equipamentos para nossos clientes através de contratos de arrendamento mercantil. Os contratos de arrendamento mercantil são contabilizados pelo total de pagamentos a receber, acrescidos do valor residual estimado do bem arrendado, menos a receita não auferida.

Além disso, seguimos as diretrizes prescritas pelo Pronunciamento 03-3, “Contabilização de Determinadas Operações de Crédito ou Títulos adquiridos por meio de Transferência”, que trata da contabilização das diferenças entre o fluxo de caixa contratado e previsto desde o investimento inicial do comprador em operações de crédito ou títulos adquiridos por meio de transferência, quando essas diferenças são atribuíveis, pelo menos em parte, à qualidade do crédito.

(k) Provisão para perdas com operações de crédito e créditos de curso anormal

A provisão para perdas com operações de crédito representa a estimativa da administração quanto as perdas prováveis inerentes na carteira de crédito a cada data de reporte. Nossa avaliação da adequação da provisão é baseada nas revisões regulares de créditos individuais, conforme o SFAS 114, "Contabilização de Inadimplência de um Empréstimo por um Credor", complementada pela SFAS 118 e pela análise em conjunto de créditos com características homogêneas.

A análise individual dos empréstimos considera como deteriorados (“impairment”), de acordo com o SFAS 114, "Contabilização de Inadimplência de um Empréstimo por um Credor", complementada pela SFAS 118 quando, na nossa opinião, não existem mais possibilidades de cobrar todos os montantes a receber, inclusive os juros incorridos. Nós então mensuramos os créditos sujeitos a perda com base: (i) no valor do fluxo de caixa descontado do crédito à taxa determinada do crédito ou (ii) no valor realizável da garantia para créditos dependentes de garantia. A provisão é estabelecida através da diferença entre o valor contábil dos créditos sujeitos a perda e seu valor determinado conforme os critérios acima.

A análise coletiva de perdas para grupos de características homogêneas tem como base modelos desenvolvidos internamente, os quais consideram uma variedade de fatores incluindo, mas não limitados, a experiência recente de perdas, as condições econômicas atuais, o perfil dos clientes e as classificações internas de risco. Estes modelos e entradas são revisados frequentemente para considerar as perdas reais.

Os créditos são baixados contra a provisão quando um crédito é considerado incobrável ou considerado como de perda (“impairment”) permanente.

(l) Investimentos em empresas não consolidadas

Os investimentos em empresas não consolidadas, nas quais detemos entre 20% e 50% do capital com direito a voto, são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial de acordo com *Accounting Principles Board* (APB) Opinion 18, “*The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock*”. Segundo esse método, nossa participação nos resultados dessas empresas, calculada de acordo com o U.S. GAAP, é reconhecida nas demonstrações de resultado como "Resultado de Participações em Empresas não

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Consolidadas" e os dividendos são creditados quando declarados na conta "Investimentos em empresas não consolidadas e outros investimentos" do balanço patrimonial (vide nota 9).

Participações societárias inferiores a 20% em empresas, sem valor de mercado prontamente determinável, são registradas ao custo (a menos que tenhamos a capacidade de exercer influência significativa sobre as operações da empresa investida, sendo adotado nesse caso, o método de equivalência) e os dividendos são reconhecidos no lucro quando recebidos.

Nenhum investimento em empresas não consolidadas, analisados individualmente, é considerado significativo para fins de divulgações mais detalhadas em nossas demonstrações financeiras. Quando analisados de modo agregado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 atendem ao critério de subsidiárias relevantes e dessa forma, informações financeiras sumárias agregadas estão divulgadas na nota 9.

(m) Imobilizado de uso, líquido

O imobilizado de uso é contabilizado ao custo (corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1997). A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; equipamentos de processamento de dados – de 20% a 50%; e outros ativos - entre 10% e 20%.

Os custos de aquisição e desenvolvimento de software, inclusos no imobilizado de uso, líquidos referem-se aos custos de software de uso interno capitalizados, de acordo com o Pronunciamento (SOP) 98-1 “Contabilização de software desenvolvido ou adquirido para uso interno”.

Reconhecemos uma perda por deterioração apenas se os valores contábeis de ativos de longa duração a serem mantidos e usados não forem recuperáveis em seus fluxos de caixa futuros esperados não descontados, de acordo com o SFAS 144, “Contabilização das Perdas ou Baixas de Ativos de Longa Duração”.

O ativo permanente alienado, substancialmente representado por certas agências bancárias, e posteriormente alugado para a continuidade de nossas operações, foi contabilizado de acordo os SFAS 13 e SFAS 98, “Contabilização de Arrendamentos” e SFAS 28 “Contabilização de Vendas Atreladas a Contratos de Aluguéis”.

Para as operações classificadas como leasing operacional, na modalidade à vista, apenas a parcela correspondente: (i) à diferença positiva entre o lucro apurado na alienação e o valor presente dos aluguéis futuros a serem pagos é reconhecida imediatamente ao resultado do período, enquanto (ii) a parcela remanescente é diferida no decorrer dos prazos dos respectivos contratos de aluguel, e (iii) nos casos exclusivos de prejuízo, o reconhecimento é imediato. Nos casos de venda financiada, o resultado será apurado apenas a partir do vencimento final do respectivo financiamento (Nota 10) e posteriormente contabilizado de acordo com os critérios descritos acima.

O ganho ou perda apurados nas vendas à vista sem vínculo com os contratos de aluguel foi reconhecido imediatamente no resultado do exercício como “Outras receitas não financeiras”.

(n) Bens não de uso próprio

Os ativos são classificados como bens não de uso próprio e incluídos em outros ativos no ato da efetiva execução ou quando a posse física da garantia é tomada, seja através de um acordo entre as partes ou uma decisão de um processo de execução.

Os bens não de uso próprio são contabilizados pelo que for menor, entre o valor contabilizado do empréstimo ou do arrendamento relativamente ao qual o bem serviu anteriormente como garantia ou o valor justo do

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

bem, deduzidos os custos estimados para venda. Antes da execução, quaisquer reduções no valor contábil, se necessárias, são debitadas da provisão para perdas com operações de crédito.

Após o registro, ganhos ou perdas sobre a venda e perdas com a reavaliação periódica de bens não de uso são registrados no resultado. Os custos líquidos para manutenção e operação dos bens não de uso são contabilizados como despesas na medida em que forem incorridos.

(o) Ágio e outros ativos intangíveis

O SFAS 141, “Combinações de Negócios”, requer a contabilização de fusões e incorporações determinando se um ativo intangível adquirido deve ser reconhecido separadamente do ágio, bem como divulgações adicionais quanto à razão principal para uma fusão ou incorporação e à alocação do preço de compra pela maior rubrica contábil do balanço patrimonial.

O SFAS 142 “Ágio e Outros Ativos Intangíveis” exige que o ágio, incluindo o adquirido antes da aplicação inicial da norma, não seja mais amortizado mas sim testado para perdas pelo menos anualmente, usando uma abordagem de duas etapas que envolve a identificação das “unidades de reporte” e a estimativa do valor justo. A unidade de reporte é o segmento bancário que for regularmente analisado pela administração.

O teste de perda (“impairment”) é feito em duas fases. A primeira fase do teste de perda (“impairment”) do ágio compara o valor justo da unidade de reporte com seu valor contábil, incluindo o ágio. Se o valor justo da unidade de reporte exceder seu valor contábil, o ágio da unidade de reporte é considerado como não sujeito à perda; entretanto, se o valor contábil da unidade de reporte exceder o seu valor justo, uma fase adicional deve ser cumprida. Essa fase adicional compara o valor justo implícito do ágio da unidade com o valor contábil daquele ágio. Uma perda permanente é registrada quando o valor contábil do ágio excede o seu valor justo implícito.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis referentes à carteira de clientes são registrados e amortizados em um período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro (entre cinco e dez anos). Revisamos nossos ativos intangíveis por eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar que o valor contábil dos ativos não possa ser recuperado, sendo que nesse caso sua baixa é reconhecida imediatamente no resultado de acordo com o SFAS 144.

Também seguimos as diretrizes prescritas pelo SFAS 147, “Aquisições de Determinadas Instituições Financeiras”, que requer que combinações de negócio envolvendo instituições financeiras depositárias dentro de seu escopo, exceto combinações entre instituições mútuas, sejam contabilizadas de acordo com o SFAS 141.

(p) Contingências

De acordo com o SFAS 5, “Contabilização de Contingências”, Interpretação N.º 14 (“FIN 14”), “Estimativas Razoáveis de Montantes de Perda”, para apurar o passivo contingente, nós constituímos provisões quando as condições conhecidas antes da emissão das demonstrações financeiras mostram que: (i) é provável que as perdas tenham sido incorridas na data das demonstrações financeiras; e (ii) o valor dessas perdas pode ser estimado de forma razoável. As provisões são constituídas com base em nossa melhor estimativa de perdas prováveis.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

- a) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data das demonstrações financeiras, porém antes da publicação dessas demonstrações financeiras; e
- b) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data das demonstrações financeiras, porém antes da sua publicação.

(q) Tributação sobre o lucro

Contabilizamos impostos de renda de acordo com o SFAS No. 109, “Contabilização de Impostos de Renda” (SFAS 109), interpretado pelo FIN 48, resultando em dois componentes da despesa com imposto de renda: o corrente e o diferido. A despesa com imposto de renda corrente se aproxima dos impostos a serem pagos ou reembolsados no período atual. A despesa com imposto de renda diferido resulta de alterações nos ativos e passivos de imposto diferido entre períodos. Esses ativos e passivos de imposto diferidos brutos representam reduções ou aumentos nos impostos que devem ser pagos no futuro por motivo de reversões futuras de diferenças temporárias nas bases de ativo e passivo, conforme mensurado pelas leis tributárias e suas bases relatadas nas demonstrações financeiras.

Os ativos de imposto diferido também são reconhecidos por atributos de imposto, tais como prejuízo operacional líquido a compensar e créditos fiscais a compensar. As provisões de avaliação são então registradas para reduzir ativos de imposto diferido aos valores que a administração concluir que sejam mais prováveis de se realizar. De acordo com o FIN 48, os benefícios de impostos de renda são reconhecidos e mensurados com base em um modelo de dois passos: 1) uma posição de imposto deve ser mais provável do que não para se sustentar com base apenas em seus méritos técnicos, a fim de ser reconhecida e 2) o benefício é mensurado como o maior valor daquela posição que é mais provável de ser sustentada na liquidação. A diferença entre o benefício reconhecido para uma posição de acordo com o modelo do FIN 48 e o benefício fiscal alegado em uma declaração de imposto, é chamado de benefício fiscal não reconhecido (UTB). Acumulamos juros e penalidades relacionados à imposto de renda (se aplicável) dentro da despesa de imposto de renda. Implementamos o FIN 48 em 1º de janeiro de 2007 e este não gerou impactos em nossa situação financeira consolidada.

(r) Receitas de prestação de serviços e gestão de ativos

Nós auferimos receitas de prestação de serviços decorrentes da administração de investimentos, cartão de crédito, atividades de banco de investimento e de determinados serviços de banco comercial. Essas receitas são reconhecidas na data da prestação do serviço (banco de investimentos e comercial) ou durante a vigência do contrato (administração de investimentos e cartão de crédito).

(s) Conversão de operações em moeda estrangeira

Para a maioria de nossas operações no exterior, a moeda funcional é o real, na qual o ativo e o passivo são mensurados novamente, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local para reais e os resultados de operações são mensurados novamente pela taxa média no período. Perdas e ganhos resultantes do processo de remensuração são registrados no resultado do período.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(t) Benefícios a empregados

Somos obrigados a efetuar contribuições como empregador para o Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS"), órgão do Governo Brasileiro que administra planos de seguridade social, aposentadorias e outros benefícios. Essas contribuições, cujos valores são contabilizados como despesa na medida em que são incorridos, totalizaram R\$647 em 2005, R\$716 em 2006 e R\$809 em 2007.

Além disso, efetuamos contribuições para planos de benefícios definidos para nossos empregados, advindos de instituições adquiridas. Contabilizamos esses planos de acordo com a SFAS 87 "Contabilização de Pensões pelos Empregadores".

Adotamos o SFAS 132 ("SFAS 132R") revisado, que mantém a obrigatoriedade de divulgação das informações exigidas na norma original e requer informações adicionais sobre o patrimônio dos planos de previdência complementar, obrigações com os benefícios, fluxo de caixa esperado por contribuições futuras e pagamentos de benefícios e outras informações relevantes. Ver nota 26 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em setembro de 2006, o FASB emitiu o SFAS 158, "Contabilização de Planos de Pensão com Benefício Definido e Outros Planos Pós-Aposentadoria pelo Empregador – uma emenda aos Pronunciamentos do FASB Nº 87, 88, 106, e 132(R)" - ("SFAS 158"). O SFAS 158 exige que a condição financiada dos planos de pensão e de outros planos de pós-aposentadoria seja registrada no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2006 com uma compensação correspondente, líquida de efeitos fiscais, registrada no lucro (prejuízo) abrangente acumulado dentro do patrimônio líquido. A exigência para reconhecer a condição financiada de um plano e as exigências de divulgação são vigentes para exercícios fiscais findos a partir de 15 de dezembro de 2006. O efeito da adoção do SFAS 158 não é material e é apresentado na nota 26.

O SFAS 158 também exige a mensuração dos ativos do plano e das obrigações de benefícios na data da demonstração de resultado do empregador para o exercício findo, vigente para exercícios findos depois de 15 de dezembro de 2008. A adoção antecipada dessa exigência para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 não teve efeito material sobre nossa situação financeira consolidada ou resultado das operações.

(u) Lucro por ação

Os "lucros por ação" são apresentados com base nas duas classes de ações emitidas. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam dos dividendos, substancialmente na mesma base, salvo que os detentores de ações preferenciais têm direito a dividendos por ação superiores em 10% do que os detentores de ações ordinárias (Nota 17). Os "lucros por ação" são computados com base nos dividendos distribuídos ou juros sobre o capital próprio e lucros não distribuídos do Bradesco, após observar efeito à preferência de 10%, sem considerar se os lucros serão, por fim, integralmente distribuídos. A média ponderada de ações é computada com base nos períodos relativamente aos quais as ações estão em circulação.

Em 12 de março de 2007, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do capital social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada uma possuída da mesma classe. Em 24 de março de 2008, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do capital social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada duas possuídas da mesma classe. Desse modo, todas as quantidades de ações apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento mencionado.

Além disso, consideramos as diretrizes prescritas pelo Tópico EITF 03-6, "Participação em Ações e o Método Duas Classes" do SFAS 128 "Lucro por ação".

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(v) Obrigações com detentores de seguros e planos de previdência

A maioria de nossos contratos de seguros são considerados contratos de seguros de curta duração. Os prêmios dos contratos de curta duração são reconhecidos no decorrer do período do contrato relacionado. Os prêmios dos contratos de longa duração são reconhecidos quando devidos pelos detentores de apólices.

As provisões para sinistros de seguros são constituídas de acordo com a experiência histórica com sinistros em processo de pagamento, com os montantes estimados de sinistros ocorridos e não avisados e com outros fatores relevantes que afetem as provisões exigidas. As provisões são ajustadas regularmente com base no conhecimento de efeitos das alterações nas estimativas das provisões, incluídas no resultado do período, no qual a estimativa foi alterada e inclui a estimativa de provisões para sinistros ocorridos e avisados e ocorridos e não avisados.

As provisões de planos de previdência complementar são estabelecidas de acordo com cálculos atuariais.

Certos produtos por nós oferecidos, como os contratos de investimento de previdência, em que os riscos de investimentos ficam por conta dos segurados, são considerados contratos de investimento, de acordo com as exigências do SFAS 97, “Contabilização e Demonstração por Empresas de Seguros de Certos Contratos de Longa Duração e Realização de Ganhos e Perdas na Venda de Investimentos,” (“SFAS 97”). Durante o período de acumulação dos contratos de investimento de previdência, em que os riscos de investimentos ficam por conta do segurado, os contratos são tratados como contratos de investimento. Durante a fase de benefício, o contrato é tratado como um contrato de seguro com risco de mortalidade. Fundos relacionados com contratos de investimento de previdência, quando os riscos de investimento ficam por conta do segurado, o valor contábil é o próprio valor aplicado. Os valores contábeis não são determinados atuarialmente. Os valores contábeis são aumentados pelos depósitos recebidos e rendimentos creditados (embasados no contrato), e são reduzidos pelos resgates dos detentores de seguros.

Adicionalmente, determinamos a necessidade de reconhecimento de uma obrigação adicional, devido a aspectos específicos do contrato, quando o valor presente do pagamento esperado de benefícios na data esperada para o exercício da opção do benefício exceder o saldo contábil esperado na data para o exercício da opção do benefício, de acordo com o Pronunciamento 03-1, “Contabilização e Divulgação de Determinados Contratos de Longa Duração não Tradicionais e Contas Separadas, por Parte de Seguradoras” (“SOP 03-1”). Os títulos e valores mobiliários relacionados a esses contratos de investimentos em previdência são classificados como “títulos e valores mobiliários de negociação” e “títulos e valores mobiliários disponíveis para venda” nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em outubro de 2005 o *American Institute of Certified Public Accountants* (“AICPA”) emitiu o Pronunciamento 05-1 “SOP 05-1”, “Contabilização por Empresas Seguradoras dos Custos de Aquisição Diferidos Relacionados à Modificações ou Trocas de Contratos de Seguros”. O SOP 05-1 fornece orientação contábil para custos de aquisição diferidos relacionados à trocas internas de contratos de seguros e contratos de investimentos, que não os especificamente descritos no SFAS No. 97, “Contabilização e Reporte por Companhias de Seguros, de Certos Contratos de Longa Duração e de Ganhos e Perdas Realizados com a Venda de Investimentos”. O SOP 05-1 define uma troca interna como uma modificação nos benefícios, características, direitos ou coberturas que ocorra através da troca de um contrato por outro contrato, ou por emenda, endosso ou cláusula adicional, ou pela escolha de uma característica ou cobertura dentro de um contrato. As determinações do SOP 05-1 são vigentes para trocas internas que ocorram em exercícios fiscais iniciados depois de 15 de dezembro de 2006. O SOP 05-1 não gerou impacto significativo sobre nossa posição financeira consolidada e resultado das operações.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(w) Provisões de sinistros pendentes e ajustes de sinistros

A provisão de sinistros pendentes e ajustes de sinistros representa o valor necessário para cobrir o custo final estimado da liquidação de sinistros relacionados a eventos que ocorreram antes ou na data do balanço patrimonial. O passivo estimado inclui o valor necessário para pagamentos futuros de (a) sinistros avisados à seguradora, (b) sinistros relacionados a eventos segurados já ocorridos, mas não avisados à seguradora na data da estimativa do passivo, e (c) despesas com ajuste de sinistros. Essas despesas incluem os custos incorridos no processo de liquidação financeira dos sinistros, tais como: honorários de advogados; honorários de ajustes externos; e custos relacionados ao registro, processamento e ao ajuste de sinistros.

As despesas de insuficiência de prêmios são estabelecidas, se necessário, quando a obrigação para os benefícios de apólice futura mais o valor presente dos prêmios brutos futuros esperados forem insuficientes para pagar despesas e benefícios de apólices futuras esperados e recuperar quaisquer custos de aquisição de apólice não amortizado.

Durante o curso normal de nossas atividades de seguros, resseguramos uma parte do risco subscrito com o IRB-Brasil Resseguros S.A., uma entidade de controle governamental. O contrato de resseguros permite a recuperação de parte das perdas através da resseguradora, embora não encerre nossa responsabilidade principal como seguradora direta dos riscos ressegurados. As recuperações com operações de resseguros, em 31 de dezembro de 2006 e 2007, totalizaram R\$35 e R\$55, respectivamente, e estão incluídas na conta "Outros ativos".

(x) Despesas de comercialização diferidas

Os custos relacionados e que variam de acordo com emissão de novos contratos de seguros são diferidos na medida em que tais custos são considerados recuperáveis com ganhos futuros.

Tais custos incluem, principalmente, comissões, custos de emissão de apólices de seguros e custos variáveis de funções de apoio e são amortizados no decorrer do prazo de vigência dos contratos na proporção do prêmio ganho. Os custos de aquisição diferidos sujeitos a testes de realização ao final de cada período, caso não sejam realizáveis, são reconhecidos como despesa.

(y) Provisão para férias

A provisão de férias de empregados é constituída mensalmente e é contabilizada como despesa na medida em que o direito proporcional vai sendo auferido pelos empregados.

(z) Juros sobre o capital próprio

As sociedades brasileiras estão autorizadas a distribuir juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins tributários. O valor nominal dos juros é considerado um dividendo, e portanto, é registrado a débito direto dos lucros acumulados nessas demonstrações financeiras. O respectivo benefício tributário é registrado na demonstração do resultado.

(aa) Tarifas de cartões de crédito

As tarifas de cartões de crédito, cobradas periodicamente dos detentores de cartão, líquidas dos custos inerentes à emissão, são diferidas e reconhecidas em uma base linear durante o período em que a tarifa dá direito ao detentor de usar o cartão.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(bb) Entidades Financeiras de Propósito Especial - (“entidades SPF”)

A Companhia utiliza certos acordos financeiros para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez através de entidades SPF. Estas entidades SPF são geralmente financiadas com obrigações de longo prazo (Nota 14(d)) e são liquidadas através de fluxos de caixa futuros dos ativos correspondentes. Esses ativos são basicamente: (i) fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais agimos como banco pagador e (ii) fluxos atuais e futuros de recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Consolidamos estas entidades SPF com base nas diretrizes emitidas pela Interpretação FASB Nº 46 (“FIN 46”), “Consolidação de Entidades de Interesses Variáveis”, revisada em dezembro de 2003 (“FIN 46R”).

(cc) Provisão para garantias

Adotamos as determinações emitidas pelo FASB Interpretação Nº 45, “Contabilização e Informações Obrigatórias por parte do Garantidor sobre as Garantias, incluindo Garantias Indiretas sobre Endividamento de Terceiros” (“FIN 45”). O FIN 45 esclarece as diretrizes e informações obrigatórias publicadas anteriormente em relação às garantias, aumenta o volume de informações a serem apresentadas pelo garantidor nas suas demonstrações financeiras sobre nossas obrigações, conforme determinadas garantias, e exige o reconhecimento pelo garantidor de um passivo pelo valor justo da obrigação assumida de acordo com a garantia.

As novas exigências incluem a divulgação da natureza da garantia, o valor potencial máximo de pagamentos futuros que poderíamos ter que efetuar, segundo a garantia, e o valor atual do passivo, se existir, da obrigação do garantidor segundo a garantia. As garantias significativas dadas por nós encontram-se na Nota 22 (d).

(dd) Dívida perpétua

Em julho de 2003, o FASB emitiu o SFAS 150, “Contabilização de Certos Instrumentos Financeiros com Características tanto de Passivo quanto de Patrimônio Líquido”, o qual estabelece os critérios a serem seguidos pelo emissor na avaliação de determinados instrumentos financeiros com características tanto de passivo quanto de patrimônio líquido e na classificação dos mesmos em sua posição patrimonial e financeira.

(ee) Reclassificação

Nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, fizemos algumas reclassificações para que tais demonstrações ficassem de acordo com as do ano corrente: tais reclassificações não afetaram os montantes que foram anteriormente registrados como ativos, passivos, patrimônio líquido e lucro líquido. Elas incluem (i) ativos intangíveis relacionados a direitos exclusivos para prestação de serviços bancários e (ii) custos e tarifas de operações de crédito.

Nas demonstrações financeiras originais publicadas nos anos anteriores, alguns ativos intangíveis relacionados à aquisição de direitos exclusivos de prestação de serviços bancários foram apresentados como “despesas pagas antecipadamente” e “pagamento antecipado com o Banco Postal”. Nessas demonstrações financeiras, esses saldos são demonstrados como “Ativos intangíveis, líquidos”. O montante reclassificado líquido foi de R\$ 540 em 31 de dezembro de 2006.

Além disso, os custos e tarifas de originação de operações de crédito são apresentadas como “Receitas não-financeiras” e “Despesas não-financeiras” e nessas demonstrações financeiras esses montantes são demonstrados como “Juros sobre operações de crédito”.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Os montantes reclassificados para “Juros sobre operações de crédito” são R\$304 e R\$381 para 2006 e 2005. Também reclassificamos custos relativos na originação das operações de crédito classificados nos exercícios anteriores como “Comissão na colocação de financiamento - outros ativos” para “Operações de crédito” no balanço patrimonial, no valor de R\$ 789 em 31 de dezembro de 2006.

Em consequência da reclassificação acima, os impactos no fluxo de caixa foram os seguintes: (i) um aumento em 2005 e uma redução em 2006 no “Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais” e (ii) uma redução em 2005 e um aumento em 2006 no “Caixa líquido aplicado em atividades de investimento” nos valores de R\$ 386 e R\$ 534, respectivamente.

(ff) Recentes Pronunciamentos Contábeis

Em setembro de 2006, o FASB emitiu o SFAS No. 157, “Medidas de Valor Justo” - (“SFAS 157”). O Pronunciamento define valor justo, estabelece uma estrutura para mensurar o valor justo de acordo com os US GAAP, e acrescenta exigências de divulgação referentes a métodos usados para mensurar o valor justo e os efeitos nos lucros. O SFAS 157 esclarece que valor justo é o valor que seria utilizado para vender um ativo ou transferir um passivo, em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O SFAS 157 é vigente para exercícios que iniciam depois de 15 de novembro de 2007, com adoção anterior permitida. Não esperamos que a adoção deste pronunciamento tenha um impacto significativo sobre nossa situação financeira consolidada ou resultado das operações.

Em fevereiro de 2007, o FASB emitiu o SFAS No. 159, “A Opção de Valor Justo para Ativos e Passivos Financeiros” - (“SFAS 159”). O SFAS 159 concede às companhias a opção de reportar ativos e passivos financeiros selecionados ao valor justo e fornecer informações adicionais que ajudarão os investidores e outros usuários de demonstrações financeiras a entender mais facilmente o efeito sobre os resultados em virtude de a companhia optar por usar o valor justo. O SFAS 159 é vigente para o primeiro trimestre de 2008. Estamos atualmente avaliando o impacto da adoção do SFAS 159, que depende da natureza e da extensão dos itens selecionados para serem mensurados ao valor justo quando da aplicação inicial da norma em 2008.

Em dezembro de 2007, o FASB emitiu o SFAS nº 141 (R) “Combinações de Negócios”. Este pronunciamento substitui o SFAS 141, “Combinações de Negócios”. O SFAS 141 (R) requer que uma entidade adquirente reconheça todos os ativos adquiridos e dos passivos assumidos e qualquer participação minoritária na entidade adquirida, na data da aquisição, ao valor justo dessa data. Além disso, requer que (i) o pagamento das ações seja baseado no preço de cotação de mercado na data da aquisição e não na data em que o negócio é anunciado, (ii) o pagamento contingente que surge de contingências contratuais e não contratuais seja mensurado e reconhecido como um ativo ou passivo, ao valor justo na data da aquisição, com mudanças subseqüentes no valor justo refletidas nos lucros; e as contingências não contratuais que não entram no critério de “mais provável que não” continuem a ser reconhecidas quando se tornam prováveis e razoavelmente estimáveis, e (iii) os custos de reestruturação e os custos de transação relacionados à aquisição sejam levados ao resultado. Este pronunciamento tem vigência futura para combinações de negócios nas quais a data de aquisição seja em ou depois do primeiro ano de reporte que comece a partir de 1º de janeiro de 2009.

Em dezembro de 2007, o FASB emitiu o SFAS nº 160, “Participações Minoritárias em Demonstrações Financeiras Consolidadas – uma Emenda à ARB nº 51” que estabelece normas contábeis e de reporte para participações minoritárias em uma subsidiária e para a desconsolidação de uma subsidiária. O SFAS nº 160 exige o reconhecimento de uma participação minoritária como patrimônio nas demonstrações financeiras consolidadas e separada do patrimônio da controladora. Além disso, o lucro líquido atribuível à participação minoritária deve ser incluído no lucro líquido consolidado no corpo da demonstração de resultado. No caso de uma subsidiária ser desconsolidada, qualquer investimento retido em participação minoritária na subsidiária anterior deve ser mensurado ao valor justo. O ganho ou perda na desconsolidação da subsidiária é medido usando o valor justo de qualquer investimento em participação minoritária. O SFAS 160 é vigente

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

para exercícios fiscais e períodos intercalares iniciados a partir de 15 de dezembro de 2008. Não esperamos que a adoção deste pronunciamento tenha um impacto significativo sobre nossa situação financeira consolidada ou resultado das operações.

Em novembro de 2007, a SEC emitiu o “Staff Accounting Bulletin” No. 109 “Compromissos de Empréstimos Subscritos Registrados ao Valor Justo no Resultado” (“SAB 109”), que exige que os fluxos de caixa futuros líquidos esperados relativos ao pagamento de operações de crédito sejam incluídos na mensuração de todos os compromissos de operações de crédito baixados, mensurados ao valor justo no resultado. A adoção do SAB 109 é futura e vigente para compromissos de operações de crédito mensurados ao valor justo no resultado, emitidos ou modificados depois de 1º de janeiro de 2008. Estamos atualmente avaliando o impacto potencial da adoção do SAB 109. Entretanto, a adoção deste pronunciamento contábil não deverá ter impacto significativo sobre nossa situação financeira consolidada ou resultado das operações.

Em fevereiro de 2008, o FASB emitiu o Pronunciamento (FSP) No. 140-3, “Contabilização de transferências de Ativos Financeiros e Transações de Recompra”, (“FSP 140-3”). O FSP 140-3 trata da contabilização de contratos de recompra relativos a ativos financeiros previamente transferidos quando o contrato de recompra for entre as mesmas partes que a transferência original. Este FSP pressupõe que uma transferência inicial de um ativo financeiro e um contrato de recompra sejam considerados parte do mesmo contrato, conforme o SFAS No. 140. Entretanto, se alguns critérios forem cumpridos, a transferência inicial e a recompra não devem ser avaliados como uma transação relacionada mas sim deve ser avaliada separadamente, conforme o SFAS 140. Este FSP é vigente para exercícios fiscais que comecem depois de 15 de novembro de 2008 e deve ser aplicado a transferências iniciais e financiamentos de recompra potenciais para os quais as transferências iniciais sejam executadas em ou depois do começo do exercício em que esse FSP é aplicado pela primeira vez. Estamos atualmente avaliando o impacto potencial da adoção do FSP 140-3.

Em março de 2008, o FASB emitiu o SFAS 161, "Divulgações sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedge - uma alteração do SFAS 133", que exige melhorias na estrutura de divulgação atual do SFAS 133. O Pronunciamento requer que os objetivos e estratégias para uso dos instrumentos derivativos sejam divulgados nos riscos correspondente e designação contábil. Divulgar o valor justo dos instrumentos derivativos e seus ganhos e perdas em um formato tabular, deverá fornecer uma visão mais completa da localização, nas demonstrações financeiras de uma companhia, tanto das divulgações sobre posições dos derivativos existentes nos finais de período quanto dos efeitos de sua utilização durante o período divulgado. Divulgar informações sobre aspectos contingentes relacionados a risco de crédito deve fornecer informações sobre o efeito potencial sobre a liquidez de uma companhia com o uso de derivativos. Este Pronunciamento passa a vigorar para períodos fiscais iniciados após 15 de novembro de 2008 e períodos intercalares nesses exercícios fiscais. A antecipação de sua adoção é encorajada. Este Pronunciamento encoraja, mas não exige divulgações comparativas para períodos anteriores à adoção inicial. Estamos avaliando o impacto que a adoção deste Pronunciamento sobre a nossa posição financeira consolidada e no resultado das operações.

Em abril de 2008, o FASB emitiu o Pronunciamento (FSP) FAS 142-3, “Determinação da Vida Útil de Ativos Intangíveis”, (“FSP FAS 142-3”), que altera os fatores que deveriam ser considerados no desenvolvimento de premissas de renovação ou extensão usadas para determinar a vida útil de um ativo intangível reconhecido segundo o Pronunciamento No. 142, “Ágio e Outros Ativos Intangíveis”, “SFAS 142”. A intenção deste FSP é melhorar a consistência entre a vida útil de um ativo intangível reconhecido conforme o SFAS 142 e o período dos fluxos de caixa esperados utilizados para mensurar o valor justo do ativo segundo o SFAS No. 141, “Combinações de Negócios” e outros princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA. Um ativo intangível pode ser adquirido individualmente ou com um grupo de outros ativos. Este Pronunciamento se aplica sem considerar a natureza da transação que resultou no reconhecimento do ativo intangível, isto é, se adquirido em uma combinação de negócios ou não. No desenvolvimento de premissas sobre a renovação ou extensão utilizada para determinar a vida útil de um ativo intangível reconhecido, uma companhia deve considerar sua própria experiência histórica em renovação ou extensão de

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

contratos similares; contudo, essas premissas devem ser ajustadas a fatores específicos da companhia, no parágrafo 11 do Pronunciamento 142. Na ausência de tal experiência, a companhia deve considerar as premissas que participantes do mercado usariam sobre renovação ou extensão (consistentes com o melhor uso do ativo pelos participantes do mercado), ajustadas para fatores específicos da companhia, conforme parágrafo 11 do Pronunciamento 142. Estamos atualmente avaliando o impacto potencial da adoção do FSP FAS 142-3.

Em maio de 2008, o FASB emitiu o SFAS No. 163, “Contabilização de Contratos de Seguro com Garantia Financeira – uma interpretação do SFAS No. 60.” O SFAS 163 exige que uma companhia de seguros reconhece uma obrigação por sinistro antes do evento (evento segurado) quando há evidência de que a deterioração do crédito ocorreu em uma obrigação financeira segurada. Este Pronunciamento também esclarece como o Pronunciamento 60 se aplica a contratos de seguro com garantia financeira, incluindo o reconhecimento e a mensuração a serem utilizadas para contabilizar receita de prêmios e obrigações por sinistros. Estes esclarecimentos aumentarão a comparabilidade no reporte financeiro de contratos de seguro com garantia financeira pelas companhias de seguros. Este Pronunciamento exige divulgações adicionais sobre contratos de seguro com garantia financeira. As exigências de contabilização e divulgação deste Pronunciamento melhorarão a qualidade das informações fornecidas aos usuários de demonstrações financeiras. O SFAS 163 será vigente para exercícios fiscais começando depois de 15 de dezembro de 2008. Não esperamos que a adoção do SFAS 163 tenha impacto material sobre nossa situação financeira consolidada ou resultado das operações. Estamos atualmente avaliando o impacto potencial da adoção do SFAS 163.

3 Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

- (a) Assim como outras instituições financeiras brasileiras, somos obrigados a depositar recursos no Banco Central do Brasil ou a comprar e manter títulos públicos brasileiros, na forma de depósito compulsório, como segue:

	31 de dezembro	
	2006	2007
Sem juros ⁽¹⁾	6.446	8.919
Com juros ⁽²⁾	12.219	14.620
Com juros ⁽³⁾	4.796	8.274
Total	23.461	31.813

(1) Depósitos à vista.

(2) Principalmente depósitos em poupança.

(3) Depósitos a prazo representados por títulos públicos brasileiros.

- (b) Os títulos públicos brasileiros vinculados aos depósitos compulsórios e contabilizados de acordo com o SFAS 115 são os seguintes:

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	Títulos e valores Mobiliários de negociação		Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Custo amortizado.....	4.795	7.773	-	511	-	6
Ganhos brutos não realizados.....	1	-	-	-	-	-
Perdas brutas não realizadas ⁽¹⁾	-	(1)	-	(15)	-	-
Valor justo	4.796	7.772	-	496	-	6
Saldo médio.....	4.875	5.869				

(1) Não identificamos perdas outras que não temporárias para o montante de perdas brutas não realizadas.

O custo amortizado e o valor de mercado dos títulos, por vencimento, foram os seguintes:

	31 de dezembro			
	2006		2007	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano.....	4.572	4.572	7.757	7.756
Vencimento de um até cinco anos.....	223	224	533	518
Total	4.795	4.796	8.290	8.274

4 Títulos e Valores Mobiliários de Negociação

	Valor de mercado			
	31 de dezembro		Saldo médio em	
	2006	2007	2006	2007
Aplicações em quotas de fundos.....	28.549	36.532	24.002	32.231
Títulos públicos brasileiros.....	31.150	16.741	15.732	14.815
Títulos emitidos por empresas não financeiras.....	1.040	1.846	896	769
Títulos brasileiros emitidos no exterior.....	55	36	77	45
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	1.263	956	384	3.188
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	94	1.901	112	324
Total	62.151	58.012	41.203	51.372
Instrumentos financeiros derivativos.....	584	1.134	796	1.415
Total de títulos e valores mobiliários de negociação.....	62.735	59.146	41.999	52.787

Ganhos (perdas) líquidos, não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação em 31 de dezembro de 2006 e 2007 foram de R\$23 e R\$(65), respectivamente.

A variação líquida em ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários de negociação detidos nos exercícios até 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, registrada em receitas não financeiras, totalizaram R\$90, R\$(82) e R\$(88), respectivamente.

Os títulos e valores mobiliários de negociação acima demonstrados incluem títulos vinculados à prestação de garantias, que montaram a R\$821 e R\$3.331 em 31 de dezembro de 2006 e 2007, respectivamente.

As posições de derivativos apresentadas acima representam os valores de mercado da taxa de juros, câmbio e de produtos dos mercados de ações e commodities, incluindo contratos de futuros, a termo e de opção, e contratos de "swaps" referentes às nossas atividades de negociação de instrumentos financeiros derivativos.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

5 Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda, ao Valor Justo

	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
31 de dezembro de 2006				
Títulos públicos brasileiros	15.644	1.068	-	16.712
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.312	237	-	1.549
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.048	83	(1)	2.130
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	45	9	-	54
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	9	-	-	9
Ações em companhias abertas	2.549	1.035	(159)	3.425
Total.....	21.607	2.432	(160)	23.879
31 de dezembro de 2007				
Títulos públicos brasileiros	21.657	1.722	(189)	23.190
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	361	77	-	438
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.307	59	(2)	1.364
Títulos emitidos por instituições financeiras.....	69	11	-	80
Ações em companhias abertas	2.385	2.219	(23)	4.581
Total.....	25.779	4.088	(214)	29.653

Durante 2005, 2006 e 2007, consideramos R\$49, R\$64 e R\$26, respectivamente, como perdas outras que não temporárias e que foram baixadas contra o lucro do exercício.

Não identificamos perdas outras que não temporárias para o saldo remanescente de perdas brutas não realizadas em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

Em 31 de dezembro de 2006 e 2007, não existiam títulos emitidos por um único grupo privado, ou um grupo de empresas relacionadas, cujos valores de mercado fossem superiores a 10% do patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas brutos realizados em títulos são calculados, com base no método de custo médio. Ganhos e perdas realizados nos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda estão relacionados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Ganhos brutos	833	1.338	1.575
Perdas brutas	(86)	(181)	(119)
Ganhos líquidos	747	1.157	1.456

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda, por vencimento, foram os seguintes:

	31 de dezembro			
	2006		2007	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano	294	323	2.364	2.446
Vencimento de um até cinco anos	7.619	7.907	6.387	6.522
Vencimento de cinco até dez anos	10.275	10.531	6.029	6.283
Vencimento acima de dez anos	870	1.693	8.614	9.821
Vencimento indeterminado (ações de companhias abertas)	2.549	3.425	2.385	4.581
Total.....	21.607	23.879	25.779	29.653

Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, acima demonstrados, incluem títulos vinculados a prestação de garantias, que montaram R\$12 e R\$736 em 31 de dezembro de 2006 e 2007, respectivamente.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, apresentados como aplicações em operações compromissadas montam de R\$ 3.899 em 31 de dezembro de 2007, com valor de mercado de R\$ 4.198 são representados, basicamente, por títulos públicos brasileiros (vencimentos entre 3 e 10 anos). Em 31 de dezembro de 2006, representavam o montante de R\$ 2.825 com valor de mercado de R\$3.106.

6 Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários mantidos até o vencimento eram os seguintes:

	Custo amortizado	Ganhos não realizados brutos	Perdas não realizadas brutas	Valor de mercado
Em 31 de dezembro de 2006				
Títulos públicos brasileiros	2.188	736	-	2.924
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	1.040	263	-	1.303
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	37	-	-	37
Total.....	3.265	999	-	4.264
Em 31 de dezembro de 2007				
Títulos públicos brasileiros	2.643	1.103	(10)	3.736
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior.....	288	47	-	335
Títulos públicos de governos estrangeiros.....	50	-	-	50
Total.....	2.981	1.150	(10)	4.121

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

O custo amortizado e o valor de mercado de valores mobiliários mantidos até o vencimento, por vencimento, eram os seguintes:

	31 de dezembro			
	2006		2007	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até um ano	37	37	3	4
Vencimento de um a cinco anos	-	-	265	283
Vencimento de cinco a dez anos	966	1.205	226	229
Vencimento acima de dez anos	2.262	3.022	2.487	3.605
Total	3.265	4.264	2.981	4.121

Em 31 de dezembro de 2007, tínhamos registrado em nossa carteira de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento títulos dados em garantia no montante de R\$3. Em 2006, não tínhamos registrado em nossa carteira de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento títulos dados em garantia.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, apresentados como aplicações em operações compromissadas nos montantes de R\$578 em 31 de dezembro de 2007, com valor de mercado de R\$665 são representados por títulos públicos brasileiros emitidos no exterior (vencimentos entre 3 e 10 anos). Em 31 de dezembro de 2006, não havia títulos apresentados como aplicações em operações compromissadas em nossa carteira de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

A tabela a seguir demonstra nossa carteira de títulos e valores mobiliários por moeda:

	31 de dezembro			
	2006		2007	
	Custo amortizado	% Total	Custo amortizado	% Total
Moeda brasileira (reais)	2.188	67%	2.643	89%
Indexados e denominados em moeda estrangeira	1.077	33	338	11
	3.265	100%	2.981	100%

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**7 Operações de Crédito**

	31 de dezembro	
	2006	2007
Comerciais		
Industriais e outros	32.604	44.380
Financiamento à importação	1.465	2.179
Financiamento à exportação	12.934	15.342
Arrendamento mercantil	3.842	8.097
Financiamento para construção de imóveis	519	1.634
Pessoas físicas		
Cheque especial	1.263	1.881
Empréstimos hipotecários residenciais	1.326	1.571
Outros financiamentos ⁽¹⁾	28.828	38.791
Cartão de crédito	2.652	2.330
Crédito rural	7.399	9.032
Empréstimos em moeda estrangeira	1.546	2.529
Setor público	62	94
Créditos de curso anormal	4.284	5.277
Total	98.724	133.137

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

8 Provisão para Perdas com Operações de Crédito

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
No início do exercício	4.063	4.964	6.552
Despesa com provisão para perdas com operações de crédito	1.823	3.767	4.616
Créditos baixados contra provisão	(1.603)	(2.816)	(4.281)
Créditos recuperados	681	637	882
Créditos baixados líquidos	(922)	(2.179)	(3.399)
No encerramento do exercício	4.964	6.552	7.769

Em 31 de dezembro de 2006 e 2007, o saldo registrado em operações de crédito para o qual a deterioração (“impairment”) foi reconhecida, de acordo com o SFAS 114, totalizou R\$594 e R\$589, respectivamente, dos quais R\$260 e R\$340 referem-se às operações de crédito com provisão para perdas equivalente a R\$167 e R\$187, respectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o saldo médio registrado em operações de crédito deterioradas (“impaired loans”) foi de aproximadamente R\$553. Em 2005, 2006 e 2007, a receita de juros reconhecida sobre operações de crédito deterioradas foi considerada imaterial. Em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, registramos R\$2.701, R\$4.284 e R\$5.277, respectivamente, de operações de crédito de curso anormal.

O cálculo da provisão para perdas com operações de crédito compreende a análise individual dos empréstimos considerados como deteriorados (“impairment”) e análise coletiva de perdas para grupos de características homogêneas, sendo composta da seguinte forma:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Créditos deteriorados (“impairment”)	286	167	187
Perdas de grupos Homogêneos	4.678	6.385	7.582
No encerramento do exercício	4.964	6.552	7.769

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**9 Investimentos em Empresas Não Consolidadas e Outros Investimentos**

Empresa	31 de dezembro							
	31 de dezembro de 2007	2005		2006		2007		
	Percentual de participação com direito a voto	Resultado da equivalência patrimonial	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Patrimônio líquido da investida	Lucro líquido (prejuízo) do período da investida	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial
BES Investimentos do Brasil S.A.	20,00	4	23	5	207	96	32	10
Biu Participações S.A. ⁽¹⁾	33,84	-	-	-	3	12	1	4
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento – VISANET	39,76	162	173	236	616	881	245	351
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços – Visavale	35,20	3	17	9	77	37	21	7
CPM Holding Ltd.	49,00	(19)	2	(80)	67	51	33	25
Serasa S.A. ⁽¹⁾	-	24	61	29	-	-	-	10
Outros Investimentos ⁽²⁾	-	12	251	25	-	-	429	-
Total geral		186	527	224			761	407

(1) Em junho de 2007, alienamos 18,1% de participação no capital total da Serasa S.A. para Experian Brasil Aquisições Ltda. O lucro bruto na venda da participação foi de R\$ 599. A participação remanescente no patrimônio líquido da Serasa foi investida na Biu Participações S.A., empresa recentemente criada onde temos 33,84% de participação e cujos outros acionistas também contribuíram com ações da Serasa. A BIU possuía em 31 de dezembro de 2007, uma participação de 24,69% na Serasa.

(2) Inclui principalmente nossos investimentos em ações preferenciais de 51,4% da Celta Holdings S.A, 42,5% do IRB- Brasil Resseguros S.A e 31,8% da CPM Braxis S.A, bem como outros investimentos.

Apresentamos a seguir, de forma combinada, as informações financeiras sumariadas agregadas em nossos principais investimentos em empresas não consolidadas.

	31 de dezembro de 2007
Ativo circulante	4.525
Ativo não circulante	922
Passivo circulante	3.729
Passivo não circulante	1.280
Lucro bruto	2.513
Resultado antes dos impostos	1.961
Lucro líquido	1.417

Em 2007, apuramos lucro, principalmente, pela alienação parcial dos investimentos na Serasa, no montante de R\$ 599; na Bovespa, no montante de R\$ 253; e na BM&F (“Bolsa de Mercadorias e Futuros”), no montante de R\$ 263. O saldo remanescente dos investimentos na Bovespa e BM&F foi reclassificado para rubrica de “títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo”.

A tabela abaixo demonstra os dividendos, incluindo juros sobre o capital próprio, recebidos dos investimentos acima.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos - Visanet	89	211	278
Serasa S.A.	16	22	2
Biu Participações S.A.	-	-	17
Outros	5	3	4
Total	110	236	301

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos acima não eram negociados regularmente em nenhuma bolsa de valores.

10 Imobilizado de Uso, Líquido

	31 de dezembro	
	2006	2007
Móveis e equipamentos	1.770	1.681
Equipamentos arrendados	1.690	1.846
Equipamentos de processamento de dados	1.581	1.713
Edificações	822	859
Custo de desenvolvimento e aquisição de software	565	628
Terrenos.....	496	508
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	453	559
Veículos.....	28	28
Outros.....	7	7
Menos: depreciação e amortização acumuladas.....	(4.412)	(4.282)
Total.....	3.000	3.547

Os encargos com depreciação e amortização montaram a R\$712, R\$534 e R\$746 exercícios de 2005, 2006 e 2007, respectivamente.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente para equipamentos de processamento de dados, que são registrados como equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações financeiras e a depreciação do bem é calculada de acordo com nossa política normal de depreciação para ativos próprios.

Em 2002 e 2003, certas agências bancárias foram alienadas por meio de leilões públicos, como parte do processo de desmobilização. Esses compreenderam transações em dinheiro ou vendas financiadas pelo Banco. Não ocorreram alienações por meio de leilões públicos em 2006 e 2007.

Ao mesmo tempo, estas agências nos foram alugadas com o propósito de continuarmos nossas atividades operacionais, sendo contabilizadas em sua maioria como leasing operacional. Somente as vendas financiadas foram mantidas como ativo permanente, refletindo a possibilidade de retomada no caso de inadimplência do comprador.

As obrigações futuras pelo pagamento de aluguéis vinculados aos financiamentos para os próximos 5 exercícios estão demonstradas a seguir:

Para o exercício a findar em 31 de dezembro	Despesas de aluguéis
2008	2
2009	2
2010	2
2011	2
2012	2
Total	10

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**11 Ágio e Outros Ativos Intangíveis****a) Ágio**

As variações no valor contábil do ágio (veja Nota 1(b)) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2007, resultante de nossas aquisições, são as seguintes:

	<u>Segmento bancário</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2005.....	332
Aquisição da Amex	335
Saldo em 31 de dezembro de 2006.....	667
Aquisição do BMC.....	234
Benefício Fiscal na Realização do Ágio dedutível	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2007.....	883

O segmento bancário no qual alocamos as compras é testado anualmente para perda (“impairment”) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perdas em 2006 e 2007.

b) Outros Ativos Intangíveis

O valor contábil líquido dos ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização refere-se à carteira de clientes adquirida, no montante de R\$1.623 e R\$1.722 e a valores desembolsados para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários, no montante de R\$540 e R\$1.253, em 31 de dezembro de 2006 e de 2007 respectivamente.

O valor contábil líquido dos ativos intangíveis com vida útil definida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2007 estão apresentadas conforme segue:

	<u>Segmentos</u>		
	<u>Setor bancário</u>	<u>Seguros, previdência e capitalização</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2006	1.542	12	1.554
Aquisição do BEC.....	398	-	398
Aquisição da Amex.....	274	-	274
Aquisição de direitos para a prestação de serviços bancários.....	367	-	367
Amortizado durante o exercício	(425)	(5)	(430)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	2.156	7	2.163
Aquisição do BMC	281	-	281
Aquisição da Josema.....	167	-	167
Aquisição de direitos para a prestação de serviços bancários.....	984	-	984
Benefício Fiscal da Realização do Ágio dedutível.....	(58)	-	(58)
Amortizado durante o exercício	(616)	(4)	(620)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	2.914	3	2.917

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto e a amortização acumulada para ativos intangíveis com vida útil definida sujeitos à amortização:

	<u>31 de dezembro de 2006</u>		<u>31 de dezembro de 2007</u>	
	<u>Valor contábil bruto</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor contábil bruto</u>	<u>Amortização acumulada</u>
Outros ativos intangíveis	3.959	1.796	5.391	2.416

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

A despesa com amortização foi de R\$353, R\$430 e R\$620 para os exercícios de 2005, 2006 e 2007, respectivamente.

As despesas estimadas com amortização para os próximos cinco exercícios são:

<u>Para o exercício a findar em 31 de dezembro</u>	<u>Despesas de amortização</u>
2008	647
2009	565
2010	541
2011	466
2012	301

12 Outros Ativos

	<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2006</u>	<u>2007</u>
Impostos diferidos, líquido (veja Nota 16).....	4.759	4.759
Operações de cartão de crédito	5.215	5.804
Depósitos judiciais relativos a questões tributárias e trabalhistas.....	3.542	4.517
Impostos pagos antecipadamente	1.395	1.475
Prêmios de seguros a receber.....	1.328	1.325
Negociação e intermediação de valores	709	1.378
Despesas de comercialização diferidas (1)	565	641
Sistema financeiro da habitação	405	453
Securitização de recebíveis de cartões de crédito (veja Nota 14 (d)).....	372	308
Despesas pagas antecipadamente.....	169	183
Bens não de uso próprio, líquido.....	161	195
Outros	467	2.429
Total	19.087	23.467

(1) Os saldos referem-se a comissões pagas aos corretores sobre as comercializações de produtos de seguros, previdência e capitalização.

13 Obrigações por Empréstimos de Curto Prazo

	<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2006</u>	<u>2007</u>
Financiamento à importação e exportação	4.440	6.073
“Commercial paper”	1.225	1.915
Outros	44	1
Total	5.709	7.989

Os financiamentos à importação e exportação representam linhas de crédito para financiamentos de importações e exportações concedidos a empresas brasileiras, geralmente expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2007, as taxas de juros aplicáveis aos empréstimos de curto prazo estavam entre 4,69% e 5,51% ao ano (2006 – 4,87% e 5,83%) para financiamentos à importação e exportação, 4,78% e 6,24% ao ano (2006 – 5,06% e 7,11%) para "Commercial Paper". As taxas médias em 2006 e 2007 foram de 5,53% e 5,36% ao ano, respectivamente.

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**14 Obrigações por Empréstimos de Longo Prazo**

	31 de dezembro	
	2006	2007
Repasses de recursos internos.....	11.642	14.087
Dívida subordinada	11.949	15.850
Debêntures (não conversíveis)	2.603	2.595
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito (veja nota 14 (d)).....	1.344	2.497
Euronotes	1.235	810
Letras hipotecárias	841	867
Obrigações por arrendamento mercantil	430	874
Empréstimos em moeda estrangeira ⁽¹⁾	78	1.335
Total	30.122	38.915

(1) Em 3 de dezembro de 2007, efetuamos operação de empréstimo em moeda estrangeira no valor de JPY 79.205, equivalente a R\$ 1.283, com vencimento em 26/11/2008 e juros pagos trimestralmente à taxa Libor trimestral.

(a) Repasses de recursos internos

Os repasses de recursos internos representam recursos internos oriundos de agências no Brasil para empréstimos a empresas brasileiras, destinados à aplicação, basicamente, em imobilizado de uso. Esses empréstimos têm vencimentos mensais até 2027 e estão sujeitos a taxas de juros fixas entre 6,9% e 16,0% ao ano, mais juros variáveis com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (taxa de juros de longo prazo do Governo Federal, determinada trimestralmente, ou "TJLP") e Taxa Referencial de Juros (TR), respectivamente. Esses recursos são oriundos principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME (o órgão nacional para financiamento industrial) na forma de linhas de crédito.

(b) Dívida subordinada

Vencimento	Prazo original em anos	Moeda	Juros %	Valor contábil de 31 de dezembro	
				2006	2007
2008	7	R\$	100% CDI ⁽¹⁾ + 0,75%	619	616
2011	5	R\$	102,5% CDI ⁽¹⁾ - 104% CDI ⁽¹⁾	4.995	5.608
2011	10	US\$	10,25%	319	265
			103% CDI ⁽¹⁾		
			100% CDI ⁽¹⁾ + 0,344%		
2012	5	R\$	IPCA + (7,102% a 7,632%)	-	3.327
			100% CDI ⁽¹⁾ + 0,75%		
			100% CDI ⁽¹⁾ + 0,87%		
2012	10	R\$	100% CDI ⁽¹⁾ - 102,5% CDI ⁽¹⁾	3.360	3.770
2012	10	Iene	4,05	291	241
2013	10	US\$	8,75	1.080	896
2014	10	US\$	8,00	639	592
Indeterminado ⁽²⁾		US\$	8,87	646	535
Total.....				11.949	15.850

(1) Taxa de juros brasileira referencial.

(2) Em 3 de junho de 2005, foi efetuada emissão de dívida subordinada perpétua no valor de US\$300. O pagamento de juros é efetuado trimestralmente a partir de 3 de setembro de 2005.

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**(c) Debêntures (não conversíveis)**

Vencimento	Prazo original anos	Moeda	Juros %	Valor contábil de 31 de dezembro	
				2006	2007
2011	6	R\$	102% - CDI	2.603	2.595
Total				2.603	2.595

(d) Títulos emitidos por meio de securitização das ordens de pagamento e dos recebíveis de cartões de crédito

Desde 2003, nós securitizamos fluxos de (i) ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais agimos como banco pagador; e (ii) recebíveis de cartões de crédito oriundos de gastos realizados no território brasileiro por portadores de cartões de crédito emitidos fora do Brasil.

Os títulos de longo prazo emitidos pelas entidades SPF e vendidos a investidores serão liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento e das faturas de cartão de crédito. Somos obrigados a resgatar as notas em casos específicos de inadimplência ou encerramento antecipado.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento e recebíveis de cartões de crédito, recebidos pelas entidades SPF, devem ser mantidos em conta bancária específica até que seja atingido um determinado nível mínimo. Os montantes acumulados destinados ao pagamento dos juros e/ou do principal no total de R\$1, em 2006, considerados como “Caixa Restrito”, estão classificados como “Caixa e contas-correntes em bancos” em nosso balanço patrimonial consolidado. Em 31 de dezembro de 2007 este saldo era zero.

A tabela a seguir demonstra as principais características das notas emitidas pelas entidades SPF:

Ativo securitizado	Vencimento/Data	Moeda	Taxa - %	31 de dezembro	
				2006	2007
Ordens de pagamento.....	2010	US\$	6,75	331	191
Ordens de pagamento ⁽¹⁾	2012	US\$	4,69	206	142
Ordens de pagamento.....	2014	US\$	5,57 – 5,89	-	1.612
Recebíveis de cartão de crédito ⁽²⁾	2011	US\$	5,69	807	552
Total				1.344	2.497

(1) Se a entidade SPF não cumprir o pagamento dos juros acumulados e/ou do principal, o investidor tem o benefício de uma apólice de seguro de garantia financeira emitida por uma seguradora não ligada.

(2) 44,618488% dos títulos emitidos serão pagos através do fluxo futuro de faturas de cartão de crédito liquidadas e disponibilizadas pelo “Designated Bank”, segundo beneficiário da operação (Banco do Brasil S.A.). Dessa forma, como consolidamos a SPF em nossas demonstrações financeiras, contabilizamos R\$308 como “Securitização de recebíveis de cartões de crédito” em “Outros ativos” em 31 de dezembro de 2007 (2006 – R\$ 372).

(e) Euronotes

Vencimento/Data	Moeda	Variação anual de taxa - %	Valor contábil de 31 de dezembro	
			2006	2007
2007	US\$/R\$	4,26 – 17,50	1.006	-
2008	US\$	4,38 – 12,29	206	548
2010	US\$/R\$	14,80	14	258
Acima de 2010	US\$	5,39 – 6,39	9	4
Total			1.235	810

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(f) Letras hipotecárias

As letras hipotecárias geralmente são emitidas com vencimentos de até um ano e rendem juros de TR mais juros entre 10,0% e 11,0% a.a.

(g) Vencimento dos empréstimos a longo prazo

	31 de dezembro	
	2006	2007
Até 1 ano	6.660	8.395
De 1 a 2 anos	5.211	6.912
De 2 a 3 anos	2.091	613
De 3 a 4 anos	1.319	11.571
De 4 a 5 anos	5.920	6.692
Acima de 5 anos	8.275	4.197
Indeterminado	646	535
Total	30.122	38.915

15 Outras obrigações

(a) Composição de outras obrigações

	31 de dezembro	
	2006	2007
Contratos de investimento em planos de previdência	30.948	37.947
Provisão para operações de seguros e planos de previdência.....	12.787	14.616
Passivos contingentes (Nota 23 (b)).....	7.125	9.091
Operações de cartão de crédito	4.482	6.018
Títulos de capitalização.....	2.307	2.491
Provisão de sinistros pendentes e ajustes de sinistros (Nota 15(b)).....	2.821	2.738
Ordens de pagamento a liquidar	2.039	2.092
Juros sobre o capital próprio a pagar	187	2.194
Negociação e intermediação de valores.....	857	1.457
Imposto de renda	1.031	1.239
Obrigações trabalhistas	900	1.120
Carteira de câmbio, líquida	428	607
Provisão para pagamento à previdência oficial	16	382
Impostos (que não sobre o lucro)	275	262
Arrecadação de impostos de terceiros	196	267
Outros	3.684	4.358
Total	70.083	86.879

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**(b) Movimentação da provisão de sinistros pendentes e ajustes de sinistros**

	31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Saldo no início do exercício.....	1.838	2.383	2.821
(-) Resseguros a recuperar ⁽¹⁾	(62)	(53)	(35)
Saldo líquido em 1º de janeiro	1.776	2.330	2.786
Constituições relacionadas:			
- ao ano corrente	5.705	5.963	6.462
- a anos anteriores	279	396	399
Total das constituições	5.984	6.359	6.861
Pagamentos relacionados:			
- ao ano corrente	5.004	5.442	5.970
- a anos anteriores	426	461	994
Total dos pagamentos	5.430	5.903	6.964
Saldo líquido em 31 de dezembro	2.330	2.786	2.683
(+) Resseguros a recuperar ⁽¹⁾	53	35	55
Saldo no final do exercício	2.383	2.821	2.738

(1) Resseguros a recuperar estão sendo registrados como “Prêmios de Seguros a Receber” em “Outros ativos”.

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

Nós e cada uma de nossas controladas apresentamos a declaração de impostos em separado para cada exercício. Os encargos tributários no Brasil sobre o lucro compreendem o imposto de renda federal (alíquota de 15% e um adicional de 10%) e a contribuição social (alíquota de 9%), que é um tributo federal adicional, sendo aplicáveis para todos os períodos apresentados.

Os valores apresentados como despesa de tributação sobre o lucro nas demonstrações financeiras consolidadas são reconciliados às alíquotas estatutárias como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.752	8.750	11.297
Ajuste: participação em lucros de empresas não consolidadas.....	(186)	(224)	(407)
Base ajustada.....	8.566	8.526	10.890
Despesa fiscal pela alíquota estatutária	(2.912)	(2.899)	(3.703)
Despesas e provisões não dedutíveis/(lucro não tributável)	29	(35)	89
Dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio (pagos)	522	523	539
Perda cambial não dedutível sobre investimentos no exterior	(165)	(171)	(606)
Ajuste de variação cambial sobre títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda	69	(23)	99
Reversão da provisão para não realização de ativos fiscais diferidos de anos anteriores	17	116	107
Ativos de impostos diferidos adquirido através de compra de entidade não operacional	-	53	-
Outros	9	163	123
Despesa com imposto de renda	(2.431)	(2.273)	(3.352)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Os principais componentes das contas de impostos diferidos no balanço patrimonial consolidado são os seguintes:

	31 de dezembro	
	2006	2007
Provisões temporariamente não dedutíveis, principalmente provisão para perdas com operações de crédito e provisão para contingências.....	5.579	6.492
Prejuízos fiscais a compensar	618	761
Outras diferenças temporárias	175	190
Total bruto dos ativos fiscais diferidos	6.372	7.443
Provisão para não realização de ativos fiscais diferidos	(98)	(37)
Total dos ativos fiscais diferidos.....	6.274	7.406
Ganhos temporariamente não tributáveis, principalmente referentes a ajustes a mercado sobre títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos	827	1.391
Ganhos temporariamente não tributáveis, principalmente referentes a arrendamento mercantil.....	239	518
Outras diferenças temporárias	449	738
Total dos passivos fiscais diferidos.....	1.515	2.647
Ativos fiscais diferidos líquidos, incluídos em outros ativos (Nota 12).....	4.759	4.759

Impostos de renda diferidos líquidos incluem prejuízos fiscais brasileiros a compensar, os quais não tem data de vencimento, disponível para compensação em lucros tributáveis futuros. Prejuízos a compensar estão disponíveis para compensação dentro de qualquer exercício em valor até 30% do resultado anual antes da tributação, determinado de acordo com as normas tributárias brasileiras. Para prejuízos fiscais a compensar registrados por subsidiárias ou agências no exterior não há limite de compensação.

Adotamos as determinações do “FASB Interpretation” No. 48 (“FIN 48”), “Contabilização de Incertezas no Imposto de Renda”, em 1 de janeiro de 2007. Como resultado da implementação da FIN 48, nenhum aumento ou redução nas obrigações para benefícios fiscais foi reconhecido. Segue uma reconciliação do valor inicial e final dos benefícios fiscais não reconhecidos:

Saldo em 1 de janeiro de 2007	2.391
Adições com base em posições fiscais relativas ao ano atual	509
Combinações de negócios	77
Saldo em 31 de dezembro de 2007	2.977

O saldo acima no final do exercício representa o valor dos benefícios fiscais não reconhecidos que, se reconhecidos, afetariam favoravelmente a alíquota efetiva de imposto em períodos futuros (exceto juros acumulados e penalidades).

Reconhecemos juros acumulados e penalidades relacionadas a benefícios fiscais não realizados, no valor total de R\$ 214 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, em outras despesas não financeiras. Tínhamos aproximadamente R\$ 1.594 para pagamento dos juros e penalidades acumulados em 31 de dezembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2007, nos envolvemos em várias demandas fiscais, incluindo processos judiciais e administrativos, principalmente relativos a constitucionalidade e legalidade de certos tributos impostos pelo governo brasileiro, entre os quais são mais relevantes os relacionados a: (i) questionamento da CSLL cobrada

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

das instituições financeiras de 1995 a 1998 a taxas mais altas que as aplicadas a empresas em geral, descumprindo com o princípio constitucional da isonomia, representando R\$ 1.296; (ii) processo para deduzir, para fins da determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, total ou parcial, suportado nos anos de 1997 a 2006, no recebimento dos créditos, desconsiderando o cumprimento das condições e termos determinados nos artigos 9 a 14 da Lei n. 9.430/96 que apenas se aplica a perdas provisórias, no valor de R\$ 575; e (iii) processo para não cobrança da CSLL nos anos de 1996 a 1998, em que algumas empresas da nossa organização não tinham funcionários – dado que o parágrafo I do artigo 195 da Constituição Federal determina que esta contribuição só é devida por empregadores, no valor de R\$ 480.

Embora seja possível que uma mudança no saldo bruto dos benefícios fiscais não reconhecidos possa ocorrer dentro de 12 meses após 31 de dezembro de 2007, a quantificação de uma variação estimada não pode ser feita neste momento, devido à incerteza quanto ao resultado potencial das questões pendentes em tribunais brasileiros. Entretanto, não prevemos nenhum ajuste que possa resultar em mudança significativa em nossa situação financeira.

Arquivamos declarações de imposto de renda na jurisdição federal brasileira, nas principais jurisdições fiscais nas quais nós e nossas subsidiárias operam, e não devemos mais estar sujeitos a inspeções pelas autoridades fiscais brasileiras para exercícios anteriores a 2003.

17 Patrimônio Líquido

(a) Capital e direitos dos acionistas

(i) Capital

Em Assembléia Geral Extraordinária de 12 de março de 2007, deliberou-se aumentar o capital social, no valor de R\$ 3.800, elevando-o de R\$ 14.200 para R\$ 18.000, mediante a utilização de parte do saldo da conta “Lucros acumulados”, atribuindo aos acionistas da Sociedade, gratuitamente, a título de bonificação, 1 (uma) ação nova, da mesma espécie, para cada ação possuída. Foram emitidas 1.000.679.724 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 500.042.656 ordinárias e 500.637.068 preferenciais. Todas as quantidades de ações apresentadas acima refletem quantidades anteriores à bonificação das ações representativas de nosso capital em 24 de março de 2008.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 24 de agosto de 2007, deliberou-se aumentar o capital social, no valor de R\$ 790 mil, elevando-o de R\$ 18.000 para R\$ 18.790, mediante a emissão de 18.599.132 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 9.299.618 ordinárias e 9.299.514 preferenciais, em função da incorporação da totalidade das ações representativas do capital social do BMC ao Bradesco, atribuídas aos ex-acionistas do BMC, convertendo esta em subsidiária integral do Bradesco; e aumento do capital social em R\$ 210, elevando-o para R\$ 19.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Lucros acumulados”, sem emissão de ações. Os referidos processos foram aprovados pelo Bacen em 28 de setembro de 2007. Todas as quantidades de ações apresentadas acima refletem quantidades anteriores à bonificação das ações representativas de nosso capital em 24 de março de 2008.

Em 24 de março de 2008, o Conselho de Administração deliberou a bonificação das ações representativas do Capital Social, de modo que os acionistas tiveram sua posição acionária acrescida, gratuitamente, de uma nova ação para cada duas possuídas da mesma classe. Dessa forma, todas as quantidades de ações, apresentadas em exercícios anteriores foram ajustadas para refletir a bonificação de ações e a reversão da bonificação de ações.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2007, o capital em circulação do Bradesco, ajustado em decorrência do desdobramento de ações aprovado em 24 de março de 2008, consiste de 1.514.005.545 ações ordinárias com direito a voto e 1.514.005.389 ações preferenciais sem direito a voto, sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais, e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias. Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de no mínimo 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Companhia não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro diluído por ação não difere de seu lucro líquido por ação.

(ii) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria são registradas ao custo, que equivale aproximadamente aos preços de mercado praticados na data da aquisição. O cancelamento das ações em tesouraria é contabilizado como uma redução de lucros acumulados não apropriados. As ações em tesouraria são adquiridas para posterior alienação ou cancelamento.

(iii) Capital integralizado adicional

O capital integralizado adicional consiste de ágio sobre a emissão inicial de ações, deduzida a capitalização desses valores.

(b) Apropriação dos lucros acumulados

Reservas estatutárias

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

(c) Lucros acumulados não apropriados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Companhia e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva para investimentos futuros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos acionistas.

Consequentemente, a diferença entre os lucros acumulados constantes nas demonstrações financeiras segundo o U.S. GAAP e os apurados segundo o Brazilian GAAP representa o efeito de diferenças entre períodos, e somente poderá ser distribuída quando reconhecida segundo a Legislação Societária.

(d) Dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio)

Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Brazilian GAAP. Os dividendos são pagos em reais e podem ser convertidos em dólares norte-americanos e remetidos a acionistas no exterior, desde que a participação do acionista não residente seja registrada no Banco Central do Brasil.

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**(e) Lucro abrangente**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Lucro líquido divulgado na demonstração do resultado	6.310	6.462	7.908
Ganhos não realizados apurados durante o período:			
Ganhos não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	422	2.228	2.696
Menos ajuste de reclassificação de (ganhos) perdas sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrado no lucro líquido	(747)	(1.157)	(1.456)
Plano de benefício definido	-	-	65
Lucro abrangente antes da tributação sobre o lucro	(325)	1.071	1.305
Imposto de renda e contribuição social relacionados a itens do lucro abrangente (perda)	44	(338)	(577)
Lucro abrangente (perda), líquido dos efeitos fiscais de imposto de renda e de contribuição social	(281)	733	728
Lucro abrangente	6.029	7.195	8.636

Lucro abrangente acumulado apresenta-se conforme segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Saldo no início do exercício	693	412	1.160
Mutações no exercício corrente			
Ganho (perdas) não realizados sobre valores mobiliários disponíveis para venda, líquidos de impostos	(281)	733	685
Planos de benefício definido	-	15	43
Saldo no encerramento do exercício	412	1.160	1.888

18 Receita de Prestação de Serviços

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Contas-correntes	1.563	1.879	2.108
Administração de fundos	1.070	1.245	1.455
Cobrança	718	751	859
Cartões de crédito	562	929	1.273
Tarifa interbancária	271	290	321
Recebimento de tributos	190	237	237
Garantias financeiras prestadas	109	143	197
Administração de consórcios	149	202	256
Outras ⁽¹⁾	489	703	1.113
Total	5.121	6.379	7.819

(1) Nenhum dos itens apresentados como "Outras" é individualmente significativo.

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado**19 Despesas Administrativas**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Serviços de terceiros	1.049	1.343	1.820
Serviços do sistema financeiro.....	624	634	658
Comunicação.....	644	738	923
Transportes	409	523	509
Aluguéis	319	343	353
Propaganda e publicidade	342	443	557
Manutenção e conservação de bens	291	312	292
Processamento de dados.....	240	329	467
Materiais	171	165	189
Água, energia e gás	141	158	172
Outros	217	235	296
Total	4.447	5.223	6.236

20 Outras Receitas e Despesas, Não Financeiras

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2005	2006	2007
Outras receitas, não financeiras:			
Ganhos líquidos em transações de câmbio	294	43	48
Recuperação de encargos e despesas	77	122	46
Receita de aluguéis.....	22	21	10
Outras ⁽²⁾	483	635	1.003
Total de outras receitas não financeiras	876	821	1.107
Outras despesas, não financeiras:			
Impostos sobre serviços, rendas e outros	1.753	2.042	2.327
Contingências ⁽¹⁾	344	324	509
Variação monetária e perda cambial, líquidos	562	608	1.459
Perdas com agências	291	265	130
Prejuízo (lucro) na alienação de bens não de uso próprio, investimentos não consolidados e imobilizado de uso, líquido ⁽³⁾	9	(27)	(1.200)
Bônus de cartão de crédito	50	101	162
Despesas de administração de fundos	44	38	23
Outras ⁽²⁾	701	1.378	1.330
Total de outras despesas não financeiras	3.754	4.729	4.740

(1) Não inclui os movimentos relacionados às contingências trabalhistas e outros encargos fiscais, registrados em contas específicas.

(2) Nenhum dos itens apresentados como "Outras" é individualmente significativo.

(3) Em 2007, apuramos lucro, principalmente, pela alienação parcial dos investimentos na Serasa, no montante de R\$ 599; na Bovespa, no montante de R\$ 253; e na BM&F, no montante de R\$ 263. O saldo remanescente dos investimentos na Bovespa e BM&F foi reclassificado para rubrica de "títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, ao valor justo".

21 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

De acordo com a SFAS 107 "Divulgação do Valor Justo de Instrumentos Financeiros", a divulgação do valor justo estimado dos instrumentos financeiros é obrigatória. O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma operação normal entre as partes interessadas e que não seja uma venda judicial ou de liquidação. A cotação de mercado, quando disponível, é adotada como estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros. Devido à inexistência de cotação de mercado para certos instrumentos financeiros do Bradesco, os valores justos foram calculados com base nas premissas da Administração, no valor, nos fluxos de caixa futuros e nas taxas de descontos estimadas. A metodologia de estimativa para classificações individuais dos instrumentos financeiros é apresentada com mais detalhes a seguir. Premissas distintas poderiam afetar de maneira significativa essas estimativas. Portanto, os valores líquidos de realização podem ser diferentes das estimativas apresentadas a seguir.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Além disso, as estimativas são apenas indicativas do valor de cada instrumento financeiro e não devem ser considerados como o valor justo da Companhia.

Caixa e equivalentes a caixa

Os saldos contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado nas rubricas caixa, contas-correntes em bancos e aplicações financeiras de curto prazo equivalem aproximadamente a seus valores justos. As aplicações financeiras de curto prazo incluem: aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos originais, em geral, têm prazos de até 3 meses e apresentam risco imaterial de alterações no saldo em função de alterações nas taxas de juros.

Ativos de negociação, inclusive derivativos e ativos disponíveis para venda

Esses ativos são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da administração.

Para instrumentos derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na BM&F e no mercado secundário. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos swaps de moeda, de taxa de juros e swaps com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando-se metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para valorar as volatilidades.

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados conforme premissas mencionadas na nota 2 (e). Vide nota 6 para detalhes do custo amortizado e do valor justo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Operações de crédito, líquido da provisão para perdas

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos em que a cotação de mercado estava disponível, o preço de mercado foi usado como estimativa do valor justo. Para a maioria das operações a taxas variáveis, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerente a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito prejudicadas é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

O quadro abaixo demonstra os valores contábeis e valores justos estimados para as operações de crédito:

	31 de dezembro			
	2006		2007	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Comercial:				
Industriais e outros.....	31.205	31.615	42.895	43.179
Financiamento à importação.....	1.463	1.463	2.171	2.171
Financiamento à exportação.....	12.847	12.847	15.281	15.281
Leasing.....	3.806	3.806	8.038	8.038
Construção de imóveis.....	479	479	1.598	1.598
Pessoas físicas:				
Cheque especial.....	1.757	1.757	1.899	1.899
Empréstimos hipotecários residenciais.....	1.280	1.281	1.485	1.486
Outros financiamentos ⁽¹⁾	27.888	27.783	37.850	37.956
Cartão de crédito.....	2.432	2.432	2.529	2.529
Crédito rural.....	7.410	7.405	9.006	9.001
Empréstimos em moeda estrangeira.....	1.543	1.539	2.522	2.492
Setor público.....	62	62	94	94
Total de operações de crédito, líquido da provisão para perdas.....	92.172	92.469	125.368	125.724

(1) Consistem basicamente em financiamentos de veículos e crédito ao consumidor.

Depósitos

O valor justo dos depósitos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados para as captações:

	31 de dezembro			
	2006		2007	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Depósitos de clientes:				
À vista.....	21.081	21.081	29.423	29.423
De poupança.....	27.613	27.613	32.813	32.813
A prazo.....	34.941	34.922	35.733	35.729
Depósito interfinanceiros.....	290	290	372	372
Total de depósitos.....	83.925	83.906	98.341	98.337

Obrigações por empréstimos de curto prazo

Os valores contábeis de captações no mercado aberto, "Commercial Paper" e financiamento à importação e exportação e outras obrigações por empréstimos de curto prazo equivalem aproximadamente aos valores justos desses instrumentos.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Obrigações por empréstimos de longo prazo

Os valores justos de obrigações por empréstimo de longo prazo foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações cujos vencimentos e prazos são similares.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados para as obrigações por empréstimos de longo prazo:

	31 de dezembro			
	2006		2007	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Repasso de recursos internos.....	11.642	11.605	14.087	13.993
Dívida subordinada.....	11.949	12.562	15.850	16.161
Debêntures (não conversíveis).....	2.603	2.603	2.595	2.595
Títulos emitidos por meio de securitização de ordens de pagamento e recebíveis de faturas de cartões de crédito.....	1.344	1.344	2.497	2.497
Euronotes.....	1.235	1.249	810	781
Letras hipotecárias.....	841	841	867	867
Obrigações por arrendamento mercantil.....	430	430	874	874
Empréstimos em moeda estrangeira.....	78	78	1.335	1.349
Total.....	30.122	30.712	38.915	39.117

Instrumentos financeiros não incluídos no balanço patrimonial

Estimamos o valor de mercado dos compromissos para concessão de crédito com base nas comissões atualmente cobradas na contratação de operações similares, considerando os prazos restantes dos contratos e a atual qualidade de crédito dos contratados. Estima-se o valor de mercado das linhas de crédito abertas e das cartas de crédito comercial com base nas comissões atualmente cobradas em contratações similares ou no custo estimado para rescindir os contratos ou, de outra maneira, liquidar as obrigações junto às contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em títulos e valores mobiliários de alta liquidez. Nota 22 (b) sobre o valor nominal, o valor justo estimado e o valor referencial dos instrumentos derivativos não incluídos no balanço patrimonial.

22 Instrumentos Financeiros Não Incluídos no Balanço Patrimonial

(a) Riscos e Administração de Riscos

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros, decorrentes de negócios da Companhia e de nossas controladas são: risco de crédito; risco de mercado e de liquidez. A administração desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis de nossa Organização e abrange uma gama de políticas e estratégias. As políticas de administração desses riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados. O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Nossa Política de Crédito objetiva a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orienta sobre a fixação de limites operacionais e/ou a concessão de operações de crédito da Organização. Para a execução da Política de Crédito, assumem papel fundamental o Departamento de Crédito e os Comitês localizados na Matriz, que deliberam negócios acima da alçada das Agências e, com isso, acompanham essa atividade essencial. Os negócios são diversificados e destinados a pessoas físicas e jurídicas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, e nossas operações são tipicamente amparadas com garantias que são condizentes aos riscos assumidos, considerando as finalidades e os prazos dos créditos concedidos. Objetivando amparar e agilizar todo o processo de crédito, além de analisar e de emitir pareceres, foram desenvolvidos e continuam sendo constantemente aprimorados sistemas informatizados de suporte à decisão de crédito. A análise das operações de menor valor são realizadas por sistemas de classificação de crédito (*Credit Scoring*).

Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda devido à oscilação de taxas referentes aos descasamentos de prazos, moedas e indexadores de nossa carteira. Nossa política, em termos de exposição a riscos de mercado, procura ser conservadora, sendo o cumprimento dos limites de VAR (Value at Risk) definido pela Alta Administração e acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras. Os modelos usam volatilidades e correlações que são calculadas usando bases estatísticas. Estes modelos são usados em processos aplicados prospectivamente, de acordo com estudos econômicos. A metodologia aplicada, e os modelos estatísticos existentes, são validados diariamente utilizando técnicas de avaliação histórica “backtesting”.

Além disso, é feita diariamente uma análise de sensibilidade das posições “Gap Analysis”, que mede o efeito na carteira do movimento da curva da taxa de juros interna, como também da curva do cupom cambial (diferencial de juros pago acima da variação cambial). Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, seguindo a regulamentação do Banco Central, é feita a aferição diária do valor em risco das posições de taxas fixadas e cambiais de nossa carteira total, assim como da exigência de capital resultante. Nossa análise cobre todos os nossos ativos e obrigações financeiras detidas em tesouraria, inclusive nossos instrumentos financeiros de derivativos.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo controlar o risco relativo aos diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de nossos direitos e obrigações. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Organização a liquidar as operações em tempo hábil e de forma segura. No Bradesco, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, havendo permanente avaliação das posições assumidas.

(b) Derivativos

Nós participamos de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir nossa exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de nossos clientes. Esses derivativos são resumidos a seguir:

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	Valores referenciais	
	31 de dezembro	
	2006	2007
Contratos futuros a taxas de juros:		
Compras	765	5.078
Vendas	37.457	33.277
Contratos futuros em moeda estrangeira:		
Compras	3.959	6.212
Vendas	14.439	14.196
Contratos futuros – outros:		
Compras	-	59
Vendas	54	25
Contratos de opções a taxas de juros:		
Compras	-	3.312
Vendas	-	2.983
Contratos de opções em moeda estrangeira:		
Compras	540	1.149
Vendas	472	1.947
Contratos de opções – outros:		
Compras	-	322
Vendas	-	862
Contratos a termo em moeda estrangeira:		
Compras	1.243	1.465
Vendas	475	1.873
Contratos a termo – outros:		
Compras	-	16
Vendas	369	81
Contratos de "Swaps":		
Posição de Ativo		
"Swaps" de taxa de juros	9.237	13.660
"Swaps" de moeda	4.070	19.096
Posição de Passivo		
"Swaps" de taxa de juros	2.408	8.090
"Swaps" de moeda	10.775	24.348

Contratos de "swap" de taxa de juros, de moeda e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais uma série de fluxos de caixa de uma única moeda ou pagamentos de juros ou de principal em duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. O valor nominal constitui a base pela qual os fluxos de caixa são estabelecidos. Os riscos associados com os contratos de "swap" referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado a mudanças nas condições de mercado devido a variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas. A exposição de crédito total associada aos "swaps" de taxa de juros e de moeda totalizou R\$584 e R\$1.134 em 31 de dezembro de 2006 e 2007, respectivamente.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam à entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específicos. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

(c) Linhas de crédito registradas em contas de compensação

Como parte de nossas operações de crédito, nós participamos de operações com nossos clientes envolvendo vários instrumentos de crédito registrados em contas de compensação, que são resumidos a seguir:

	Valores contratuais	
	31 de dezembro	
	2006	2007
Compromissos de abertura de crédito e cartão de crédito	38.482	54.253
Garantias financeiras	14.791	24.296
Outras cartas de crédito	242	361

As linhas de crédito não utilizadas, incluindo cartões de crédito, são contratos de concessão de crédito por um prazo determinado e por taxas variáveis a um cliente que cumpriu as condições contratuais estabelecidas. As garantias são compromissos condicionais oferecidos por nós para garantir que um cliente cumpra as cláusulas contratuais de um empréstimo com terceiros.

O risco de crédito potencial máximo dos compromissos de avais e fianças e cartas de crédito equivale aos valores contratuais apresentados acima na hipótese de não cumprimento do contrato pelo contratante. Geralmente, esses contratos vencem sem serem utilizados, portanto, os valores contratuais não indicam a exposição a risco real de crédito nem as necessidades de fluxos financeiros futuros para esses compromissos. Dessa forma, o valor justo da obrigação assumida quando da emissão da garantia é, normalmente, equivalente ao valor presente líquido do valor futuro das taxas recebíveis previstas no contrato. Para diminuir o risco de crédito, nós podemos requerer que a contraparte entregue como garantia, recursos de caixa, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as nossas operações de crédito.

(d) Garantias financeiras

Segue um resumo do valor contábil das garantias financeiras e outras cartas de crédito mencionadas anteriormente:

	31 de dezembro			
	2006		2007	
	Desembolso máximo/ valores referenciais	Valor contábil	Desembolso máximo/ valores referenciais	Valor contábil
Garantias financeiras	14.791	29	24.296	74
Outras cartas de crédito	242	1	361	2

O valor contábil inclui valores diferidos a serem reconhecidos no resultado durante o período do contrato e os valores provisionados para perdas inerentes de acordo com o SFAS 5, "Contabilização de Contingências" e o FIN 45.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos por nós para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Temos geralmente o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos segundo essas garantias. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito, assim como outras concessões de crédito.

As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos por nós para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar um beneficiário de terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito assim como outras concessões de crédito.

23 Obrigações e Contingências

(a) Ativos administrados

Nós administramos diversos fundos de investimento e carteiras de clientes oferecidas a investidores institucionais e ao público em geral. Esses fundos e carteiras não são incluídos no nosso balanço patrimonial consolidado. Em geral, as taxas são cobradas mensalmente, representando aproximadamente 0,88% ao ano (2006 – 0,89%) sobre o valor de mercado dos fundos administrados e carteiras. O total de ativos administrados, em 31 de dezembro de 2006 e 2007, foram de R\$139.905 e R\$163.963 em fundos de investimento, respectivamente e R\$7.203 e R\$13.523 em carteiras de clientes, respectivamente.

(b) Contingências

No curso normal dos negócios, estamos envolvidos em vários processos legais inerentes às nossas operações.

Nós estamos sujeitos a questionamentos das autoridades fiscais com relação à montantes de impostos devidos. Esses questionamentos podem alterar a competência ou o montante de receita tributável ou deduções, ou a distribuição de receita entre as jurisdições fiscais. As perdas prováveis reconhecidas em nossas demonstrações financeiras consolidadas estão relacionadas às questões de litígio relativas (i) aos ajustes da inflação e (ii) à legalidade de determinados impostos e contribuições.

As questões remanescentes de litígios, considerados como possíveis de acordo com o nosso julgamento baseado nas informações disponíveis sobre as causas, estão relacionadas a autos de infração no montante de R\$161 em 31 de dezembro de 2007 (R\$103 – 2006) e nós acreditamos que estejam inconsistentes com a legislação vigente, e dessa forma, não estão registrados em nossas demonstrações financeiras consolidadas. Não se espera que a resolução dessas questões tenha um impacto significativo em nossa posição financeira ou nos resultados das operações.

Assim como muitos outros bancos brasileiros, somos réus em diversos processos trabalhistas movidos por empregados, relacionados a questões salariais e indenização para empregados que foram demitidos, em consequência das aquisições recentes de instituições financeiras e da sua integração em nossa estrutura. A administração continuamente monitora e avalia o impacto dos acontecimentos e de circunstâncias atuais nas estimativas e premissas usadas no reconhecimento de perdas prováveis.

Nós enfrentamos também questões cíveis, que consistem basicamente de reclamações por danos, tais como (i) cobrança sobre instrumentos financeiros não pagos, (ii) cheques sem fundo (iii) relato de informações de crédito incorretas às entidades de análise de crédito. Nenhuma delas é individualmente significativa.

As questões cíveis e os processos trabalhistas remanescentes estão sujeitos à muitas incertezas e o resultado de questões individuais não pode ser estimado com segurança. Embora a decisão final de algumas questões possa ter um efeito significativo nos resultados operacionais consolidados em determinado exercício nós acreditamos que não deva afetar significativamente nossa posição financeira consolidada.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro		
	2005	2006	2007
De acordo com o Acordo da Basileia, aplicável ao Brasil			
Capital "Nível I"	11,50%	11,58%	10,24%
Capital "Nível II"	3,73	4,90	3,73
Capital Total	15,23	16,48	13,97
Mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.....	11,00%	11,00%	11,00%

Atualmente, o Banco Central não estabelece um limite para o valor dos dividendos que podem ser pagos, dentro dos limites de capital estabelecidos acima. Em todas as datas de apresentação, nós estávamos em conformidade com todos os limites de capital estabelecidos pelo Banco Central.

25 Informações por Segmento

Nós operamos principalmente no setor bancário, de seguros, previdência complementar e capitalização. Nossas operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo e "corporate", arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como "private bank". Realizamos nossas operações no setor bancário através de nossas próprias unidades localizadas no país, nas agências no exterior e através de nossas empresas controladas, bem como por meio de nossas participações em outras empresas. Além disso, nós exercemos atividades de seguros, previdência complementar e capitalização através de nossa subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios da Alta Administração para avaliar desempenho e tomar decisões referentes a alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Alta Administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras e não financeiras, medidas em bases diferentes. Conforme SFAS 131 "Divulgações sobre Segmentos de uma Entidade e Informações Relacionadas", a informação incluída abaixo foi compilada de acordo com o que foi preparada em uma base mais consistente com aquela usada para medir valores, conforme o Brazilian GAAP.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de seguros, previdência complementar e de capitalização que são incluídos nesse segmento, resultando em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, planos de previdência complementar e de capitalização que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias relacionados à infra-estrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas que não estão alocados.

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2005				
Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações	Consolidado U.S. GAAP	
Receitas financeiras	25.060	5.939	(73)	30.926
Despesas financeiras	(12.786)	-	345	(12.441)
Receitas financeiras, líquidas	12.274	5.939	272	18.485
Provisão para perdas com operações de crédito	(1.823)	-	-	(1.823)
Prêmios de seguros	-	9.928	(2.123)	7.805
Planos de previdência	-	2.386	(2.009)	377
Títulos de capitalização	-	1.420	(1.420)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas	176	81	(71)	186
Outras receitas	7.813	1.143	216	9.172
Salários e benefícios	(4.824)	(359)	(15)	(5.198)
Despesas administrativas	(4.219)	(463)	235	(4.447)
Sinistros retidos	-	(6.730)	1.229	(5.501)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência	-	(6.841)	2.902	(3.939)
Despesas de planos de previdência	-	(2.507)	2.002	(505)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência	-	(1.055)	14	(1.041)
Outras despesas	(4.049)	(678)	(92)	(4.819)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	5.348	2.264	1.140	8.752
Ativo Identificados	164.821	49.295	(7.522)	206.594

Exercício findo em 31 de dezembro de 2006				
Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações	Consolidado U.S. GAAP	
Receitas financeiras	27.771	6.476	24	34.271
Despesas financeiras	(13.039)	-	170	(12.869)
Receitas financeiras, líquidas	14.732	6.476	194	21.402
Provisão para perdas com operações de crédito	(3.770)	-	3	(3.767)
Prêmios de seguros	-	11.212	(3.091)	8.121
Planos de previdência	-	2.650	(1.859)	791
Títulos de capitalização	-	1.418	(1.418)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas	296	106	(178)	224
Outras receitas	9.243	1.258	216	10.717
Salários e benefícios	(5.543)	(504)	(40)	(6.087)
Despesas administrativas	(4.962)	(498)	237	(5.223)
Sinistros retidos	-	(7.347)	1.223	(6.124)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência	-	(7.904)	3.705	(4.199)
Despesas de planos de previdência	-	(2.164)	1.604	(560)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência	-	(1.140)	288	(852)
Outras despesas	(4.761)	(651)	(281)	(5.693)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	5.235	2.912	603	8.750
Ativo Identificados	206.349	61.021	(8.099)	259.271

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2007			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações, ajustes, reclassificações e eliminações	Consolidado U.S. GAAP
Receitas financeiras	30.000	6.577	(68)	36.509
Despesas financeiras	(12.901)	-	163	(12.738)
Receitas financeiras, líquidas	17.099	6.577	95	23.771
Provisão para perdas com operações de crédito	(4.617)	-	1	(4.616)
Prêmios de seguros	-	12.556	(3.713)	8.843
Planos de previdência	-	2.447	(1.892)	555
Títulos de capitalização	-	1.556	(1.556)	-
Resultado de participações em empresas não consolidadas	434	79	(106)	407
Outras receitas	12.777	1.948	(649)	14.076
Salários e benefícios	(6.105)	(510)	(154)	(6.769)
Despesas administrativas	(5.846)	(581)	191	(6.236)
Sinistros retidos	-	(7.391)	1.379	(6.012)
Variações de provisões de seguros, previdência, títulos de capitalização e contratos de investimento de previdência	-	(9.661)	4.680	(4.981)
Despesas de planos de previdência	-	(2.037)	1.559	(478)
Despesas de comercialização de planos de seguro e previdência	-	(1.247)	90	(1.157)
Outras despesas	(7.511)	(265)	1.670	(6.106)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações minoritárias	6.231	3.471	1.595	11.297
Ativo Identificados	275.081	72.449	(13.021)	334.509

Ajustes para fins de U.S. GAAP referem-se principalmente a:

- Despesas financeiras: contabilizações de leasing financeiro;
- Resultado de participações em empresas não consolidadas: eliminação de contabilizações por equivalência em investimentos, em que temos menos que 20% das ações com direito a voto;
- Reservas para contratos de seguros e contratos de investimento em previdência complementar;
- Outras receitas: ajustes de ganho/perda na venda de títulos disponíveis para venda;
- Amortização de despesas na operação do Banco Postal e em outras transações;
- Salários e benefícios: contabilização de planos de previdência complementar de benefício definido;
- Apropriação do lucro na venda de agências atreladas a contratos de aluguéis; e
- Outras despesas: ajustes de valor justo, ágio e deságio na compra de entidades.

Nossas operações são principalmente realizadas no país. Além disso, em 31 de dezembro de 2007, possuíamos uma agência em Nova Iorque, três agências em Grand Cayman e uma em Nassau, nas Bahamas, principalmente para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas subsidiárias no exterior, a seguir: Banco Bradesco Argentina S.A. (Buenos Aires), Banco Bradesco Luxemburgo (Luxemburgo), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque) Bradesco Securities UK Limited (Londres), Bradesco Services Co., Ltd. (Tóquio), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman) e Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong).

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

26 Planos de Previdência Complementar

Nós mantemos planos de benefícios definidos, que complementam as aposentadorias pagas pelo INSS do Governo Brasileiro aos nossos empregados e de nossas subsidiárias no país. Os planos de previdência foram estabelecidos unicamente para beneficiar empregados e administradores elegíveis e seus ativos são mantidos segregados do Bradesco. Em 2001, aos participantes do plano de benefício definido do Bradesco foi oferecida a possibilidade de adesão ao plano de contribuição definida (PGBL). Nosso plano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 e 2006 incluiu o plano de benefício definido do BEM e BEC, em consequência de suas aquisições em 10 de fevereiro de 2004 e 3 de janeiro de 2006, respectivamente. Nossas contribuições ao plano PGBL em 2007 totalizaram R\$340 (2006 - R\$316).

A nossa política é a de financiar os planos de previdência através de contribuições calculadas com base na folha de pagamento, ajustadas periodicamente de acordo com as recomendações do atuário externo responsável pelo Plano. Em 31 de dezembro de 2007, a nossa contribuição representava 5,0% (2006 - 5,2% e 2005 - 4,8%) da folha de pagamento e os empregados e administradores contribuíam com no mínimo 4% (2006 - 4% e 2005 - 4%) de seus salários.

Os recursos dos planos de previdência são principalmente investidos em títulos públicos e privados, ações em companhias abertas e imóveis.

Os empregados e administradores que deixam de participar do plano de previdência por qualquer motivo recebem o benefício mínimo calculado com base em contribuições anteriores em uma única parcela que representa a soma global.

A cada ano efetuamos a avaliação dos planos do Banco Alvorada, BEM e do BEC.

Como discutido na nota 2(t), em setembro de 2006, o FASB emitiu o SFAS No. 158. Esta norma exige que o empregador reconheça prospectivamente a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefício definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial e reconheça as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do lucro abrangente. Adotamos essa norma e suas divulgações exigidas, em 31 de dezembro de 2006. Os efeitos da adoção, bem como suas exigências de divulgação, encontram-se apresentados a seguir.

Os ajustes decorrentes da adoção do SFAS 158 afetaram nosso consolidado como segue:

	Planos do Alvorada, BEM e BEC
	2006
Antes da adoção do SFAS 158	
Despesas pagas antecipadamente com planos de previdência	55
Obrigações acumuladas	(65)
Ajustes	
Despesas pagas antecipadamente com planos de previdência	14
Obrigações acumuladas	8
Obrigações de imposto diferido	(7)
Lucro abrangente acumulado – outros	15
Depois da adoção do SFAS 158	
Despesas pagas antecipadamente com planos de previdência	69
Obrigações acumuladas	(57)
Obrigações de imposto diferido	(7)
Lucro abrangente acumulado – outros	15

Banco Bradesco S.A.**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Com base no parecer do atuário externo do plano, as variações nas obrigações com benefícios e nos ativos do plano, bem como nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

	Planos do Alvorada, BEM e BEC		
	Exercício findo		
	2005	2006	2007
(i) Obrigações com benefícios projetados:			
No início do exercício	442	454	712
Com aquisição de negócios	-	240	-
Custo do serviço	1	1	5
Benefícios pagos	(36)	(38)	(58)
Custo de juros	48	49	70
Variações nos planos	-	2	-
Ajuste em função da mudança de data	-	-	13
Perda (ganho) atuarial	(1)	4	(13)
No encerramento do exercício.....	454	712	729
(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:			
No início do exercício	448	486	724
Com aquisição de negócios	-	194	-
Contribuições recebidas:			
Empregador	1	2	4
Empregados	1	1	2
Rentabilidade atual dos ativos do plano	72	79	123
Ajuste em função da mudança de data	-	-	12
Benefícios pagos	(36)	(38)	(58)
No encerramento do exercício.....	486	724	807
(iii) Posição financiada:			
Excedente de ativos do plano sobre obrigações com benefícios projetados adquiridas	(32)	(12)	(79)
Ganho (perda) líquido não reconhecido.....	(1)	-	-
Valores reconhecidos no balanço Patrimonial, líquidos	(33)	(12)	(79)

O custo (benefício) líquido dos planos de pensões inclui os seguintes componentes:

	Planos do Alvorada, BEM e BEC		
	Exercício findo em		
	2005	2006	2007
Obrigações com benefícios projetados:			
Custo do serviço.....	1	5	5
Custo de juros	48	70	72
Amortização de custo de serviços anteriores	-	1	(3)
Rentabilidade prevista dos ativos do plano	(51)	(72)	(81)
Contribuição esperada do participante.....	-	(2)	(1)
Custo (benefício) periódico líquido das pensões..	(2)	2	(8)

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

As despesas pagas antecipadamente com planos de previdência e as obrigações acumuladas de planos de previdência estão incluídas em “Outros ativos” e “Outras obrigações”, respectivamente, em nosso balanço patrimonial consolidado.

Os valores reconhecidos em nossos balanços patrimoniais são os seguintes:

	<u>2006</u>	<u>2007</u>
Ativos		
Despesas pagas antecipadamente com planos de Previdência.....	69	102
Obrigações		
Obrigações acumuladas de planos de previdência.....	57	23
Ativo líquido reconhecido, ao final do exercício	12	79

O valor reconhecido em lucro abrangente acumulado de R\$ 15, em 31 de dezembro de 2006 e R\$58 em 31 de dezembro de 2007 líquido de impostos, como resultado da implementação do SFAS 158, refere-se a ganhos atuariais.

O valor reconhecido em lucro abrangente acumulado – outros, que deverá ser reconhecido como componente de um custo periódico líquido em 2007, totaliza R\$1 e refere-se à amortização de custos de serviços anteriores.

As premissas utilizadas para apurar as nossas obrigações com benefícios do plano e o custo periódico líquido dos benefícios para os exercícios findos em 31 de outubro de 2006 e 31 de dezembro de 2007 foram as seguintes⁽¹⁾:

	<u>Plano Alvorada</u>		<u>Plano BEM</u>		<u>Plano BEC</u>	
	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
Taxa de desconto presumida	10,2%	10,2%	10,2%	10,2%	10,2%	10,2%
Taxa de retorno de longo prazo esperado dos ativos	10,2	10,2	10,2	10,2	10,2	10,2
Índice de aumento dos níveis de remuneração.....	7,1%	7,1%	7,1%	7,1%	7,1%	7,1%

(1) Considerando uma taxa de inflação de 4,0% ao ano e uma taxa de desconto real de 6,0% ao ano.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos.
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos do Alvorada, do BEM e BEC, cuja rentabilidade é superior à inflação mais juros de 8% ao ano, com vencimentos de curto a longo prazo.
- Combinação de ativos do plano Alvorada, que compreendem mais de 71% e 59% de títulos públicos em 2006 e 2007, respectivamente, bem como mais de 80% e 79 % do plano BEM em 2006 e 2007, respectivamente e mais de 76% e 61% do plano do BEC em 2006 e 2007 e o restante dos ativos dos planos, em ações.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

A alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência em 2006 e 2007, por categoria de ativo, é a seguinte:

	<u>Ativos do Plano Alvorada</u>		<u>Ativos do Plano BEM</u>		<u>Ativos do Plano BEC</u>	
	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
Categorias de ativo						
Ações de companhias abertas	0,6%	0,4%	1,6%	4,7%	6,3%	0,0%
Títulos públicos e privados	94	94,4	95,5	92,1	84,7	90,8
Imóveis	3,9	3,5	0,8	0,2	5,4	5,7
Outras	1,5	1,7	2,1	3,0	3,6	3,5
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Os pagamentos de benefícios, os quais refletem serviços futuros esperados projetados, a serem efetuados por nós são:

<u>Para o exercício a findar em 31 de dezembro</u>	<u>Benefícios dos Planos de Previdência Complementar</u>
2008	52
2009	54
2010	56
2011	59
2012	62
2013 – 2017	362
Total	645

As contribuições relacionadas ao plano de aposentadoria complementar do Alvorada, do BEM e do BEC, a serem efetuadas por nós em 2008, são estimadas em R\$0,3, R\$1,5 e R\$4,1 respectivamente.

27 Transações entre Partes Relacionadas

Nossos principais acionistas são: Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e Fundação Bradesco. Nós não temos um acionista controlador e nem existe um acordo de acionistas para votação em conjunto. A Fundação Bradesco é uma entidade sem fins lucrativos que há mais de 40 anos vem promovendo desenvolvimento das potencialidades de crianças e jovens por meio de escolas instaladas em regiões carentes.

Nós não concedemos empréstimos aos nossos executivos ou diretores, em virtude desta prática ser proibida a todos os bancos brasileiros pelo Banco Central.

As transações com controladores, controladas e coligadas diretas e indiretas (representadas principalmente por CPM Holding Ltd. e Cia. Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, Serasa S.A.) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

	31 de dezembro		
	2005	2006	2007
ATIVO			
Dividendos a receber	43	8	16
Outros ativos	99	213	110
PASSIVO			
Depósitos à vista	5	47	11
Depósitos a prazo	4	261	120
Debêntures	380	444	582
Juros sobre o capital próprio e dividendos	268	23	607
Dívidas subordinadas	269	460	845
Outros passivos	195	23	541
RECEITAS E DESPESAS			
Receitas com títulos e valores mobiliários	27	22	24
Outras receitas	29	30	40
Juros sobre dívida de longo prazo	83	108	228
Outras despesas	104	332	240

28 Eventos subsequentes

Em 4 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração deliberou o cancelamento de 828.700 ações ordinárias em tesouraria e 1.417.524 ações preferenciais em tesouraria, representando seu Capital Social.

Em 4 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$1.200, mediante a emissão de 13.953.489 ações ordinárias e 13.953.488 ações preferenciais, a serem subscritas ao preço de R\$43,00 por ação.

Nós, por meio da Bradesco Seguros S.A., celebramos, em 21 de janeiro de 2008, “Contrato de Cessão de Quotas” com a Marsh Corretora de Seguros Ltda., objetivando a aquisição do controle societário da Mediservice – Administradora de Planos de Saúde Ltda., pelo valor de R\$85. A operação está pendente de aprovação dos órgãos reguladores.

A Medida Provisória (M.P.) no 413, de 3 de janeiro de 2008 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido –CSLL do setor financeiro de 9% para 15% do lucro tributável. A referida M.P. ocasionará aumento nos recolhimentos relativos a Contribuição Social a partir de 1º de maio de 2008. A referida M.P. foi submetida à apreciação pelo Congresso Brasileiro dentro dos prazos regulamentares, existindo ainda, Ação Direta de Inconstitucionalidade, e, caso não ocorra a sua aprovação, ou seja, declarada a sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal – STF, os seus efeitos serão anulados e os correspondentes créditos tributários deverão ser realizados pela alíquota de 9%.

Em 6 de março de 2008, o Bradesco celebrou com os acionistas da Ágora Holdings S.A. (Ágora Holdings), “Instrumento Particular de Compromisso de Incorporação de Ações e Outras Avenças”, objetivando a aquisição da totalidade de seu capital, por meio de sua controlada Banco Bradesco BBI S.A. (BBI). A transação envolverá a transferência indireta ao BBI de 100% das ações da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora Corretora), subsidiária integral da Ágora Holdings. O valor da operação, em torno de R\$830, será pago mediante a entrega, aos acionistas da Ágora Holdings, de uma quantidade de ações representando, aproximadamente, 8% do capital social do BBI no fechamento da operação, convertendo a Ágora Holdings em subsidiária integral do BBI. A operação está em processo de aprovação dos órgãos reguladores.

Banco Bradesco S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Expresso em milhões de reais, exceto quando indicado

Em 24 de março de 2008, o Conselho de Administração deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$2.800, mediante: a) capitalização de parte do saldo da conta “Reserva de Lucros - Reserva Estatutária”; e b) bonificação de 50% em ações, atribuindo aos acionistas da Sociedade, gratuitamente, a título de bonificação, uma ação nova para cada duas ações da mesma espécie. Este aumento de capital também considera as ações subscritas no aumento do Capital Social aprovado em 4 de janeiro de 2008. Para tanto, foram emitidas 511.644.460 ações ordinárias e 511.644.407 ações preferenciais.

Em 31 de março de 2008, alienamos parcialmente nossa participação no capital social da Visa Inc., através de Oferta Pública Inicial (IPO) ocorrida nos Estados Unidos da América, obtendo lucro antes dos impostos no valor aproximado de R\$352. A participação remanescente de aproximadamente 3,7 milhões de ações, ao preço de US\$ 44,00 por ação fixado no procedimento do *bookbuilding*, corresponde a US\$ 163. Conforme as regras do IPO, essa participação está sujeita a um período de restrição de venda pelo prazo de 3 anos.

Por meio dos Decretos nºs 6.339 e 6.345, ambos de 2008, foi elevada a alíquota do IOF, Imposto cobrado sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários, entre outros, produzindo efeito à partir de 4 de janeiro de 2008. Como instituição financeira, temos a responsabilidade de efetuar a retenção do IOF incorrido nas transações de nossos clientes.

* * *

24/03/2008 - Estatuto Social - AGE 24.3.2008 - 17h

AGE 24.3.2008 - 17h

Banco Bradesco S.A.
Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede

Art. 1o) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Art. 2o) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Art. 3o) A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 4o) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho.

Título II - Dos Objetivos Sociais

Art. 5o) O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

Título III - Do Capital Social

Art. 6o) O Capital Social é de R\$23.000.000.000,00 (vinte e três bilhões de reais), dividido em 3.069.869.800 (três bilhões, sessenta e nove milhões, oitocentas e sessenta e nove mil e oitocentas) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 1.534.934.979 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, novecentas e trinta e quatro mil, novecentas e setenta e nove) ordinárias e 1.534.934.821 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, novecentas e trinta e quatro mil, oitocentas e vinte e uma) preferenciais.

Parágrafo Primeiro - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens:

- a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade;
- b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle.

Parágrafo Terceiro - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

Parágrafo Quarto - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

Parágrafo Quinto - Não será permitida:

- a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa;
- b) emissão de partes beneficiárias.

Parágrafo Sexto - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação.

Título IV - Da Administração

Art. 7o) A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Título V - Do Conselho de Administração

Art. 8o) O Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, é composto de 6 (seis) a 9 (nove) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente.

Parágrafo Primeiro - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

Parágrafo Segundo - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Terceiro - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto.

Art. 9o) Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho:

- a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções;
- b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;
- d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais;
- e) autorizar, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco, a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não-permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos;
- f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6o;
- g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
- h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria;
- i) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade;
- j) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas;
- k) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- l) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria;
- m) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos;
- n) realizar o rateio da remuneração dos Administradores, estabelecida pela Assembléia Geral e fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários, quando entender de concedê-las;
- o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
- p) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e do Ouvidor;
- q) aprovar o Relatório Corporativo de Conformidade dos Controles Internos e determinar a adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controle e mitigação de riscos.

Parágrafo Único - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos.

Art. 10) Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão e as Assembléias Gerais, podendo indicar para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho.

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões.

Art. 11) O Conselho reunir-se-á trimestralmente e, quando necessário, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião.

Título VI - Da Diretoria

Art. 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, é composta de 52 (cinquenta e dois) a 76 (setenta e seis) membros, sendo de 19 (dezenove) a 26 (vinte e seis) o número de Diretores Executivos, distribuídos nas seguintes categorias de cargos: 1 (um) Diretor-Presidente, de 7 (sete) a 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes e de 11 (onze) a 15 (quinze) Diretores Gerentes. Os demais cargos da Diretoria serão distribuídos da seguinte forma: de 33 (trinta e três) a 50 (cinquenta) Diretores Departamentais e Diretores, sendo de 27 (vinte e sete) a 41 (quarenta e um) o número de Diretores Departamentais, e de 6 (seis) a 9 (nove) o de Diretores.

Parágrafo Primeiro - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores Executivos que eleger, os que devam ocupar as funções de Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes e Diretores Gerentes, observados os requisitos dos Artigos 17, 18 e 19 deste Estatuto.

Parágrafo Segundo - Os requisitos previstos no Inciso II do Artigo 18 e "caput" do 19, relativos, respectivamente, a Diretores Executivos, Diretores Departamentais e Diretores, poderão ser dispensados pelo Conselho em caráter excepcional, até o limite de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de cada uma dessas categorias de cargos, salvo em relação aos Diretores nomeados para os cargos de Presidente e de Vice-Presidentes.

Art. 13) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra "e" do Artigo 9o deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor- Presidente ou Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

- a) mandatos com cláusula "ad judicium", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
- b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- c) participação em licitações;
- d) em Assembléias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
- e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
- f) em depoimentos judiciais.

Parágrafo Quarto - Aos Diretores Departamentais e Diretores são vedados os atos que impliquem em alienar e onerar bens e direitos da Sociedade.

Art. 14) Além das atribuições normais que lhes são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros;
- b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente, no desempenho das suas funções;
- c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes;
- d) aos Diretores Departamentais, a condução das atividades dos Departamentos que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria;
- e) aos Diretores, orientar e supervisionar os Pontos de Atendimento sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas, reportando-se à Diretoria.

Art. 15) A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias semanalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício.

Art. 16) Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto.

Art. 17) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais,

ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho.

Art. 18) Para exercer o cargo de Diretor Executivo é necessário, ainda, que o candidato, na data da eleição, preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I. tenha menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

II. faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas há mais de 10 (dez) anos, ininterruptamente.

Art. 19) Para exercer o cargo de Diretor Departamental e de Diretor é necessário que o candidato faça parte dos quadros de empregados ou de administradores da Sociedade ou de empresas a ela ligadas, e tenha na data da eleição:

I. Diretor Departamental - menos de 62 (sessenta e dois) anos de idade;

II. Diretor - menos de 60 (sessenta) anos de idade.

Título VII - Do Conselho Fiscal

Art. 20) O Conselho Fiscal, não permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

Título VIII - Do Comitê de Auditoria

Art. 21) A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato de 1 (um) ano, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e a respectiva remuneração, bem como a sua substituição;
- b) revisar, previamente à divulgação ao Mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- c) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- d) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria;
- e) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade;
- f) recomendar à Diretoria da Sociedade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- g) reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade e auditorias independente e interna;
- h) verificar, por ocasião de suas reuniões, o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros;
- i) estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento;
- j) reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

Título IX - Do Comitê de Controles Internos e Compliance

Art. 22) A Sociedade terá um Comitê de Controles Internos e Compliance, composto de 4 (quatro) a 8 (oito) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e conformidade com normas aplicáveis à Organização Bradesco.

Título X - Do Comitê de Remuneração

Art. 23) A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da Organização Bradesco, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

Título XI - Do Comitê de Conduta Ética

Art. 24) A Sociedade terá um Comitê de Conduta Ética, composto por até 9 (nove) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único - O Comitê terá por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Ética Corporativo e Setoriais da Organização Bradesco, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade.

Título XII - Do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital

Art. 25) A Sociedade terá um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, composto por até 13 (treze) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo Único – O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à aprovação de políticas institucionais e diretrizes operacionais e ao estabelecimento de limites de exposição a riscos, com vistas a atingir a sua efetiva gestão no âmbito da Organização Bradesco, aqui entendido o consolidado econômico e financeiro.

Título XIII - Da Ouvidoria

Art. 26) A Sociedade terá uma Ouvidoria que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, composta de 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro – A Ouvidoria terá por atribuição:

- a) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as Instituições das quais dispõe o "caput" deste Artigo, os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- b) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Instituições das quais dispõe o "caput" deste Artigo, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento;
- c) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- d) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar trinta dias;
- e) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na letra "d";
- f) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;
- g) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a letra "f", quando existentes.

Parágrafo Segundo – A Sociedade:

- a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção;
- b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Título XIV - Das Assembléias Gerais

Art. 27) As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão:

a) convocadas com prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência;

b) presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, por seu substituto estatutário, que convidará um ou mais acionistas para Secretários.

Título XV - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados

Art. 28) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

Art. 29) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Art. 30) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei no 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

I. constituição de Reserva Legal;

II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei no 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral;

III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei no 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.

Parágrafo Segundo - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo.

Art. 31) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembléia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 30, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei no 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na AGE de 24.3.2008 - 17h.

Banco Bradesco S.A.
Ademir Cossello José Guilherme Lembi de Faria
Diretor Gerente Diretor Gerente

Banco Bradesco S.A
Anexo 6.1

Bradesco ADR

	31 de dezembro de		
	2005	2006	2007
Lucro por ação			
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (em ações).....	1,460,839,863	1,472,508,873	1,505,136,649
Direito de 10% para ações preferenciais.....	146,083,986	147,250,887	150,513,665
Número médio ponderado ajustado de ações preferenciais em circulação (em ações) para cálculo do lucro por ação.....	1,606,923,849	1,619,759,760	1,655,650,314
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (em ações).....	1,465,770,912	1,470,575,223	1,504,008,900
Número médio ponderado total de ações em circulação (em ações) (A).....	3,072,694,761	3,090,334,983	3,159,659,214
Lucro Líquido (em milhões de reais) (B).....	R\$6,310	R\$6,462	R\$7,908
Lucro por ação ordinária (B)/(A)=(C).....	R\$2.05	R\$2.09	R\$2.50
Lucro por ação preferencial (C) + 10%.....	R\$2.26	R\$2.30	R\$2.75

	31 de dezembro de					
	2005		2006		2007	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Dividendos por ação						
Dividendos reais declarados (em milhões de reais)	R\$ 976	R\$ 905	R\$ 1,132	R\$ 1,028	R\$ 1,479	R\$ 1,344
Número médio ponderado de ações em circulação	1,460,839,863	1,465,770,912	1,472,508,873	1,470,575,223	1,505,136,649	1,504,008,900
Dividendos por ação	R\$0.67	R\$0.62	R\$0.77	R\$0.70	R\$0.98	R\$0.89

Anexo 8.1

Lista de Subsidiárias

Subsidiária	Jurisdicção de Incorporação	Denominação Social
1 Atlântica Capitalização S.A.	São Paulo – Brasil	Atlântica Capitalização
2 Banco Alvorada S.A	Osasco - SP – Brasil	Banco Alvorada
3 Banco Bradesco BBI S.A.	Osasco - SP - Brasil	Bradesco BBI
4 Banco Boavista Interatlântico S.A.	Osasco – SP - Brasil	Boavista
5 Banco Bradesco Argentina S.A.	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina
6 Banco Bradesco Luxembourg S.A.	Luxemburgo – G. Ducado Luxemburgo	Bradesco Luxembourg
7 Banco Finasa S.A.	Barueri – SP - Brasil	Banco Finasa
8 Bradesco Argentina de Seguros S.A	Buenos Aires – Argentina	Bradesco Argentina de Seguros
9 Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Bradesco Auto/RE
10 Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Bradesco Capitalização
11 Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Osasco – SP - Brasil	Bradesco Consórcio
12 Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Osasco – SP - Brasil	Bradesco Leasing
13 Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo – Brasil	Bradesco Corretora
14 Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro – Brasil	Bradesco Saúde
15 Bradesco Securities, Inc.	New York – EUA	Bradesco Securities
16 Bradesco Seguros S.A.	São Paulo – Brasil	Bradesco Seguros
17 Bradesco Vida e Previdência S.A.	Osasco – SP - Brasil	Bradesco Previdência
18 Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	Osasco – SP - Brasil	Bradescor
19 BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM	São Paulo – Brasil	BRAM
20 Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	Osasco – SP - Brasil	Rubi
21 Atlântica Companhia de Seguros	Rio de Janeiro – Brasil	Atlântica Seguros
22 Scopus Tecnologia Ltda.	São Paulo – Brasil	Scopus Tecnologia
23 União Participações Ltda.	Osasco – SP - Brasil	União
24 Banco Bankpar S.A.	São Paulo – Brasil	Banco Bankpar
25 Bradesplan Participações Ltda..	Osasco - SP – Brasil	Bradesplan
26 Banco Bradesco Cartões S.A.	Osasco - SP – Brasil	Bradesco Cartões
27 Banco BMC S.A.	São Paulo – Brasil	Banco BMC
28 Tempo Serviços Ltda.	Uberlândia – MG – Brasil	Tempo Serviços
29 Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Osasco - SP – Brasil	Alvorada Cartões
30 Bradesco SegPrev Investimentos Ltda.	Osasco - SP – Brasil	Bradesco SegPrev

Certificação do CEO

Eu, Márcio Artur Laurelli Cypriano, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;
2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório anual não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório;
3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório anual, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório;
4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e)) do *Exchange Act* e controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas (conforme definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do *Exchange Act*) da Companhia e assim:
 - a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que esses controles e procedimentos fossem criados sob nossa supervisão visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;
 - b. criamos tais controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas ou fizemos com que esses controles fosse criados sob nossa supervisão para proporcionar segurança razoável com relação à confiabilidade do reporte financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;
 - c. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório com base nessa avaliação; e
 - d. divulgamos neste relatório, quaisquer mudanças nos controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam afetar materialmente, o controle interno da Companhia relacionados as demonstrações financeiras consolidadas.
5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):
 - a. todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e
 - b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Data: 30 de junho de 2008.

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano

Nome: Márcio Artur Laurelli Cypriano
Cargo: Diretor-Presidente

Certificação do CFO

Eu, Milton Almicar Silva Vargas, certifico que:

1. Revisei este relatório anual apresentado em Formulário 20-F do Banco Bradesco S.A.;
2. Baseado em meu conhecimento, esse relatório anual não contém qualquer declaração falsa sobre fatos relevantes ou omite qualquer fato relevante que seja necessário para fazer com que as declarações feitas, à luz das circunstâncias segundo as quais tais declarações foram feitas, não sejam enganosas em relação ao período abrangido por esse relatório;
3. Baseado em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas nesse relatório anual, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia correspondentes aos períodos apresentados nesse relatório;
4. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, somos responsáveis pela implementação e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas regras 13a-15(e) e 15d-15(e)) do *Exchange Act* e controles internos sobre as demonstrações financeiras consolidadas (conforme definido nas regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do *Exchange Act*) da Companhia e assim:
 - a. criamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que esses controles e procedimentos fossem criados sob nossa supervisão visando assegurar que quaisquer informações relevantes relacionadas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam levadas ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas entidades, especialmente durante o período de elaboração desse relatório;
 - b. criamos tais controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas ou fizemos com que esses controles fosse criados sob nossa supervisão para proporcionar segurança razoável com relação à confiabilidade do reporte financeiro e à preparação das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;
 - c. avaliamos a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos controles e procedimentos de divulgação no final do período coberto por este relatório com base nessa avaliação; e
 - d. divulgamos neste relatório, quaisquer mudanças nos controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual, que tenham afetado ou possam afetar materialmente, o controle interno da Companhia relacionados as demonstrações financeiras consolidadas.
5. O outro diretor responsável pela certificação da Companhia e eu, divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, aos auditores da Companhia e ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Companhia (ou pessoas exercendo função equivalente):
 - a. todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no desenvolvimento ou no funcionamento dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas que possam afetar de maneira adversa a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e apresentar dados financeiros; e
 - b. quaisquer fraudes, relevantes ou não, que envolvam a administração ou outros funcionários que desempenham papel importante nos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Data: 30 de junho de 2008.

/s/ Milton Almicar Silva Vargas

Nome: Milton Almicar Silva Vargas

Cargo: Diretor Financeiro

Banco Bradesco S.A

Anexo 13.1

**Certificação do CEO
Conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002
(Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos)**

Conforme a seção 906 da Lei Sarbanes – Oxley de 2002 (Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos), o diretor abaixo assinado do Banco Bradesco S.A. (a “Companhia”) certifica por meio desta que, de acordo com seu conhecimento, o Relatório Anual da Companhia apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o “Formulário 20-F”, cumpre totalmente com as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei do Mercado de Valores Mobiliários de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 30 de junho de 2008.

/s/ Márcio Artur Laurelli Cypriano

Nome: Márcio Artur Laurelli Cypriano
Cargo: Diretor-Presidente

Banco Bradesco S.A

Anexo 13.2

**Certificação do CFO
Conforme a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002
(Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos)**

Conforme a seção 906 da Lei Sarbanes – Oxley de 2002 (Subseções (a) e (b) da Seção 1350, Capítulo 63 do Título 18, Código dos Estados Unidos), o diretor abaixo assinado do Banco Bradesco S.A. (a “Companhia”) certifica por meio desta que, de acordo com seu conhecimento, o Relatório Anual da Companhia apresentado em Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o “Formulário 20-F”, cumpre totalmente com as exigências da Seção 13(a) ou 15(d) da Lei do Mercado de Valores Mobiliários de 1934 e as informações contidas no Formulário 20-F apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 30 de junho de 2008.

/s/ Milton Almicar Silva Vargas

Nome: Milton Almicar Silva Vargas
Cargo: Diretor Financeiro

